PODER JUDICIÁRIO
SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR
DIRETORIA DE INFORMAÇÃO, DOCUMENTAÇÃO E CONHECIMENTO

Coleção Livros
Históricos Manuscritos
Série 1800 Concisa. Volume 7

1º LIVRO DE REGISTRO DAS ATAS DAS SESSÕES DO CONSELHO SUPREMO MILITAR DE JUSTIÇA

(1869-1873)

Brasília – DF
2025

1º LIVRO DE REGISTRO DAS ATAS DAS SESSÕES DO CONSELHO SUPREMO MILITAR DE JUSTIÇA

(1869 – 1873)

SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR (2025)
Dra. Maria Elizabeth Guimarães Teixeira Rocha (Ministra-Presidente)
Ten Brig Ar Francisco Joseli Parente Camelo (Ministro Vice-Presidente e Corregedor da JMU)

Secretaria-Geral da Presidência
Marília Ramos Chaves (Secretária-Geral da Presidência)

Secretaria do STM
José Carlos Nader Motta (Diretor-Geral)

Diretoria de Informação, Documentação e Conhecimento (DIDOC)
Maria Juvani Lima Borges (Diretora)

Coordenadoria de Gestão de Dados e Informações (CODAI)
Luciana Lopes Humig (Coordenadora)

Coordenadoria de Gestão do Conhecimento (COGES)
Rafael Luiz Melo de Almeida (Coordenador)

Coordenadoria de Memória Institucional (CMEMO)
Airton Guimarães Xavier (Coordenador)

PODER JUDICIÁRIO
SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR
DIRETORIA DE INFORMAÇÃO, DOCUMENTAÇÃO E CONHECIMENTO

Coleção Livros Históricos Manuscritos – Série 1800. Volume 7

1º LIVRO DE REGISTRO DAS ATAS DAS SESSÕES DO CONSELHO SUPREMO MILITAR DE JUSTIÇA

(1869 – 1873)

Transcrito por Alexandre Guimarães

Brasília – DF
2025

Esta obra é disponibilizada nos termos da Licença Creative Commons – Atribuição – Não Comercial – Compartilhamento pela mesma licença 4.0 Internacional. É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte.

SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR

Idealizadora e Gestora do Projeto de Transcrição
Maria Juvani Lima Borges

Chefe de Editoração e Revisão
Mosair Gomes Lima de Freitas

Projeto gráfico e diagramação
Eduardo Monteiro Pereira

Ficha catalográfica
Nathália Gomes Costa Melo – CRB1 - 2560

Índice onomástico
Karine Araujo Leite

Revisão e conferência com o original
Carlos César Neves de Oliveira
Alexandre Guimarães

Revisão dos elementos gráficos e gramaticais
Karine Araujo Leite

Ficha Catalográfica

Brasil. Superior Tribunal Militar.
1º Livro de registro das atas das sessões do Conselho Supremo Militar de Justiça (1869-1873) / Transcrito por Alexandre Guimarães. – Brasília, DF : Superior Tribunal Militar, Diretoria de Informação,Documentação e Conhecimento, 2025.
475 p.

(Coleção livros históricos manuscritos. Série 1800 Concisa; v. 7)
Inclui índice onomástico.

1. Brasil. Supremo Tribunal Militar. 2. Ata de julgamento, 1869-1873. 3. Crime militar, julgamento, 1869-1873. I. Guimarães, Alexandre, transc. II. Título.

CDU 344.3:344.13“1869-1873”

Catalogação na fonte – Seção de Biblioteca

Impresso no Brasil / Printed in Brazil
Elaboração, distribuição e informações
Superior Tribunal Militar (STM)
Diretoria de Informação, Documentação e Conhecimento (Didoc)
Setor de Autarquias Sul – Praça dos Tribunais Superiores
Edifício-Sede – 10º Andar
CEP: 70098-900 Brasília-DF
Telefones: (61) 3313-9183/3313-9316/3313-9311
E-mail: didoc@stm.jus.br

Acesse aqui o original manuscrito

Sumário

Prefácio 19

Apresentação da Coleção 21

Apresentação 213

Relação de Ministros 27

Abertura 29

1869 31

1ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar de Justiça segundo a deliberação tomada na Sessão de 10 do corrente 31

2ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar de Justiça, em 24 de abril de 1869 31

3ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar de Justiça, em 8 de maio de 1869 32

4ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar de Justiça, em 15 de maio de 1869 32

5ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar de Justiça, em 29 de maio de 1869 33

6ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar de Justiça, em 5 de junho de 1869 34

7ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar de Justiça, em 12 de junho de 1869 35

8ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar de Justiça, em 19 de junho de 1869 35

9ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar de Justiça, em 26 de junho de 1869 36

10ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar de Justiça, em 3 de julho de 1869 36

11ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar de Justiça, em 10 de julho de 1869 37

12ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar de Justiça, em 17 de julho de 1869 38

13ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar de Justiça, em 24 de julho de 1869 39

14ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar de Justiça, em 31 de julho de 1869 40

15ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar de Justiça, em 7 de agosto de 1869 40

16ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar de Justiça, em 14 de agosto de 1869 41

17ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar de Justiça, em 21 de agosto de 1869 41

18ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar de Justiça, em 28 de agosto de 1869 42

19ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar de Justiça, em 4 de setembro de 1869 43

20ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar, em 11 de setembro de 1869.....44

21ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar de Justiça, em 18 de setembro de 1869 45

22ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar de Justiça, em 25 de setembro de 1869 45

23ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar de Justiça, em 2 de outubro de 1869.....47

24ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar de Justiça, em 9 de outubro de 1869 47

25ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar de Justiça, em 16 de outubro de 1869.....48

26ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar de Justiça, em 23 de outubro de 1869.....49

27ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar de Justiça, em 30 de outubro de 1869.....50

28ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar de Justiça, em 6 de novembro de mil oitocentos e sessenta e nove 51

29ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar de Justiça, em 13 de novembro de 1869.....52

30ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar de Justiça, em 20 de novembro de 1869 52

31ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar de Justiça, em 27 de novembro de 1869 53

32ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar de Justiça, em 1º de dezembro de 1869 54

33ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar de Justiça, em 4 de dezembro de 1869.....55

34ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar de Justiça, em 11 de dezembro de 1869 56

35ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar de Justiça, em 15 de dezembro de 1869 56

36ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar de Justiça, em 15 de dezembro de 1869 57

1870 58

37ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar de Justiça, em 5 de fevereiro de 1870.....58

38ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar de Justiça, em 9 de fevereiro de 1870.....59

39ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar de Justiça, em 12 de fevereiro de 1870.....60

40ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar de Justiça, em 16 de fevereiro de 1870 61

41ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar de Justiça, em 19 de fevereiro de 1870 61

42ª Ata da Reunião de 23 de fevereiro de 1870 62

43ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar de Justiça, em 26 de fevereiro de 1870.....62

44ª Ata da Reunião de 2 de março de 1870 63

45ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar de Justiça, em 5 de março de 1870 64

46ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar de Justiça, em 9 de março de 1870 65

47ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar de Justiça, de 12 de março de 1870 66

48ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar de Justiça, de 16 de março de 1870 67

49ª Ata da Reunião do dia 19 de março de 1870 67

50ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar de Justiça, de 23 de março de 1870 68

51ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar de Justiça, em 26 de março de 1870 69

52ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar de Justiça, em 30 de março de 1870 69

53ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar de Justiça, de 2 de abril de 1870 70

54ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar de Justiça, de 6 de abril de 1870 71

55ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar de Justiça, em 9 de abril de 1870 72

56ª Ata da Reunião de alguns Membros do Conselho Supremo Militar de Justiça,
a 30 de abril de 1870 73

57ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar de Justiça, de 4 de maio de 1870 73

58ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar de Justiça, em 7 de maio de 1870 74

59ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar de Justiça, em 11 de maio de 1870 75

60ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar de Justiça, em 14 de maio de 1870 76

61ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar de Justiça, de 18 de maio de 1870 76

62ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar de Justiça, em 21 de maio de 1870 77

63ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar de Justiça, de 1º de junho de 1870 78

63ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar de Justiça, em 4 de junho de 1870 79

64ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar de Justiça, de 15 de junho de 1870 80

65ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar de Justiça, em 18 de junho de 1870 80

66ª Ata do Conselho Supremo Militar de Justiça, em 22 de junho de 1870 81

67ª Ata do Conselho Supremo Militar de Justiça, em 25 de junho de 1870 81

68ª Ata do Conselho Supremo Militar de Justiça, em 2 de julho de 1870 81

69ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar, em 6 de julho de 1870 82

70ª Ata do Conselho Supremo Militar de Justiça, em 9 de julho de 1870 83

71ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar de Justiça, em 13 de julho de 1870 84

72ª Ata do Conselho Supremo Militar de Justiça, em 16 de julho de 1870 85

73ª Ata do Conselho Supremo Militar de Justiça, em 23 de julho de 1870 85

74ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar de Justiça, de 30 de julho de 1870 86

75ª Ata da Reunião de alguns membros do Conselho Supremo Militar, em 3 de agosto de 1870 87

76ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar de Justiça, em 10 de agosto de 1870 87

77ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar de Justiça, em 13 de agosto de 1870 88

78ª Ata de Sessão do Conselho Supremo Militar de Justiça, em 17 de agosto de 1870 89

79ª Ata do Conselho Supremo Militar de Justiça, em Sessão, de 20 de agosto de 1870 90

80ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar de Justiça, em 27 de agosto de 1870 91

81ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar de Justiça, em 31 de agosto de 1870 92

82ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar de Justiça, em 3 de setembro de 1870 93

83ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar de Justiça, em 10 de setembro de 1870 94

84ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar de Justiça, em 14 de setembro de 1870 95

85ª Ata do Conselho Supremo Militar de Justiça, em 17 de setembro de 1870 96

86ª Ata da Reunião dos membros do Conselho Supremo Militar, em 21 de setembro de 1870 97

87ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar de Justiça, em 24 de setembro de 1870 97

88ª Ata do Conselho Supremo Militar de Justiça, em 28 de setembro de 1870 98

89ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar de Justiça, em 1º de outubro de 1870 99

90ª Ata do Conselho Supremo Militar de Justiça, em 5 de outubro de 1870 100

91ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar de Justiça, em 8 de outubro de 1870 101

92ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar de Justiça, em 12 de outubro de 1870 102

93ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar de Justiça, em 15 de outubro de 1870 103

94ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar de Justiça, em 19 de outubro de 1870 104

95ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar de Justiça, em 22 de outubro de 1870 104

96ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar de Justiça, em 26 de outubro de 1870.....105

97ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar de Justiça, em 29 de outubro de 1870 106

98ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar de Justiça, em 5 de novembro de 1870 107

99ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar de Justiça, em 9 de novembro de 1870 107

100ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar de Justiça, em 12 de novembro de 1870 108

101ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar de Justiça, em 16 de novembro de 1870 109

102ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar de Justiça, em 19 de novembro de 1870 110

103ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar de Justiça, em 23 de novembro de 1870 111

104ª Ata do Conselho Supremo Militar de Justiça, em 26 de novembro de 1870.....112

105ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar de Justiça, em 30 de novembro de 1870 112

106ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar de Justiça, em 3 de dezembro de 1870 114

107ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar de Justiça, em 7 de dezembro de 1870 115

108ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar de Justiça, em 10 de dezembro de 1870 116

109ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar de Justiça, em 14 de dezembro de 1870 116

110ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar de Justiça, em 17 de dezembro de 1870 118

1871 119

111ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar de Justiça, em 1º de fevereiro de 1871 119

112ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar de Justiça, em 4 de fevereiro de 1871 121

113ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar de Justiça, em 8 de fevereiro de 1871 122

114ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar de Justiça, em 11 de fevereiro de 1871 123

115ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar de Justiça, em 15 de fevereiro de 1871 124

116ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar, em 18 de fevereiro de 1871.....125

117ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar de Justiça, em 25 de fevereiro de 1871 126

118ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar de Justiça, em 1º de março de 1871 127

119ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar de Justiça, em 4 de março de 1871 128

120ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar de Justiça, em 11 de março de 1871 129

121ª Ata do Conselho digo da Sessão do Conselho Supremo Militar de Justiça, em 15 de março

DE 1871 130

122ª ATA DA SESSÃO DO CONSELHO SUPREMO MILITAR DE JUSTIÇA, EM 18 DE MARÇO DE 1871 131

123ª ATA DA SESSÃO DO CONSELHO SUPREMO MILITAR DE JUSTIÇA, EM 22 DE MARÇO DE 1871 132

124ª ATA DA SESSÃO DO CONSELHO SUPREMO MILITAR DE JUSTIÇA, EM 29 DE MARÇO DE 1871.....133

125ª ATA DA SESSÃO DO CONSELHO SUPREMO MILITAR DE JUSTIÇA, EM 1º DE ABRIL DE 1871 134

126ª ATA DA SESSÃO DO CONSELHO SUPREMO MILITAR DE JUSTIÇA, EM 22 DE ABRIL DE 1871.....136

127ª ATA DA SESSÃO DO CONSELHO SUPREMO MILITAR DE JUSTIÇA, EM 29 DE ABRIL DE 1871 137

128ª ATA DA SESSÃO DO CONSELHO SUPREMO MILITAR DE JUSTIÇA, EM 6 DE MAIO DE 1871 138

129ª ATA DA SESSÃO DO CONSELHO SUPREMO MILITAR DE JUSTIÇA, EM 10 DE MAIO DE 1871 139

130ª ATA DA SESSÃO DO CONSELHO SUPREMO MILITAR DE JUSTIÇA, EM 13 DE MAIO DE 1871 141

131ª ATA DA SESSÃO DO CONSELHO SUPREMO MILITAR DE JUSTIÇA, EM 17 DE MAIO DE 1871 143

132ª ATA DA SESSÃO DO CONSELHO SUPREMO MILITAR DE JUSTIÇA, EM 20 DE MAIO DE 1871 144

133ª ATA DA SESSÃO DO CONSELHO SUPREMO MILITAR DE JUSTIÇA, EM 27 DE MAIO DE 1871 145

134ª ATA DA SESSÃO DO CONSELHO SUPREMO MILITAR DE JUSTIÇA, EM 7 DE JUNHO DE 1871 147

135ª ATA DA SESSÃO DO CONSELHO SUPREMO MILITAR DE JUSTIÇA, EM 10 DE JUNHO DE 1871 148

136ª ATA DA SESSÃO DO CONSELHO SUPREMO MILITAR DE JUSTIÇA, EM 21 DE JUNHO DE 1871 149

137ª ATA DA SESSÃO DO CONSELHO SUPREMO MILITAR DE JUSTIÇA, EM 28 DE JUNHO DE 1871 150

138ª ATA DA SESSÃO DO CONSELHO SUPREMO MILITAR DE JUSTIÇA, EM 1º DE JULHO DE 1871.....152

139ª ATA DA SESSÃO DO CONSELHO SUPREMO MILITAR DE JUSTIÇA, EM 5 DE JULHO DE 1871 153

140ª ATA DA SESSÃO CONSELHO SUPREMO MILITAR DE JUSTIÇA, EM 8 DE JULHO DE 1871 154

141ª ATA DA SESSÃO DO CONSELHO SUPREMO MILITAR DE JUSTIÇA, EM 12 DE JULHO DE 1871 155

142ª ATA DA SESSÃO DO CONSELHO SUPREMO MILITAR DE JUSTIÇA, EM 15 DE JULHO DE 1871 157

143ª ATA DA SESSÃO DO CONSELHO SUPREMO MILITAR DE JUSTIÇA, EM 19 DE JULHO DE 1871 158

144ª ATA DA SESSÃO DO CONSELHO SUPREMO MILITAR DE JUSTIÇA, EM 22 DE JULHO DE 1871 160

145ª ATA DA SESSÃO DO CONSELHO SUPREMO MILITAR DE JUSTIÇA, EM 26 DE JULHO DE 1871 161

146ª ATA DA SESSÃO DO CONSELHO SUPREMO MILITAR E DE JUSTIÇA, EM 2 DE AGOSTO DE 1871 162

147ª ATA DA SESSÃO DO CONSELHO SUPREMO MILITAR DE JUSTIÇA, EM 5 DE AGOSTO DE 1871 163

148ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar de Justiça, em 9 de agosto de 1871 164

149ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar de Justiça, em 12 de agosto de 1871 166

150ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar e de Justiça, em 16 de agosto de 1871 167

151ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar de Justiça, em 19 de agosto de 1871 169

152ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar de Justiça, em 23 de agosto de 1871 170

153ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar de Justiça, em 26 de agosto de 1871 172

154ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar de Justiça, em 30 de agosto de 1871 173

155ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar de Justiça, em 2 de setembro de 1871 175

156ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar de Justiça, em 6 de setembro de 1871 176

157ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar de Justiça, em 9 de setembro de 1871 177

158ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar e de Justiça, em 13 de setembro de 1871 178

159ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar de Justiça, em 16 de setembro de 1871 179

160ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar e de Justiça, em 20 de setembro de 1871.....181

161ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar e de Justiça, em 23 de setembro de 1871.....181

162ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar e de Justiça, em 30 de setembro de 1871 182

163ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar de Justiça, em 4 de outubro de 1871 184

164ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar de Justiça, em 7 de outubro de 1871 185

165ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar e de Justiça, em 11 de outubro de 1871.....185

166ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar e de Justiça, em 14 de outubro de 1871.....187

167ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar e de Justiça, em 18 de outubro de 1871 188

168ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar e de Justiça, em 21 de outubro de 1871 189

169ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar, em 25 de outubro de 1871.....190

170ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar de Justiça, em 28 de outubro de 1871 193

171ª Ata da Reunião do Conselho Supremo Militar de Justiça, em 4 de novembro de 1871.....195

172ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar de Justiça, em 8 de novembro de 1871 195

173ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar e de Justiça, em 11 de novembro de 1871 198

174ª Ata da Reunião para a Sessão do Conselho Supremo Militar e de Justiça, em 15 de novembro de 1871 199

175ª Ata da Reunião para a Sessão do Conselho Supremo Militar e de Justiça, em 18 de novembro de 1871 201

176ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar de Justiça, em 22 de novembro de 1871 201

177ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar de Justiça, em 6 de dezembro de 1871 202

178ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar e de Justiça, em 9 de dezembro de 1871 204

179ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar e de Justiça, em 13 de dezembro de 1871 205

180ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar de Justiça, em 16 de dezembro de 1871 206

1872 208

1ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar de Justiça, em 3 de fevereiro de 1872 208

2ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar e de Justiça, em 7 de fevereiro de 1872 211

3ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar e de Justiça, em 10 de fevereiro de 1872 213

4ª Ata da Sessão de Conselho Supremo Militar e de Justiça, em 17 de fevereiro de 1872 213

5ª Ata da Reunião do dia 21 de fevereiro de 1871, em que não houve Sessão 214

6ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar e de Justiça, de 24 de fevereiro de 1872 215

7ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar de Justiça, em 28 de fevereiro de 1872 216

8ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar de Justiça, em 2 de março de 1872 218

9ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar de Justiça, em 6 de março de 1872 219

9ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar de Justiça, em 9 de março de 1872 219

10ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar de Justiça, em 16 de março de 1872 221

11ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar e de Justiça, em 20 de março de 1872 222

12ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar de Justiça, em 22 de março de 1872 223

13ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar de Justiça, em 13 de abril de 1872 225

14ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar de Justiça, em 17 abril de 1872 226

15ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar de Justiça, em 24 de abril de 1872 228

16ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar de Justiça, em 27 de abril de 1872 229

17ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar e de Justiça, em 1º de maio de 1872 231

18ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar e de Justiça, em 4 de maio de 1872.....232

19ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar e de Justiça, em 8 de maio de 1872.....233

20ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar e de Justiça, em 11 de maio de 1872.....235

21ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar de Justiça, em 15 de maio de 1872 236

22ª Ata do Conselho Supremo Militar e de Justiça, em 18 de maio de 1872 237

23ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar e de Justiça, em 29 de maio de 1872.....238

24ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar de Justiça, em 1º de junho de 1872 240

25ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar e de Justiça, em 5 de junho de 1872 241

26ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar e de Justiça, em 8 de junho de 1872 242

27ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar de Justiça, em 19 de junho de 1872 243

28ª Ata do Conselho Supremo Militar de Justiça, em 22 de junho de 1872 245

29ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar e de Justiça, em 26 de junho de 1872 246

30ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar de Justiça, em 3 de julho de 1872 247

31ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar e de Justiça, em 6 de julho de 1872 249

32ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar e de Justiça, em 13 de julho de 1872 250

33ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar e de Justiça, em 17 de julho de 1872 251

34ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar de Justiça, em 20 de julho de 1872 252

35ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar de Justiça, em 24 de julho de 1872.....253

36ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar e de Justiça, em 31 de julho de 1872 254

37ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar e de Justiça, em 3 de agosto de 1872 255

38ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar de Justiça, em 7 de agosto de 1872 257

39ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar e de Justiça, em 10 de agosto de 1872 258

40ª Ata da da Sessão do Conselho Supremo Militar de Justiça, em 14 de agosto de 1872 259

41ª Ata da do Conselho Supremo Militar de Justiça, em 17 de agosto de 1872 260

42ª Ata do Conselho Supremo Militar e de Justiça, em 21 de agosto de 1872.....261

43ª Ata do Sessão do Conselho Supremo Militar e de Justiça, em 24 de agosto de 1872.....262

44ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar e de Justiça, em 28 de agosto de 1872 263

45ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar e de Justiça, em 31 de agosto de 1872 264

46ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar de Justiça, em 4 de setembro de 1872.....265

47ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar e de Justiça, em 11 de setembro de 1872 267

48ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar e de Justiça, em 14 de setembro de 1872 267

49ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar e de Justiça, em 18 de setembro de 1872 268

50ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar e de Justiça, em 21 de setembro de 1872 269

51ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar de Justiça, em 25 de setembro de 1872 270

52ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar de Justiça, em 2 de outubro de 1872.....272

53ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar de Justiça, em 5 de outubro de 1872 274

54ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar de Justiça, em 12 de outubro de 1872 275

55ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar de Justiça, em 16 de outubro de 1872 276

56ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar de Justiça, em 19 de outubro de 1872 278

57ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar de Justiça, em 23 de outubro de 1872 279

58ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar de Justiça, em 26 de outubro de 1872 280

59ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar de Justiça, em 30 de outubro de 1872 281

60ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar de Justiça, em 6 de novembro de 1872 282

61ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar de Justiça, em 9 de novembro de 1872 283

62ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar de Justiça, em 13 de novembro de 1872 285

63ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar de Justiça, em 16 de novembro de 1872.....286

64ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar de Justiça, em 20 de novembro de 1872 288

65ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar de Justiça, em 23 de novembro de 1872 289

66ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar de Justiça, em 27 de novembro de 1872 289

67ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar de Justiça, em 30 de novembro de 1872 290

68ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar de Justiça, em 4 de dezembro de 1872 291

69ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar de Justiça, em 7 de dezembro de 1872 292

70ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar de Justiça, em 14 de dezembro de 1872 293

71ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar de Justiça, em 18 de dezembro de 1872 295

1873 297

1ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar de Justiça, de 1º de fevereiro de 1873 297

2ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar de Justiça, de 5 de fevereiro de 1873.....299

3ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar de Justiça, de 8 de fevereiro de 1873.....300

4ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar de Justiça de 12 de fevereiro de 1873.....301

5ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar de Justiça de 19 de fevereiro de 1873.....302

6ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar de Justiça, em 5 de março de 1873 304

7ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar de Justiça, em 12 de março de 1873 305

8ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar de Justiça, de 15 de março de 1873.....306

9ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar de Justiça, de 19 de março de 1873.....308

10ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar de Justiça, em 26 de março de 1873.....308

11ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar de Justiça, em 2 de abril de 1873.....310

12ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar de Justiça, em 5 de abril de 1873 311

13ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar de Justiça, em 26 de abril de 1873.....312

14ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar de Justiça, em 30 de abril de 1873.....314

15ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar e de Justiça, em 3 de maio de 1873.....315

16ª Ata do Conselho Supremo Militar de Justiça, em 7 de maio de 1873.....315

17ª Ata do Conselho Supremo Militar de Justiça, em 10 de maio de 1873 315

18ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar de Justiça, em 14 de maio de 1873.....315

19ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar e de Justiça, em 17 de maio de 1873 317

20ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar de Justiça, em 21 de maio de 1873.....317

21ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar de Justiça, em 24 de maio de 1873.....318

22ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar e de Justiça, em 28 de maio de 1873.....319

23ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar e de Justiça, em 31 de maio de 1873.....320

24ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar de Justiça, em 11 de junho de 1873 321

25ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar e de Justiça, em 14 de junho de 1873 323

26ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar de Justiça, em 18 de junho de 1873 323

26ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar e de Justiça, em 21 de junho de 1873 325

27ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar e de Justiça, em 25 de junho de 1873 326

28ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar de Justiça, em 28 de junho de 1873 327

29ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar de Justiça, em 2 de junho de 1873 328

30ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar de Justiça, em 5 de julho de 1873 330

31ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar e de Justiça, em 9 de julho de 1873 331

32ª Ata do dia 12 de julho de 1873 do Conselho Supremo Militar e de Justiça 333

33ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar de Justiça, em 16 de julho de 1873 333

34ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar, e de Justiça em 19 de julho de 1873 335

35ª Ata da Reunião dos Membros do Conselho Supremo Militar e de Justiça, em 23 de julho de 1873 336

36ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar e de Justiça, em 26 de julho de 1873 337

37ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar e de Justiça, em 30 de julho de 1873 338

38ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar e de Justiça, em 2 de agosto de 1873 339

39ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar e de Justiça, em 6 de agosto de 1873 340

40ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar de Justiça, em 9 de agosto de 1873 342

41ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar e de Justiça, em 13 de agosto de 1873.....344

42ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar e de Justiça, em 16 de agosto de 1873.....345

43ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar e de Justiça, em 20 de agosto de 1873.....347

44ª Ata da Reunião do dia 23 de agosto de 1873 em que não houve Sessão 348

45ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar e de Justiça, em 27 de agosto de 1873 348

46ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar de Justiça, em 30 de agosto de 1873 350

47ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar e de Justiça, em 3 de setembro de 1873.....352

48ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar e de Justiça, em 6 de setembro de 1873 354

49ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar e de Justiça, em 10 de setembro de 1873 355

50ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar e de Justiça, em 13 de setembro de 1873.....356

51ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar de Justiça, em 17 de setembro de 1873 357

52ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar e de Justiça, em 20 de setembro de 1873 359

53ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar e de Justiça, em 27 de setembro de 1873 361

54ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar de Justiça, em 1º de outubro de 1873 363

55ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar e de Justiça, em 4 de outubro de 1873 365

56ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar de Justiça, em 8 de outubro de 1873 366

57ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar e de Justiça, em 11 de outubro de 1873 367

58ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar e de Justiça, em 15 de outubro de 1873 368

59ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar e de Justiça, em 18 de outubro de 1873 369

60ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar de Justiça, em 22 de outubro de 1873 370

61ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar de Justiça, em 25 de outubro de 1873 371

62ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar de Justiça, em 29 de outubro de 1873 373

63ª Ata da Conselho Supremo Militar e de Justiça, em 5 de novembro de 1873 374

64ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar e de Justiça, em 8 de novembro de 1873 375

65ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar e de Justiça, em 12 de novembro de 1873 376

66ª Ata do Conselho Supremo Militar e de Justiça, em 15 de novembro de 1873 377

67ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar e de Justiça, em 19 de novembro de 1873 378

70ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar e de Justiça, em 22 de novembro de 1873 380

71ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar de Justiça, em 26 de novembro de 1873 381

72ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar de Justiça, em 29 de novembro de 1873 382

73ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar de Justiça, em 3 de dezembro de 1873 384

74ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar de Justiça, em 6 de dezembro de 1873 385

75ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar de Justiça, em 10 de dezembro de 1873 386

76ª Ata da Reunião de 13 de dezembro de 1873 dos Membros do Conselho Supremo Militar e de Justiça 387

77ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar de Justiça, em 17 de dezembro de 1873 387

78ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar de Justiça, em 20 de dezembro de 1873 388

ÍNDICE ONOMÁSTICO.....393

Prefácio

O acervo de livros históricos do Superior Tribunal Militar é composto por mais de 200 volumes, os quais abordam os aspectos administrativos e jurídicos da história da Justiça Militar, bem como os acontecimentos sócio-políticos que permearam a sociedade brasileira ao longo do tempo. Nesses livros estão os manuscritos dos escrivães de todos os tempos, registrando os processos de inúmeros réus.

O trabalho da equipe de transcrição possibilita a transposição de textos originalmente redigidos em caligrafia manuscrita para uma forma atualizada, facilitando a compreensão por parte de estudiosos, historiadores, arquivistas e profissionais do direito interessados na Memória desta egrégia Corte Castrense.

Para isso, emprega-se profundo conhecimento em paleografia, permitindo decifrar as letras, símbolos e terminologias utilizados pelos escrivães do século XVIV, demandando inúmeras horas de pesquisa a fim de resgatar, com maior fidelidade possível, as ideias e seus contextos originais.

Desde 2019, o Projeto de Transcrição de Livros Históricos Manuscritos do Acervo Arquivístico do Superior Tribunal Militar conta com o irrestrito apoio dos Excelentíssimos Ministros-Presidentes, os quais não medem esforços para preservar e divulgar a Documentação Histórica, proporcionando assim a ligação entre o passado analógico ao presente digital.

Confiamos, prezado leitor, que os conhecimentos contidos nos volumes desta Coleção sejam de proveito e contribuam para a sua compreensão da Justiça Militar e sua importância histórica.

BOA LEITURA!

Maria Juvani Lima Borges

Diretoria de Informação, Documentação e Conhecimento

Apresentação da Coleção

Apresentamos a Coleção – Série 1800 – Concisa. Trata-se da revisão e aperfeiçoamento de oito livros manuscritos transcritos pela equipe da Diretoria de Informação, Documentação e Conhecimento na fase inicial do Projeto de Transcrição do Superior Tribunal Militar:

∴ Volume 1 – Sentenças do Supremo Tribunal Militar Livro 59 (1895-1898), transcrito por Karine Araujo Leite.

∴ Volume 2 – Livro 60 de Registro de Processos do Supremo Tribunal Militar (1899-1906), transcrito por Ione Ivany Trindade dos Santos.

∴ Volume 3 – Registro de Atas das Sessões de Justiça (1898-1900), transcrito por Rita Roberta Maria Barbosa Ferreira Porto.

∴ Volume 4 – 1º Livro das Atas das Sessões do Conselho Supremo Militar (1869-1875), transcrito por Carlos César Neves de Oliveira.

∴ Volume 5 – Livro 43 de Registro de Processos da Secretaria do Conselho Supremo Militar de Justiça (1864-1869), transcrito por Maria Juvani Lima Borges.

∴ Volume 6 – Livro 38 de Registro de Processos do Conselho Supremo Militar de Justiça (1862-1863), transcrito por Nathália Gomes Costa Melo.

∴ Volume 7 – 1º Livro de Registro das Atas das Sessões do Conselho Supremo Militar de Justiça (1869-1873), transcrito por Alexandre Guimarães.

∴ Volume 8 – Livro 57 de Registro de Processos do Conselho Supremo Militar de Justiça (1890-1892), transcrito por Luciana Lopes Humig.

Os textos foram atualizados conforme as normas do português moderno, incluindo pontuação, exceto nos trechos em que havia o risco de alterar o sentido das sentenças; em geral, os nomes das partes dos processos foram mantidos inalterados.

Equipe de transcrição do Superior Tribunal Militar

Apresentação

Apresentamos a versão concisa do **1º LIVRO DE REGISTRO DAS ATAS DAS SESSÕES DO CONSELHO SUPREMO MILITAR DE JUSTIÇA (1869-1873)**, transcrito por Alexandre Guimarães na primeira fase do Projeto de Transcrição de Livros Manuscritos do Acervo Arquivístico do Superior Tribunal Militar, publicado em 2019.

A primeira revisão do texto transcrito foi conduzida pelo servidor Carlos César Neves de Oliveira e pelo transcritor, arquivista desta Corte, Alexandre Guimarães.

Para melhorar a acessibilidade e compreensão por parte do leitor, realizamos algumas modificações no texto original. A formatação desta publicação não segue o padrão convencional utilizado em atas, visando facilitar a visualização dos processos relatados, das sentenças e dos votos dos Excelentíssimos Ministros, além dos nomes das partes e os crimes julgados.

As anotações feitas a lápis nas margens laterais das folhas do livro original foram cuidadosamente transcritas e inseridas entre chaves { }, representando observações posteriores à redação original do escrivão. Intervenções adicionais do transcritor e do revisor foram indicadas por colchetes [ ], geralmente em casos de palavras ilegíveis ou para esclarecimento do texto.

Este volume da "SÉRIE 1800 – CONCISA" foi enriquecido com um índice onomástico, incluindo o nome das partes, e uma relação em que são listados o nome de guerra e o nome completo de cada membro que atuou nas sessões de julgamento.

O livro em questão abrange os registros das sessões de julgamento do então Supremo Tribunal Militar, no período de 1869 a 1873, englobando uma variedade de crimes, tais como deserção simples e agravada, agressão, peculato, evasão, negligência, desavenças, resistência, furto, roubo, insubordinação, contrabando, difamação, fuga de preso, excesso e abuso de autoridade, inobservância de ordens regulamentares, homicídio, infidelidade administrativa, ferimentos, inobservância de deveres militares, entre outros.

Na página seguinte, é possível encontrar a reprodução de uma folha manuscrita do livro original, que possui as dimensões de 45 cm de comprimento e 31 de largura.

Maria Juvani Lima Borges

Diretora de Informação, Documentação e Conhecimento

9.ª Acta da Sessão do Conselho Supremo Militar de Justiça segundo a deliberação tomada na Sessão de [illegible]

Aos 17 dias do mez de Abril de 1869 reunidos os Snrs. [illegible] [illegible] Amaral, Ferreira, [illegible] [illegible], [illegible] e Lisboa, [illegible] [illegible] [illegible] [illegible] processos a saber: de [illegible] [illegible] [illegible] condemnado pelo Conselho de Guerra a [illegible], de [illegible] a [illegible], [illegible] [illegible] e de [illegible] [illegible] condemnado a [illegible] annos de prisão com trabalho e [illegible] [illegible]. A sentença do 1.º foi reformada para se lhe [illegible] 10 annos de prisão com trabalho, a do 2.º foi [illegible] [illegible] [illegible] por não ter sido feito este [illegible] [illegible], devendo [illegible] [illegible] a decisão [illegible] Camara [illegible] [illegible] pela [illegible] de [illegible], e a do 3.º foi confirmada. O Snr. Marechal [illegible] apresentou 4 processos a saber: de [illegible] [illegible] [illegible] [illegible] [illegible] [illegible], de [illegible] condemnado a [illegible] de prisão, e do [illegible] [illegible] condemnado a [illegible] annos de trabalhos publicos, e de [illegible] [illegible] condemnado a [illegible] annos de prisão. A sentença do 1.º foi reforma-da, [illegible] [illegible] [illegible] [illegible] de prisão com trabalho, as do 2.º e 3.º foram confirmadas, e a do 4.º [illegible] [illegible] por não ter sido votada por todos. O Snr. Lisboa apresentou 4 processos a saber: de [illegible] José dos Santos condemnado pelo Conselho de Guerra a 2 annos de prisão, do [illegible] Francisco [illegible] [illegible] José Maria [illegible] condemnado [illegible] a [illegible] de prisão e [illegible] [illegible], de José [illegible] de Sant'Anna condemnado a [illegible] [illegible], e de [illegible] [illegible] da Silva, condemnado a [illegible] annos de prisão e perda do tempo de serviço. A sentença do 1.º foi reformada para se lhe dar [illegible] [illegible] de prisão, a do 2.º [illegible] [illegible] [illegible] [illegible] [illegible], e do 3.º também foi confirmada, e a do 4.º [illegible] [illegible] por se não ter [illegible] na sentença [illegible] [illegible]. Findo [illegible] [illegible] o [illegible] [illegible] Conselheiro [illegible] [illegible] [illegible] a Sessão. Eu o Secretario de Guerra José Joaquim Rodrigues Lopes a fiz escrever e subscrevi.

[illegible]

10.ª Acta da Sessão do Conselho Supremo Militar de Justiça em 24 de Abril de 1869.

Aos 24 dias do mez de Abril de 1869 reunidos os Snrs. [illegible] [illegible], [illegible] [illegible], Barão de [illegible], [illegible] [illegible], Cunha, Amaral, Marechal [illegible], e Lisboa, foi lida e approvada a acta da Sessão antecedente. Entrando em [illegible]

[illegible]

Relação de Ministros

Aguiar – Antonio Nunes de Aguiar

Assis Mascarenhas – José de Assis Mascarenhas

Bandeira Duarte – Viriato Bandeira Duarte

Barão da Gávea – Manuel Antônio da Fonseca Costa (Barão, Visconde e Marquês da Gávea)

Barão de Itapagipe – Francisco Xavier Calmon da Silva Cabral

Barão de Laguna – Jesuino de Lamego Costa (2º Barão de Laguna)

Beaurepaire – Henrique Pedro Carlos de Beaurepaire-Rohan (Visconde de Beaurepaire-Rohan)

Betancourt – José Maria da Silva Betancourt

Caldwell – João Frederico Caldwell

Câmara – José Matoso de Andrade Câmara

De Lamare – Joaquim Raimundo de Lamare (Visconde de Lamare)

Duque de Caxias – Luiz Alves de Lima e Silva

Elisiário – Elisiário Antônio dos Santos (Barão de Angra)

Fonseca – Manuel da Fonseca Lima e Silva (Barão de Suruhy)

Goveia – Francisco Bernardes Soares de Goveia

Lisboa – José Baptista de Lisboa

Magalhães Castro – José Antonio de Magalhães Castro

Olegario – Olegario Herculano de Aquino e Castro

Visconde de Santa Teresa – Polidoro da Fonseca Quintanilha Jordão

Visconde de Tamandaré – Joaquim Marques Lisbôa

ABERTURA

Este livro, que contém 174 folhas numeradas e rubricadas com apelido Lopes de que uso, tem de servir para se lançarem as atas das Sessões do Conselho Supremo Militar e de Justiça.

Rio de Janeiro, 1º de abril de 1869.

José Joaquim Rodrigues Lopes

Secretário de Guerra

1869

1ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar de Justiça segundo a deliberação tomada na Sessão de 10 do corrente

Aos 17 dias do mês de abril de 1869, reunidos os Srs. **Betancourt**, **De Lamare**, **Fonseca**, **Aguiar**, **Câmara**, **Magalhães Castro** e **Lisboa**, não havendo expediente, o Sr. Câmara apresentou 3 processos, a saber: de Severiano José Corrêa de Lima, condenado pelo Conselho de Guerra a carrinho perpétuo, de Emigdio de Souza Teixeira, que foi absolvido, de Domingos Moreira Barrozo, condenado a um ano de prisão com trabalho e expulsão do serviço. A sentença do 1º foi reformada para se dar ao réu 10 anos de prisão com trabalhos, a do 2º foi julgada nula e todo o processo por não ter sido feito este por auditor letrado, devendo ser por tenções a decisão; o Sr. Câmara votou vencido por opinar pela validade do processo, e a do 3º foi confirmada. O Sr. Magalhães Castro apresentou 4 processos, a saber: de Manoel Baptista Lemes, absolvido no Conselho de Guerra, de Julio Antonio Pereira, condenado a 2 meses de prisão, e de Braz Baselino Cuyabano, condenado a 2 anos de trabalhos públicos, e de Severiano José Corrêa de Lima, condenado a 6 anos de prisão. A sentença do 1º foi reformada para se dar ao réu 1 ano de prisão com trabalhos, as do 2º e 3º foram confirmadas e a do 4º anulada por não ter sido votada por tenções. O Sr. Lisboa apresentou 4 processos, a saber: de Martinho José dos Santos, condenado pelo Conselho de Guerra, a seis meses de prisão, de Joaquim Francisco Gadelha e Varand José Maria Felix, condenado este a 1 mês de prisão e aquele absolvido; de João Paulo de Sant'Anna, condenado a seis meses de prisão, e de Silvano Pereira da Silva, condenado a 1 ano de prisão e à perda de tempo de serviço. A sentença do 1º foi reformada para se dar ao réu 2 meses de prisão, a do 2º foi confirmada em relação a ambos os réus; a do 3º também foi confirmada; e a do 4º julgada nula por se não ter copiado na sentença os Artigos de Guerra. E nada mais havendo a tratar, o Sr. Conselheiro Betancourt, servindo de Presidente, encerrou a Sessão. E eu, o Secretário de Guerra José Joaquim Rodrigues Lopes, a fiz escrever e subscrevi.

Betancourt {assinatura}

2ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar de Justiça, em 24 de abril de 1869

Aos 24 dias do mês de abril de 1869, reunidos os Srs. **Betancourt**, **Visconde de Tamandaré**, **Barão de Itapagipe**, **De Lamare**, **Fonseca**, **Lamego**, **Aguiar**, **Câmara**, **Magalhães Castro** e **Lisboa**, foi lida e aprovada a ata da Sessão antecedente. Entrando em discussão uma questão de ordem, não teve lugar e relatório de processos, e por ser tarde, o

Sr. Conselheiro de Guerra, servindo de Presidente, encerrou a Sessão. E eu, o Secretário de Guerra José Joaquim Rodrigues Lopes, a fiz escrever e subscrevi.

Betancourt {assinatura}

3ª ATA DA SESSÃO DO CONSELHO SUPREMO MILITAR DE JUSTIÇA, EM 8 DE MAIO DE 1869

Aos 8 dias do mês de maio de 1869, reunidos os Srs. **Betancourt**, **Visconde de Tamandaré**, **De Lamare**, **Aguiar**, **Câmara**, **Magalhães Castro** e **Lisboa**, foi lida e aprovada a ata da Sessão antecedente. O Secretário de Guerra apresentou a consulta, que foi em seguida assinada, sobre o ofício do comandante interino das Forças contra o Governo do Paraguai, relativo aos presos que se acham em Humaitá, cujos processos estão paralisados. O Sr. Câmara apresentou os processos seguintes: de capitão reformado Clementino Antonio Delgado, acusado de várias faltas como encarregado do Armazém Nacional do Rio das Bicas, o qual foi absolvido no Conselho de Guerra, sendo esta sentença confirmada; de Venancio Cuevas (prisioneiro paraguaio) acusado de haver ferido seu companheiro, foi no Conselho de Guerra condenado a carrinho perpétuo, sendo esta sentença reformada, condenando-se o réu a seis meses de prisão com trabalhos. O Sr. Magalhães Castro apresentou o processo do anspeçada Ignacio Gomes, acusado de embriaguez e resistência, foi condenado pelo Conselho de Guerra a um ano de prisão com trabalho, esta sentença foi confirmada; do soldado Benedicto José dos Santos, acusado de ferimentos em seu camarada, tendo sido condenado a um ano de rigorosa prisão, foi esta sentença reformada para impor-se ao réu um ano de prisão com trabalhos; e do soldado Antonio José de Oliveira, acusado de 1ª deserção simples, foi condenado a seis meses de prisão, sentença que foi confirmada. O Sr. Lisboa apresentou o processo do cabo de imperiais marinheiros Manoel Francisco Valerio, acusado de desobediência, sendo condenado pelo Conselho de Guerra a 2 anos de galés, foi reformada esta sentença para dar-se ao réu 2 anos de prisão com trabalho; e, finalmente, o processo do alferes reformado João Leite Ribeiro de Salles, acusado de ameaçar a outro oficial de dar-lhe com um chicote, foi condenado no Conselho de Guerra a quatro meses de prisão, sentença esta que foi confirmada. E nada mais havendo a tratar-se, o Sr. Conselheiro de Guerra Betancourt, servindo de Presidente, encerrou a Sessão. E eu, o Secretário de Guerra José Joaquim Rodrigues Lopes, a fiz escrever e subscrevi.

Betancourt {assinatura}

4ª ATA DA SESSÃO DO CONSELHO SUPREMO MILITAR DE JUSTIÇA, EM 15 DE MAIO DE 1869

Aos 15 dias do mês de maio de 1869, reunidos os Srs. **Betancourt**, **Visconde de Tamandaré**, **De Lamare**, **Fonseca**, **Aguiar**, **Câmara**, **Magalhães Castro** e **Lisboa**, foi lida e

aprovada a ata da Sessão antecedente; o Secretário de Guerra apresentou a portaria do Ministério da Guerra remetendo os processos a que responderam o soldado do Corpo Policial do Ceará Francisco Monteiro dos Santos e o prisioneiro de guerra Manoel Villar, teve o despacho competente. O Sr. Câmara relatou os processos seguintes: do grumete Raymundo, acusado de 1ª deserção em tempo de guerra, e absolvido no Conselho de Guerra, foi reformada a sentença para se dar ao réu um ano de prisão com trabalho; do recruta Pedro Joaquim Rodrigues, acusado de inutilizar-se para se isentar do serviço, foi condenado a carrinho perpétuo, a sentença foi reformada para se lhe dar um ano de prisão com trabalhos; e, finalmente, o do recruta Joaquim Custodio de Almeida, acusado do mesmo crime, condenado no Conselho de Guerra à pena em que o foi seu companheiro, também foi reformada a sentença, para se lhe impor um ano de prisão com trabalhos. O Sr. Magalhães Castro relatou os seguintes processos: do furriel reformado João Paulo Cabeça, acusado de desobediência e insubordinação; foi condenado pelo Conselho de Guerra a 6 meses de prisão simples, mas esta sentença foi reformada para se lhe impor 5 anos de prisão com trabalho; e do recruta Joaquim Nunes Vianna, acusado de mutilar-se como os 2 acima, foi como eles condenado pelo Conselho de Guerra a carrinho perpétuo, foi reformada a sentença para se lhe dar igualmente 1 ano de prisão com trabalho. O Sr. Lisboa ultimamente relatou os 2 processos seguintes: do cabo José Joaquim Caxias, acusado de furto, sendo absolvido pelo Conselho de Guerra, foi esta sentença confirmada; e o do recruta José Carneiro de Nascimento, também acusado de mutilar-se como os 3 recrutas acima, foi como eles condenado pelo Conselho de Guerra a carrinho perpétuo, e como a deles, reformada a sentença para se lhe impor 1 ano de prisão com trabalhos. E nada mais havendo a tratar, o Sr. Conselheiro de Guerra Betancourt, servindo de Presidente, encerrou a Sessão. E eu, o Secretário de Guerra José Joaquim Rodrigues Lopes, a fiz escrever e subscrevi.

Betancourt {assinatura}

5ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar de Justiça, em 29 de maio de 1869

Aos 29 dias do mês de maio de 1869, achando-se reunidos os Srs. **Betancourt**, **Visconde de Tamandaré**, **Barão de Itapagipe**, **De Lamare**, **Fonseca**, **Aguiar**, **Câmara**, **Magalhães Castro** e **Lisboa**, foi aberta a Sessão, lida e aprovada a ata da antecedente, o Secretário de Guerra apresentou 3 portarias do Ministério da Guerra e 4 do da Marinha, remetendo processos para serem definitivamente julgados. O Sr. Câmara relatou os processos seguintes: do imperial marinheiro Augusto, acusado do crime de deserção em tempo de guerra e condenado na 1ª instância a 3 anos de galés, foi confirmada a sentença; do soldado José Lourenço, acusado do mesmo crime e condenado à morte pelo Conselho de Guerra, foi esta

sentença reformada para se infligir ao réu a pena de 1 ano de prisão com trabalho. O Sr. Magalhães Castro relatou os processos do músico Francisco Pereira Ramos, acusado do crime dos 2 réus acima e condenado à morte na instância inferior, foi esta sentença reformada, para se dar ao réu a pena de 1 ano de prisão com trabalho; assinaram vencidos o Sr. Relator, Barão de Itapagipe, Fonseca e Aguiar, pelas circunstâncias excepcionais do processo, e votaram pela absolvição, considerando o réu extraviado e não desertor. O Sr. Lisboa, finalmente, relatou o processo do prisioneiro de guerra paraguaio Manoel Villar, acusado de ferimento e condenado pelo Conselho de Guerra a carrinho perpétuo, foi reformada esta sentença para se dar ao réu 2 anos de prisão com trabalho; e ultimamente o do soldado João Oliveira do Espirito Santo, acusado do crime de deserção em tempo de guerra e condenado à morte na instância inferior; esta sentença foi reformada, dando-se ao réu 5 anos de prisão com trabalhos. E nada mais havendo a tratar-se, o Sr. Conselheiro de Guerra Betancourt, servindo de Presidente, encerrou a Sessão. E eu, o Secretário de Guerra José Joaquim Rodrigues Lopes, a fiz escrever e subscrevi.

Betancourt {assinatura}

6ª ATA DA SESSÃO DO CONSELHO SUPREMO MILITAR DE JUSTIÇA, EM 5 DE JUNHO DE 1869

Aos 5 dias do mês de junho de 1869, achando-se presentes os Exmos. Srs. Conselheiros de Guerra **Betancourt**, **Visconde de Tamandaré**, **De Lamare**, **Fonseca**, **Aguiar** e Desembargadores **Câmara**, **Magalhães Castro** e **Lisboa**, foi aberta a Sessão; lida e aprovada a ata da antecedente, o Secretário de Guerra apresentou 4 portarias sendo 2 da Marinha, 1 da Guerra e 1 da Justiça remetendo processos para serem julgados definitivamente, as quais tiveram o competente despacho. O Sr. Câmara relatou os seguintes processos: do soldado Marcelino Desiderio Bispo acusado de deserção em tempo de guerra e condenado à morte no Conselho inferior, foi reformada a sentença para dar-se ao réu a pena de 5 anos de prisão com trabalho; e do soldado Lucio Dario da Silva acusado do mesmo crime, e absolvido na instância inferior; esta sentença foi confirmada. O Sr. Magalhães Castro relatou os seguintes: do tambor Manoel da Paixão, acusado de deserção em tempo de guerra e condenado à morte na 1ª instância, foi reformada a sentença para se infligir ao réu a pena de 5 anos de prisão com trabalho; do soldado Paulino Rodrigues da Silva, acusado do mesmo crime, e também condenado à morte na 1ª instância, foi reformada a sentença para se dar ao réu a pena de 5 anos de prisão com trabalhos; e, finalmente, o processo do soldado Francisco Barboza, acusado também do crime acima mencionado e condenado a 5 anos de galés; foi confirmada a sentença. O Sr. Lisboa relatou os 3 seguintes: do soldado João Francisco dos Santos, acusado de crime de deserção em tempo de guerra e condenado à morte no Conselho inferior, esta sentença foi reformada e imposta ao réu a pena de 2

anos de prisão com trabalho; o do soldado Joaquim de Sant'Anna da Silva, acusado do mesmo crime, esta sentença foi também reformada para se impor ao réu a pena de 5 anos de prisão com trabalho; e, finalmente, o do músico Francisco Xavier dos Santos, como o réu antecedente, acusado de deserção em tempo de guerra, e como ele condenado à morte; esta sentença foi reformada dando-se ao réu a pena de 1 ano de prisão com trabalho. E nada mais havendo a tratar, o Sr. Conselheiro de Guerra Betancourt, servindo de Presidente, encerrou a Sessão. E eu, o Secretário de Guerra José Joaquim Rodrigues Lopes, a fiz escrever e subscrevi.

Betancourt {assinatura}

7ª ATA DA SESSÃO DO CONSELHO SUPREMO MILITAR DE JUSTIÇA, EM 12 DE JUNHO DE 1869

Aos 12 dias do mês de junho de 1869, achando-se presentes os Srs. Conselheiros de Guerra **Betancourt**, **Visconde de Tamandaré**, **De Lamare**, **Fonseca** e Desembargador **Câmara**. Leu-se e aprovou-se a ata da Sessão antecedente; o Secretário de Guerra apresentou a despacho 1 portaria do Ministério da Guerra e 2 do da Marinha, remetendo processos para serem definitivamente julgados. O Sr. Conselheiro de Guerra Betancourt, servindo de Presidente, declarou não poder haver relatório de processos por faltarem 2 dos membros togados do Tribunal, e em consequência do que encerrou a Sessão. E eu, o Secretário de Guerra José Joaquim Rodrigues Lopes, a fiz escrever e subscrevi.

Betancourt {assinatura}

8ª ATA DA SESSÃO DO CONSELHO SUPREMO MILITAR DE JUSTIÇA, EM 19 DE JUNHO DE 1869

Aos 19 dias do mês de junho de 1869, achando-se presentes os Srs. Conselheiros de Guerra **Betancourt**, **De Lamare**, **Fonseca** e **Aguiar** e Desembargadores **Câmara**, **Magalhães Castro** e **Lisboa**, foi aberta a Sessão. Lida e aprovada a ata da antecedente; duas questões de ordem se suscitaram: 1ª, se nos dias em que não pudesse haver Sessão por falta de número, se se deveria ou não ler as portarias, digo, o expediente, como se praticava até hoje, resolveu-se pela negativa; 2ª, se o Tribunal deverá julgar definitivamente o processo do soldado do Corpo Policial do Ceará Francisco Monteiro dos Santos, apresentado na última Sessão pelo Dr. Desembargador Magalhães Castro, e remetido pelo Ministério da Justiça com portaria, digo, Ministério da Guerra de 11 de maio do corrente ano, decidiu-se pela afirmativa visto já ter o Conselho julgado neste ano 3 processos idênticos da mesma província, também remetidos pelo mesmo Ministério em portarias de 27 de fevereiro e 19 de março do presente ano. O Sr. Desembargador Câmara relatou os 2 processos seguintes: do soldado Antonio Francisco da Silva, acusado de tentativa de suicídio, e absolvido em

Conselho de Guerra, foi confirmada esta sentença; e o do alferes de comissão Manoel Nunes da Cunha, acusado de insubordinação encaminhada à rebelião, absolvido na instância inferior, julgou-se nula a sentença por não ter sido votada por tenções. O Sr. Desembargador Magalhães Castro relatou o processo do Corpo Policial do Ceará de que acima se tratou, Francisco Monteiro dos Santos, condenado pelo Conselho de Julgamento a 6 meses de prisão, foi esta sentença confirmada. E por ser já tarde, o Sr. Conselheiro de Guerra Betancourt, servindo de Presidente, encerrou a Sessão. E eu, o Secretário de Guerra José Joaquim Rodrigues Lopes, a fiz escrever e subscrevi.

Betancourt {assinatura}

9ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar de Justiça, em 26 de junho de 1869

Aos 26 dias do mês de junho de 1869, achando-se presentes os Srs. Conselheiros de Guerra **Betancourt**, **Visconde de Tamandaré**, **Barão de Itapagipe**, **Fonseca** e **Aguiar** e Desembargadores **Câmara**, **Magalhães Castro** e **Lisboa**, foi lida e aprovada a ata da Sessão antecedente. O Secretário de Guerra apresentou a portaria do Ministério da Marinha remetendo para ser julgado o processo do imperial marinheiro José Antonio da Silva. O Sr. Desembargador Câmara relatou o processo do soldado Francisco Theodoro da Silva, acusado do crime de insubordinação e embriaguez, condenado no Conselho de Guerra a 7 meses de prisão, foi julgada nula esta sentença por não ter sido votada por tenções. O Sr. Desembargador Magalhães Castro relatou os 2 processos seguintes: do soldado Vicente Xavier, acusado do crime de ameaças e condenado pelo Conselho de Guerra a 1 ano de prisão com trabalho, cuja sentença foi também julgada nula por não ter sido julgada por tenções; e do soldado Antonio Rodrigues da Silva, acusado do crime de deserção em tempo de guerra e condenado à morte na instância inferior, foi esta sentença reformada absolvendo-se o réu. O Sr. Desembargador Lisboa, finalmente, relatou o processo do alferes José Frederico Pereira da Cunha, acusado do crime de prevaricação, absolvido em Conselho de Guerra, esta sentença foi confirmada. E nada mais havendo a tratar-se, o Sr. Conselheiro de Guerra Betancourt, servindo de Presidente, encerrou a Sessão. E eu, o Secretário de Guerra José Joaquim Rodrigues Lopes, a fiz escrever e subscrevi.

Betancourt {assinatura}

10ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar de Justiça, em 3 de julho de 1869

Aos 3 dias do mês de julho de 1869, achando-se presentes os Srs. Conselheiros de Guerra **Betancourt**, **De Lamare**, **Fonseca** e **Aguiar** e Desembargadores **Câmara**, **Magalhães Castro** e **Lisboa**, foi aberta a Sessão. Lida e aprovada a ata da antecedente. O Secretário de Guerra

apresentou 3 portarias do Ministério da Guerra remetendo para serem julgados os processos dos Conselhos de Guerra a que foram submetidos o anspeçada Joaquim Martins de Moura, e os soldados Salvador José de Barros, Carlos Antonio Serafim de Deos, Geraldo Ernesto Ribas; e bem assim apresentou a portaria do Ministério da Marinha, remetendo para igual fim o processo a que respondera o imperial marinheiro Emiliano Marçal. Em seguida, o Sr. Desembargador Magalhães Castro relatou o processo do soldado Antonio Pereira da Cruz, acusado de desobediência e condenado à morte pelo Conselho de Guerra, cuja sentença foi reformada para dar-se ao réu 1 ano de prisão com trabalho; e bem assim relatou o processo do soldado Manoel Machado de Miranda, acusado do crime de 2ª deserção agravada e condenado a quatro anos de prisão com trabalho, esta sentença foi confirmada. O Sr. Desembargador Lisboa relatou os 3 processos seguintes: do soldado Manoel Rodrigues Antunes, acusado do crime de resistência, e absolvido no Conselho de Guerra, foi esta sentença anulada por não ter sido votada por tenções; do cabo de esquadra Florencio Manoel, acusado do crime de ferimento, e absolvido também na instância inferior; o Conselho Supremo mandou voltar o processo para se juntar exame de sanidade; e, finalmente, o processo do soldado Manoel Machado de Miranda, acima mencionado, que antes de desertar fora acusado de fuga de preso, confiado à sua guarda e condenado a ficar no lugar do criminoso, esta sentença foi reformada para se dar ao réu a pena de 2 anos de prisão com trabalho. E nada mais havendo a tratar-se, o Sr. Conselheiro de Guerra Betancourt, servindo de Presidente, encerrou a Sessão. E eu, o Secretário de Guerra José Joaquim Rodrigues Lopes, a fiz escrever e subscrevi.

Betancourt {assinatura}

11ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar de Justiça, em 10 de julho de 1869

Aos 10 dias do mês de julho de 1869, achando-se presentes os Srs. Conselheiros de Guerra **Betancourt**, **De Lamare**, **Fonseca** e **Aguiar** e Desembargadores **Câmara**, **Magalhães Castro** e **Lisboa**, foi aberta a Sessão. Lida e aprovada a ata da antecedente, o Sr. Presidente declarou que na sala imediata se acharia o Sr. Brigadeiro **Henrique de Beaurepaire Rohan** nomeado vogal deste Tribunal, com o fim de tomar posse, e passando-se a Lei e Decreto respectivo, foi nomeado o Sr. Conselheiro de Guerra Aguiar para convidá-lo a prestar juramento e tomar assento, o que feito; o Secretário de Guerra leu 2 portarias do Ministério da Justiça e 1 do da Guerra, enviando processos para serem julgados em última instância. O Sr. Desembargador Câmara relatou os seguintes processos: do alferes Franklin Antonio de Abreo, acusado de falta de cumprimento de deveres e absolvido em Conselho de Guerra, foi confirmada esta sentença; e do soldado Ignacio Feliciano da Silva, acusado de ferimento, que tendo sido condenado a 3 anos de galés, teve esta sentença confirmada. O Sr.

Desembargador Magalhães Castro relatou os seguintes: do soldado José Rodrigues de Lima, acusado de embriaguez e insubordinação e condenado a 1 ano de prisão com trabalho, esta sentença foi reformada para dar-se ao réu tão somente seis meses de prisão simples; e o dos réus soldados Marcelino Gomes de Andrade e João Feliciano Ferreira, acusados de desordem e ferimento; o 1º foi condenado a seis meses de prisão simples, e o 2º a 3 meses também simples; esta sentença foi confirmada. O Sr. Desembargador Lisboa relatou os seguintes processos: 1º do soldado Luiz José Carolino, acusado de ferimento e condenado a seis meses de prisão simples, sendo esta sentença reformada para se lhe dar os mesmos seis meses de prisão porém com trabalho; o 2º do grumete Bernardo Joaquim Teixeira Guimarães, acusado de deserção em tempo de guerra e condenado a 5 anos de galés; foi reformada dando a réu 1 ano de prisão fazendo o serviço a bordo; e, finalmente, do soldado José Mendonça de Marinho, acusado de deserção simples e condenado a 2 meses de prisão, sentença esta que foi confirmada. E nada mais havendo a tratar-se, o Sr. Conselheiro de Guerra Betancourt, servindo de Presidente, encerrou a Sessão. E eu, o Secretário de Guerra José Joaquim Rodrigues Lopes, a fiz escrever e subscrevi. José Joaquim Rodrigues Lopes {assinatura}

Betancourt {assinatura}

12ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar de Justiça, em 17 de julho de 1869

Aos 17 dias do mês de julho de 1869, achando-se presentes os Srs. Conselheiros **Betancourt**, **Visconde de Tamandaré**, **De Lamare**, **Aguiar** e **Beaurepaire** e Desembargadores **Câmara**, **Magalhães Castro** e **Lisboa**, foi aberta a Sessão. Lida e aprovada a ata da antecedente. O Secretário de Guerra apresentou 5 portarias do Ministério da Guerra cobrindo 29 processos para serem julgados, sendo elas datadas de 12, 14 e 15 do corrente, as quais tiveram o conveniente despacho. O Sr. Desembargador Câmara relatou o processo do soldado Leopoldino José da Cruz, acusado de deserção em tempo de guerra e condenado à morte, foi reformada esta sentença para se dar ao réu a pena de 8 anos de prisão com trabalho. O Sr. Desembargador Magalhães Castro relatou os seguintes processos: do imperial marinheiro Luciano José de Carvalho, acusado de deserção em tempo de guerra e condenado em 5 anos de galés, esta sentença foi confirmada; do imperial marinheiro Domingos da Silva Rodrigues, acusado do mesmo crime e condenado a 2 anos de galés, foi confirmada a sentença; e do soldado João Domingues de Carvalho, acusado ainda do mesmo crime e condenado à morte, foi esta sentença reformada para dar-se ao réu quatro anos de prisão com trabalhos. O Sr. Desembargador Lisboa relatou os 2 processos seguintes: o 1º dos soldados Camilo Alves Moreira e Felippe Barboza, acusados ambos do crime de insubordinação, este foi condenado a 2 anos de prisão com trabalho, e aquele, a 3; esta

sentença foi reformada para dar-se ao réu Camilo 5 anos de prisão com trabalhos, e ao réu Felippe 4 anos; o 2º do soldado Manoel Antonio, acusado igualmente do crime de insubordinação e condenado à morte, este processo teve por despacho que o Conselho Supremo Militar de Justiça não tomava conhecimento dele, por ter vindo por cópia em vez de original. E nada mais havendo a tratar-se, o Sr. Conselheiro de Guerra Betancourt, servindo de Presidente, encerrou a Sessão. E eu, o Secretário de Guerra José Joaquim Rodrigues Lopes, a fiz escrever e subscrevi.

De Lamare {assinatura}

Betancourt {assinatura}

13ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar de Justiça, em 24 de julho de 1869

Aos 24 dias do mês de julho de 1869, achando-se presentes os Srs. Conselheiros **Betancourt**, **De Lamare**, **Fonseca** e **Beaurepaire** e Desembargadores **Câmara**, **Magalhães Castro** e **Lisboa**, foi aberta a Sessão. Lida e aprovada a ata da antecedente, o Secretário de Guerra apresentou 2 portarias do Ministério da Guerra de 19 e 21 do corrente remetendo os processos do soldado Gabriel de Andrade Passos e 2º cadete de Cavalaria Augusto Cesar Cavalcanti de Albuquerque para serem julgados; tiveram elas o competente despacho. O Sr. Desembargador Câmara relatou o seguinte processo: dos réus 1º sargento Augusto Soares d'Oliveira, 2º dito Joaquim Procopio de S. Anna e soldados Manoel da Cunha Amorim, João José da Rocha Pitta e José Antonio Cavalleiro, acusados do crime de estelionato, condenados, o 1º e 2º, a 1 ano de prisão rigorosa, e os soldados absolvidos; foi reformada esta sentença para dar-se aos 2 sargentos 2 anos de prisão com trabalho, e aos soldados, 6 meses de prisão também com trabalho. O Sr. Desembargador Magalhães Castro relatou os seguintes processos: do imperial marinheiro Antonio Amaro, acusado de insubordinação e ferimento, condenado a 8 anos de galés, foi confirmada esta sentença; do imperial marinheiro Francisco Espindola, acusado de tentativa de morte e condenado à pena última, foi esta sentença reformada para dar-se ao réu a pena de 10 anos de prisão com trabalho. E o Sr. Desembargador Lisboa relatou os seguintes: do grumete José Antonio da Silva, acusado de deserção em tempo de guerra e condenado a 5 anos de galés, foi esta sentença reformada para infligir-se ao réu 2 anos de prisão com trabalho; e o do soldado Salvador José de Barros, acusado de insubordinação, digo, desobediência e condenado na 1ª parte do artigo 1º dos de Guerra, sem fixação de tempo; foi julgado nulo todo o processo, por não ter nele funcionado auditor letrado. E nada mais havendo a tratar-se, o Sr. Conselheiro de Guerra Betancourt, servindo de Presidente, encerrou a Sessão. E eu, o Secretário de Guerra José Joaquim Rodrigues Lopes, a fiz escrever e subscrevi.

Betancourt {assinatura}

14ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar de Justiça, em 31 de julho de 1869

Aos 31 dias do mês de julho de 1869, achando-se presentes os Srs. Conselheiros **De Lamare**, **Fonseca**, **Aguiar** e Desembargadores **Câmara**, **Magalhães Castro** e **Lisboa**, foi aberta a Sessão. Lida e aprovada a ata da antecedente, o Secretário de Guerra apresentou 3 portarias do Ministério da Guerra e 3 do da Marinha, enviando processos para serem definitivamente julgados; estas portarias tiveram o conveniente despacho. O Sr. Desembargador Câmara relatou os 4 seguintes processos: 1º dos soldados João Martins Soares e José Domingos de Souza, acusados de se escusarem do serviço, alegando moléstias, os quais foram condenados em 2 anos de prisão cada um, o que foi confirmado; 2º do soldado Bernardino de Oliveira Neves, acusado de 1ª deserção simples e condenado a 2 meses de prisão, o que também foi confirmado; o 3º do imperial marinheiro Emiliano Manoel, acusado de deserção em tempo de guerra e condenado a 5 anos de galés, esta sentença foi confirmada; o 4º do grumete Francisco dos Santos Alves, acusado de deserção em tempo de guerra e condenado a 5 anos de galés, foi esta sentença reformada para impor-se ao réu a pena de 2 anos de prisão com trabalho. O Sr. Desembargador Magalhães Castro relatou os 2 seguintes processos: 1º do anspeçada Joaquim Martins de Moura, acusado de insubordinação e condenado a seis meses de prisão com trabalho, foi esta sentença reformada, impondo-se ao réu 2 meses de prisão simples; 2º do imperial marinheiro Plinio Alves do Lago, acusado de deserção em tempo de guerra e condenado a 5 anos de galés. Esta sentença foi confirmada. O Sr. Desembargador Lisboa relatou, por fim, os 3 seguintes processos: 1º do soldado Carlos Serafim de Deos, acusado de insubordinação e condenado a 1 ano de prisão com trabalho, foi reformada esta sentença, dando-se ao réu 2 anos de prisão com trabalho; 2º do soldado Francisco Pereira da Cunha Bastos, acusado de 1ª deserção simples e condenado a 2 meses de prisão com trabalho, foi reformada esta sentença para absolverem o réu; e 3º do 2º cadete Augusto Cesar Cavalcanti de Albuquerque, acusado de descaminho de dinheiro e fardamento e condenado a 2 meses de prisão simples, o que foi confirmado. E nada mais havendo a tratar-se, o Sr. Conselheiro de Guerra De Lamare, servindo de Presidente, encerrou a Sessão. E eu, o Secretário de Guerra José Joaquim Rodrigues Lopes, a fiz escrever e subscrevi.

Betancourt {assinatura}

15ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar de Justiça, em 7 de agosto de 1869

Aos 7 dias do mês de agosto de 1869, achando-se presentes os Srs. Conselheiros de Guerra **Betancourt** e Vogal **Beaurepaire** e Desembargadores **Câmara**, **Magalhães Castro** e **Lisboa**,

e não podendo assim haver Sessão, o Sr. Conselheiro de Guerra Betancourt mandou lavrar esta ata. E eu, o Secretário de Guerra José Joaquim Rodrigues Lopes, a fiz escrever e subscrevi.

Betancourt {assinatura}

16ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar de Justiça, em 14 de agosto de 1869

Aos 14 dias do mês de agosto de 1869, achando-se presentes os Srs. Conselheiros **Betancourt**, **De Lamare**, **Fonseca**, **Aguiar**, **Beaurepaire** e Desembargadores **Câmara**, **Magalhães Castro** e **Lisboa**, foi aberta a Sessão. Lidas e aprovadas as atas de 31 de julho próximo passado e da reunião do dia 7 do corrente em que não houve Sessão por falta de membros militares. O Secretário de Guerra apresentou 8 portarias do Ministério da Guerra, datadas de 31 de julho próximo passado e de 2, 4, 5, 6, 9 e 10 do corrente, enviando 8 processos para serem julgados, sendo eles de 1 alferes reformado do Exército; de 1 alferes honorário e de várias praças de pret, tendo todos o despacho conveniente. O Sr. Desembargador Câmara relatou os seguintes processos: do capitão reformado João Anselmo da Cruz, acusado de vender peças de fardamento e receber dinheiro para pagamento de praças e não pagar, sendo condenado no grau mínimo do art. 146 do Código Criminal; foi esta sentença reformada para se lhe dar um ano de prisão ficando inabilitado para qualquer emprego militar. O Sr. Desembargador Magalhães Castro relatou os 2 seguintes: do soldado Nicoláo Tollentino, acusado de deserção em tempo de guerra e condenado à morte; foi reformada a sentença para dar-se ao réu 5 anos de prisão com trabalho; e do soldado Geraldo Ernesto Ribas, acusado de 1ª deserção simples e condenado a 2 meses de prisão, o que foi confirmado pelo Tribunal. O Sr. Desembargador Lisboa relatou os 2 seguintes processos: do soldado Bento Angelo, acusado de deserção em tempo de guerra e condenado à morte, foi reformada esta sentença para impor-se ao réu a pena de 5 anos de prisão com trabalho; e o do soldado Amancio da Rocha, acusado de deserção em tempo de guerra e condenado de morte, foi esta sentença reformada para infligir-se ao réu a pena de 5 anos de prisão com trabalho. E nada mais havendo a tratar-se, o Sr. Conselheiro de Guerra Betancourt, servindo de Presidente, encerrou a Sessão. E eu, o Secretário de Guerra José Joaquim Rodrigues Lopes, a fiz escrever e subscrevi.

Betancourt {assinatura}

17ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar de Justiça, em 21 de agosto de 1869

Aos 21 dias do mês de agosto de 1869, achando-se presentes os Srs. Conselheiros **Betancourt**, **De Lamare**, **Beaurepaire** e Desembargadores **Câmara**, **Magalhães Castro** e

Lisboa, foi aberta a Sessão. Lida e aprovada a ata da antecedente, com a emenda, em vez das palavras 1 ano de prisão, ficando inabilitado, diga-se 1 ano de prisão e inabilitação para qualquer emprego militar. O Secretário de Guerra deu conta da portaria de 19 do corrente mês, enviando para ser julgado o processo do soldado Antonio Francisco Corrêa. O Sr. Desembargador Câmara relatou os 4 seguintes processos: 1º do soldado José Alves do Nascimento, acusado do crime de ameaça e condenado a 1 ano de prisão a contar da data do julgamento, foi reformada a sentença para se dar ao réu 1 ano de prisão; advertindo-se ao Conselho que não podia fixar o começo do tempo de prisão, que deve contar-se do dia da sentença definitiva; 2º dos soldados Manoel Epiphanio dos Santos, Themoteo Antonio Fialho, Manoel Chaves, Manoel Joaquim dos Anjos, Sebastião José Fernandes e Manoel Francisco Povoas, acusados de deserção em tempo de guerra, e absolvidos em 1ª instância, esta sentença foi confirmada; 3º do soldado Gabriel Matheos Evangelista, acusado de deserção simples, e absolvido também em 1ª instância, foi esta sentença reformada para infligir-se ao réu a de seis meses de prisão; 4º dos soldados Antonio José de Mello, José Albano e Paulino Ferreira de Brito, acusados de deserção em tempo de guerra e condenados à morte, foi reformada esta sentença para dar-se a cada um dos réus a pena de 5 anos de prisão com trabalho. O Sr. Desembargador Magalhães Castro relatou os 2 seguintes processos: 1º do alferes Livio Augusto do Nascimento, acusado de haver deixado de pagar vencimentos de praças de pret e de ter dado uma parte falsa, sendo condenado na 1ª instância à expulsão do serviço; foi tal sentença reformada para infligir-se ao réu 2 anos de prisão simples; 2º do soldado Candido Ramos de Mello, acusado de insubordinação, e absolvido na 1ª instância, o que foi confirmado. O Sr. Desembargador Lisboa relatou os seguintes processos: do alferes Ivo Antonio da Trindade Palma, acusado de faltas no exercício de suas funções, e absolvido no Conselho de Guerra, o que foi confirmado neste Tribunal; e o do soldado Manoel Francisco Paulino, acusado de 2ª deserção simples e condenado a 1 ano de prisão simples. E nada mais havendo a tratar-se, o Sr. Conselheiro de Guerra Betancourt, servindo de Presidente, encerrou a Sessão. E eu, o Secretário de Guerra José Joaquim Rodrigues Lopes, a fiz escrever e subscrevi.

Betancourt {assinatura}

18ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar de Justiça, em 28 de agosto de 1869

Aos 28 dias do mês de agosto de 1869, achando-se presentes os Srs. Conselheiros **Betancourt**, **Barão de Itapagipe**, **De Lamare**, **Fonseca**, **Aguiar**, **Beaurepaire** e Desembargadores **Câmara** e **Lisboa**, foi aberta a Sessão. Lida e aprovada a ata da antecedente, o Secretário de Guerra apresentou 8 portarias, sendo a 1ª do Ministério da Guerra, remetendo para ser julgado em última instância o processo do cabo de esquadra

Francisco José Felippe; e 7 do Ministério da Marinha, remetendo para o mesmo fim os processos do oficial de fazenda José da Silva Moreira, guardião extranumerário Joaquim Francisco dos Santos, dos soldados do Batalhão Naval Adão de Pontes Camara, José Alexandre do Nascimento, Manoel Antonio Soares, Raymundo Antonio Leite, Antonio Valentim, José Apostolo Floriano, imperial marinheiro Manoel Cilio, e o furriel deste Corpo Francisco Antonio 3º. Em seguida, o Sr. Desembargador Câmara relatou o processo do capitão reformado do Exército major da Guarda Nacional Henrique José de Carvalho, acusado de insubordinação, e absolvido em 1ª instância, foi confirmada esta sentença; e bem assim, relatou o processo do soldado Manoel Pereira do Carmo, acusado de deixar fugir um preso sob sua guarda e condenado a ficar no lugar deste; foi reformada esta sentença para dar-se ao réu 2 meses de prisão com trabalho. O Sr. Desembargador Lisboa relatou outros 2 processos: do 2º cadete Joaquim Lucas Borges de Aguiar, acusado de embriaguez e insultos, sendo absolvido em 1ª instância, foi confirmada esta em 2ª; e do 2º sargento Hermelindo de Souza Gomes, acusado de apossar-se de objetos e dinheiros confiados à sua guarda, foi condenado em 1ª instância a seis meses de prisão, e esta sentença foi reformada para infligir-se ao réu 1 ano de prisão simples. E nada mais havendo a tratar-se, o Sr. Conselheiro de Guerra Betancourt, servindo de Presidente, encerrou a Sessão. E eu, o Secretário de Guerra José Joaquim Rodrigues Lopes, a fiz escrever e subscrevi.

Visconde de Tamandaré {assinatura}

19ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar de Justiça, em 4 de setembro de 1869

Aos 4 dias do mês de setembro de 1869, achando-se presentes os Srs. Conselheiros **Betancourt**, **De Lamare**, **Fonseca**, **Aguiar** e **Beaurepaire** e Desembargadores **Câmara**, **Magalhães Castro** e **Lisboa**, foi aberta a Sessão; lida e aprovada a ata da antecedente; não houve expediente a apresentar. O Sr. Desembargador Câmara relatou os dois processos seguintes: do soldado paraguaio, prisioneiro de guerra, Santiago Bosque, acusado de insubordinação e condenado a 1 mês de prisão com trabalho, foi confirmada esta sentença; e do soldado Manoel Ferreira Evangelista, acusado de ferimento, foi condenado a 1 ano de prisão, levando-se em conta o tempo que esteve preso; foi reformada esta sentença para se lhe dar 1 ano de prisão, sem se lhe levar em conta o tempo de prisão já sofrido. O Sr. Desembargador Magalhães Castro relatou o processo do guarda nacional destacado Manoel Cypriano, acusado de resistência e ferimento, e absolvido, esta sentença foi confirmada. O Sr. Desembargador Lisboa relatou os 3 seguintes processos: do grumete Antonio da Silva, acusado de deserção em tempo de guerra e condenado em 5 anos de galés, foi esta sentença reformada para se dar a pena de 2 anos de prisão com trabalho. Do marinheiro Francisco Ferreira Fraga, acusado também de deserção em tempo de guerra, igualmente

condenado a 5 anos de galés, esta sentença foi reformada para infligir-se ao réu a de 2 anos de prisão com trabalho; e, finalmente, do soldado Herminio José Ferrão, acusado de 1ª deserção simples e condenado a 6 meses de prisão, foi esta sentença confirmada. E nada mais havendo a tratar-se, o Sr. Conselheiro de Guerra Betancourt, servindo de Presidente, encerrou a Sessão. E eu, o Secretário de Guerra José Joaquim Rodrigues Lopes, a fiz escrever e subscrevi.

Visconde de Tamandaré {assinatura}

20ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar, em 11 de setembro de 1869

Aos 11 dias do mês de setembro de 1869, achando-se presentes os Srs. Conselheiros **Visconde de Tamandaré**, **De Lamare**, **Fonseca** e **Beaurepaire** e Desembargadores **Câmara**, **Magalhães Castro** e **Lisboa**, foi aberta a Sessão. Lida e aprovada a ata da antecedente, o Secretário de Guerra deu conta de 3 portarias do Ministério da Marinha remetendo para serem julgados os processos dos imperiais marinheiros José da Cunha, Sebastião Pinto Delgado e do guardião Manoel Bernardo da Silva. O Sr. Desembargador Câmara relatou o processo do soldado Lino Pereira da Cunha, Antonio Manoel, José Maria de Souza e clarim Joaquim Maria, acusados de deserção em tempo de guerra e condenados à morte, foi reformada esta sentença para se dar aos 2 primeiros 2 anos de prisão com trabalho, por se haverem apresentado, e aos outros 2 quatro anos de prisão com trabalho, por terem sido capturados. O Sr. Desembargador Magalhães Castro relatou 2 processos: 1º do cabo Benedicto Pereira da Rocha, acusado de deixar fugir um preso confiado à sua guarda e condenado a 3 meses de prisão com trabalho, foi esta sentença reformada para se lhe dar a de quatro meses de prisão com trabalho, advertindo-se ao Conselho de Guerra que não podia impor pena senão do artigo em que o réu está incurso; 2º dos soldados Felippe de Mattos Coelho, Manoel José Pereira, Felippe Nardis de Araujo, Luiz Antonio da Silva, João Virissimo Julião e clarim José Joaquim da Silva, acusados de deserção em tempo de guerra e condenados à morte, foi esta sentença reformada para se dar aos 3 primeiros quatro anos de prisão com trabalho, por terem sido capturados, e os outros 3 a 2 anos de prisão com trabalhos, por se terem apresentado. O Sr. Desembargador Lisboa relatou os seguintes processos: 1º do soldado Raymundo João da Costa Lima, acusado de furto e condenado a um ano de prisão com trabalho, foi reformada a sentença para se lhe dar a de 2 anos de prisão com trabalho; 2º do soldado Crescenceo Luiz Pereira Madruga, acusado de 1ª deserção simples e condenado a seis meses de prisão, o que foi confirmado. E nada mais havendo a tratar-se, o Sr. Conselheiro de Guerra Visconde de Tamandaré, servindo de Presidente, encerrou a Sessão. E eu, o Secretário de Guerra José Joaquim Rodrigues Lopes, a fiz escrever e subscrevi.

21ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar de Justiça, em 18 de setembro de 1869

Aos 18 dias do mês de setembro de 1869, achando-se presentes os Srs. **Visconde de Tamandaré**, **De Lamare**, **Fonseca**, **Beaurepaire** e Desembargadores **Câmara**, **Magalhães Castro** e **Lisboa**, foi aberta a Sessão. Lida e aprovada a ata da antecedente, o Secretário de Guerra deu conta de 1 portaria do Ministério da Justiça, 2 do da Guerra e 2 do da Marinha, remetendo para serem julgados os processos dos réus soldado de Polícia da Corte João Mendonça de Marinho, prisioneiro paraguaio Claudio Taguada, 2º sargento Raymundo da Silva Alvarenga, grumete Honorato Pereira da Silva e o maquinista contratado Felippe Benicio das Neves; tiveram estas portarias o conveniente despacho. O Sr. Desembargador Câmara relatou os 2 seguintes processos: 1º do soldado Hipolito da Silva, acusado de 1ª deserção agravada e condenado a 1 ano de prisão com trabalho, sentença que foi confirmada; 2º do soldado prisioneiro de guerra Hygino Valiente, acusado de insulto e desobediência a uma sentinela e condenado a 3 meses de prisão rigorosa, sentença que foi igualmente confirmada. O Sr. Desembargador Magalhães Castro relatou os 3 seguintes processos: 1º do soldado Gabriel de Andrade Passos, acusado de 1ª deserção agravada e condenado a 1 ano de prisão com trabalho, foi esta sentença confirmada; 2º do clarim Adriano Joaquim da Silva, acusado de desobediência e ofensas físicas, e absolvido em 1ª instância; esta sentença foi reformada para infligir-se a de um ano de prisão com trabalho; 3º do soldado Manoel Joaquim de Souza, acusado de 1ª deserção simples e condenado a 6 meses de prisão, esta sentença foi confirmada. O Sr. Desembargador Lisboa relatou também os 3 processos seguintes: 1º dos soldados Cyrio Bueno da Silva, Antonio Martins 2º e João José da França, todos acusados de deserção em tempo de guerra e condenados à morte, foi reformada esta sentença para se dar a cada um, um ano de prisão com trabalho; 2º do soldado Antonio Francisco Corrêa, acusado de 1ª deserção simples e condenado a seis meses de prisão, foi reformada esta sentença para condená-lo na forma do artigo 1º da Ordenança de 9 de abril de 1805, visto achar-se provado ser 2ª e não 1ª deserção; e 3º do imperial marinheiro Manoel Cyrio Ramos, acusado de deserção em tempo de guerra, e absolvido em 1ª instância, foi reformada esta sentença para se lhe dar 6 meses de prisão com trabalho. E nada mais havendo a tratar-se, o Sr. Conselheiro de Guerra Visconde de Tamandaré, servindo de Presidente, encerrou a Sessão. E eu, o Secretário de Guerra José Joaquim Rodrigues Lopes, a fiz escrever e subscrevi.

Fonseca {assinatura}

22ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar de Justiça, em 25 de setembro de 1869

Aos 25 dias do mês de setembro de 1869, achando-se presentes os Srs. Conselheiros **Fonseca**, **Aguiar**, **Beaurepaire** e Desembargadores **Câmara**, **Magalhães Castro** e **Lisboa**,

foi aberta a Sessão. Lida e aprovada a ata da antecedente, o Secretário de Guerra apresentou 1 portaria do Ministério da Guerra remetendo para ser julgado o processo do Conselho de Guerra feito ao soldado José Theodoro da Silva, bem como 3 portarias do Ministério da Marinha, remetendo para os mesmos fins os processos dos réus cabo de imperiais marinheiros José Roberto de Souza e o imperial Bernardino Irineo de Sena, e os soldados do Batalhão Naval Manoel Rangel de Mendonça e Antonio José d'Avila. O Sr. Desembargador Câmara relatou os seguintes processos: 1º do cabo imperial marinheiro Joaquim Francisco dos Santos, acusado de insubordinação e condenado ao rebaixamento do posto e a 2 anos de galés; esta sentença foi julgada nula, por não ter no processo intervindo auditor letrado, nem ter sido julgado por tenções; 2º do soldado Antonio Valentim, acusado de deserção em tempo de guerra e condenado à morte; foi reformada esta sentença para se infligir ao réu a de 5 anos de prisão com trabalho; 3º dos soldados João da Rocha, Manoel Sucupira de Carvalho, Claudino da Rocha, Eugenio Raymundo de Lacerda e João Antonio da Silva, acusados de 1ª deserção simples, condenados a 2 meses de prisão; foi julgada nula esta sentença, porque sendo os réus menores, não se lhes deu curador. O Sr. Desembargador Magalhães Castro relatou os 4 seguintes processos: 1º do músico Leocadio José Rodrigues, acusado de deserção em tempo de guerra e condenado à morte, foi reformada a sentença para se lhe dar 5 anos de prisão com trabalho; 2º do clarim Emiliano Paulo de Souza, acusado de 2ª deserção simples e condenado a 1 ano de prisão com trabalho; foi confirmada esta sentença; 3º do comissário da Armada José da Silva Moreira, acusado de falta de cumprimento de deveres e condenado à pena de suspensão do cargo por 1 mês; foi reformada esta sentença para se lhe dar a mesma suspensão por 2 meses; e 4º do soldado Adão de Pontes Camara, acusado de deserção em tempo de guerra e condenado a 5 anos de galés; foi reformada a sentença para se dar ao réu 5 anos de prisão com trabalho. O Sr. Desembargador Lisboa relatou os 3 processos seguintes: 1º do furriel Francisco Antonio 3º, acusado de deserção em tempo de guerra e condenado a 2 meses de galés; foi reformada para dar-se-lhe a pena de seis meses de prisão simples; 2º do soldado José Alexandre do Nascimento, acusado de deserção em tempo de guerra e condenado à morte, foi reformada a sentença para se lhe dar 5 anos de prisão com trabalho; e 3º do pífaro José Apostolo Floriano, acusado de deserção em tempo de guerra e condenado a 5 anos de galés; foi anulada esta sentença por não ter cumprido a 2ª parte do artigo 6º do Alvará de 4 de setembro de 1765, que manda copiar a disposição do artigo, ou artigos de lei, em que se achar o réu incurso. O Sr. Desembargador Magalhães Castro declarou que, em virtude da próxima abertura da Assembleia Provincial do Rio de Janeiro, de que é membro, tinha-se de retirar do Tribunal durante a Sessão [ilegível] da dita Assembleia. E nada mais havendo a tratar-se, o Sr. Conselheiro de Guerra Fonseca, servindo de Presidente, encerrou a Sessão. E eu, o Secretário de Guerra José Joaquim Rodrigues Lopes, a fiz escrever e subscrevi.

Fonseca {assinatura}

23ª ATA DA SESSÃO DO CONSELHO SUPREMO MILITAR DE JUSTIÇA, EM 2 DE OUTUBRO DE 1869

Aos 2 dias do mês de outubro de 1869, achando-se presentes os Srs. Conselheiros **Betancourt**, **De Lamare**, **Fonseca**, **Beaurepaire** e Desembargadores **Câmara** e **Lisboa**, foi aberta a Sessão. Lida e aprovada a ata da antecedente, o Secretário de Guerra apresentou 4 portarias do Ministério da Guerra, sendo as 3 primeiras de remessa de processos que têm de ser julgados dos réus soldados Francisco Cesario de Oliveira, João Monteiro de Souza Machado, prisioneiros Santiago Ayala, Senon Torres, Paulo Acosta, Maximo lfrain e Gregorio Martines, e a 4ª para consultar sobre o prosseguimento do Conselho de Investigação a que se procedeu contra o menor operário militar do Arsenal de Guerra da Corte Joaquim Pedro da Silva. O Sr. Desembargador Câmara relatou dois processos, a saber: do imperial marinheiro João da Cunha, acusado de deserção em tempo de guerra e condenado a 5 anos de galés; na instância superior deu-se ao réu 2 anos de prisão com trabalho; e do soldado do Batalhão Naval Manoel Antonio Soares, acusado de deserção em tempo de guerra e condenado a 5 anos de galés; foi confirmada a sentença quanto ao tempo de prisão, mas passando esta a ser prisão com trabalho. O Sr. Desembargador Lisboa relatou também 2 processos, a saber: do soldado do Batalhão Naval Raymundo Antonio Leite, acusado de deserção em tempo de guerra e condenado a 5 anos de galés, foi reformada esta sentença para se infligir ao réu 5 anos de prisão com trabalho; e do 2º sargento Raymundo da Silva Alvarenga, acusado de deixar fugir o preso confiado à sua guarda, e absolvido em 1ª instância. Este processo teve o seguinte despacho: à vista do Decreto nº 4.402, de 4 de agosto do corrente ano, volte o processo ao Conselho de Guerra para cumprir a decisão da Junta de Justiça, que está de conformidade com as leis em vigor, e que então funcionava competentemente e sem recurso. E nada mais havendo a tratar-se, o Sr. Conselheiro de Guerra Betancourt, servindo de Presidente, encerrou a Sessão. E eu, o Secretário de Guerra José Joaquim Rodrigues Lopes, a fiz escrever e subscrevi.

Betancourt {assinatura}

24ª ATA DA SESSÃO DO CONSELHO SUPREMO MILITAR DE JUSTIÇA, EM 9 DE OUTUBRO DE 1869

Aos 9 dias do mês de outubro de 1869, achando-se presentes os Srs. Conselheiros **Betancourt**, **Visconde de Tamandaré**, **De Lamare**, **Fonseca**, **Beaurepaire** e Desembargadores **Câmara** e **Lisboa**, foi aberta a Sessão. Lida e aprovada a ata da antecedente, o Secretário de Guerra leu a portaria do Ministério da Guerra de 7 do corrente, comunicando ao Conselho que fora nomeado, em substituição do Sr. Desembargador Magalhães Castro, o 1º Desembargador Dr. **Luis de Assis Mascarenhas**, que se achava na sala imediata. Em consequência, foi assinado o despacho na dita portaria

lançado de cumpra-se, registre-se e preste o nomeado o competente juramento, e em seguida designados os Srs. Conselheiro Aguiar e Desembargador Câmara para convidá-lo ao mesmo juramento prestado o qual tomou assento; continuando-se a leitura do expediente, a saber: 2 portarias do Ministério da Guerra enviando os processos a que responderam os soldados Estevão Alves, Antonio Bibiano de Paula e Hirminio José Pereira; e 3 portarias do Ministério da Marinha, enviando os processos do soldado do Batalhão Naval Joaquim Fernandes da Fonseca, e os imperiais marinheiros Ignacio Mariano da Silva Bueno e Manoel da Silva Maia, todos para serem julgados em última instância. O Sr. Desembargador Câmara relatou os seguintes processos: 1º do grumete Sebastião Pinto Delgado, acusado de deserção em tempo de guerra e condenado a 5 anos de galés, foi reformada esta sentença para dar-se ao réu a de 5 anos de prisão com trabalho; 2º do grumete Honorato Pereira da Silva, acusado do mesmo crime, e também condenado a 5 anos de galés; esta sentença foi como a precedente reformada para dar-se ao réu 5 anos de prisão com trabalho. O Sr. Desembargador Lisboa relatou também 2 processos, do soldado Manoel Rangel de Mendonça, acusado de 1ª deserção simples e condenado a 4 meses de prisão; esta sentença foi confirmada; e do soldado do Corpo Policial da Corte João Mendonça de Marinho, acusado de 2ª deserção agravada e condenado a servir na tropa de linha como se recrutado fosse. Esta sentença foi confirmada. E nada mais havendo a tratar-se, o Sr. Conselheiro de Guerra Betancourt, servindo de Presidente, encerrou a Sessão. E eu, o Secretário de Guerra José Joaquim Rodrigues Lopes, a fiz escrever e subscrevi.

Betancourt {assinatura}

25ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar de Justiça, em 16 de outubro de 1869

Aos 16 dias do mês de outubro de 1869, achando-se presentes os Srs. Conselheiros **Betancourt**, **Visconde de Tamandaré**, **De Lamare**, **Fonseca**, **Aguiar** e **Beaurepaire** e Desembargadores **Câmara**, **Lisboa** e **Mascarenhas**, foi aberta a Sessão. Lida e aprovada a ata da antecedente, o Secretário de Guerra deu conta de 2 portarias do Ministério da Guerra, remetendo para serem julgados os processos do soldado de Inválidos Adolpho Fraga, e o prisioneiro de guerra, Claudio Ayala. Em seguida, o Sr. Desembargador Câmara relatou os seguintes processos: 1º do imperial marinheiro Bernardino Ireno de Sena, acusado do crime de rebelião e condenado à morte; foi reformada esta sentença para se lhe dar a de 6 anos de prisão com trabalho; 2º do soldado paraguaio Claudio Taguada, acusado do crime de ofensas físicas e absolvido, foi confirmada esta sentença. O Sr. Desembargador Lisboa relatou 3 processos: o 1º do maquinista Felicio Benicio das Neves, acusado do crime de insubordinação e condenado a 2 meses de prisão; foi julgada nula a sentença por não ter sido votada por tenções; 2º do soldado José Theodoro da Silva, acusado de 2ª

deserção simples e condenado a 2 anos de trabalhos públicos; foi confirmada esta sentença; 3º do soldado do Batalhão Naval Antonio José d'Avila, acusado de deserção em tempo de guerra e condenado a 5 anos de galés; foi reformada para se lhe dar os mesmos 5 anos de prisão, porém com trabalho. O Sr. Desembargador Mascarenhas relatou os 2 seguintes processos: 1º do cabo Francisco José Felippe, acusado de furto e ameaças e condenado a 10 meses de prisão, foi reformada para se dar ao réu 2 meses de prisão com trabalho; 2º do guardião Manoel Bernardo da Silva, acusado de deserção em tempo de guerra e condenado a 2 anos de galés; esta sentença foi confirmada. E nada mais havendo a tratar-se, o Sr. Conselheiro de Guerra Betancourt, servindo de Presidente, encerrou a Sessão. E eu, o Secretário de Guerra José Joaquim Rodrigues Lopes, a fiz escrever.

Betancourt {assinatura}

26ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar de Justiça, em 23 de outubro de 1869

Aos 23 dias do mês de outubro de 1869, achando-se presentes os Srs. Conselheiros **Betancourt**, **Visconde de Tamandaré**, **De Lamare**, **Beaurepaire** e Desembargadores **Câmara**, **Lisboa** e **Mascarenhas**, foi aberta a Sessão. Lida e aprovada a ata da antecedente, o Secretário de Guerra deu conta de 4 portarias do Ministério da Marinha, remetendo para serem julgados os processos do soldado e do pífaro do Batalhão Naval Quintiliano Pinto e José Apostolo Floriano, e os imperiais marinheiros Manoel José da Costa e João Baptista de Miranda; e 1 do Ministério da Guerra remetendo para o mesmo fim o processo do soldado de Cavalaria Antonio Francisco de Moraes. Em seguida, o Sr. Desembargador Câmara relatou os seguintes processos: do tenente paraguaio Claudio Ayala, acusado de crime de ofensas físicas e absolvido, o que foi confirmado; e o do cabo de imperiais marinheiros José Roberto de Souza, acusado de ferimento e condenado a 20 anos de galés, foi reformada esta sentença para dar-se ao réu a de galés perpétuos. O Sr. Desembargador Lisboa relatou os seguintes processos: do grumete Manoel da Silva Maia, acusado de deserção em tempo de guerra e condenado a 5 anos de galés, foi reformada a sentença para dar-se ao réu a de 2 anos de prisão com trabalho; e o do soldado Francisco Cesario de Oliveira, acusado de ferimento e condenado a seis meses de prisão rigorosa, o que foi confirmado. O Sr. Desembargador Assis Mascarenhas relatou os 2 seguintes processos: 1º do soldado Adolpho Fraga, acusado de 1ª deserção simples e condenado a 2 meses de prisão, o que foi confirmado; e o 2º dos soldados paraguaios Santiago Ayala, Simon Torres, Paulo Acosta, Maximo lfrain e Gregorio Martines, acusados de deserção. O Conselho de Guerra não tomou conhecimento por se julgar incompetente, e por despacho deste Tribunal ordenou-se que o processo voltasse ao Conselho de Guerra para proceder nos termos do Alvará de 4 de setembro de 1765. E nada mais havendo a tratar-se, o Sr.

Conselheiro de Guerra Betancourt, servindo de Presidente, encerrou a Sessão. E eu, o Secretário de Guerra José Joaquim Rodrigues Lopes, a fiz escrever e subscrevi.

Betancourt {assinatura}

27ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar de Justiça, em 30 de outubro de 1869

Aos 30 dias do mês de outubro de 1869, achando-se presentes os Srs. Conselheiros **Betancourt**, **De Lamare**, **Beaurepaire** e Desembargadores **Câmara**, **Lisboa** e **Mascarenhas**, foi aberta a Sessão. Lida e aprovada a ata da antecedente, o Secretário de Guerra deu conta de 6 portarias do Ministério da Guerra, remetendo para serem julgados os processos: do capitão Domiciano Luiz dos Santos, tenente Francelino Honorio da Silva, alferes Manoel Bueno Feio e Manoel Nunes da Cunha; 2º sargento Antonio Ferreira da Silva Santarem, cabos de esquadra Manoel João da Cruz e Miguel Gomes da Silva; soldados João Luiz da Cunha, André dos Santos Pereira, José Antonio de Sant'Anna, Joaquim dos Passos, Manoel Fructuozo, Miguel Ramos do Nascimento, Manoel Luis de Oliveira, Manoel João da Rocha, Manoel Sucupira de Carvalho, Claudiano da Rocha, Eugenio Raymundo de Lacerda, José Antonio da Silva, José Vicente Maria, Germano Alves Souto, Joaquim Duarte do Nascimento, Joaquim Soares, Procopio Fernandes Pereira, Manoel José Ferreira, Wenceslão Antonio de Jesus, José Raymundo Cutrim, Joaquim da Costa Diniz, João Ferreira da Silva, Agostinho de Souza Paulino, José Vieira Salgado, Belisario da Silva Rodrigues, Manoel Jacintho da Costa, Zeferino Manoel, alferes Napoleão da Costa Rosa e o prisioneiro Francisco Martines; soldados Bernardo Casemiro Barbosa e José Antonio de Almeida. Do Ministério da Marinha vieram para o mesmo fim, em 3 portarias, os processos do imperial marinheiro Torquato Pinto dos Santos e José Martins Falcato, e o guardião extranumerário Joaquim Soares Dantas. O Sr. Desembargador Câmara relatou os processos do soldado João Monteiro de Souza Machado, acusado de assentar praça antes de receber a baixa do corpo em que acabara de servir, foi absolvido na 1ª instância, e esta sentença foi confirmada; do soldado do Batalhão Naval Joaquim Fernandes da Fonseca, acusado de deserção em tempo de guerra; absolvido no Conselho de Guerra, esta sentença foi confirmada. O Sr. Desembargador Lisboa relatou os 2 seguintes processos: do soldado Estevão Alves, acusado de deserção agravada e condenado a quatro anos de trabalhos públicos; foi reformada esta sentença para se infligir ao réu a de 2 anos de trabalhos públicos; e do imperial marinheiro Ignacio Mariano da Silva Bueno, acusado do crime de morte e absolvido em 1ª instância; esta sentença foi reformada para se impor ao réu a 3 anos de galés. O Sr. Desembargador Assis Mascarenhas relatou os 2 seguintes processos: do soldado Antonio Bibiano de Paula, acusado de deserção simples e condenado a 2 meses de prisão, o que foi confirmado; e o

do soldado Herminio José Bezerra, acusado de deserção simples e condenado a quatro meses de prisão, o que também foi confirmado. E nada mais havendo a tratar-se, o Sr. Conselheiro de Guerra Betancourt, servindo de Presidente, encerrou a Sessão. E eu, o Secretário de Guerra José Joaquim Rodrigues Lopes, a fiz escrever e subscrevi.

De Lamare {assinatura}

28ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar de Justiça, em 6 de novembro de mil oitocentos e sessenta e nove

Aos 6 dias do mês de novembro de 1869, achando-se presentes os Srs. Conselheiros **De Lamare**, **Aguiar** e **Beaurepaire** e Desembargadores **Câmara**, **Lisboa** e **Assis Mascarenhas**, foi aberta a Sessão. Lida e aprovada a ata da antecedente, o Secretário de Guerra deu conta dos seguintes papéis que tiveram o conveniente despacho: 3 portarias do Ministério da Guerra, remetendo para serem julgados os processos dos 1ºs sargentos Boaventura da Luz Rodrigues Cidreira e José Luis Pereira dos Santos, 1º cadete Joaquim de Mello Cunha, e os soldados Antonio Botelho, Ignacio Xavier Pereira, Antonio Gomes da Silva, José Bento da Silva, Manoel Demetrio da Silva, e do músico Ernesto José Antonio. O Sr. Desembargador Câmara relatou os seguintes processos: 1º do soldado do Batalhão Naval Quintiliano Pinto, acusado de deserção em tempo de guerra e condenado a 5 anos de galés, foi reformada esta sentença para se impor ao réu a de 5 anos de prisão com trabalho; 2º do imperial marinheiro João Baptista de Miranda, acusado de ferimento grave e condenado a galés perpétuos; foi também reformada esta sentença para se infligir ao réu a pena de 8 anos de prisão com trabalho. O Sr. Desembargador Lisboa relatou os 2 seguintes processos: 1º do imperial marinheiro Manoel José da Costa, acusado de terceira deserção em tempo de paz e condenado a 1 ano de prisão, o que foi confirmado; 2º de Torquato Pinto dos Santos, também imperial marinheiro, acusado de deserção em tempo de guerra e condenado a 5 anos de galés; esta sentença foi reformada, dando-se-lhe a de 2 anos de prisão com trabalho, visto estar provado ser o réu menor. O Sr. Desembargador Assis Mascarenhas relatou os 2 seguintes processos: 1º dos soldados Bernardo Casemiro Barboza e José Antonio de Almeida, acusados de insubordinação, aquele foi absolvido, e este condenado a 6 meses de prisão no Conselho de Guerra; o que foi confirmado neste Tribunal; 2º do soldado Francisco Antonio de Moraes, acusado de 2ª deserção agravada e condenado a 4 anos de prisão com trabalho, o que foi confirmado. E nada mais havendo a tratar-se, o Sr. Conselheiro de Guerra De Lamare, servindo de Presidente, encerrou a Sessão. E eu, o Secretário de Guerra José Joaquim Rodrigues Lopes, a fiz escrever e subscrevi.

Visconde de Tamandaré {assinatura}

29ª ATA DA SESSÃO DO CONSELHO SUPREMO MILITAR DE JUSTIÇA, EM 13 DE NOVEMBRO DE 1869

Aos 13 dias do mês de novembro de 1869, achando-se presentes os Srs. Conselheiros **Visconde de Tamandaré**, **Barão de Itapagipe**, **De Lamare**, **Lamego** e **Beaurepaire** e Desembargadores **Câmara**, **Lisboa** e **Assis Mascarenhas**, foi aberta a Sessão. Lida e aprovada a ata da antecedente; o Secretário de Guerra deu conta de 3 portarias do Ministério da Guerra, remetendo para serem julgados os processos do furriel Manoel Rodrigues da Silva, dos soldados Manoel Antonio Vargas, Manoel José Balduino, e dos prisioneiros Manoel Antonio Berdil, Santiago Ayala, Simon Torres, Paulo Acosta, Maximo Ifrain e Gregorio Martines. O Sr. Desembargador Câmara relatou 2 processos: o 1º do guardião Soares Dantas, acusado de crime de insubordinação e condenado a 5 anos de prisão, esta sentença foi reformada para se dar ao réu a de 5 anos de prisão com trabalho; o 2º do imperial marinheiro José Martins Falcato, acusado do crime de insubordinação e condenado a 1 ano de prisão, também foi reformada para se dar ao réu 1 ano de prisão com trabalho. O Sr. Desembargador Lisboa relatou 3 processos, o 1º do soldado prisioneiro Francisco Martines, acusado de desobediência e insubordinação e absolvido, foi reformada esta sentença para se lhe dar a de 2 meses com trabalho; o 2º do soldado Zeferino Manoel, acusado de 1ª deserção agravada e condenado a 1 ano de prisão, foi também reformada para ser infligida ao réu o duplo daquela pena, visto ser 2ª deserção agravada; o 3º do cabo Miguel Gomes, acusado de ferimento e condenado a carrinho perpétuo, foi esta sentença anulada por não ter sido votada por tenções. O Sr. Desembargador Assis Mascarenhas relatou 3 processos; o 1º do soldado Joaquim dos Passos, acusado de ferimento e condenado a 3 meses de prisão, foi igualmente anulada pelo mesmo motivo; 2º do soldado Manoel Jacintho, acusado de 1ª deserção simples e condenado a 2 meses de prisão, o que foi confirmado; o 3º do alferes Napoleão da Costa Rosa, acusado de ofensas por palavras e insultos; e absolvido em 1ª instância, o que também aconteceu em 2ª. E nada mais havendo a tratar-se, o Sr. Conselheiro de Guerra Visconde de Tamandaré, servindo de Presidente, encerrou a Sessão. E eu, o Secretário de Guerra José Joaquim Rodrigues Lopes, a fiz escrever e subscrevi.

Betancourt {assinatura}

30ª ATA DA SESSÃO DO CONSELHO SUPREMO MILITAR DE JUSTIÇA, EM 20 DE NOVEMBRO DE 1869

Aos 20 dias do mês de novembro de 1869, achando-se presentes os Srs. Conselheiros **Betancourt**, **De Lamare**, **Lamego**, **Aguiar** e **Beaurepaire** e Desembargadores **Lisboa** e **Assis Mascarenhas**, foi aberta a Sessão. Lida e aprovada a ata da antecedente, o Secretário de Guerra apresentou 2 portarias do Ministério da Guerra e outra do da Marinha, enviando para

serem julgados os processos do soldado Salvador de Barros e o guardião extranumerário João Antonio; estas portarias tiveram o conveniente despacho. O Sr. Desembargador Lisboa relatou o processo do soldado do Batalhão Naval José Apostolo Floriano, acusado de deserção em tempo de guerra e condenado a 5 anos de galés, foi reformada esta sentença para se dar ao réu 2 anos de prisão com trabalho. O Sr. Desembargador Assis Mascarenhas relatou o processo dos réus alferes Manoel Bueno Feio, 2º sargento Antonio Ferreira da Silva Santarem, e cabo Manoel João da Cruz, acusados de fuga de presos cometidos à sua guarda e absolvidos no Conselhos de Guerra, o que foi confirmado. E nada mais havendo a tratar-se, o Sr. Conselheiro de Guerra Betancourt, servindo de Presidente, encerrou a Sessão. E eu, o Secretário de Guerra José Joaquim Rodrigues Lopes, a fiz escrever e subscrevi.

Betancourt {assinatura}

31ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar de Justiça, em 27 de novembro de 1869

Aos 27 dias do mês de novembro de 1869, achando-se presentes os Srs. Conselheiros **Betancourt**, **Visconde de Tamandaré**, **Barão de Itapagipe**, **De Lamare**, **Fonseca**, **Beaurepaire**, e os Desembargadores **Câmara**, **Lisboa** e **Assis Mascarenhas**, foi aberta a Sessão; lida e aprovada a ata da antecedente, o Secretário de Guerra deu conta de 4 portarias do Ministério da Marinha, remetendo para serem julgados os processos dos imperiais marinheiros Antonio Martins Monteiro, João Carlos dos Reis, Manoel Antonio dos Passos, Antonio José Pereira, Macario Felippe das Chagas, 1º marinheiro Manoel José de Mello, marinheiro de 1ª classe João Antonio Mendes, e soldado do Batalhão Naval Raymundo Augusto Pires de Figueiredo. O Sr. Desembargador Câmara relatou os 8 seguintes processos: dos soldados João Luiz da Cunha, Belisario da Silva Rodrigues e Wenceslão Antonio de Jesus, acusados todos 3 de deserção em tempo de guerra e condenados à morte, estas 3 sentenças foram reformadas para se dar a cada um dos réus 5 anos de prisão com trabalho; dos soldados Luis Manoel de Oliveira, João Ferreira da Silva, Joaquim Soares e Ignacio Xavier Pereira, acusados de deserção em tempo de guerra e condenados à morte, foram reformadas estas sentenças para se dar a cada um 2 anos de prisão com trabalho; e do 1º sargento José Luis Pereira dos Santos, acusado de insubordinação e condenado a 6 meses de prisão; foi julgada nula a sentença, por não ter sido o julgamento por tenções. O Sr. Desembargador Lisboa relatou os 8 seguintes processos: dos soldados Manoel Fructuozo, José Raymundo Cutrim e José Antonio de Sant'Anna, acusados de deserção em tempo de guerra e condenados à morte, foram reformadas estas sentenças para se dar a cada um dos réus 5 anos de prisão com trabalho; dos soldados Joaquim Duarte do Nascimento, Procopio Fernandes Pereira e Agostinho de Souza Paulino, acusados de deserção em tempo de guerra e condenados à morte, estas

sentenças foram reformadas para se dar a cada um dos réus 2 anos de prisão com trabalho; do soldado André dos Santos Pereira, condenado à morte por deserção em tempo de guerra; foi reformada esta sentença para dar-se ao réu 3 anos de prisão com trabalho; e do 1º cadete Joaquim de Mello e Cunha, acusado de deserção em tempo de guerra, condenado à morte; foi reformada esta sentença para se dar ao réu 3 anos de prisão simples e expulsão do serviço. O Sr. Desembargador Assis Mascarenhas relatou os 8 processos seguintes; dos soldados Miguel Ramos do Nascimento, José Vieira Salgado e José Vicente Maria, acusados de deserção em tempo de guerra e condenados à morte; foi reformada esta sentença para dar-se a cada um dos réus 5 anos de prisão com trabalho; dos soldados Antonio Botelho, Germano Alves Souto e Joaquim da Costa Diniz, acusados de deserção em tempo de guerra e condenados à morte; foram reformadas estas sentenças para se dar a cada um 2 anos de prisão com trabalho; o do soldado Manoel José Ferreira, acusado de deserção em tempo de guerra, absolvido em 1ª instância, sendo confirmada em 2ª; e do 1º sargento Boaventura da Luz Rodrigues Cidreira, acusado de extravio de objetos ao seu cargo e absolvido em 1ª instância, foi esta sentença reformada para se lhe dar 1 mês de prisão simples. E nada mais havendo a tratar, o Sr. Conselheiro de Guerra Betancourt, servindo de Presidente, encerrou a Sessão. E eu, o Secretário de Guerra José Joaquim Rodrigues Lopes, a fiz escrever e subscrevi.

De Lamare {assinatura}

32ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar de Justiça, em 1º de dezembro de 1869

Ao 1º dia do mês de dezembro de 1869, achando-se presentes os Srs. Conselheiros de Guerra **De Lamare**, **Lamego**, **Beaurepaire** e Desembargadores **Câmara**, **Lisboa** e **Assis Mascarenhas**, foi aberta a Sessão. Lida e aprovada a ata da antecedente, o Secretário de Guerra deu conta da portaria do Ministério da Guerra remetendo para serem julgados os processos dos soldados João Moreira de Souza e Antonio Roberto da Maia; esta portaria teve o conveniente despacho. O Sr. Desembargador Câmara relatou o seguinte processo dos soldados João da Rocha, Manoel Sucupira de Carvalho, Claudino da Rocha, Eugenio Raymundo de Lacerda e José Antonio da Silva, acusados de 1ª deserção simples e condenados a 2 meses de prisão, o que foi confirmado. O Sr. Desembargador Lisboa relatou os 2 seguintes processos: do soldado prisioneiro de guerra Manoel Antonio Berdil, acusado de deserção; o Conselho de Guerra julgou-se incompetente para proferir sentença. O Tribunal ordenou que o processo voltasse ao Conselho de Guerra para cumprir a decisão da Junta Militar de Justiça, por não serem atendidas as razões do dito Conselho; dos soldados prisioneiros de guerra Santiago Ayala, Senon Torres, Paulo Acosta, Maximo lfrain e Gregorio Martines, acusados de 1ª deserção simples; o Conselho de Guerra declinou de sua competência, e o Tribunal ordenou que voltasse o processo ao Conselho de Guerra para

cumprir a decisão deste Tribunal que rigorosamente deve ser observada, sem análise ou observação do mesmo Conselho. O Sr. Desembargador Assis Mascarenhas relatou o seguinte processo: dos réus, furriel Manoel Rodrigues da Silva e soldado Manoel Antonio Vargas, acusados de fuga de presos confiados à sua guarda e condenados em 2 anos de prisão com trabalho; esta sentença foi reformada para dar-se aos réus 1 ano de prisão com trabalho. E nada mais havendo a tratar-se, o Sr. Conselheiro de Guerra De Lamare, servindo de Presidente, encerrou a Sessão. E eu, o Secretário de Guerra José Joaquim Rodrigues Lopes, a fiz escrever e subscrevi.

De Lamare {assinatura}

33ª ATA DA SESSÃO DO CONSELHO SUPREMO MILITAR DE JUSTIÇA, EM 4 DE DEZEMBRO DE 1869

Aos 4 dias do mês de dezembro de 1869, achando-se presentes os Srs. Conselheiros de Guerra **De Lamare**, **Lamego**, **Fonseca**, **Beaurepaire** e Desembargadores **Câmara**, **Lisboa** e **Assis Mascarenhas**, foi aberta a Sessão. Lida e aprovada a ata da antecedente, o Secretário de Guerra deu conta da portaria do Ministério da Marinha, remetendo para ser julgado o processo do soldado do Batalhão Naval José Venancio Ferreira da Silva. O Sr. Desembargador Câmara relatou o processo do capitão Domiciano Luiz dos Santos, acusado de haver deixado de entregar a seu sucessor toda a quantia que deveria dar-lhe, além de insinuar as praças para haverem tumultuariamente o que se lhes devia; foi absolvido em 1ª instância, e na 2ª julgada nula a sentença, por não ter sido votada por tenções. O Sr. Desembargador Lisboa relatou os seguintes processos: do soldado Antonio Gomes da Silva, acusado de ferimentos e absolvido na instância inferior; e na superior teve o despacho de voltar o processo ao Conselho de Guerra para se juntar o exame de sanidade; e do soldado José Bento da Silva, acusado do mesmo crime e absolvido em 1ª instância; teve na 2ª o despacho de voltar o processo ao Conselho de Guerra para se proceder a outro exame de sanidade perante a Junta Médica Militar. O Sr. Desembargador Mascarenhas relatou os seguintes processos: do músico Ernesto José Antonio, acusado de embriaguez e condenado a 3 meses de prisão simples, foi julgada nula a sentença da inquirição de testemunhas em diante, para serem inquiridas mais testemunhas; e o do soldado Manoel Demetrio da Silva, acusado de desobediência e condenado a 1 ano de prisão rigorosa, foi absolvido em 2ª instância por ter já sofrido um castigo correcional. E nada mais havendo a tratar-se, o Sr. Conselheiro de Guerra De Lamare, servindo de Presidente, encerrou a Sessão. E eu, o Secretário de Guerra José Joaquim Rodrigues Lopes, a fiz escrever e subscrevi.

De Lamare {assinatura}

34ª ATA DA SESSÃO DO CONSELHO SUPREMO MILITAR DE JUSTIÇA, EM 11 DE DEZEMBRO DE 1869

Aos 11 dias do mês de dezembro de 1869, achando-se presentes os Srs. Conselheiros de Guerra **De Lamare**, **Lamego**, **Beaurepaire** e Desembargadores **Câmara**, **Lisboa** e **Assis Mascarenhas**, foi aberta a Sessão. Lida e aprovada a ata da antecedente, o Secretário de Guerra deu conta de 4 portarias do Ministério da Guerra, remetendo para serem julgados os processos do alferes prisioneiro de guerra João Baptista Candia, e dos soldados José Zacarias de Almeida, Manoel Jacintho Nery, Manoel Antonio Vieira e Joaquim Pereira Alves; e 1 do Ministério da Marinha, remetendo para o mesmo fim o processo do soldado do Batalhão Naval Mariano da Costa Pessôa. O Sr. Desembargador Câmara relatou o seguinte processo: do tenente Francelino Honorio da Silva, acusado de haver tirado da Tesouraria de Fazenda de Mato Grosso, dinheiros para despesas do Corpo de que era quartel-mestre, ficando alcançado nas respectivas despesas e absolvido em 1ª instância; foi julgada nula a sentença por não ser voltada por tenções. O Sr. Desembargador Lisboa relatou o processo do soldado do Batalhão Naval Raymundo Augusto Pires de Figueiredo, acusado de deserção em tempo de guerra e condenado a 5 anos de galés; foi reformada esta sentença para dar-se ao réu 5 anos de prisão com trabalho. E não se podendo tratar dos outros processos de pena capital, por não haver o número legal de Senhores Conselheiros de Guerra, o Sr. Conselheiro de Guerra De Lamare, servindo de Presidente, encerrou a Sessão. E eu, o Secretário de Guerra José Joaquim Rodrigues Lopes, a fiz escrever e subscrevi.

Visconde de Tamandaré {assinatura}

35ª ATA DA SESSÃO DO CONSELHO SUPREMO MILITAR DE JUSTIÇA, EM 15 DE DEZEMBRO DE 1869

Aos 15 dias do mês de dezembro de 1869, achando-se presentes os Srs. Conselheiros **Visconde de Tamandaré**, **De Lamare**, **Beaurepaire** e Desembargadores **Câmara** e **Assis Mascarenhas**, foi aberta a Sessão. Lida e aprovada a ata da antecedente, o Secretário de Guerra deu conta de 3 portarias, sendo 1 da Marinha e 2 da Guerra, remetendo para serem julgados os processos do imperial marinheiro Lourenço Justiniano Mendes; do soldado reformado Manoel Custodio da Silva, e do soldado efetivo Antonio José de Souza. O Sr. Desembargador Câmara relatou o processo do soldado do Batalhão Naval João Venancio Ferreira da Silva, acusado de deserção simples e condenado a 1 ano de prisão; foi confirmada esta sentença. O Sr. Desembargador Assis Mascarenhas relatou os 3 seguintes processos: do soldado João Moreira de Souza, acusado de deserção agravada e condenado a 6 meses de prisão; foi confirmada esta sentença; do soldado do Batalhão Naval Mariano de Castro Pessoa, acusado de deserção em tempo de guerra e condenado a 5 anos de galés; foi reformada para dar-se ao réu a pena de 5 anos de prisão com trabalho; do soldado

Manoel Antonio Vieira, acusado de 1ª deserção simples e condenado a 6 meses de prisão, o que foi confirmado. E não podendo tratar-se de outros processos de pena capital, o Sr. Conselheiro de Guerra Visconde de Tamandaré, servindo de Presidente, encerrou a Sessão. E eu, o Secretário de Guerra José Joaquim Rodrigues Lopes, a fiz escrever e subscrevi.

De Lamare {assinatura}

36ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar de Justiça, em 15 de dezembro de 1869

Aos 15 dias do mês de dezembro de mil oitocentos sessenta e nove, achando-se presentes os Srs. Conselheiros **De Lamare**, **Lamego**, **Beaurepaire** e Desembargadores **Câmara**, **Lisboa** e **Assis Mascarenhas**, foi aberta a Sessão, lida e aprovada a ata da antecedente, o Secretário de Guerra deu conta do seguinte expediente: 1 portaria do Ministério da Guerra remetendo para serem julgados os processos dos réus, furriel João Angelo da Costa e soldados Gonçalo Alves Pereira e Silvano Pereira da Silva, e outra do Ministério da Marinha, remetendo para o mesmo fim o processo a que respondeu o imperial marinheiro João Antonio 1º. O Sr. Desembargador Câmara relatou o processo do alferes paraguaio, prisioneiro de guerra, João Baptista Candia, acusado de subtrair os vencimentos de vários oficiais de sua nacionalidade, e condenando a 6 meses de prisão, além do ressarcimento do dano; foi julgado nulo este processo por se não poder considerar crime militar o fato atribuído ao réu. O Sr. Desembargador Lisboa relatou 3 processos: do soldado Antonio Roberto da Maia, acusado de 2ª deserção simples e condenado a 2 anos de trabalhos públicos; foi confirmada esta sentença; do soldado Antonio José de Lima, acusado de deserção, o Conselho de Guerra julgou-se incompetente por não ter o réu completado a deserção; foi esta decisão confirmada; do soldado Gonçalo Alves Pereira, acusado do crime de ameaças e condenado a 15 meses de prisão; foi anulado o processo por se achar assinado um vogal sem nomeação. O Sr. Desembargador Assis Mascarenhas relatou os 4 seguintes processos: do imperial marinheiro Florencio Justiniano Mendes, acusado de deserção em tempo de guerra e condenado a 5 anos de galés; foi reformada para dar-se ao réu 5 anos de prisão com trabalho; do soldado Silvano Pereira da Silva, acusado de deserção simples e condenado a 6 meses de prisão; foi confirmada esta sentença; do furriel João Angelo da Costa, acusado de insubordinação e desobediência e condenado a 9 meses de prisão, o que foi confirmado; e, finalmente, do imperial marinheiro João Antonio 1º, acusado de deserção em tempo de guerra e condenado a 5 anos de galés; sendo reformada para dar-se ao réu 5 anos de prisão com trabalho. E nada mais havendo a tratar-se, o Sr. Conselheiro de Guerra De Lamare, servindo de Presidente, encerrou a Sessão. Declaro em tempo que também foi apresentada a despacho a portaria remetendo o processo do soldado Francisco Gomes da Rocha. E eu, o Secretário de Guerra José Joaquim Rodrigues Lopes, a fiz escrever.

Betancourt {assinatura}

37ª ATA DA SESSÃO DO CONSELHO SUPREMO MILITAR DE JUSTIÇA, EM 5 DE FEVEREIRO DE 1870

Aos 5 dias do mês de fevereiro de 1870, achando-se presentes os Srs. Conselheiros **Betancourt**, **Barão de Itapagipe**, **De Lamare**, **Fonseca**, **Lamego**, **Beaurepaire** e Desembargadores **Câmara**, **Magalhães Castro** e **Lisboa**, foi aberta a Sessão. Lida e aprovada a ata da última Sessão do ano próximo passado, o Secretário de Guerra deu conta dos seguintes papéis que todos tiveram o conveniente despacho. Um ofício do Sr. Desembargador Magalhães Castro comunicando que, tendo-se encerrado a Assembleia Provincial do Rio de Janeiro de que era membro, a 31 de dezembro do ano passado, tinha cessado o seu impedimento de comparecer a este Tribunal, para o qual se achava pronto; 12 portarias do Ministério da Guerra enviando para serem julgados os processos seguintes: do capitão José Cesar de Mello Sampaio com o tenente Joaquim Theodoro da Silva Freire, alferes José Nicoláo Pimenta de Araujo Vargas Coutinho, particular Alfredo Ferreira, do soldado João Baptista Soares, do prisioneiro de guerra Nicolás Leon, dos soldados do Corpo de Polícia do Ceará João Quintino de Souza, Pedro Ferreira dos Santos, 2ºs cadetes Antonio da Gama e Mello e Joaquim Auto dos Guimarães, soldados Ildefonso Francisco das Neves, Henrique José Porfirio, Felix José da Trindade, Manoel Ignacio da Silva, Galdino José Antunes, Joaquim José de Sant'Anna, José Alves Carneiro Junior, Manoel da Rocha Camargo, Francelino José Henrique de Asevedo, José Mathias de Araujo, José Venancio de Santarem, dos prisioneiros de guerra Santiago Ayala, Simon Torres, Paulo Acosta, Maximo lfrain, Gregorio Martines, Antonio Mercado e Venito Aconito; 18 portarias do Ministério da Marinha, remetendo para o mesmo fim os processos dos imperiais marinheiros Raymundo Odorico Dorsolino, Antonio José Lopes, João Madrasth Felippe, Ezequiel Profeta de Senna, Estacio Pereira da Silva, Candido Zacarias, João Baptista de Paula, José Coelho de Carvalho Dias, Damasio Teixeira, Valeriano do Espirito Santo, soldados navais Braulino Landim de Siqueira, José Sabino da Silva, Marcelino Ferreira Lima, Guarino de Aquino Roza, Joaquim Francisco dos Santos; grumetes Manoel Antonio e José da Costa Vieira, e maquinista Felippe Benicio das Neves; 5 portarias do Ministério da Justiça enviando para o mesmo fim os processos dos soldados do Corpo Militar de Justiça Germano Theolino dos Santos, Delfim José Lopes, Manoel Jorge Ferreira, Antonio José de Carvalho e Alfredo Abreo e Meira. O Sr. Desembargador Câmara relatou 2 processos o 1º do imperial marinheiro João Antonio Mendes, acusado de insubordinação e rebelar-se contra a ordem de seu superior e condenado à morte em 1ª instância, em 2ª o foi a galés perpétuos; o 2º do soldado José Zacharias de Almeida, acusado de ferimentos, condenado em Conselho de Guerra à pena de prisão sofrida, desde março de 1868 até 29 de setembro de 1869, data da sentença. Este Tribunal mandou voltar o processo para ser julgado por tenções. O Sr. Desembargador

Magalhães Castro relatou os 2 seguintes: 1º do soldado Salvador José de Barros, acusado de insubordinação e embriaguez e condenado a 1 mês de prisão com trabalho; foi reformada para dar-se ao réu a de seis meses de prisão com trabalho; o 2º do soldado Manoel Custodio da Silva, acusado de ferimentos, e absolvido em 1ª instância; foi reformada esta sentença para se lhe dar seis meses de prisão com trabalho. O Sr. Desembargador Lisboa relatou 2 processos: 1º do soldado Manoel Jacintho Nery, acusado de embriaguez, e absolvido em 1ª instância, foi reformada esta sentença para se dar ao réu 1 ano de prisão; 2º do soldado Joaquim Pereira Alves, acusado de deserção em tempo de guerra, e declinou de sua competência o Conselho de Guerra. Este Tribunal mandou voltar o processo ao Conselho de Guerra, para julgar como por de direito, visto ser o mesmo Conselho competente para isso. E nada mais havendo a tratar-se, o Sr. Conselheiro de Guerra Betancourt, servindo de Presidente, encerrou a Sessão. E eu, o Secretário de Guerra José Joaquim Rodrigues Lopes, a fiz escrever e subscrevi.

Betancourt {assinatura}

38ª ATA DA SESSÃO DO CONSELHO SUPREMO MILITAR DE JUSTIÇA, EM 9 DE FEVEREIRO DE 1870

Aos 9 dias do mês de fevereiro de 1870, achando-se presentes os Srs. Conselheiros **Betancourt**, **Barão de Itapagipe**, **De Lamare**, **Fonseca**, **Lamego**, **Elisiário**, **Beaurepaire** e Desembargadores **Câmara**, **Lisboa** e **Magalhães Castro**, foi aberta a Sessão. Lida e aprovada a ata da antecedente, o Secretário de Guerra deu conta de 2 portarias do Ministério da Guerra enviando para serem julgados os processos do capitão Pio Guilherme Corrêa de Mello, Domiciano Luiz dos Santos, tenente Paulo Luis dos Santos, e os soldados Francisco Theodoro da Silva, Vicente Xavier, Manoel Antonio, Manoel Rodrigues Antunes, José Antonio dos Santos, Joaquim José, Ricardo da Costa, Francisco Theodoro do Nascimento, Gregorio de Campos, Antonio Rodrigues Chaves, João Pereira da Silva, Manoel Antonio Rodrigues, Trajano Francisco Bernardes e o prisioneiro de guerra Romão Pacheco. O Sr. Desembargador Câmara relatou os 3 seguintes processos: 1º do soldado Manoel José Balduino, acusado de fuga de presos confiados à sua guarda, e absolvido em 1ª instância. Este Tribunal reformou a sentença, condenando o réu a 1 ano de prisão com trabalho; 2º do grumete Manoel Antonio, acusado de ferimentos e condenado a 10 anos de galés, foi reformada esta sentença, para se lhe dar 6 anos de prisão com trabalho; 3º do soldado Manoel Ignacio, acusado de 2ª deserção simples e condenado a 2 anos de trabalho; foi reformada para se lhe dar seis meses de prisão, visto ser a 1ª e não a 2ª a deserção. O Sr. Desembargador Magalhães Castro relatou os 2 seguintes: 1º do marinheiro Manoel José de Mello, acusado de morte e condenado a galés perpétuos, que foi confirmada; 2º do imperial marinheiro João Baptista de Paula, acusado de ferimentos e

condenado a 1 ano de galés, foi esta sentença reformada para se lhe dar 4 anos de prisão com trabalho. O Sr. Desembargador Lisboa relatou também 2 processos: 1º do soldado Francisco Gomes da Rocha, acusado de 1ª deserção simples e sendo absolvido, foi confirmada esta sentença; 2º do imperial marinheiro Damasio Teixeira, acusado de insubordinação e condenado à morte; foi reformada esta sentença para se lhe dar 10 anos de prisão com trabalho. E nada mais havendo a tratar-se, o Sr. Conselheiro de Guerra Betancourt, servindo de Presidente, encerrou a Sessão. E eu, o Secretário de Guerra José Joaquim Rodrigues Lopes, a fiz escrever e subscrevi.

Betancourt {assinatura}

39ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar de Justiça, em 12 de fevereiro de 1870

Aos 12 dias do mês de fevereiro de 1870, achando-se presentes os Srs. Conselheiros **Betancourt**, **De Lamare**, **Elisiário** e **Beaurepaire** e Desembargadores **Câmara**, **Magalhães Castro** e **Lisboa**, foi aberta a Sessão. Lida e aprovada a ata da antecedente, o Secretário de Guerra deu conta de 1 portaria do Ministério da Marinha, remetendo para ser julgado o processo do soldado do Batalhão Naval Valerio José de Carvalho. O Sr. Desembargador Câmara relatou o processo dos imperiais marinheiros Antonio Matheos Monteiro, João Carlos dos Reis, Antonio José Pereira e Macario Felippe das Chagas, acusados de crime de sublevação e condenados à morte; o Tribunal mandou voltar o processo ao Conselho de Guerra para proceder-se novamente aos interrogatórios dos réus menores, dando-se-lhes curador na forma da lei e procedendo-se posteriormente aos demais termos do mesmo processo até julgamento final. O Sr. Desembargador Magalhães Castro relatou os seguinte processo: do soldado Joaquim José de Sant'Anna, acusado do crime de insubordinação e ferimento, e tendo sido julgado incurso na 2ª parte do artigo 1º dos de Guerra; o Tribunal mandou voltar o processo, para que o Conselho de Guerra determinasse a pena. O Sr. Desembargador Lisboa relatou o processo dos réus capitão José Cesar de Mello Sampaio, tenente Joaquim Theodoro da Silva Freire, alferes José Nicoláo Pimenta de Araujo Vargas Coutinho, soldado particular Alfredo Muniz, e soldado Julis Von der hey nes, acusados de furto e absolvidos no Conselho de Guerra; o Tribunal reformou a sentença quanto ao capitão Sampaio, para condenar a 3 meses de prisão, e confirmou-a quanto aos outros réus. E nada mais havendo a tratar-se, o Sr. Conselheiro de Guerra Betancourt, servindo de Presidente, encerrou a Sessão. Declaro em tempo que a votação sobre este último processo foi pela maneira seguinte: Betancourt, vencido, porque absolve por falta de provas a todos os réus pelo crime do roubo acusado; condenei, porém, o capitão comandante, como responsável pela relaxação e indisciplina das praças do destacamento de seu comando, a 2 meses de prisão. De Lamare, condeno o capitão por não haver ele obstado semelhante

acontecimento. Elisiário, condeno ao capitão pelo mesmo motivo. Beaurepaire, vencido, por se conformar com a sentença do Conselho de Guerra. Câmara. Magalhães Castro, vencido, porque reformava a sentença quanto a todos os réus. Lisboa. E eu, o Secretário de Guerra José Joaquim Rodrigues Lopes, a fiz escrever e subscrevi.

40ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar de Justiça, em 16 de fevereiro de 1870

Aos 16 dias do mês de fevereiro de 1870, achando-se presentes os Srs. Conselheiros **Betancourt**, **De Lamare**, **Fonseca**, **Elisiário**, **Beaurepaire** e Desembargadores **Magalhães Castro** e **Lisboa**, foi aberta a Sessão. Lida e aprovada a ata da antecedente, o Secretário de Guerra deu conta de 1 portaria do Ministério da Guerra remetendo para ser julgado o processo do soldado Manoel João Fernandes. O Sr. Desembargador Magalhães Castro relatou os 3 seguintes processos: 1º do imperial marinheiro José Coelho de Carvalho Dias, acusado de deserção em tempo de guerra e condenado em 2 anos de galés, sentença que foi reformada para se dar ao réu 1 ano de prisão com trabalho; 2º do soldado Nicolao Lesn, acusado de deserção simples e condenado a seis meses de prisão, o que foi confirmado; 3º do soldado Francelino José Henrique de Asevedo, acusado de deserção em tempo de guerra, o Conselho de Guerra declinou de sua competência; e este Tribunal mandou voltar o processo ao Conselho de Guerra para proceder a julgamento na forma da Ordenança de 9 de abril de 1805, por ser considerada a deserção em tempo de paz, e estar o processo competentemente organizado. O Sr. Desembargador Lisboa relatou os 2 seguintes processos: 1º do soldado do Batalhão Naval Braulino Landim de Siqueira, acusado de deserção em tempo de guerra e condenado a 5 anos de galés; foi reformada esta sentença para se dar ao réu a pena de 5 anos de prisão com trabalho; 2º do soldado José Alves Carneiro Junior, acusado de deserção simples e condenado a 4 meses de prisão, o que foi confirmado. E nada mais havendo a tratar-se, o Sr. Conselheiro de Guerra Betancourt, servindo de Presidente, encerrou a Sessão. Barão de Itapagipe {assinatura}. E eu, o Secretário de Guerra José Joaquim Rodrigues Lopes, a fiz escrever e subscrevi.

41ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar de Justiça, em 19 de fevereiro de 1870

Aos 19 dias do mês de fevereiro de 1870, achando-se presentes os Srs. Conselheiros **Betancourt**, **Barão de Itapagipe**, **De Lamare**, **Fonseca**, **Aguiar**, **Elisiário** e **Beaurepaire** e Desembargadores **Câmara**, **Magalhães Castro** e **Lisboa**, foi aberta a Sessão. Lida e aprovada a ata da antecedente, com a emenda de que não tendo estado presente na anterior Sessão o Sr. Desembargador Câmara, não pediu ele que se transcrevesse na ata, que se aprova hoje, o modo por que ele votou no processo que condenou o capitão José

Cesar de Mello Sampaio. Em seguida, o Secretário de Guerra deu conta de 2 portarias do Ministério da Guerra remetendo para serem julgados os processos do alferes Antonio Rafael Floquet; do soldado Luis Pereira da Silva; e o do prisioneiro de guerra Sebastião Guimenes. O Sr. Desembargador Câmara relatou 2 processos: 1º do alferes Manoel Nunes da Cunha, acusado de insubordinação, e absolvido no Conselho de Guerra; foi reformada esta sentença, para se lhe dar a pena de 1 ano de prisão em uma fortaleza; 2º do imperial marinheiro Valeriano do Espirito Santo, acusado de deserção em tempo de guerra e condenado a 5 anos de galés; foi reformada a sentença para se lhe dar a pena de 1 ano de prisão com trabalho, em atenção a ter sido já o réu indevida e rigorosamente castigado. O Sr. Desembargador Magalhães Castro relatou o processo do soldado do Corpo Militar de Polícia da Corte Delfino José Lopes, acusado de haver injuriado o seu capitão de Companhia e sendo condenado a 6 meses de prisão, foi esta sentença confirmada. O Sr. Desembargador Lisboa relatou o processo do guardião João Antonio, acusado do crime de ferimento e absolvido no Conselho de Guerra, o que foi confirmado. E nada mais havendo a tratar-se, o Sr. Conselheiro de Guerra Betancourt, servindo de Presidente, encerrou a Sessão. E eu, o Secretário de Guerra José Joaquim Rodrigues Lopes, a fiz escrever e subscrevi.

Betancourt {assinatura}

42ª Ata da Reunião de 23 de fevereiro de 1870

Aos 23 dias do mês de fevereiro de 1870, achando-se presentes os Srs. Conselheiros **De Lamare**, **Fonseca**, **Elisiário** e **Beaurepaire** e Desembargador **Câmara**, e não podendo haver Sessão, o Sr. Conselheiro de Guerra De Lamare mandou lavrar esta ata. E eu, o Secretário de Guerra José Joaquim Rodrigues Lopes, a fiz escrever e subscrevi.

43ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar de Justiça, em 26 de fevereiro de 1870

Aos 26 dias do mês de fevereiro de 1870, achando-se presentes os Srs. Conselheiros **Betancourt**, **De Lamare**, **Fonseca**, **Lamego**, **Elisiário**, **Beaurepaire** e Desembargadores **Câmara**, **Magalhães Castro** e **Lisboa**, foi aberta a Sessão. Lidas e aprovadas as atas da Sessão antecedente e da reunião que lhe sucedeu sem haver Sessão, o Secretário de Guerra deu conta do seguinte expediente: 1 portaria do Ministério da Guerra, declarando que à mesma Secretaria se remeta cópia autenticada da ata do Tribunal de 12 do corrente, e mais 3 portarias remetendo para serem julgados os processos dos soldados José Bispo, Emydio de Sousa Teixeira, Gonçalo Alves Pereira e Antonio Herculano de Araujo. Portarias do Ministério da Marinha remetendo para o mesmo fim os processos dos imperiais marinheiros Antonio de Santa Clara e Manoel Pereira da Silva, e soldado do Batalhão Naval Thiago

Antonio Pires. O Sr. Desembargador Câmara relatou 7 processos: 1º do soldado José Mathias de Araujo, acusado de deserção em tempo de guerra, o Conselho declinou de sua competência; e o Tribunal julgou nulo o processo e mandou proceder a novo Conselho com auditor letrado por ser crime capital; 2º do grumete Estacio Pereira da Silva, acusado do mesmo crime e condenado a 5 anos de galés; foi reformada esta sentença para condenarem o réu a 5 anos de prisão com trabalho; 3º do soldado Antonio José de Carvalho, acusado de 1ª deserção simples e condenado a 2 meses de prisão, o que foi confirmado; 4º do soldado Galdino José Antunes, acusado do último crime acima e condenado a 6 meses de prisão, o que também foi confirmado; 5º do imperial marinheiro Ezequiel Profeta de Senna, acusado de ferimento grave e condenado a 2 anos de galés; reformou o Tribunal esta sentença para condenar o réu a 4 anos de prisão com trabalho; 6º do imperial marinheiro Candido Zacarias, acusado de ferimentos graves e condenado a 2 anos de galés; foi reformada a sentença para se dar ao réu a pena de 2 anos de prisão com trabalho; 7º do 2º cadete Antonio da Gama e Mello, acusado de desobediência, e absolvido no Conselho de Guerra, foi esta sentença confirmada. O Sr. Desembargador Magalhães Castro relatou os 3 seguintes processos: 1º do soldado do Batalhão Naval Marcelino Ferreira Lima, acusado de deserção em tempo de guerra e condenado a 5 anos de galés; foi reformada esta sentença para se dar ao réu a pena de 5 anos de prisão com trabalho; 2º do marinheiro Gausino de Aquino Rosa, acusado do último crime acima e condenado à mesma pena; foi reformada a sentença para se dar ao réu a pena de 5 anos de prisão com trabalho; 3º dos soldados Henrique José Porfirio e Felix José da Trindade, acusados de ofensas físicas e ferimentos leves e condenados a 4 meses de prisão; o que foi reformado para se lhes dar a pena de 4 meses de prisão com trabalho. O Sr. Desembargador Lisboa relatou os 4 seguintes processos: 1º do soldado do Corpo Policial Germano Theolino dos Santos, acusado de 2ª deserção simples e condenado a servir na 1ª linha como se recrutado fosse; o que foi confirmado com a cláusula de só servir a metade do tempo, visto ter-se apresentado voluntariamente; 2º do soldado Pedro Ferreira dos Santos, acusado de deserção simples e condenado a 6 meses de prisão, o que foi confirmado; 3º do soldado João Quiterio de Sousa, acusado do último crime acima e condenado a 1 ano de prisão, deduzindo-se a prisão já sofrida; foi confirmada a sentença; e 4º, finalmente, do soldado João Baptista Soares, acusado de desobediência, e absolvido no Conselho de Guerra, foi esta sentença confirmada. E nada mais havendo a tratar-se, o Sr. Conselheiro de Guerra Betancourt, servindo de Presidente, encerrou a Sessão. E eu, o Secretário de Guerra José Joaquim Rodrigues Lopes, a fiz escrever e subscrevi.

De Lamare {assinatura}

44ª Ata da Reunião de 2 de março de 1870

Aos 2 dias do mês de março de 1870, achando-se presentes os Srs. Conselheiros **Betancourt**, **De Lamare**, **Elisiário** e **Beaurepaire** e Desembargador **Lisboa**, o Sr.

Conselheiro de Guerra de Betancourt declarou que não podia haver Sessão e mandou lavrar esta ata. E eu, o Secretário de Guerra José Joaquim Rodrigues Lopes, a fiz escrever e subscrevi.

De Lamare {assinatura}

45ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar de Justiça, em 5 de março de 1870

Aos 5 dias do mês de março de 1870, achando-se presentes os Srs. Conselheiros **De Lamare**, **Fonseca**, **Elisiário** e **Beaurepaire** e Desembargadores **Câmara**, **Magalhães Castro** e **Lisboa**, foi aberta a Sessão. Lidas e aprovadas as atas da antecedente e da reunião posterior, o Secretário de Guerra deu conta de uma portaria do Ministério da Marinha, remetendo para ser julgado o processo do soldado do Batalhão Naval Hermenegildo Duarte Monteiro. Apresentou um ofício de remessa da cópia autêntica da Ata da Sessão do dia 12 de fevereiro exigida pelo Ministério da Guerra, o qual foi assinado. O Sr. Desembargador Câmara relatou 5 processos: 1º do soldado Trajano Francisco Bernardes, acusado de 3ª deserção simples e condenado a 6 anos de prisão, o que foi confirmado; 2º do imperial marinheiro Antonio José Lopes, acusado de evadir-se do guarda que o acompanhava e condenado na 1ª parte do artigo 51 dos de Guerra, e mais a ano e meio, tempo em que esteve ausente; foi reformada esta sentença para se dar ao réu 1 ano de prisão com trabalho; 3º do guardião Joaquim Francisco dos Santos, acusado de insubordinação e condenado a 6 meses de prisão rigorosa; foi reformada esta sentença para se dar ao réu 6 meses de prisão com trabalho; 4º do soldado Manoel da Rocha Camargo, acusado de 1ª deserção simples e condenado a 2 meses de prisão, o que foi confirmado; 5º do soldado Ildefonso Francisco das Neves, acusado de desobediência e condenado a seis meses de prisão; foi julgada nula esta sentença, por não ter sido dada por tenções. O Sr. Desembargador Magalhães Castro relatou 3 processos: 1º do soldado Manoel Antonio Rodrigues, acusado de deserção em tempo de guerra; o Conselho de Guerra julgou-se incompetente, e o Tribunal mandou voltar o processo ao Conselho de Guerra para proceder a julgamento, por não serem aplicáveis ao réu as disposições relativas aos desertores em tempo de guerra, não estando o mesmo réu designado para marchar; 2º do grumete José da Costa Vieira, acusado do crime de ferimento e condenado a 6 meses e 15 dias de galés; foi confirmada esta sentença; 3º do soldado Alfredo Alves Meira, acusado de deserção simples e condenado a 2 meses de prisão, foi reformada esta sentença para se dar ao réu 4 meses de prisão. O Sr. Desembargador Lisboa relatou os 4 seguintes processos: 1º do soldado Manoel Jorge Ferreira, acusado de deserção simples e condenado a 4 meses de prisão, o que foi confirmado; 2º do soldado naval José Sabino da Silva, acusado de deserção em tempo de guerra e condenado a 5 anos de galés; foi reformada esta sentença para se dar ao

réu o mesmo tempo de prisão com trabalho; 3º do soldado José Venancio de Sant'Anna, acusado de deserção em tempo de guerra; o Conselho julgou-se incompetente e o Tribunal mandou voltar o processo ao Conselho para julgar o réu segundo a Ordenança de 9 de abril de 1805, por não ser aplicável ao mesmo réu o artigo 14 dos de Guerra de Infantaria; 4º do maquinista Felippe Benicio das Neves, acusado de insubordinação e condenado a 2 meses de prisão, o que foi confirmado. E nada mais havendo a tratar-se, o Sr. Conselheiro de Guerra De Lamare, servindo de Presidente, encerrou a Sessão. E eu, o Secretário de Guerra José Joaquim Rodrigues Lopes, a fiz escrever e subscrevi.

Betancourt {assinatura}

46ª ATA DA SESSÃO DO CONSELHO SUPREMO MILITAR DE JUSTIÇA, EM 9 DE MARÇO DE 1870

Aos 9 dias do mês de março de 1870, achando-se presentes os Srs. Conselheiros **Betancourt**, **Barão de Itapagipe**, **De Lamare**, **Fonseca**, **Lamego**, **Elisiário** e **Beaurepaire** e Desembargadores **Câmara**, **Magalhães Castro** e **Lisboa**, foi aberta a Sessão. Lida e aprovada a ata da antecedente, o Secretário de Guerra deu conta do seguinte expediente, que teve o conveniente despacho: 1 portaria do Ministério da Guerra remetendo para ser julgado o processo dos soldados José Bento da Silva e Henrique Pereira Gomes; outra do Ministério da Justiça, remetendo para o mesmo fim o processo do soldado do Corpo Militar de Polícia Porfirio José de Sampaio; e 2 do Ministério da Marinha, e ainda para o mesmo fim, os processos do grumete Raymundo Manoel da Silva e dos imperiais marinheiros Francisco Julio de Menezes e Francisco do Ó Cavalcante. O Sr. Desembargador Câmara relatou os 3 seguintes processos; 1º do soldado Antonio Rodrigues Chaves, acusado de deserção em tempo de guerra, o Conselho declinou de sua competência porque sendo o crime capital, não tinha o Conselho por presidente um oficial superior, nem auditor letrado; o Tribunal mandou voltar o processo ao Conselho de Guerra para proceder como for de direito ao competente julgamento, por não serem aplicáveis ao réu as disposição relativas aos que desertam em tempo de guerra; 2º do soldado João Pereira da Silva, acusado de deserção em tempo de guerra, o Conselho de Guerra deu o mesmo despacho do processo antecedente; e o Tribunal igualmente mandou voltar o processo pelas mesmas razões; 3º dos soldados Ricardo da Costa e Francisco Theodoro do Nascimento, acusados de fuga de presos e condenados a 6 meses de prisão cada um; o Tribunal reformou esta sentença para dar aos réus a pena de 2 meses de prisão a cada um; advertindo ao Conselho de Guerra que não lhe é lícito impor outra pena senão a da lei. O Sr. Desembargador Magalhães Castro relatou o seguinte processo: do prisioneiro de guerra Antonio Mercado, acusado de deserção e condenado a 6 meses de prisão; o qual foi confirmado quanto à pena. O Sr. Desembargador Lisboa relatou os 4 seguintes processos:

1º do prisioneiro de guerra Venito Aconito, acusado de deserção, e absolvido no Conselho de Guerra; o Tribunal mandou voltar o processo para julgar-se o réu de conformidade com o Aviso de 25 de dezembro de 1865, que estabelece as regras que devem ser observadas para com os prisioneiros de guerra; 2º do imperial marinheiro Raymundo Odorico Dorsolino, acusado de deserção em tempo de guerra e condenado a 2 anos de galés, o que foi reformado para se dar ao réu o mesmo tempo de prisão com trabalho; 3º do imperial marinheiro João Madrasto Felippe, acusado de ferimento e absolvido, o que foi confirmado; 4º do soldado José Antonio de Sant'Anna, acusado de 3ª deserção e condenado a 6 anos de prisão, o Tribunal anulou o processo do Conselho de Guerra, porque a ele se não procedeu como em tempo de guerra, estando por isso o réu incurso no artigo 14 dos de Guerra de Infantaria. E nada mais havendo a tratar-se, o Sr. Conselheiro de Guerra Betancourt, servindo de Presidente, encerrou a Sessão. E eu, o Secretário de Guerra José Joaquim Rodrigues Lopes, a fiz escrever e subscrevi.

Betancourt {assinatura}

47ª ATA DA SESSÃO DO CONSELHO SUPREMO MILITAR DE JUSTIÇA, DE 12 DE MARÇO DE 1870

Aos 12 dias do mês de março de 1870, achando-se presentes os Srs. Conselheiros **Betancourt**, **Barão de Itapagipe**, **De Lamare**, **Fonseca** e **Aguiar** e Desembargadores **Câmara**, **Magalhães Castro** e **Lisboa**, foi aberta a Sessão. Lida e aprovada a ata da Sessão antecedente, o Secretário de Guerra deu conta de uma portaria do Ministério da Marinha, remetendo para ser julgado o processo do ex-mestre do Encouraçado Brasil, Carlos Pedro Tappe. O Sr. Desembargador Câmara relatou os 2 seguintes processos: 1º do soldado do Batalhão Naval Valerio José de Carvalho, acusado de deserção em tempo de guerra e condenado a 5 anos de galés; foi reformada esta sentença para se dar ao réu a pena de 5 anos de prisão com trabalho; 2º do prisioneiro de guerra Ramon Palheco, acusado de ferimentos e condenado a 6 meses de prisão rigorosa; foi julgada nula esta sentença, por não ter sido proferida por tenções. O Sr. Desembargador Magalhães Castro relatou o processo do soldado Gregorio de Campos, acusado de fuga de preso confiado à sua guarda e condenado a 6 meses de prisão com trabalho; foi confirmada a sentença, e advertido o Conselho que lhe não é permitido determinar pena, devendo limitar-se a declarar que seja posto o réu no lugar do criminoso, expressões formais do artigo 23 dos de Guerra. O Sr. Desembargador Lisboa relatou os 3 seguintes processos: 1º do soldado Manoel João Fernandes, acusado de deserção em tempo de guerra, o Conselho acha o crime provado, mas declina de sua competência, visto não constar a nomeação do Conselho legalmente feita; o Tribunal reformou a sentença para julgar o réu incurso no artigo 1º, título 4º da Ordenança de 9 de abril de 1805, combinado com o artigo único das deserções agravadas,

aplicando-se em dobro as penas mencionadas no artigo 1º, por não ter aplicação o artigo 14 dos de Guerra aqui na Corte que não se considera em estado de guerra; 2º do soldado Joaquim José, acusado de deserção em tempo de guerra e condenado à morte; foi reformada esta sentença para dar-se ao réu a pena de 5 anos de prisão com trabalho; 3º dos prisioneiros de guerra Santiago Ayala, Simon Torres, Paulo Acosta, Maximo lfrain e Gregorio Martines, acusados de deserção simples e condenados na conformidade do artigo 1º, título 3º da Ordenança de 9 de abril de 1805; o Tribunal confirmou a decisão proferida pela maioria do Conselho de Guerra. E nada mais havendo a tratar-se, o Sr. Conselheiro de Guerra Betancourt, servindo de Presidente, encerrou a Sessão. E eu, o Secretário de Guerra José Joaquim Rodrigues Lopes, a fiz escrever e subscrevi.

Betancourt {assinatura}

48ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar de Justiça, de 16 de março de 1870

Aos 16 dias do mês de março de 1870, achando-se presentes os Srs. Conselheiros **Betancourt**, **Barão de Itapagipe**, **De Lamare**, **Jordão**, **Fonseca**, **Lamego**, **Elisiário** e **Beaurepaire** e Desembargadores **Magalhães Castro** e **Lisboa**, foi aberta a Sessão. Lida e aprovada a ata da Sessão antecedente, o Secretário de Guerra deu conta de 4 portarias do Ministério da Guerra e 1 do da Marinha, remetendo todas para serem julgados os processos dos soldados Manoel Nicoláo de Souza, Francelino José Henriques de Asevedo, Ernesto José Antonio, clarim Francisco de Sá, imperial marinheiro João de Deos Lima, e soldado naval Luis Alves de Vasconcellos. O Sr. Desembargador Magalhães Castro relatou o processo do alferes Antonio Rafael Floquet, acusado de excesso de licença e mau comportamento moral, e absolvido no Conselho de Guerra; o Tribunal mandou voltar o processo ao Conselho de Guerra para ser julgado por tenções, porque a acusação envolve artigo de guerra, em que pode caber pena de morte. O Sr. Desembargador Lisboa relatou o processo do soldado Manoel Luiz Pereira da Silva, acusado de 1ª deserção simples e condenado a 6 meses de prisão, o que foi confirmado. E nada mais havendo a tratar-se, o Sr. Conselheiro de Guerra, servindo de Presidente, encerrou a Sessão. E eu, o Secretário de Guerra José Joaquim Rodrigues Lopes, a fiz escrever e subscrevi.

Betancourt {assinatura}

49ª Ata da Reunião do dia 19 de março de 1870

Aos 19 dias do mês de março de 1870, achando-se presentes os Srs. Conselheiros **Barão de Itapagipe**, **De Lamare**, **Jordão**, **Fonseca**, **Aguiar**, **Elisiário** e **Beaurepaire** e Desembargador **Lisboa**, não pôde haver Sessão por só achar-se um membro togado do Tribunal. Em

consequência, o Sr. Conselheiro de Guerra Barão de Itapagipe, servindo de Presidente, mandou lavrar esta ata. E eu, o Secretário de Guerra José Joaquim Rodrigues Lopes, a fiz escrever e subscrevi. Declaro, em tempo. Foi deliberado unanimemente pelos membros do Tribunal que estavam presentes, e por proposta do Exmo. Sr. Barão de Itapagipe, que o Tribunal se reunisse para ser incorporado felicitar a Sua Majestade o Imperador pela honrosa e gloriosa terminação da guerra. Eu, o Secretário de Guerra José Joaquim Rodrigues Lopes, o escreveu.

Betancourt {assinatura}

50ª ATA DA SESSÃO DO CONSELHO SUPREMO MILITAR DE JUSTIÇA, DE 23 DE MARÇO DE 1870

Aos 23 dias do mês de março de 1870, achando-se presentes os Srs. Conselheiros **Betancourt**, **Barão de Itapagipe**, **De Lamare**, **Jordão**, **Fonseca**, **Aguiar**, **Elisiário** e **Beaurepaire** e Desembargadores **Câmara**, **Magalhães Castro** e **Lisboa**, foi aberta a Sessão; lida e aprovada a ata da antecedente e a da reunião de dia 19 em que não houve Sessão, o Sr. Conselheiro de Guerra Betancourt, como Presidente do Tribunal por ocasião da felicitação, que, segundo o acordo unânime entre os membros presentes, teve o mesmo Tribunal de dirigir a Sua Majestade o Imperador a 19 do corrente, pela gloriosa conclusão da guerra com o Paraguai, deu parte que o mesmo Augusto Senhor houve por bem agradecer com palavras lisonjeiras a supradita felicitação. Em seguida, o Secretário de Guerra deu conta de 1 portaria do Ministério da Marinha, remetendo para ser julgado o processo do imperial marinheiro Tertuliano Gomes da Silva. O Sr. Desembargador Câmara relatou 2 processos: 1º do soldado Francisco Theodoro da Silva, acusado de ferimentos e condenado à morte; foi reformada esta sentença para impor-se ao réu 6 meses de prisão com trabalho; e 2º do imperial marinheiro Antonio de Santa Clara, acusado do mesmo crime e condenado a 1 ano de galés, foi reformada a sentença para dar-se ao réu 1 ano de prisão com trabalho. O Sr. Desembargador Magalhães Castro relatou os 2 seguintes processos: do 2º cadete Joaquim Auto Guimarães, acusado de desobediência, embriaguez e ferimento leve e condenado a 6 meses de prisão, o que foi confirmado; e do imperial marinheiro Maximiano José Ribeiro, acusado de deserção em tempo de guerra e condenado a 5 anos de galés, foi reformada para dar-se ao réu o mesmo tempo, mas de prisão com trabalho. O Sr. Desembargador Lisboa relatou os 2 seguintes processos: do soldado Manoel Rodrigues Antunes, acusado de desobediência e absolvido em Conselho de Guerra, foi reformada esta sentença para se dar ao réu 1 ano de prisão com trabalho, advertindo-se, que não cabendo ao auditor depois da sentença proferida, acrescentar razões de qualidade alguma, sendo que por essa forma excedeu-se, fazendo análises de artigos, sem atender ao espírito e inteligência que se dá aos artigos 1º e 7º dos de Guerra,

o que não lhe compete fazer observações às decisões deste Tribunal; e do soldado José Bento da Silva, acusado de ferimento e sendo absolvido, foi a sentença confirmada. E nada mais havendo a tratar-se, o Sr. Conselheiro de Guerra Betancourt, servindo de Presidente, encerrou a Sessão. E eu, o Secretário de Guerra José Joaquim Rodrigues Lopes, a fiz escrever e subscrevi.

Betancourt {assinatura}

51ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar de Justiça, em 26 de março de 1870

Aos 26 dias do mês de março de 1870, achando-se presentes os Srs. Conselheiros **Betancourt**, **De Lamare**, **Fonseca**, **Aguiar**, **Elisiário** e **Beaurepaire** e Desembargadores **Câmara**, **Magalhães Castro** e **Lisboa**. Declarou que a ata da Sessão antecedente estava redigida, mas não estava transcrita no livro por doença do oficial encarregado deste trabalho, o Conselho resolveu que seria aprovada quando estivesse transcrita no livro competente. Declarou mais o Secretário de Guerra que não havia expediente. Em seguida, o Sr. Desembargador Magalhães Castro relatou os seguintes processos: 1º do soldado José Bispo, acusado de 3ª deserção simples e condenado a 6 anos de prisão com trabalho e calceta; o Tribunal reformou a sentença impondo a pena de 6 anos nas obras públicas, na forma da Carta Régia de 1807; do soldado de Batalhão Naval Thiago Antonio Pires, acusado de deserção em tempo de guerra e condenado a 5 anos de galés; foi reformada esta sentença para se impor ao réu 2 anos de prisão com trabalho. O Sr. Desembargador Lisboa relatou os 2 seguintes processos: 1º do prisioneiro de guerra Sebastião Guimenes, acusado de 1ª deserção simples e condenado a 6 meses de prisão, foi reformada esta sentença para se dar ao réu somente 2 meses de prisão; do imperial marinheiro Manoel Pereira da Silva, acusado de deserção em tempo de guerra e condenado a 5 anos de galés, o que foi reformado para se impor ao réu a pena de 2 anos de prisão com trabalho. E nada mais havendo a tratar-se, o Sr. Conselheiro de Guerra Betancourt, servindo de Presidente, encerrou a Sessão. Declaro, em tempo, que na terceira linha escaparam as palavras o Secretário de Guerra, depois da palavra: declarou. E eu, o Secretário de Guerra José Joaquim Rodrigues Lopes, a fiz escrever e subscrevi.

Betancourt {assinatura}

52ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar de Justiça, em 30 de março de 1870

Aos 30 dias do mês de março de 1870, achando-se presentes os Srs. Conselheiros **Betancourt**, **De Lamare**, **Jordão**, **Elisiário** e **Beaurepaire** e Desembargadores **Câmara**, **Magalhães Castro** e **Lisboa**, foi aberta a Sessão. Lidas e aprovadas as atas das duas

antecedentes sessões com uma pequena emenda de redação com que foi fechada a 2ª delas, o Secretário de Guerra deu conta do Ministério da Marinha remetendo para ser julgado o processo do grumete Luis Antonio de Souza. O Sr. Desembargador Câmara relatou o processo dos capitães Pio Guilherme Corrêa de Mello, Domiciano Luiz dos Santos e tenente Paulo Luis dos Santos, acusados de terem em seu serviço praças dispensadas dele, e dispensarem as designadas para o serviço, desobedecendo às ordens de seus superiores, e de várias outras faltas e crimes, os quais sendo absolvidos no Conselho de Guerra, foi o processo julgado nulo por falta de fórmulas. O Sr. Desembargador Magalhães Castro relatou o processo do soldado Vicente Xavier, acusado do crime de ameaça e condenado a um ano de prisão com trabalho, e que foi confirmado. O Sr. Desembargador Lisboa relatou os 3 seguintes processos: 1º do soldado Gonçalo Alves Pereira, acusado dos crimes de ameaça e injúria e condenado a 15 meses de prisão, o que foi confirmado; 2º do imperial marinheiro Raymundo Manoel da Silva, acusado de deserção em tempo de guerra e condenado a 5 anos de galés, o que foi confirmado; 3º do soldado do Batalhão Naval Hermenegildo Duarte Monteiro, acusado de deserção em tempo de guerra e condenado a 5 anos de galés; foi reformada para se dar a pena de 5 anos de prisão com trabalho. E nada mais havendo a tratar-se, o Sr. Conselheiro de Guerra Betancourt, servindo de Presidente, encerrou a Sessão. E eu, o Secretário de Guerra José Joaquim Rodrigues Lopes, a fiz escrever e subscrevi.

Betancourt {assinatura}

53ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar de Justiça, de 2 de abril de 1870

Aos 2 dias do mês de abril de 1870, achando-se presentes os Srs. Conselheiros **Betancourt**, **De Lamare**, **Fonseca**, **Lamego**, **Elisiário** e **Beaurepaire** e Desembargadores **Câmara**, **Magalhães Castro** e **Lisboa**, foi aberta a Sessão. Lida e aprovada a ata da antecedente, o Secretário de Guerra deu conta de 4 portarias remetendo processos para serem julgados, sendo 3 do Ministério da Guerra relativo aos réus alferes Antonio Rafael Floquet e soldados Luiz José Vilella Vianna, Manoel Antonio Rodrigues, anspeçada Domingos Vianna, e soldados Joaquim da Rocha Medrado, Antonio Eustaquio de Oliveira e Eugenio Gonsalves, alferes Manoel Francolino de Almeida Passos e soldado João Regis Cardozo; e uma do Ministério da Marinha relativo aos imperiais marinheiros Lauriano e Antonio Manoel de Souza. O Sr. Desembargador Câmara relatou os 2 seguintes processos: 1º do soldado Emilio de Souza Teixeira, acusado de ter subtraído 14 camisas de flanela, e absolvido no Conselho de Guerra, o que foi confirmado; 2º do soldado Antonio Herculano de Araujo, acusado de deserção e condenado em 1ª instância a seis meses de prisão, o que também foi confirmado. O Sr. Desembargador Magalhães Castro relatou os 2 seguintes: 1º do soldado Francelino José Henrique de Asevedo, acusado de 1ª deserção simples e condenado em 1ª

instância a 6 meses de prisão, o que igualmente foi confirmado; 2º do músico Ernesto José Antonio, acusado de insubordinação, e de atos contra a moral, foi absolvido em Conselho de Guerra, e o Tribunal mandou voltar o processo ao Conselho de Guerra para cumprir-se o despacho do mesmo Tribunal que não pode deixar de ser cumprido, inquirindo-se o número legal de testemunhas. O Sr. Desembargador Lisboa relatou também 2 processos: 1º do prisioneiro de guerra Manoel Antonio Besdil, acusado de deserção simples e condenado a seis meses de prisão na 1ª instância, esta sentença foi reformada, para dar-se ao réu 2 meses de prisão com trabalho; 2º do soldado José Venancio de Sant'Anna, acusado de 1ª deserção simples e condenado a 6 meses de prisão no Conselho de Guerra, o que foi confirmado. E nada mais havendo a tratar-se, o Sr. Conselheiro de Guerra Betancourt, servindo de Presidente, encerrou a Sessão. E eu, o Secretário de Guerra José Joaquim Rodrigues Lopes, a fiz escrever e subscrevi.

Visconde de Tamandaré {assinatura}

54ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar de Justiça, de 6 de abril de 1870

Aos 6 dias do mês de abril de 1870, achando-se presentes os Srs. Conselheiros **Betancourt**, **Visconde de Tamandaré**, **De Lamare**, **Jordão**, **Fonseca**, **Elisiário**, **Beaurepaire** e Desembargadores **Câmara**, **Magalhães Castro** e **Lisboa**, foi aberta a Sessão. O Sr. Conselheiro Visconde de Tamandaré declarou que se apresentava da licença que obteve para estar fora da Corte. Lida a ata da Sessão antecedente, que não pôde ser transcrita por ter adoecido o oficial encarregado deste trabalho. O Secretário de Guerra deu conta da portaria do Ministério da Guerra, remetendo para ser julgado o processo do soldado Luciano de Souza Teixeira. O Sr. Desembargador Câmara relatou os 3 seguintes processos: 1º do soldado Porfirio José de Sampaio, acusado de 1ª deserção simples e condenado pelo Conselho de Guerra a 2 meses de prisão, esta sentença foi confirmada; 2º do soldado Joaquim Pereira Alves, acusado de 1ª deserção simples e condenado pelo Conselho de Guerra a seis meses de prisão; esta sentença foi reformada para se dar 3 meses de prisão com trabalho compatível com a sua idade e circunstâncias; 3º do imperial marinheiro Francisco de O'Cavalcante, acusado de crime de morte e condenado na 1ª instância a galés perpétuos, o que foi confirmado. O Sr. Desembargador Magalhães Castro relatou os 2 processos seguintes: 1º do alferes Antonio Rafael Floquet, acusado de haver excedido a licença que teve, de extorquir certa soma a um recruta, de embriaguez, e de contrair dívidas em uma loja de fazendas; foi absolvido em 1ª instância, sentença que foi confirmada por falta de prova; 2º do 2º sargento do Batalhão Naval Francisco Julio de Menezes, acusado de insubordinação e outros crimes e faltas, foi condenado pelo Conselho de Guerra a 6 anos de galés, o que foi reformado para se impor ao réu a pena de quatro anos de prisão com

trabalho. O Sr. Desembargador Lisboa relatou 2 processos: 1º do soldado Henrique Pereira Gomes, acusado do crime de morte, e absolvido em 1ª instância; foi julgado nulo todo o processo porque o Conselho de Investigação que é fase essencial do Conselho de Guerra não se acha de conformidade com o Decreto de 26 de novembro de 1855, por não se terem inquirido testemunhas que se não havia em lugar deviam ser inquiridas pela forma e meio indicados pelo Decreto de 20 de dezembro de 1855; do soldado Francisco de Sá, acusado de deserção em tempo de guerra e condenado em 1ª instância à morte; foi reformada esta sentença para se infligir ao réu a pena de 5 anos de prisão com trabalho. O Sr. Conselheiro Elisiário não assinou nos processos de Francisco Julio de Menezes e do imperial marinheiro Francisco do Ó Cavalcante por ter funcionado neles como comandante das Forças Navais no Paraguai; e o Sr. Conselheiro De Lamare não assinou nos de Francisco de Sá e Porfirio José de Sampaio, por se ter retirado incomodado antes do julgamento deles. E nada mais havendo a tratar-se, o Sr. Conselheiro de Guerra Betancourt, servindo de Presidente, encerrou a Sessão. E eu, o Secretário de Guerra José Joaquim Rodrigues Lopes, a fiz escrever e subscrevi.

Visconde de Tamandaré {assinatura}

55ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar de Justiça, em 9 de abril de 1870

Aos 9 dias do mês de abril de 1870, achando-se presentes os Srs. Conselheiros Betancourt, **Visconde de Tamandaré**, **De Lamare**, **Fonseca**, **Elisiário**, **Beaurepaire** e Desembargadores **Câmara**, **Magalhães Castro** e **Lisboa**, foi aberta a Sessão. Lida e aprovada a ata da antecedente, o Secretário de Guerra deu conta do seguinte expediente: o Decreto de 2 deste mês pelo qual houve por bem Sua Majestade o Imperador indultar as praças de 1ª linha dos Corpos da Guarda Nacional e de Voluntários da Pátria, que tiveram a infelicidade de desertar do Exército, excetuando aqueles que desertaram para o inimigo, uma vez que os ainda não processados se apresentem dentro de 90 dias; e bem assim uma portaria do Ministério da Marinha remetendo para ser julgado em última instância o processo a que responderam, o operário José Francisco Antunes de Oliveira, e os paisanos súditos portugueses Francisco Pereira Serriço e José Maria. O Sr. Desembargador Câmara relatou os dois processos seguintes: 1º do soldado naval Luis Alves de Vasconcellos, acusado de deserção em tempo de guerra e condenado a 5 anos de galés pelo Conselho de Guerra; foi indultado em 2ª instância pelo Decreto de 2 do corrente mês; 2º do grumete Tertuliano Gomes da Silva, como o 1º acusado de deserção em tempo de guerra, também condenado a 5 anos de galés, em 1ª instância e indultado em 2ª pelo mesmo Decreto. O Sr. Desembargador Magalhães Castro relatou os 2 seguintes processos: 1º do mestre do Encouraçado Brasil Carlos Pedro Tappe, acusado de furto, e absolvido em Conselho de

Guerra; foi condenado a suspensão do emprego por um ano; 2º do soldado Manoel Antonio Rodrigues, acusado de 1ª deserção simples e condenado em 1ª instância a seis meses de prisão; foi em 2ª indultado pelo Decreto acima citado. O Sr. Desembargador Lisboa relatou os 2 seguintes processos: 1º do soldado Manoel Nicoláu de Souza, acusado de extravio de fardamento, e absolvido no Conselho de Guerra, o que foi confirmado; 2º do soldado paraguaio Domingos Garcia, acusado de 1ª deserção simples e condenado em 1ª instância a seis meses de prisão, sendo em 2ª instância reformada esta sentença para se lhe dar 2 meses de prisão. E por ser já tarde, o Sr. Conselheiro de Guerra Betancourt, servindo de Presidente, encerrou a Sessão. E eu, o Secretário de Guerra José Joaquim Rodrigues Lopes, a escrevi e assinei.

Betancourt {assinatura}

56ª Ata da Reunião de alguns Membros do Conselho Supremo Militar de Justiça, a 30 de abril de 1870

Aos 30 dias do mês de abril de 1870, achando-se presentes os Senhores Conselheiros **Betancourt**, **De Lamare**, **Elisiário** e **Beaurepaire**, o mesmo Sr. Conselheiro Betancourt declarou que não podia haver Sessão por falta de membros togados do Tribunal, e ordenou que se lavrasse esta ata. E eu, o Secretário de Guerra José Joaquim Rodrigues Lopes, a escrevi e assinei.

Betancourt {assinatura}

57ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar de Justiça, de 4 de maio de 1870

Aos 4 dias do mês de maio de 1870, achando-se presentes os Senhores Conselheiros **Betancourt**, **Barão de Itapagipe**, **Fonseca**, **Aguiar**, **Elisiário** e **Beaurepaire** e Desembargadores **Câmara**, **Magalhães Castro** e **Lisboa**, foi aberta a Sessão. Não se leu a ata da antecedente por não estar ela lançada neste Livro, visto ter faltado o oficial da Secretaria, encarregado deste trabalho. O Secretário de Guerra deu conta de 7 portarias do Ministério da Guerra, remetendo para serem julgados definitivamente os processos a que responderam o anspeçada José Feliciano, o cabo Lourenço Paes de Mendonça, os soldados Carlos Luis Mendes, Manoel Barbosa, Joaquim José de Santa Anna, José Victorino Teixeira, Malaquias Vieira da Cunha, Francisco Baptista dos Santos, José Procopio da Silva, Severino José Correa de Lima, Antonio Pinto Rodrigues, Antonio Manoel do Nascimento, José Theodoro da Silva, Benedicto Florencio Bispo, Manoel Joaquim de Santa Anna, Manoel Gomes Rodrigues, José Mathias de Araujo, prisioneiros paraguaios Joan Martins e Ramon Palheco, soldado Manoel Augusto, Antonio Rodrigues Chaves, 2º sargento Raimundo da Silva Alvarenga, soldado Sebastião Roza, 2º cadete Luis Soares de Goveia Horta Bueno;

apresentou ainda o Secretário de Guerra a portaria do Ministério da Justiça, remetendo para ser julgado definitivamente, o processo do soldado do Corpo Militar de Polícia da Corte, José Domingues de Souza. O Senhor Desembargador Câmara relatou os 3 seguintes processos: 1º do alferes Manoel Francelino de Almeida Passos, acusado de ter espancado um soldado e absolvido no Conselho de Guerra, o que foi confirmado; 2º dos soldados João da Rocha Machado, Eugenio Gonçalves e Antonio Eustaquio de Oliveira, acusados de 1ª deserção simples e condenados pelo Conselho de Guerra a seis meses de prisão; foram indultados pelo Decreto de 2 de abril próximo passado; 3º do anspeçada Domingos Vianna acusado de 1ª deserção simples e condenado em 1ª instância também a seis meses de prisão; foi também indultado pelo mesmo Decreto. O Sr. Desembargador Magalhães Castro relatou os dois seguintes processos do imperial marinheiro João de Deos Lima e do grumete Luis Antonio de Souza, acusados ambos de deserção em tempo de guerra e condenados pela 1ª instância a 5 anos de galés, foram ambos indultados em virtude do Decreto acima mencionado. O Sr. Desembargador Lisboa relatou, finalmente, os 3 seguintes processos: 1º do grumete Lauriano, acusado de deserção em tempo de guerra e condenado em 1ª instância a 5 anos de galés, foi indultado pelo mesmo Decreto; 2º do imperial marinheiro Manoel Antonio de Souza; acusado do mesmo crime, e também condenado em 1ª instância à mesma pena, foi também indultado pelo referido Decreto; e 3º do soldado João Regis Cardozo, acusado de 2ª deserção simples e condenado em Conselho de Guerra a 2 anos de prisão com trabalho; foi igualmente indultado em virtude do Decreto acima citado. Por nada mais haver a tratar-se, o Sr. Conselheiro de Guerra Betancourt, servindo de Presidente, encerrou a Sessão. E eu, o Secretário de Guerra José Joaquim Rodrigues Lopes, a escrevi e assinei.

Betancourt {assinatura}

58ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar de Justiça, em 7 de maio de 1870

Aos 7 dias do mês de maio de 1870, achando-se presentes os Senhores Conselheiros **Betancourt**, **Fonseca**, **Elisiário** e **Beaurepaire** e Desembargadores **Câmara**, **Magalhães Castro** e **Lisboa**, foi aberta a Sessão. Lidas e aprovadas as 3 atas antecedentes, que não foram a tempo transcritas por doença do oficial encarregado deste trabalho, o Secretário de Guerra declarou que não havia expediente algum. Em seguida, o Sr. Desembargador Câmara relatou os 2 processos seguintes: 1º do soldado Luis José Villela Vianna, acusado de 1ª deserção simples e condenado no Conselho de Guerra a seis meses de prisão; foi indultado pelo Decreto de 2 de abril deste ano; 2º do soldado Manoel Barbosa, acusado do mesmo crime, também condenado a seis meses de prisão na 1ª instância, e pelo mesmo Decreto indultado. O Sr. Desembargador Magalhães Castro relatou igualmente 2 processos, 1º do cabo Lourenço Paes de Mendonça, acusado de haver espantado um cavalo do Regimento, do que lhe proveio a morte; foi absolvido no Conselho de Guerra e confirmada

esta sentença em 2ª instância; 2º dos réus, operários do estabelecimento naval do Cerrito no Paraguai, José Francisco Antunes de Oliveira, e paisanos portugueses Francisco Pereira Sorriço e José Maria, acusados de favorecerem a deserção de um soldado naval e condenados no Conselho de Guerra a 6 anos de prisão com trabalho, e indultados pelo Decreto acima. O Sr. Desembargador Lisboa, também relatou 2 processos, 1º do soldado Luciano de Souza Teixeira, acusado de 1ª deserção simples, condenado em 1ª instância a seis meses de prisão, foi indultado pelo Decreto acima; 2º do soldado Carlos Luis Mendes, acusado de deserção em tempo de guerra, e absolvido em 1ª instância, sentença que foi reformada para considerar o réu desertor, porém indultado em virtude do Decreto acima mencionado. E por ser tarde, o Sr. Conselheiro de Guerra Betancourt, servindo de Presidente, encerrou a Sessão. E eu, o Secretário de Guerra José Joaquim Rodrigues Lopes, a escrevi e assinei.

Visconde de Tamandaré {assinatura}

59ª ATA DA SESSÃO DO CONSELHO SUPREMO MILITAR DE JUSTIÇA, EM 11 DE MAIO DE 1870

Aos 11 dias do mês de maio de 1870, achando-se presentes os Senhores Conselheiros, **Visconde de Tamandaré**, **De Lamare**, **Elisiário**, **Beaurepaire** e Desembargadores **Câmara**, **Magalhães Castro** e **Lisboa**, foi aberta a Sessão. Lida e aprovada a ata da Sessão antecedente, o Secretário de Guerra declarou não haver expediente algum. Em seguida, o Sr. Desembargador relatou os dois processos seguintes: 1º do soldado José Domingues de Souza, acusado de injúrias e ameaças a um capitão e condenado em 1ª instância a seis meses de prisão com trabalho foi reformada esta sentença para se lhe dar a de um ano de prisão com trabalho; 2º do soldado Antonio Rodrigues Chaves, acusado de 1ª deserção e condenado pelo Conselho de Guerra a seis meses de prisão; foi indultado pelo Decreto de 2 de abril deste ano. O Sr. Desembargador Magalhães Castro relatou também os 2 seguintes processos: 1º do imperial marinheiro Francisco Alves dos Santos, acusado de crime de morte e condenado em 1ª instância a galés perpétuos, o que foi confirmado; 2º do soldado Joaquim José de Santa Anna, acusado de desobediência e condenado pelo Conselho de Guerra a 2 anos de prisão com trabalho, o que também foi confirmado. O Sr. Desembargador Lisboa relatou, finalmente, 2 processos: 1º do segundo-sargento Raymundo da Silva Alvarenga, acusado de fuga de preso, absolvido em 1ª instância, o que foi confirmado; 2º do soldado Benedicto Florencio Bispo, acusado em Conselho de Guerra de 1ª deserção simples, e aí condenado a 2 meses de prisão, sendo indultado em 2ª instância pelo Decreto acima. E eu, o Secretário de Guerra José Joaquim Rodrigues Lopes, escrevi e assinei esta ata, depois de encerrada a Sessão, visto nada mais haver a tratar pelo Sr. Conselheiro de Guerra, o Sr. Visconde de Tamandaré.

Betancourt {assinatura}

60ª ATA DA SESSÃO DO CONSELHO SUPREMO MILITAR DE JUSTIÇA, EM 14 DE MAIO DE 1870

Aos 14 dias do mês de maio de 1870, achando-se presentes os Senhores Conselheiros **Betancourt**, **De Lamare**, **Visconde de Santa Teresa**, **Fonseca**, **Aguiar**, **Elisiário**, **Beaurepaire** e Desembargadores **Câmara**, **Magalhães Castro** e **Lisboa**, foi aberta a Sessão. Lida e aprovada a ata da antecedente, o Secretário de Guerra declarou que não havia expediente algum. Em seguida, o Sr. Desembargador Câmara relatou dois processos, 1º do soldado paraguaio Ramon Palheco, acusado de insubordinação e ferimento e condenado em 1ª instância a seis meses de prisão, foi reformada esta sentença para se impor ao réu o de 3 meses somente de prisão; 2º do soldado policial do Ceará acusado, digo, José Procopio da Silva, acusado de deserção agravada e condenado no Conselho de Guerra a um ano de prisão, o que foi confirmado. O Sr. Desembargador Magalhães Castro relatou os dois processos seguintes: 1º do soldado Severino José Correa, acusado do crime de ferimento e condenado em 1ª instância a seis meses de prisão simples; foi reformada esta sentença para se lhe dar a mesma prisão porém com trabalho; 2º do soldado Malaquias Viena da Cunha, acusado de 1ª deserção agravada e condenado em 1ª instância a um ano de prisão, sendo em 2ª indultado pelo Decreto de 2 de abril deste ano. E o Sr. Desembargador Lisboa relatou igualmente dois processos, sendo o 1º do soldado José Victorino Ferreira, acusado de 1ª deserção simples e condenado em 1ª instância a seis meses de prisão simples foi indultado em 2ª instância, 2º do soldado Francisco Baptista dos Santos, acusado de deserção em tempo de guerra e condenado à morte pelo Conselho de Guerra; foi indultado em 2ª instância em virtude do Decreto acima citado. E por nada mais haver a tratar-se, o Sr. Conselheiro de Guerra Betancourt, servindo de Presidente, encerrou a Sessão. E eu, o Secretário de Guerra José Joaquim Rodrigues Lopes, a escrevi e assinei.

Barão de Itapagipe {assinatura}

61ª ATA DA SESSÃO DO CONSELHO SUPREMO MILITAR DE JUSTIÇA, DE 18 DE MAIO DE 1870

Aos 18 dias do mês de maio de 1870, achando-se presentes os Senhores Conselheiros **Barão de Itapagipe**, **De Lamare**, **Visconde de Santa Teresa**, **Elisiário** e **Beaurepaire** e Desembargadores **Câmara**, **Magalhães Castro** e **Lisboa**, foi aberta a Sessão. Lida e aprovada a ata da antecedente, o Secretário de Guerra declarou que não havia expediente algum. Em seguida, o Sr. Desembargador Câmara relatou 2 processos: 1º do soldado Antonio Pinto Rodrigues, acusado de ferimento e condenado em Conselho de Guerra a 2 anos de prisão com trabalho, sentença que foi confirmada, 2º do anspeçada José Feliciano, acusado de tentativa de assassinato e condenado em 1ª instância a um ano de prisão simples, sentença que foi reformada para se dar ao réu a de um ano de prisão com trabalho.

O Sr. Desembargador Magalhães Castro relatou os dois seguintes processos: 1º do soldado José Theodoro da Silva, acusado de insubordinação e condenado no Conselho de Guerra a quatro anos de prisão com trabalho; foi reformada esta sentença para se dar ao réu a de seis meses de prisão com trabalhos; 2º do 2º cadete Luis Soares de Goveia Horta Bueno, acusado do crime de desobediência, e absolvido em Conselho de Guerra, foi reformada esta sentença para impor-se ao réu a de dois meses de prisão. O Sr. Desembargador Lisboa relatou, finalmente, 2 processos: 1º do soldado paraguaio Sebastião Roza, acusado de insubordinação e condenado em 1ª instância a três meses de prisão; foi reformada esta sentença para se lhe dar a de seis meses de prisão com trabalho; 2º dos soldados Manoel Antonio do Nascimento, acusado digo e Antonio Pinto Rodrigues, acusados do crime de ferimento e condenados a um ano de prisão com trabalho cada um; foi reformada esta sentença para dar-se a cada um somente três meses de prisão com trabalho. E nada mais havendo a tratar-se, o Sr. Conselheiro de Guerra Barão de Itapagipe, servindo de Presidente, encerrou a Sessão. E eu, o Secretário de Guerra José Joaquim Rodrigues Lopes, a escrevi e assinei.

De Lamare {assinatura}

62ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar de Justiça, em 21 de maio de 1870

Aos 21 dias do mês de maio de 1870, achando-se presentes os Senhores Conselheiros **De Lamare**, **Visconde de Santa Teresa**, **Fonseca**, **Elisiário** e Desembargadores **Câmara**, **Magalhães Castro** e **Lisboa**, foi aberta a Sessão. Lida e aprovada a ata da antecedente, o Secretário de Guerra deu conta de 3 portarias do Ministério da Marinha remetendo para serem julgados definitivamente os processos a que foram submetidos os imperiais marinheiros Rufino Gomes do Nascimento, João Francisco de Oliveira, Pedro José de Alcantara, Rodolpho Pereira da Silva e o grumete Arselino Alves da Conceição; e bem assim uma portaria do Ministério da Guerra remetendo para o mesmo fim o processo de Conselho de Guerra a que respondeu o 1º cadete sargento ajudante do Corpo Provisório da província do Maranhão, Americo Colombiano Marques. Em seguida, o Sr. Desembargador Câmara relatou o seguinte processo do prisioneiro de guerra João Martinez, acusado de resistência a seus superiores e condenado em Conselho de Guerra a um ano de prisão rigorosa, sentença que foi reformada para condenar-se o réu a três meses de prisão com trabalho. O Senhor Desembargador Magalhães Castro relatou o seguinte processo: do soldado Manoel Gomes Rodrigues, acusado de ferimento em seu camarada, e acusado em 1ª instância a um mês de prisão. O Conselho Supremo fez lançar o seguinte despacho: volte o processo ao Conselho de Guerra para ser lavrada a sentença na forma da lei, com a transcrição do artigo de lei criminal militar violada. O Sr. Desembargador Lisboa relatou os dois seguintes: 1º do

soldado José Mathias de Araujo, acusado do crime de deserção em tempo de guerra, o Conselho de Guerra entendeu que o réu estava indultado pelo Decreto de 2 de abril deste ano, o que foi confirmado em 2ª instância; 2º do soldado Manoel Augusto, acusado de deserção e condenado em 6, digo o Conselho de Guerra julgou este réu igualmente indultado pelo Decreto acima citado, o que também foi confirmado por este Tribunal. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Conselheiro de Guerra De Lamare, servindo de Presidente, encerrou a Sessão. E eu, o Secretário de Guerra José Joaquim Rodrigues Lopes, a escrevi e assinei.

Betancourt {assinatura}

63ª ATA DA SESSÃO DO CONSELHO SUPREMO MILITAR DE JUSTIÇA, DE 1º DE JUNHO DE 1870

Ao 1º de junho de 1870, achando-se presentes os Senhores Conselheiros **Betancourt**, **Visconde de Tamandaré**, **De Lamare**, **Fonseca**, **Elisiário**, **Beaurepaire**, **Câmara**, **Magalhães Castro** e **Lisboa**, foi aberta a Sessão. Lida e aprovada a ata da antecedente, o Secretário de Guerra deu conta dos seguintes papéis que todos tiveram o conveniente despacho: 3 portarias do Ministério da Guerra, remetendo para serem julgados definitivamente os processos a que foram submetidos o capitão Domiciano Luiz dos Santos e o tenente Francelino Honorio da Silva, o 1º tenente de Engenheiros Antonio José Ramos, e os soldados Francisco Ignacio da Silva e Feliciano Dias de Campos. Em seguida, o Sr. Desembargador Câmara relatou o processo do réu, digo, e outras três do Ministério da Marinha, remetendo para o mesmo fim os processos a que responderam os imperiais marinheiros Francisco Alves dos Santos, Vicente Ferreira da Silva, e o soldado do Batalhão Naval Adão de Pontes Camara. Em seguida, o Sr. Desembargador Câmara relatou o processo do réu cadete Americo Colombiano Marques, acusado de fazer acusações caluniosas sem provas contra seus superiores, e absolvido no Conselho de Guerra, o que foi confirmado em última instância, e do réu imperial marinheiro Rufino Gomes do Nascimento, acusado de crime de morte e condenado em 1ª instância a 2 anos de galés, foi reformada esta sentença para se lhe dar a de galés perpétuos. O Sr. Desembargador Magalhães Castro relatou o processo do réu soldado Manoel Joaquim de Santa Anna, acusado de ameaçar a seu superior e condenado em Conselho de Guerra a 2 meses de prisão com trabalho, o que foi confirmado; e o Sr. Desembargador Lisboa relatou os dois seguintes processos 1º do soldado naval Adão Pontes Câmara, acusado de deserção em tempo de guerra e condenado em Conselho de Guerra a 5 anos de galés, sendo reformada esta sentença porque não estando mais em vigor o Decreto nº 4.110, de 29 de fevereiro de 1868, por ter cassado o tempo de guerra, impondo-se ao réu as penas decretadas pelo artigo 1º da 2ª deserção simples, título 4º da Ordenança de 9 de abril de 1805, e o 2º do

grumete Rodolpho Pereira da Silva, acusado de deserção em tempo de guerra e condenado em 1ª instância a 5 anos de galés, foi indultado em virtude do Decreto de 2 de abril do corrente ano. Nada mais havendo a tratar-se, o Senhor Conselheiro de Guerra Betancourt, servindo de Presidente, encerrou a Sessão. E eu, o Secretário de Guerra José Joaquim Rodrigues Lopes, a escrevi e assinei. Declaro em tempo que no processo do sargento Americo Colombiano Marques, assinaram vencidos por incompetência de foro os Senhores Conselheiros Elisiário e Beaurepaire e Desembargador Magalhães Castro.

Betancourt {assinatura}

63ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar de Justiça, em 4 de junho de 1870

Aos 4 dias do mês de junho de 1870, achando-se presentes os Senhores Conselheiros **Betancourt**, **De Lamare**, **Fonseca**, **Aguiar**, **Elisiário**, **Beaurepaire** e Desembargadores **Câmara** e **Lisboa**, foi aberta a Sessão. Lida e aprovada a ata da antecedente com a emenda de que na sentença do sargento Americo Colombiano Marques proferida naquela Sessão votaram vencidos por incompetência de foro os Senhores Conselheiros Elisiário, Beaurepaire e Desembargador Magalhães Castro; o Secretário de Guerra deu conta de 3 portarias: 1 do Ministério da Marinha reenviando o processo de Conselho de Guerra a que responderam os imperiais marinheiros Antonio Mathias Monteiro, João Carlos dos Reis, Manoel Antonio dos Passos, Antonio José Pereira e Macario Felippe das Chagas pelo crime de sedição; 2 do Ministério da Guerra enviando os processos a que responderam o cabo de esquadra José Melchiades de Vasconcellos e soldado Canuto Alves Moreira, Felippe Barbosa, Antonio Manoel do Nascimento e corneta Pedro Marcelino dos Santos, estes papéis tiveram o conveniente despacho. Feito o que entrou o Sr. Conselheiro **Visconde de Santa Teresa**. Em seguida, o Sr. Desembargador Câmara relatou o processo a que respondeu o 1º tenente do Corpo de Engenheiros Antonio José Ramos, acusado de não ter prestado conta de 2 contos de réis que havia recebido dos cofres do Estado, dentro do prazo que lhe foi marcado, e absolvido no Conselho de Guerra, o que foi confirmado. O Sr. Desembargador Lisboa relatou também um processo, e foi ele do réu soldado Francisco Ignacio da Silva, acusado de fuga, estando a cumprir sentença e condenado em Conselho de Guerra em mais um ano dos mesmos trabalhos a que estava condenado; esta sentença foi confirmada e o Sr. Conselheiro de Guerra Betancourt votou vencido por só condenar o réu a um ano de prisão pela fuga da deserção do qual o considera indultado. E nada mais havendo a tratar, o mesmo Sr. Conselheiro de Guerra, servindo de Presidente, encerrou a Sessão. E eu, o Secretário de Guerra José Joaquim Rodrigues Lopes, a escrevi e assinei.

Betancourt {assinatura}

64ª ATA DA SESSÃO DO CONSELHO SUPREMO MILITAR DE JUSTIÇA, DE 15 DE JUNHO DE 1870

Aos 15 dias do mês de junho de 1870, achando-se presentes os Senhores Conselheiros **Betancourt**, **Barão de Itapagipe**, **De Lamare**, **Fonseca**, **Elisiário** e **Beaurepaire** e Desembargadores **Magalhães Castro** e **Lisboa**, o oficial-maior graduado servindo de Secretário leu, por ordem do Senhor Conselheiro Presidente, a comunicação do Conselheiro Secretário de Guerra na qual participava que, por ter falecido uma sua filha, deixava de comparecer à Sessão, e ficando o Tribunal inteirado, leu o mesmo oficial-maior graduado a ata da Sessão antecedente, que foi aprovada; compareceu o Senhor Conselheiro **Visconde de Santa Teresa**; procedeu à leitura do expediente constando de 3 portarias, que tiveram o conveniente despacho, sendo uma do Ministério da Guerra, remetendo o processo do aprendiz artilheiro, Joaquim Pedro dos Santos; outra do Ministério da Justiça com o processo do soldado do Corpo Militar de Polícia da Corte, Torquato Alves de Moura, e, finalmente, outra do Ministério da Marinha, enviado o processo do soldado do Batalhão Naval, Sebastião Caetano, a fim de serem estes processos julgados em superior instância. Em seguida, o Senhor Desembargador Magalhães Castro relatou o processo do soldado do Batalhão Naval, Sebastião Caetano, acusado do crime de ferimento grave; sendo condenado pelo Conselho de Guerra à pena de galés perpétuos; o Tribunal mandou voltar o processo para ser lavrada a sentença na forma do Alvará de 4 de setembro de 1765, advertindo ao Conselho de Guerra que devia, na sentença, ter copiado a disposição da lei violada, o que não foi. O Senhor Desembargador Lisboa relatou os 2 seguintes processos: 1º do soldado Antonio Manoel do Nascimento, acusado de haver desrespeitado com palavras insultuosas ao alferes ajudante, a quem servia de camarada; sendo condenado pelo Conselho de Guerra à pena de 6 meses de prisão simples; o Tribunal reformou a sentença para condenar o réu à pena de um ano de prisão com trabalho; 2º do soldado do Corpo de Polícia, Torquato Alves de Moura, acusado de insultar e ameaçar a um capitão, e ao major fiscal; sendo sentenciado pelo Conselho Criminal à pena de 18 meses de prisão; foi esta sentença confirmada pelo Tribunal. E nada mais havendo a tratar-se, o Senhor Conselheiro de Guerra Betancourt, servindo de Presidente, encerrou a Sessão. E eu, o Secretário de Guerra José Joaquim Rodrigues Lopes, a subscrevi.

Betancourt {assinatura}

65ª ATA DA SESSÃO DO CONSELHO SUPREMO MILITAR DE JUSTIÇA, EM 18 DE JUNHO DE 1870

Aos 18 dias do mês de junho de 1870, achando-se presentes os Senhores Conselheiros **Betancourt**, **De Lamare**, **Fonseca**, **Elisiário**, **Beaurepaire** e Desembargadores **Câmara**, **Magalhães Castro** e **Lisboa**, foi aberta a Sessão. Lida e aprovada a ata da antecedente, entrou o Senhor Conselheiro Visconde de Tamandaré. O Secretário de Guerra deu conta

da portaria do Ministério da Justiça, remetendo para ser julgado definitivamente o processo a que foi submetido o soldado do Corpo Militar de Polícia da Corte João Damasceno Coutinho, o qual teve o conveniente despacho. Em seguida, o Senhor Desembargador Câmara relatou o processo do réu capitão da Guarda Nacional destacada Domiciano Luiz dos Santos, acusado de ter entregado de menos ao seu sucessor a garantia de 10 contos cento e setenta e oito mil réis, e de insinuar as praças para reclamarem tumultuariamente seus vencimentos, o qual tendo sido absolvido no Conselho de Guerra, foi na instância superior reformada esta sentença para se lhe dar a de 6 meses de prisão, votando vencidos os Senhores Conselheiros Fonseca e Beaurepaire. Sendo já tarde, de nada mais pode tratar-se. Em consequência, o Sr. Conselheiro de Guerra Betancourt, servindo de Presidente, encerrou a Sessão. E eu, o Secretário de Guerra José Joaquim Rodrigues Lopes, escrevi e assinei esta ata.

Betancourt {assinatura}

66ª Ata do Conselho Supremo Militar de Justiça, em 22 de junho de 1870

Aos 22 dias do mês de junho de 1870, achando-se presentes os Senhores Conselheiros **Betancourt**, **De Lamare**, **Visconde de Santa Teresa**, **Fonseca**, **Elisiário**, e Desembargador **Magalhães Castro**, não pôde haver Sessão, com um só membro togado do Tribunal. Em consequência, o Sr. Conselheiro de Guerra Betancourt mandou lavrar esta ata. Eu, o Secretário de Guerra José Joaquim Rodrigues Lopes, a escrevi e assinei.

Betancourt {assinatura}

67ª Ata do Conselho Supremo Militar de Justiça, em 25 de junho de 1870

Aos 25 dias do mês de junho de 1870, achando-se presentes os Senhores Conselheiros **Betancourt**, **Visconde de Tamandaré**, **De Lamare**, **Visconde de Santa Teresa**, **Fonseca**, **Elisiário** e **Beaurepaire** e Desembargadores **Câmara** e **Lisboa**, não podendo ter lugar a Sessão, por serem todos os processos a apresentar de crimes capitais. O Sr. Conselheiro Betancourt, servindo de Presidente, mandou lavrar esta ata. E eu, o Secretário de Guerra José Joaquim Rodrigues Lopes, a escrevi e assinei.

Betancourt {assinatura}

68ª Ata do Conselho Supremo Militar de Justiça, em 2 de julho de 1870

Aos 2 dias do mês de julho de 1870, achando-se presentes os Senhores Conselheiros **Betancourt**, **Visconde de Tamandaré**, **De Lamare**, **Fonseca**, **Aguiar**, **Elisiário**, **Beaurepaire**

e Desembargadores **Câmara**, **Magalhães Castro** e **Lisboa**, foi aberta a Sessão. Lidas e aprovadas as 2 atas de 25 e 27 do mês próximo passado em que pelas razões ali expostas não houve Sessão. O Secretário de Guerra deu conta dos seguintes papéis: 4 portarias do Ministério da Guerra remetendo para serem julgados definitivamente os processos a que foram submetidos os réus prisioneiros de guerra paraguaio Diogo Alvarenga, João Ansoategue, Saturnino Coronel, Cosme Gularte, Ciriaco Alonso e Vicente Almiron, soldados, do Corpo de Caçadores a Cavalo nº 2 Manoel Accacio, do Corpo de Depósito do Maranhão Manoel Faustino de Moraes, e do Corpo de Polícia do Ceará Manoel Luis da França e João Paulo Barata e Valentino Lopes; 1 portaria do mesmo Ministério declarando que Sua Majestade o Imperador houve por bem, por sua Imperial e Imediata Resolução de consulta do Conselho Supremo Militar de 8 de junho do mês próximo passado, perdoar a pena imposta ao soldado do Corpo Policial da Corte e reformado do Exército Germano Theodolino dos Santos, e, finalmente, uma portaria do Ministério da Marinha, remetendo para ser julgado definitivamente o processo instaurado do imperial marinheiro Victorio Fonseca da Conceição. Em seguida, o Sr. Desembargador Câmara relatou o seguinte processo, do tenente da Guarda Nacional destacada Francelino Honorio da Silva, acusado de ter maliciosamente tirado dinheiro da Fazenda Nacional para despesas do Corpo de que era quartel-mestre, ficando alcançado com a mesma Fazenda na quantia de 5:496$330 réis, foi pelo Conselho de Guerra absolvido e esta sentença foi confirmada em superior instância. Sendo já tarde, o Sr. Conselheiro de Guerra Betancourt, servindo de Presidente, encerrou a Sessão. E eu, o Secretário de Guerra José Joaquim Rodrigues Lopes, Secretário de Guerra, escrevi esta ata e a assinei. Declaro em tempo que o Sr. **Barão de Itapagipe** também assistiu à Sessão. José Joaquim Rodrigues Lopes, Secretário de Guerra.

Visconde de Tamandaré {assinatura}

69ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar, em 6 de julho de 1870

Aos 6 dias do mês de julho de 1870, achando-se presentes os Senhores Conselheiros **Visconde de Tamandaré**, **Barão de Itapagipe**, **De Lamare**, **Fonseca**, **Elisiário**, **Beaurepaire** e Desembargadores **Câmara**, **Magalhães Castro** e **Lisboa**, foi aberta a Sessão. Lida e aprovada a ata da antecedente, o Secretário de Guerra deu conta de uma portaria do Ministério da Marinha enviando para ser julgado definitivamente o processo do carpinteiro da Canhoneira Ivahy, Ignacio Francisco Barboza. Em seguida, o Sr. Desembargador Câmara relatou os dois processos seguintes, 1º do corneta Pedro Marcolino dos Santos, acusado de arrombamento de uma porta para fugir e condenado em Conselho de Guerra a 2 anos de prisão; esta sentença foi reformada para se lhe dar um ano de prisão com trabalho; 2º do cabo de esquadra José Melchiades de Vasconcellos, acusado de insubordinação, e absolvido no Conselho de Guerra, e na instância superior foi esta sentença reformada para dar-se ao réu a de 1 ano de prisão com trabalho. O Sr. Desembargador Magalhães Castro relatou os 3

processos seguintes: 1º dos imperiais marinheiros João Francisco de Oliveira, Pedro José de Alcantara e Arcelino Alves da Conceição, acusados de insubordinação, os primeiros foram condenados à morte no Conselho de Guerra, e o 3º absolvido. Em 2ª instância, foi reformada esta sentença para impor ao réu João Francisco de Oliveira a pena de galés perpétuos, e os dois seguintes a pena de dez anos de galés a cada um; 2º do guarda nacional destacado Feliciano Dias de Campos, acusado de deixar fugir um preso cometido a sua guarda e condenado em 1ª instância a seis meses de prisão, foi esta sentença reformada em 2ª instância para absolver o réu; 3º dos soldados Canuto Alves Moreira e Felippe Barboza, acusados de crime de morte e condenados em 1ª instância a galés perpétuos. Esta sentença foi confirmada em 2ª instância. O Sr. Desembargador Lisboa relatou os seguintes processos, do imperial marinheiro Vicente Ferreira da Silva, acusado de ferimento em seu camarada e condenado em Conselho de Guerra a doze anos de galés. Foi reformada esta sentença em superior instância para se dar ao réu a de seis anos de galés somente; e dos prisioneiros de guerra paraguaios alferes Saturnino Coronel, Cosme Gularte, Cyriaco Alonso e Vicente Almiron, acusados de ofensas físicas leves e condenados no Conselho de Guerra, a saber, o alferes Cosme Gularte a um ano de prisão, e os outros absolvidos. Em segunda instância, deu-se a sentença seguinte: confirmada a sentença de Conselho de Guerra quanto à condenação do alferes Cosme Gularte, e absolvição dos alferes Saturnino Coronel e Cyriaco Alonso, e reformando quanto ao alferes Vicente Almiron, a quem condeno em seis meses de prisão. Nada mais havendo a tratar-se, o Sr. Conselheiro Visconde de Tamandaré, servindo de Presidente, encerrou a Sessão. Eu, o Secretário de Guerra José Joaquim Rodrigues Lopes, a escrevi e assinei.

Betancourt {assinatura}

70ª Ata do Conselho Supremo Militar de Justiça, em 9 de julho de 1870

Aos nove dias do mês de julho de 1870, achando-se presentes os Senhores Conselheiros **Betancourt**, **Visconde de Tamandaré**, **Barão de Itapagipe**, **De Lamare**, **Fonseca**, **Elisiário**, **Beaurepaire** e Desembargadores **Câmara**, **Magalhães Castro** e **Lisboa**, foi aberta a Sessão. Lida e aprovada a ata da antecedente, o Secretário de Guerra deu conta de duas portarias, uma do Ministério da Justiça, remetendo para ser julgado definitivamente o processo do soldado do Corpo Militar de Polícia da Corte Pedro Alexandrino do Amaral, outra do Ministério da Marinha, remetendo para o mesmo fim o processo instaurado do imperial João Nepomoceno Vallim. Em seguida, o Senhor Desembargador Câmara relatou os seguintes processos: 1º do soldado Manoel Luis da França, acusado de deserção e condenado em Conselho de Guerra a seis meses de prisão; esta sentença foi confirmada em 2ª instância; 2º do corneta Joaquim Pedro dos Santos, acusado do crime acima e condenado no Conselho de Guerra à mesma pena, foi o réu indultado em 2ª instância em virtude do Decreto de 2 de abril deste ano. O Senhor Desembargador Magalhães Castro

relatou o processo do soldado João Damasceno Coutinho, acusado de desobediência e condenado em 1ª instância a dois meses de prisão, foi reformada esta sentença em 2ª instância para se dar ao réu a de seis meses de prisão. O Sr. Desembargador Lisboa relatou os dois seguintes processos: 1º do soldado Manoel Faustino de Moraes, acusado de deserção e condenado em Conselho de Guerra a seis meses de prisão. Em 2ª instância foi indultado em virtude do Decreto acima citado; 2º do soldado policial da Corte Antonio Teixeira dos Santos, acusado de deserção simples e condenado em Conselho de Guerra a dois meses de prisão. Foi reformada esta sentença em 2ª instância para se dar ao réu a de quatro anos e meio de serviço na 1ª linha, por isso que sua deserção é agravada, estando nomeado para marchar para o sul, e apresentou-se voluntariamente conforme os artigos 3º, parágrafo 5º, e 31, parágrafos 2º e 3º, do Regulamento nº 2.081, de 16 de janeiro de 1858. E nada mais havendo a tratar, o Senhor Conselheiro de Guerra Betancourt, servindo de Presidente, encerrou a Sessão; e eu, o Secretário de Guerra José Joaquim Rodrigues Lopes, assinei depois de escrever esta ata.

Betancourt (assinado de próprio punho)

71ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar de Justiça, em 13 de julho de 1870

Aos 13 dias do mês de julho de 1870, achando-se presentes os Senhores Conselheiros **Betancourt**, **De Lamare**, **Aguiar**, **Elisiário** e **Beaurepaire** e Desembargadores **Câmara**, **Magalhães Castro** e **Lisboa**, foi aberta a Sessão. Lida e aprovada a ata da antecedente, o Secretário de Guerra declarou que não havia expediente algum. Em seguida, o Sr. Desembargador Câmara relatou o seguinte processo: dos imperiais marinheiros Antonio Mathias Monteiro, João Carlos dos Reis, Manoel Antonio dos Passos, Antonio José Pereira e Macario Felippe das Chagas, acusados do crime de sublevação e condenados à morte em Conselho de Guerra. Neste Tribunal foi reformada a sentença para condenar os réus Antonio Mathias Monteiro e Manoel Antonio dos Passos a vinte anos de galés, e os outros 3 réus a dez anos de galés por serem menores. O Sr. Conselheiro De Lamare assinou vencido por confirmar a sentença do Conselho de Guerra, o Senhor Desembargador Câmara também assinou vencido por dar maior pena aos 3 últimos réus. O Sr. Conselheiro Castro relatou os dois seguintes processos: 1º do soldado Valentino Lopes; acusado de ferimento e condenado em Conselho de Guerra a carrinho perpétuo. Foi esta sentença reformada neste Tribunal para dar-se ao réu a de vinte anos de prisão com trabalho; 2º do soldado Manoel Acacio, acusado do crime de furto e condenado no artigo 18 do Regulamento de 1763 pelo Conselho de Guerra. Esta sentença foi reformada neste Tribunal para impor-se ao réu a de dois anos de prisão com trabalho. Nada mais havendo a tratar-se, o Senhor Conselheiro de Guerra Betancourt, servindo de Presidente, encerrou a Sessão. E eu, o Secretário de Guerra José Joaquim Rodrigues Lopes, escrevi e assinei esta ata.

De Lamare {assinatura}

72ª Ata do Conselho Supremo Militar de Justiça, em 16 de julho de 1870

Aos 16 dias do mês de julho de 1870, achando-se presentes os Srs. Conselheiros **De Lamare**, **Aguiar**, **Elisiário**, **Beaurepaire** e Desembargadores **Câmara**, **Magalhães Castro** e **Lisboa**, foi aberta a Sessão. Lida e aprovada a ata da antecedente, o Secretário de Guerra deu conta de uma portaria do Ministério da Marinha, remetendo para ser julgado em última instância o processo a que foi submetido o soldado do Batalhão Naval Marcelino dos Anjos Muniz. Em seguida, o Senhor Desembargador Câmara relatou os seguintes processos 1º do soldado naval Marcolino dos Anjos Muniz, acusado de deserção e condenado pelo Conselho de Guerra a um ano de prisão; sentença que foi reformada neste Tribunal para se dar ao réu a de seis meses de prisão; 2º do soldado João Paulo Barata, acusado de deserção simples e condenado em Conselho de Guerra a seis meses de prisão, o que foi confirmado neste Tribunal; 3º do soldado Joaquim Belmiro de Souza, acusado de ofensas físicas leves e condenado em Conselho de Guerra a seis meses de prisão rigorosa; neste Tribunal foi reformada esta sentença para dar-se ao réu a de seis meses de prisão com trabalho. O Sr. Desembargador Magalhães Castro relatou 2 processos: 1º do soldado Joaquim dos Passos, acusado de ferimento e condenado em Conselho de Guerra nos artigos 1º e 8º dos de Guerra. O Tribunal proferiu o seguinte despacho: volte o processo ao Conselho de Guerra para determinar a pena imposta ao réu, não sendo jurídico o modo vago com que foi condenado, transcrevendo-se o teor dos artigos 1º e 8º dos de Guerra que referem-se a diversas penas; 2º do marinheiro João Nepomuceno Valim, acusado de ferimento e condenado em Conselho de Guerra a dois anos de galés, o que foi confirmado por este Tribunal. O Sr. Desembargador Lisboa relatou os 3 processos seguintes: 1º do cabo de esquadra Miguel Gomes da Silva, acusado de ferimento e condenado em Conselho de Guerra na 1ª parte do artigo 8º dos da Guerra, foi reformada esta sentença no Tribunal Superior para se dar ao réu a de dois anos de prisão com trabalho; 2º do carpinteiro de 1ª classe da Armada Ignacio Francisco Barboza, acusado de desobediência e condenado em Conselho de Guerra a um ano de galés, o que foi reformado neste Tribunal para se dar ao réu a sentença de um ano de prisão com trabalho; 3º do soldado Pedro Alexandrino do Amaral, acusado de desobediência, em Conselho de Guerra condenado a seis meses de prisão sendo o réu condenado em prisão solitária por 8 dias em cada mês, o que foi confirmado neste Tribunal. Nada mais havendo a tratar-se, o Senhor Conselheiro de Guerra De Lamare, servindo de Presidente, encerrou a Sessão. E eu, o Secretário de Guerra José Joaquim Rodrigues Lopes, escrevi e assinei esta ata.

Betancourt {assinatura}

73ª Ata do Conselho Supremo Militar de Justiça, em 23 de julho de 1870

Aos vinte e três dias do mês de julho de 1870, achando-se presentes os Senhores Conselheiros **Betancourt**, **Visconde de Tamandaré**, **De Lamare**, **Visconde de Santa**

Teresa, **Fonseca**, **Elisiário**, **Beaurepaire** e Desembargadores **Câmara**, **Magalhães Castro** e **Lisboa**. Lida e aprovada a ata da antecedente, o Secretário de Guerra deu conta de duas portarias do Ministério da Marinha remetendo para serem julgados definitivamente os processos a que foram submetidos o imperial marinheiro Manoel Ferreira das Neves e o soldado do Batalhão Naval Sebastião Caetano. Em seguida, o Senhor Desembargador Câmara relatou o seguinte processo: dos prisioneiros de guerra capitão Diogo Alvarenga e alferes João Ansoategue, acusados de briga recíproca, sendo o 1º condenado a seis meses de prisão no Conselho de Guerra e o 2º absolvido, sentença que foi confirmada neste Tribunal. O Sr. Desembargador Magalhães Castro relatou os seguintes processos: 1º do soldado Sebastião Caetano, acusado de ferimento grave e condenado em Conselho de Guerra a galés perpétuos; neste Tribunal foi reformada esta sentença para dar-se ao réu a de 12 anos de prisão com trabalho; 2º do imperial marinheiro Victorino Ferreira da Conceição, acusado de insubordinação e condenado à morte em Conselho de Guerra, foi esta sentença reformada neste Tribunal para se lhe dar a de galés perpétuos. O Senhor Desembargador Lisboa relatou, finalmente, o processo do imperial marinheiro Manoel Ferreira das Neves, acusado também de insubordinação e condenado igualmente à morte no Conselho de Guerra, sentença que foi reformada para se lhe dar a de prisão perpétua com trabalho. Nada mais havendo a tratar- se, o Senhor Conselheiro de Guerra Betancourt, servindo de Presidente, encerrou a Sessão. E eu, o Secretário de Guerra José Joaquim Rodrigues Lopes, escrevi e assinei esta ata. Declaro, em tempo, que no processo do capitão Diogo Alvarenga e alferes Ansoategue os Senhores Conselheiros Elisiário e Beaurepaire assinaram-se vencidos, e o Sr. Desembargador Lisboa vencido quanto ao alferes; no processo do réu Manoel Ferreira das Neves, o Sr. Conselheiro Elisiário assinou vencido, e no do réu Victorino Ferreira da Conceição, o mesmo Senhor Conselheiro Elisiário assinou vencido, e o Sr. Desembargador votou pela pena de vinte anos. O Secretário de Guerra José Joaquim Rodrigues Lopes. Barão de Itapagipe {assinatura}

74ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar de Justiça, de 30 de julho de 1870

Aos trinta dias do mês de julho de 1870, achando-se presentes os Senhores Conselheiros **Barão de Itapagipe**, **De Lamare**, **Fonseca**, **Elisiário**, **Beaurepaire** e Desembargadores **Câmara**, **Magalhães Castro** e **Lisboa**, foi aberta a Sessão. Lida e aprovada a ata da antecedente, o Secretário de Guerra deu conta de duas portarias do Ministério da Guerra, enviando para serem julgados definitivamente os processos a que foram submetidos os réus tenente Lourenço da Costa Ferreira, soldados Angelo José da Costa, Manoel Lopes da Silva, Joaquim Calixto da Fonseca, Marcelino José da Silva, Francisco Pereira d'Andrade e Joaquim Verissimo, e bem assim os soldados Francisco Pereira e Francisco Coelho; todas tiveram o despacho: cumpra-se e arquive- se. Em seguida, o Sr. Desembargador Câmara

relatou os processos seguintes: 1º do soldado Desiderio Pereira de Mattos, acusado de deserção simples e condenado no Conselho de Guerra a seis meses de prisão. Foi neste Tribunal indultado em virtude do Decreto de 2 de abril do corrente ano, o Sr. Relator assinou-se vencido; 2º do soldado Manoel Francisco Pereira, acusado do mesmo crime e condenado no Conselho de Guerra a seis meses de prisão; esta sentença foi confirmada pelo Tribunal. O Sr. Desembargador Magalhães Castro também relatou dois processos: 1º do soldado Francisco Lopes da Silva, acusado de deserção simples e condenado igualmente a seis meses de prisão pelo Conselho de Guerra, sentença que também foi confirmada neste Tribunal; 2º do soldado Joaquim Verissimo, acusado de desobediência e condenado em seis meses de prisão com trabalho no Conselho de Guerra; neste Tribunal foi proferido o seguinte despacho: volte o processo ao Conselho de Guerra para ser proferida a sentença por tenções, porque no crime de que é acusado o réu pode caber a pena de morte. Finalmente, o Sr. Desembargador Lisboa relatou os dois seguintes processos: 1º do soldado João Antonio da Silva, acusado de 1ª deserção agravada e condenado em Conselho de Guerra a um ano de prisão com trabalho; foi neste Tribunal indultado pelo Decreto acima referido de 2 de abril deste ano; 2º do soldado Francisco Coelho, acusado de 2ª deserção agravada e condenado em quatro anos de prisão com trabalho pelo Conselho de Guerra, o que foi confirmado neste Tribunal. E nada mais havendo a tratar-se, o Sr. Conselheiro de Guerra Barão de Itapagipe encerrou a Sessão, servindo de Presidente. E eu, o Secretário de Guerra José Joaquim Rodrigues Lopes, escrevi e assinei esta ata.

Betancourt {assinatura}

75ª Ata da Reunião de alguns membros do Conselho Supremo Militar, em 3 de agosto de 1870

Aos 3 dias do mês de agosto de 1870, achando-se presentes os Senhores Conselheiros **Betancourt**, **Visconde de Tamandaré**, **Fonseca**, **Aguiar**, **Elisiário** e Desembargador **Lisboa**, e não podendo haver Sessão por falta de número legal de membros, o Sr. Conselheiro de Guerra Betancourt, servindo de Presidente, mandou lavrar esta ata. E eu, o Secretário de Guerra José Joaquim Rodrigues Lopes, escrevi e assinei esta ata.

Betancourt {assinatura}

76ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar de Justiça, em 10 de agosto de 1870

Aos dez dias do mês de agosto de 1870, achando-se presentes os Senhores Conselheiros **Betancourt**, **Barão de Itapagipe**, **De Lamare**, **Visconde de Santa Teresa**, **Aguiar**, **Elisiário** e Desembargadores **Câmara**, **Magalhães Castro** e **Lisboa**, foi aberta a Sessão. Lidas e aprovadas as atas da Sessão e da reunião antecedentes, o Secretário de Guerra deu conta

dos seguintes ofícios: 3 do Ministério da Guerra, remetendo para serem definitivamente julgados os processos a que foram submetidos o tenente João da Silva Torres, os soldados João da Annunciação, Joaquim Alves da Silva, Manoel Vicente Macahé, Gonçalo Rodrigues da Silva, Epifanio Francisco de Abreo, José Felix de Andrade, Joaquim Mariano de Oliveira, Manoel Gomes Rodrigues, José Querino da Silva, Firmino José da Costa, Lucio Alves, Antonio Ferreira Lima, Antonio Gomes, e os prisioneiros de guerra paraguaios Gabino Escobar e Manoel Espinula; 2 ofícios do Ministério da Justiça, remetendo para o mesmo fim os processos instaurados aos soldados do Corpo Militar de Polícia da Corte Vitalino de Sá Carvalho e Francisco Pereira Pires, e, finalmente, 2 ofícios do Ministério da Marinha, remetendo também para o mesmo fim os processos a que responderam os soldados do Batalhão Naval Francisco José Vasconcellos e Eduardo José Francisco, todas estas portarias tiveram o despacho: cumpra-se e arquive-se. Em seguida, o Sr. Desembargador Câmara relatou o seguinte processo: do soldado Angelo José da Costa, acusado de arrombamento e roubo, e absolvido no Conselho de Guerra, o que foi confirmado por este Tribunal. O Senhor Desembargador Magalhães Castro relatou dois processos: 1º do soldado Joaquim Calixto da Fonseca, acusado de ferimento e condenado a carrinho perpétuo pelo Conselho de Guerra; foi reformada esta sentença neste Tribunal para dar-se ao réu a de 2 anos de prisão com trabalho; 2º do tenente Lourenço da Costa Ferreira, acusado de ter dado pranchadas em um soldado de que lhe resultou a fratura de um braço, e absolvido no Conselho de Guerra. Este Tribunal reformou a sentença para impor a de 8 dias de prisão, votando porém pela absolvição os Senhores Conselheiros de Guerra Betancourt, Barão de Itapagipe e Desembargador Câmara, o Sr. Desembargador votou por pena maior. O Sr. Desembargador Lisboa relatou os dois seguintes processos: primeiro do soldado Manoel Lopes da Silva, acusado de roubo e ameaça e condenado em Conselho de Guerra a um mês de prisão com trabalho; anulou este Tribunal a sentença por ser o crime de pena capital e dever ser julgado por tenções; o segundo do corneta Marcolino José da Silva, acusado do crime de morte e condenado em Conselho de Guerra a carrinho perpétuo. Este Tribunal reformou a sentença para dar ao réu a de 10 anos de prisão com trabalho, votando o Sr. Desembargador Câmara por menor pena. Nada mais havendo a tratar-se, o Sr. Conselheiro de Guerra Betancourt encerrou a Sessão; e eu, o Secretário de Guerra José Joaquim Rodrigues Lopes, escrevi e assinei esta ata.

Betancourt {assinatura}

77ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar de Justiça, em 13 de agosto de 1870

Aos 13 dias do mês de agosto de 1870, achando-se presentes os Senhores Conselheiros **Betancourt**, **Visconde de Tamandaré**, **Fonseca**, **Aguiar**, **Elisiário** e Desembargadores **Câmara**, **Magalhães Castro** e **Lisboa**, foi aberta a Sessão. Lida e aprovada a ata da antecedente, o Secretário de Guerra declarou não haver expediente algum; em seguida o Sr.

Desembargador Câmara relatou os seguintes processos: 1º do soldado Francisco de Andrade, acusado de 2ª deserção agravada e condenado em Conselho de Guerra a quatro anos de prisão com trabalho; foi pelo Tribunal indultado em vista do Decreto de 2 de abril deste ano; 2º do soldado Joaquim Marianno de Oliveira, acusado de deserção em tempo de guerra e condenado à morte pelo Conselho de Guerra; foi igualmente indultado neste Tribunal em virtude do mesmo Decreto; 3º do soldado José Querino da Silva, acusado de 1ª deserção simples e condenado no Conselho inferior a dois meses de prisão, o que foi confirmado neste Tribunal; 4º do soldado Francisco José Maxwell, acusado de desobediência e condenado no Conselho de Guerra a um ano de galés; foi julgado nulo este processo no Tribunal superior por não ter sido julgado por tenções sendo o crime de pena capital. O Sr. Magalhães Castro relatou os 2 seguintes 1º do soldado Antonio Gomes da Costa, acusado de deserção e condenado a um ano de prisão no Conselho de Guerra, o que foi confirmado por este Tribunal; 2º do soldado José Felix de Andrade, acusado de insubordinação e condenado no Conselho inferior a seis meses de prisão, o Tribunal proferiu o seguinte despacho: volte o processo para ser julgado por tenções, visto o crime poder ser punido com a pena de morte. O Sr. Desembargador Lisboa relatou os 3 processos seguintes: 1º do soldado Agostinho Ferreira Lima, acusado de deserção e condenado em Conselho de Guerra a seis meses de prisão; foi neste Tribunal anulado o processo de julgamento visto ter-se preterido o 2º termo substancial do mesmo processo, não se inquirindo testemunhas, embora fossem as mesmas do Conselho de Disciplina, como é expresso no artigo 4º do Alvará de 4 de setembro de 1765; 2º do soldado Firmino José da Costa, acusado de deserção agravada e condenado no 1º Conselho a dois anos de trabalho, o que foi confirmado por este Tribunal; 3º, finalmente, do soldado Epifanio Francisco de Abreo, acusado de resistência e ferimento e condenado no Conselho de Guerra a seis meses de prisão com trabalho nas fortificações; foi reformada a sentença para se impor ao réu a de seis meses de prisão com trabalho. E nada mais havendo a tratar-se, o Sr. Conselheiro de Guerra Betancourt, servindo de Presidente, encerrou a Sessão. E eu, o Secretário de Guerra José Joaquim Rodrigues Lopes, escrevi e assinei esta ata.

Betancourt {assinatura}

78ª Ata de Sessão do Conselho Supremo Militar de Justiça, em 17 de agosto de 1870

Aos 17 dias do mês de agosto de 1870, achando-se presentes os Senhores Conselheiros de Guerra **Betancourt**, **Barão de Itapagipe**, **De Lamare**, **Visconde de Santa Teresa**, **Fonseca** e **Elisiário** e Desembargadores **Câmara**, **Magalhães Castro** e **Lisboa**, foi aberta a Sessão. Lida e aprovada a ata da antecedente, o Secretário de Guerra declarou não haver expediente algum. Em seguida, o Sr. Desembargador Câmara relatou os seguintes

processos: 1º do soldado Eduardo José Francisco, acusado de crime de morte e condenado pelo Conselho de Guerra às penas do artigo 64 dos de Guerra da Armada. Este Tribunal julgou nula a sentença por não ter precedida a elas as tenções; 2º do prisioneiro de guerra paraguaio Manoel Espinula, acusado de desobediência e resistência e condenado a seis meses de prisão com trabalho pelo Conselho de Guerra, o que foi confirmado neste Tribunal. O Sr. Desembargador Magalhães Castro relatou os dois seguintes: 1º do prisioneiro de guerra paraguaio Gabino Escobar, acusado de desobediência e condenado em Conselho de Guerra a um mês de prisão com trabalho; o Tribunal proferiu o seguinte despacho: volte o processo ao Conselho de Guerra para ser dada a sentença, mediante tenções, visto que o crime pode ser punido com a pena de morte; 2º do soldado João da Annunciação, acusado de 3ª deserção e condenado no Conselho de Guerra a 6 anos de prisão com trabalho. Em virtude do Decreto de 2 de abril deste ano foi indultado por este Tribunal; o Sr. Desembargador Lisboa também relatou dois processos: 1º do tenente João da Silva Torres, acusado de abuso de autoridade e absolvido no Conselho de Guerra, o que foi confirmado por este Tribunal; 2º do anspeçada Lucio Alves, acusado de homicídio e condenado à morte no Conselho de Guerra, o que foi confirmado por este Tribunal; os Senhores Câmara e Magalhães Castro votaram pela pena de galés perpétuos. E não havendo mais processos para serem julgados, o Sr. Conselheiro Betancourt, servindo de Presidente, levantou a Sessão; e eu, o Secretário de Guerra José Joaquim Rodrigues Lopes, escrevi e assinei esta ata.

Betancourt {assinatura}

79ª Ata do Conselho Supremo Militar de Justiça, em Sessão, de 20 de agosto de 1870

Aos 20 dias do mês de agosto de 1870, achando-se presentes os Senhores Conselheiros de Guerra **Betancourt**, **Aguiar** e **Elisiário** e Desembargadores **Câmara** e **Lisboa**, foi aberta a Sessão. Lida e aprovada a ata da antecedente, o Secretário de Guerra deu parte de um ofício do Ministério da Guerra, remetendo para serem julgados definitivamente os Conselhos de Guerra a que responderam o 2º sargento Claudino Rodrigues do Nascimento, cabo de esquadra Pedro Manoel Alexandrino, anspeçada Manoel Alexandrino de Jesus, e soldados Francisco Antonio Monteiro, Laurindo Teixeira Lima, João Rodrigues de Lima Vasconcellos, Manoel Joaquim Petisca do Nascimento, Jeronimo Pereira da Silva e Joaquim Gonçalves de Mattos. Em seguida, o Sr. Desembargador Câmara relatou o processo do soldado Francisco Pereira Pires, acusado de desobediência e condenado em Conselho de Guerra em seis meses de prisão, sendo o réu conservado em prisão solitária 8 dias em cada mês, a que foi confirmado por este Tribunal; e o Sr. Desembargador Lisboa relatou o processo do soldado Victalino de Sá Carvalho, acusado de deserção e condenado em

Conselho de Guerra digo absolvido em Conselho de Guerra, o que também foi confirmado neste Tribunal. E nenhum processo mais havendo a julgar-se, o Sr. Conselheiro de Guerra Betancourt, servindo de Presidente, encerrou a Sessão, e eu, o Secretário de Guerra José Joaquim Rodrigues Lopes, escrevi e assinei esta ata.

Betancourt {assinatura}

80ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar de Justiça, em 27 de agosto de 1870

Aos 27 dias do mês de agosto de 1870, achando-se presentes os Senhores Conselheiros de Guerra **Betancourt**, **De Lamare**, **Aguiar**, **Elisiário** e Desembargadores **Câmara**, **Magalhães Castro** e **Lisboa**, foi aberta a Sessão. Lida e aprovada a ata da antecedente, o Secretário de Guerra apresentou os seguintes ofícios digo portarias: uma do Ministério da Guerra, remetendo para serem julgados definitivamente os processos a que foram submetidos o alferes Napoleão da Costa Rosa, anspeçada Pedro Antonio dos Santos, e os soldados Antonio Carlos Teixeira, José Theobaldo de Lima, Manoel Rodopiano Barboza, Lucio Alves, Hilario Machado de Oliveira, Antonio Pedro dos Santos, David da Silva Canavarro, Andre Avelino de Araujo e José Raimundo de Sousa; e 5 do Ministério da Marinha, remetendo para o mesmo fim os processos instaurados aos imperiais marinheiros Manoel José de Oliveira e Joaquim de Brito Feitosa, o soldado do Batalhão Naval João da Cruz, o serralheiro João Custodio Lordello, o enfermeiro Pedro Alves Cabral, e o grumete José de Paula Maranduba dos Santos; todas 6 portarias tiveram o despacho: cumpra-se e arquive-se. Em seguida, o Senhor Desembargador Câmara relatou os seguintes processos: 1º do soldado Laurino Pereira Lima, acusado de deserção agravada e condenado em Conselho de Guerra a um ano de prisão com trabalho, o que foi confirmado por este Tribunal; 2º dos réus anspeçada Manoel Alexandrino de Jesus e soldado Francisco Antonio Monteiro, acusados de motim e insulto e condenados em Conselho de Guerra a seis meses de prisão com trabalho que também foi confirmado. O Sr. Desembargador Magalhães Castro relatou dois processos: 1º do soldado João Rodrigues de Lima Vasconcellos, acusado de 2ª deserção agravada e condenado em Conselho de Guerra a quatro anos de prisão com trabalho, sentença esta que foi confirmada pelo Tribunal, votando porém vencidos os Senhores Câmara e Magalhães Castro, quanto à penalidade, por não estar provada a 1ª deserção; 2º do soldado Manoel Gomes Rodrigues, acusado de ferimento leve e condenado a um mês de prisão no Conselho de Guerra, o que foi confirmado por este Tribunal; e o Sr. Desembargador Lisboa relatou, finalmente, os três seguintes processos: 1º do soldado Januario Pereira da Silva, acusado de deserção e condenado a seis meses de prisão pelo Conselho de Guerra. Este Tribunal anulou a sentença porque, sendo menor o réu, não se lhe nomeou curador; 2º do soldado David da Silva Canavarro, acusado de deserção, e

absolvido no Conselho de Guerra, o que foi confirmado por este Tribunal; 3º do alferes Napoleão da Silva Roza, acusado de abuso de autoridade, e absolvido no Conselho de Guerra, sentença que também foi confirmada pelo Tribunal. E sendo já tarde, o Sr. Conselheiro de Guerra Betancourt, servindo de Presidente, encerrou a Sessão; e eu, o Secretário de Guerra José Joaquim Rodrigues Lopes, escrevi e assim esta ata.

Betancourt {assinatura}

81ª ATA DA SESSÃO DO CONSELHO SUPREMO MILITAR DE JUSTIÇA, EM 31 DE AGOSTO DE 1870

Aos 31 dias do mês de agosto de 1870, achando-se presentes os Senhores Conselheiros **Betancourt**, **Visconde de Tamandaré**, **Barão de Itapagipe**, **De Lamare**, **Visconde de Santa Teresa**, **Fonseca**, **Elisiário** e **Beaurepaire** e Desembargadores **Câmara**, **Magalhães Castro** e **Lisboa**, foi aberta a Sessão. Lida e aprovada a ata da antecedente, o Secretário de Guerra deu conta das seguintes portarias, que todas tiveram o despacho, cumpra-se e arquive-se: 3 do Ministério de Guerra, remetendo para serem julgados definitivamente os processos instaurados ao tenente da Guarda Nacional do Piauí, Raimundo Pereira de Carvalho, alferes de Infantaria do Exército Antonio Candido Gomes, e o prisioneiro de guerra paraguaio João Martines; aos soldados Joaquim Fernandes de Andrade, Liberato Antonio da Silva, Geraldo José Maria Ribeiro, Manoel Piranha, Zacharias da Costa, Lucindo Estulano da Silva, Estevão Ferreira de Souza, Raymundo José do Espirito Santo e Idelfonso Francisco das Neves, ao anspeçada Trajano José dos Santos e aprendiz artilheiro Antonio de Souza Martines; e bem assim deu conta o mesmo Secretário de Guerra de uma portaria do Ministério da Justiça remetendo para o mesmo fim o processo instaurado ao soldado de Corpo Policial da Corte João Martines Soares. Em seguida, o Sr. Desembargador Câmara relatou os seguintes processos: 1° do soldado José Theobaldo de Lima, acusado de 2ª deserção simples e condenado em Conselho de Guerra a 2 anos de prisão com trabalho o que foi confirmado por este Tribunal; 2º do soldado Antonio Carlos Teixeira, acusado de embriaguez e de falar mal de seus superiores; foi condenado em Conselho de Guerra a seis meses de prisão com trabalho, mas este Tribunal julgou nula esta sentença por não ter sido o réu julgado por tenções. O Sr. Desembargador Magalhães Castro relatou os 3 seguintes processos: 1º dos soldados Joaquim Alves da Silva, Manoel Vicente Macahé e Gonçalo Rodrigues da Silva, acusados de insubordinação, o primeiro a 3 meses de prisão, e os dois últimos absolvidos em Conselho de Guerra. Este Tribunal confirmou a sentença do primeiro réu, e reformou a sentença dos outros dois réus para infligir-lhes a mesma pena de 3 meses de prisão a cada um; 2º do anspeçada Lucio Alves, e soldados Hilario Machado de Oliveira, Antonio Pedro dos Santos e Andre Avelino de Araujo, acusados de insubordinação, o réu Lucio Alves foi condenado a ser arcabuzado, e os réus Hilario Machado de Oliveira e Antonio Pedro dos

Santos o foram a seis meses de prisão com trabalho. Contra o réu Andre Avelino de Araujo nada se julgou por constar dos autos ter falecido. O Conselho Supremo Militar reformou esta sentença para se dar ao réu Lucio Alves a pena de 6 anos de prisão com trabalho, e a cada um dos outros réus Antonio Pedro dos Santos e Hilario Machado de Oliveira a pena de cinco anos de prisão também com trabalho; o 3º do soldado Manoel Joaquim Petisca do Nascimento, acusado de ferimento e condenado em Conselho de Guerra a carrinho perpétuo; foi esta sentença reformada pelo Tribunal para dar ao réu a de 20 anos de prisão com trabalho. O Sr. Desembargador Lisboa também relatou 3 processos, a saber: o 1º do soldado José Raymundo de Souza, acusado de desobediência. O Conselho de Guerra fazendo algumas considerações sobre este processo o submeteu ao juízo do Presidente da província do Ceará, e o Tribunal anulou todo o processo por não terem sido ouvidas testemunhas nem investigados todos os pontos da acusação feita ao réu no Conselho de Investigação; e porque no Conselho de Guerra não foram inquiridas testemunhas, deixando assim de observar-se o Alvará de 4 de setembro de 1765; 2º do anspeçada Pedro Antonio dos Santos, acusado de abandono de seu posto, abuso de autoridade, e resistência e condenado em Conselho de Guerra a nove meses de prisão com trabalho. Este Tribunal anulou a sentença do dito Conselho por não ter sido proferida por tenções, sendo o crime capital; 3º do soldado Joaquim Gonçalves de Mattos, acusado de desobediência e condenado em Conselho de Guerra a seis meses de prisão, o Tribunal julgou nula a sentença acima pelas mesmas razões por que anulou a do anterior processo. Sendo já tarde, o Sr. Conselheiro de Guerra Betancourt levantou a Sessão, e eu, o Secretário de Guerra José Joaquim Rodrigues Lopes, escrevi e assinei esta ata.

Betancourt {assinatura}

82ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar de Justiça, em 3 de setembro de 1870

Aos 3 dias do mês de setembro de 1870, achando-se presentes os Senhores Conselheiros **Betancourt**, **Barão de Itapagipe**, **De Lamare**, **Visconde de Santa Teresa**, **Fonseca**, **Elisiário**, e **Beaurepaire** e Desembargadores **Câmara**, **Magalhães Castro** e **Lisboa**, foi aberta a Sessão. Lida e aprovada a ata da antecedente, o Secretário de Guerra deu conta de uma portaria do Ministério da Guerra remetendo para serem julgados definitivamente os processos a que foram submetidos o capitão Antonio Joaquim Guedes de Miranda, tenente Ponciano Ferreira de Souza, e os soldados José Chrisostomo da Silva e Carlos Antonio Serafim de Deos. Em seguida, o Sr. Desembargador Câmara relatou o seguinte processo, do soldado Manoel Rodopiano Barboza, acusado de falsificação e uso de condecoração que lhe não pertencia e condenado em Conselho de Guerra em nove meses de prisão com trabalho. Neste Tribunal foi reformada esta sentença para infligir-se ao réu a de um ano de

prisão com trabalho. O Sr. Desembargador Magalhães Castro relatou dois processos: 1º do imperial marinheiro Manoel José de Oliveira, acusado de ferimento e condenado no Conselho de Guerra a galés perpétuos; este Tribunal fez lavrar o seguinte despacho: volte o processo ao Conselho de Guerra para ser lavrada a sentença com a transcrição do artigo da lei; 2º do cabo de esquadra Pedro Manoel Alexandrino, acusado de ferimento, e absolvido no Conselho de Guerra, o que foi confirmado neste Tribunal. O Sr. Desembargador Lisboa relatou, finalmente, os dois seguintes processos: 1º do soldado de Batalhão Naval João da Cruz, acusado de deserção em tempo de guerra e condenado em 5 anos de galés no Conselho de Guerra. Este Tribunal reformou a sentença para condenar o réu nas penas impostas ao crime de 1ª deserção simples; 2º do 2º sargento Claudio Rodrigues do Nascimento, acusado de ferimento e condenado em Conselho de Guerra a um mês de prisão. Este Tribunal confirmou a sentença, assinando-se vencido o Sr. Desembargador Relator por votar pelo julgamento por tenções. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Conselheiro de Guerra Betancourt, servindo de Presidente, encerrou a Sessão, e eu, o Secretário de Guerra José Joaquim Rodrigues Lopes, escrevi e assinei esta ata.

Betancourt {assinatura}

83ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar de Justiça, em 10 de setembro de 1870

Aos dez dias do mês de setembro de 1870, achando-se presentes os Senhores Conselheiros **Betancourt**, **Visconde de Tamandaré**, **De Lamare**, **Fonseca**, **Elisiário**, **Beaurepaire** e Desembargadores **Câmara**, **Magalhães Castro** e **Lisboa**, foi aberta a Sessão. Lida e aprovada a ata da antecedente, o Secretário de Guerra deu conta de uma portaria do Ministério da Justiça, enviando para ser julgado definitivamente o processo a que foi submetido o soldado do Corpo Militar de Polícia da Corte José Ignacio Teixeira, portaria que teve o despacho: cumpra-se e arquive-se. Em seguida, o Sr. Desembargador Câmara relatou os seguintes processos dos réus João Costodio Lordelo e Pedro Alves Cabral, acusados de embriaguez e de jogos proibidos, e condenados no Conselho de Guerra a dois meses de prisão; esta sentença foi reformada no Tribunal superior para condenarem a cada um dos réus a seis meses de prisão simples. Antes desta votação, entrou o Sr. Conselheiro **Visconde de Santa Teresa**; 2º do imperial marinheiro José de Paula Maranduba dos Santos, acusado de crime de resistência e condenado no Conselho de Guerra à pena de morte, sentença que foi reformada por este Tribunal para impor-se ao réu a pena de 8 anos de prisão com trabalho. O Sr. Desembargador Magalhães Castro relatou dois processos: 1º do imperial marinheiro Joaquim de Brito Feitosa, acusado de crime de morte, e a ela condenado pelo Conselho de Guerra, sentença que foi reformada por este Tribunal para dar-se ao réu a de 20 anos de galés; o Sr. Desembargador Lisboa assinou-se vencido porque

votou pela sentença do Conselho inferior; 2º do soldado Lucindo Estulano da Silva, acusado de deserção em tempo de guerra e condenado à morte no Conselho de Guerra digo a seis anos de trabalho nas fortificações. Este Tribunal reformou a sentença para dar ao réu a de seis anos de prisão com trabalho na forma da Ordenança de 9 de abril de 1805 e Carta Régia de 19 de fevereiro de 1807. O Sr. Desembargador Lisboa relatou, finalmente, dois processos: 1º do prisioneiro de guerra paraguaio João Martinez, acusado de ferimento, e condenado à morte em Conselho de Guerra, sentença que foi reformada neste Tribunal para se lhe dar a de galés perpétuos; o Sr. Relator assinou-se vencido porque votou pela sentença do Tribunal inferior; 2º do soldado Antonio de Souza Martins, acusado de deserção simples e condenado em Conselho de Guerra a seis meses de prisão, o que foi confirmado por este Tribunal; 3º do soldado Raymundo José do Espirito Santo, acusado de deserção simples e condenado em Conselho de Guerra a seis meses de prisão. Foi neste Tribunal indultado em virtude do Decreto de 2 de abril deste ano. Nada mais havendo a tratar-se, o Sr. Conselheiro de Guerra Betancourt, servindo de Presidente, encerrou a Sessão, e eu, o Secretário de Guerra José Joaquim Rodrigues Lopes, escrevi e assinei esta ata.

Betancourt {assinatura}

84ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar de Justiça, em 14 de setembro de 1870

Aos 14 dias do mês de setembro de 1870, achando-se presentes os Senhores Conselheiros **Betancourt**, **Barão de Itapagipe**, **Visconde de Santa Teresa**, **Fonseca**, **Elisiário** e **Beaurepaire** e Desembargadores **Câmara**, **Magalhães Castro** e **Lisboa**, foi aberta a Sessão. Lida e aprovada a ata da antecedente, o Secretário de Guerra declarou não haver expediente algum. Em seguida, o Sr. Desembargador Câmara relatou os seguintes processos: 1º do soldado Ildefonso Francisco das Neves, acusado de desobediência e condenado a seis meses de prisão pelo Conselho de Guerra, o que foi confirmado por este Tribunal; 2º do soldado João Martins Soares, acusado igualmente de desobediência e condenado a dois meses de prisão pelo Conselho de Guerra, sentença que foi reformada pelo Tribunal para condenar-se o réu a um mês de prisão; o Sr. Conselheiro Betancourt, assinou vencido por ter votado pela absolvição; 3º do soldado Manoel Piranha, acusado também de desobediência e condenado a três meses de prisão pelo Conselho de Guerra, o que foi confirmado pelo Tribunal superior. O Sr. Desembargador Magalhães Castro relatou o processo do soldado Trajano José dos Santos, acusado de insubordinação e condenado a 2 meses de prisão pelo Conselho de Guerra; foi pelo Tribunal absolvido; e o do soldado Estevão Ferreira de Souza, acusado de fuga de preso e condenado em Conselho de Guerra a 6 meses de prisão, o que foi confirmado por este Tribunal; e o Sr. Desembargador Lisboa

relatou, finalmente, os dois processos seguintes: 1º do soldado José Ignacio Teixeira, acusado de deserção simples e condenado em Conselho de Guerra a dois meses de prisão, o que foi igualmente confirmado pelo Tribunal; 2º do soldado João Chrisostomo da Silva, acusado de deserção simples e condenado a 6 meses de prisão pelo Conselho de Guerra; esta sentença foi reformada para infligir-se ao réu as penas do artigo 3º, título 4º da Ordenança de 9 de abril de 1805 por ter-se apresentado voluntariamente dentro dos 3 meses, trazendo seus uniformes. Nada mais havendo a tratar-se, o Senhor Conselheiro de Guerra Betancourt, servindo de Presidente, encerrou a Sessão; e eu, o Secretário de Guerra José Joaquim Rodrigues Lopes, escrevi e assinei esta ata.

Betancourt {assinatura}

85ª Ata do Conselho Supremo Militar de Justiça, em 17 de setembro de 1870

Aos 17 dias do mês de setembro de 1870, achando-se presentes os Senhores Conselheiros **Betancourt**, **Barão de Itapagipe**, **De Lamare**, **Fonseca**, **Elisiário**, **Beaurepaire** e Desembargadores **Câmara**, **Magalhães Castro** e **Lisboa**, foi aberta a Sessão. Lida e aprovada a da antecedente, o Secretário de Guerra apresentou as 3 portarias seguintes: 2 do Ministério da Guerra remetendo para serem julgados definitivamente julgados os processos a que foram submetidos o tenente Alfredo Ramos Chaves, alferes Pedro Alves Teixeira, furriel Antonio Luis Telles de Macedo, cabos de esquadra Joaquim Lopes de Araujo, Fortunato José Candido e Antonio Sabino Dantas, soldados João Ferreira de Mello, José Primo Fernandes, José Alves da Silva, Manoel Francisco da Silva, Marciano Ferreira do Nascimento, Melelão Rodrigues, Manoel Correa do Nascimento e Manoel Cardoso; e uma do Ministério da Justiça remetendo para o mesmo fim o processo a que foi submetido o soldado de Corpo Militar de Polícia da Corte Joaquim Monteiro dos Santos. Todas as 3 portarias tiveram o despacho: cumpra-se e arquive-se. Em seguida, o Sr. Desembargador Câmara relatou o processo dos réus capitão Antonio Joaquim Guedes de Miranda e tenente Ponciano Ferreira de Souza, acusado de faltar ao embarque com o seu batalhão, e absolvido no Conselho de Guerra, o que foi confirmado neste Tribunal. Os Senhores Conselheiros de Guerra Barão de Itapagipe, De Lamare, Fonseca e Elisiário declararam que confirmavam a sentença do Conselho de Guerra, por isso que a falta cometida pelo capitão Antonio Joaquim Guedes de Miranda é daquelas, cuja punição é meramente correcional. O Sr. Desembargador Magalhães Castro relatou o processo do alferes Antonio Candido Gomes, acusado de não querer carregar a bandeira do seu batalhão em ocasião de formatura, e absolvido em Conselho de Guerra. Este Tribunal proferiu a respeito o seguinte despacho: volte o processo ao Conselho de Guerra para ser proferida a sentença por tenções na forma da lei, por ter sido o réu acusado, como incurso em Artigo dos de Guerra em que pode caber a pena de morte. Assinaram-se vencidos os Senhores Conselheiros de Guerra De Lamare e Fonseca, bem como o Sr. Desembargador Câmara e o Sr. Vogal Beaurepaire votou vencido por falta

de criminalidade. Sendo já tarde, o Sr. Conselheiro de Guerra Betancourt, servindo de Presidente, encerrou a Sessão, e eu, o Secretário de Guerra José Joaquim Rodrigues Lopes, escrevi e assinei esta ata. Declaro em tempo, que o Secretário de Guerra apresentou a portaria do Ministério da Guerra acerca do processo instaurado ao menor aprendiz militar do Arsenal de Guerra da Corte Joaquim Pedro da Silva, questão, que tinha vindo ao Tribunal para consultar, e que foi adiado. O Sr. Conselheiro de Guerra Presidente do Tribunal a distribuiu ao Sr. Desembargador Câmara. Declaro mais que, no processo acima mencionado do capitão Guedes de Miranda, o Sr. Desembargador Magalhães Castro votou pela reforma da sentença do Conselho de Guerra para condenar ao dito capitão. José Joaquim Rodrigues Lopes, Secretário de Guerra.

Betancourt {assinatura}

86ª Ata da Reunião dos membros do Conselho Supremo Militar, em 21 de setembro de 1870

Aos 21 dias do mês de setembro de 1870, achando-se presentes os Senhores Conselheiros de Guerra **Betancourt** e **Elisiário** e Desembargadores **Magalhães Castro** e **Lisboa**; e não podendo haver Sessão, por falta de membro legal para ela, o Sr. Conselheiro de Guerra Betancourt assim o declarou, e mandou lavrar esta ata. Eu, José Joaquim Rodrigues Lopes, escrevi e assinei.

Betancourt {assinatura}

87ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar de Justiça, em 24 de setembro de 1870

Aos 24 dias do mês de setembro de 1870, achando-se presentes os Senhores Conselheiros **Betancourt**, **De Lamare**, **Fonseca**, **Elisiário** e **Beaurepaire** e Desembargadores **Câmara**, **Magalhães Castro** e **Lisboa**, foi aberta a Sessão. Lidas e aprovadas as atas da Sessão antecedente e da reunião em que não houve Sessão do dia 21 do corrente, o Secretário de Guerra deu conta do seguinte expediente: 3 portarias do Ministério da Guerra, remetendo para serem julgados definitivamente os processos a que responderam o capitão Manoel da Costa Monteiro, alferes paraguaio Dolores Sanabria, soldados Luis Manoel Mathias, e paisanos Modesto Fernandes e Florentino Freitas, soldados Luis Francisco Jorge, Manoel Luis Pereira, José Antonio de Lima, Izidoro Vieira de Oliveira, José Rufo dos Anjos, Emiliano José Muniz de Oliveira, Antonio Fernandes de Luna, Manoel Dutra dos Santos, José Ricardo da Silva, o 2º sargento Camillo Gonçalves de Oliveira e Mello, e os soldados Joaquim Francisco de Moraes e Manoel Francisco Paulino; e bem assim 3 portarias do Ministério da Marinha remetendo para o mesmo fim os processos a que responderam o capitão de fragata João

Gomes de Faria, ex-comandante do Vapor Beberibe, os segundos-tenentes Affonso Augusto Rodrigues de Vasconcellos, Manoel Maria de Carvalho, oficial de fazenda Caetano do Rezaria Maciel, o farmacêutico de comissão José Mendonça da Terra Avila e o prático Felippe José da Silva, o soldado do Batalhão Naval Manoel de Paula Peixoto, e o paisano Valentim Stoldt. Todas 6 portarias tiveram o despacho: cumpra-se e arquive-se. Nesta ocasião, entrou o Sr. Conselheiro de Guerra **Visconde de Santa Teresa**. O Senhor Desembargador Câmara relatou em seguida o seguinte processo, digo o Sr. Magalhães Castro relatou o processo do soldado Zacharias da Costa, acusado de ferimento e condenado em Conselho de Guerra a 3 meses de prisão, sentença que foi reformada para impor-se ao réu a pena de dois anos de prisão com trabalho; os Senhores Conselheiros De Lamare e Beaurepaire não assinaram esta sentença nem a que se segue por se haverem retirado por incomodados. O Sr. Desembargador Lisboa relatou o processo seguinte: do cabo de esquadra Antonio Sabino Dantas, acusado do crime de furto e condenado em Conselho de Guerra a dois meses de prisão, o que foi confirmado por este Tribunal. E nada mais havendo a tratar-se, o Sr. Conselheiro de Guerra Betancourt, servindo de Presidente, encerrou a Sessão e eu, o Secretário de Guerra José Joaquim Rodrigues Lopes, escrevi e assinei esta ata.

Betancourt {assinatura}

88ª Ata do Conselho Supremo Militar de Justiça, em 28 de setembro de 1870

Aos 28 dias do mês de setembro de 1870, achando-se presentes os Senhores Conselheiros **Betancourt**, **Visconde de Tamandaré**, **De Lamare**, **Beaurepaire** e Desembargadores **Câmara**, **Magalhães Castro** e **Lisboa**, foi aberta a Sessão. Lida e aprovada a ata da antecedente, o Secretário de Guerra deu conta de 3 portarias, sendo uma do Ministério da Marinha, remetendo para serem julgados definitivamente os processos a que foram submetidos o soldado do Batalhão Naval Francisco José Maxwell, e duas do Ministério da Justiça, remetendo para o mesmo fim os processos a que foram submetidos os soldados do Corpo Militar de Polícia da Corte Manoel do Sacramento e Antonio Francisco dos Santos. Todas 3 portarias tiveram o despacho: cumpra-se e arquive-se. Nesta ocasião, entrou o Sr. Conselheiro de Guerra **Visconde de Santa Teresa**. Em seguida, o Sr. Desembargador Câmara relatou os seguintes processos: 1º do soldado José Maria Rebello, acusado de insubordinação e condenado em Conselho de Guerra à morte; foi esta sentença reformada no Conselho superior para dar-se ao réu a de dez anos de prisão com trabalho; 2º do soldado Joaquim Monteiro dos Santos, acusado de deserção simples e condenado em Conselho de Guerra a quatro meses de prisão, o que foi confirmado por este Tribunal; 3º do soldado José Primo Fernandes, acusado de 2ª deserção simples e condenado no Conselho de Guerra a dois anos de prisão com trabalho. Este Tribunal confirmou a sentença. O Sr. Desembargador Lisboa relatou os três processos seguintes: primeiro do soldado Carlos

Antonio Serafim de Deos, acusado de ferimento e condenado a carrinho perpétuo pelo Conselho de Guerra; teve no Tribunal este processo o seguinte despacho: volte o processo para se legalizar a nomeação do tenente vogal Bento Thomaz Gonçalves, provando-se a sua competência; 2º do soldado Militão Rodrigues, acusado de deserção simples e condenado a seis meses de prisão pelo Conselho de Guerra; o que foi confirmado por este Tribunal; 3º do soldado José Alves da Silva, acusado do mesmo crime, e como aquele réu condenado a seis meses de prisão pelo Conselho de Guerra, o que também foi confirmado por este Tribunal. E nada mais havendo a tratar-se, o Senhor Conselheiro de Guerra Betancourt, servindo de Presidente, levantou a Sessão e eu, o Secretário de Guerra José Joaquim Rodrigues Lopes, escrevi e assinei esta ata. Declaro, em tempo, que do Ministério da Marinha só veio uma portaria e não duas como acima se diz por engano. José Joaquim Rodrigues Lopes.

Betancourt {assinatura}

89ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar de Justiça, em 1º de outubro de 1870

A um de outubro de 1870, achando-se presentes os Senhores Conselheiros **Betancourt**, **De Lamare**, **Fonseca**, **Aguiar** e **Elisiário** e Desembargadores **Câmara**, **Magalhães Castro** e **Lisboa**, foi aberta a Sessão. Lida e aprovada a ata da antecedente, o Secretário de Guerra declarou, que não havia expediente algum. Em seguida, o Sr. Desembargador Câmara relatou os seguintes processos: 1º do soldado Antonio Fernandes Luna, acusado do crime de deserção em tempo de guerra e condenado à morte em Conselho de Guerra: foi esta sentença reformada por este Tribunal para condenar o réua cinco anos de prisão com trabalhos, atentas as razões expendidas na mesma sentença. Antes da discussão sobre este processo, entrou o Sr. Conselheiro de Guerra **Visconde de Santa Teresa**; 2º do soldado Emiliano José Muniz de Oliveira, acusado de deserção simples e condenado pelo Conselho de Guerra a seis meses de prisão; foi reformada esta sentença pelo Tribunal para dar-se ao réu a de dois meses de prisão com trabalhos compatíveis à sua idade e circunstâncias; 3º do soldado Antonio Francisco dos Santos, acusado e deserção simples e condenado em Conselho de Guerra a quatro meses de prisão, o que foi confirmado por este Tribunal. O Sr. Desembargador Magalhães Castro relatou dois processos: 1º do soldado Mariano Ferreira do Nascimento, acusado de deserção simples e condenado em Conselho de Guerra a seis meses de prisão, sentença que foi confirmada por este Tribunal; 2º do soldado João Ferreira de Mello, acusado de deserção em tempo de guerra e condenado à morte na primeira instância, sentença que foi reformada neste Tribunal para dar-se ao réu a de cinco anos de prisão com trabalho. O Sr. Desembargador Lisboa relatou, finalmente, os quatro seguintes processos: 1º do soldado Liberato Antonio da Silva, acusado de ferimentos e condenado à

morte em Conselho de Guerra. Este Tribunal julgou nulas as tenções e a sentença do Conselho de Guerra porque naquelas não se declarou qual a pena que devia ser imposta ao réu, parecendo haver na sentença votação quando semelhante fórmula é contrária à lei e nesta porque não foi integralmente transcrito o artigo 8º dos de Guerra; 2º do soldado José Rufo dos Anjos, acusado de deserção simples e condenado a seis meses de prisão no Conselho de Guerra, sentença que foi neste Tribunal confirmada. O Sr. Desembargador Câmara assinou-se vencido em parte; 3º do soldado Manoel Dutra dos Santos, acusado de 2ª deserção simples e condenado em Conselho de Guerra a dois anos de prisão com trabalho, o que foi confirmado por este Tribunal; e 4º do soldado Manoel do Sacramento, acusado de deserção simples e condenado a quatro meses de prisão em Conselho de Guerra, o que foi confirmado por este Tribunal. Nada mais havendo a tratar-se, o Sr. Conselheiro de Guerra Betancourt, servindo de Presidente, encerrou a Sessão; e eu, o Secretário de Guerra José Joaquim Rodrigues Lopes, escrevi e assinei esta ata.

Betancourt {assinatura}

90ª Ata do Conselho Supremo Militar de Justiça, em 5 de outubro de 1870

Aos 5 dias do mês de outubro de 1870, a achando-se presentes os Senhores Conselheiros **Duque de Caxias**, **Betancourt**, **Visconde de Tamandaré**, **De Lamare**, **Visconde de Santa Teresa**, **Lamego**, **Aguiar**, **Elisiário** e Desembargadores **Câmara**, **Magalhães Castro** e **Lisboa**, foi aberta a Sessão. Lida e aprovada a ata da antecedente, o Secretário de Guerra deu conta de três portarias do Ministério da Guerra, remetendo para serem julgados em superior instância os processos dos Conselhos de Guerra a que responderam os réus, cabo de esquadra Veridiano de Campos Braga, corneta Pedro Francisco, soldados Gabriel José dos Santos, João Baptista da Cruz, Luis Ferreira da França, Ernesto Frederico Gomes de Barros, José Vieira dos Santos, Miguel dos Anjos, Lourenço Justiniano Mendes, Pedro de Senna Sarges, Antonio Felix Bispo, e os prisioneiros de guerra paraguaios Francisco Bogado, e Eugenio Caballero. Em seguida, o Sr. Desembargador Câmara relatou o processo do soldado Francisco José Maxwell, acusado de desobediência e condenado a um ano de prisão simples pelo Conselho de Guerra, sentença que foi reformada pelo Tribunal para se lhe dar a de um ano de prisão com trabalho; e o do tenente Raymundo Pereira de Carvalho, acusado do crime de espancamento e condenado a um mês de prisão pelo Conselho de Guerra. O Tribunal lançou neste processo o seguinte despacho: sendo o réu, o tenente da Guarda Nacional Raymundo Pereira de Carvalho, acusado na qualidade de comandante do destacamento policial da Vila de Campo Maior, por ser nessa qualidade que, segundo consta deste processo, praticou o fato que lhe é atribuído, e devendo, outrossim, ser processado de conformidade com o respectivo regulamento, julgam nulo o processo, não cabendo quando julgado fosse, segundo o dito regulamento nas atribuições deste Tribunal conhecer dele não serem as Assembleias Provinciais, e presidentes de

províncias competentes para em tais regulamentos lhe imporem qualquer obrigação quando assim o tenha disposto o mencionado regulamento. O Sr. Desembargador Magalhães Castro relatou o processo do paisano argentino Florentino Freitas, acusado de tentativa de morte; e absolvido no Conselho de Guerra, o que foi confirmado por este Tribunal. O Sr. Desembargador Lisboa, finalmente, relatou o processo do soldado Joaquim Francisco de Moraes, acusado do crime de morte, e absolvido no Conselho de Guerra, o que foi confirmado neste Tribunal, assinando-se vencido o Sr. Desembargador Relator. E nada mais havendo a tratar-se, o Sr. Conselheiro de Guerra Duque de Caxias, servindo de Presidente, levantou a Sessão, e eu, o Secretário de Guerra José Joaquim Rodrigues Lopes, escrevi e assinei esta ata.

Duque de Caxias {assinatura}

91ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar de Justiça, em 8 de outubro de 1870

Aos 8 dias do mês de outubro de 1870, achando-se presentes os Senhores Conselheiros de Guerra **Duque de Caxias**, **Betancourt**, **Visconde de Tamandaré**, **Barão de Itapagipe**, **De Lamare**, **Visconde de Santa Teresa**, **Fonseca**, **Lamego**, **Aguiar**, **Elisiário** e Desembargadores **Câmara**, **Magalhães Castro** e **Lisboa**, foi aberta a Sessão. Lida e aprovada a ata da antecedente, o Secretário de Guerra declarou não haver expediente algum. Em seguida, o Sr. Desembargador Magalhães Castro relatou o processo a que responderam o capitão de fragata João Gomes de Faria Junior, os segundos-tenentes Affonso Rodrigues de Vasconcellos e Manoel Maria de Carvalho, oficial de fazenda Caetano do Rozario Maciel, farmacêutico de comissão José Mendonça da Terra Avila, o prático Felippe José da Silva, acusados, o primeiro de praticar atos imorais, e os outros de insubordinação; e condenados em Conselho de Guerra o primeiro a suspensão do serviço sem vencimento de soldo por um ano, o segundo a dezoito meses de prisão, sendo os outros absolvidos. Esta sentença foi reformada pelo Tribunal para dar-se ao primeiro réu, capitão de fragata João Gomes de Faria Junior, um ano de suspensão de comando, unicamente, ao 2º tenente Affonso Rodrigues de Vasconcellos, confirmando a sentença impõem a pena de prisão por dezoito meses, e aos outros réus a pena de seis meses de prisão; assinaram-se vencidos quanto ao comandante os Senhores Duque de Caxias, Barão de Itapagipe, Fonseca, Lamego, Magalhães Castro e Lisboa para absolvê-lo, quanto ao imediato 2º tenente Affonso Rodrigues de Vasconcellos votaram vencidos o Sr. De Lamare para condená-lo a pena menor, o Sr. Câmara para dar-lhe um ano de prisão, o Sr. Magalhães Castro para absolvê-lo; quanto aos outros réus votaram vencidos o Sr. De Lamare por dar-lhes pena menor, o Sr. Câmara por dar-lhes três meses de prisão a cada um, e os Senhores Magalhães Castro e Lisboa por absolvê-los. Foi voto vencedor nesta sentença o Sr. Visconde de Tamandaré, que a não assinou por retirar-se por incomodado antes de ser ela assinada. O Sr. Desembargador Câmara relatou o processo do tenente Alfredo Ramos Chaves, acusado de insubordinação e

condenado pelo digo e absolvido pelo Conselho de Guerra. Foi reformada esta sentença pelo Tribunal para dar-se ao réu a de três meses de prisão. Sendo já tarde, o Sr. Conselheiro de Guerra Duque de Caxias, servindo de Presidente, encerrou a Sessão; e eu, o Secretário de Guerra José Joaquim Rodrigues Lopes, escrevi e assinei esta ata. Declaro em tempo que a sentença deste Tribunal em relação ao capitão de fragata João Gomes de Faria Junior foi proferida somente pela falta de energia que teve o mesmo oficial, como comandante por ocasião do ato de insubordinação. O Secretário de Guerra José Joaquim Rodrigues Lopes.

Duque de Caxias {assinatura}

92ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar de Justiça, em 12 de outubro de 1870

Aos doze dias do mês de outubro de 1870, achando-se presentes os Senhores Conselheiros **Duque de Caxias**, **Betancourt**, **Visconde de Tamandaré**, **Barão de Itapagipe**, **De Lamare**, **Fonseca**, **Elisiário** e **Beaurepaire** e Desembargadores **Câmara**, **Magalhães Castro** e **Lisboa**, foi aberta a Sessão. Lida e aprovada a ata da antecedente com a emenda que nela se vê, o Secretário de Guerra declarou não haver expediente algum. Em seguida, o Senhor Desembargador Câmara relatou o processo do capitão Manoel da Costa Monteiro, acusado de subtrair objetos da Fazenda Nacional, e absolvido em Conselho de Guerra, sentença que foi reformada por este Tribunal para infligir-se ao réu a de seis meses de prisão. O Sr. Desembargador Magalhães Castro relatou os dois seguintes processos: 1º do 2º sargento Camilo Gonçalves de Oliveira e Mello, acusado do crime de morte e condenado digo absolvido em Conselho de Guerra, sentença que foi reformada por este Tribunal para dar-se ao réu a de um ano com prisão com trabalho; 2º do soldado Joaquim Fernandes de Andrade, acusado igualmente de crime de morte, e como o réu anterior absolvido em Conselho de Guerra sentença que foi reformada por este Tribunal para dar-se ao réu a de dois anos de prisão com trabalho; o Sr. Desembargador Lisboa assinou-se vencido. O mesmo Sr. Desembargador relatou, finalmente, o processo do soldado reformado José Ricardo da Silva, acusado de ferimento e condenado a seis meses de rigorosa prisão pelo Conselho de Guerra, sentença que foi reformada para dar-se ao réu a de um ano de prisão com trabalho. Nada mais havendo a tratar-se, o Senhor Conselheiro de Guerra Duque de Caxias, servindo de Presidente, encerrou a Sessão, e eu, o Secretário de Guerra José Joaquim Rodrigues Lopes, escrevi e assinei esta ata. Declaro em tempo que discutiu-se e foi aprovada a consulta, relativa ao prosseguimento do processo do Conselho de Investigação a que se procedeu contra o menor, operário do Arsenal de Guerra da Corte, Joaquim Pedro da Silva. O Secretário de Guerra José Joaquim Rodrigues Lopes.

Duque de Caxias {assinatura}

93ª ATA DA SESSÃO DO CONSELHO SUPREMO MILITAR DE JUSTIÇA, EM 15 DE OUTUBRO DE 1870

Aos 15 dias do mês de outubro de 1870, achando-se presentes os Senhores Conselheiros **Duque de Caxias**, **Betancourt**, **Visconde de Tamandaré**, **Barão de Itapagipe**, **De Lamare**, **Fonseca**, **Lamego**, **Elisiário**, **Beaurepaire** e Desembargadores **Câmara**, **Magalhães Castro** e **Lisboa**, foi aberta a Sessão. Lida e aprovada a ata da antecedente com a emenda nela exarada, o Secretário de Guerra deu conta de duas portarias uma da Guerra, e outra da Justiça, remetendo para serem julgados definitivamente os processos a que responderam os soldados Saturnino Gonçalves Pereira, Salustiano Francisco de Souza, José Joaquim da Costa, Henrique José Porfirio, Dionisio Bernardo, Joaquim Francisco de Moraes, Antonio Vieira dos Santos e João Fructuoso Ferreira, e corneta-mor do Corpo Militar de Polícia da Corte Manoel Pereira Guedes, cumpra-se e arquive-se. Assinou-se a consulta aprovada na Sessão antecedente, relativa ao prosseguimento do processo de Conselho de Investigação, a que se procedeu contra o menor operário do Arsenal de Guerra da Corte Joaquim Pedro da Silva. Em seguida, o Sr. Desembargador Câmara relatou os processos seguintes: 1º do alferes paraguaio Dolores Sanabria, acusado de ferimento e condenado no Conselho de Guerra a carrinho perpétuo, sentença que foi reformada no Tribunal Superior para dar-se ao réu a de três meses de prisão; 2º do soldado Manoel Francisco Paulino, acusado de deserção agravada e condenado em Conselho de Guerra a um ano de prisão, e expulsão do serviço; o Tribunal proferiu o seguinte despacho: suscitada a preliminar de conhecer-se ou não deste processo, não obstante quaisquer precedentes, julgou o Tribunal, depois de bem considerada a matéria, não tomar dele conhecimento porquanto, sendo o Conselho Supremo Militar de Justiça um Tribunal geral, criado para um fim especial, não pode, como tal, ser obrigado a exercer funções, e menos ainda jurisdição, que não demande lei do Poder Legislativo geral, e seguindo-se daqui não poderem as leis sobre negócios provinciais, em cuja classe se compreende a força policial, considerada instituição provincial estenderem sua ação obrigatória senão as pessoas, e autoridades, que se acham sob a obediência da administração das respectivas províncias, o que se não dá com o Conselho Supremo Militar de Justiça, é consequente não poder o mesmo Tribunal conhecer deste processo, por tratar-se de jurisdição, que só lhe pode ser dada por lei geral, e dentro dos limites nela traçados e não pelas Assembleias Provinciais, ou presidentes de província que para tanto não têm competência. O Sr. Desembargador Magalhães Castro relatou dois processos: 1º do paisano brasileiro Valentim Stoll, acusado do crime de morte, e absolvido em Conselho de Guerra, o que foi confirmado por este Tribunal; 2º do soldado Miguel dos Anjos, acusado de deserção simples e condenado em Conselho de Guerra a seis meses de prisão, sentença que também foi confirmada neste Tribunal. O Sr. Desembargador Lisboa relatou igualmente dois processos: 1º do soldado Manoel de Paula Peixoto, acusado de

tentativa de inutilizar-se para o serviço militar, e absolvido no Conselho de Guerra, o que foi confirmado neste Tribunal; 2º do soldado Ernesto Frederico Gomes de Barros, acusado de deserção simples e condenado em Conselho de Guerra a seis meses de prisão; sentença que foi reformada para se impor ao réu a pena do artigo 2º da Ordenança de 9 de abril de 1805, por ter-se apresentado voluntariamente passados os três meses. Nada mais havendo a tratar-se, o Senhor Conselheiro de Guerra Duque de Caxias, servindo de Presidente, encerrou a Sessão; e eu, o Secretário de Guerra José Joaquim Rodrigues Lopes, escrevi e assinei esta ata.

Visconde de Tamandaré {assinatura}

94ª ATA DA SESSÃO DO CONSELHO SUPREMO MILITAR DE JUSTIÇA, EM 19 DE OUTUBRO DE 1870

Aos 19 dias do mês de outubro de 1870, achando-se presentes os Senhores Conselheiros **Visconde de Tamandaré**, **De Lamare**, **Fonseca**, **Lamego**, **Elisiário** e **Beaurepaire** e Desembargadores **Magalhães Castro** e **Lisboa**, foi aberta a Sessão. Lida e aprovada a ata da antecedente, o Secretário de Guerra deu conta de 2 portarias do Ministério da Marinha remetendo para serem julgados em última instância os processos a que foram submetidos o imperial marinheiro Cosme Manoel do Nascimento e o soldado do Batalhão Naval Ignacio José Francisco. Em seguida, o Sr. Desembargador Lisboa relatou os dois processos seguintes: 1° do soldado Antonio Vieira dos Santos, acusado do crime de 1ª deserção agravada e condenado pelo Conselho de Guerra a um ano de prisão, sentença que foi confirmada por este Tribunal; 2º do soldado Luis Francisco Jorge, acusado de deserção simples e condenado no Conselho de Guerra a seis meses de prisão, o que igualmente foi confirmado pelo mesmo Tribunal. E nada mais havendo a tratar-se, o Sr. Conselheiro de Guerra Visconde de Tamandaré, servindo de Presidente, encerrou a Sessão, e eu, o Secretário de Guerra José Joaquim Rodrigues Lopes, escrevi e assinei esta ata.

Visconde de Tamandaré {assinatura}

95ª ATA DA SESSÃO DO CONSELHO SUPREMO MILITAR DE JUSTIÇA, EM 22 DE OUTUBRO DE 1870

Aos 22 dias do mês de outubro de 1870, achando-se presentes os Senhores Conselheiros **Duque de Caxias**, **Betancourt**, **Visconde de Tamandaré**, **Barão de Itapagipe**, Fonseca, **Lamego**, **Elisiário** e **Beaurepaire** e Desembargadores **Câmara**, **Magalhães Castro** e **Lisboa**, foi aberta a Sessão. Lida e aprovada a ata da antecedente, o Secretário de Guerra deu conta de uma portaria do Ministério da Justiça, enviando para ser julgado definitivamente, o processo a que foi submetido o soldado do Corpo Militar de Polícia da Corte Miguel Luis de

Moura. Em seguida, o Sr. Desembargador Câmara relatou os dois seguintes processos: 1º do soldado Manoel Corrêa do Nascimento, acusado de deserção em tempo de guerra e condenado à morte na instância inferior, sentença que foi reformada por este Tribunal para infligir-se ao réu a de seis meses de prisão com trabalho; 2º do soldado Dionisio Bernardo, acusado de deserção simples e condenado no Conselho de Guerra a seis meses de prisão, sentença que foi confirmada por este Tribunal. O Senhor Desembargador Magalhães Castro relatou também dois processos, 1º do soldado José Antonio de Lima, acusado de ferimento e condenado a seis meses e meio de prisão rigorosa; o Tribunal lançou sobre este processo o seguinte despacho: volte o processo ao Conselho de Guerra para ser lavrada a sentença, mediante tenções, porque o réu é acusado de crime ao qual pode caber a pena capital; 2º do soldado Isidoro Vieira de Oliveira, acusado de tentativa de morte e ferimento a seu superior, condenado pelo Conselho de Guerra à pena de morte, o que foi confirmado pelo Tribunal. Os Senhores Beaurepaire, Magalhães Castro e Lisboa assinaram-se vencidos, e o Sr. Câmara votou por prisão perpétua com trabalho. O Sr. Desembargador Lisboa relatou o processo do soldado Luis Manoel Pereira, acusado de insubordinação e condenado a um ano de prisão com trabalho pelo Conselho de Guerra, e este Tribunal reformou a sentença para dar ao réu a de quatro anos de prisão com trabalho. Nada mais havendo a tratar-se, o Senhor Conselheiro de Guerra Duque de Caxias, servindo de Presidente, encerrou a Sessão, e eu, o Secretário de Guerra José Joaquim Rodrigues Lopes, escrevi e assinei esta ata.

Duque de Caxias {assinatura}

96ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar de Justiça, em 26 de outubro de 1870

Aos 26 dias do mês de outubro de 1870, achando-se presentes os Senhores Conselheiros **Duque de Caxias**, **Betancourt**, **Fonseca**, **Lamego** e Desembargadores **Magalhães Castro** e **Lisboa**, foi aberta a Sessão. Lida e aprovada a ata da antecedente, o Secretário de Guerra deu conta de 3 portarias do Ministério da Guerra, remetendo para serem julgados definitivamente os processos a que responderam em Conselho de Guerra os tenentes-coronéis Gabriel Alves Fernandes e João Gualberto de Mattos e o capitão reformado Camilo Xavier de Souza, 1º sargento José Luis Pereira dos Santos, cabo de esquadra Agostinho Bispo Confessor, e os soldados José Antonio de Santa Anna, Augusto Lopes Portella, Manoel Antonio Xavier, Zacharias Rodrigues Nepomoceno e Joaquim Miguel de Oliveira e bem assim o prisioneiro de guerra paraguaio Pedro Soleira, os soldados Manoel Sebastião, Manoel Antonio da Silva, Miguel Ferreira do Couto, Manoel João do Nascimento, Francisco Mendes Guerreiro e Manoel Borges do Nascimento; cumpra-se e arquive-se, foi o despacho que tiveram todas 3 portarias. Em seguida, o Senhor Desembargador Magalhães Castro relatou o processo do soldado Miguel Luis de Moura, acusado de 1ª deserção simples e condenado no Conselho de Guerra a dois meses de prisão, sentença que foi confirmada

neste Tribunal. O Sr. Desembargador Lisboa relatou os dois processos seguintes: 1º do soldado paraguaio prisioneiro de guerra Francisco Bogado, acusado de 1ª deserção simples e condenado em Conselho de Guerra a seis meses de prisão simples; esta sentença foi reformada neste Tribunal para absolver o réu, por isso que está provado que ele tinha permissão para trabalhar fora do quartel, e quando se ausentou ainda estava no gozo da mesma permissão; 2º do soldado Ignacio José Francisco, acusado de deserção em tempo de guerra, e no Conselho inferior condenado a cinco anos de galés; foi esta sentença reformada para dar-se ao réu as penas do título 4º, artigo 1º, da Ordenança de 9 de abril de 1805. Nada mais havendo a tratar-se, o Sr. Conselheiro de Guerra Duque de Caxias, servindo de Presidente, encerrou a Sessão, e eu, o Secretário de Guerra José Joaquim Rodrigues Lopes, escrevi e assinei esta ata.

Duque de Caxias {assinatura}

97ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar de Justiça, em 29 de outubro de 1870

Aos 29 dias do mês de outubro de 1870, achando-se presentes os Senhores Conselheiros **Duque de Caxias**, **Betancourt**, **Visconde de Tamandaré**, **Barão de Itapagipe**, **De Lamare**, **Visconde de Santa Teresa**, **Fonseca**, **Lamego**, **Aguiar**, **Elisiário** e Desembargadores **Câmara**, **Magalhães Castro** e **Lisboa**, foi aberta a Sessão. Lida e aprovada a ata da antecedente, o Secretário de Guerra deu conta de duas portarias do Ministério da Justiça, remetendo para serem julgados em superior instância os processos de Conselho de Guerra a que responderam os soldados do Corpo Militar de Polícia da Corte Luis Dupont e Joaquim de Oliveira Sampaio, as quais tiveram o despacho: cumpra-se e arquive-se. Em seguida, o Sr. Desembargador Câmara relatou os seguintes processos: do cabo de esquadra Fortunato José Candido, acusado de ter dado uma bofetada em seu camarada de sentinela e condenado a seis meses de prisão pelo Conselho de Guerra; foi esta sentença reformada pelo Tribunal para dar-se ao réu a de seis meses de prisão com trabalho; do soldado Saturnino Gonçalves Pereira, acusado de deserção e condenado em Conselho de Guerra a quatro meses de prisão, também foi esta sentença reformada pelo Tribunal para dar-se ao réu a pena de seis meses de prisão com trabalho, perdendo o tempo que anteriormente tiver servido, na conformidade do artigo 3º das deserções simples; do soldado José Joaquim da Costa, acusado de 1ª deserção simples e condenado em Conselho de Guerra a seis meses de prisão, o que foi confirmado pelo Tribunal; e dos réus soldado Luis Manoel Mathias, e o paisano, correntino, Modesto Fernandes, acusado de tentativa de morte; no Conselho de Guerra foi o primeiro réu condenado a seis anos de prisão com trabalho, e o segundo absolvido. Foi esta sentença reformada para dar-se ao primeiro três anos de prisão com trabalho, sendo porém confirmada a sentença do segundo. O Sr. Desembargador Magalhães Castro relatou o processo do réu capitão Camillo Xavier de Souza, acusado de deixar de pagar aos fornecedores da Fortaleza da Lage de que era comandante e

condenado a ser expulso do serviço, sentença que foi reformada pelo Tribunal para condenar-se o réu a um ano de prisão, e privação de qualquer comando; o Sr. Duque de Caxias assinou-se vencido. O Sr. Desembargador Lisboa relatou 3 processos, a saber: do soldado Lourenço Justiniano Mendes, acusado de deserção e condenado em Conselho de Guerra a dois meses de prisão fazendo o serviço que lhe pertencer. Foi esta sentença reformada para dar-se ao réu as penas do artigo 3º do título 4º da Ordenança de 9 de abril de 1805, por ser esta a segunda deserção simples e ter-se apresentado o réu voluntariamente; do soldado Antonio Felix Bispo, acusado de deserção e condenado em Conselho de Guerra a dois meses de prisão, o que foi confirmado pelo Tribunal, e, finalmente, a do soldado Manoel Francisco da Silva, acusado de furto, e absolvido no Conselho de Guerra, o que igualmente foi confirmado neste Tribunal. Nada mais havendo a tratar-se, o Sr. Conselheiro de Guerra Duque de Caxias encerrou a Sessão, e eu, o Secretário de Guerra José Joaquim Rodrigues Lopes, lavrei e assinei esta ata.

Betancourt {assinatura}

98ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar de Justiça, em 5 de novembro de 1870

Aos cinco dias do mês de novembro de 1870, achando-se presentes os Senhores Conselheiros de Guerra **Betancourt**, **Visconde de Tamandaré**, **De Lamare**, **Visconde de Santa Teresa**, **Fonseca**, **Elisiário** e Desembargadores **Câmara** e **Lisboa**, foi aberta a Sessão. Lida e aprovada a ata da antecedente, o Secretário de Guerra declarou não haver expediente algum. Em seguida, o Sr. Desembargador Câmara relatou o processo do soldado Luiz Ferreira de França, acusado de 1ª deserção simples e condenado a seis meses de prisão pelo Conselho de Guerra, o que foi confirmado pelo Tribunal. E, nada mais podendo tratar-se, o Sr. Conselheiro de Guerra Betancourt, servindo de Presidente, encerrou a Sessão; e eu, o Secretário de Guerra José Joaquim Rodrigues Lopes, lavrei e assinei esta ata.

Visconde de Tamandaré {assinatura}

99ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar de Justiça, em 9 de novembro de 1870

Aos 9 dias do mês de novembro de 1870, achando-se presentes os Senhores Conselheiros de Guerra **Duque de Caxias**, **Visconde de Tamandaré**, **Visconde de Santa Teresa**, Fonseca, **Lamego**, **Elisiário** e Desembargadores **Câmara** e **Magalhães Castro** e **Lisboa**, foi aberta a Sessão. Lida e aprovada a ata da antecedente, o Secretário de Guerra deu conta de 3 portarias, remetendo para serem julgados definitivamente os processos a que responderam o tenente José Ignacio Pires Fortuna, os alferes Antonio José da Silva Lobato e Jacintho Fagundes da Silva Lima, e soldados Trajano Francisco Bernardo, Manoel

Domingues Ferreira de Oliveira, Joaquim Verissimo, Antonio Manoel Saldanha, José Coelho de Miranda, Francisco Antonio, Fabricio de Góes Pacheco, Pascoal José da Silva, Cipriano Francisco Martins dos Santos, Carlos Antonio Serafim de Deos, os cabos de esquadra Ayres Antonio Ferreira Lima, Joaquim Vieira da Silva, e o soldado Bráz Castrioto da Fonseca, Apolinario Jacintho Ribeiro e Antonio Pereira Custodio, e, finalmente, o soldado de Polícia Elisiario Adriano Flores; todas três portarias tiveram o despacho: cumpra-se e arquive-se. Em seguida, o Sr. Desembargador Câmara relatou os seguintes processos: 1º do 1º sargento José Luis Pereira dos Santos, acusado de desobediência, e em Conselho de Guerra condenado nos artigos 1º e 7º e na 1ª parte do artigo 8º dos de Guerra. O Conselho julgou nula a sentença acima por não se ter designado quer nas tenções, quer na sentença a pena em que se julgou ter o réu incorrido; 2º dos soldados José Vieira dos Santos e João Baptista da Cruz, acusados de arrombamento, do xadrez em que se achavam presos, e fuga; foram absolvidos no Conselho de Guerra, sentença que foi reformada para serem condenados a dois meses de prisão com trabalho. O Sr. Desembargador Magalhães Castro relatou também dois processos: 1º do cabo de esquadra Joaquim Lopes de Araujo, acusado de fuga de presos, e no Conselho de Guerra absolvido, o que foi por este Tribunal confirmado; 2º do soldado João Fructuoso Ferreira, acusado de deserção, e no Conselho de Guerra absolvido, o que também foi confirmado neste Tribunal. O Sr. Desembargador Lisboa relatou 4 processos, a saber: 1º do soldado Pedro de Senna Sarges, acusado de ameaças a uma sentinela e condenado a quatro meses de prisão rigorosa, o que foi reformado neste Tribunal para se lhe dar um ano de prisão com trabalho; 2º do soldado Augusto Lopes Portella, acusado de fuga estando cumprindo sentença e condenado pelo Conselho de Guerra às penas do artigo 5º, título 4º da Ordenança de 9 de abril de 1805, sentença que foi reformada pelo Tribunal para se lhe dar mais um ano de prisão do que a que estava condenado; 3º do soldado José Antonio de Santa Anna, acusado de deserção em tempo de guerra e pelo Conselho de Guerra condenado à morte. Este Tribunal julgou nulo o processo por se não terem inquirido as testemunhas e por se ter imposto ao réu uma pena que não consta das tenções e 4º do cabo de esquadra Veridiano de Campos Braga, acusado de desobediência, e no Conselho de Guerra condenado a 3 meses de prisão. Neste Tribunal foi julgada nula a sentença por não ser precedida por tenções. E nada mais havendo a tratar-se, o Sr. Conselheiro de Guerra Duque de Caxias, servindo de Presidente, encerrou a Sessão. Eu o Secretário de Guerra José Joaquim Rodrigues Lopes, escrevi e assinei esta ata.

Duque de Caxias {assinatura}

100ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar de Justiça, em 12 de novembro de 1870

Aos 12 dias do mês de novembro de 1870, achando-se presentes os Senhores Conselheiros de Guerra **Duque de Caxias**, **De Lamare**, **Visconde de Santa Teresa**, Fonseca, **Elisiário** e Desembargadores **Magalhães Castro** e **Lisboa**, foi aberta a Sessão. Lida e aprovada a ata da

antecedente, o Secretário de Guerra declarou não haver expediente algum. Em seguida, o Sr. Desembargador Magalhães Castro relatou os seguintes processos: 1º do soldado Gabriel José dos Santos, acusado de 2ª deserção simples e condenado em Conselho de Guerra a dois anos de prisão com trabalho, o que foi confirmado por este Tribunal; 2º do corneta Pedro Francisco, acusado de desobediência, e absolvido em Conselho de Guerra. Este Tribunal proferiu o seguinte despacho: volte o processo ao Conselho de Guerra para ser a sentença proferida por tenções na forma da lei por estar capitulado o crime em artigo de guerra em que pode caber a pena capital. O Sr. Desembargador Lisboa também relatou dois processos; sendo o 1º do soldado Joaquim de Oliveira Sampaio, acusado de 1ª deserção simples e condenado em Conselho de Guerra a um mês de prisão, o que foi confirmado por este Tribunal; 2º do cabo de esquadra Ayres Antonio Ferreira Lima, acusado de 1ª deserção simples e condenado em Conselho de Guerra a quatro meses de prisão, o que também foi confirmado por este Tribunal. E nada mais se podendo tratar, o Senhor Conselheiro de Guerra Duque de Caxias, servindo de Presidente, encerrou a Sessão; eu o Secretário de Guerra José Joaquim Rodrigues Lopes, escrevi e assinei esta.

Duque de Caxias {assinatura}

101ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar de Justiça, em 16 de novembro de 1870

Aos 16 dias do mês de novembro de 1870, achando-se presentes os Senhores Conselheiros **Duque de Caxias**, **Betancourt**, **Visconde de Tamandaré**, **Visconde de Santa Teresa**, **Fonseca**, **Elisiário**, **Beaurepaire** e Desembargadores **Câmara**, **Magalhães Castro** e **Lisboa**, foi aberta a Sessão. Lida e aprovada a ata da antecedente, o Secretário de Guerra deu conta de duas portarias do Ministério da Marinha, remetendo para serem julgados definitivamente os processos a que responderam o 2º sargento do Batalhão Naval Pedro de Oliveira, e o imperial marinheiro Geraldo da Conceição. Em seguida, o Senhor Desembargador Câmara relatou os seguintes processos: 1º do alferes Pedro Alves Ferreira, acusado do crime de morte, e absolvido em Conselho de Guerra; foi por este Tribunal reformada a sentença para se lhe dar seis anos de prisão. O Sr. Conselheiro Elisiário assinou-se vencido por confirmar a sentença do Conselho de Guerra; 2º do soldado Elisiario Adriano Flores, acusado de deserção simples e condenado em Conselho de Guerra a quatro meses de prisão, o que foi confirmado por este Tribunal; 3º do soldado Manoel João do Nascimento, acusado de deserção agravada e condenado em Conselho de Guerra a um ano de prisão com trabalho, o que foi confirmado. O Sr. Desembargador Magalhães Castro relatou o processo: do tenente José Ignacio Pires Fortuna, acusado de dar uma informação falsa e condenado em Conselho de Guerra a dezoito meses de prisão; este Tribunal reformou a sentença para absolver o réu; o Sr. Desembargador Lisboa relatou os dois processos seguintes: 1º do soldado Braz Castrioto da Fonseca, acusado de deserção simples

e condenado em Conselho de Guerra a dois meses de prisão, o que foi confirmado por este Tribunal; 2º dos Guardas Nacionais destacados Zacharias Rodrigues Nepomoceno e Joaquim Miguel de Oliveira, acusados de fuga de prisão e condenados nas penas do artigo 23 do Regulamento de 1763 pelo Conselho de Guerra, sentença que foi reformada para dar-se a cada um dos ditos réus seis meses de prisão com trabalho. Nada mais havendo a tratar-se, o Sr. Conselheiro de Guerra Duque de Caxias, servindo de Presidente, encerrou a Sessão; e eu, o Secretário de Guerra José Joaquim Rodrigues Lopes, escrevi e assinei esta ata.

Duque de Caxias {assinatura}

102ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar de Justiça, em 19 de novembro de 1870

Aos 19 dias do mês de novembro de 1870, achando-se presentes os Senhores Conselheiros **Duque de Caxias**, **Betancourt**, **Visconde de Tamandaré**, **Barão de Itapagipe**, **De Lamare**, **Fonseca**, **Lamego**, **Aguiar**, **Elisiário** e **Beaurepaire** e Desembargadores **Câmara**, **Magalhães Castro** e **Lisboa**, foi aberta a Sessão. Lida e aprovada a ata da antecedente, o Secretário de Guerra declarou que não havia expediente algum. Em seguida, o Sr. Desembargador Câmara relatou os seguintes processos: 1º do soldado Apolinario Jacintho Ribeiro, acusado de deserção simples e condenado em Conselho de Guerra a seis meses de prisão, o que foi confirmado por este Tribunal (antes desta decisão, entrou o Sr. Conselheiro de Guerra **Visconde de Santa Teresa**); 2º do imperial marinheiro Cosme Manoel do Nascimento, acusado do crime de ferimento e condenado em Conselho de Guerra a seis meses de galés, sentença que foi reformada por este Tribunal para dar-se ao réu seis meses de prisão com trabalho; 3º do soldado Henrique José Porfirio, acusado também de ferimento e condenado pelo Conselho de Guerra a seis meses de rigorosa prisão. Este Tribunal reformou a sentença para dar ao réu a de seis anos de prisão com trabalho. O Sr. Desembargador Magalhães Castro relatou 2 processos: 1º do réu corneta Manoel Borges do Nascimento, acusado de deserção simples e condenado em Conselho de Guerra a seis meses de prisão, sentença que foi confirmada por este Tribunal; 2º do soldado Manoel Cardozo, acusado do crime de morte, e à morte condenado pelo Conselho de Guerra, sentença que foi reformada para dar-se a de dez anos de prisão com trabalho; o Sr. Desembargador Lisboa também relatou dois processos: 1º do soldado Manoel Antonio Xavier, acusado de deserção em tempo de guerra e condenado igualmente à morte, sentença que foi reformada para impor-se ao réu a de dois anos de prisão com trabalho; 2º do soldado José Coelho de Miranda, acusado de deserção simples e condenado pelo Conselho de Guerra no artigo 1º do Regulamento de 1763. O Tribunal anulou esta sentença por não ter sido lavrada de conformidade com a 2ª parte do artigo 6º do Alvará de 4 de setembro de 1765, mandando voltar o processo, a fim de cumprir-se restritamente o que

nesse artigo se determina. E nada mais havendo a tratar-se, o Sr. Conselheiro de Guerra Duque de Caxias, servindo de Presidente, encerrou a Sessão, e eu, José Joaquim Rodrigues Lopes, Secretário de Guerra, escrevi e assinei esta ata.

Duque de Caxias {assinatura}

103ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar de Justiça, em 23 de novembro de 1870

Aos 23 dias do mês de novembro de 1870, achando-se presentes os Senhores Conselheiros **Duque de Caxias**, **Barão de Itapagipe**, **Visconde de Santa Teresa**, **Fonseca**, **Elisiário** e **Beaurepaire** e Desembargadores **Câmara** e **Lisboa**, foi aberta a Sessão. Lida e aprovada a ata da antecedente, o Secretário de Guerra deu conta dos seguintes papéis: 3 portarias do Ministério da Guerra remetendo para serem julgados definitivamente os processos de Conselho de Guerra a que responderam o 1º sargento Manoel da Conceição Balieiro, e os soldados José Nogueira Semeão, José Raymundo da Costa, Manoel Francisco Nunes da Costa, Manoel Ferreira de Lima, Manoel Lopes da Silva, Antonio dos Santos Ramos, Honorato Ignacio de Senna, Silvano de Sá Earp, José Rodrigues do Nascimento, João Joaquim da Silva Lobo, Feliciano Gomes Ferreira, Francisco Antonio de Andrade Lima, Antonio dos Santos Primeiro, Estevão Antonio dos Santos e Manoel Agostinho da Silva; e 2 portarias do Ministério da Justiça enviando para o mesmo fim os processos de Conselho de Guerra instaurados aos soldados do Corpo Militar de Polícia da Corte Bernardino Francisco do Carmo e Delfim José Lopes, todas estas 5 portarias tiveram o despacho: cumpra-se e arquive-se. Em seguida, o Sr. Desembargador Câmara relatou os processos seguintes: 1º do soldado Antonio Manoel de Saldanha, acusado de deserção simples e condenado em Conselho de Guerra a seis meses de prisão, o que foi confirmado neste Tribunal; 2º do soldado Pascoal José da Silva, acusado do crime de deserção agravada e condenado em 1ª instância a um ano de prisão com trabalho, o que foi também confirmado. O Sr. Desembargador Lisboa relatou igualmente dois processos, do corneta-mor do Corpo Militar de Polícia da Corte, Manoel Pereira Guedes, acusado de desobediência e condenado a três meses de prisão no Conselho de Guerra, sendo conservado 8 dias em cada mês na solitária; sentença esta que foi reformada neste Tribunal para dar-se ao réu seis meses de prisão, sendo também conservado na solitária os oito dias em cada mês; e do soldado Francisco Antonio, acusado de 3ª deserção agravada e condenado em Conselho de Guerra a doze anos de prisão com trabalho. Esta sentença foi em superior instância julgada nula por não ter assinado o vogal tenente José Joaquim Soares do Carmo, voltando o processo para sanar-se esta falta. Nada mais havendo a tratar-se do Sr. Conselheiro de Guerra Duque de Caxias, servindo de Presidente, levantou a Sessão, e eu, o Secretário de Guerra José Joaquim Rodrigues Lopes, escrevi e assinei esta ata.

Duque de Caxias {assinatura}

104ª Ata do Conselho Supremo Militar de Justiça, em 26 de novembro de 1870

Aos 26 dias do mês de novembro de 1870, achando-se presentes os Senhores Conselheiros **Duque de Caxias**, **Barão de Itapagipe**, **De Lamare**, **Fonseca**, **Elisiário** e Desembargadores **Câmara**, **Magalhães Castro** e **Lisboa**, foi aberta a Sessão. Lida e aprovada a ata da antecedente, o Secretário de Guerra deu conta de duas portarias, uma Secretaria da Justiça e outra da da Marinha, remetendo para serem julgados definitivamente os processos de Conselho de Guerra a que foram submetidos o soldado do Corpo Policial da Corte Manoel Luiz Nicoláu, e o imperial marinheiro Manoel José de Oliveira. Em seguida, o Sr. Desembargador Câmara relatou os processos seguintes: 1º do soldado prisioneiro de guerra Eugenio Caballero, acusado de ferimento e condenado pelo Conselho de Guerra em três meses de rigorosa prisão, o que foi confirmado por este Tribunal, 2º do cabo Agostinho Bispo Confessor, acusado também de ferimento, e absolvido em Conselho de Guerra. Esta sentença foi reformada para dar-se ao réu a de três meses de prisão com trabalho. O Sr. Desembargador Magalhães Castro relatou os seguintes: do soldado Joaquim Francisco de Moraes, acusado de insubordinação e condenado em seis meses de prisão simples pelo Conselho de Guerra; esta sentença também foi reformada para absolver-se o réu; do soldado Cypriano Francisco Martins dos Santos, acusado de 1ª deserção agravada e condenado em Conselho de Guerra a um ano de prisão com trabalho, o que foi confirmado neste Tribunal; e ultimamente do furriel Antonio Luis Telles de Macedo, acusado do crime de morte, e a ela condenado pelo Conselho de Guerra. Este Tribunal, reformando esta sentença o condenou galés perpétuos; assinaram-se vencidos o Sr. Conselheiro de Guerra Duque de Caxias por votar em pena maior, e o Sr. Desembargador Câmara por condená-lo a doze anos de prisão com trabalho. O Sr. Desembargador Lisboa relatou os dois seguintes processos: 1º do soldado Fabricio de Góes Pacheco, acusado de deserção simples e condenado a seis meses de prisão, o que foi confirmado em superior instância; 2º do prisioneiro de guerra soldado Pedro Solino, acusado de ferimento e condenado pelo Conselho de Guerra a um mês de prisão rigorosa. Julgada nula a sentença do Conselho de Guerra por não ser votada por tenções, proferiu o Tribunal o despacho volte o processo para proceder-se ao julgamento como determina o § 9º do Capítulo 10 do Regulamento de Infantaria. Nada mais havendo a tratar-se, o Sr. Conselheiro de Guerra Duque de Caxias, servindo de Presidente, encerrou a Sessão, e eu, o Secretário de Guerra José Joaquim Rodrigues Lopes, escrevi e assinei esta ata.

Duque de Caxias {assinatura}

105ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar de Justiça, em 30 de novembro de 1870

Aos 30 dias do mês de novembro de 1870, achando-se presentes os Senhores Conselheiros **Duque de Caxias**, **De Lamare**, **Fonseca**, **Lamego**, **Elisiário**, **Beaurepaire** e

Desembargadores **Câmara**, **Magalhães Castro** e **Lisboa**, foi aberta a Sessão. Lida e aprovada a ata da antecedente, o Secretário de Guerra deu conta de duas portarias, uma do Ministério da Guerra, remetendo para serem julgados definitivamente os processos de Conselho de Guerra a que responderam os soldados José Pereira da Silva, Francisco Lemos da Silva, Severino Francisco da Cruz, Manoel José dos Anjos, Manoel Feliciano, e o 2º cadete Luis Soares Goveia Horta Bueno, e outra do Ministério da Justiça enviando para o mesmo fim o processo instaurado ao soldado do Corpo Militar de Polícia da Corte Antonio Augusto da Silva Cunha, os quais tiveram o despacho: cumpra- se e arquive-se. Em seguida, o Sr. Desembargador Câmara relatou os seguintes processos: 1º do soldado José Rodrigues do Nascimento, acusado de deserção agravada e condenado em Conselho de Guerra a oito meses de prisão, sentença que foi reformada pelo Tribunal para dar-se ao réu a de quatro meses; 2º do soldado Manoel Agostinho da Silva, acusado de deserção simples e condenado em Conselho de Guerra a seis meses de prisão, o que foi confirmado; 3º do soldado Francisco Antonio de Andrade Lima, acusado de deserção agravada e condenado em Conselho de Guerra um ano de prisão, o que foi igualmente confirmado; e 4º do soldado Francisco Mendes Guerreiro, acusado de ferimento e condenado à morte em Conselho de Guerra; o Tribunal reformou esta sentença para dar-se ao réu a de dois anos de prisão com trabalhos; o Sr. Desembargador Magalhães Castro relatou os 3 seguintes: 1º do alferes Antonio José de Souza Lobato, acusado de abuso de autoridade e condenado em Conselho de Guerra a um mês de prisão, e suspensão do emprego por um ano, o que foi confirmado; 2º do soldado Salustiano Francisco de Souza, acusado de ferimento e condenado em Conselho de Guerra a quatro anos e meio de prisão rigorosa. Este Tribunal reformou a sentença para infligir ao réu a de dois anos de prisão com trabalho; e 3º do soldado Manoel Antonio da Silva, acusado de insubordinação, e em Conselho de Guerra absolvido. Proferiu o Tribunal o seguinte despacho: volte o processo para ser proferida por tenções a sentença, visto que o réu é acusado em crime a que pode caber a pena capital. Finalmente, o Sr. Desembargador Lisboa relatou os 3 seguintes processos: 1º do imperial marinheiro Geraldo da Conceição, acusado de deserção e condenado pelo Conselho de Guerra às penas do artigo 66 do Regulamento que baixou com o Decreto de 5 de junho de 1845 e nas do artigo 80 dos de Guerra; o que foi confirmado; 2º do soldado João Joaquim da Silva, acusado de deserção simples e condenado pelo Conselho de Guerra a seis meses de prisão. Esta sentença foi reformada pelo Tribunal para condenar o réu nas penas do artigo 3º, título 4º, da Ordenança de 9 de abril de 1805, visto ter-se o réu apresentado dentro dos 3 meses; 3º do 1º sargento Manoel da Conceição Balieira, acusado de fuga de presos e condenado pelo Conselho de Guerra a três meses de prisão com trabalho. Esta sentença foi também reformada para dar-se ao réu a de três meses de prisão simples, e para advertir-se ao Conselho que lhe não é lícito aplicar penas que não sejam as declaradas na lei. Nada mais havendo a tratar-se, o Senhor Conselheiro de Guerra Duque de Caxias, servindo de Presidente, encerrou a Sessão; e eu, o Secretário de Guerra José Joaquim Rodrigues Lopes, escrevi e assinei esta ata.

Duque de Caxias {assinatura}

106ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar de Justiça, em 3 de dezembro de 1870

Aos três dias do mês de dezembro de 1870, achando-se presentes os Senhores Conselheiros **Duque de Caxias**, **Visconde de Tamandaré**, **De Lamare**, **Fonseca**, **Lamego**, **Elisiário**, **Beaurepaire** e Desembargadores **Câmara**, **Magalhães Castro** e **Lisboa**, foi aberta a Sessão. Lida e aprovada a ata da antecedente, o Secretário deu conta das seguintes portarias: 1 da Secretaria da Guerra, enviando para serem julgados definitivamente os processos a que foram submetidos os soldados José Barbosa de Lira, Joaquim Gonçalves de Mattos e José Felix de Andrade, e duas do Ministério da Justiça remetendo para o mesmo fim os processos instaurados do Corpo digo aos soldados do Corpo Militar de Polícia da Corte Felisardo Celestino Cardia e Gregorio Lourenço de Freitas. Todas 3 portarias tiveram o despacho: cumpra-se e arquive-se; em seguida o Sr. Desembargador Câmara relatou os processos seguintes: 1º do soldado Delfino José Lopes, acusado de insubordinação e ameaça a seu superior e condenado em Conselho de Guerra a seis meses de prisão, o que foi confirmado; 2º do soldado Antonio Pereira Custodio, acusado de insubordinação e condenado em Conselho de Guerra a três meses de rigorosa prisão; este Tribunal reformou a sentença para impor ao réu a de três meses de prisão com trabalho; 3º do soldado Feleciano Gomes Ferreira, acusado de terceira deserção simples e condenado em Conselho de Guerra a seis anos de prisão com trabalho; o Tribunal reformou esta sentença para condenar o réu ao perdimento de todo o tempo, que anteriormente tiver servido, e dois anos de prisão com trabalho na conformidade do artigo 1º das segundas deserções simples, visto constar nos assentamentos de praça do réu, ser a deserção de que se trata segunda e não terceira. O Sr. Desembargador Magalhães Castro relatou os 4 processos seguintes: 1º do soldado Bernardino Francisco do Carmo, acusado de furto e condenado pelo Conselho de Guerra a seis meses de prisão com trabalho, sendo afinal expulso do cargo, o que foi confirmado; 2º do soldado Manoel Francisco Nunes da Costa, acusado de deserção simples e condenado a seis meses de prisão no Conselho de Guerra. Este Tribunal confirmou a sentença; 3º do soldado Miguel Ferreira do Couto, acusado de ferimento e condenado em Conselho de Guerra a seis meses de prisão rigorosa. O Tribunal reformou esta sentença para condenar o réu a dois anos de prisão com trabalho. O Sr. Desembargador Lisboa relatou os 3 seguintes processos: 1º do soldado Antonio dos Santos Primeiro, acusado de 2ª deserção agravada e condenado a quatro meses de prisão com trabalho pelo Conselho de Guerra, o que foi confirmado neste Tribunal; 2º do soldado Estevão Antonio dos Santos, acusado de deserção simples e condenado em Conselho de Guerra a quatro meses de prisão, o que foi confirmado; 3º do soldado Manoel Sebastião, acusado de desobediência, e no Conselho de Guerra condenado a um mês de prisão rigorosa; o Tribunal proferiu o seguinte despacho: anuladas as tenções e a sentença do Conselho de Guerra, por ter funcionado como vogal o tenente Joaquim Pinto de Atayde, cuja nomeação não consta do processo, e sem a do

capitão João da Silva Nazareth, que não está assinado na dita a sentença. Mais havendo a tratar-se, o Senhor Conselheiro de Guerra Duque de Caxias, servindo de Presidente, encerrou a Sessão, e eu, o Secretário de Guerra José Joaquim Rodrigues Lopes, escrevi e assinei esta ata.

Visconde de Tamandaré {assinatura}

107ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar de Justiça, em 7 de dezembro de 1870

Aos sete dias do mês de dezembro de 1870, achando-se presentes os Senhores Conselheiros **Visconde de Tamandaré**, **Visconde de Santa Teresa**, **Fonseca**, **Elisiário** e **Beaurepaire** e Desembargadores **Câmara**, **Magalhães Castro** e **Lisboa**, foi aberta a Sessão. Lida e aprovada a ata da antecedente, o Secretário de Guerra deu conta de dois ofícios digo duas portarias do Ministério da Guerra, remetendo para consultar o requerimento e mais papéis em que o 2º cadete, 1º sargento de Cavalaria Luis Antonio Barboza, pede perdão da pena de morte a que fora condenado; e para ser julgado definitivamente o processo a que foram submetidos os soldados Manoel Bernardo do Nascimento, Valentim José da Santa Anna, Estevão Alves, Manoel José do Nascimento Segundo, Francisco José das Chagas. Tiveram ambos o despacho: cumpra-se e arquive-se; sendo distribuído o primeiro ao Sr. Desembargador Magalhães Castro. Em seguida, o Sr. Desembargador Câmara relatou três processos: 1º do soldado Antonio Augusto da Silva Cunha, acusado de 1ª deserção simples e condenado em primeira instância a dois meses de prisão, o que foi confirmado neste Tribunal; 2º do soldado José Pereira da Silva, acusado do mesmo crime e condenado no Conselho de Guerra a seis meses de prisão e também foi confirmado; 3º do soldado Antonio dos Santos Ramos, acusado igualmente de deserção simples, e igualmente condenado em Conselho de Guerra a seis meses de prisão, esta sentença foi como a antecedente confirmada neste Tribunal; o Sr. Desembargador Magalhães Castro relatou os três seguintes processos: 1º do soldado Manoel Feliciano, acusado de deserção agravada e condenado em Conselho de Guerra a um ano de prisão, o que foi confirmado; 2º do soldado Manoel Ferreira de Lima, acusado de 2ª deserção simples e condenado em dois anos de prisão com trabalho pelo Conselho de Guerra, o que foi confirmado; 3º do soldado José Barbosa de Lira, acusado de desobediência e condenado em Conselho de Guerra a seis meses de prisão rigorosa; esta sentença foi reformada pelo Tribunal para impor-se ao réu a de dois anos de prisão com trabalho. O Sr. Desembargador Lisboa relatou afinal 3 processos: 1º do soldado Luiz Dupont, acusado de insubordinação e condenado em Conselho de Guerra a seis meses de prisão, sendo em cada mês conservado por oito dias em prisão solitária, o que foi confirmado; 2º do soldado Silvano de Sá Earp, acusado de deserção simples e condenado em Conselho de Guerra a dois meses de prisão, o que foi confirmado por este Tribunal; 3º do segundo-sargento naval Pedro de Oliveira, acusado de ofensas físicas e ferimento, e condenado a dois anos de galés pelo Conselho de Guerra. Este Tribunal

reformou a sentença para condenar o réu a quatro anos de prisão com trabalho. O Sr. Conselheiro Elisiário assinou vencido, por votar em maior pena. Nada mais havendo a tratar-se, o Senhor Conselheiro de Guerra Visconde de Tamandaré, servindo de Presidente, encerrou a Sessão, e eu, o Secretário de Guerra José Joaquim Rodrigues Lopes, escrevi e assinei esta ata.

Duque de Caxias {assinatura}

108ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar de Justiça, em 10 de dezembro de 1870

Aos dez dias do mês de dezembro de 1870, achando-se presentes os Senhores Conselheiros **Duque de Caxias**, **De Lamare**, **Fonseca**, **Lamego**, **Aguiar** e **Elisiário** e Desembargadores **Magalhães Castro** e **Lisboa**, foi aberta a Sessão. Lida e aprovada a ata da antecedente, o Secretário de Guerra deu conta de uma portaria do Ministério da Justiça, enviando o processo a que foi submetido o soldado do Corpo Militar de Polícia da Corte João Pedro de Oliveira (cumpra-se e arquive-se). Em seguida, o Sr. Desembargador Lisboa relatou os 4 seguintes processos: 1º do soldado Honorato Ignacio de Senna, acusado de insubordinação, e pelo Conselho de Guerra condenado a seis meses de rigorosa prisão. O Tribunal reformou esta sentença para dar-se ao réu um ano de prisão com trabalho; 2º do soldado Manoel José dos Anjos, acusado de deserção simples, e julgado pelo Conselho de Guerra compreendido no indulto de 2 de abril deste ano; o Conselho Supremo confirmou esta decisão; 3º do soldado Gregorio Lourenço de Freitas, acusado de deserção simples e condenado em Conselho de Guerra a quatro meses de prisão, o que foi confirmado; e 4º do cabo de esquadra Joaquim Vieira da Silva, acusado de ferimento, e no Conselho de Guerra condenado nas penas do artigo 201 do Código Criminal, no grau mínimo; este Tribunal julgou nulo todo o processo, porque, sendo o réu acusado em crime que envolve a pena capital, o Conselho não foi organizado conforme a Resolução de 25 de julho de 1821 e com auditor letrado. O Sr. Conselheiro de Guerra Duque de Caxias assinou-se vencido. E nada mais havendo a tratar-se, o mesmo Senhor, servindo de Presidente, encerrou a Sessão. Eu o Secretário de Guerra José Joaquim Rodrigues Lopes, escrevi e assinei esta ata.

Barão de Itapagipe {assinatura}

109ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar de Justiça, em 14 de dezembro de 1870

Aos 14 dias do mês de dezembro de 1870, achando-se presentes os Senhores Conselheiros **Barão de Itapagipe**, **De Lamare**, **Fonseca**, **Aguiar**, **Elisiário** e **Beaurepaire** e Desembargadores **Câmara**, **Magalhães Castro** e **Lisboa**, foi aberta a Sessão. Lida e

aprovada a ata da Sessão antecedente, o Secretário de Guerra deu conta de 3 portarias do Ministério da Marinha remetendo para serem julgados em superior instância os processos instaurados ao soldado do Batalhão Naval Luis Alves de Azevedo, e os imperiais marinheiros Henrique Rodrigues Fagundes e Pedro Alexandrino dos Santos, que todas tiveram o despacho: cumpra-se e arquive-se. Em seguida, o Sr. Desembargador Câmara relatou os 7 seguintes processos: 1º do soldado Felisardo Cellestino Cardia, acusado de furto e condenado em Conselho de Guerra a três meses de prisão com trabalho, sendo obrigado a indenizar o valor do objeto furtado, e devendo ser expulso do serviço depois de cumpridos os três meses de prisão, o que tudo foi confirmado; 2º do soldado João Pedro de Oliveira, acusado de desobediência e condenado em Conselho de Guerra a seis meses de prisão, sendo de prisão solitária oito dias em cada mês, o que também foi confirmado; 3º do soldado Manoel José do Nascimento, acusado de 1ª deserção agravada e condenado em Conselho de Guerra a um ano de prisão com trabalho, o que igualmente foi confirmado; 4º do soldado José Nogueira Simas, acusado de ferimento e condenado a seis meses de prisão rigorosa no Conselho de Guerra, o que foi também confirmado; 5º do alferes Jacintho Fagundes da Silva Lima, acusado de ferimento e condenado em Conselho de Guerra digo no Conselho de Guerra absolvido. Neste Tribunal foi julgada nula tal sentença por não ter sido proferida mediante tenções; assinaram-se vencidos os Senhores Conselheiros Aguiar e Desembargador Câmara; 6º do soldado Manoel Joaquim Ferreira de Oliveira, acusado de ferimento, e no Conselho de Guerra condenado às penas dos artigos 1º e 8º dos de Guerra. Este Tribunal mandou que voltasse o processo ao Conselho de Guerra para lavrar a sentença com pena determinada, visto compreender o dito artigo 8º diferentes penas. O Sr. Desembargador Câmara assinou-se vencido; e 7º do soldado Severino Francisco da Cruz, acusado de ferimento, e pelo Conselho de Guerra condenado na 2ª parte do artigo 8º dos de Guerra. Este Tribunal proferiu o seguinte despacho: volte o processo para ser lavrada a sentença e escritas as tenções, visto serem diversas as penas a que se refere o dito artigo 8º. O Sr. Desembargador Magalhães Castro relatou dois processos: do 2º cadete Luis Soares Goveia Horta Bueno, acusado de insubordinação e condenado pelo Conselho de Guerra a três meses de prisão com trabalho. Foi por este Tribunal reformada esta sentença para dar-se ao réu a de três meses de prisão simples; e do soldado José Raimundo da Costa, acusado de ferimento, e no Conselho de Guerra condenado a um mês de prisão rigorosa, o que foi confirmado. Finalmente, o Sr. Desembargador Lisboa relatou: 1º o processo do soldado Carlos Antonio Serafim de Deos, acusado de ferimento, e no Conselho de Guerra condenado a carrinho perpétuo. O Tribunal reformou esta sentença para dar ao réu a de dois anos de prisão com trabalho; 2º o processo do soldado Joaquim Gonçalves de Mattos, acusado de desobediência, e no Conselho de Guerra condenado a seis meses de prisão simples. Foi esta sentença reformada pelo Tribunal para dar-se ao réu a de seis meses de prisão com trabalho; e, ultimamente, o do soldado Manoel Lopes da Silva, acusado de resistência, e absolvido no Conselho de Guerra quanto ao crime de furto que lhe

atribuem as testemunhas, e condenado a um mês de prisão em alguma fortaleza pelo crime de resistência. Este Tribunal confirmou a sentença na parte que absolveu o réu, e a reformou na parte em que o condena a um mês de prisão em alguma fortaleza, para impor-lhe a pena de seis meses de prisão com trabalho. Nada mais havendo a tratar-se, o Sr. Conselheiro de Guerra Barão de Itapagipe, servindo de Presidente, encerrou a Sessão, e eu, o Secretário de Guerra José Joaquim Rodrigues Lopes, escrevi e assinei esta ata.

Barão de Itapagipe {assinatura}

110ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar de Justiça, em 17 de dezembro de 1870

Aos dezessete dias do mês de dezembro de 1870, achando-se presentes os Senhores Conselheiros **Duque de Caxias**, **Betancourt**, **Barão de Itapagipe**, **De Lamare**, **Fonseca**, **Lamego**, **Elisiário** e **Beaurepaire** e Desembargadores **Câmara**, **Magalhães Castro** e **Lisboa**, foi aberta a Sessão. Lida e aprovada a ata da antecedente, o Secretário de Guerra deu conta de 2 portarias, uma da Secretaria da Marinha, e outra da da Justiça, remetendo para serem julgados em superior instância os processos a que responderam os imperiais marinheiros, Eustachio José João e João Martins de Lima, e o soldado do Corpo Militar de Polícia da Corte, Manoel Jacintho Machado. Cumpra-se e arquive-se, foi o despacho, que tiveram ambas as portarias. Em seguida, o Sr. Desembargador Câmara relatou os seguintes processos: 1º do imperial marinheiro Pedro Alexandrino dos Santos, acusado de ferimento, e no Conselho de Guerra condenado a seis meses de galés, foi reformada esta sentença para dar-se ao réu a de um ano de prisão com trabalho; 2º do soldado do Batalhão Naval Luis Alves de Vasconcellos, acusado de deserção em tempo de guerra e condenado no Conselho de Guerra a cinco anos de galés, também foi reformada esta sentença para infligir-se ao réu a de dois anos de prisão com trabalho; 3º do soldado Manoel Jacintho Machado, acusado de deserção, e no Conselho de Guerra condenado a um ano de prisão com trabalho, o que foi confirmado neste Tribunal; o Sr. Desembargador Magalhães Castro relatou os 5 processos seguintes: 1º do tenente-coronel Gabriel Alves Fernandes, acusado de ficar alcançado com a Fazenda Nacional, e absolvido no Conselho de Guerra. Anulou o Tribunal esta sentença por falta de fórmulas; 2º do imperial marinheiro Manoel José de Oliveira, acusado no artigo 61 dos de Guerra, digo acusado de ferimento e condenado a galés perpétuos no Conselho de Guerra; o Tribunal reformou esta sentença para dar ao réu a de vinte anos de prisão com trabalho; 3º do soldado Joaquim Verissimo, acusado de desobediência e condenado pelo Conselho de Guerra em seis meses de prisão em alguma fortaleza; foi esta sentença reformada pelo Tribunal para dar-se ao réu a de um ano de prisão com trabalho; 4º do soldado Valentim José de Santa Anna, acusado de deserção simples, e no Conselho de Guerra condenado a seis meses de prisão, o que foi confirmado

por este Tribunal; e 5º, finalmente, do soldado Estevão Alves, acusado de insubordinação e condenado em Conselho de Guerra a três meses de prisão com trabalho nas fortificações, o Tribunal reformou esta sentença para dar-lhe a de seis meses de prisão com trabalho. Também relatou cinco processos o Sr. Desembargador Lisboa como segue: 1º do soldado Francisco José das Chagas, acusado de deserção agravada e condenado a quatro meses de prisão no Conselho de Guerra, visto ter-se o réu apresentado voluntariamente, o que foi confirmado por este Tribunal; 2º do imperial marinheiro Henrique Rodrigues Fagundes, acusado de deserção em tempo de guerra e condenado em 1ª instância a cinco anos de galés; o Tribunal reformou esta sentença, porque sendo atualmente o estado de paz, não tem aplicação alguma a 1ª parte do artigo 51 dos de Guerra, e sim a 2ª do mesmo artigo em que condenam o réu; 3º do soldado Manoel Bernardo do Nascimento, acusado de deserção agravada e condenado no Conselho de Guerra em um ano de prisão com trabalho, o que foi confirmado; 4º do soldado Francisco Lemos da Silva, acusado de 2ª deserção simples e condenado em Conselho de Guerra a dois anos de prisão com trabalho, o que igualmente foi confirmado; e, finalmente, 5º do soldado do Corpo Policial da Corte Manoel Luis Nicoláo, acusado de furto e condenado em Conselho de Guerra a três meses de prisão com trabalho, sendo expulso do serviço, o que também foi confirmado por este Tribunal. Nada mais havendo a tratar-se, o Sr. Conselheiro de Guerra Duque de Caxias encerrou a Sessão, declarando ser a última de Justiça deste ano, e eu, José Joaquim Rodrigues Lopes, Secretário de Guerra, escrevi e assinei esta ata.

Duque de Caxias {assinatura}

1871

111ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar de Justiça, em 1º de fevereiro de 1871

No primeiro dia do mês de fevereiro de mil oitocentos e setenta e um, achando-se presentes os Senhores Conselheiros de Guerra **Duque de Caxias**, **Betancourt**, **De Lamare**, **Fonseca**, **Lamego**, **Aguiar**, **Elisiário** e Desembargadores **Magalhães Castro** e **Lisboa**, foi aberta a Sessão. Lida e aprovada a ata da última Sessão do ano passado, o Secretário de Guerra deu conta de 40 portarias, remetendo-se com elas para serem julgados definitivamente os processos a que foram submetidos os seguintes réus, a saber, pelo Ministério da Guerra 23 portarias relativas aos processos dos réus: alferes Neima Pompilio de Azambuja Cidade, alferes Alipio Autran da Matta e Albuquerque, tenente Antonio Jorge Moreira e 28 praças de pret do contigente de Mato Grosso, alferes Petronilho de Carvalho Rangel, capitão Francisco de Paula Argollo, cabos de esquadra Veridiano de Campos Braga, José de Lima Medeiros, João Pedro de Alcantara, Francisco Barreto da Silva, Hortencio Pires

de Santa Anna, Bernardo Pereira, furriel Antonio Guedes Beserra, corneta Pedro Marcelino dos Santos, tambor Joaquim Alves Nogueira, corneta Pedro Francisco, e soldados Salustiano Augusto de Vasconcellos, Manoel Joaquim Felix, Vicente Ferreira França, Casemiro de Mello Costa, Pedro Gomes dos Santos, José Coelho de Miranda, Clemente José Mariano, Manoel Sebastião Silvestre Clemente, João Baptista da Cruz e Antonio da Cruz Pereira, Francisco Cesario de Oliveira, Felix Francisco, Joaquim Affonso Torres, Ignacio Luis dos Santos, Luis Innocencio de Brito, José Paulino de Castro Lima, Antonio José dos Santos, João Alexandre Alves, José Cardozo de Oliveira, Joaquim Mariano da Conceição, Francisco José da Silva, João Antonio Ribeiro, Casemiro de Mello Costa, Honorato Caciano Bispo, Felicio Tavares de Mello, Agostinho José dos Santos, José Dutra, Francisco José de Paula, Emilio José Dias, Eugenio do Nascimento, José Antonio Braçal, Amaro de Castro, José Antonio da Silva, Roque Antonio de Villas Boas, Rufino Ferreira Lima, João Pancracio Luciano da Cruz, Francisco Pereira dos Santos, Martinho Francisco dos Santos, João de Oliveira Lemos, João Paulino de Brito, José da Silva, João Sabino Leão, Francisco Gomes do Nascimento, Antonio Moreira dos Santos, Galdino Juventino Alves de Carvalho, José Theodoro da Silva, Antonio Luis Francisco da Silva, Manoel Lavino do Nascimento, José Patricio Marques da Silva, Vicente Francisco Higino, Guilhermino Ferreira Pessoa de Azevedo, Ciciliano Lopes Ribeiro, Jovino Alves Bezerra, Marcos Manoel Pereira, Joaquim Lopes da Costa, Damião Gonçalves Pacheco, Luis Antonio da Silva, João Alves dos Santos, Manoel Antonio da Silva, Manoel Francisco dos Santos, José Francisco d'Avila Junior, José Justino de Santa Anna, Honorato José Pereira, Joaquim João Antonio de Oliveira, José Francisco Barboza, Andre José Avelino, Lourenço Beserra da Gama, Manoel Juveniano Leite, Manoel Cardozo Malaquias, Francisco Silvestre da Costa, Jeronimo Leandro de Oliveira, Antonio Brasiliano Duarte, Lucindo Luis Alves, Antonio Francisco Ribeiro, João Antonio dos Santos, José de Sousa Salles, Jeronimo Muniz, João Manoel de Oliveira, Justino Ribeiro da Silva, Ernesto José Antonio, João José do Espirito Santo, Pedro Antonio dos Santos, Rocino da Silva Polycarpo, Antonio Carlos Teixeira, e o prisioneiro de guerra paraguaio Pedro Solino. Pelo Ministério da Marinha 13 portarias relativas aos processos dos réus: 2º tenente Eduardo de Barros Gonda, guardião Michael Giacomo, soldados do Batalhão Naval José Lauriano de Campos Leite, Ignacio Feliciano da Silva, Candido José Lourenço, José Bernardino de Souza, Raymundo Augusto de Figueiredo, e imperiais marinheiros Joaquim Francisco do Espirito Santo, Guilherme Lopes de Souza, Salustiano, Antonio Salvador da Cunha, Jacob Ferreira Campos, Patricio da Silva, Antonio Luis Teixeira, Antonio Manoel Vieira, José Caetano da Conceição; e pelo Ministério da Justiça 4 portarias relativas aos processos dos réus do Corpo Militar de Polícia da Corte Manoel Alves de Castro, Francisco Joaquim dos Santos, Antonio Galdino da Silveira Cardozo e Miguel Arcanjo da Silva. Apresentou-se, finalmente, o Secretário de Guerra o Decreto de 21 de janeiro próximo passado indultando as diferentes praças de pret do Corpo da Guarda Nacional destacado da província do Pará que tiveram a

infelicidade de desertar na mesma província. Todos estes papéis tiveram o despacho: cumpra-se e arquive-se. Em seguida, o Sr. Desembargador Magalhães Castro relatou dois processos: 1º do capitão Francisco de Paula Argollo, acusado de abuso de autoridade e absolvido no Conselho de Guerra, o que foi confirmado por este Tribunal; 2º do soldado Ignacio Luis dos Santos, acusado de 1ª deserção simples e condenado em Conselho de Guerra a seis meses de prisão, o que foi igualmente confirmado por este Tribunal. Também relatou dois processos o Sr. Desembargador Lisboa a saber: do soldado José Pinheiro de Castro Lima, condenado como o antecedente de 1ª deserção simples, e como ele condenado pelo Conselho de Guerra a seis meses de prisão o Tribunal confirmou esta sentença, e do soldado Felix Francisco, acusado de 1ª deserção agravada e condenado em Conselho de Guerra a um ano de prisão com trabalho, o que foi confirmado igualmente por este Tribunal. E nada mais se podendo tratar, o Sr. Conselheiro de Guerra Duque de Caxias, servindo de Presidente, encerrou a Sessão, E eu, o Secretário de Guerra José Joaquim Rodrigues Lopes, escrevi e assinei esta ata.

Duque de Caxias {assinatura}

112ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar de Justiça, em 4 de fevereiro de 1871

Aos 4 dias do mês de fevereiro de mil oitocentos e setenta e um, achando-se presentes os Senhores Conselheiros de Guerra **Duque de Caxias**, **Betancourt**, **De Lamare**, **Visconde de Santa Teresa**, **Fonseca**, **Lamego**, **Aguiar** e **Elisiário** e Desembargadores **Câmara**, **Magalhães Castro** e **Lisboa**, foi aberta a Sessão. Lida e aprovada a ata da antecedente, o Secretário de Guerra deu conta de duas portarias, 1ª do Ministério da Guerra remetendo para serem julgados definitivamente os processos a que responderam os soldados João Henrique de Oliveira, Raimundo Nonato Brasilino, Antonio Angelo de Faria, Manoel da Paixão da Purificação, Benedicto Soares de Oliveira, e o prisioneiro de guerra paraguaio Gregorio Fernandes. Cumpra-se e arquive-se, foi o despacho que tiveram estas 2 portarias. Em seguida, o Sr. Desembargador Câmara relatou 4 processos, a saber, do soldado Antonio Carlos Teixeira, acusado de insubordinação e condenado em Conselho de Guerra a seis meses de prisão com trabalho, o que foi reformado para dar-se ao réu um ano de prisão com trabalho; 2º do soldado João Sabino Leão, acusado de 2ª deserção simples e condenado a dois anos de prisão com trabalho pelo Conselho de Guerra, o que foi confirmado por este Tribunal; 3º do soldado Amaro de Castro, acusado de 1ª deserção simples e condenado a seis meses de prisão com trabalho pelo Conselho de Guerra: esta sentença foi reformada para dar- se ao réu a de dois meses de prisão, visto ter-se apresentado dentro dos três meses; 4º do tenente-coronel da Guarda Nacional João Gualberto de Mattos, acusado de ficar alcançado com a Tesouraria da Fazenda de Mato

Grosso, e absolvido em Conselho de Guerra; o Tribunal julgou nulo todo o processo por falta de fórmulas substanciais; o Sr. Desembargador Magalhães Castro relatou os dois seguintes: 1º do soldado José Felix de Andrade, acusado de insubordinação, e no Conselho de Guerra condenado a seis meses de prisão rigorosa. O Tribunal reformou esta sentença para dar-se ao réu a de um ano de prisão com trabalho; 2º do 2º tenente da Armada Eduardo de Barros Gonda, acusado de insubordinação, e no Conselho de Guerra absolvido, o que foi confirmado neste Tribunal. O Senhor Desembargador Lisboa relatou, finalmente, o processo do anspeçada Pedro Antonio dos Santos, acusado de insubordinação, e no Conselho de Guerra condenado a nove meses de prisão com trabalho, o que foi confirmado também. Discutiu-se o Conselho sobre o cadete, 1º sargento de Cavalaria Luis Antonio Barboza, pede perdão da pena de morte a que fora condenado, e foi esta aprovada. E nada mais havendo a tratar-se, o Sr. Conselheiro de Guerra Duque de Caxias, servindo de Presidente, encerrou a Sessão; e eu, o Secretário de Guerra José Joaquim Rodrigues Lopes, escrevi assinei esta ata.

Duque de Caxias {assinatura}

113ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar de Justiça, em 8 de fevereiro de 1871

Aos oito dias do mês de fevereiro de mil oitocentos e setenta e um, achando-se presentes os Senhores Conselheiros de Guerra, **Duque de Caxias**, **Betancourt**, **De Lamare**, **Fonseca**, **Lamego** e **Elisiário** e Desembargadores **Câmara**, **Magalhães Castro** e **Lisboa**, foi aberta a Sessão. Lida e aprovada a ata da antecedente, o Secretário de Guerra deu conta de duas portarias da Secretaria da Guerra remetendo para serem definitivamente julgados os processos a que foram submetidos Raymundo Francisco dos Anjos, Bernardo Acacio Garcia de Souza, Antonio Tiburcio da Rocha, Manoel Joaquim do Monte, José Francisco Cardozo, João Rodrigues da Silva, Joaquim dos Passos, José Francisco Nobrega, Manoel Luis e Jeronimo Caetano da Igreja. Cumpra-se e arquive-se, foi o despacho que ambas tiveram. Em seguida, o Sr. Desembargador Câmara relatou os 4 processos seguintes, 1º do soldado José de Souza Salles, acusado de deserção simples e condenado em Conselho de Guerra a seis meses de prisão, sentença que foi confirmada por este Tribunal, 2º do soldado Agostinho José dos Santos, acusado de deserção agravada e condenado em Conselho de Guerra a um ano de prisão com trabalho, o que foi também confirmado; 3º do soldado Andre José Avelino, acusado de 1ª deserção simples e condenado no Conselho de Guerra a 6 meses de prisão, o que igualmente foi confirmado pelo Tribunal; 4º do alferes Petronilho de Carvalho Rangel, acusado de desobediência, condenado a 2 meses de prisão pelo Conselho de Guerra: o Tribunal reformou esta sentença para dar ao réu dois anos de prisão em uma fortaleza; o Sr. Desembargador Magalhães Castro relatou 3 processos: 1º do soldado João Paulino de Brito, acusado de deserção e condenado em 1ª instância a 6 meses

de prisão, o que foi confirmado pelo Tribunal; 2º do soldado Antonio Moreira dos Santos, acusado do mesmo crime e pelo Conselho de Guerra condenado à mesma pena, o que igualmente foi confirmado por este Tribunal; 3º do músico Ernesto José Antonio, acusado de insubordinação e condenado em Conselho de Guerra a 3 meses de prisão; sentença que foi reformada por este Tribunal para absolver o réu; o Sr. Desembargador Lisboa relatou os 3 seguintes: 1º do soldado Pedro Gomes dos Santos, acusado de desobediência e condenado em Conselho de Guerra a 6 meses de prisão simples no Conselho de Guerra, sentença que foi anulada pelo Tribunal porque, sendo crime capital, o processo deve ser feito por auditor letrado na forma do Alvará; 2º do soldado João Manoel de Oliveira, acusado de deserção em tempo de guerra e condenado à morte em Conselho de Guerra; esta sentença foi reformada pelo Tribunal para dar-se ao réu a de 5 anos de prisão com trabalho, 3º, finalmente, do soldado Marcos Manoel Pereira, acusado de 1ª deserção simples e condenado em Conselho de Guerra a seis meses de prisão, o que foi confirmado pelo Tribunal. E nada mais havendo a tratar-se, o Sr. Conselheiro de Guerra Duque de Caxias encerrou a Sessão; e eu, o Secretário de Guerra José Joaquim Rodrigues Lopes, escrevi e assinei esta ata.

Duque de Caxias {assinatura}

114ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar de Justiça, em 11 de fevereiro de 1871

Aos onze dias do mês de fevereiro de mil oitocentos e setenta e um, achando-se presentes os Senhores Conselheiros **Duque de Caxias**, **Betancourt**, **Barão de Itapagipe**, **De Lamare**, **Visconde de Santa Teresa**, **Elisiário**, **Beaurepaire** e Desembargadores **Magalhães Castro** e **Lisboa**, foi aberta a Sessão. Lida e aprovada a ata da antecedente, o Secretário de Guerra deu conta de 3 portarias, sendo 2 da Guerra e 1 da Secretaria da Marinha, remetendo para serem julgados em última instância os processos de Conselho de Guerra a que responderam o alferes Antonio Candido Gomes e os soldados José Victor Virgilino Cantina, Joaquim Pedro de Andrade, Manoel Clementino Segundo, Alfredo Vieira da Costa, Apolinario de Sá Miranda, Cosme Bury dos Santos, Honorato Dias da Luz, o anspeçada Innocencio Martins de Macedo, e o prisioneiro de guerra paraguaio Gabino Escobar. Em seguida, assinou-se a consulta sobre o perdão pedido pelo 2º cadete, 1º sargento, Luiz Antonio Barboza, da pena de morte a que fora condenado; o Sr. Desembargador Magalhães Castro relatou o processo do soldado Francisco Antonio Ribeiro, acusado de deserção simples, e no Conselho de Guerra condenado a seis meses de prisão, o que foi confirmado por este Tribunal; e o Sr. Desembargador Lisboa relatou os 3 seguintes processos: do soldado naval Candido José Lourenço, acusado de deserção e condenado em Conselho de Guerra a um ano de prisão, o que também foi confirmado; do soldado Honorato José Pereira, acusado de deserção agravada e condenado em Conselho de Guerra a um ano de prisão, que foi igualmente

confirmada; e, finalmente, do soldado José Justino de Santa Anna, acusado de 3ª deserção, e no Conselho de Guerra condenado a seis anos de prisão com trabalho, o que da mesma forma foi confirmado por este Tribunal. Nada mais havendo a tratar-se, o Sr. Conselheiro de Guerra Duque de Caxias, servindo de Presidente, encerrou a Sessão; e eu, o Secretário de Guerra José Joaquim Rodrigues Lopes, escrevi e assinei esta ata.

Betancourt {assinatura}

115ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar de Justiça, em 15 de fevereiro de 1871

Aos quinze dias do mês de fevereiro de mil oitocentos e setenta e um, achando-se presentes os Senhores Conselheiros **Betancourt**, **Visconde de Tamandaré**, **De Lamare**, **Fonseca**, **Elisiário** e **Beaurepaire** e Desembargadores **Câmara**, **Magalhães Castro** e **Lisboa**, foi aberta a Sessão. Lida e aprovada a ata da antecedente, o Secretário de Guerra deu conta de uma portaria do Ministério da Guerra, enviando para ser julgado definitivamente o processo de Conselho de Guerra a que responderam o tenente José da Silva Oliveira e o soldado João Francisco de Oliveira Bombarda. Em seguida, o Sr. Desembargador Câmara relatou os seguintes processos: do soldado Francisco José de Paula, acusado de deserção simples, e em Conselho de Guerra condenado a seis meses de prisão, o que foi confirmado; do soldado José Leite Bernardino de Souza, acusado do crime de morte e condenado a galés perpétuos em Conselho de Guerra, o que igualmente foi confirmado; do soldado Martinho Francisco dos Santos, acusado de desobediência e condenado a 3 meses de prisão com trabalho em Conselho de Guerra, o que da mesma forma foi confirmado. O Sr. Desembargador Magalhães Castro relatou os três seguintes: do soldado Antonio Brasiliano Duarte, acusado de deserção simples, e no Conselho de Guerra condenado a seis meses de prisão, o que foi ainda confirmado; do 1º sargento Manoel Juveniano Leite, acusado de tentativa de morte, e no Conselho de Guerra condenado a um ano de prisão com trabalho; esta sentença foi reformada para dar-se ao réu a de 3 meses de prisão; do tenente Antonio Jorge Moreira e 27 praças de pret, acusados de ter invadido na Assunção uma tipografia, e feito desordens e ferimentos: foram todos absolvidos no Conselho de Guerra; este Conselho lançou no processo o seguinte despacho: volte o processo ao Conselho de Guerra para ser julgado mediante tenções, por ser o crime de natureza tal que pode ser punido com a pena de morte: assinaram vencidos os Senhores De Lamare, Elisiário e Beaurepaire; o Sr. Desembargador Lisboa relatou, finalmente, os dois processos: do soldado Manoel Francisco dos Santos, acusado de desobediência, e no Conselho de Guerra condenado a dois meses de prisão com trabalho, o que foi confirmado neste Tribunal; e do imperial marinheiro Antonio Manoel Vieira, acusado de deserção em tempo de guerra e condenado a 5 anos de galés pelo Conselho de Guerra: o Tribunal reformou esta sentença

para dar ao réu a de dois anos de prisão com trabalho; o Sr. De Lamare assinou-se vencido. E nada mais havendo a tratar-se, o Sr. Conselheiro de Guerra Betancourt, encerrou a Sessão; eu José Joaquim Rodrigues Lopes, Secretário de Guerra, escrevi e assinei esta ata.

Duque de Caxias {assinatura}

116ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar, em 18 de fevereiro de 1871

Aos dezoito dias do mês de fevereiro de mil oitocentos e setenta e um, achando-se presentes os Senhores Conselheiros **Duque de Caxias**, **Betancourt**, **Visconde de Tamandaré**, **De Lamare**, **Visconde de Santa Teresa**, **Fonseca**, **Lamego**, **Elisiário**, **Beaurepaire** e Desembargadores **Câmara**, **Magalhães Castro** e **Lisboa**, foi aberta a Sessão. Lida e aprovada a ata da antecedente, o Secretário de Guerra deu conta de 3 portarias, 2 da Secretaria da Justiça e uma da da Marinha, remetendo para serem julgados em superior instância os processos de Conselho de Guerra a que responderam os soldados do Corpo Militar de Polícia da Corte Antonio José Veloso e Custodio José Rafael, e o imperial marinheiro Leopoldino de Deos Martins, que tiveram o despacho: cumpra- se e arquive-se; em seguida, o Sr. Desembargador Câmara relatou os seguintes processos: do soldado naval Raimundo Augusto Pires de Figueiredo, acusado de deserção agravada e condenado em Conselho de Guerra a três anos de galés: este Tribunal julgou nulo o Conselho de Guerra por não ter o réu qualificado a deserção, como consta dos seus assentamentos de praça, e por isso se não podia proceder contra ele como se procedeu, mas sim de conformidade com o artigo 2º do título 3º da Ordenança de 9 de abril de 1805, para se lhe impor (provada a falta) a pena do artigo 1º, título 2º das mesmas Ordenanças; e do grumete José Caetano da Conceição, acusado de homicídio e condenado em galés perpétuos pelo Conselho de Guerra: esta sentença foi reformada para condenar-se o réu à morte; os Senhores Beaurepaire e Magalhães Castro assinaram-se vencidos, e o Sr. Câmara votou pela pena de prisão perpétua com trabalho por ser menor o réu. O Sr. Desembargador Magalhães Castro relatou os 3 processos seguintes: 1º do soldado José Francisco Barboza, acusado de deserção agravada e condenado em Conselho de Guerra a um ano de prisão com trabalho, o que foi confirmado; 2º do soldado Jeronimo Muniz, acusado de deserção em tempo de guerra e condenado à morte no Conselho de Guerra, sentença que foi reformada para infligir-se ao réu a de 5 anos de prisão com trabalho; e 3º dos réus, cabo de esquadra Bernardo Pereira e soldados Clemente José Mariano, Silvestre Clemente e Antonio da Cruz Pereira, acusados de deixar roubar o cofre do batalhão, estando eles de guarda, e no Conselho de Guerra condenados à pena do artigo 18 dos de Guerra do Regulamento de 1763. O Tribunal lançou o despacho seguinte: volte o processo ao

Conselho de Guerra para proceder ao julgamento, mediante tenções, com declaração de pena, de conformidade com as quais deve ser lavrada a sentença determinando a pena, o que não se fez, com violação da lei; o Sr. Desembargador Lisboa relatou, finalmente, dois processos: do 2º sargento reformado Luis Antonio da Silva, acusado de desobediência e condenado em Conselho de Guerra a um mês de prisão com trabalho; o Tribunal reformou a sentença absolvendo o réu, e dos soldados Eugenio do Nascimento e Roque Antonio de Villas Boas, acusados de tentativa de ferimento, e condenados, o primeiro, Eugenio do Nascimento, a um ano de prisão rigorosa, e absolvido o 2º no Conselho de Guerra; o Tribunal lançou o seguinte despacho: volte o processo ao Conselho de Guerra para fazer juntar o assentamento de praça do réu Eugenio do Nascimento, pois que não existe no mesmo processo. E nada mais havendo a tratar-se, o Sr. Conselheiro de Guerra Duque de Caxias, servindo de Presidente, encerrou a Sessão, da qual eu, o Secretário de Guerra José Joaquim Rodrigues Lopes, escrevi e assinei esta data.

Duque de Caxias {assinatura}

117ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar de Justiça, em 25 de fevereiro de 1871

Aos vinte e cinco dias do mês de fevereiro de mil oitocentos e setenta e um, achando-se presentes os Senhores Conselheiros **Duque de Caxias**, **Betancourt**, **Visconde de Tamandaré**, **De Lamare**, **Visconde de Santa Teresa**, **Elisiário** e **Beaurepaire** e Desembargadores **Câmara** e **Lisboa**, foi aberta a Sessão. Lida e aprovada a ata da antecedente, o Secretário de Guerra deu conta de 9 portarias das Secretarias de Guerra, da Marinha e da Justiça, remetendo para serem julgados definitivamente os processos de Conselho de Guerra a que responderam: o 1º tenente Augusto da Cunha Galvão, tenente em comissão Antonio Raymundo Miranda de Carvalho, alferes Bibiano José Teixeira Ruas, alferes Evaristo Leopoldino de Andrade e Costa, e sargento Manoel Francelino de Almeida Passos, alferes Joaquim Pereira Gaya Peçanha, e o soldado José Satiro de Moraes, soldado Cecilio Antonio da Silva, dos soldados José Martiniano de Oliveira, Gonçalo Francisco, Domingos Pires, Pedro José da Rocha, Felix Argollo, clarim Emiliano Paulo de Souza, soldado Manoel Soares, corneta Marcelino Luis da França Borja, 1º sargento Luis Antonio de Lima, e soldados Cecilio Antonio da Silva; imperiais marinheiros Cyriaco Bispo dos Santos, Manoel Simplicio de Macedo Leite, soldados do Corpo Militar de Polícia da Corte Manoel José de Carvalho, Manoel Victoriano dos Santos, Manoel Ferreira de Andrade. Cumpra-se e arquive-se, foi o despacho que todos 9 tiveram. Em seguida, o Sr. Desembargador Câmara relatou os 3 processos que se seguem: do soldado João Antonio dos Santos, acusado de 1ª deserção simples, e no Conselho de Guerra condenado a seis meses de prisão, sentença que foi reformada para condenar-se o réu a dois meses de prisão, perdendo o tempo que anteriormente houver servido, e fazendo o serviço que lhe

pertencer, visto constar de seus assentamentos de praça ter-se apresentado antes dos 3 meses; do soldado Rocino da Silva Policarpo, acusado de 1ª deserção simples e condenado em Conselho de Guerra a seis meses de prisão; foi reformada esta sentença para condenar o réu em um ano de prisão, visto constar de seus assentamentos de praça ser a deserção agravada por ter levado armamento; e do grumete Patricio da Silva, acusado do crime de deserção em tempo de guerra e condenado a 5 anos de galés no Conselho de Guerra. Este Tribunal reformou esta sentença para infligir-se ao réu somente dois anos dos mesmos galés. O Sr. Desembargador Lisboa relatou os dois seguintes processos: 1º do soldado Justino Ribeiro da Silva, acusado de 1ª deserção simples e condenado em Conselho de Guerra, digo o Conselho de Guerra declinou de sua competência visto não ter o réu completado os dias para ser classificado desertor, o que foi confirmado pelo Tribunal, remetendo-se o processo na forma da lei ao coronel do Corpo; 2º do grumete Antonio Luis Teixeira, acusado de deserção em tempo de guerra e condenado em 1ª instância a cinco anos de galés: o Tribunal anulou o processo, porque, sendo o réu menor de 21 anos, não se lhe nomeou curador, segundo o disposto na Ordenação do Livro 3º, título 41, § 8º. E nada mais havendo a tratar-se, o Sr. Conselheiro de Guerra Duque de Caxias, servindo de Presidente, encerrou a Sessão, da qual eu, o Secretário de Guerra, José Joaquim Rodrigues Lopes, lavrei e assinei esta ata. Declaro em tempo que anulação de que acima se falou sobre o grumete Antonio Teixeira é somente da folha 19 em diante. José Joaquim Rodrigues Lopes, Secretário de Guerra.

Duque de Caxias {assinatura}

118ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar de Justiça, em 1º de março de 1871

No primeiro dia do mês de março de mil oitocentos e setenta e um, achando-se presentes os Senhores Conselheiros **Duque de Caxias**, **Betancourt**, **Visconde de Tamandaré**, **Fonseca**, **Aguiar**, **Elisiário** e **Beaurepaire** e Desembargadores **Câmara**, **Magalhães Castro** e **Lisboa**, foi aberta a Sessão. Lida e aprovada a ata da antecedente com a pena emenda que abaixo dela se vê, o Secretário de Guerra deu conta de 3 portarias, sendo 2 do Secretário de Guerra e 1 da da Marinha remetendo para serem julgados definitivamente os processos de Conselho de Guerra a que responderam os cabos de esquadra Ignacio Francisco da Silva e Francisco Joaquim dos Santos, bem como os soldados Miguel Ferreira do Couto, Raymundo Rodrigues de Araujo, Antonio Pereira Custodio, João Telles de Menezes, Manoel Francisco dos Santos, Athanasio Lopes de Oliveira, Jeremias da Silva, Antonio Raimundo, Chrispiniano José dos Reis, Bruno Paulo Soares da Fonseca. Cumpra-se e arquive-se, foi o despacho, que todas 3 portarias tiveram. Em seguida, o Sr. Desembargador Câmara relatou o seguinte processo: digo que os processos vindos da Secretaria de Marinha são dos soldados navais Manoel Balbino da Silva e Vicente Ferreira Braz; do soldado Francisco Silvestre da Costa

Souto, acusado de furto e absolvido no Conselho de Guerra, foi reformada esta sentença para condenar-se o réu a dois anos de prisão com trabalho. O Sr. Desembargador Magalhães Castro relatou os 3 seguintes: 1º do soldado Lourenço Biserra do Gama, acusado de 1ª deserção agravada, e no Conselho de Guerra condenado a um ano de prisão com trabalho, sentença que foi reformada pelo Tribunal para se lhe dar um ano de prisão no calabouço, donde irá à esquadra do ensino três dias de manhã e de tarde em cada semana, e nos outros fará a limpeza da praça do Regimento, perdendo o tempo anterior de serviço como dispõe o artigo 1º do título 4º, combinado com artigo único do Alvará de 9 de abril de 1805; 2º do soldado Francisco Joaquim dos Santos, acusado de furto e condenado no Conselho de Guerra a três meses de prisão com trabalho, e a expulsão do serviço, o que foi confirmado; 3º do soldado Jeronimo Leandro de Oliveira, acusado do crime de morte, e no Conselho de Guerra condenado à morte, o que foi confirmado pelo Tribunal. Assinou-se vencido o Sr. Beaurepaire, e o Sr. Câmara também se assinou vencido quanto à pena. O Sr. Desembargador Lisboa relatou 2 processos: 1º do soldado Alfredo Vieira da Costa, acusado de 1ª deserção simples e no Conselho de Guerra condenado a dois meses de prisão, o que foi confirmado; 2º do soldado paraguaio, prisioneiro de guerra Pedro Solino, acusado de ferimento e no Conselho de Guerra condenado a um mês de prisão rigorosa, o que foi confirmado por este Tribunal. E nada mais havendo a tratar-se, o Sr. Conselheiro de Guerra Duque de Caxias, servindo de Presidente, encerrou a Sessão do qual eu José Joaquim Rodrigues Lopes, Secretário de Guerra lavrei e assinei esta ata.

Duque de Caxias {assinatura}

119ª ATA DA SESSÃO DO CONSELHO SUPREMO MILITAR DE JUSTIÇA, EM 4 DE MARÇO DE 1871

Aos 4 dias do mês de março de mil oitocentos e setenta e um, achando-se presentes os Senhores Conselheiros **Duque de Caxias**, **Betancourt**, **De Lamare**, **Fonseca**, **Elisiário** e **Beaurepaire** e Desembargadores **Câmara** e **Magalhães Castro**, foi aberta a Sessão. Lida e aprovada a ata da antecedente, o Secretário de Guerra declarou não haverá expediente algum. Em seguida, o Sr. Desembargador Câmara relatou o processo do imperial marinheiro Jacob Ferreira Campos, acusado de deserção, e no Conselho de Guerra condenado nas penas do artigo 51 dos de Guerra; foi reformada esta sentença para condenar-se o réu a um ano de prisão a bordo dos navios de guerra, vencendo somente a ração a bordo, e o fato que se costuma dar aos galés para se vestirem, como incurso na 2ª parte do artigo 51 dos de Guerra da Armada; advertindo ao Conselho que devia na sua sentença designar a parte do artigo em que julgará o réu incurso, e de conformidade com essa disposição declarar a pena em que o condenava. O Sr. Desembargador Magalhães Castro relatou os dois processos 1º do soldado João Pedro de Alcantara, acusado de 1ª deserção simples e

condenado em Conselho de Guerra a seis meses de prisão, o que foi confirmado; 2º do soldado João José do Espirito Santo, acusado de desobediência, e no Conselho de Guerra condenado digo absolvido, foi reformada esta sentença pelo Tribunal para dar-se ao réu a de seis meses de prisão. E nada mais havendo a tratar-se, o Sr. Conselheiro Duque de Caxias, servindo de Presidente, encerrou a Sessão, da qual eu, o Secretário de Guerra José Joaquim Rodrigues Lopes, escrevi e assinei esta ata.

Duque de Caxias {assinatura}

120ª ATA DA SESSÃO DO CONSELHO SUPREMO MILITAR DE JUSTIÇA, EM 11 DE MARÇO DE 1871

Aos onze dias do mês de março de mil oitocentos e setenta e um, achando-se presentes os Senhores Conselheiros **Duque de Caxias**, **Betancourt**, **Barão de Itapagipe**, **De Lamare**, **Visconde de Santa Teresa**, **Fonseca**, **Beaurepaire** e Desembargadores **Câmara**, **Magalhães Castro** e **Lisboa**, foi aberta a Sessão. Lida e aprovada a ata da antecedente, o Secretário de Guerra deu conta de duas portarias do Ministério da Guerra, remetendo para serem julgados definitivamente os processos de Conselho de Guerra a que responderam o alferes Antonio Cesar Martins, Evaristo da Silva Maciel e José Raymundo da Costa Valerio, sargento José Ignacio da Conceição Souza, e soldados Justiniano Antonio Barboza e José Antonio de Lima, o cabo de esquadra Florencio Manoel, e soldados Joaquim José Muniz, Manoel Francisco da Trindade, Manoel Gregorio Gomes, Manoel Leocadio Nery, Antonio Manoel Joaquim, Filomeno José de Macedo, Desiderio Alves dos Santos, Vicente de Paula Pereira dos Santos. Cumpra-se e arquive-se, foi o despacho que ambas as portarias tiveram. Em seguida, o Sr. Desembargador Lisboa relatou o processo dos réus, 1º tenente Augusto da Cunha Galvão, tenente Antonio Raymundo Miranda de Carvalho, alferes Bibiano José Teixeira Ruas, e Evergisto Leopoldino de Andrade Costa, e sargento Manoel Francelino de Almeida Passos, acusados do crime de sedição ou motim militar, e no Conselho de Guerra absolvidos. Esta sentença foi reformada pelo Tribunal para dar-se ao 1º réu a pena de dois anos de prisão, e aos outros a de seis meses de prisão a cada um; o Sr. Visconde de Santa Teresa declarou que se abstinha de votar a respeito do réu Galvão, e o Sr. Desembargador Magalhães Castro declarou para que se escrevesse nesta ata que tinha votado pela expulsão do primeiro réu do serviço militar, e por três meses de prisão para cada um dos outros. Sendo já tarde, o Sr. Conselheiro de Guerra Duque de Caxias, servindo de Presidente, encerrou a Sessão, e eu, o Secretário de Guerra José Joaquim Rodrigues Lopes, escrevi e assinei esta ata.

Duque de Caxias {assinatura}

121ª ATA DO CONSELHO DIGO DA SESSÃO DO CONSELHO SUPREMO MILITAR DE JUSTIÇA, EM 15 DE MARÇO DE 1871

Aos 15 dias do mês de março de 1871, achando-se presentes os Senhores Conselheiros **Duque de Caxias**, **Betancourt**, **De Lamare**, **Visconde de Santa Teresa**, **Fonseca**, **Elisiário**, **Beaurepaire** e Desembargadores **Câmara**, **Magalhães Castro** e **Lisboa**, foi aberta a Sessão. Lida e aprovada a ata da antecedente, o Secretário de Guerra deu conta de uma portaria do Ministério da Guerra remetendo para serem julgados definitivamente os processos de Conselho de Guerra a que foram submetidos o alferes Manoel da Cruz e Oliveira, e os soldados Galdino José da Rocha, Januario Pereira da Silva, Antonio Fructuozo, Antonio José Correa, Liberato Antonio da Silva, João Flauzino do Patrocinio e Luciano dos Santos; a qual teve o despacho: cumpra-se e arquive-se. Em seguida, o Sr. Desembargador Câmara relatou os processos seguintes: 1º do corneta Pedro Marcelino dos Santos, acusado de embriaguez, e no Conselho de Guerra condenado a um ano de prisão simples, o que foi confirmado; 2º dos imperiais marinheiros Eustaquio José João e João Martins de Lima, acusados de ferimentos leves, e no Conselho de Guerra condenado, o 1º a seis meses de galés, e absolvido o 2º. Este Tribunal proferiu o seguinte despacho: volte o processo ao Conselho de Guerra para se lhe juntar o Conselho de Investigação mencionado no auto de corpo de delito e documento ou certidão o que no entretanto não se encontra no processo, ao declarar-se a razão por que o referido Conselho não acompanhou este processo; 3º do guardião Michael Giacomo, acusado de homicídio e no Conselho de Guerra condenado à morte; foi reformada esta sentença para condenar-se o réu a galés perpétuos. O Sr. Desembargador Magalhães Castro relatou os 3 processos seguintes: 1º do soldado Vicente Ferreira Hegino, acusado de ferimentos, e no Conselho de Guerra condenado em dois meses de prisão com trabalho, o que foi confirmado; 2º do soldado Manoel Ferreira de Andrade, acusado de deserção e condenado a quatro meses de prisão no Conselho de Guerra, o que também foi confirmado; e 3º do alferes Alipio Autran da Matta e Albuquerque, acusado de haver recebido onze contos de réis, importância das folhas dos empregados no Hospital do Passo da Pátria em Paraguai, e desertado depois. No Conselho de Guerra foi este réu condenado à expulsão do serviço; este Tribunal anulou a sentença do Conselho de Guerra, mandando que volte o processo para que seja o julgamento por tenções, na forma da lei, por ser o crime daqueles em que pode caber pena de morte. O Sr. Desembargador Lisboa relatou, finalmente, dois processos: do soldado Manoel Cardozo Malaquias, acusado de dormir estando de sentinela, e no Conselho de Guerra condenado a cinquenta pancadas de espada de prancha, e trabalhar durante seis meses nas fortificações. Este Tribunal reformou a sentença para infligir-lhe a pena de seis meses de prisão com trabalho; e do cabo de esquadra Veridiano de Campos Braga, acusado de desobediência, e no Conselho de Guerra condenado a três meses de prisão; foi reformada esta sentença para impor-se ao réu a pena de seis meses de prisão com trabalho, como incurso no artigo 1º

dos de Guerra de Infantaria, e não no artigo 7º dos mesmos artigos, como insistiu o Conselho de Guerra em sua sentença. E nada mais havendo a tratar-se, o Sr. Conselheiro de Guerra Duque de Caxias, servindo de Presidente, encerrou a Sessão, de que eu, José Joaquim Rodrigues Lopes, Secretário de Guerra, escrevi e assinei esta ata.

Duque de Caxias {assinatura}

122ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar de Justiça, em 18 de março de 1871

Aos 18 dias do mês de março de 1871, achando-se presentes os Senhores Conselheiros **Duque de Caxias**, **Betancourt**, **Barão de Itapagipe**, **Visconde de Santa Teresa**, **Lamego**, **Aguiar**, **Elisiário**, **Beaurepaire** e Desembargadores **Câmara**, **Magalhães Castro** e **Lisboa**, foi aberta a Sessão. Lida e aprovada a ata da Sessão antecedente, o Secretário de Guerra deu conta de uma portaria do Ministério de Guerra remetendo para serem julgados definitivamente os processos de Conselho de Guerra a que foram submetidos o tenente José Pantaleão Barbalho de Vasconcellos, o alferes Nicoláu Diamico e várias praças. Em seguida, o Sr. Desembargador Câmara relatou 5 processos; o 1º do soldado Joaquim João Antonio de Oliveira, acusado de 1ª deserção simples e condenado em Conselho de Guerra a seis meses de prisão, o que foi confirmado; 2º do soldado José Patricio Marques da Silva, acusado de deserção simples; o Conselho de Guerra declinou de sua competência o julgamento do réu por não ter completado a deserção; esta decisão foi confirmada; 3º do soldado Guilhermino Pessoa digo Guilhermino Ferreira Pessoa de Asevedo, acusado de deserção simples, e no Conselho de Guerra condenado a seis meses de prisão, o que foi confirmado; 4º dos soldados Ceciliano Lopes Ribeiro, acusado de insubordinação e condenado em Conselho de Guerra a um ano de prisão com trabalho; sentença que foi reformada pelo Tribunal para condenar-se o réu a seis meses de prisão com trabalho; 5º do soldado Lucindo Luis Alves, acusado do crime de morte, e no Conselho de Guerra condenado às penas do artigo 8º do Regulamento de 1783. O Tribunal julgou nula a sentença do Conselho de Guerra e as tenções que lhe precederam por não ter o Conselho designado a pena, visto que o artigo em que o réu foi julgado incurso impõe a pena de carrinho perpétuo ou a de morte, pois o Conselho devia em sua sentença e tenções impor ao mesmo réu uma dessas duas penas. O Sr. Desembargador Magalhães Castro relatou 3 processos: 1º do soldado José Francisco d'Avila Junior, acusado de deserção simples, e no Conselho de Guerra condenado a seis meses de prisão, o que foi confirmado; 2º do soldado Manoel Antonio da Silva, acusado de insubordinação, e no Conselho de Guerra absolvido, o que também foi confirmado; assinando-se vencido o Sr. Desembargador Lisboa; 3º do soldado João Alves dos Santos, acusado de ferimento e condenado a quatro anos de prisão rigorosa pelo Conselho de Guerra, o que ainda foi confirmado. O Sr. Desembargador Lisboa relatou igualmente 3

processos: 1º do soldado José Theodoro da Silva, acusado de insultar, injuriar e ameaçar ao seu superior, e no Conselho de Guerra condenado a seis meses de prisão com trabalho. O Tribunal reformou esta sentença para infligir ao réu a de 2 anos de prisão com trabalho; 2º do soldado Ignacio Feliciano da Silva, acusado do crime de morte, e a ela condenado pelo Conselho de Guerra, o que foi confirmado; assinando-se vencidos os Senhores Beaurepaire e Câmara quanto à pena; e 3º, finalmente, do soldado Antonio Galdino da Silveira Cardozo, acusado de desobediência e condenado em Conselho de Guerra a dois meses de prisão. Foi anulada a sentença do Conselho Criminal por não estar completo o número de juízes que o deviam assinar, pois nela falta a assinatura do vogal, o tenente Manoel José dos Santos, constante da nomeação às folhas 3. O Sr. Desembargador Câmara assinou-se vencido por ter votado pela nulidade de todo o processo. E nada mais havendo a tratar-se, o Sr. Conselheiro de Guerra Duque de Caxias levantou a Sessão, da qual eu, o Secretário de Guerra José Joaquim Rodrigues Lopes, lavrei e assinei esta ata.

Duque de Caxias {assinatura}

123ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar de Justiça, em 22 de março de 1871

Aos vinte e dois dias do mês de março de mil oitocentos e setenta e um, achando-se presentes os Senhores Conselheiros **Duque de Caxias**, **Betancourt**, **Barão de Itapagipe**, **De Lamare**, **Fonseca**, **Elisiário** e **Beaurepaire** e Desembargadores **Câmara**, **Magalhães Castro** e **Lisboa**, foi aberta a Sessão. Lida e aprovada a ata da antecedente, o Secretário de Guerra deu conta de 3 portarias, 2 da Marinha e uma da Guerra, remetendo para serem julgados definitivamente os processos de Conselho de Guerra a que foram submetidos os soldados Domiciano Candido da Purificação, Felippe Nery da Silva, Manoel Antonio do Nascimento, Manoel Joaquim Petisca do Nascimento, Francisco Propicio dos Santos e Manoel Zacharias de Oliveira, o 1º sargento do Batalhão Naval Bernardino Guedes Alcanforado, e o 2º marinheiro Jacintho Fernandes de Oliveira. Cumpra-se e arquive-se, tiveram por despacho estas 3 portarias. Em seguida, o Sr. Desembargador Câmara relatou os processos seguintes: 1º do soldado José da Silveira, acusado de 1ª deserção agravada e condenado em Conselho de Guerra a um ano de prisão, o que foi confirmado; 2º do soldado José de Oliveira Lemos, como o antecedente acusado de 1ª deserção agravada e como ele condenado em Conselho de Guerra a um ano de prisão, o que também foi confirmado; 3º do soldado João Antonio Ribeiro, acusado de 2ª deserção agravada e no Conselho de Guerra condenado a quatro anos de prisão com trabalho, o que também foi confirmado; 4º do soldado João Pancracio da Cruz, acusado do crime de morte, e no Conselho de Guerra condenado a carrinho perpétuo. Foi esta sentença reformada para condenar-se o réu a vinte anos de prisão com trabalho; o Sr. Desembargador Lisboa assinou-se vencido. O Sr. Desembargador

Magalhães Castro relatou dois processos: 1º do corneta Pedro Francisco, acusado de desobediência, e no Conselho de Guerra absolvido. Foi reformada esta sentença para infligir-se ao réu a de dois meses de prisão com trabalho; 2º do soldado Antonio Luis Francisco da Silva, acusado do crime de desordem e ferimento e no Conselho de Guerra condenado a três meses de rigorosa prisão. Foi esta sentença reformada para se lhe dar a de um ano de prisão com trabalho. O Sr. Desembargador Lisboa relatou, finalmente, o processo do alferes Antonio Cesar Martins, acusado de insubordinação, e no Conselho de Guerra absolvido. O Tribunal reformou esta sentença para dar ao réu a de seis meses de prisão em uma fortaleza. E nada mais havendo a tratar-se, o Sr. Conselheiro de Guerra Duque de Caxias, servindo de Presidente, encerrou a Sessão, da qual eu, o Secretário de Guerra, escrevi e assinei esta ata.

Duque de Caxias {assinatura}

124ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar de Justiça, em 29 de março de 1871

Aos 29 dias do mês de março de 1871, achando-se presentes os Senhores Conselheiros **Duque de Caxias**, **Betancourt**, **Visconde de Tamandaré**, **Fonseca**, **Elisiário**, **Beaurepaire** e Desembargadores **Câmara**, **Magalhães Castro** e **Lisboa**, foi aberta a Sessão. Lida e aprovada a ata da antecedente, o Secretário de Guerra deu conta de 3 portarias do Ministério da Marinha, remetendo para serem julgados definitivamente os processos de Conselho de Guerra, o carpinteiro do Encouraçado Cabral Romualdo José Soares, e os imperiais marinheiros Luciano José Carvalho e Antonio Luis Teixeira; cumpra-se e arquive-se, foi o despacho de todas 3 portarias. Em seguida, o Sr. Desembargador Câmara relatou os processos seguintes: 1º do soldado Francisco Pereira dos Santos, acusado de 1ª deserção simples e condenado em Conselho de Guerra a seis meses de prisão, o que foi confirmado; antes desta decisão entrou o Sr. Conselheiro de Guerra **Lamego**; 2º dos réus soldados Emilio José Dias e José Antonio Braçal, acusados de 1ª deserção agravada e condenados cada um a 1 ano de prisão pelo Conselho de Guerra. Este Tribunal confirmou a sentença quanto a Emilio José Dias, e reformou sobre o réu José Antonio Braçal, para condená-lo a quatro meses de prisão, visto constar de seus assentamentos de praça ter-se apresentado antes dos 3 meses; 3º do soldado Francisco Gomes do Nascimento, acusado do crime de morte e condenado a carrinho perpétuo no Conselho de Guerra, o que foi confirmado; votando o Sr. Desembargador Câmara por 20 anos de prisão com trabalho; 4º do soldado Rufino Ferreira Lima, acusado de furto, e no Conselho de Guerra condenado a dois meses de prisão com trabalho; o Tribunal julgou nulo o processo por ter sido organizado sem presidente, oficial superior e auditor letrado; e por não ter sido a votação por tenções na forma da lei. O Sr. Desembargador Magalhães Castro relatou os cinco seguintes processos: 1º do soldado Joaquim Lopes da Costa, acusado de 3ª deserção simples e condenado em

Conselho de Guerra a seis anos de prisão com trabalho, o que foi confirmado; 2º do soldado Felicio Tavares de Mello, acusado de 2ª deserção simples e condenado em Conselho de Guerra a dois anos de prisão com trabalho, o que foi confirmado; 3º do soldado José Dutra, acusado de 1ª deserção simples e condenado em Conselho de Guerra a 4 meses de prisão, o que foi confirmado; 4º do furriel Antonio Guedes Bezerra e soldado Galdino Juventino Alves, acusados de desordem e resistência, no Conselho de Guerra o 1º foi condenado a um mês de prisão com trabalho; o 2º a dois meses da mesma prisão; esta sentença foi reformada pelo Tribunal para dar-se ao 1º seis anos de prisão com trabalho, e ao 2º três anos da mesma prisão; o Sr. Desembargador Câmara votou por menor pena; e 5º, finalmente, do soldado Joaquim Mariano da Conceição, acusado de insubordinação e condenado em Conselho de Guerra a seis meses de prisão com trabalho pelo Conselho, digo: este Tribunal anulou esta sentença por não ter sido proferida mediante tenções, tendo o réu incorrido em crime que impõe até a pena de morte; o Sr. Desembargador Câmara assinou-se vencido. Afinal o Sr. Desembargador Lisboa relatou quatro processos: primeiro do soldado Juvino Alves Bezerra, acusado de 1ª deserção simples e condenado em Conselho de Guerra a seis meses de prisão. Este Tribunal não tomou conhecimento do crime de que o réu é acusado, por não ser deserção, e sim simples ausência, como consta de seus assentamentos; 2º do imperial marinheiro Antonio Salvador da Cunha, acusado de deserção em tempo de guerra e condenado em Conselho de Guerra a cinco anos de galés, o que foi reformado para infligir-se ao réu a pena de 2 anos de prisão com trabalho; 3º dos soldados Damião Gonçalves Pacheco e Manoel Lavino do Nascimento, acusados de ferimento, e no Conselho de Guerra condenados a seis meses de prisão com trabalho cada um, o que foi confirmado; e 4º do soldado Honorato Cacianno Bispo, acusado de desobediência e embriaguez e condenado no Conselho de Guerra a 3 meses de prisão com trabalho. Este Tribunal julgou nulo todo o processo do Conselho de Guerra por ter-se a ele procedido mui irregularmente, pois sendo o crime de pena capital não foi nomeado para presidente do Conselho oficial superior, em conformidade com a Resolução de 25 de julho de 1821, não presidiu ao Conselho um auditor letrado e, finalmente, não se procedeu ao julgamento por tenções, como é de lei, sendo que até na sentença está assinado um vogal, cuja nomeação não é a que consta de folhas 30. E sendo já tarde, o Sr. Conselheiro de Guerra Duque de Caxias, servindo de Presidente, encerrou a Sessão, da qual eu, o Secretário de Guerra José Joaquim Rodrigues Lopes, escrevi e assinei esta ata.

Duque de Caxias {assinatura}

125ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar de Justiça, em 1º de abril de 1871

No dia 1º de abril de 1871, achando-se presentes os Senhores Conselheiros **Duque de Caxias**, **Betancourt**, **Lamare**, **Fonseca**, **Aguiar**, **Elisiário**, **Beaurepaire** e Desembargadores

Câmara, **Magalhães Castro** e **Lisboa**, foi aberta a Sessão. Lida e aprovada a ata da antecedente, o Secretário de Guerra deu conta de uma portaria do Ministério da Guerra, remetendo para serem julgados definitivamente os processos de Conselho de Guerra a que responderam os soldados Joaquim de Andrade Vieira, Antonio Caetano dos Santos, Antonio Gomes da Silva, José Albino Gomes, Manoel Nunes Gonçalves, Antonio Vieira Ramos: cumpra-se e arquive-se, foi o despacho desta portaria. Em seguida, o Sr. Desembargador Câmara relatou três processos: 1º dos réus, cabo de esquadra Carlos José de Lima e soldado João Alexandre Alves, acusados do crime de fuga de presos cometidos a sua guarda, e absolvidos no Conselho de Guerra, o que foi confirmado neste Tribunal; segundo do soldado Joaquim Affonso Torres, acusado de 1ª deserção simples, e no Conselho de Guerra condenado a seis meses de prisão, o que igualmente foi confirmado; 3º do imperial marinheiro Guilherme Lopes de Souza, acusado de deserção em tempo de guerra e condenado a 5 anos de galés, foi esta sentença reformada pelo Tribunal para dar-se ao réu dois anos de prisão com trabalho, e advertindo-se ao Conselho que não bastava dizer em sua sentença que julgaram o réu incurso na primeira parte do artigo nela transcrito, sendo de absoluta necessidade declarar-se nela que o condenaram na pena mencionada na primeira parte do dito artigo. O Sr. Desembargador Magalhães Castro relatou três processos: 1º do soldado Francisco José da Silva, acusado de 1ª deserção simples, o Conselho de Guerra declinou de sua competência por não ter o réu completado a deserção, o que foi confirmado pelo Tribunal; 2º do soldado Luis Innocencio de Brito, acusado de 1ª deserção simples e condenado em Conselho de Guerra a seis meses de prisão, o que foi também confirmado; 3º do grumete Salustiano, acusado de deserção em tempo de guerra e condenado em Conselho de Guerra a cinco anos de galés; foi reformada esta sentença pelo Tribunal para dar-lhe a de dois anos de prisão com trabalho. O Sr. Desembargador Lisboa, finalmente, relatou os quatros seguintes processos: 1º do soldado Antonio José dos Santos, acusado de 1ª deserção simples e condenado a seis meses de prisão no Conselho de Guerra, o que foi confirmado; 2º do soldado do Corpo Policial da Corte Manoel Alves de Castro, acusado de 2ª deserção simples e condenado no Conselho Criminal a servir na primeira linha por quatro anos o que foi confirmado; 3º do soldado Casemiro de Mello Costa, acusado de insubordinação e condenado no Conselho a seis meses de prisão com trabalho; foi esta sentença reformada na instância superior para dar-se ao réu a de seis meses de prisão com trabalho; 4º do cabo de esquadra Hortencio Pires Santa Anna, acusado de crime de morte; foi no Conselho de Guerra absolvido e neste Tribunal confirmada esta sentença. E nada mais havendo a tratar-se, o Sr. Conselheiro de Guerra Duque de Caxias, servindo de Presidente, encerrou a Sessão, da qual eu, o Secretário de Guerra José Joaquim Rodrigues Lopes, lavrei e assinei esta ata.

Duque de Caxias {assinatura}

126ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar de Justiça, em 22 de abril de 1871

Aos 22 dias do mês de abril de 1871, achando-se presentes os Senhores Conselheiros **Duque de Caxias**, **Betancourt**, **Visconde de Santa Teresa**, **Elisiário** e **Beaurepaire** e Desembargadores **Câmara**, **Magalhães Castro** e **Lisboa**, foi aberta a Sessão. Lida e aprovada a ata da Sessão antecedente, o Secretário de Guerra deu conta dos dois decretos, comutando as penas a que foram condenados o súdito prussiano Carlos Deneke, e o soldado de Voluntários da Pátria João de Moura Viegas, por ferimentos feitos na Campanha do Paraguai; 5 portarias do Ministério da Guerra, remetendo para serem julgados definitivamente os processos de Conselho de Guerra a que foram submetidos o major da Guarda Nacional José de Almeida Santos Velho, e os soldados José Rodrigues de Lima, Joaquim Francisco Coroanha e João Pereira Cordolino; cabo de esquadra Paulo Pereira da Silva, anspeçada Firmino José dos Santos, o soldado Felisberto Lourenço Vidal, Viriato José de Souza, Manoel Pereira de Jesus Dias, Elesbão de Moraes, Pedro Celestino dos Santos, Porfiro José de Souza, Marcelino José Teixeira, Eugenio do Nascimento, Roque Antonio de Villas Boas, Joaquim Manoel Carlos, Antonio José Machado, Antonio Alves Moreno, João Baptista de Jesus, Frederico Paterson, Anacleto José da Luz, Benedicto Correa da Silva, Marcelino Agostinho, Manoel de Souza Lima, Mauricio Ferreira dos Santos, Manoel Francisco de Oliveira, Manoel Antonio de Santa Cruz, Felismino de Barros, Manoel Pedro Menezes Campos, Vicente Ferreira Marcos, Manoel Lourenço de Almeida, e os clarins Manoel Justino dos Santos e João Antonio; 5 portarias do Ministério da Marinha, enviando para o mesmo fim os processos de Conselho de Guerra a que foram submetidos os cabos de imperiais marinheiros Agostinho José de Lima, Antonio Vicente Pereira, e os soldados do Batalhão Naval José Pedro dos Santos e Francisco Gomes, e os imperiais marinheiros Eustachio José João e João Martins de Lima; e, finalmente, 2 portarias do Ministério da Justiça remetendo ainda para o mesmo fim os processos a que responderam em Conselho de Guerra os soldados do Corpo Policial da Corte Antonio Galdino da Silveira Cardozo e o corneta Antonio Rodrigues de Souza. Cumpra-se e arquive-se, foi o despacho que tiveram as portarias; e ciente arquive-se, o que tiveram os decretos. Em seguida, o Sr. Desembargador Câmara relatou os seguintes processos: 1º do imperial marinheiro Joaquim Francisco dos Santos, acusado de deserção em tempo de guerra e condenado a 5 anos de galés, foi esta sentença reformada para se lhe dar de 2 anos das mesmas galés; 2º do tambor Jenuino Alves Nogueira, acusado de deserção agravada, o Conselho de Guerra declinou de sua competência por se ter apresentado o réu antes de completar a deserção, o que foi confirmado; digo sendo esta decisão confirmada pelo Tribunal; 3º do soldado do Batalhão Naval José Lauriano de Campos Leite, acusado de ferimentos leves e condenado em Conselho de Guerra a seis meses de galés, foi esta sentença reformada para se lhe dar a de seis meses de prisão com trabalho; 4º do soldado João Baptista da Cruz, acusado de tentar ferir a seu camarada e condenado à rigorosa prisão por um mês, sendo esta sentença

reformada para se lhe dar a de 3 meses de prisão com trabalho. O Sr. Desembargador Magalhães Castro relatou os seguintes processos: do alferes Nuno Pompilio de Azambuja Cidade, acusado de insubordinação e condenado em Conselho de Guerra a 9 dias de prisão, o que foi reformado pelo Tribunal para se lhe dar a pena de 2 meses de prisão, e do soldado José Antonio da Silva, acusado de deserção em tempo de guerra e condenado à morte pelo Conselho de Guerra, o que foi reformado para se lhe dar a pena de dois anos de prisão com trabalho. O Sr. Desembargador Lisboa relatou os quatro seguintes processos: 1º do soldado Vicente Ferreira França, acusado de 3ª deserção simples e condenado em Conselho de Guerra a seis anos de prisão com trabalho, o que foi confirmado pelo Tribunal; 2º do soldado Francisco Cesario de Oliveira, acusado de 1ª deserção simples, e em Conselho de Guerra condenado a dois meses de prisão, o que foi confirmado; terceiro do soldado Belarmino Artigas, acusado de 1ª deserção simples, e no Conselho de Guerra condenado a seis meses de prisão, o que também foi confirmado; e 4º, finalmente, do soldado José Cardozo de Oliveira, acusado de 1ª deserção agravada, e no Conselho de Guerra condenado um ano de prisão. O Tribunal reformou esta sentença para aplicar ao réu somente as penas do artigo 1º, título 4º das primeiras deserções simples, conforme a Ordenança de 9 de abril de 1805. E nada a mais havendo a tratar, o Sr. Conselheiro de Guerra Duque de Caxias, servindo de Presidente, encerrou a Sessão, da qual eu, o Secretário de Guerra José Joaquim Rodrigues Lopes, lavrei e assinei esta ata.

Duque de Caxias {assinatura}

127ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar de Justiça, em 29 de abril de 1871

Aos 29 dias do mês de abril de 1871, achando-se presentes os Senhores Conselheiros **Duque de Caxias**, **Betancourt**, **Fonseca**, **Elisiário** e **Beaurepaire** e Desembargadores **Câmara**, **Magalhães Castro** e **Lisboa**, foi aberta a Sessão. Lida e aprovada a ata da antecedente, o Secretário de Guerra deu conta das seguintes portarias, que todas tiveram o despacho: cumpra-se e arquive-se. Duas do Ministério da Guerra, enviando para serem julgados definitivamente os processos de Conselho de Guerra a que responderam o alferes Franklin Benjamin Fernandes de Moraes, 1º sargento Nicoláu José dos Passos Rosa, e soldados Felix Domingos do Sacramento e Francelino Candido Barboza, Felinto Moreira da Costa, José Damasceno Bispo, Joaquim Alves da Silva, João José Agostinho, João Antonio Martines; dois do Ministério da Justiça remetendo para o mesmo fim os processos do Conselho de Guerra que foram submetidos os soldados do Corpo Militar da Polícia da Corte Antonio Joaquim de Souza e José Maria do Nascimento; e um do Ministério da Marinha, remetendo para fim idêntico o processo que respondeu no Conselho de Guerra o imperial marinheiro Antonio Dias dos Santos. Em seguida, o Sr. Desembargador Câmara relatou os seguintes processos: 1º do soldado Raymundo Nonato Brasileiro, acusado de 1ª

deserção simples e condenado em Conselho de Guerra a seis meses de prisão, o que foi confirmada por este Tribunal; 2º do soldado Manoel da Paixão da Purificação, acusado de deserção simples e condenado em Conselho de Guerra a seis meses de prisão, o que igualmente foi confirmado; 3º do soldado Antonio Angelo de Faria, acusado de insubordinação e resistência, e pelo Conselho de Guerra condenado à morte, sentença que foi reformada para dar-se ao réu a de dez anos de prisão com trabalho; 4º do soldado Casemiro de Mello Costa, acusado de furto, e no Conselho de Guerra condenado a um ano de prisão com trabalho, o que ainda foi confirmado; 5º dos imperiais marinheiros Eustaquio José João e João Martins de Lima, acusado de ferimentos recíprocos, absolvido este, e condenado a seis meses de galés aquele, no Conselho de Guerra; este Tribunal julgou nulo todo o processo pela falta de Conselho de Investigação a que se não procedeu, como é de direito, sendo que ao Conselho de Guerra, e não ao auditor; cumpria satisfazer o despacho deste Tribunal, e não ao auditor somente. O Sr. Desembargador Magalhães Castro relatou os três seguintes processos: 1º do soldado Miguel Arcanjo da Silva, acusado de furto e condenado no Conselho Criminal a seis meses de prisão com trabalho, sendo depois expulso do Corpo Militar de Polícia a que pertence. Este Tribunal reformou esta sentença para dar ao réu a de 7 meses e meio de prisão, grau médio do artigo 45 do Regulamento com a expulsão do mesmo réu; 2º do soldado Manoel Joaquim Felix, acusado de deserção agravada, o Conselho de Guerra declinou de sua competência para o julgamento do réu, visto não ter ele completado a deserção; este Tribunal mandou, que voltasse o processo para ser julgado o réu, porque a deserção acha-se qualificada à vista da fé de ofício; 3º do soldado Salustianno Augusto de Vasconcellos, acusado de 1ª deserção simples e condenado em Conselho de Guerra a dois meses de prisão, o que foi confirmado. O Sr. Desembargador Lisboa relatou, finalmente, três processos: 1º do soldado Florencio Manoel, acusado de ferimento e no Conselho de Guerra absolvido, o que foi confirmado; 2º do soldado Antonio Gomes da Silva, acusado também de ferimento, e como o antecedente absolvido no Conselho de Guerra, sentença que semelhantemente foi confirmada; 3º do cabo de esquadra Francisco Barreto da Silva, ainda acusado de ferimento, e igualmente absolvido no Conselho de Guerra. Este Tribunal confirmou a sentença, mas o Sr. Desembargador Lisboa assinou-se vencido. E nada mais havendo a tratar-se, o Sr. Conselheiro de Guerra Duque de Caxias encerrou a Sessão, da qual eu, o Secretário de Guerra José Joaquim Rodrigues Lopes, lavrei e assinei esta ata.

Betancourt {assinatura}

128ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar de Justiça, em 6 de maio de 1871

Aos seis dias do mês de maio de 1871, achando-se presentes os Senhores Conselheiros **Betancourt**, **De Lamare**, **Fonseca**, **Elisiário** e Desembargadores **Câmara**, **Magalhães**

Castro e **Lisboa**, foi aberta a Sessão. Lida e aprovada a ata da antecedente, o Secretário de Guerra deu conta de um ofício digo portaria do Ministério da Marinha, remetendo para ser julgado definitivamente o processo de Conselho de Guerra a que respondeu o imperial marinheiro Maximiano da Silva, o qual teve o despacho: cumpra-se e arquive-se. Em seguida, o Sr. Desembargador Câmara relatou os seguintes processos dos réus soldados Benedicto Soares de Oliveira, e prisioneiro paraguaio Gregorio Fernandes, acusados de um conflito recíproco, do qual resultou o ferimento do segundo, e absolvidos em Conselho de Guerra; este Tribunal reformou a sentença para condenar a cada um dos réus em seis meses de prisão com trabalho, visto estarem provados os fatos pelos quais foram acusados; e do soldado Manoel Luis, acusado do crime de morte e condenado à morte no Conselho de Guerra, o que foi confirmado neste Tribunal, assinando-se vencido o Sr. Conselheiro Betancourt e o Desembargador Câmara votou por galés perpétuos. O Sr. Desembargador Magalhães Castro relatou também dois processos: do prisioneiro de guerra paraguaio Gabino Escobar, acusado de desobediência e condenado em Conselho de Guerra a um mês de prisão com trabalho; foi esta sentença reformada para absolver-se o réu; e o soldado Manoel Joaquim do Monte, acusado de ferimento, e no Conselho de Guerra condenado a um ano de prisão rigorosa, o que foi reformado para se lhe dar um ano de prisão com trabalho em uma fortaleza. O Sr. Desembargador Lisboa relatou igualmente dois processos, a saber: do soldado Liberato Antonio da Silva, acusado do crime de morte, e no Conselho de Guerra condenado a galés perpétuos, o que foi confirmado; sendo que o Sr. Desembargador Lisboa votou pela pena de morte; e do soldado do Corpo Militar de Polícia da Corte Antonio Galdino da Silveira Cardozo, acusado de desobediência, e no Conselho Criminal condenado a dois meses de prisão; o Tribunal reformou esta sentença para impor ao réu a de seis meses de prisão. O Senhor Conselheiro de Guerra Elisiário, perto do meio-dia, retirou-se. Nada mais havendo a tratar-se, o Sr. Conselheiro de Guerra Betancourt encerrou a Sessão, da qual eu, o Secretário de Guerra José Joaquim Rodrigues Lopes, lavrei e assinei esta ata.

Betancourt {assinatura}

129ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar de Justiça, em 10 de maio de 1871

Aos dez dias do mês de maio de mil oitocentos e setenta e um, achando-se presentes os Senhores Conselheiros de Guerra **Betancourt**, **De Lamare**, **Visconde de Santa Teresa**, **Fonseca**, **Elisiário** e Desembargadores **Câmara**, **Magalhães Castro** e **Lisboa**, foi aberta a Sessão. Lida e aprovada a ata da antecedente, o Secretário de Guerra deu conta de duas portarias uma da Guerra, outra da Marinha remetendo para serem julgados definitivamente os processos de Conselho de Guerra a que foram submetidos os soldados Antonio Angelo

de Faria, Antonio Pires Duarte, Augusto Amarante e João Carlos da Silva, e o soldado naval Antonio Caetano Ferreira: cumpra-se e arquive-se, tiveram ambas por despacho. Em seguida, o Sr. Desembargador Câmara relatou os seguintes processos: primeiro dos soldados João Francisco de Oliveira Bombarda, acusado de 1ª deserção simples e condenado em Conselho de Guerra a seis meses de prisão, o que foi confirmado; segundo do soldado Virgelino Centena, acusado de 1ª deserção agravada e condenado em Conselho de Guerra a um ano de prisão com trabalho, foi esta sentença reformada para condenar-se o réu a seis meses de prisão, por o julgar o Tribunal incurso no artigo 1º das deserções simples da Ordenança de 9 de abril de 1805; 3º do soldado Raymundo Francisco dos Anjos, acusado de segunda deserção simples e condenado em Conselho de Guerra a seis meses de prisão com trabalho, o que foi confirmado; 4º dos soldados José Francisco Cardozo, acusado de deserção em tempo de guerra e condenado à morte em Conselho de Guerra; foi esta sentença reformada para se lhe dar a de 5 anos de prisão com trabalho; 5º do soldado Candido de Souza Rodrigues, acusado de 1ª deserção agravada e condenado em Conselho de Guerra no artigo único das deserções agravadas, combinado com artigo 1º do título 4º da Ordenança de 9 de abril de 1805; foi julgada nula esta sentença, e mandou o Tribunal que ela seja lavrada de conformidade com o artigo sexto, segunda parte do Alvará de 4 de setembro de 1765., transcrevendo-se o artigo, ou artigos em que se acha o réu incurso, e designando-se a pena em que o condenam; 6º do soldado Honorato Dias da Luz, acusado de desobediência e condenado a um ano de prisão com trabalho, o que foi confirmado; e 7º do soldado Cosme Benicio, acusado de ferimento e condenado em dois anos de rigorosa prisão, em Conselho de Guerra, o que foi confirmado. O Sr. Desembargador Magalhães Castro relatou os quatro seguintes: 1º do soldado Antonio Tiburcio da Rocha, acusado de 1ª deserção simples e condenado digo absolvido em Conselho de Guerra por se achar já indultado, o que foi confirmado; segundo do soldado João Paulo dos Santos, acusado de 1ª deserção agravada, e em Conselho de Guerra declarado incurso no artigo único das deserções agravadas, combinado com o artigo 1º, título 4º da Ordenança de 9 de abril de 1805; o Tribunal julgou nula a sentença e mandou que ela seja lavrada de conformidade com o artigo 6º, segunda parte do Alvará de 4 de setembro de 1765, transcrevendo-se o artigo ou artigos em que se achar o réu incurso, e designando-se a pena em que o condenaram; 3º dos soldados do Corpo Militar de Polícia da Corte, Manoel Rodrigues Pimenta, acusado de insubordinação e condenado à morte em Conselho Criminal. O Tribunal reformou esta sentença para impor ao réu a de um ano de prisão com trabalho, atento a provocação do ofendido; e 4º do soldado José Antonio de Lima, acusado em Conselho de Guerra de ferimento e nele condenado à prisão rigorosa durante seis meses e meio, o que foi reformado para se lhe dar a pena de um ano de prisão com trabalho. O Sr. Desembargador Lisboa afinal relatou os cincos processos seguintes: 1º do soldado Benicio Acacio Garcia de Souza, acusado de 1ª deserção simples e condenado em Conselho de Guerra a seis meses de prisão, o que foi confirmado; 2º do soldado João Henrique de

Oliveira, acusado de 1ª deserção agravada e condenado em Conselho de Guerra a um ano de prisão, o que também foi confirmado; 3º do soldado Januario Pereira da Silva, acusado de 2ª deserção simples e condenado em Conselho de Guerra a seis meses de prisão, o que igualmente foi confirmado; 4º do soldado João Coelho de Miranda, acusado de 1ª deserção simples, e em Conselho de Guerra condenado a seis meses de prisão, o que foi reformado para dar-se ao réu as penas do artigo 3º, título 4º da Ordenança de 9 de abril de 1805, visto ter-se apresentado voluntariamente o réu; e 5º, finalmente, do Antonio Manoel Jacintho, acusado de deserção em tempo de guerra e condenado em Conselho de Guerra a cinco anos de galés; foi esta sentença reformada para impor-se ao réu a pena de 2 anos de prisão com trabalho; o Sr. Conselheiro de Guerra De Lamare assinou-se vencido, por condená-lo à pena menor. E sendo já tarde, o Sr. Conselheiro de Guerra Betancourt, servindo de Presidente, encerrou a Sessão, da qual eu, o Secretário de Guerra José Joaquim Rodrigues Lopes, lavrei e assinei esta ata.

Betancourt {assinatura}

130ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar de Justiça, em 13 de maio de 1871

Aos 13 dias do mês de maio de 1871, achando-se presentes os Senhores Conselheiros de Guerra **Betancourt**, **De Lamare**, **Fonseca** e **Elisiário** e Desembargadores **Câmara**, **Magalhães Castro** e **Lisboa**, foi aberta a Sessão. Lida e aprovada a ata da antecedente, o Secretário de Guerra deu conta de 10 portarias, sendo 7 do Ministério da Guerra, duas do da Marinha e um do da Justiça remetendo para serem julgados definitivamente os processos a que responderam: o alferes dos Voluntários da Pátria Alipio Autran da Matta e Albuquerque, o capitão graduado José Antonio Colonia, e soldados João Lino Ferreira de Araujo, Felisardo Pedro d'Alcantara, Ascendino Francisco dos Santos, Braz Brasileiro Cuiabano, Serafim dos Anjos, Manoel Felix Ferreira dos Santos, Francisco das Chagas do Nascimento, José Francisco Negreiros, Antonio Fernandes dos Santos, digo Antonio Fernandes de Souza, Ladisláu José de Souza, Manoel Gomes de Faria, José Joaquim Moreira, Pedro José de Vasconcellos, Julio Ribeiro, Manoel Ignacio Barboza, Jorge da Costa Oliveira Bueno, João Baptista Cardozo, Joaquim Vieira da Silva, José Venancio Baptista, José Gomes da Costa Telheiro, Manoel Lourenço da Silva, Vicente Moreira da Costa, Antonio José da Silva, Vicente Ramon, o 2º cadete Francisco Antonio da Rocha Thury, cabo de esquadra José de Freitas Cunha, anspeçada Henrique José de Oliveira, 2º sargento Joaquim Antonio Maia, e soldados Bernardino de Souza Senna, Cicero Cardozo de Carvalho Carioca, Manoel Jacintho Machado, Antonio Barboza de Paula, Antonio Joaquim dos Santos, cabo de esquadra Luis da França Barros, imperial marinheiro Antonio José Bacuráo, cabo do Batalhão Naval Manoel Joaquim de Santa Anna, soldados Tiburcio Romão, Vicente Carlotino da Gama, e soldado do Corpo Militar de Polícia da Corte Antonio

da Roza Dutra. Cumpra-se e arquive-se, foi o despacho que todas as 10 portarias tiveram. Em seguida, o Sr. Desembargador Câmara relatou os seguintes processos: 1º do soldado do Corpo Militar de Polícia da Corte Antonio José Vellozo, acusado de 1ª deserção agravada e condenado em Conselho de Guerra a quatro meses de prisão pelo Conselho de Guerra, o que foi confirmado; 2º do soldado Domingos Pires, acusado de 1ª deserção simples, o Conselho de Guerra declinou de sua competência, visto não ter o réu cometido deserção, e somente ausência ilegal; esta decisão foi confirmada pelo Tribunal; 3º dos soldados Gonçalo Francisco e José Martiniano de Oliveira, acusados de roubo, e no Conselho de Guerra condenados ambos a quatro anos de prisão, e a indenizarem a Fazenda Nacional dos objetos roubados; foi julgado nulo todo processo, porque tendo os réus incorrido em crime de pena capital, não podia o auditor deixar de ser um juiz letrado, acrescento ainda o não ter sido a sentença procedida por tenções; 4º do imperial marinheiro Manoel Simplicio de Macedo Leite, acusado de ferimento e condenado em Conselho de Guerra a dois anos de galés; o Conselho Supremo mandou que voltasse o processo ao Juízo de onde veio, a fim de se lhe juntar o ato de sanidade, ou declaração da razão por que se não juntou, contanto mais razão quanto aguardando o corpo de delito e exame de sanidade para se poder satisfazer a alguns dos quesitos feitos naquele auto, não se podia dele prescindir. O Sr. Desembargador Magalhães Castro relatou os três seguintes: 1º do soldado Joaquim dos Passos, acusado de ferimento e condenado em Conselho de Guerra a 3 meses de prisão com trabalho; o Tribunal reformou esta sentença para dar ao réu a de seis meses de prisão com trabalho; 2º do alferes Antonio Candido Gomes, acusado de desobediência, e em Conselho de Guerra absolvido, o que foi confirmado; 3º do soldado José Francisco Nobrega, acusado de 1ª deserção simples, e no Conselho de Guerra condenado a seis meses de prisão, o que foi confirmado; ultimamente, o Sr. Desembargador Lisboa relatou os 5 processos seguintes: 1° do soldado Apolinario de Sá Miranda, acusado de segunda deserção simples e condenado em Conselho de Guerra a dois anos de prisão com trabalho, o que foi confirmado; 2º do soldado João Rodrigues da Silva, acusado de deserção em tempo de guerra e condenado à morte em primeira instância, foi neste Tribunal reformada a sentença para se lhe dar a de 5 anos de prisão com trabalho; 3º do soldado Jeronimo Caetano da Igreja, acusado de fuga de preso, e no Conselho de Guerra condenado a ficar em lugar do criminoso evadido; o que foi reformado para se lhe dar a pena de três meses de prisão com trabalho; 4º do soldado Manoel Sebastião, acusado de desobediência e condenado em Conselho de Guerra a um mês de prisão rigorosa; foi esta sentença reformada para se lhe dar a de seis meses de prisão com trabalho; e 5º dos soldados Eugenio do Nascimento e Roque Antonio de Villas Boas, acusado de desordem; no Conselho de Guerra foi condenado o primeiro, Eugenio do Nascimento, a um ano de prisão rigorosa, e o segundo absolvido, o que foi confirmado; o Sr. Conselheiro de Guerra Betancourt assinou-se vencido porque votou por seis meses de prisão com trabalho. E nada mais havendo a tratar-se, o mesmo Senhor, servindo de Presidente, encerrou a Sessão, da qual eu, o Secretário de Guerra José Joaquim Rodrigues Lopes, fiz e assinei esta ata.

Betancourt {assinatura}

131ª ATA DA SESSÃO DO CONSELHO SUPREMO MILITAR DE JUSTIÇA, EM 17 DE MAIO DE 1871

Aos 17 dias do mês de maio de 1871, achando-se presentes os Senhores Conselheiros **Betancourt**, **De Lamare**, **Elisiário** e **Beaurepaire** e Desembargadores **Câmara**, **Magalhães Castro** e **Lisboa**, foi aberta a Sessão. Lida e aprovada a ata da antecedente, o Secretário de Guerra deu conta de 5 portarias, sendo três da Secretaria de Estado da Guerra e duas da da Marinha remetendo para serem julgados em última instância ou os processos de Conselho de Guerra a que responderam alferes Jacintho Fagundes da Silva Lima, o soldado Bonifacio José Claudio, Francisco Fernandes dos Reis e Francisco Lourenço da Cruz, Paulino José da Cruz, Manoel João Maciel, Mariano Remigio de Mello, Marcelino Antonio Damasceno, Marcelino José Valentim, Antonio Nunes da Encarnação, soldado do Batalhão Naval Eusebio José dos Santos, e imperiais marinheiros João José Thomás, Januario da Cruz; todas estas portarias tiveram o mesmo despacho: cumpra-se arquive-se. Nesta ocasião, entrou o Sr. Conselheiro **Visconde de Santa Teresa**. Em sequência, o Sr. Desembargador Câmara relatou os processos seguintes: 1º do soldado Desiderio Alves dos Santos, acusado de 1ª deserção simples, o Conselho declinou de sua competência por não ter o réu completado a deserção, e este Tribunal confirmou a decisão, mandando que se proceda na forma da lei contra o réu; 2º do clarim Emiliano Paulo de Souza, acusado de 3ª deserção simples, o Conselho de Guerra condenou-o a 6 anos de prisão com trabalho, o que foi confirmado; 3º do sargento Luiz Antonio de Lima, acusado de ferimento, e no Conselho de Guerra condenado nos artigos 144 e 201 do Código Criminal, no grau mínimo, sentença que foi reformada para dar-se ao réu a de seis meses de prisão com trabalho; quarto do soldado Bruno Paulo Soares da Fonseca, acusado em Conselho de Guerra de desobediência, e nele condenado a um mês de prisão com trabalho, o que foi confirmado. O Sr. Desembargador Magalhães Castro relatou os seguintes: primeiro do soldado do Corpo Policial da Corte Manoel José de Carvalho, acusado de 1ª deserção agravada e condenado em Conselho de Guerra quatro meses de prisão, o que foi confirmado; 2º do soldado José Satiro de Moraes, acusado de 1ª deserção simples e condenado em Conselho de Guerra a dois meses de prisão, o que foi confirmado; 3º do soldado Joaquim Pedro de Andrade, acusado de 1ª deserção agravada, condenado em Conselho de Guerra a um ano de prisão com trabalho, o que foi confirmado; 4º do anspeçada Innocencio Martins de Macedo, acusado de ferimentos e condenado a nove meses de prisão em uma fortaleza, o que foi igualmente confirmado; e 5º do tenente Antonio José da Silva Pereira, acusado de abuso de autoridade, e em Conselho de Guerra condenado a um mês de prisão, levando-se em conta a prisão já pelo réu sofrida; foi esta sentença reformada para dar-se ao réu a de um ano de prisão. O Sr. Desembargador Lisboa relatou, finalmente, os 5 seguintes processos: primeiro do soldado de Corpo Militar de Polícia da Corte Custodio José Rafael, acusado de 1ª deserção simples e

condenado a dois meses de prisão pelo Conselho de Guerra, sentença que foi confirmada; 2º do soldado de mesmo corpo, acusado de 1ª deserção simples e condenado em Conselho Criminal a quatro meses de prisão, o que foi confirmado; 3º do corneta Marcelino Luis da França Borges, acusado de 2ª deserção simples, e no Conselho de Guerra condenado a 2 anos de prisão com trabalho, sentença que foi reformada, para impor-se ao réu as penas indicadas no artigo 3º do título 4º da Ordenança de 9 de abril de 1805 quando trata das segundas deserções simples, visto estar provado que o réu se apresentou voluntariamente dentro dos três meses; 4º do soldado Felix Argollo, acusado em Conselho de Guerra de deserção em tempo de guerra, e nele absolvido, o que foi confirmado; e 5º do soldado Manoel Clementino Segundo, acusado de 1ª deserção agravada, e em Conselho de Guerra condenado a um ano de prisão com trabalho; o Tribunal reformou esta sentença para impor ao réu as penas do artigo 3º título 4º da Ordenança de 9 de abril de 1805 que trata das primeiras deserções simples, combinado com o parágrafo 5º do artigo único das deserções agravadas da mesma Ordenança, e assim condenam o réu no duplo das penas do citado artigo 3º. E nada mais havendo a tratar-se, o Sr. Conselheiro de Guerra Betancourt, servindo de Presidente, encerrou a Sessão, da qual eu, o Secretário de Guerra José Joaquim Rodrigues Lopes, escrevi e assinei esta ata. Declaro em tempo que o soldado do Corpo Militar da Polícia de que tratou o Sr. Desembargador Lisboa é Manoel Victorino dos Santos.

Lopes {assinatura}

Betancourt {assinatura}

132ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar de Justiça, em 20 de maio de 1871

Aos 20 dias do mês de maio de 1871 achando-se presentes os Senhores: Conselheiros **Betancourt**, **De Lamare**, **Visconde de Santa Teresa**, **Elisiário** e **Beaurepaire** e Desembargadores **Câmara** e **Lisboa**, foi aberta a Sessão. Lida e aprovada a ata da antecedente, o Secretário de Guerra declarou não haver expediente algum. Em seguida, o Sr. Desembargador Câmara relatou os seguintes processos: 1º do soldado Justiniano Antonio Barboza, acusado de 1ª deserção simples e condenado a seis meses de prisão em Conselho de Guerra, o que foi confirmado; 2º do soldado José Flausino do Patrocinio, acusado de 1ª deserção agravada e condenado em Conselho de Guerra a um ano de prisão com trabalho, o que igualmente foi confirmado; 3º do soldado Manoel Leocadio Nery, acusado de 1ª deserção simples; o Conselho de Guerra declinou de sua competência em consequência de não ter o réu completado a deserção, decisão esta que foi confirmada. O Sr. Desembargador Lisboa relatou os 3 seguintes processos: 1º do soldado Pedro José da Rocha, acusado de 1ª deserção simples, e no Conselho de Guerra condenado a seis meses de prisão, o que foi reformado, para impor-se ao réu as penas do artigo 3º, título 4º da

Ordenança de 9 de abril de 1805, das primeiras deserções simples, visto ter-se apresentado voluntariamente dentro dos 3 meses; segundo do soldado Manoel Francisco da Trindade, acusado de 1ª deserção simples e condenado em Conselho de Guerra a seis meses de prisão, o que foi confirmado; 3º do imperial marinheiro Ciriaco Bispo dos Santos, acusado em Conselho de Guerra de deserção, e condenado nele no artigo 51 dos de Guerra da Armada, sentença que foi reformada para se proceder contra o réu em conformidade do artigo 66 do Decreto nº 411 A, de 5 de junho de 1845. E nada mais havendo a tratar, o Sr. Conselheiro de Guerra Betancourt, servindo de Presidente, encerrou a Sessão, da qual eu, o Secretário de Guerra José Joaquim Rodrigues Lopes, escrevi e assinei esta ata.

Betancourt {assinatura}

133ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar de Justiça, em 27 de maio de 1871

Aos 27 dias do mês de maio de 1871, achando-se presentes os Senhores Conselheiros **Betancourt**, **De Lamare**, **Barão da Gávea**, **Barão de Angra** e **Beaurepaire** e Desembargadores **Câmara**, **Magalhães Castro** e **Lisboa**, foi aberta a Sessão. Lida e aprovada a ata da antecedente, o Secretário de Guerra deu conta de 10 portarias sendo uma da Secretaria do Estado dos Negócios da Justiça, e nove da da Guerra remetendo para serem julgados definitivamente os processos de Conselho de Guerra a que responderam o soldado do Corpo Militar de Polícia da Corte Eduardo José de Mariano, e as praças do Exército seguintes: 2º sargento João Chrispiniano da Cunha, soldados João Vicente Ferreira da Silva, Antonio Francisco do Espirito Santo, Pedro Antonio de Barros, José Antonio de Lira, Manoel Nunes Vieira, Pedro Ignacio Ferreira, Eugenio dos Santos Ayres, Manoel Francisco Pereira, 1º sargento João Baptista de Lima, anspeçada Romão Felismino Augusto, e soldados Luis Balbino Cordeiro, Constantino José Ferreira Gustavo Deniz, Eufrasio Alves da Costa, Cecilio Antonio da Silva, Andre Barboza de Souza, Geraldo Antonio Moreira, Antonio José Gomes, João Victor de Barros, músico de 3ª classe Galdino Zeferino Dias, os soldados Candido Francisco Antonio dos Santos, Antonio Geraldo do Nascimento, anspeçada Lino José Alves do Valle e tambor Domingos Antonio dos Santos; 1º sargento José Luis Pereira dos Santos, soldados Manoel Germano, Laurentino Lopes de Oliveira, Manoel Raymundo dos Anjos, João Francisco de Sá, Severino Francisco da Cruz, Antonio Joaquim de Souza, Antonio Joaquim Gomes, João Pedro, Pedro José dos Santos, Raymundo Rodrigues de Araujo, Benedicto da Silva, Raymundo da Silveira de Lyra, Sabino José de Souza, Pedro da Fraga e Placido Gomes de Azevedo. Todas estas portarias tiveram o despacho: cumpra-se e arquive-se. Em seguida, o Sr. Desembargador Câmara relatou os seguintes processos: 1º do soldado Antonio José Correa, acusado de 1ª deserção agravada e condenado em Conselho de Guerra a 12 meses de prisão, o que foi confirmado; 2º do soldado Galdino José da Rocha, acusado de 2ª deserção simples, e em Conselho de Guerra condenado a dois anos de prisão

com trabalho, o que também foi confirmado; 3º do soldado Vicente de Paula Pereira Santos, acusado de ferimento, e no Conselho de Guerra absolvido, o que igualmente foi confirmado; votando vencidos os Senhores Conselheiros De Lamare, Barão da Gávea e Desembargador Câmara; 4º do soldado Manoel Gregorio Gomes, acusado de desobediência, e em Conselho de Guerra também absolvido, o que ainda foi confirmado; 5º do soldado Luciano dos Santos, acusado de deserção simples, e em Conselho de Guerra condenado a seis meses de prisão; este Tribunal lançou no processo o seguinte despacho: volte o processo ao Conselho de Guerra para se lhe ajuntarem os assentamentos de praça do réu, que não existem no processo para proferir-se nova sentença de conformidade com o Alvará de 4 de setembro de 1765. Os Senhores De Lamare e Câmara assinaram-se vencidos; 6º dos réus cabo de esquadra reformado Ignacio Francisco da Silva, e soldados Manoel Ferreira do Couto, Raimundo Rodrigues de Araujo e Antonio Pereira Custodio, acusados de crime de sublevação e motim, e no Conselho de Guerra condenados à morte; este Tribunal reformou a sentença do Conselho de Guerra para condenar ao cabo de esquadra Ignacio Francisco da Silva a vinte anos de prisão com trabalho, e aos outros réus em dez anos de prisão também com trabalho. O Sr. Desembargador Magalhães Castro relatou os seguintes: 1º dos réus capitão José Antonio Colonia, e soldado João Lucio Ferreira dos Santos, acusado este de insubordinação e aquele de abuso de autoridade; em Conselho de Guerra foi o capitão absolvido e o réu condenado a um ano de prisão rigorosa; esta sentença foi reformada para condenar-se o soldado a um ano de prisão com trabalho, e confirmar-se quanto ao capitão; 2º do imperial marinheiro Leopoldino de Deos Martins, acusado de desobediência, e no Conselho de Guerra absolvido; o Tribunal lançou no processo o despacho seguinte: volte ao Conselho de Guerra o processo para ser proferida por tenções a sentença na forma da lei; 3º do alferes Joaquim Pereira Gaia Peçanha, acusado de espancar um menor, e absolvido em Conselho de Guerra, o que foi confirmado; 4º do soldado Manoel Soares, acusado de deserção em tempo de guerra, e no Conselho inferior condenado à morte, sentença que foi reformada para dar-se ao réu a de cinco anos de prisão com trabalho; e 5º do soldado Cecilio Antonio da Silva, acusado de ferimentos, e em Conselho de Guerra condenado a carrinho perpétuo, sentença que foi reformada para infligir-se ao réu a de vinte anos de prisão com trabalho. O Sr. Desembargador Lisboa, finalmente, relatou os 4 processos seguintes: 1º, do soldado Manoel Antonio do Nascimento, acusado de 1ª deserção simples e condenado em Conselho de Guerra a seis meses de prisão, o que foi confirmado; 2º, do soldado Antonio Fructuoso, acusado de 1ª deserção simples, e no Conselho de Guerra condenado a seis meses de prisão. O Tribunal julgou nulo todo o processo, por não se ter cumprido a Resolução de 25 de julho de 1821, funcionando somente 4 vogais em lugar de 5, como determina a mesma lei; 3º, do soldado Philomeno José de Macedo, acusado de 1ª deserção agravada, e no Conselho de Guerra condenado a doze meses de prisão, o que foi confirmado; 4º, do soldado José Victor, acusado de 3ª deserção agravada, e no Conselho de Guerra condenado a doze anos de

prisão com trabalho, sentença que foi reformada para dar-se ao réu as penas do artigo 1º, título 4º da Ordenança de 9 de abril de 1805, das primeiras deserções simples, combinado com o § 5º do artigo único das deserções agravadas, porque considera o Tribunal este crime como de 1ª deserção agravada, e não 3ª, porque das anteriores não houve processo nem julgamento; e 5º, finalmente, do soldado Cecilio Antonio da Silva (acima mencionado entre os processos do Sr. Desembargador Magalhães Castro) que neste 2º processo é acusado de resistência e ferimento, foi no Conselho de Guerra condenado à morte, mas o Tribunal reformou esta sentença para dar ao réu a de dez anos de prisão com trabalho. Sendo já tarde, o Sr. Conselheiro de Guerra Betancourt encerrou a Sessão, como Presidente, e eu, o Secretário de Guerra José Joaquim Rodrigues Lopes, lavrei e assinei esta ata.

Betancourt {assinatura}

134ª ATA DA SESSÃO DO CONSELHO SUPREMO MILITAR DE JUSTIÇA, EM 7 DE JUNHO DE 1871

Aos sete dias do mês de junho de 1871, achando-se presentes os Senhores, Conselheiros **Betancourt**, **De Lamare**, **Visconde de Santa Teresa**, **Barão da Gávea**, **Barão de Angra**, **Beaurepaire** e Desembargador **Câmara**, **Magalhães Castro** e **Lisboa**, foi aberta a Sessão. Lida e aprovada a ata da antecedente, o Secretário de Guerra deu conta das seguintes portarias, que todas tiveram o despacho: cumpra-se e arquive-se: porque todas remetiam para serem julgados definitivamente os processos de Conselho de Guerra a que responderam os seguintes réus: 2º cadete Hilario Augusto Cesar de Oliveira, cabo de esquadra Pedro José Monteiro, soldados Miguel de Souza, Agostinho da Cunha, Henrique Pereira Gomes, Manoel Faustino Dias dos Santos, José Esteves de Lima, Joaquim da Silva Bultrago, Hermogenes Francisco dos Santos, José Felippe dos Santos, Joaquim Luis Pereira, Custodio Teixeira Leite, Emigdio José de Oliveira, Antonio Francisco de Souza, Maximiano da Silva Motta, guardião Cornelio José de Rosa, imperiais marinheiros Manoel Vicente do Nascimento, Raimundo dos Santos e Joaquim José dos Santos digo Joaquim José Antonio. Em seguida, o Sr. Desembargador Câmara relatou os seguintes processos: do soldado Francisco Propicio dos Santos, acusado de 1ª deserção simples e condenado em Conselho de Guerra a dois meses de prisão, o que foi confirmado; e do soldado Manoel Joaquim Petisca do Nascimento, acusado de ferimento, em Conselho de Guerra condenado a um ano de rigorosa prisão; esta sentença foi reformada para dar-se ao réu um ano de prisão com trabalho. O Sr. Desembargador Magalhães Castro relatou os quatro seguintes: 1º do soldado Antonio Manoel Joaquim, acusado de 2ª deserção simples e condenado em Conselho de Guerra a dois anos de trabalhos públicos, o que foi confirmado; 2º do alferes José Raimundo da Costa Valerio, acusado de insubordinação, e no Conselho de Guerra

absolvido; foi esta sentença reformada para dar-se ao réu a de oito dias de prisão; 3º do soldado Joaquim José Muniz, acusado de deserção em tempo de guerra, e no Conselho de Guerra condenado à morte, sentença que foi reformada para se lhe dar a de cinco anos de prisão com trabalho; 4º do soldado João Telles de Menezes, acusado de ferimento, e no Conselho de Guerra condenado a seis meses de prisão rigorosa, o que foi reformado, para dar-se ao réu a pena de seis meses de prisão com trabalho. O Sr. Desembargador Lisboa também relatou quatro processos, que são os seguintes: 1º do soldado Manoel Zacharias de Oliveira, acusado de 1ª deserção simples, e no Conselho de Guerra condenado a dois meses de prisão, o que foi confirmado; 2º do soldado Felippe Nery da Silva, acusado de 1ª deserção agravada, e no Conselho de Guerra condenado a doze meses de prisão, o que foi confirmado; 3º do soldado José Maria do Nascimento, acusado de ferimento e no Conselho de Guerra condenado à morte; foi esta sentença reformada para dar-se ao réu a de cinco anos de prisão com trabalho; 4º dos réus cabo de esquadra Francisco dos Santos, e soldados Manoel Francisco dos Santos, Atanasio Lopes de Oliveira, Geremias da Silva, Antonio Raymundo e Chrispiniano José dos Reis, acusados em Conselho de Guerra de motim, e nele condenado somente o cabo de esquadra a ser castigado como amotinador, e absolvidos todos os mais réus; esta sentença foi reformada para condenar-se somente o cabo de esquadra a três meses de prisão, fazendo o serviço que lhe pertencer, e confirmada quanto aos soldados. Nada mais havendo a tratar-se, o Sr. Conselheiro de Guerra Betancourt encerrou a Sessão, da qual eu, o Secretário de Guerra José Joaquim Rodrigues Lopes, escrevi e assinei esta ata.

Betancourt {assinatura}

135ª ATA DA SESSÃO DO CONSELHO SUPREMO MILITAR DE JUSTIÇA, EM 10 DE JUNHO DE 1871

Aos dez dias do mês de junho de mil oitocentos e setenta e um, achando-se presentes os Senhores Conselheiros de Guerra **Betancourt**, **Visconde de Tamandaré**, **De Lamare**, **Barão da Gávea**, **Aguiar** e Desembargadores **Câmara**, **Magalhães Castro** e **Lisboa**, foi aberta a Sessão. Lida e aprovada a ata da antecedente, o Secretário de Guerra deu conta da portaria do Ministério da Guerra, remetendo para ser julgado definitivamente o processo de Conselho de Guerra a que respondeu o soldado Francisco Joaquim Soares, a qual teve o despacho: cumpra-se e arquive-se. Em seguida, o Sr. Desembargador Câmara relatou os processos seguintes: 1º do imperial marinheiro Luciano José de Carvalho, acusado de deserção em tempo de guerra e condenado em primeira instância em um ano de prisão, servindo a bordo dos navios de guerra, vencendo somente a ração e o fato que se costuma dar aos galés para se vestirem, o que foi confirmado por este Tribunal; antes desta decisão entrou o Sr. Conselheiro de Guerra Caldwell; 2º do alferes Manoel da Cruz de Oliveira, acusado de desobediência e insubordinação, e condenado em Conselho de Guerra à

suspensão de exercício do seu posto por um mês, e mais a dois anos e quatro meses de prisão rigorosa; sentença que foi reformada para condenar-se à perda do posto de comissão que exerceu; os três Senhores Desembargadores votaram por um ano de prisão; 3º do soldado José Albino Ramos, acusado de ameaças ao seu camarada e condenado em Conselho de Guerra a três meses de rigorosa prisão, o que foi reformado para dar-se-lhe a pena de seis meses de prisão com trabalho; 4º do soldado Severino Francisco da Cruz, acusado de ferimento, e em Conselho de Guerra condenado a carrinho perpétuo, o que foi reformado para se lhe dar a pena de dois anos de prisão com trabalho; o Sr. Desembargador Magalhães Castro relatou também 4 processos, a saber: do alferes Evaristo da Silveira Maciel, acusado de deixar de entregar a quantia de 444$586 réis à caixa militar, e de falsificação da firma do Pagador; foi em Conselho de Guerra condenado à pena de expulsão do serviço, o que foi confirmado; do soldado Domiciano Candido da Purificação, acusado do crime de morte e a ela condenado em Conselho de Guerra; foi esta sentença reformada para se lhe dar a de vinte anos de prisão com trabalho; do imperial marinheiro Jacintho Fernandes de Oliveira, acusado de ferimentos e no Conselho de Guerra condenado a oito anos de galés, o que foi confirmado. O Sr. Barão da Gávea assinou-se vencido, e o Sr. Desembargador Lisboa votou por outro exame de sanidade a fim de julgar com acerto; finalmente, dos réus soldados do Batalhão Naval Manoel Joaquim Carneiro, Manoel Balbino da Silva e Vicente Ferreira Braz, acusados de tentativa de roubo; foram no Conselho de Guerra absolvidos, e neste Tribunal confirmada essa sentença. O Sr. Desembargador Lisboa relatou os três seguintes: do soldado Elesbão de Moraes, acusado de 1ª deserção simples e condenado em Conselho de Guerra a seis meses de prisão, o que foi confirmado; do soldado Joaquim de Andrada Vieira, acusado do mesmo crime, condenado em Conselho de Guerra à mesma pena, que igualmente foi confirmada, e do soldado Antonio Caetano dos Santos, acusado de 3ª deserção simples, e em Conselho de Guerra condenado a seis anos de prisão com trabalho; o que foi confirmado, declarando-se o réu incurso no artigo único do título 4º da Ordenança 9 de abril de 1805, e não no artigo 1º do título 3º. Nada mais havendo a tratar-se, o Sr. Conselheiro de Guerra Betancourt, servindo de Presidente, encerrou a Sessão, da qual eu, o Secretário de Guerra José Joaquim Rodrigues Lopes, escrevi e assinei esta ata. Declaro em tempo que o Sr. Conselheiro de Guerra Caldwell retirou-se antes de findar a Sessão. Lopes {assinatura}

Betancourt {assinatura}

136ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar de Justiça, em 21 de junho de 1871

Aos vinte e um dias do mês de junho de mil oitocentos e setenta e um, achando-se presentes os Senhores Conselheiros **Betancourt**, **Barão de Itapagipe**, **De Lamare**, **Barão da Gávea** e **Aguiar**, **Barão de Angra**, **Beaurepaire** e Desembargadores **Câmara**, **Magalhães**

Castro e **Lisboa**, foi aberta a Sessão. Lida e aprovada a ata do dia dez do corrente e declarando-se que não houve Sessão nos dias 14 e 17 por falta de número legal; o Secretário de Guerra deu conta de 12 portarias sendo 8 da Secretaria da Guerra, 3 da da Marinha, e uma do da Justiça, remetendo para serem julgados em última instância os processos de Conselho de Guerra a que responderam os soldados Gabriel José dos Santos, Valentim Delgado, Manoel Florentino dos Santos, Benedicto da Silva Ribeiro, Ignacio Neves de Araujo, Virgolino José da Trindade, Francisco de Paula Amorim, Manoel Felippe de Santiago, Manoel Raymundo Brandão, Joaquim Marques de Santa Anna, Silvestre José de Souza Barboza, Bernardo da Conceição, Ignacio Gomes Coutinho, Manoel Cardozo, José Francisco Antonio das Chagas, José Joaquim de Campos e João Pinto Moreira, digo João Pinto Pereira, João Gonçalves da Silva, Franklim José Rodrigues, Candido Francisco, Benedicto Antonio Leonel, Florencio Antonio de Jesus, Gregorio Antonio, segundos-sargentos Leonel Antonio Ferreira e Luis Antonio da Silva, e o aprendiz de artilharia Epifanio Manoel Strompher, o tenente Antonio Jorge Moreira e 27 praças do contingente da província de Mato Grosso, e tenente Honorario Heleodoro Avelino de Souza Monteiro e os soldados José Pereira da Costa e Sebastião Ignacio Nobre, capitão de fragata Thomáz Pedro de Betancourt Cutrim, soldado do Batalhão Naval Eduardo José Francisco, imperial marinheiro Francisco Pereira de Freitas e soldado do Corpo Militar de Polícia da Corte Gregorio Lourenço de Freitas; todas estas portarias tiveram o despacho: cumpra-se e arquive-se. Em seguida, o Sr. Desembargador Câmara relatou o processo do capitão de fragata Thomáz Pedro de Betancourt Cutrim, acima mencionado, acusado de ter embargado gêneros alimentícios a bordo do navio de seu comando, sem haver pago o competente imposto; e absolvido no Conselho de Guerra: esta sentença foi confirmada, declarando os Senhores Conselheiros Barão de Itapagipe, De Lamare e Barão da Gávea que confirmavam a sentença por julgarem que a falta por este oficial cometida deve, à vista das circunstâncias do fato ser punida correcionalmente; os Senhores Desembargadores Câmara, Magalhães Castro e Lisboa assinaram-se vencidos por terem votado pela condenação. O Sr. Barão de Angra absteve-se de votar, por ter sido quem nomeou o Conselho. E sendo já tarde, o Senhor Conselheiro Barão de Itapagipe, servindo de Presidente, por se haver retirado antes do julgamento o Senhor Conselheiro de Guerra Betancourt, encerrou a Sessão, da qual eu, o Secretário de Guerra José Joaquim Rodrigues Lopes, escrevi e assinei esta ata.

Betancourt {assinatura}

137ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar de Justiça, em 28 de junho de 1871

Aos vinte e oito dias do mês de junho de mil oitocentos e setenta e um, achando-se presentes os Senhores Conselheiros **Betancourt**, **Caldwell**, **Visconde de Santa Teresa**,

Barão da Gávea, **Barão de Angra** e **Beaurepaire** e Desembargadores **Câmara**, **Magalhães Castro** e **Lisboa**, foi aberta a Sessão. Lida e aprovada a ata da antecedente, o Secretário de Guerra deu conta do seguinte expediente: duas portarias do Ministério da Guerra, 2 da Marinha e uma da Justiça, remetendo para serem julgados em última instância os processos do Conselho de Guerra a que responderam os soldados Francisco Gomes da Silveira, Francisco José de Santa Anna, João Mendonça Maria, Antonio Francisco Salles, Candido José dos Passos, e o alferes do Corpo Militar de Polícia da Corte Anselmo José Pereira da Silva. Em seguida, o Senhor Desembargador Câmara relatou os seguintes processos: 1º do clarim Manoel Justino dos Santos, acusado de 1ª deserção agravada, e condenado em Conselho de Guerra a um ano de prisão com trabalho, o que foi confirmado; 2º do soldado Anacleto José da Luz, acusado de 1ª deserção simples, o Conselho de Guerra declinou de sua competência por não ter o réu completado a deserção, decisão esta que foi confirmada; 3º do soldado Frederico Pettesson, acusado de 1ª deserção simples e condenado em Conselho de Guerra a dois meses de prisão, sentença esta que foi confirmada; 4º do 1º sargento José Luis Pereira dos Santos, acusado de desobediência e condenado em Conselho de Guerra a seis meses de prisão levando-se em conta o tempo de prisão já sofrida: o Tribunal confirmou essa sentença para condenar o réu a um ano de prisão com trabalho, advertindo ao Conselho de Guerra que não podia em sua sentença, e na condenação proferida levar em conta o tempo de prisão anterior do mesmo réu; 5º do carpinteiro da Armada Romualdo José Soares, acusado de insubordinação e condenado em Conselho de Guerra, a baixa do serviço, e expulsão com infâmia; esta sentença foi reformada para dar-se ao réu a de um ano de prisão com trabalho; 6º dos soldados Manoel Nunes Gonçalves e Antonio Vieira Ramos, acusados de extravio de objetos da Fazenda Nacional e condenados em Conselho de Guerra a três meses de prisão com trabalho, cada um dos réus, o que foi confirmado; e 7º do soldado João Baptista de Jesus, acusado de tentativa de morte, e absolvido no Conselho de Guerra, o que foi confirmado. O Sr. Desembargador Magalhães Castro relatou os seguintes: 1º do imperial marinheiro Antonio Luiz Teixeira, acusado de deserção em tempo de guerra e condenado em 1ª instância a cinco anos de galés; esta sentença foi reformada para se lhe impor a de dois anos de prisão com trabalho; 2º do soldado Joaquim Manoel Carlos, acusado de insubordinação, e no Conselho de Guerra condenado a três meses de prisão simples; o Tribunal proferiu o seguinte despacho: volte o processo ao Conselho de Guerra para ser o réu julgado mediante tenções, por ser o crime de que é acusado, daqueles em que cabe a pena capital; 3º do segundo-sargento José Ignacio da Conceição, acusado de roubo, e absolvido em Conselho de Guerra; o Tribunal proferiu o despacho, proferido antecedentemente: volte o processo ao Conselho de Guerra para ser o réu julgado mediante tenções, por ser o crime de que é acusado daqueles em que cabe a pena capital; 4º do soldado Marcelino José Teixeira, acusado de 1ª deserção simples e condenado em Conselho de Guerra a seis meses de prisão, o que foi confirmado;

5º do soldado Pedro Celestino dos Santos, acusado de deserção agra, digo, em tempo de guerra e condenado em primeira instância à morte: o Tribunal reformou esta sentença para dar ao réu a de cinco anos de prisão com trabalho; 6º do cabo de esquadra Paulo Peireira da Silva, acusado de desobediência, e pelo Conselho de Guerra condenado a seis meses de prisão com trabalho, o que foi confirmado; 7º do soldado Profirio José de Souza, acusado de ferimento, e no Conselho de Guerra condenado a um ano de prisão rigorosa: o Tribunal reformou esta sentença para infligir ao réu a de um ano de prisão com trabalho; o Sr. Desembargador Lisboa relatou, finalmente, os processos: 1º do soldado Antonio José Machado, acusado de 1ª deserção simples e no Conselho de Guerra condenado a seis meses de prisão; pelo Tribunal foi esta sentença confirmada; 2º do soldado Antonio Alves Moreno, acusado de 2ª deserção simples e condenado em Conselho de Guerra a dois anos de trabalhos públicos, o que foi confirmado; 3º do soldado Benedicto Corrêa da Silva, acusado de 1ª deserção agravada e condenado em Conselho de Guerra a um ano de prisão, o que foi igualmente confirmado; 4º, finalmente, do clarim João Antonio, acusado de 1ª deserção simples e condenado em Conselho de Guerra a seis meses de prisão. O Tribunal julgou nulo o interrogatório feito ao réu, porque sendo menor de 21 anos não se lhe deu curador na forma da Ordenação Livro 3º, título 41, § 8º, e igualmente julgou nula a sentença do Conselho de Guerra, porque sendo considerada a deserção a primeira, e vindo o réu preso, devia estar incurso no art. 1º, título 4º da Ordenança de 9 de abril de 1805 que trata das primerias deserções simples, copiando-se integralmente o mesmo artigo, como determina a 2ª parte do artigo 6º do Alvará de 4 de setembro de 1765. Em nada mais havendo a tratar-se, o Sr. Conselheiro de Guerra Betancourt, servindo de Presidente, encerrou a Sessão, da qual, eu, o Secretário de Guerra José Joaquim Rodrigues Lopes, lavrei e assinei esta ata.

Barão de Itapagipe {assinatura}

138ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar de Justiça, em 1º de julho de 1871

No 1º dia do mês de julho de mil oitocentos e setenta e um achando-se presentes os Senhores: Conselheiros **Barão de Itapagipe**, **De Lamare**, **Barão da Gávea**, **Barão de Angra** e **Beaurepaire** e Desembargadores **Magalhães Castro** e **Lisboa**, foi aberta a Sessão. Lida e aprovada a ata da antecedente, o Secretário de Guerra deu conta de uma portaria do Ministério da Guerra, remetendo para ser julgado definitivamente o processo de Conselho de Guerra a que fora submetido o soldado Ricardo Lasaro de Sampaio. Em seguida, o Senhor Desembargador Magalhães Castro relatou o processo do 2º tenente de comissão José Pantaleão Barbalho de Vasconcellos, acusado de desrespeitar o seu superior, e no Conselho de Guerra absolvido, o que foi confirmado; e do corneta Joaquim Francisco

Coronha, acusado de 1ª deserção simples e condenado em Conselho de Guerra a seis meses de prisão, o que também foi confirmado. O Sr. Desembargador Lisboa igualmente relatou dois processos: do soldado Manoel Lourenço de Almeida, acusado, como o antecedente réu de 1ª deserção, condenado a seis meses de prisão no Conselho de Guerra, sendo esta sentença confirmada por este Tribunal, e do soldado Manoel Pedro Martins, acusado de 1ª deserção simples, condenado no Conselho de Guerra a seis meses de prisão. Este Tribunal anulou todo o processado no Conselho de Guerra, porque nele funcionaram seis vogais em lugar de sete, como determina a Resolução de 25 de julho de 1821. E nada mais havendo a tratar, o Senhor Conselheiro de Guerra Barão de Itapagipe encerrou a Sessão, como Presidente, e eu, o Secretário de Guerra José Joaquim Rodrigues Lopes, fiz e assinei esta ata.

Betancourt {assinatura}

139ª ATA DA SESSÃO DO CONSELHO SUPREMO MILITAR DE JUSTIÇA, EM 5 DE JULHO DE 1871

Aos cinco dias do mês de julho de mil oitocentos e setenta e um, achando-se presentes os Senhores: Conselheiros **Betancourt**, **Visconde de Tamandaré**, **Caldwell**, **De Lamare**, **Visconde de Santa Teresa**, **Barão da Gávea**, **Aguiar**, **Barão de Angra** e **Beaurepaire** e Desembargadores **Câmara**, **Magalhães Castro** e **Lisboa**, foi aberta a Sessão. Lida e aprovada a ata da antecedente, o Secretário de Guerra deu conta dos seguintes processos de Conselho de Guerra, remetidos pelas Secretarias da Guerra e da Marinha dos soldados Manoel Alexandre Ferreira, Firmino Nemesio da Rocha, João Severiano de Souza, José Joaquim da Silva, e imperiais marinheiros Luis José de Santa Anna, Manoel Simplicio de Macedo Leite; todas 4 portarias tiveram o mesmo despacho: cumpra-se e arquive-se. Em seguida, o Sr. Desembargador Câmara relatou os seguintes processos: 1º do soldado José Rodrigues de Lima, acusado de 1ª deserção simples e condenado em Conselho de Guerra a seis meses de prisão, o que foi confirmado; 2º do soldado Felismino de Barros, acusado do mesmo crime, também condenado a seis meses de prisão, e confirmada a sentença; 3º do corneta do Corpo Militar de Polícia da Corte, acusado de desobediência e condenado a seis meses de prisão, com 8 dias de solitária em cada mês, o que foi confirmado; 4º do 1º sargento do Batalhão Naval Bernardino Guedes Alcanforado, acusado de insubordinação e condenado em Conselho de Guerra a um ano de prisão com trabalho; esta sentença foi por este Tribunal julgada nula por não ter sido precedida por tenções como era mister, e manda o mesmo Tribunal que volte o processo ao Conselho de Guerra para que, procedendo-se à votação por tenções, se profira a sentença de conformidade com as mesmas tenções; 5º do soldado Veriato José de Souza, acusado de insubordinação e condenado em Conselho de Guerra a três meses de prisão; sentença que foi reformada para dar-se ao réu a de seis

meses de prisão com trabalho; 6º do 2º sargento Leonel Antonio Ferreira, acusado de resistência e condenado em Conselho de Guerra a quatro meses de prisão com trabalho nas fortificações, sentença que foi reformada para dar-se ao réu a de quatro meses de prisão simples. O Sr. Desembargador Magalhães Castro relatou: 1º do soldado Manoel Francisco de Oliveira, acusado de 2ª deserção simples e condenado em Conselho de Guerra a dois meses de prisão com trabalho, o que foi confirmado; 2º do soldado Mauricio Ferreira dos Santos, acusado de 1ª deserção simples e condenado em Conselho de Guerra a seis meses de prisão, o que foi confirmado; 3º do soldado Manoel Pereira de Jesus Dias, acusado em Conselho de Guerra de insubordinação e aí condenado em seis meses de prisão simples, foi esta sentença reformada para dar-se ao réu a de seis meses de prisão com trabalho; 4º do alferes Alipio Autran da Matta e Albuquerque, acusado de deserção, e de extraviar dinheiros que havia recebido para fazer pagamentos a empregados do Hospital do Passo da Pátria; e no Conselho de Guerra condenado a ser expulso do serviço pelo segundo crime, e absolvido quanto ao primeiro. Este Tribunal confirmou a sentença do Conselho de Guerra na parte em que absolveu o réu pelo crime de deserção, e reformou-o na parte condenatória para impor-lhe a pena de três anos de prisão, por ser o cometido crime do artigo 18 dos de Guerra. O Sr. Desembargador Lisboa relatou, finalmente, os 3 seguintes processos: 1º do soldado Vicente Ferreira Marcos, acusado de segunda deserção agravada e condenado em Conselho de Guerra a quatro anos de prisão com trabalho, o que foi confirmado; 2º do soldado Manoel de Souza Lima, acusado de 1ª deserção simples e condenado em Conselho de Guerra a dois meses de prisão, o que também foi confirmado; 3º do soldado João Damasceno Bispo, acusado de 1ª deserção simples e condenado em Conselho de Guerra a seis meses de prisão, o que ainda foi confirmado. E nada mais havendo a tratar-se, o Sr. Conselheiro de Guerra Betancourt, servindo de Presidente, encerrou a Sessão, da qual eu, o Secretário de Guerra José Joaquim Lopes, lavrei e assinei essa ata. Antonio Rodrigues de Souza é o corneta de polícia acima {*post scriptum*} Betancourt {assinatura}

140ª Ata da Sessão Conselho Supremo Militar de Justiça, em 8 de julho de 1871

Aos oito dias do mês de julho de mil oitocentos e setenta e um, achando-se presentes os Senhores: Conselheiros de Guerra **Betancourt**, **Visconde de Tamandaré**, **Caldwell**, **De Lamare**, **Barão de Itapagipe**, **Visconde de Santa Teresa**, **Barão da Gávea**, **Barão de Angra** e Desembargadores **Câmara** e **Lisboa**, foi aberta a Sessão. Lida e aprovada a ata da antecedente, o Secretário de Guerra deu conta de 3 portarias do Ministério da Guerra, remetendo para serem julgados definitivamente os processos de Conselho de Guerra a que responderam o furriel Joaquim José da Silva Netto, e os soldados Rafael Francisco dos

Santos, José Vicente Ferreira de Almeida, Isidoro Antonio do Nascimento, Marcelino José, João Nepomoceno Baptista Pinheiro, Lino Joaquim Feliciano Coelho, José Maria Ferreira, Henrique Gaspar, João Simões do Espirito Santo, Laurindo Marçal do Prado, e tambor Manoel Romão de Menezes. Todas 3 portarias tiveram o comum despacho: cumpra-se e arquive-se. Em seguida, o Sr. Desembargador Lisboa relatou os seguintes processos: 1º do soldado de Polícia da Corte Antonio Joaquim de Souza, acusado de 1ª deserção agravada e condenado em Conselho Criminal a quatro meses de prisão, o que foi confirmado; 2º do soldado de Polícia Felippe Moreira da Costa, acusado de 2ª deserção simples, e no Conselho de Guerra condenado a um ano de prisão com trabalho, o que também foi confirmado; 3º do soldado Francelino Candido Barboza, acusado de 1ª deserção simples e no Conselho de Guerra condenado a seis meses de prisão simples; foi esta sentença reformada para absolver-se o réu, visto que justificou plenamente o motivo da sua ausência; e 4º, finalmente, do soldado João José Agostinho, acusado de 1ª deserção simples, e no Conselho de Guerra condenado a seis meses de prisão, sentença que foi confirmada advertem ao auditor que é preciso empregar toda a diligência e cuidado na organização dos processos para não se dar a falta que se encontra no depoimento a folha 13 verso sem estar rubricado pelo oficial interrogante e assinado pela testemunha que depôs. E nada mais havendo a tratar-se, o Sr. Conselheiro de Guerra Betancourt, servindo de Presidente, encerrou a Sessão, da qual eu, o Secretário de Guerra José Joaquim Rodrigues Lopes, escrevi e assinei esta ata.

Betancourt {assinatura}

141ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar de Justiça, em 12 de julho de 1871

Aos doze dias do mês de julho de mil oitocentos e setenta e um, achando-se presentes os Senhores: Conselheiros **Betancourt**, **Caldwell**, **De Lamare**, **Barão da Gávea**, **Barão de Angra**, **Beaurepaire** e Desembargadores **Câmara**, **Magalhães Castro** e **Lisboa**, foi aberta a Sessão. Lida e aprovada a ata da Sessão antecedente, o Secretário de Guerra deu conta de uma portaria do Ministério da Guerra, enviando para serem julgados definitivamente os processos de Conselho de Guerra a que responderam os soldados Dionisio José Barboza, José Antonio de Miranda, Manoel Antonio de Souza Chaves. Em seguida, o Sr. Desembargador Câmara relatou os seguintes processos: do soldado Manoel Antonio de Santa Cruz, acusado do crime de morte, e no Conselho de Guerra absolvido, o que foi confirmado; do soldado Felisberto Lourenço Vidal, acusado de resistência e insubordinação e condenado em Conselho de Guerra a um ano de prisão rigorosa, o que foi também confirmado; do soldado Marcelino Agostinho, acusado de insubordinação e condenado em Conselho de Guerra a um ano de prisão com trabalho nas fortificações, o que ainda foi

confirmado; do imperial marinheiro Agostinho José de Lima, acusado de insubordinação e tentativa de morte contra seu comandante, e no Conselho de Guerra condenado à morte, sentença que foi reformada para dar-se ao réu a de dez anos de galés; os Senhores Conselheiros De Lamare e Barão da Gávea, bem como o Senhor Desembargador Câmara, votaram por pena maior, e o Senhor Barão de Angra assinou-se vencido; do 2º sargento Nicoláo José dos Passos Rosa, acusado de desobediência e condenado em Conselho de Guerra a um mês de prisão nas fortificações, sentença que foi reformada para se lhe dar a de um mês de prisão numa fortaleza; do soldado Antonio Caetano Ferreira, acusado de ferimento e condenado a um ano de galés pelo Conselho de Guerra, o que foi confirmado; do imperial marinheiro Antonio José Bacuráo, acusado de ferimento e condenado a dois meses de galés pelo Conselho de Guerra, sentença que foi reformada para dar-se ao réu a de seis meses de prisão; e, finalmente, do alferes Jacintho Fagundes da Silva Lima, acusado de ferimento, e absolvido no Conselho de Guerra, o que foi confirmado. Relatou o Senhor Desembargador Magalhães Castro os seis seguintes: do soldado Joaquim Alves da Silva, acusado de 1ª deserção simples, o Conselho de Guerra declinou de sua competência por não ter o réu completado o tempo para deserção, o que foi confirmado; do soldado Francisco Gomes, acusado de 1ª deserção agravada e condenado em Conselho de Guerra a um ano de prisão, o que foi confirmado; do soldado João Pereira Cordolino, acusado de fuga de preso a este confiado, e no Conselho de Guerra condenado a ficar no lugar do preso: sentença esta que foi reformada para absolver-se o réu; do cabo de esquadra João Antonio Martins, acusado de resistência e ameaça, e no Conselho de Guerra condenado à morte, sentença esta que foi reformada para infligir-se ao réu a de dois anos de prisão com trabalho; do guardião Cornelio José da Rosa, acusado de concorrer para a deserção de uma praça da Armada e condenado em Conselho de Guerra a seis anos de galés, sentença esta que foi reformada para dar-se ao réu a de dois anos de prisão com trabalho; o Sr. Desembargador Câmara votou por seis meses; e, finalmente, do cabo de Imperiais Marinheiros Antonio Vicente Pereira, acusado de insubordinação e insultos contra seus superiores, e condenado em Conselho de Guerra a dez anos de prisão, o que foi reformado para se lhe dar a de cinco anos de prisão com trabalho. O Sr. Desembargador Lisboa, afinal, relatou o do soldado José Pedro dos Santos, acusado de 1ª deserção simples e condenado em Conselho de Guerra a seis meses de prisão, o que foi confirmado; do soldado Antonio Pires Duarte, acusado em Conselho de Guerra de 1ª deserção simples e aí condenado a dois meses de prisão, o que foi confirmado; do soldado Augusto Amante, acusado de 1ª deserção simples, e em Conselho de Guerra condenado a seis meses de prisão, o que foi confirmado; do soldado João Carlos da Silva, acusado de deserção em tempo de guerra, e em 1ª instância condenado à morte, sentença que foi reformada para dar-se ao réu a de cinco anos de prisão com trabalho. E nada mais havendo a tratar-se, o Sr. Conselheiro de Guerra Betancourt, servindo de Presidente, encerrou a Sessão, da qual eu, o Secretário de Guerra José Joaquim Rodrigues Lopes, escrevi e assinei esta ata.

Betancourt {assinatura}

142ª ATA DA SESSÃO DO CONSELHO SUPREMO MILITAR DE JUSTIÇA, EM 15 DE JULHO DE 1871

Aos quinze dias do mês de julho de mil oitocentos e setenta e um, achando-se presentes os Senhores Conselheiros **Betancourt**, **Visconde de Tamandaré**, **Barão de Itapagipe**, **De Lamare**, **Barão da Gávea**, **Barão de Angra**, **Beaurepaire** e Desembargadores **Câmara**, **Magalhães Castro** e **Lisboa**, foi aberta a Sessão. Lida e aprovada a ata da antecedente, o Secretário de Guerra deu conta de duas portarias dos Ministérios da Guerra e da Justiça, remetendo para serem julgados em última instância os processos de Conselho de Guerra a que responderam os soldados José Manoel do Nascimento, Manoel Paulino de Souza Goveia e Antonio dos Santos e o soldado de Polícia Deolindo José da Costa. Cumpra-se e arquive-se, foi o despacho que ambos tiveram. Em seguida, o Sr. Desembargador Câmara relatou os seguintes processos: 1º do soldado Antonio José da Silva, acusado de 1ª deserção agravada, e no Conselho de Guerra condenado a um ano de prisão, o que foi confirmado; 2º do soldado Antonio Joaquim dos Santos, acusado de 1ª deserção simples e condenado em Conselho de Guerra a seis meses de prisão simples, o que também foi confirmado; 3º do soldado Antonio Fernandes de Souza, acusado também de 1ª deserção simples, também condenado em Conselho de Guerra a seis meses de prisão simples, o que igualmente foi confirmado; 4º do soldado José Gomes da Costa Telheiro, acusado ainda de 1ª deserção simples e condenado em Conselho de Guerra a seis meses de prisão, o que foi confirmado; 5º dos réus alferes Nicoláu Diamico, cabo de esquadra Pedro Fogaça da Silva, e soldados Bernabé de Souza, José Antonio de Souza, Graciano de Abreo Leiria e Epifanio Velasquez, acusados todos de falta de cumprimento de deveres, por estarem de guarda à Casa da Mesa de Rendas Gerais, onde se deu um roubo; em Conselho de Guerra foram condenados digo foram todos absolvidos; mas este Tribunal julgou nula a sentença do Conselho de Guerra por ter sido proferida sem que lhe precedessem tenções, e mandou que, procedendo-se à votação por tenções, como de direito, se profira a sentença de conformidade com elas. O Sr. Desembargador Magalhães Castro relatou as 5 seguintes: 1º do soldado Ladisláu José de Souza, acusado de 1ª deserção simples, e em Conselho de Guerra absolvido, o que foi confirmado; 2º do soldado Francisco das Chagas do Nascimento, acusado de deserção em tempo de guerra e condenado à morte em 1ª instância, o que foi reformado para dar-se ao réu a pena de 5 anos de prisão com trabalho; 3º do soldado Antonio Angelo de Faria, acusado de insubordinação e ferimento, e no Conselho de Guerra condenado também à morte, o que foi reformado para se lhe dar a pena de dez anos de prisão com trabalho; o Sr. Conselheiro de Guerra Visconde de Tamandaré assinou-se vencido por condenar o réu à pena maior, e o Sr. Conselheiro de Guerra De Lamare assinou-se vencido sem declaração do motivo porque assim praticava; 4º do anspeçada Firmino José dos Santos, acusado de insubordinação, e no Conselho de

Guerra condenado a um ano de prisão, sentença que foi reformada para se lhe dar a de seis meses de prisão com trabalho; e 5º do grumete Antonio Dias dos Santos, acusado do crime de morte, e no Conselho de Guerra condenado a dez anos de galés, o que foi confirmado. Ultimamente, o Sr. Desembargador Lisboa relatou: 1º o processo do soldado Vicente Moreira da Costa, acusado de 1ª deserção simples e condenado em Conselho de Guerra a seis meses de prisão, sentença que reformada por julgar este Tribunal incurso o réu no artigo 3º, título 4º da Ordenança de 9 de abril de 1805, das primeiras deserções simples, visto ter-se o réu apresentado voluntariamente dentro de 3 meses; 2º do soldado Manoel Jacintho Machado, acusado de 1ª deserção agravada e condenado em Conselho de Guerra a um ano de prisão, o que foi confirmado; 3º do soldado Manoel Felix Ferreira dos Santos, acusado de 1ª deserção agravada, e no Conselho de Guerra condenado a um ano de prisão, o que também foi confirmado; 4º do soldado Cicero Cardozo de Carvalho Carioca, acusado de 1ª deserção simples, e no Conselho de Guerra condenado a dois meses de prisão, fazendo o serviço que lhe pertencer, o que igualmente foi confirmado; e 5º do soldado Bernardino de Souza Sena, acusado de 1ª deserção simples, como o antecedente réu e condenado em Conselho de Guerra a seis meses de prisão, sentença que foi reformada para impor-se ao réu as penas decretadas no artigo 1º, título 4º da Ordenança de 9 de abril de 1805, combinado com o § 5º do artigo único das deserções agravadas, visto estar provado dos autos que o réu desertou, levando de seu armamento o sabre-baioneta. O Conselheiro de Guerra Betancourt assinou-se vencido por não julgar provado ter o réu levado o armamento. E sendo já tarde, o mesmo Sr. Conselheiro, servindo de Presidente, encerrou a Sessão, da qual eu, o Secretário de Guerra José Joaquim Rodrigues Lopes, lavrei e assinei esta ata.

Betancourt {assinatura}

143ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar de Justiça, em 19 de julho de 1871

Aos dezenove dias do mês de julho de mil oitocentos e setenta e um, achando-se presentes os Senhores: Conselheiros de Guerra **Betancourt**, **Barão de Itapagipe**, **Caldwell**, **Barão da Gávea**, **Barão de Angra** e Desembargadores **Câmara**, **Magalhães Castro** e **Lisboa**, foi aberta a Sessão. Lida e aprovada a ata da antecedente, o Secretário de Guerra deu conta de 4 portarias, remetendo para serem julgados definitivamente os processos de Conselho de Guerra a que responderam o capitão-tenente Antonio Pompeo Albuquerque Cavalcante, soldado naval Serafim José do Nascimento, marinheiro Christino de Miranda Ramalho, anspeçada Antonio Teixeira de Andrade, e soldados Felix Pereira da Silva, Alexandrino José dos Santos, Ambrosio Barbalho de Mello, João Antonio Soares, Manoel Antonio e Raymundo Rodrigues Martins. Em seguida, o Sr. Desembargador Câmara relatou os processos: 1º do cabo de esquadra Joaquim Vieira da Silva, acusado de ferimento, e

absolvido no Conselho de Guerra; foi esta sentença reformada para condenar-se o réu a seis meses de prisão; 2º do soldado José Francisco Negreiro, acusado de ferimento e condenado em Conselho de Guerra a carrinho perpétuo, foi esta sentença reformada para condenar-se o réu a dois anos de prisão com trabalho; 3º do soldado Antonio Alves do Rego, acusado de 1ª deserção simples, e no Conselho de Guerra condenado a dois meses de prisão, o que foi confirmado; 4º do cabo de esquadra Luis da França Barros, acusado de crime de morte e condenado a carrinho perpétuo no Conselho de Guerra, sentença que foi reformada para se lhe impor a de dez anos de prisão com trabalho; e 5º dos réus cabo de esquadra Manoel Joaquim de Santa Anna, e soldados Tiburcio Romão e Vicente Carlotino da Gama, acusados de roubo, e no Conselho de Guerra condenados, o 1º (o cabo de esquadra Santa Anna) a cinco anos de prisão com trabalho; e os outros réus a dois anos da mesma prisão com trabalho, cada um. O Sr. Desembargador Magalhães Castro relatou: 1º do soldado Vicente Romano, acusado de 1ª deserção agravada e condenado em Conselho de Guerra a um ano de prisão, o que foi confirmado; 2º do imperial marinheiro Maximiliano da Silva, acusado de ferimento, e no Conselho de Guerra condenado a três meses de galés, sentença esta que foi reformada para impor-se ao réu a de dois anos de prisão com trabalho; 3º do soldado Felix Domingos do Sacramento, acusado de ferimento, e no Conselho de Guerra condenado a um ano de prisão rigorosa, sentença que foi reformada para infligir-se ao réu a de um ano de prisão com trabalho; 4º dos réus cabo de esquadra José de Freitas Cunha, anspeçada Henrique José de Oliveira, soldado José Joaquim Moreira, Pedro José Vasconcellos, Manoel Ignacio Barboza, Jorge da Costa Oliveira Bueno e Julio Ribeiro, acusados de insubordinação e condenados em Conselho de Guerra a um ano de prisão, o que foi confirmado. Finalmente, o Sr. Desembargador Lisboa relatou os seguintes: 1º do soldado João Baptista Cardozo, acusado de 1ª deserção simples, e no Conselho de Guerra condenado a seis meses de prisão, o que foi confirmado; 2º do soldado naval Eusebio José dos Santos, acusado de deserção em tempo de guerra, e no Conselho de Guerra condenado a cinco anos de galés: foi esta sentença reformada para dar-se ao réu a de dois anos de prisão com trabalho; 3º do soldado Braz Brasileiro Cuiabano, acusado de 3ª deserção simples, e no Conselho de Guerra condenado a seis anos de prisão com trabalho, o que foi confirmado; 4º do soldado Serafim dos Anjos, acusado de 1ª deserção agravada, e no Conselho de Guerra condenado a quatro meses de prisão. O Tribunal julgou nulo todo o processado do Conselho de Guerra porque funcionaram seis oficiais em lugar de sete, como determina a Resolução de 25 de julho de 1821. Nada mais havendo a tratar-se, o Sr. Conselheiro de Guerra Betancourt, servindo de Presidente, encerrou a Sessão, da qual eu, o Secretário de Guerra José Joaquim Rodrigues Lopes, escrevi e assinei esta ata.

Betancourt {assinatura}

144ª ATA DA SESSÃO DO CONSELHO SUPREMO MILITAR DE JUSTIÇA, EM 22 DE JULHO DE 1871

Aos vinte e dois dias do mês de julho de mil oitocentos e setenta e um, achando-se presentes os Senhores Conselheiros **Betancourt**, **Barão de Itapagipe**, **Caldwell**, **De Lamare**, **Visconde de Santa Teresa**, **Barões da Gávea** e **de Angra** e **Beaurepaire** e Desembargadores **Câmara**, **Magalhães Castro** e **Lisboa**, foi aberta a Sessão. Lida e aprovada a ata da antecedente, o Secretário de Guerra deu parte de não haver expediente algum. Em seguida, o Sr. Desembargador Câmara relatou os seguintes processos: 1º do alferes Franklin Benjamim Fernandes de Moraes, acusado de mandar castigar um preso, abusando de sua autoridade, e no Conselho de Guerra condenado no grau mínimo dos artigos 104, 105 e 201 do Código Criminal, sentença que foi reformada para condenarem o réu a um ano de prisão em uma fortaleza; 2º do 2º cadete Francisco Antonio da Rocha Tury, acusado em Conselho de Guerra de desobediência, e nele condenado a trabalhar nas fortificações sem designação de tempo; e o Conselho Supremo Militar reformou esta sentença para condenar o réu a seis meses de prisão em uma fortaleza; 3º do 2º sargento Joaquim Antonio Maia, acusado de extravio de objetos da Fazenda Nacional e condenado em Conselho de Guerra a seis meses de prisão, sentença que foi reformada para absolver-se o réu em vista do que consta nos autos; 4º do soldado Ascendino Francisco dos Santos, acusado de ferimento, e no Conselho de Guerra condenado a carrinho perpétuo: foi reformada esta sentença dando-se ao réu a de dois anos de prisão com trabalho. O Sr. Desembargador Magalhães Castro relatou os 3 seguintes: 1º do capitão-tenente Antonio Pompeo de Albuquerque Cavalcanti, acusado de crime de morte, e no Conselho de Guerra absolvido. Este Tribunal proferiu a sentença seguinte: confirmam a sentença do Conselho de Guerra não tendo passado a prejudicial na preliminar sobre ser nulo o processo pela falta do Conselho de Investigação com declaração de culpabilidade ou inocência do réu designadamente. O Sr. Desembargador Câmara assinou-se vencido pela preliminar por entender estar nulo o processo, e bem assim quanto à absolvição; o Sr. Desembargador Magalhães Castro assinou-se vencido quanto à preliminar sobre a nulidade do processo não devia ser instaurado contra o réu comandante; e o Sr. Desembargador Lisboa assinou-se vencido contra a preliminar por julgar nulo o processo; 2º do soldado Francisco Fernandes dos Reis, acusado de 1ª deserção simples, e no Conselho de Guerra condenado a seis meses de prisão, o que foi confirmado; 3º do anspeçada Manoel João Maciel, acusado de crime de morte e condenado em Conselho de Guerra a seis anos de rigorosa prisão, o que foi confirmado. O Sr. Desembargador Lisboa relatou também os 3 seguintes processos: 1º do soldado Antonio Geraldo do Nascimento, acusado em Conselho de Guerra de 1ª deserção agravada, e aí condenado a oito meses de prisão, o que foi confirmado; 2º do soldado Antonio Francisco do Espirito Santo, acusado de 2ª deserção simples, e no Conselho de Guerra condenado no art. 3º, combinado com os artigos 1º e 2º das segundas deserções simples do título 4º da Ordenança de 9 de abril de 1805, sentença que foi confirmada por

este Tribunal com a declaração, porém, de se impor ao réu as penas do artigo 3º, título 4º da Ordenança de 9 de abril de 1805 que trata das segundas deserções simples; 3º, finalmente, do soldado Bonifacio José Claudio, acusado em Conselho de Guerra de 1ª deserção simples, e nele condenado a seis meses de prisão. Este Tribunal não tomou conhecimento do crime de que é acusado o réu por ser uma simples ausência de cinco dias, pois que, ausentando-se em 22 de setembro de 1870, foi capturado em 27 do dito mês e ano, e assim compete ser julgado conforme o artigo 2º, título 3º da Ordenança de 9 de abril de 1805. Antes de acabar a Sessão, retiraram-se o Sr. Conselheiro de Guerra Caldwell e Vogal Beaurepaire. O Sr. Conselheiro de Guerra Betancourt, servindo de Presidente, a encerrou, e eu, o Secretário de Guerra José Joaquim Rodrigues Lopes, lavrei dela esta ata que assinei.

Betancourt {assinatura}

145ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar de Justiça, em 26 de julho de 1871

Aos vinte e seis dias do mês de julho de mil oitocentos e setenta e um, achando-se presentes os Senhores Conselheiros de Guerra **Betancourt**, **Visconde de Tamandaré**, **Barão da Gávea**, **Barão de Angra** e Desembargadores **Magalhães Castro** e Lisboa, foi aberta a Sessão. Lida e aprovada a ata da antecedente com a emenda da palavra: quanto, em lugar da palavra contra, que se vê na primeira linha supra, o Secretário de Guerra deu conta de 3 portarias remetendo para serem julgados definitivamente os processos de Conselho de Guerra a que responderam as seguintes praças Manoel Francisco Lima, Lauriano Antonio Bernardo, Manoel Rodrigues dos Santos, Antonio José de Araujo e Pedro Manoel de Souza, todos do Exército, o 2º tenente da Armada em comissão Bernardino José Moreira, e o soldado naval Pedro Gomes da Silva. Em seguida, o Sr. Desembargador Magalhães Castro relatou os seguintes processos: 1º do soldado Antonio da Roza Dutra, acusado de desobediência, e em Conselho Criminal condenado a seis meses de prisão com oito dias na solitária em cada mês; foi esta sentença reformada para dar-se ao réu a de 3 meses de prisão; 2º do soldado Antonio Bibiano de Paula, acusado em Conselho de Guerra de 2ª deserção agravada e nele condenado a quatro anos de prisão com trabalho, o que foi confirmado; 3º do soldado Manoel Lourenço da Silva, acusado de 1ª deserção simples e condenado em Conselho de Guerra a seis meses de prisão, o que foi confirmado; 4º do soldado Felisardo Pedro d'Alcantara, acusado de inutilizar-se para o serviço, e no Conselho de Guerra condenado a carrinho perpétuo, o que foi reformado para absolver-se o réu; e 5º do soldado Marcelino José Valentim, acusado em Conselho de Guerra de 1ª deserção simples, e nele condenado a seis meses de prisão, o que foi confirmado. O Sr. Desembargador Lisboa relatou os 4 seguintes: 1º do soldado Pedro José dos Santos, acusado de 1ª deserção simples e condenado em Conselho de Guerra a seis meses de

prisão, o que foi confirmado; 2º do soldado Mariano Remigio de Mello, acusado do mesmo crime, como o antecedente réu condenado em Conselho de Guerra a seis meses de prisão, o que igualmente foi confirmado; 3º do soldado Candido Francisco, acusado ainda do mesmo crime e condenado em Conselho de Guerra, digo o Conselho de Guerra declinou de sua competência visto não ter o réu completado a deserção, o que foi confirmado; e 4º do soldado Antonio Nunes da Encarnação, acusado de 3ª deserção agravada e condenado em Conselho de Guerra a doze anos de prisão com trabalho; sentença que foi reformada para considerarem o réu incurso no artigo 1º, título 4º da Ordenança de 9 de abril de 1805 das primeiras deserções simples, visto que as outras ausências anteriores, não sendo regularmente processadas, não tiveram meio que as qualificasse como tais, e nem a deserção em país estrangeiro, estando o réu forçado a acompanhar o seu Corpo, não se considera deserção para fora do Reino para ser agravada. E sendo já tarde, o Sr. Conselheiro de Guerra Betancourt, servindo de Presidente, encerrou a Sessão, da qual eu, o Secretário de Guerra José Joaquim Rodrigues Lopes, lavrei e assinei esta ata.

Betancourt {assinatura}

146ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar e de Justiça, em 2 de agosto de 1871

Aos dois dias do mês de agosto de mil oitocentos e setenta e um, achando-se presentes os Senhores: Conselheiros de Guerra **Betancourt**, **Barão de Itapagipe**, **Caldwell**, **De Lamare**, **Barões da Gávea** e **de Angra** e Desembargadores **Câmara** e **Magalhães Castro**, foi aberta a Sessão. Lida e aprovada a ata da antecedente, o Senhor Presidente do Tribunal fez ler o ofício do Sr. Desembargador Lisboa, comunicando-lhe, a fim de o fazer constar, que no dia 1º deste mês entrara no gozo da licença que lhe foi concedida pelo Governo Imperial, conforme o Decreto nº 1.929, de 28 de junho do corrente ano, e o Tribunal ordenou que hoje mesmo se levasse ao conhecimento de Sua Alteza a Princesa Imperial Regente em nome do Imperador a necessidade de nomear-se outro Senhor Desembargador para suprir a falta que aquele faz ao bom andamento do julgamento dos processos. O Secretário de Guerra deu conta de portarias, enviando para serem julgados definitivamente os processos de Conselho de Guerra a que responderam: o tenente reformado João José Basilio Pyrrho, 1º sargento Elesbão Rodrigues de Mello, furriel Militão Alves da Silva e os soldados Manoel de Sousa Homem, João Ricardo Damasceno, Manoel Izidro da Silva, João Paulo, Rufino Ferreira Lima, Antonio Ricardo Bispo e Agostinho José Soares, 2º sargento Francisco de Souza Leite, e os soldados Antonio Felix da Silva, José Candido dos Santos, Manoel Antonio dos Santos, Gerenaldo Manoel Correa, corneta Jacintho Roque, soldado João Dias de Souza, alferes honorário José Maciel de Araujo Rijo, alferes Luis de França Vieira, alferes em comissão Felix Barreto Muniz Telles, e os soldados Rafael de Magalhães, Joaquim Manoel de Santa Anna, Francisco Cyrillo Mendes, Roberto Caetano de Freitas, João Antonio

Fernandes dos Santos e Francisco Fernandes de Jesus e, finalmente, os dois soldados do Corpo Policial da Corte Francisco Fernandes Leitão e Manoel Vicente de Araujo. Em seguida, o Sr. Desembargador Câmara relatou os seguintes processos: 1º do soldado Antonio Joaquim de Sousa, acusado de 1ª deserção simples e condenado em Conselho de Guerra a seis meses de prisão, o que foi confirmado; 2º do soldado Paulino José da Cruz, acusado de 1ª deserção agravada e em Conselho de Guerra condenado a quatro meses de prisão, o que foi igualmente foi confirmado; 3º do soldado Francisco Lourenço da Cruz, acusado também de 1ª deserção agravada e condenado em Conselho de Guerra a um ano de prisão, o que ainda foi confirmado; 4º do soldado Benedicto da Silva, acusado em Conselho de Guerra de 1ª deserção agravada, e aí condenado também a um ano de prisão. O Tribunal reformou esta sentença para condenar o réu a perder o tempo que anteriormente serviu, ficando preso por quatro meses fazendo serviço, que lhe pertencer, visto ter- se apresentado antes dos 3 meses, atento à disposição do artigo 1º do título 4º das deserções simples, combinado com o artigo 2º, e o artigo único do mesmo título da Ordenança de 9 de abril de 1805. O Sr. Desembargador Magalhães Castro relatou 3 a saber do soldado João Pedro, acusado de 1ª deserção simples e condenado em Conselho de Guerra a seis meses de prisão, o que foi confirmado; do soldado Antonio José Gomes, acusado também de 1ª deserção simples, também condenado em Conselho de Guerra a seis meses de prisão, o que foi igualmente confirmado; e, finalmente, do soldado Francisco Antonio do Santos, acusado de 2ª deserção agravada e condenado em Conselho de Guerra a quatro anos de prisão com trabalho; sentença que foi reformada para impor-se se ao réu a pena de um ano de prisão, na forma do artigo 1º, combinado com o artigo único da mesma Ordenança de 9 de abril de 1805, como incurso em deserção primeira agravada. Assinou-se a consulta sobre o pedido do juiz togado que tem de substituir o Sr. Desembargador Lisboa e o Sr. Conselheiro de Guerra Betancourt, servindo de Presidente, encerrou a Sessão, da qual eu, o Secretário de Guerra José Joaquim Rodrigues Lopes, lavrei e assinei esta ata.

Betancourt {assinatura}

147ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar de Justiça, em 5 de agosto de 1871

Aos cinco dias do mês de agosto de mil oitocentos e setenta e um, achando-se presentes os Senhores Conselheiros **Betancourt**, **Visconde de Tamandaré**, **Caldwell**, **Barão de Itapagipe**, **De Lamare**, **Barão da Gávea**, **Aguiar**, **Barão de Angra** e Desembargadores **Câmara** e **Magalhães Castro**, foi aberta a Sessão. Lida e aprovada a ata da antecedente, o Secretário de Guerra deu conta de uma portaria do Ministério da Guerra, enviando para serem julgados em superior instância os processos de Conselho de Guerra a que responderam os soldados Manoel Feliciano, Theophilo Antonio da Silva e Francisco de Souza Santiago. Por incomodado, retirou-se o Sr. Conselheiro de Guerra Caldwell. Em

seguida, o Sr. Desembargador Câmara relatou os seguintes processos: do soldado João Victor de Barros, acusado de 1ª deserção simples e condenado em Conselho de Guerra a seis meses de prisão, o que foi confirmado; do soldado José Antonio de Lira, acusado de 1ª deserção agravada e condenado em Conselho de Guerra a um ano de prisão, sentença que foi reformada para condenar-se o réu a perder o tempo que anteriormente tiver servido, e oito meses de prisão fazendo o serviço que lhe pertencer, indo nos dias de folga uma vez por dia à esquadra do ensino, de conformidade com os artigos 1º e 2º do título 4º da Ordenança de 9 de abril de 1805; do soldado Manoel Nunes Vieira, acusado de 1ª deserção simples e condenado em Conselho de Guerra a seis meses de prisão, o que foi confirmado; do tambor Manoel Francisco Pereira, acusado de 2ª deserção simples e condenado a dois anos de prisão com trabalho, em Conselho de Guerra, o que foi confirmado; e o Sr. Desembargador Magalhães Castro relatou os 5 seguintes: do tenente reformado João José Basilio Pirrho, acusado de conivência de furto, e no Conselho de Guerra absolvido; o Tribunal lançou o seguinte despacho: volte o processo para proceder-se ao julgamento mediante tenções visto ser o crime daqueles a que pode caber a pena capital; do músico Galdino Zeferino Dias, acusado de 1ª deserção simples, e no Conselho de Guerra declinou este de sua competência para o julgamento do réu, visto não ter ele concluído o tempo prescrito por lei; do soldado Eufrasio Alves da Costa, acusado de 1ª deserção agravada e condenado a um ano de prisão pelo Conselho de Guerra, esta sentença foi reformada para impor-se ao réu as penas do artigo 1º do Alvará de 9 de abril de 1805; do soldado Andre Barboza de Souza, acusado de 1ª deserção agravada e condenado a um ano de prisão pelo Conselho de Guerra, o que foi confirmado; do soldado Geraldo Antonio Moreira, acusado de 1ª deserção simples e condenado a seis meses de prisão em Conselho de Guerra, o que também foi confirmado. O Sr. Conselheiro de Guerra Caldwell retirou-se antes de finalizar a Sessão, do qual o Sr. Conselheiro Betancourt, por havê-la levantado, mandou lavrar esta ata, que eu, o Secretário de Guerra José Joaquim Rodrigues Lopes, lavrei e assinei.

Betancourt {assinatura}

148ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar de Justiça, em 9 de agosto de 1871

Aos nove dias do mês de agosto de mil oitocentos e setenta e um achando-se presentes os Senhores Conselheiros de Guerra **Betancourt**, **Barão de Itapagipe**, **Caldwell**, **De Lamare**, **Visconde de Santa Teresa**, **Barão da Gávea** e Desembargadores **Câmara** e **Magalhães Castro**, foi aberta a Sessão, apresentando-se o Sr. Desembargador Francisco Bernardes Soares de Goveia, que segundo a nomeação de Governo Imperial vem substituir o Sr. Desembargador Lisboa. Lida e aprovada a ata da antecedente, o Secretário de Guerra

apresentou 2 portarias do Ministério de Guerra enviando para serem julgados definitivamente os processos de Conselho de Guerra a que responderam: o 2º tenente Oliverio Hermano Cardozo, o tenente graduado Ponciano Ferreira de Souza, o alferes Julio Cesar dos Reis Falcão, e os soldados Francisco Antonio Correa, João Antonio da Silva, Malaquias José de Araujo, Aurelio Bueno da Costa, Manoel Francisco dos Santos Segundo, Herminio José Correa, Paulo Váz de Carvalho. Em seguida, o Sr. Desembargador Câmara relatou os seguintes processos: do soldado Antonio Joaquim Gomes, acusado do crime de morte, e no Conselho de Guerra à mesma condenado, sentença que foi reformada para se dar ao réu a de dez anos de prisão com trabalho; confirmando a decisão do Conselho de Guerra, quanto à morte pelo réu perpetrada na pessoa da mulher de nome Clemencia, pelo 1º fundamento da mesma decisão; dos imperiais marinheiros Januario da Cruz e João José Thomaz, acusados de luta e ferimento recíproco, e no Conselho de Guerra condenados, o primeiro a dezoito meses e o segundo a seis meses ambos de galés, sentença que foi reformada para dar-se ao primeiro um ano, e ao segundo seis meses de prisão com trabalho; do soldado Marcelino Antonio Damasceno, acusado do crime de morte e condenado a carrinho perpétuo em Conselho de Guerra, sentença que foi reformada para se lhe dar somente a de vinte anos de prisão com trabalho; e, finalmente, do major da Guarda Nacional José de Almeida Santos Velho, acusado de falta de cumprimento de deveres, e no Conselho de Guerra absolvido, o Tribunal julgou nula esta sentença por não ter sido precedida por tenções, e manda, portanto, que volte o processo ao Conselho de Guerra para que, procedendo-se à votação por tenções, se profira em conformidade delas a respectiva sentença; os Senhores Conselheiros de Guerra Barão de Itapagipe e De Lamare assinaram-se vencidos. O Sr. Desembargador Magalhães Castro relatou os seguintes: do soldado Pedro Ignacio Ferreira, acusado de 1ª deserção simples e condenado em Conselho de Guerra a seis meses de prisão, o que foi confirmado; do soldado Eugenio dos Santos Ayres, acusado de 1ª deserção agravada e condenado em Conselho de Guerra a um ano de prisão, sentença que foi reformada para impor-se ao réu a pena de oito meses de prisão no calabouço, de onde irá à esquadra do ensino três dias em cada semana de manhã e de tarde, e nos outros fará a limpeza dos quartéis, da praça, ou regimento, na forma dos artigos 1° e 2º do título 4º da Ordenança de 9 de abril de 1805, combinado com o artigo único do mesmo Alvará; do soldado Pedro Antonio de Barros, acusado de 1ª deserção agravada e condenado em Conselho de Guerra a um ano de prisão com trabalho, o que foi confirmado; do soldado Manoel Gomes de Farias, acusado de injúria e intenção de ferimento, e condenado em Conselho de Guerra a um ano de rigorosa prisão, sentença que foi reformada para se lhe dar a de um ano de prisão com trabalho; e, finalmente, do soldado particular José Venancio Baptista, acusado em Conselho de Guerra de desobediência, e nele condenado a seis meses de prisão com trabalho em alguma fortaleza, o que foi confirmado. O Sr. Conselheiro de Guerra Caldwell retirou-se antes de finalizada a Sessão; e por nada mais haver a tratar-se, o Sr. Conselheiro de Guerra

Betancourt, servindo de Presidente, encerrou a mesma Sessão, da qual eu, o Secretário de Guerra José Joaquim Rodrigues Lopes, lavrei e assinei esta ata. Declaro em tempo que o Sr. **Visconde de Tamandaré** foi presente à Sessão a que o Senhor Desembargador, que acima se diz, vem substituir o Sr. Lisboa, é Francisco Soares Bernardes de Goveia.

Visconde de Tamandaré {assinatura}

149ª ATA DA SESSÃO DO CONSELHO SUPREMO MILITAR DE JUSTIÇA, EM 12 DE AGOSTO DE 1871

Existiam Entraram 2

Saíram 17 {anotações à margem da folha}

Aos doze dias do mês de agosto de mil oitocentos e setenta e um, achando-se presentes os Senhores: **Visconde de Tamandaré**, **Barão de Itapagipe**, **De Lamare**, **Visconde de Santa Teresa**, **Barão da Gávea** e Desembargadores **Câmara**, **Magalhães Castro** e **Goveia**, foi aberta a Sessão. Lida e aprovada a ata da antecedente com a pequena emenda que no fim dela se vê, o Secretário de Guerra deu conta de uma portaria do Ministério da Guerra remetendo para serem julgados definitivamente os processos de Conselho de Guerra a que responderam os soldados Francisco Propicio dos Santos e João José Martins, e de outra chegada depois da última Sessão deste Tribunal comunicando a nomeação do Senhor Desembargador Goveia. Em seguida, o Senhor Desembargador Câmara relatou os seguintes processos: dos soldados Manoel Germano, Laurentino Lopes de Oliveira, Manoel Raymundo dos Anjos e João Francisco de Sá, o primeiro, acusado de 1ª deserção simples; o segundo, de 2ª deserção simples; o terceiro, de 1ª deserção agravada; e o quarto, de 3ª deserção também agravada; condenados, o primeiro a seis meses de prisão, o segundo a dois anos de trabalhos públicos, o terceiro a um ano de prisão com trabalho; e o quarto a doze anos de trabalhos públicos, sentenças estas que foram todas confirmadas; do soldado Sabino José de Souza, acusado de 1ª deserção simples e condenado em Conselho de Guerra a doze meses de prisão; foi julgado pelo Tribunal nulo o Conselho de Guerra por ter sido organizado por seis vogais somente, devendo-o ser com sete, e manda que volte o processo para que, procedendo-se a novo Conselho, na forma da lei, se prossiga como é de direito; do imperial marinheiro Raymundo dos Santos, acusado de deserção em tempo de guerra, e pelo Conselho de Guerra condenado a cinco anos de galés, sentença que foi reformada para dar-se ao réu a de dois anos de trabalhos públicos; do soldado Antonio Teixeira Leite, acusado de 1ª deserção simples e condenado em Conselho de Guerra a seis meses de prisão, o que foi confirmado; do soldado Manoel José de Lima, acusado de 1ª deserção simples e condenado em Conselho de Guerra a seis meses de prisão, o que foi confirmado; dos réus, anspeçada Lino José Alves do Valle e tambor Domingos Antonio dos Santos, acusados de crime de desordem e ferimento, e em Conselho de Guerra absolvido o 2º e

não continuado o processo quanto ao 2º, por haver falecido, o que foi confirmado; finalmente, do soldado José Felippe dos Santos, acusado de desobediência, e no Conselho de Guerra condenado a um ano de prisão com trabalho, o que foi confirmado. O Sr. Desembargador Magalhães Castro relatou os 5 seguintes: do soldado Raymundo Silveira de Lira, acusado de 1ª deserção simples, o Conselho de Guerra julgou-se incompetente visto não ter o réu completado a deserção, o que foi confirmado; do soldado Pedro da Fraga, acusado de 1ª deserção simples e condenado em Conselho de Guerra a seis meses de prisão, o que foi confirmado; do soldado Hermogenes Francisco dos Santos, acusado de 1ª deserção simples, como o antecedente réu condenado em Conselho de Guerra a seis meses de prisão, o que também foi confirmado; do soldado Joaquim Luis Pereira, acusado igualmente de 1ª deserção, condenado em Conselho de Guerra a seis meses de prisão, o que também foi confirmado; finalmente, do soldado Cecilio Antonio da Silva, acusado de ferimento, e no Conselho de Guerra condenado na 1ª parte do artigo 8º dos de Guerra, sentença que foi reformada para lhe dar a de um ano de prisão com trabalho, advertindo o Tribunal ao Conselho de Guerra que lhe cumpria impor a pena determinadamente, e não indefinida como fez e vê-se dos autos. O Sr. Desembargador Goveia relatou os 5 seguintes: 1º do soldado Joaquim da Silva Bultrago, acusado em Conselho de Guerra de 1ª deserção agravada, e nele condenado a um ano de prisão, o que foi confirmado; 2º do soldado José Esteves de Lima, acusado de 2ª deserção simples e condenado em Conselho de Guerra a dois anos de trabalhos públicos, o que foi confirmado; 3º do soldado de Polícia da Corte Eduardo José de Marins, acusado de desobediência e condenado em Conselho Criminal a três meses de prisão, o que foi confirmado; 4º do soldado João Vicente Ferreira da Silva, acusado de fuga de preso e condenado em Conselho de Guerra a ser posto no lugar do criminoso, sentença que foi reformada para impor-se ao réu a de três meses de prisão com trabalho; 5º finalmente, do soldado Miguel dos Santos, acusado de crime de morte, e no Conselho de Guerra absolvido; foi reformada esta sentença para infligir-se ao réu a de dez anos de prisão com trabalho. Nada mais havendo a tratar-se, o Sr. Visconde de Tamandaré, servindo de Presidente, encerrou a Sessão, da qual eu, o Secretário de Guerra José Joaquim Rodrigues Lopes, lavrei e assinei esta ata.

Betancourt {assinatura}

150ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar e de Justiça, em 16 de agosto de 1871

Existiam

Entrou 1

Saíram 14 {anotações à margem esquerda da página}

Aos dezesseis dias do mês de agosto de mil oitocentos e setenta e um, achando-se presentes os Senhores: Conselheiros **Betancourt**, **Visconde de Tamandaré**, **Barão de Itapagipe**, **Caldwell**, **De Lamare**, **Barão da Gávea**, **Beaurepaire** e Desembargadores **Câmara**, **Magalhães Castro** e **Goveia**, foi aberta a Sessão. Lida e aprovada a ata da antecedente, o Secretário de Guerra deu conta de duas portarias, a 1ª remetendo para ser julgado definitivamente o processo de Conselho de Guerra a que respondeu o soldado naval Catharino José, e a 2ª declarando que os papéis sujeitos a emolumentos que, de conformidade com o disposto no artigo 5º do Regulamento que baixou com o Decreto nº 4.356, de 24 de abril de 1869, devem ser remetidos à Recebedoria do Rio de Janeiro por meio de um protocolo. Em seguida, o Sr. Desembargador Câmara relatou os seguintes processos: do soldado João Pinto Pereira, acusado de 1ª deserção simples e condenado em Conselho de Guerra a seis meses de prisão, o que foi confirmado; do soldado José Francisco Antonio das Chagas, acusado de igual crime, e igualmente condenado em Conselho de Guerra a seis meses de prisão, sentença que foi reformada para condenar-se o réu como incurso no artigo 3º de título 4º da Ordenança de 9 de abril de 1805, visto constar de sua fé de ofícios ter-se apresentado dentro de 3 meses; dos réus João Baptista de Lima, Romão Felismino Augusto, Luiz Balbino Cordeiro, Constantino José Ferreira e Gustavo Diniz, o 1º, primeiro-sargento, o 2º, anspeçada, e os outros soldados, acusados todos do crime de fuga de presos, e no Conselho de Guerra condenado, o primeiro a ficar no lugar de criminoso, e os outros absolvidos, sentença esta que foi reformada para dar-se ao primeiro três meses de prisão, e aos outros réus, com exceção unicamente de Constantino José Ferreira, a dois meses de prisão; o Sr. Conselheiro Betancourt vencido por ter absolvido os outros réus por falta de prova, os Senhores Desembargadores Câmara e Goveia quanto aos soldados e cabo; do soldado Raimundo Rodrigues de Araujo, acusado de ferimento, e no Conselho de Guerra condenado a carrinho perpétuo: esta sentença foi reformada para dar-se ao réu a de vinte anos de prisão com trabalho; do soldado Paulo Gomes de Azevedo, acusado de deserção em tempo de guerra, e no Conselho de Guerra condenado à morte, sentença que foi reformada para se lhe dar a de cinco anos de prisão com trabalho. O Sr. Desembargador Magalhães Castro relatou os seguintes: do soldado do Corpo Policial da Corte Maximiano da Silva Motta, acusado de desobediência e condenado em Conselho Criminal a seis meses de prisão, com oito dias de solitária em cada mês, o que foi confirmado; do soldado Ignacio Gomes Coutinho, acusado de 1ª deserção agravada e condenado a doze meses de prisão, o que também foi confirmado; do soldado Epifano Manoel Strumpher, acusado de 1ª deserção simples e condenado em Conselho de Guerra a seis meses de prisão, o que também foi confirmado; do imperial marinheiro Vicente digo Manoel Vicente Ferreira do Nascimento, acusado de insubordinação e condenado em Conselho de Guerra a um ano de prisão; foi esta sentença reformada para se lhe dar dois anos de prisão com trabalho. O Sr. Desembargador Goveia relatou, finalmente, os cinco seguintes processos: 1º do soldado Manoel Cardozo, acusado de 1ª deserção agravada e condenado em 1ª instância a doze

meses de prisão, o que foi confirmado; 2º do soldado José Joaquim de Campos, acusado de 1ª deserção simples e condenado em Conselho de Guerra a seis meses de prisão, o que foi confirmado; 3º do soldado Manoel Faustino Dias dos Santos, acusado de resistência, e no Conselho de Guerra condenado à morte: esta sentença foi reformada para dar-se ao réu a de doze anos de prisão com trabalho; 4º do soldado Emidio José de Oliveira, acusado de ameaças ao seu superior e condenado à morte pelo Conselho de Guerra, sentença que também foi reformada para dar-se ao réu a de oito anos de prisão com trabalho; e 5º do soldado Antonio Francisco de Souza, acusado em Conselho de Guerra de ferimentos, e aí condenado a um ano de prisão rigorosa, o que foi confirmado. O Sr. Conselheiro de Guerra Caldwell retirou-se antes de terminada esta Sessão, que foi levantada pelo Sr. Conselheiro de Guerra Betancourt, como Presidente, e da qual eu, o Secretário de Guerra José Joaquim Rodrigues Lopes, lavrei e assinei esta ata.

Betancourt {assinatura}

151ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar de Justiça, em 19 de agosto de 1871

Existem 124

Entraram 4

Saíram 13 {anotações à margem direita da página}

Aos dezenove dias do mês de agosto de mil oitocentos e setenta e um, achando-se presentes os Senhores: Conselheiros **Betancourt**, **Visconde de Tamandaré**, **Barão de Itapagipe**, **Caldwell**, **Barão da Gávea** e **Beaurepaire** e Desembargadores **Câmara**, **Magalhães Castro** e **Goveia**, foi aberta a Sessão. Lida e aprovada a ata da Sessão antecedente, o Secretário de Guerra deu conta de 3 portarias enviando processos para serem julgados definitivamente e em que são réus, o soldado naval José Gonçalves de Araujo, e os soldados do Exército Saturnino José da Costa, José Francisco de Abreo e Etelvino Americo Fernandes. Em seguida, o Sr. Desembargador Câmara relatou os seguintes processos: do soldado do Corpo de Polícia da Corte Gregorio Lourenço de Freitas, acusado de 2ª deserção simples e no Conselho Criminal condenado a servir na primeira linha por quatro anos e meio, o que foi confirmado; do soldado Sebastião Ignacio Nobre, acusado de 1ª deserção simples, e no Conselho de Guerra condenado a seis meses de prisão, o que também foi confirmado; do soldado João Gonçalves da Silva, acusado de 1ª deserção simples, e no Conselho de Guerra condenado também a seis meses de prisão, o que igualmente foi confirmado; o Sr. Desembargador Magalhães Castro relatou o do soldado José Pereira da Costa, acusado de 1ª deserção simples, o Conselho de Guerra declinou de sua competência para o julgamento, visto ter o réu se apresentado dentro de oito dias, decisão esta que foi confirmada; do soldado Silvestre José de Souza Barboza, acusado em

Conselho de Guerra de 1ª deserção simples como a respeito do antecedente réu, o Conselho julgou-se incompetente para o julgamento, e pelos mesmos fundamentos. O Tribunal proferiu igual decisão; do soldado Bernardo da Conceição, acusado de ferimento e condenado em Conselho de Guerra a carrinho perpétuo, sentença que foi reformada para dar-se ao réu a de um ano de prisão com trabalho; do soldado Manoel Florentino dos Santos, acusado de injúria e resistência contra seu superior, e no Conselho de Guerra a oito meses de prisão com trabalho nas fortificações, o que foi confirmado. O Sr. Desembargador Goveia relatou, finalmente, os seis seguintes processos: 1º do soldado Ignacio Neves de Araujo, acusado de 3ª deserção agravada e condenado em Conselho de Guerra a doze anos de prisão com trabalho, o que foi confirmado; 2º do soldado Benedicto da Silva Ribeiro, acusado em Conselho de Guerra de 3ª deserção simples e aí condenado a seis anos de prisão com trabalho, sentença esta que foi reformada para considerar-se o acusado como réu de 1ª deserção simples, visto ser ele praça nova do Exército, e para o condenarem a seis meses de prisão, perdendo todo tempo que anteriormente tiver servido; 3º do soldado Faustino Joaquim Soares, acusado de 1ª deserção simples, o Conselho de Guerra declinou de sua competência para o julgamento, visto ter-se o réu apresentado dentro dos oito dias; decisão esta que foi confirmada; 4º do soldado Joaquim Marques de Santa Anna, acusado de 1ª deserção simples, o Conselho de Guerra declinou de sua competência para o julgamento, visto ter-se o réu apresentado dentro dos oito dias, decisão esta que igualmente foi confirmada; 5º do soldado Gabriel José dos Santos, acusado do crime de ferimento e resistência, e condenado à morte em Conselho de Guerra; o Tribunal reformou esta sentença para infligir-se ao réu a de oito anos de prisão com trabalho; e 6º do cabo de esquadra Pedro José Monteiro, acusado de ferimento, e no Conselho de Guerra absolvido, o que foi pelo Tribunal confirmado. Nada mais havendo a tratar-se, o Sr. Conselheiro de Guerra Betancourt, servindo de Presidente, encerrou a Sessão, da qual eu, o Secretário de Guerra José Joaquim Rodrigues Lopes, lavrei e assinei esta ata.

Betancourt {assinatura}

152ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar de Justiça, em 23 de agosto de 1871

Existem 115

Entraram 5

Saíram 12 {anotações à margem da folha}

Aos vinte e três dias do mês de agosto de mil oitocentos e setenta e um, achando-se presentes os Senhores: Conselheiros **Betancourt**, **Barão de Itapagipe**, **Barão da Gávea**, **Aguiar** e **Beaurepaire** e Desembargadores **Câmara**, **Magalhães Castro** e **Goveia**, foi aberta a Sessão. Lida e aprovada a ata da antecedente, o Secretário de Guerra deu conta de duas

portarias uma do Ministério da Guerra, outra do da Marinha, remetendo para serem julgados definitivamente os processos de Conselho de Guerra a que responderam o soldado policial da Corte Benedicto de Moura Fé, e os soldados do Exército Cesario da Cruz Soares, Bernardo José de Lima, Joaquim Mariano da Conceição e José Ricardo da Silva. Em seguida, o Sr. Desembargador Câmara relatou os seguintes processos: do soldado naval Candido José dos Passos, acusado de 1ª deserção simples e condenado em Conselho de Guerra a seis meses de prisão, o que foi confirmado; do tenente honorário Heleodoro Avelino de Souza Monteiro, acusado de desrespeitar a seu superior, e no Conselho de Guerra condenado a um mês de prisão simples, e à multa correspondente à metade do tempo; este Tribunal confirmou a sentença na parte em que condenou o réu a um mês de prisão, mas não na em que o Conselho de Guerra o julgou incurso nos artigos do Código Criminal mencionados na mesma sentença, visto ter o réu incorrido no artigo 7º dos de Guerra; do soldado Manoel Raymundo Brandão, acusado de 1ª deserção simples e condenado em Conselho de Guerra a seis meses de prisão, o que foi confirmado; do cabo de esquadra Francisco de Paula Amorim, acusado de 1ª deserção simples, e como o réu antecedente, condenado em Conselho de Guerra a seis meses de prisão, o que igualmente foi confirmado; e do 2º sargento Luis Antonio da Silva, acusado de ferimentos, e em Conselho de Guerra condenado a um ano de prisão rigorosa, o que foi confirmado; o Sr. Desembargador Magalhães Castro relatou os seguintes: do soldado Francisco Gomes da Silveira, acusado de 1ª deserção agravada e condenado em Conselho de Guerra a doze meses de prisão, o que foi confirmado; do soldado Agostinho da Cunha, acusado de 1ª deserção simples e condenado em Conselho de Guerra a seis meses de prisão, o que foi confirmado; do soldado Henrique Pereira Gomes, acusado do crime de morte, e no Conselho de Guerra absolvido, o que foi confirmado; o Sr. Desembargador Goveia relatou os seguintes: do soldado naval Antonio Francisco de Salles, acusado de deserção em tempo de guerra e condenado a cinco anos de galés pelo Conselho de Guerra, o que foi reformado para se lhe dar a pena de dois anos de prisão com trabalho; do imperial marinheiro Francisco Pereira de Freitas, acusado de resistência e ferimento e condenado em Conselho de Guerra à morte; o Tribunal julgou nulo o processo do Conselho de Guerra por ter nele funcionado o auditor de guerra sem nomeação, ou designação do presidente da província, o Sr. Conselheiro de Guerra De Lamare votou vencido por entender que não havia nulidade no processo, os Senhores Desembargadores Câmara e Magalhães Castro votaram também vencidos, declarando o segundo destes Senhores que nulo será o processo ou o novo julgamento, se o Dr. Costa Correa for substituto do Dr. Freire de Carvalho, não podendo ser o réu julgado duas vezes; do soldado Virgolino José da Trindade, acusado de 2ª deserção agravada e condenado em Conselho de Guerra a quatro anos de prisão com trabalho, o que foi confirmado; e, ultimamente, a do alferes Candido Carlos de Araujo, acusado em Conselho de Guerra do crime de morte, e nele absolvido, o que foi confirmado. Nada mais havendo a tratar-se, o Sr. Conselheiro de Guerra Betancourt, servindo de Presidente, encerrou a Sessão, da qual eu, o Secretário de Guerra Joaquim José Rodrigues Lopes, lavrei e assinei esta ata.

Betancourt {assinatura}

153ª ATA DA SESSÃO DO CONSELHO SUPREMO MILITAR DE JUSTIÇA, EM 26 DE AGOSTO DE 1871

Existem 108

Entraram 7

Saíram 8 {anotações à margem da folha}

Aos vinte e seis dias do mês de agosto de mil oitocentos e setenta e um, achando-se presente os Senhores: Conselheiros **Betancourt**, **Caldwell**, **Barão da Gávea** e **Beaurepaire** e Desembargadores **Câmara**, **Magalhães Castro** e **Goveia**, foi aberta a Sessão. Lida e aprovada a ata da antecedente, o Secretário de Guerra deu conta de 3 portarias das Secretarias da Guerra e da Marinha enviando para serem julgados em superior instância os processos de Conselho de Guerra a que responderam: os soldados Belarmino Pereira de Mendonça, José Antonio Eufrazio, Manoel Domingues de Menezes e Varand José Maria Felix, soldados navais Theotonio Cardozo dos Santos, Antonio Correa Cavalcante Bispo, e imperial marinheiro Virginio Marques da Cruz. Em seguida, o Sr. Desembargador Câmara relatou os seguintes processos: do 2º cadete Hilario Augusto Cesar de Oliveira, acusado de ferimento e condenado em Conselho de Guerra a seis meses e quinze dias de rigorosa prisão, sentença quefoi reformada para dar-se ao réu um ano de prisão em uma fortaleza, dando-se-lhe depois baixa do serviço; o Sr. Desembargador Magalhães Castro relatou os seguintes: do soldado Gregorio Antonio, acusado de 1ª deserção agravada e condenado em Conselho de Guerra a doze meses de prisão, o que foi confirmado; do soldado Manoel Felippe Santiago, acusado de 1ª deserção simples e condenado em Conselho de Guerra a seis meses de prisão, o que também foi confirmado; do soldado Valentim Delgado, acusado também de deserção simples, também condenado em Conselho de Guerra a seis meses de prisão, sentença que foi igualmente confirmada; dos soldados Franklin José Rodrigues, Candido Francisco Rodrigues, Benedicto Antonio Leonel e Florencio Antonio de Jesus, acusados de crime de morte, e no Conselho de Guerra condenados Florencio Antonio de Jesus e Benedicto Antonio Leonel à pena de morte, e absolveu os outros dois réus; o Tribunal reformou a sentença para impor aos réus Florencio Antonio de Jesus e Benedicto Antonio Leonel a pena de vinte anos de prisão com trabalho a cada um, e confirmou-a a respeito dos outros dois réus. O Sr. Desembargador Goveia relatou os 3 seguintes: do soldado Rafael Francisco dos Santos, acusado de 1ª deserção simples e condenado em 1ª instância a seis meses de prisão, o que foi confirmado; do alferes do Corpo de Polícia da Corte Anselmo José Pereira da Silva, acusado de negligência no seu emprego e condenado em Conselho de Guerra dois meses de prisão, o que foi confirmado; e do soldado Izidoro

Antonio do Nascimento, acusado de furto, e no Conselho de Guerra e condenado às penas da 1ª parte do artigo 18 dos de Guerra de 1763. O Tribunal proferiu o seguinte despacho: volte o processo ao Conselho de Guerra para proferir-se nova decisão, visto ser o crime capital e dever ser julgado por via de tenções. O Sr. Conselheiro de Guerra Caldwell e o Sr. Desembargador Câmara, por incomodados, se retiraram antes de finalizada a Sessão; e o Sr. Conselheiro de Guerra Betancourt, servindo de Presidente, encerrou. E eu, o Secretário de Guerra José Joaquim Rodrigues Lopes, lavrei e assinei a esta ata.

Betancourt {assinatura}

154ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar de Justiça, em 30 de agosto de 1871

Existem 107

Entraram 16

Saíram 19 {anotações à margem da folha}

Aos trinta dias do mês de agosto de mil oitocentos e setenta e um achando-se presentes os Senhores Conselheiros de Guerra **Betancourt**, **Barão de Itapagipe**, **Caldwell**, **De Lamare**, **Barão da Gávea** e Desembargadores **Câmara**, **Magalhães Castro** e **Goveia**, foi aberta a Sessão. Lida e aprovada a ata da antecedente, entrou o Sr. Conselheiro de Guerra **Visconde de Tamandaré**. O Secretário de Guerra deu conta de duas portarias do Ministério de Guerra, enviando para serem julgados em última instância os processos de Conselho de Guerra a que responderam o alferes farmacêutico Damião José Soares e os soldados Joaquim José Barboza, Manoel Jacintho da Costa, Marcellino José Antonio Nunes, o tenente reformado João José Basilio Pirrho, 1º sargento José Francisco da Silva e os soldados Laurentino José dos Santos, Sebastião Lopes da Silva, José Duarte Junior, Ignacio José de Souza, Braz Manoel do Nascimento, Francisco Antonio da Silva, Antonio Pereira dos Santos, Pedro José Rodrigues, José Elias, Antonio Alves Ferreira e José Gregorio da Silva. Retirou-se, por incomodado, o Sr. Conselheiro de Guerra Caldwell. Em seguida, o Sr. Desembargador Câmara relatou os seguintes processos: do soldado Dionisio José Barboza, acusado de 2ª deserção agravada e no Conselho de Guerra condenado a dois anos de prisão com trabalho, o que foi confirmado; do soldado José Antonio de Miranda, acusado de 1ª deserção simples e condenado em Conselho de Guerra em seis meses de prisão, o que também foi confirmado; do tambor Manoel Romão de Menezes, acusado de 1ª deserção agravada, e no Conselho de Guerra condenado a um ano de prisão, o que ainda foi confirmada; do soldado João Severiano de Souza, acusado de 1ª deserção simples e condenado também em Conselho de Guerra a seis meses de prisão, o que foi igualmente confirmado; do soldado Francisco José de Santa Anna, condenado a seis meses de prisão,

por 1ª deserção simples, o que foi confirmado; do soldado José Vicente Ferreira de Almeida, acusado de 2ª deserção agravada, e em Conselho de Guerra condenado a quatro anos de prisão com trabalho, sendo esta sentença reformada para condenar-se o réu como incurso no artigo 1º, título 4º da Ordenança de 9 de abril de 1805, combinado com o título único das deserções agravadas por circunstâncias; segundo consta dos assentamentos de praça ser a deserção a 1ª e não a 2ª, como entendeu o Conselho de Guerra em sua sentença; dos soldados Firmino Nemesio da Rocha e Manoel Alexandre Ferreira, acusados de fuga de presos e condenados em Conselho de Guerra a ficarem no lugar do criminoso evadido; foi reformada esta sentença para dar-se aos réus a de um ano de prisão com trabalho a cada um deles; dos soldados Marcelino José e João Nepomoceno, acusados em Conselho de Guerra de deixarem evadir-se um preso que lhes foi confiado, e aí absolvidos o que foi confirmado; finalmente, do soldado Laurindo Marçal do Prado, acusado de ameaçar ferir ao seu camarada, e no Conselho de Guerra condenado a seis meses de rigorosa prisão, o que foi confirmado. O Sr. Desembargador Magalhães Castro relatou os seguintes: do soldado João Mendonça Maria, acusado de 1ª deserção simples e condenado em Conselho de Guerra a quatro meses de prisão, sentença esta que foi reformada para dar-se ao réu a de dois meses de prisão; fazendo o serviço que lhe competir por se ter apresentado dentro dos 3 meses; do imperial marinheiro Christino de Miranda Ramalho, acusado em Conselho de Guerra de 1ª deserção simples, e por ele condenado a um ano de prisão, sentença esta que foi reformada para dar-se visto haver-se o réu apresentado, oito meses de prisão com trabalho; do imperial marinheiro Luis José de Santa Anna, acusado de ferimento, e em Conselho de Guerra condenado a dois anos de galés, foi esta sentença reformada para impor-se ao réu a de cinco anos de prisão com trabalho; do soldado José Maria Ferreira, acusado de fuga de presos, e em Conselho de Guerra absolvido, esta sentença foi reformada para dar-se ao réu a de três meses de prisão com trabalho; o Sr. Conselheiro de Guerra Barão da Gávea assinou-se vencido. O Sr. Desembargador Goveia relatou os seguintes: do soldado Henrique Gaspar, acusado de 1ª deserção simples e condenado em Conselho de Guerra a seis meses de prisão, o que foi confirmado; do soldado Lino Joaquim Feliciano Coelho, acusado de 2ª deserção agravada, e em Conselho de Guerra condenado a quatro anos de prisão com trabalho, o que foi confirmado; assinando-se vencido o Sr. Desembargador Câmara, por entender que o réu deveria ser condenado por primeira deserção, e não por segunda; do soldado Manoel Antonio de Souza Chaves, acusado de 1ª deserção simples e condenado em Conselho de Guerra a dois meses de prisão, o que foi confirmado; do soldado Antonio dos Santos, acusado de 2ª deserção agravada e condenado em Conselho de Guerra a quatro anos de prisão com trabalho; o Tribunal reformou esta sentença para infligir ao réu a de um ano de prisão somente como incurso no artigo único das deserções agravadas combinado com o artigo 1º das primeiras deserções simples; do soldado João Simões do Espirito Santo, acusado de ferimento e condenado em Conselho de

Guerra a carrinho perpétuo, sentença esta que foi reformada para condenar-se o réu a dois anos de prisão com trabalho; e, finalmente, o do soldado Ricardo Lasaro de Sampaio, acusado de desobediência e condenado em Conselho de Guerra a oito meses de prisão com trabalho nas fortificações; esta sentença foi reformada para dar-se ao réu a de seis meses de prisão em uma fortaleza. Os Senhores Conselheiros de Guerra Barão de Itapagipe e De Lamare retiraram-se, por incomodados, antes de acabar a Sessão, que foi encerrada pelo Sr. Conselheiro de Guerra Betancourt, servindo de Presidente, e da qual eu, o Secretário de Guerra José Joaquim Rodrigues Lopes, lavrei e assinei esta ata.

Betancourt {assinatura}

155ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar de Justiça, em 2 de setembro de 1871

Existiam 104

Entraram 7

Saíram 4 {anotações à margem da folha}

Aos dois dias do mês de setembro de mil oitocentos e setenta e um, achando-se presentes os Senhores: Conselheiros **Betancourt**, **Visconde de Tamandaré**, **Barão de Itapagipe**, **De Lamare**, **Barão da Gávea** e **Beaurepaire** e Desembargadores **Magalhães Castro** e **Goveia**, foi aberta a Sessão. Lida e aprovada a ata da antecedente, o Secretário de Guerra deu conta de duas portarias, remetendo para serem julgados definitivamente os processos de Conselho de Guerra a que responderam os soldados Honorio José de Souza, Firmino Bispo do Nascimento, Paulino José dos Santos, Pedro Gomes dos Santos, Sabino Manoel Balbino, Manoel Domingos Ferreira de Oliveira, Jeronimo José do Nascimento. Em seguida, o Sr. Desembargador Magalhães Castro relatou os seguintes processos: do anspeçada José Joaquim da Silva, acusado de 1ª deserção agravada e condenado em Conselho de Guerra a um ano de prisão, o que foi confirmado; do soldado Manoel Paulino de Souza Goveia, acusado de 4ª deserção em Conselho de Guerra, que declinou de sua competência para julgá-la, por lhe parecer não poder existir o crime de 4ª deserção, as praças, que depois do Decreto de 13 de outubro de 1827 cometessem a 3ª deserção, ocorrendo a circunstância de não ter o réu jurado bandeiras. Este Tribunal reformou a sentença para impor ao réu, que reentrou para o Exército depois de haver sido excluído por sentença às penas da 1ª deserção simples. Os Senhores Visconde de Tamandaré e Desembargador Goveia assinaram-se vencidos por considerarem o réu incurso no crime de 3ª deserção. O mesmo Sr. Desembargador Goveia relatou os dois processos seguintes de Deolindo José da Costa, acusado de 1ª deserção simples e condenado no Conselho Criminal a dois meses de prisão; este Tribunal a reformou para dar ao réu somente um mês de prisão; do soldado Francisco

Antonio, acusado de 3ª deserção agravada e condenado em Conselho de Guerra a doze anos de prisão com trabalho, o Tribunal proferiu a respeito o seguinte despacho: desça o processo para juntar-se documento do qual conste que o réu já tinha sido julgado pela 1ª e 2ª deserção, e cumpridas as respectivas sentenças, visto serem vagos os termos da fé de ofícios. O Sr. Conselheiro De Lamare retirou-se, por incomodado, quase ao fechar-se a Sessão, que com efeito foi encerrada pelo Sr. Conselheiro de Guerra Betancourt como Presidente, visto mais nada haver a tratar-se. E eu, José Joaquim Rodrigues Lopes, Secretário de Guerra, lavrei da mesma Sessão esta ata e a assinei.

Betancourt {assinatura}

156ª ATA DA SESSÃO DO CONSELHO SUPREMO MILITAR DE JUSTIÇA, EM 6 DE SETEMBRO DE 1871

Existem 107

Entram 2

Saem 14 {anotações à margem da folha}

Aos seis dias do mês de setembro de mil oitocentos e setenta e um, achando-se presentes os Senhores: Conselheiros **Betancourt**, **Visconde de Tamandaré**, **Barão de Itapagipe**, **De Lamare**, **Barão da Gávea**, **Beaurepaire** e Desembargadores **Câmara**, **Magalhães Castro** e **Goveia**, foi aberta a Sessão. Lida e aprovada a ata da antecedente, o Conselheiro de Guerra deu conta de duas portarias do Ministério da Justiça remetendo para serem julgados definitivamente os processos a que foram submetidos os soldados do Corpo Militar de Polícia da Corte Firmino José Gonçalves e João de Souza. Em seguida, o Sr. Desembargador Câmara relatou os seguintes processos: do soldado José Manoel do Nascimento, acusado de 1ª deserção agravada e condenado em Conselho de Guerra a quatro meses de prisão, o que foi confirmado; do soldado naval Serafim José do Nascimento, acusado também de 1ª deserção agravada e condenado em Conselho de Guerra a doze meses de prisão, o que foi igualmente confirmado; do soldado Felix Pereira da Silva, acusado como os antecedentes réus de 1ª deserção agravada, e como eles condenado em Conselho de Guerra a oito meses de prisão, o que foi ainda confirmado; do soldado Manoel Francisco de Lima, acusado de 1ª deserção simples e condenado a seis meses de prisão pelo Conselho de Guerra, o que foi confirmado; do soldado naval Eduardo José Francisco, acusado do crime de morte e condenado em Conselho de Guerra a oito dias de ferros e perda de 15 dias de soldo, visto se não ter provado a morte, mas somente ofensas físicas na pessoa do falecido, o que foi confirmado. O Sr. Desembargador Magalhães Castro relatou os seguintes: do grumete Joaquim José Antonio, acusado de deserção simples e condenado em Conselho de Guerra a um ano de prisão, vencendo somente a ração a bordo e o fato que

se dá aos sentenciados: sentença esta que foi reformada para se lhe dar somente a de um ano de prisão; do soldado Joaquim Mariano da Conceição, acusado de desobediência e condenado em Conselho de Guerra a seis meses de prisão com trabalho, o que foi confirmado; do tenente João José Basilio Pirrho, acusado de conivência da venda de fardamentos do Estado, e absolvido em Conselho de Guerra, o que foi confirmado; o Sr. Conselheiro de Guerra Visconde de Tamandaré assinou-se vencido por julgar incompetente o foro militar para condenar o réu, e o Sr. Desembargador Câmara também se assinou vencido por votar pela reforma da sentença. O Sr. Desembargador Goveia relatou os seguintes: do soldado João Antonio Soares, acusado de 1ª deserção simples e condenado a dois meses de prisão, o que foi confirmado; do soldado Manoel Antão, acusado de 1ª deserção agravada e condenado a doze meses de prisão em Conselho de Guerra o que foi confirmado; do soldado Lauriano Antonio Bernardo, acusado de 1ª deserção simples e em Conselho de Guerra condenado a seis meses de prisão, o que foi confirmado; do soldado Alexandrino José dos Santos, acusado de ferimentos, e no Conselho de Guerra condenado a carrinho perpétuo, sentença esta que foi reformada para dar-se ao réu a de doze anos de prisão com trabalho; do soldado Pedro Manoel de Souza, acusado de insubordinação, e no Conselho de Guerra condenado nos artigos 1º e 7º dos de Guerra. Este Tribunal proferiu o seguinte despacho: volte o processo para nomear-se novo Conselho, composto de auditor letrado, e proferir-se a sentença mediante tenções; do alferes farmacêutico Damião José Soares, acusado de insubordinação, e no Conselho de Guerra absolvido, o que foi confirmado; os Senhores Conselheiros de Guerra Visconde de Tamandaré e Barão de Itapagipe assinaram-se vencidos. Nada mais havendo a tratar-se, o Sr. Conselheiro de Guerra Betancourt, servindo de Presidente, encerrou a Sessão, da qual eu, o Secretário de Guerra José Joaquim Rodrigues Lopes, lavrei e assinei esta ata.

De Lamare {assinatura}

157ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar de Justiça, em 9 de setembro de 1871

Existem 95

Entram 6

Saíram 7 {anotações à margem da folha}

Aos nove dias do mês de setembro de mil oitocentos e setenta e um, achando-se presentes: os Senhores Conselheiros **De Lamare**, **Visconde de Santa Teresa**, **Barão da Gávea** e **Beaurepaire** e Desembargadores **Câmara** e **Magalhães Castro**, foi aberta a Sessão. Lida e aprovada a ata da antecedente, o Secretário de Guerra deu conta de duas portarias do Ministério da Guerra, enviando para serem julgados definitivamente os processos de

Conselho de Guerra a que responderam os soldados Manoel Borges do Nascimento, Francisco Saraiva da Silva, João Serapião, Bento Manoel da Costa, Felippe José dos Santos e Antonio Luis Fagundes. Em seguida, o Sr. Desembargador Câmara relatou os processos: do corneta Francisco Fernandes de Jesus, acusado de 1ª deserção simples; o Conselho de Guerra declinou de sua competência para julgar o réu, visto não ter ele completado os oito dias, decisão que foi confirmada; do soldado José Candido dos Santos, acusado também de 1ª deserção simples e condenado em Conselho de Guerra a seis meses de prisão, o que foi confirmado; do soldado policial Manoel Vicente de Araujo, acusado de 1ª deserção agravada e condenado em Conselho de Guerra a quatro meses de prisão, o que foi confirmado. O Sr. Desembargador Magalhães Castro relatou os seguintes: do soldado também policial Francisco Fernandes Leitão, acusado de 1ª deserção simples e condenado em Conselho Criminal a dois meses de prisão, o que foi confirmado; do soldado Manoel Rodrigues dos Santos, acusado de 1ª deserção simples e condenado em Conselho de Guerra a seis meses de prisão, o que foi confirmado; do soldado Manoel Antonio dos Santos, acusado de 1ª deserção simples e condenado a seis meses de prisão, o que foi confirmado; do furriel Joaquim José da Silva Neto, acusado de fuga de preso, e absolvido no Conselho de Guerra, o que foi confirmado. E sendo já tarde, o Sr. Conselheiro de Guerra De Lamare encerrou a Sessão, da qual eu, o Secretário de Guerra José Joaquim Rodrigues Lopes, lavrei e assinei esta ata.

Betancourt {assinatura}

158ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar e de Justiça, em 13 de setembro de 1871

Existem 96

Saíram 11 {anotações à margem da folha}

Aos treze dias do mês de setembro de mil oitocentos e setenta e um, achando-se presentes os Senhores: Conselheiros **Betancourt**, **Barão da Gávea**, **Aguiar** e **Beaurepaire** e Desembargadores **Câmara**, **Magalhães Castro** e **Goveia**, foi aberta a Sessão. Lida e aprovada a ata da antecedente, o Secretário de Guerra declarou não haver expediente algum. Em seguida, o Sr. Desembargador Câmara relatou os seguintes processos: do soldado João Antonio Fernandes dos Santos, acusado de 1ª deserção simples e condenado em Conselho de Guerra a seis meses de prisão, o que foi confirmado; do soldado Rafael de Magalhães, acusado do mesmo crime, e como o antecedente réu condenado em Conselho de Guerra a seis meses de prisão, o que foi confirmado; do tenente de comissão da Armada Bernardino José Moreira, acusado em Conselho de Guerra de insubordinação, e nesse Conselho absolvido: este Tribunal reformou esta sentença para condenar o réu a um mês de prisão; do imperial marinheiro Manoel Simplicio de Macedo Leite, acusado de

ferimento, e no Conselho de Guerra condenado a seis anos de galés, o que foi confirmado. O Sr. Desembargador Magalhães Castro relatou os seguintes: do soldado Francisco Cirilo Mendes, acusado de 1ª deserção simples, e no Conselho de Guerra condenado a seis meses de prisão, o que foi confirmado; do soldado Antonio José de Araujo, acusado também de 1ª deserção simples, também condenado em Conselho de Guerra a seis meses de prisão, o que igualmente foi confirmado; do soldado Ambrosio Barbalho de Mello, acusado do crime de ameaças, condenado a um mês de prisão rigorosa pelo Conselho de Guerra: o Tribunal reformou esta sentença para infligir ao réu a de três meses de prisão com trabalho. O Sr. Desembargador Goveia, finalmente, relatou os seguintes: do soldado Pedro Gomes da Silva, acusado em Conselho de Guerra de 1ª deserção simples, e por ele condenado às penas do artigo 66, do Regulamento do Corpo de Imperiais Marinheiros; este Tribunal proferiu o seguinte despacho: volte o processo ao Conselho de Guerra para especificar-se a pena em que foi condenado o réu. O Sr. Desembargador Câmara assinou-se vencido; do soldado Joaquim Manoel de Santa Anna, acusado de 1ª deserção simples e condenado em Conselho de Guerra a dois meses de prisão, o que foi confirmado; do soldado Roberto Caetano de Freitas, acusado de 1ª deserção simples e condenado em Conselho de Guerra a seis meses de prisão; foi esta sentença reformada para considerar-se o acusado como réu de 1ª deserção agravada, e por isso o condena o Tribunal a quatro meses de prisão simples na forma do artigo único das deserções agravadas, combinado com o artigo 3º do título 4º, das deserções simples. O Sr. Desembargador Goveia assinou-se vencido por considerar o crime deserção simples; e ultimamente do soldado Antonio Felix da Silva, acusado de 1ª deserção simples e condenado em Conselho de Guerra a seis meses de prisão, o que foi confirmado. Nada mais havendo a tratar-se, o Sr. Conselheiro de Guerra Betancourt, servindo de Presidente, encerrou a Sessão, da qual eu, o Secretário de Guerra José Joaquim Rodrigues Lopes, lavrei e assinei esta ata.

Betancourt {assinatura}

159ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar de Justiça, em 16 de setembro de 1871

Existiam 85

Entraram 11

Saíram 10 {anotações à margem da folha}

Aos dezesseis dias do mês de setembro de mil oitocentos e setenta e um, achando-se presentes dos Senhores Conselheiros **Betancourt**, **Visconde de Tamandaré**, **Barão de Itapagipe**, **De Lamare** e **Visconde de Santa Teresa** e Desembargadores **Câmara**, **Magalhães Castro** e **Gouvea**, foi aberta a Sessão. Lida e aprovada a ata da antecedente, o

oficial-maior graduado no impedimento do Conselheiro Secretário de Guerra fez a leitura de duas portarias do Ministério da Guerra, enviando para serem definitivamente julgados os processos de Conselho de Guerra a que responderam os soldados Manoel Joaquim Felix, Thomaz Alves de Magalhães, Antonio Joaquim de Moraes, Antonio Fructuozo e Manoel Pedro Martins de Campos; alferes Juvencio Pereira Gomes e os soldados Manoel de Vargas Correa, José Vicente Umbelino, Francisco José Felippe, João Paulo dos Santos e Candido de Souza Rodrigues. Em seguida, o Senhor Desembargador Câmara relatou os seguintes processos: do soldado Manoel de Souza Homem, acusado de 1ª deserção simples; condenado em Conselho de Guerra a seis meses de prisão; foi confirmada a sentença; do 2º sargento Francisco de Souza Leite, acusado de ter mandado castigar um soldado; sendo absolvido em Conselho de Guerra, foi esta sentença reformada para se lhe impor a pena de oito dias de prisão; assinando-se vencido o Senhor Visconde de Tamandaré, por confirmar a sentença do Conselho de Guerra; dos réus corneta Jacintho Roque, e soldado João Dias de Souza, acusados de ferimentos; condenados em Conselho de Guerra à pena de seis meses de prisão com trabalho cada um; foi esta sentença confirmada. O Senhor Desembargador Magalhães Castro relatou os processos seguintes: do 2º sargento João Chrispiniano da Cunha, acusado de extraviar vencimentos das praças do destacamento, e empenhar uma espingarda pertencente à Nação; condenado em Conselho de Guerra nas penas da 1ª parte do artigo 18, na penúltima do artigo 19 e na última do artigo 28 dos de Guerra; mandaram voltar o processo ao Conselho de Guerra para ser julgado mediante tenções na forma da lei; do soldado Umbelino Correa dos Santos, acusado de ferimentos; condenado em Conselho de Guerra na pena da 2ª parte do artigo 8º dos de Guerra; foi esta sentença reformada para se impor ao réu a pena de seis anos de prisão com trabalho; do anspeçada Antonio Teixeira de Andrade, e soldado Raymundo Rodrigues Martins, acusados de ferimentos, sendo condenados pelo Conselho de Guerra a um ano de prisão rigorosa; foi esta sentença reformada para se impor a cada um dos réus a seis meses de prisão com trabalho. O Desembargador Gouvea relatou os seguintes: do soldado João Ricardo Damasceno, acusado de 1ª deserção simples; condenado em Conselho de Guerra a seis meses de prisão; foi esta sentença confirmada; do soldado Generaldo Manoel Correa, acusado de insubordinação; sendo condenado a um ano de trabalho nas fortificações; mandaram voltar o processo ao Conselho de Guerra para se proferir sentença mediante tenções; do cabo de esquadra Manoel Izidro da Silva, acusado de fuga de presos; sendo absolvido em Conselho de Guerra; foi esta sentença confirmada; e do soldado Agostinho José Soares, acusado de ferimentos; condenado pelo Conselho de Guerra a seis meses de rigorosa prisão; foi esta sentença confirmada. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Conselheiro Betancourt, servindo de Presidente, encerrou a Sessão, da qual eu, João Alves Xavier de Mello, oficial-maior graduado, no impedimento do Conselheiro Secretário de Guerra, lavrei e assinei esta ata.

Betancourt {assinatura}

160ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar e de Justiça, em 20 de setembro de 1871

Existiam 86

Entraram 3

Saíram 7 {anotações à margem da folha}

Aos vinte dias do mês de setembro de mil oitocentos e setenta e um, achando-se presentes os Senhores Conselheiros de Guerra **Betancourt**, **Barão de Itapagipe**, **De Lamare**, **Barão da Gávea** e Desembargadores **Magalhães Castro** e **Goveia**, foi aberta a Sessão. Lida e aprovada a ata da antecedente, o Secretário de Guerra deu conta de 3 portarias remetendo para serem julgados definitivamente os processos de Conselho de Guerra a que responderam: o imperial marinheiro Joaquim José de Brito e soldados navais Francisco Barboza e Faustino dos Anjos. Em seguida, o Senhor Desembargador Magalhães Castro relatou os seguintes processos: do soldado João Paulo, acusado de 1ª deserção simples e condenado em Conselho de Guerra a seis meses de prisão, o que foi confirmado; do soldado Francisco de Souza Santiago, acusado de 1ª deserção agravada, e em Conselho de Guerra condenado a um ano de prisão, o que foi igualmente confirmado; do soldado Theophilo Antonio da Silva, acusado também de primeira deserção agravada, como o antecedente réu condenado a um ano de prisão, o que foi confirmado; do soldado Paulo Vaz de Carvalho, acusado de 1ª deserção simples e condenado em Conselho de Guerra a seis meses de prisão, o que também foi confirmado; do soldado João Antonio da Silva, acusado como o antecedente réu de 1ª deserção simples, e como ele condenado em Conselho de Guerra a seis meses de prisão, o que semelhantemente foi confirmado; o Sr. Desembargador Goveia relatou os seguintes: do soldado Herminio José Correa, acusado de 2ª deserção simples e condenado em Conselho de Guerra a dois anos de trabalhos públicos, o que foi confirmado; do soldado Manoel Francisco dos Santos, acusado em Conselho de Guerra de 2ª deserção simples e nele igualmente condenado em 1ª instância a dois anos de trabalhos públicos, o que também foi confirmado. E nada mais podendo tratar-se, o Sr. Conselheiro de Guerra Betancourt, servindo de Presidente, encerrou a Sessão, da qual eu, o Secretário de Guerra José Joaquim Rodrigues Lopes, lavrei e assinei esta ata.

Barão de Itapagipe {assinatura}

161ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar e de Justiça, em 23 de setembro de 1871

Existem 82

Entraram 12

Saíram 6 {anotações à margem da folha}

Aos vinte e três dias do mês de setembro de mil oitocentos e setenta e um, achando-se presentes os Senhores: Conselheiros **Barão de Itapagipe**, **De Lamare** e **Beaurepaire** e Desembargadores **Câmara** e **Goveia**, foi aberta a Sessão. Lida e aprovada a ata da antecedente, o Secretário de Guerra deu conta de uma portaria do Ministério da Guerra, enviando para serem julgados definitivamente os processos de Conselho de Guerra a que responderam os réus, cabo de esquadra José Luis de Santa Anna, e os soldados Cosme Teixeira da Silva, Pedro da Silva, Pedro Antonio Mineiro, José Feliciano, Manoel João da Cruz Amorim, Simplicio Cardozo Varjão, Lucindo Luis Alves, Cyriaco Antonio Benedicto, Joaquim Vieira da Silva, Porfirio Luis de Goveia e Pedro Roque. Em seguida, o Sr. Desembargador Câmara relatou os seguintes processos: do soldado Aurelio Bueno da Costa, acusado de 1ª deserção simples e condenado em Conselho de Guerra a dois meses de prisão; esta sentença foi reformada para infligir-se ao réu somente um mês de prisão em atenção a ser menor; do alferes Felix Barreto Muniz Telles, acusado de desrespeitar o seu comandante, e no Conselho de Guerra absolvido; o Tribunal, porém, reformou a sentença de absolvição para dar ao réu a de quinze dias de prisão; e do soldado Francisco Antonio Correa, acusado de 1ª deserção agravada, e no Conselho de Guerra condenado a doze meses de prisão, o que foi confirmado. O Sr. Desembargador Goveia também relatou 3 processos, a saber: do soldado João José Martins, acusado de 1ª deserção agravada e condenado a doze meses de prisão em Conselho de Guerra, o que foi confirmado; do soldado João Gonçalves de Araujo, acusado de 1ª deserção simples e condenado em Conselho de Guerra a seis meses de prisão, o que foi confirmado; do soldado Catharino José, acusado de fuga de preso, e no Conselho de Guerra absolvido; o Tribunal, porém, reformando esta sentença absolutória o condenou a três meses de prisão com trabalho. Nada mais podendo tratar-se, o Sr. Conselheiro de Guerra Barão de Itapagipe, servindo de Presidente, encerrou a Sessão, da qual eu, o Secretário de Guerra José Joaquim Rodrigues Lopes, lavrei e assinei esta ata.

Betancourt {assinatura}

162ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar e de Justiça, em 30 de setembro de 1871

Existem 88

Entraram 20

Saíram 10 {anotações à margem da folha}

Aos trinta dias do mês de setembro de mil oitocentos e setenta e um, achando-se presentes os Senhores Conselheiros **Betancourt**, **De Lamare** e **Barões da Gávea** e **de Angra** e

Desembargadores **Câmara**, **Magalhães Castro** e **Goveia**, foi aberta a Sessão. Lida e aprovada a ata da antecedente, o Secretário de Guerra deu conta de 7 portarias das Secretarias da Guerra e da Marinha, remetendo para serem julgados em última instância os processos de Conselho de Guerra a que responderam: o 2º cadete José Miguel Picaluga Ramos, o cabo de esquadra José Ferreira da Costa, e os soldados José Procopio da Silva, Luis Maranhão dos Santos, José Pereira Mascarenhas, Raymundo Nonato dos Santos, Firmino José Pereira, Manoel Francisco Cavalcante, Antonio Lauriano da Silva, José Paulo Alves, Honorato Caciano Bispo, Avelino Rodrigues da Cruz, Francisco Xavier da Silva, Chrispim Pereira de Souza, Manoel Antonio Ribeiro, Luciano dos Santos, João Francisco da Silva Segundo, foguista José Luis dos Santos, e imperiais marinheiros Agostinho Pio e Simplicio José da Fonseca. Em seguida, o Sr. Desembargador Câmara relatou os seguintes processos, digo o Sr. Desembargador Magalhães Castro relatou os seguintes processos: do soldado Francisco Propicio dos Santos, acusado de ferimento, e no Conselho de Guerra condenado a carrinho perpétuo, sentença que foi reformada para impor-se ao réu a de um ano de prisão com trabalho; do 1º sargento Elesbão Rodrigues de Mello, acusado de mandar vender um capote que não era seu, e absolvido em Conselho de Guerra, o que foi confirmado; do tenente Ponciano Ferreira de Souza e alferes Julio Cesar dos Reis Falcão, acusados como responsáveis pelo desaparecimento de vários gêneros do Estado, e absolvidos em Conselho de Guerra, o Tribunal proferiu a respeito o seguinte despacho: volte o processo ao Conselho de Guerra para ser proferida a sentença mediante tenções, visto ser o crime daqueles que pode caber a pena de morte. O Sr. Desembargador Goveia relatou os 7 seguintes: do soldado Varand José Maria Felix, acusado de 1ª deserção simples e condenado em Conselho de Guerra a seis meses de prisão, o que foi confirmado; do soldado naval Antonio Correa Cavalcante Bispo, acusado de 1ª deserção simples e condenado em Conselho de Guerra a quatro meses de prisão, o que foi confirmado; do soldado, também naval, Theotonio Cardozo dos Santos, acusado de 1ª deserção simples e condenado em Conselho de Guerra a seis meses de prisão, o que foi confirmado; do soldado Manoel Feliciano, acusado de ferimento e condenado em Conselho de Guerra a um ano de prisão rigorosa; esta sentença foi reformada para impor-se ao réu a de um ano de prisão com trabalho; do soldado José Ricardo da Silva, acusado de ferimento e condenado a carrinho perpétuo pelo Conselho de Guerra; foi reformada esta sentença para dar-se ao réu a de um ano de prisão com trabalho; do 2º tenente Olivio Hermano Cardozo, acusado de desobediência e condenado em Conselho de Guerra a dois meses de prisão, sentença que foi reformada pelo Tribunal para dar ao réu somente oito dias de prisão; dos soldados Malachias José de Araujo e Antonio Teixeira de Barros, acusados de ferimentos recíprocos e condenados em Conselho de Guerra, o primeiro a seis meses de rigorosa prisão; quanto ao segundo, nada decidiu visto ter o réu seguido para o norte; esta sentença foi reformada para dar-se ao réu a de um ano de prisão com trabalho. Nada mais havendo a tratar-se, o Sr. Conselheiro de Guerra Betancourt, servindo de Presidente, encerrou a Sessão, da qual eu, o Secretário de Guerra José Joaquim Rodrigues Lopes, lavrei e assinei esta ata.

Betancourt {assinatura}

163ª ATA DA SESSÃO DO CONSELHO SUPREMO MILITAR DE JUSTIÇA, EM 4 DE OUTUBRO DE 1871

Existem 98

Entraram 20

Saíram 8 {anotações à margem da folha}

Aos quatro dias do mês de outubro de mil oitocentos e setenta e um, achando-se presentes os Senhores: Conselheiros de Guerra **Betancourt**, **Visconde de Tamandaré**, **Barão de Itapagipe**, **De Lamare**, **Barão da Gávea**, **Barão de Laguna**, **Aguiar**, **Barão de Angra** e Desembargadores **Câmara** e **Magalhães Castro**, foi aberta a Sessão. Lida e aprovada a ata da antecedente, o Secretário de Guerra deu conta de várias portarias das Secretarias da Guerra, da Marinha e da Justiça remetendo para serem julgados definitivamente 22 processos de Conselho de Guerra a que responderam: o capitão Francisco José Cardozo Fico, e os soldados João Antonio, José Antonio Flores, Francisco Xavier, Bento José Lourenço, Tomáz Lemos de Sampaio, Luciano José Raymundo, Antonio Francisco Oliveira, José Valerio de Lima, Bernardo Pereira, Clemente José Mariano, Silvestre Clemente, Antonio da Cruz Pereira, Manoel Thomaz Firmino, Francisco Antonio Moreira, José Miguel de Lima, e o tenente graduado José Pantaleão Barbalho de Vasconcellos, soldado naval Pedro Gomes da Silva, e imperiais marinheiros Manoel Felippe de São Thiago, José de Oliveira, João Antonio da Silva, e o soldado policial Jorge de Castro Junior. Em seguida, o Sr. Desembargador Câmara relatou os seguintes processos: do soldado Belarmino Pereira de Mendonça, acusado de 1ª deserção simples e condenado em Conselho de Guerra a seis meses de prisão, o que foi confirmado; do soldado José Francisco de Abreo, acusado do mesmo crime e condenado também em Conselho de Guerra a seis meses de prisão, o que foi igualmente confirmado; do soldado Sebastião Lopes da Silva, acusado de 1ª deserção agravada, e em Conselho de Guerra condenado a quatro meses de prisão, o que foi confirmado; do soldado Antonio Alves Ferreira, acusado de 1ª deserção simples e condenado em Conselho de Guerra a seis meses de prisão, o que foi confirmado; do soldado Pedro José Rodrigues, acusado de 1ª deserção agravada e condenado em Conselho de Guerra a um ano de prisão, o que foi confirmado. O Sr. Desembargador Magalhães Castro relatou os seguintes: do soldado do Corpo de Polícia da Corte Benedicto de Moura Fé, acusado de desobediência, e em Conselho de Guerra condenado a dois meses de prisão; o que foi confirmado; do soldado Bernardo José de Lima, acusado de 1ª deserção simples e condenado em Conselho de Guerra a seis meses de prisão, o que foi confirmado; do soldado Saturnino José da Costa, acusado de 1ª deserção simples. O Conselho de Guerra declinou de sua competência para julgar o réu, visto não ter ele

completado o tempo para deserção, o que foi confirmado. E nada mais havendo a tratar-se, o Sr. Conselheiro de Guerra Betancourt, servindo de Presidente, encerrou a Sessão, da qual eu, o Secretário de Guerra José Joaquim Rodrigues Lopes, escrevi e assinei a esta ata.

Betancourt {assinatura}

164ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar de Justiça, em 7 de outubro de 1871

Existem 110

Entraram 9

Saíram 1 {anotações à margem da folha}

Aos sete dias do mês de outubro de mil oitocentos e setenta e um, achando-se presentes os Senhores: Conselheiros **Betancourt**, **Barão de Itapagipe**, **De Lamare**, **Barão da Gávea**, **Barão de Angra** e **Beaurepaire** e Desembargadores **Câmara** e **Magalhães Castro**, foi aberta a Sessão. Lida e aprovada a ata da antecedente, o Secretário de Guerra deu conta de 2 portarias do Ministério da Guerra, remetendo para serem julgados definitivamente os processos de Conselho de Guerra a que responderam o 2º sargento reformado Henrique Candido da Costa, e os soldados Torquato Manoel Soares, José Raymundo, Gratulino Vieira de Andrade, Antonio Gomes da Silva, João Joaquim da Silva Lobo, José Antonio, José Francisco de Barros, Manoel Theodoro do Espirito Santo e Antão Liberto. Em seguida, o Senhor Desembargador Câmara relatou o processo de Conselho de Guerra a que respondeu o soldado particular Etelvino Americo Fernandes, acusado de 1ª deserção simples o Conselho de Guerra o absolveu, sendo esta sentença confirmada por este Tribunal, assinando-se, porém, vencido o Sr. Desembargador Câmara. E nada mais podendo tratar-se, o Sr. Conselheiro de Guerra Betancourt, servindo de Presidente, encerrou a Sessão, da qual eu, o Secretário de Guerra José Joaquim Rodrigues Lopes, escrevi e assinei esta ata.

Betancourt {assinatura}

165ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar e de Justiça, em 11 de outubro de 1871

Existem 118

Entraram 0

Saíram 12 {anotações à margem da folha}

Aos onze dias do mês de outubro de mil oitocentos e setenta e um, achando-se presentes os Senhores: Conselheiros **Betancourt**, **Barão de Itapagipe**, **De Lamare**, **Barões de Laguna** e

de **Angra**, e **Beaurepaire** e Desembargadores **Câmara** e **Goveia**, foi aberta a Sessão. Lida e aprovada a ata da antecedente, o Secretário de Guerra declarou não haver expediente algum. Em seguida, o Sr. Desembargador Câmara relatou os processos: do soldado Militão Alves da Silva, acusado de ferimento, e no Conselho de Guerra condenado a quinze meses de prisão rigorosa; esta sentença foi reformada para se lhe dar a de dois anos de prisão rigorosa; do soldado Antonio Ricardo Bispo, acusado de ferimentos e condenado a carrinho perpétuo pelo Conselho de Guerra, foi esta sentença reformada para lhe dar a de seis anos de prisão com trabalho; do soldado Rufino Ferreira Lima, acusado de furto, e no Conselho de Guerra condenado a quatro meses de prisão, o que foi confirmado; do soldado Cesario da Cruz Soares, acusado de ferimentos, e no Conselho de Guerra condenado a um ano de prisão rigorosa, o que foi confirmado. O Sr. Desembargador Magalhães Castro relatou: do soldado Manoel Joaquim Felix, acusado de 1ª deserção simples e condenado a seis meses de prisão pelo Conselho de Guerra, o que foi confirmado; dos alferes honorários José Maciel de Araujo Rego e Lucio da França Vieira, acusados de se ter apropriado de dinheiros do seu batalhão; no Conselho de Guerra foram ambos condenados a dois anos de prisão, sentença que foi reformada para se dar a cada um a de quatro anos de prisão com trabalho; o Sr. Conselheiro Beaurepaire assinou-se vencido por votar pela prisão simples; do imperial marinheiro Virginio Marques da Cruz, acusado de insubordinação e condenado à morte em Conselho de Guerra: o Tribunal reformou esta sentença para infligir-se ao réu a de dez anos de prisão com trabalho. O Sr. Desembargador Goveia relatou os 5 seguintes: do soldado José Duarte Junior, acusado de 1ª deserção simples e condenado em Conselho de Guerra a seis meses de prisão, o que foi confirmado; do soldado Laurentino José dos Santos, acusado de 3ª deserção simples e condenado em Conselho de Guerra a seis anos de prisão com trabalho, o que foi confirmado; do soldado José Elias, acusado de 1ª deserção simples e condenado em Conselho de Guerra a seis meses de prisão, o que foi confirmado; do soldado Manoel Domingues de Menezes, acusado em Conselho de Guerra de desobediência, e aí condenado na 1ª parte do artigo 1º dos de Guerra; o Tribunal lançou este despacho: volte o processo ao Conselho para ser o réu julgado mediante tenções; do soldado José Antonio Eufrasio, acusado de 1ª deserção simples e condenado em Conselho de Guerra a seis meses de prisão, o que foi confirmado. Nada mais havendo a tratar-se, o Sr. Conselheiro de Guerra Betancourt, servindo de Presidente, encerrou a Sessão, da qual eu, o Secretário de Guerra José Joaquim Rodrigues Lopes, escrevi e assinei esta ata.

Betancourt {assinatura}

166ª ATA DA SESSÃO DO CONSELHO SUPREMO MILITAR E DE JUSTIÇA, EM 14 DE OUTUBRO DE 1871

Existem 106

Entraram 1

Saíram 10 {anotações à margem da folha}

Aos catorze dias do mês de outubro de mil oitocentos e setenta e um, achando-se presentes os Senhores: Conselheiros **Betancourt**, **Visconde de Tamandaré**, **Barão de Itapagipe**, **De Lamare**, **Visconde de Santa Teresa**, **Barões da Gávea**, **de Laguna** e **de Angra**, e **Beaurepaire**; e Desembargadores **Câmara**, **Magalhães Castro** e **Goveia**, foi aberta a Sessão. Lida e aprovada a ata da antecedente, o Secretário de Guerra deu conta de uma portaria do Ministério da Guerra, remetendo para ser julgado definitivamente o processo de Conselho de Guerra a que respondeu o soldado José Antonio Victorino dos Santos. Em seguida, o Sr. Desembargador Câmara relatou os processos seguintes: do soldado Lucindo Luis Alves, acusado do crime de morte e condenado em Conselho de Guerra a carrinho perpétuo, esta sentença foi reformada para condenar-se o réu a carrinho perpétuo digo a vinte anos de prisão com trabalho; o Sr. Conselheiro Barão de Itapagipe assinou-se vencido; do soldado Luciano dos Santos, acusado de 1ª deserção simples e condenado em Conselho de Guerra a seis meses de prisão, o que foi confirmado; do soldado Candido de Souza Rodrigues, acusado de 1ª deserção simples e condenado em Conselho de Guerra a seis meses de prisão, sentença que foi reformada para condenar-se o réu a quatro meses de prisão perdendo o tempo que anteriormente houver servido, visto constar de seus assentamentos de praça ter-se apresentado antes dos três meses. O Sr. Desembargador Magalhães Castro relatou 1º do soldado Joaquim José Barboza, acusado em Conselho de Guerra de 1ª deserção e de roubo, e aí condenado a dois anos de prisão com trabalho, sentença que foi reformada para condenar-se o réu ao perdimento do tempo que já tiver servido, a seis meses de prisão no calabouço indo à esquadra de ensino três dias de manhã e de tarde em cada semana, e nos outros dias fazendo a limpeza dos quartéis; e não toma o Tribunal conhecimento do fato de haver roubado 26 pares de chinelas por não ter sido o mesmo réu competentemente processado pelo crime de roubo. O Sr. Visconde de Tamandaré assinou-se vencido por julgar dever também condenar-se o réu pelo crime de roubo de gêneros do Estado; e o Sr. Desembargador Câmara declarou que votava unicamente sobre o crime de deserção, e não sobre o mais que se compreende na sentença; 2º do soldado Ignacio José de Souza, acusado de 1ª deserção agravada e condenado em Conselho de Guerra a quatro meses de prisão, o que foi confirmado; 3º dos réus cabo de esquadra Bernardo Pereira, e soldado Clemente José Mariano, Silvestre Clemente e Antonio da Cruz Pereira, acusados de deixar roubar o cofre do batalhão confiado a sua guarda, e condenados a dois anos de prisão cada um deles, levando em conta o tempo em que estão presos; foi esta sentença reformada para conde digo para

absolverem os réus. O Sr. Conselheiro de Guerra Visconde de Tamandaré assinou-se vencido por condenar o réu comandante da guarda, e os Senhores Conselheiros Itapagipe, De Lamare, Visconde de Santa Teresa e Desembargador Câmara assinaram-se vencidos sem declaração alguma. O Sr. Desembargador Goveia relatou os seguintes: do 1º sargento José Francisco da Silva, acusado de ferimentos e condenado em Conselho de Guerra a carrinho perpétuo, o que foi reformado para impor-se ao réu a sentença de um ano de prisão com trabalho; do soldado Marcelino José Antonio Nunes, acusado de 1ª deserção simples e condenado a dois meses de prisão simples o que foi confirmado; do soldado Braz Manoel do Nascimento, acusado de 1ª deserção agravada e condenado em Conselho de Guerra a um ano de prisão com trabalho, o que foi confirmado; e, ultimamente, do soldado Antonio Pereira dos Santos, acusado de ferimentos, e no Conselho de Guerra condenado a quatro anos de rigorosa prisão, sentença que foi reformada para impor-se ao réu a de dois anos de prisão com trabalho. E nada mais havendo a tratar-se, o Sr. Conselheiro de Guerra Betancourt, servindo de Presidente, encerrou a Sessão, da qual eu, o Secretário de Guerra José Joaquim Rodrigues Lopes, Secretário de Guerra lavrei e assinei esta ata.

Betancourt {assinatura}

167ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar e de Justiça, em 18 de outubro de 1871

Existem 97

Entraram 12

Saíram 4 {anotações à margem da folha}

Aos dezoito dias do mês de outubro de mil oitocentos e setenta e um, achando-se presentes os Senhores: Conselheiros **Duque de Caxias**, **Betancourt**, **Visconde de Tamandaré**, **Barão de Itapagipe**, **De Lamare**, **Visconde de Santa Teresa**, **Barões da Gávea** e **de Angra**, e **Beaurepaire** e Desembargadores **Magalhães Castro** e **Goveia**, foi aberta a Sessão. Lida e aprovada a ata da antecedente, o Secretário de Guerra deu conta do seguinte expediente: 4 portarias da Secretaria de Guerra remetendo para serem julgados definitivamente os processos de Conselho de Guerra a que responderam o tenente graduado Ponciano Ferreira de Souza, e o alferes Julio Cesar dos Reis Falcão, e os soldados Antonio José Lopes, Manoel Vicente, Pedro José da Costa, Sabino José de Souza, José Monteiro Lima, Miguel Joaquim da Silva, José Manoel Feliciano e Joaquim Manoel Carlos; e uma do Ministério da Marinha remetendo para o mesmo fim o processo de Conselho de Guerra a que foi submetido o soldado naval Constantino Moreira da Silva. Em seguida, o Sr. Desembargador Magalhães Castro relatou os seguintes processos: do soldado Felippe José dos Santos, acusado de 1ª deserção simples e condenado em Conselho de Guerra a seis meses de prisão, o que foi confirmado. O Sr. Desembargador Goveia relatou os três seguintes: do soldado Paulino José dos Santos, acusado também de 1ª deserção simples em Conselho de Guerra e aí

igualmente condenado a seis meses de prisão, o que foi confirmado; do soldado João de Souza, acusado de 1ª deserção simples, e pelo Conselho Criminal condenado a dois meses de prisão, o que foi igualmente confirmado; e, finalmente, do soldado Francisco Saraiva da Silva, ainda acusado de 1ª deserção simples, também condenado a seis meses de prisão no Conselho de Guerra, o que foi também confirmado. E porque nada mais se pode discutir, o Sr. Conselheiro de Guerra Duque de Caxias, servindo de Presidente, encerrou a Sessão, da qual eu, o Secretário de Guerra José Joaquim Rodrigues Lopes, escrevi e assinei esta ata.

Duque de Caxias {assinatura}

168ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar e de Justiça, em 21 de outubro de 1871

Existem 105

Entraram 10

Saíram 16 {anotações à margem da folha}

Aos vinte e um dias do mês de outubro de mil oitocentos e setenta e um, achando-se presentes os Senhores Conselheiros **Duque de Caxias**, **Betancourt**, **Barão de Itapagipe**, **De Lamare**, **Visconde de Santa Teresa**, **Barão da Gávea**, **Barão de Laguna**, **Barão de Angra** e Desembargadores **Câmara**, **Magalhães Castro** e **Goveia**, foi aberta a Sessão. Lida e aprovada a ata da antecedente, o Secretário de Guerra deu conta de 4 portarias da Repartição da Guerra e 1 da da Marinha, remetendo para serem julgados definitivamente os processos de Conselho de Guerra a que responderam os capitães Pio Guilherme Correa de Mello e Domiciano Luiz dos Santos, e tenente Paulo Luis dos Santos, anspeçada Rufino Soares da Silva Rocha, e soldados Benedicto Antonio Leite da Rocha, João Agapito Pinto, Firmino Teixeira, Francisco Soares Pereira e Antonio Francisco da Silva, e imperial marinheiro Olegario Joaquim Maranhense. Em seguida, o Sr. Desembargador Câmara relatou os processos: do soldado Firmino José Gonçalves, acusado em Conselho Criminal do crime de insubordinação, e aí condenado a seis meses de prisão com oito dias de solitária em cada mês, o que foi confirmado; do soldado Pedro Gomes dos Santos, acusado em Conselho de Guerra de desobediência e nele condenado a um mês de trabalho nas fortificações, o que também foi confirmado; do soldado Firmino Bispo do Nascimento, acusado de 2ª deserção simples e condenado em Conselho de Guerra a dois anos de trabalho públicos, o que também foi confirmado; e do soldado Manoel Jacintho da Costa, acusado de 1ª deserção simples, em Conselho de Guerra e nele condenado a seis meses de prisão, sentença que foi confirmada; o Sr. Desembargador Magalhães Castro relatou os seis seguintes: 1º do soldado João Paulo dos Santos, acusado de 1ª deserção agravada e condenado em Conselho de Guerra a um ano de prisão; sentença que foi reformada para dar-se ao réu a de quatro meses de prisão, por ser a deserção agravada e ter-se o réu

apresentado antes de 3 meses; 2º do soldado Antonio Luis Fagundes, acusado de tentativa de morte e condenado em Conselho de Guerra a três anos de prisão com trabalho, o que foi confirmado; 3º do soldado José Gregorio da Silva, acusado de ferimento, e no Conselho de Guerra condenado a doze anos de prisão com trabalho, o que foi igualmente confirmado; 4º dos soldados Manoel Domingues Ferreira de Oliveira e Jeronimo José do Nascimento, acusados de ferimentos recíprocos, e no Conselho de Guerra absolvidos: este Tribunal reformou a sentença para condenar a cada um dos réus a quatro meses de prisão com trabalho; 5º do 2º sargento Henrique Candido da Costa, acusado de desobediência, e no Conselho de Guerra condenado a um ano de trabalho nas fortificações; esta sentença foi reformada para absolver-se o réu; e 6º do soldado Honorio José de Souza, acusado de desobediência, e no Conselho de Guerra condenado a dois anos de prisão com trabalho em alguma fortaleza, o que foi confirmado. Finalmente, o Sr. Desembargador Goveia relatou também seis processos: 1º do soldado Manoel de Vargas Correa, acusado de 1ª deserção simples e condenado em Conselho de Guerra a seis meses de prisão, o que foi confirmado; 2º do soldado Sabino Manoel Balbino, acusado de ferimento, e no Conselho de Guerra condenado à morte; sentença que foi reformada para se lhe dar a de vinte anos de prisão com trabalho; o Sr. Conselheiro Barão de Angra assinou-se vencido por votar em maior pena; 3º do soldado Manoel Borges do Nascimento, acusado de 2ª deserção agravada e condenado em Conselho de Guerra a quatro anos de prisão com trabalho, o que foi confirmado; 4º do soldado Bento Manoel da Costa, acusado de desobediência e condenado em Conselho de Guerra a dois anos digo a dois meses de prisão com trabalho nas fortificações, o que foi confirmado; 5º do soldado João Serapião, acusado em Conselho de Guerra de ferimentos, e aí condenado a seis meses de prisão rigorosa, o que foi confirmado; e, enfim, 6º do soldado Francisco José Felippe, acusado de 1ª deserção simples e condenado em Conselho de Guerra a seis meses de prisão, o que foi confirmado. E nada mais havendo a tratar-se, o Sr. Conselheiro Duque de Caxias, servindo de Presidente, encerrou a Sessão, da qual eu, o Secretário de Guerra José Joaquim Rodrigues Lopes, escrevi e assinei esta ata.

Duque de Caxias {assinatura}

169ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar, em 25 de outubro de 1871

Existem 91

Entraram 17

Saíram 47 {anotações à margem da folha}

Aos vinte e cinco dias do mês de outubro de mil oitocentos e setenta e um, achando-se presentes os Senhores: Conselheiros **Duque de Caxias**, **Betancourt**, **Barão de Itapagipe**,

De Lamare, **Visconde de Santa Teresa**, **Barão da Gávea**, **Barão de Angra**, **Beaurepaire** e Desembargadores **Câmara**, **Magalhães Castro** e **Goveia**, foi aberta a Sessão. Lida e aprovada a ata da antecedente, entrou o Sr. Conselheiro **Visconde de Tamandaré**. O Secretário de Guerra deu conta de 3 ofícios digo portarias da Secretaria de Guerra, remetendo para serem julgados definitivamente os processos de Conselho de Guerra a que responderam o 1º cadete José Barbalho Bezerra Junior, o 2º sargento graduado José Ignacio da Conceição e Souza, e os soldados Manoel Luis de Souza, digo Manoel Luis dos Reis, Manoel Mathias de Souza, João Paulista, Raymundo Mathias, Manoel José do Nascimento, Silvino Antonio da Silva, Napoleão Clementino de Oliveira Borges; João de Deos da Costa, Gonçalo Francisco, José Martiniano de Oliveira, Antonio José de Lima, Belmiro de Souza, Simplicio Antonio da Roza, Salvador Terencio, José Francisco de Freitas, Belarmino José da Silva e José Antonio de Oliveira. Em seguida, o Sr. Desembargador Câmara relatou 15 processos do soldado Gratulino Vieira de Andrade, acusado de 1ª deserção simples, e em Conselho de Guerra condenado a seis meses de prisão, o que foi confirmado; do soldado Antonio José Lopes, acusado do mesmo crime, condenado à mesma pena, o que foi confirmado; do soldado Simplicio Cardozo Varjão, acusado do mesmo crime, condenado à mesma pena, o que foi confirmado; do soldado João Francisco da Silva Segundo, acusado do mesmo crime, condenado à mesma pena o que foi confirmado; do soldado Francisco Antonio Moreira, acusado do mesmo crime, condenado em Conselho de Guerra a dois meses de prisão, o que foi confirmado; do corneta José Vicente Umbelino, acusado do mesmo crime, condenado à mesma pena, o que foi confirmado; do soldado José Procopio da Silva, acusado do mesmo crime, condenado à mesma pena, o que foi confirmado; do soldado Manoel Theodoro do Espirito Santo, acusado do mesmo crime, condenado à mesma pena, o que foi confirmado; do soldado Cosme Ferreira da Silva, acusado de 1ª deserção agravada condenado em Conselho de Guerra a um ano de prisão, o que foi confirmado; do soldado Manoel Francisco Cavalcante, acusado do mesmo crime e condenado à mesma pena, o que foi confirmado; do soldado Chrispim Pereira de Souza, acusado do mesmo crime, condenado à mesma pena, o que foi confirmado; do soldado Faustino dos Anjos, acusado do mesmo crime, condenado à mesma pena, o que foi confirmado; do soldado José Paulo Alves, acusado de 1ª deserção simples, o Conselho declinou de sua competência por não ter o réu completado a deserção, o que foi confirmado; do soldado Antonio Lauriano da Silva, acusado do mesmo crime, o Conselho de Guerra declinou de sua competência para julgá-lo pelo mesmo motivo, o que foi confirmado; do soldado Firmino José Pereira, acusado do mesmo crime, o Conselho de Guerra também declinou de sua competência para julgá-lo pelo mesmo motivo, o que também foi confirmado. O Sr. Desembargador Magalhães Castro relatou os seguintes processos: dos soldados José Antonio Flores, Antonio Joaquim de Moraes, Antonio Fructuozo e José Pereira Mascarenhas, acusados de 1ª deserção simples, e

todos condenados pelo Conselho de Guerra a seis meses de prisão, o que foi confirmado; dos soldados Pedro da Silva, Adão Liberto, José Francisco Barros, acusados de 1ª deserção agravada, e todos condenados em Conselho de Guerra a um ano de prisão, o que foi confirmado; dos imperiais marinheiros Joaquim José de Brito, Manoel Felippe Santiago e João Antonio da Silva, acusados de 1ª deserção simples, e todos condenados a um ano de prisão, o que foi confirmado; do soldado Manoel Pedro Martins de Campos, acusado de 1ª deserção simples e condenado a seis meses de prisão; este Tribunal reformou a sentença para impor ao réu a pena de dois meses de prisão, visto ter-se ele apresentado dentro de 3 meses, o que devia ter o Conselho de Guerra em consideração; do soldado Francisco Xavier da Silva, acusado de 1ª deserção agravada e condenado em Conselho de Guerra a quatro meses de prisão, o que foi confirmado; dos réus tenente Ponciano Ferreira de Souza e alferes Julio Cesar dos Reis Falcão, acusados de responsabilidade pelo desaparecimento de objetos da Fazenda Nacional sob sua guarda; foram ambos absolvidos no Conselho de Guerra, o Tribunal, porém, reformou esta sentença para impor aos réus a pena de dois meses de prisão e indenização à Fazenda: os Senhores Desembargadores Câmara e Magalhães Castro assinaram-se vencidos; do soldado Pedro Roque, acusado de ferimento, e no Conselho de Guerra condenado a seis meses de prisão rigorosa, o que foi confirmado; do soldado Joaquim Manoel Carlos, acusado de insubordinação, e no Conselho de Guerra condenado a três meses de prisão, sentença que foi reformada para se lhe dar a de três anos de prisão com trabalho; do soldado Thomaz Alves de Magalhães, acusado de ferimento, e no Conselho de Guerra condenado a 3 meses de prisão simples, sentença que foi reformada para se lhe dar a de dois anos de prisão com o trabalho; e, finalmente, a do imperial marinheiro Agostinho Pio, acusado de insubordinação e condenado a sete anos de prisão com trabalho. O Tribunal proferiu o seguinte despacho: volte o processo ao Conselho de Guerra para proceder ao julgamento por tenções, visto ser o réu acusado de crime em que pode caber a pena última. E o Sr. Desembargador Goveia relatou os seguintes: do clarim João Antonio, dos soldados José Raymundo, Pedro José da Costa, Ciriaco Antonio Benedicto e Pedro Antonio Mineiro, acusados cada um deles pelo crime de 1ª deserção simples, e todos condenados pelo Conselho de Guerra a seis meses de prisão, sentenças que foram confirmadas; dos soldados José Miguel de Lima, José Monteiro de Lima e Avelino Rodrigues da Silva, acusado cada um deles pelo mesmo crime acima, e todos condenados em Conselho de Guerra a dois meses de prisão, o que foi confirmado; dos soldados Raymundo Nonnato dos Santos e Luis Maranhão dos Santos, acusado cada um de 1ª deserção agravada, e no Conselho de Guerra condenado cada um a um ano de prisão, o que foi confirmado; do soldado João Valerio de Lima, acusado de 1ª deserção agravada, condenado em Conselho de Guerra a quatro meses de prisão, o que foi confirmado, assinando-se vencido o Sr. Desembargador relator; do soldado José Feliciano, acusado de deserção em tempo de guerra e condenado à morte em Conselho de Guerra. O Tribunal, porém, reformou esta

sentença para impor ao réu a de cinco anos de prisão com trabalho, do soldado policial Jorge de Castro Junior, acusado de 1ª deserção agravada e condenado em Conselho Criminal a quatro meses de prisão, o que foi confirmado; do grumete Olegario Joaquim Maranhense, acusado de deserção em tempo de guerra e condenado em 1ª instância a cinco anos de galés, o que foi confirmado; e ultimamente do soldado do Batalhão Naval, acusado de 1ª deserção simples e condenado às penas do artigo 27 do Regulamento do Batalhão Naval e artigo 80 dos de Guerra da Armada. O Tribunal reformou esta sentença com a seguinte: reformam a sentença do Conselho de Guerra para anularem todo o processado, porque tendo sido o réu acusado por crime previsto no artigo 80 dos da Armada, conforme dispõem os Regulamentos do Batalhão Naval e do Corpo de Imperiais Marinheiros; e dispondo o referido artigo 80 que tais crimes sejam punidos correcionalmente, nenhuma competência tinha o Conselho de Guerra para conhecer do crime de que se trata e para julgá-lo. O Sr. Conselheiro de Guerra De Lamare assinou-se vencido por confirmar a sentença do Conselho de Guerra. E sendo já tarde, o Sr. Conselheiro de Guerra Duque de Caxias, servindo de Presidente, encerrou a Sessão, da qual eu, o Secretário de Guerra José Joaquim Rodrigues Lopes, lavrei e assinei esta ata.

Duque de Caxias {assinatura}

170ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar de Justiça, em 28 de outubro de 1871

Existem 61

Entraram 3

Saíram 22 {anotações à margem da folha}

Aos vinte e oito dias do mês de outubro de mil oitocentos e setenta e um, achando-se presentes os Senhores: Conselheiros **Duque de Caxias**, **Barão de Itapagipe**, **De Lamare**, **Barão da Gávea**, **Barão de Laguna**, **Barão de Angra** e **Beaurepaire** e Desembargadores **Câmara**, **Magalhães Castro** e **Goveia**, foi aberta a Sessão. Lida e aprovada a ata da antecedente com a emenda constante do nome do réu de que trata o último processo julgado na dita Sessão, o qual é Pedro Gomes da Silva, soldado do Batalhão Naval, o Secretário de Guerra deu conta da chegada dos processos seguintes a que responderam o 2º tenente Manoel Joaquim Ayres do Nascimento, e os soldados Manoel Pedro Pascoal, Pedro Francisco da Silva, Domingos Antonio de Souza, Francisco Xavier de Miranda, e Izidoro Antonio do Nascimento, João Baptista Pancada e José Francisco Curinga, e soldados do Batalhão Naval Camillo dos Santos, e Felisberto Teixeira Gularte. Em seguida, o Sr. Desembargador Câmara relatou os seguintes processos: do soldado Firmiano Teixeira, acusado de 1ª deserção simples, e no Conselho de Guerra condenado a seis meses de prisão, o que foi confirmado; dos soldados Simplicio Antonio da Roza, Salvador Terencio,

José Francisco de Freitas, Belarmino José da Silva e José Antonio de Oliveira, acusados de 1ª deserção e condenados em Conselho de Guerra a um ano de prisão, o que foi confirmado; do soldado Bento José Lourenço, acusado de 1ª deserção agravada e condenado em Conselho de Guerra a um ano de prisão, o que foi confirmado; do soldado Manoel Mathias da Silva, acusado de 1ª deserção agravada, condenado a quatro meses de prisão no Conselho de Guerra: este Tribunal reformou a sentença para condenar o réu a dois meses de prisão, visto ter trazido seu armamento quando se apresentou; do soldado Manoel José do Nascimento, acusado de 2ª deserção simples e condenado em Conselho de Guerra a dois anos de trabalhos públicos, o que foi confirmado; do soldado Francisco Soares Pereira, acusado em Conselho de Guerra de 2ª deserção agravada, e aí condenado a quatro anos de trabalhos públicos, o que foi confirmado; do soldado alferes graduado Juvencio Pereira Gomes, acusado de fuga de presos, e absolvido no Conselho de Guerra, o que foi confirmado; do 2º tenente José Pantaleão Barbalho de Vasconcellos, acusado de deixar de pagar as praças do destacamento de que era comandante e de haver empenhado um relógio alheio: foi condenado em Conselho de Guerra a ser expulso do serviço, o que foi confirmado; o Sr. Desembargador Câmara assinou-se vencido por votar em pena menor; do imperial marinheiro José de Oliveira, acusado de deserção, e no Conselho de Guerra condenado a seis meses de prisão, o que foi confirmado; do imperial marinheiro Simplicio José da Fonseca, acusado de resistência e ferimento e condenado à morte no Conselho de Guerra, sentença que foi reformada para se lhe dar a de seis anos de prisão com trabalho; do soldado do Batalhão Naval Francisco Barboza, acusado de insubordinação e condenado em Conselho de Guerra a seis meses de prisão; o Tribunal reformou esta sentença para impor-se ao réu a de um mês de prisão. O Sr. Desembargador Magalhães Castro relatou os seguintes: do soldado Antonio Fernandes da Silva, acusado de 1ª deserção simples e condenado em Conselho de Guerra a seis meses de prisão, o que foi confirmado; do soldado Antonio José de Lima, acusado de 1ª deserção agravada, e no Conselho de Guerra condenado a um ano de prisão, o que foi confirmado; do soldado Antonio Leite da Rocha, acusado de deserção em tempo de guerra e condenado à morte em 1ª instância; este Tribunal, reformando a sentença condenou o réu a cinco anos de prisão com trabalho; do soldado naval Constantino Moreira da Silva, acusado do mesmo crime, e no Conselho de Guerra condenado a cinco anos de galés, o que foi confirmado; do soldado Honorato Caciano Bispo, acusado de desobediência e condenado a um mês de prisão pelo Conselho de Guerra, o Tribunal reformou esta sentença para dar ao réu seis meses de prisão com trabalho; do 2º sargento José Ignacio da Conceição Souza, acusado de subtrair vários gêneros da enfermaria; o Conselho de Guerra o absolveu, e o Tribunal reformou esta sentença para ao réu a pena de dois anos de prisão com trabalho; do tenente Antonio Jorge Moreira, e vinte e sete praças de seu comando acusados de motim: no Conselho de Guerra foram todos os 28 réus absolvidos, mas o Tribunal reformou esta sentença para impor ao tenente comandante a pena de seis meses de prisão, confirmando-a quanto à absolvição das praças de pret. O Sr. Conselheiro de Guerra Duque de Caxias assinou-se vencido por votar por pena maior, bem como o Sr. Desembargador Câmara, e o Sr. Barão de Laguna votou

pela absolvição do tenente em atenção ao tempo que tem tido de prisão, o Sr. Desembargador Magalhães Castro votou pela condenação de todos os réus, e o Sr. Desembargador Goveia assinou-se vencido por condenar os soldados e o tenente à maior pena do que a imposta. O mesmo Sr. Desembargador Goveia relatou os seguintes processos: do soldado Manoel João da Cruz Amorim, acusado de 1ª deserção agravada e condenado em Conselho de Guerra a oito meses de prisão; foi reformada esta sentença para impor-se ao réu a de quatro meses de prisão visto ter-se apresentado dentro de 3 meses; do soldado Manoel Vicente, acusado de 1ª deserção agravada e condenado em Conselho de Guerra a um ano de prisão, o que foi confirmado; do soldado José Manoel Feliciano, acusado de 3ª deserção simples, e no Conselho de Guerra condenado a seis anos de prisão, o que foi confirmado; do soldado Miguel Joaquim da Silva, acusado do mesmo crime e condenado à mesma pena do réu antecedente, o que também foi confirmado; do soldado Manoel Antonio Ribeiro, acusado de insubordinação, no Conselho de Guerra condenado a um ano de prisão, o que foi confirmado; e, finalmente, o do corneta Antonio Gomes da Silva, acusado de insubordinação, e no Conselho de Guerra condenado a seis meses de prisão, o que foi reformado para dar-se ao réu apenas um mês de prisão. E nada mais havendo a tratar-se, o Sr. Conselheiro de Guerra Duque de Caxias, servindo de Presidente, encerrou a Sessão, da qual eu, o Secretário de Guerra José Joaquim Rodrigues Lopes, lavrei e assinei esta ata.

Duque de Caxias {assinatura}

171ª Ata da Reunião do Conselho Supremo Militar de Justiça, em 4 de novembro de 1871

Aos quatro dias do mês de novembro de mil oitocentos e setenta e um, achando-se presentes os Senhores Conselheiros de Guerra **Betancourt**, **Visconde de Tamandaré**, **Barão de Itapagipe**, **De Lamare**, **Visconde de Santa Teresa**, **Barões da Gávea** e **de Angra**, o Sr. Conselheiro Betancourt declarou que não podia haver Sessão, e mandou que eu, o Secretário de Guerra José Joaquim Rodrigues Lopes, lavrasse esta ata, que assino.

Duque de Caxias {assinatura}

172ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar de Justiça, em 8 de novembro de 1871

Existem 40

Entraram 11

Saíram 26 {anotações à margem da folha}

Aos oito dias do mês de novembro de mil oitocentos e setenta e um, achando-se presentes os Senhores Conselheiros de Guerra **Duque de Caxias**, **Betancourt**, **Visconde de Tamandaré**, **De Lamare**, **Barão da Gávea**, **Barão de Angra** e Conselheiro Vogal **Beaurepaire** e Desembargadores **Câmara**, **Magalhães Castro** e **Goveia**, foi aberta a Sessão. Lidas e aprovadas as duas atas da Sessão antecedente, e da reunião em que não pôde haver Sessão, o Secretário de Guerra deu conta de 5 portarias do Ministério da Guerra, e 2 do da Marinha, remetendo para serem julgados em superior instância os processos do Conselho de Guerra a que responderam o 2º tenente Sebastião Ferreira Barboza, e os soldados Sergio José Ferreira, Antonio Francisco Lins Vasconcellos, Avelino Mathias de Salles, Alexandre José Cardozo, José Patricio Marques da Silva, João Ferreira Damaceno, Pedro Antonio dos Santos, Manoel das Neves Randolpho, e imperial marinheiro José Pinto Monteiro Junior, e soldado naval João Augusto de Moraes. Em seguida, o Sr. Desembargador Câmara relatou os seguintes processos: do soldado Sabino José de Souza, acusado de 1ª deserção simples e condenado em Conselho de Guerra a dois meses de prisão visto ter-se apresentado voluntariamente dentro dos três meses, o que foi confirmado; do soldado Domingos Antonio de Souza, acusado do mesmo crime, e condenado em Conselho de Guerra a seis meses de prisão, o que foi confirmado; do soldado José Franciso Curinga, acusado do mesmo crime e condenado em Conselho de Guerra a seis meses de prisão, o que foi confirmado; do soldado Bernabe do Valle Moraes, acusado de 1ª deserção agravada e condenado em Conselho de Guerra a quatro meses de prisão por se ter apresentado dentro dos três meses, o que foi confirmado; do soldado Felisberto Teixeira Gulart, acusado de insubordinação e resistência e condenado em Conselho de Guerra a seis meses de galés, sentença que foi reformada para impor-se ao réu a de seis anos de prisão com trabalho; do clarim José Antonio Victorino dos Santos, acusado de ferimento e condenado à morte em Conselho de Guerra; foi esta sentença reformada para se lhe dar a de carrinho perpétuo; do soldado José Antonio, acusado de desobediência e condenado em Conselho de Guerra a um ano de trabalho nas fortificações, o que foi confirmado; do soldado Silvino Antonio da Silva, acusado de ferimentos e condenado em Conselho de Guerra a carrinho perpétuo, o que foi confirmado; do soldado Francisco Xavier, acusado em Conselho de Guerra de deserção em tempo de guerra, e aí condenado à morte. O Tribunal proferiu a respeito o despacho seguinte: julgam o réu indultado pelo Decreto de 2 de abril de 1870, visto constar estar nele incluído pelo fato de achar-se em processo quando baixou o mesmo Decreto, e, portanto, livre de pena; e, finalmente, do foguista José Luis dos Santos, acusado do crime de morte, e no Conselho de Guerra absolvido, o que foi confirmado. O Sr. Desembargador Magalhães Castro relatou os seguintes: do soldado Adelino Fernandes de Souza, acusado de 1ª deserção agravada e condenado a quatro meses de prisão pelo Conselho de Guerra, por se ter apresentado dentro dos três meses, o que foi confirmado, advertindo-se ao Conselho de Guerra que lhe cumpre declarar sempre a pena na sentença para que a esta nada falte; dos soldados Joaquim Vieira da Silva e Profirio Luis de Gouveia,

acusados ambos de ferimento recíproco, e condenados cada um a seis meses de prisão pelo Conselho de Guerra, o que foi confirmado; do soldado Raymundo Mathias, acusado de 1ª deserção agravada e condenado em Conselho de Guerra a um ano de prisão, o que foi confirmado, advertindo-se ao Conselho de Guerra que cumpre-lhe declarar sempre a pena; do clarim Manoel Luis dos Reis, acusado de insubordinação e ferimentos, e no Conselho de Guerra condenado a quatro anos de prisão rigorosa; foi esta sentença reformada pelo Tribunal para dar-se ao réu a de seis anos de prisão com trabalho; e, finalmente, do soldado Manoel Thomaz Firmino, acusado de insubordinação e condenado em Conselho de Guerra na 1ª parte do artigo 1º dos de Guerra, o que foi reformado para dar-se ao réu a de três anos de prisão com trabalho. O Sr. Desembargador Goveia relatou os seguintes: do soldado João Paulista, acusado de 1ª deserção simples e condenado em Conselho de Guerra a seis meses de prisão, o que foi confirmado; do soldado naval João Augusto de Moraes, acusado de 3ª deserção e condenado em Conselho de Guerra a seis anos de galés, o que foi confirmado; do soldado João de Deos da Costa, acusado de 1ª deserção simples e condenado em Conselho de Guerra a seis meses de prisão, o que foi confirmado; dos réus 1º cadete José Barbalho Bezerra Junior, e soldado Napoleão Clementino de Oliveira, acusados ambos em um só processo de 1ª deserção simples e condenados cada um a seis meses de prisão pelo Conselho de Guerra, o que foi confirmado; do soldado Torquato Manoel Soares, acusado em Conselho de Guerra de ferimento, e aí condenado a carrinho perpétuo; foi esta sentença reformada para impor-se ao réu a de um ano de prisão com trabalho; do soldado Pedro Francisco da Silva, acusado de 1ª deserção simples e condenado em Conselho de Guerra a seis meses de prisão, o que foi confirmado; do soldado João Augusto Pinto, acusado de deserção em tempo de guerra e condenado à morte pelo Conselho de Guerra: foi esta sentença reformada para se lhe dar a de cinco anos de prisão com trabalho; do anspeçada Rufino Soares da Silva Rocha, acusado de ferimento e condenado em Conselho de Guerra a um ano de prisão com trabalho, o que foi confirmado; do soldado naval Camillo dos Santos, acusado em Conselho de Guerra de deserção em tempo de guerra, e aí condenado a cinco anos de galés, o que foi confirmado; do soldado Antonio Francisco de Oliveira, acusado de ferimento e condenado pelo Conselho de Guerra na 2ª parte do artigo 8º dos de Guerra; este Tribunal proferiu o seguinte despacho: volte ao Conselho de Guerra para declarar-se a pena imposta, e advertem ao mesmo Conselho por esta falta; e, finalmente, do soldado João Joaquim da Silva Lobo, acusado de tentativa de morte e condenado em Conselho de Guerra a dois anos de prisão com trabalho; sentença que foi reformada para infligir-se ao réu a de cinco anos de prisão com trabalho. E nada mais havendo a tratar-se, o Sr. Conselheiro de Guerra Duque de Caxias, servindo de Presidente, encerrou a Sessão, da qual eu, o Secretário de Guerra José Joaquim Rodrigues Lopes, escrevi e assinei esta ata.

Duque de Caxias {assinatura}

173ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar e de Justiça, em 11 de novembro de 1871

Existiam 25

Entram 9

Saíram 19 {anotações à margem da folha}

Aos onze dias do mês de novembro de mil oitocentos e setenta e um, achando-se presente os Senhores Conselheiros de Guerra **Duque de Caxias**, **Visconde de Tamandaré**, **Barão de Itapagipe**, **De Lamare**, **Barão da Gávea**, **Aguiar**, **Barão de Angra** e Conselheiro Vogal **Beaurepaire**, bem como os Senhores Desembargadores **Câmara**, **Magalhães Castro** e **Goveia**, foi aberta a Sessão. Lida e aprovada a ata da antecedente, o Secretário de Guerra deu conta de 5 portarias do Ministério da Guerra, remetendo para serem definitivamente julgados os processos de Conselho de Guerra a que responderam os soldados Paulo Ferreira, Francisco Antonio da Silva, Manoel Joaquim de Lima, Balbino Gomes da Silva, Adelino José Rodrigues, Aparicio de Oliveira Leites, Antonio Lourenço, Francisco Felippe de Santiago e Manoel Ferreira da Rocha. Em seguida, o Sr. Desembargador Câmara relatou os seguintes processos: do soldado Pedro Antonio dos Santos, acusado de 1ª deserção simples, e no Conselho de Guerra condenado a seis meses de prisão, o que foi confirmado; do soldado José Patricio Marques da Silva, acusado como o primeiro de 1ª deserção simples, como ele condenado em Conselho de Guerra a seis meses de prisão, o que foi confirmado; do soldado Sergio José Ferreira, acusado de 1ª deserção agravada, e no Conselho de Guerra condenado a um ano de prisão, o que foi confirmado; do cabo de esquadra Luis José de Santa Anna, acusado de receber dinheiros pertencentes a seus camaradas sem dar conta deles e condenado em Conselho de Guerra a seis meses de prisão com trabalho; foi esta sentença reformada para se lhe infligir a de dois anos de prisão com trabalho; do imperial marinheiro José Pinto Monteiro Junior, acusado de ferimentos, e no Conselho de Guerra condenado a dezoito meses de galés, o que foi reformado para lhe impor a sentença de dois anos de galés: o Sr. Visconde de Tamandaré assinou-se vencido por votar por maior pena. O Sr. Desembargador Magalhães Castro relatou os seguintes: do soldado Manoel Pedro Pascoal, acusado de 2ª deserção simples, e no Conselho de Guerra condenado a dois anos de trabalhos públicos, o que foi confirmado; do soldado João Gomes Francisco, acusado de 1ª deserção simples e condenado em 1ª instância a dois meses de prisão, o que foi confirmado; do soldado Avelino Mathias de Salles, acusado de 1ª deserção simples e condenado em Conselho de Guerra a seis meses de prisão, o que foi confirmado; do soldado Antonio Francisco Lins Wanderley, acusado em Conselho de Guerra de primeira deserção simples, e aí condenado a seis meses de prisão, o que foi confirmado; do soldado Belmiro de Souza, acusado de 1ª deserção agravada e condenado em Conselho de Guerra um ano de prisão, o que foi confirmado, advertindo-se ao Conselho de Guerra que

cumpre declarar sempre a pena imposta; do soldado Francisco de Miranda, acusado de ferimento, e no Conselho de Guerra absolvido: esta sentença foi reformada para se dar ao réu a de dois anos de prisão com trabalho; do 2º tenente Manoel Joaquim Ayres do Nascimento, acusado de embriaguez e alarido, e no Conselho de Guerra absolvido, o que foi confirmado; o Sr. Desembargador Goveia relatou os seguintes: do soldado Felippe Manoel, acusado de deserção em tempo de guerra, condenado à morte em Conselho de Guerra, sentença que foi reformada para se impor ao réu a de um ano de prisão com trabalho; do soldado João Ferreira Damasceno, acusado em Conselho de Guerra de 3ª deserção simples, e aí condenado a seis anos de prisão com trabalho, o que foi reformado para considerar-se o réu convencido do crime de 2ª deserção simples, e para o condenarem à perda do tempo que anteriormente houver servido, e a dois anos de prisão com trabalho com calceta presa da perna à cintura; do soldado Alexandre José Cardozo, acusado de 1ª deserção simples e condenado a seis meses de prisão pelo Conselho de Guerra, o que foi confirmado; dos soldados Gonçalo Francisco e José Martiniano de Oliveira, acusados ambos de furto, em um só processo, e em Conselho de Guerra condenado cada um a quatro meses de prisão, e a indenização à Fazenda Pública do valor dos objetos roubados; foi esta sentença reformada para dar-se a cada um dos réus um ano de prisão com trabalho; dos soldados João Baptista da Cunha Pancada, acusado de desobediência e condenado a seis meses de prisão com trabalho nas fortificações, o que foi confirmado; do soldado Manoel das Neves Randolpho, acusado de crime de morte, e a ela condenado no Conselho de Guerra. Este Tribunal reformou a sentença para impor ao réu a de vinte anos de prisão com trabalho; e, finalmente, do soldado Izidoro Antonio do Nascimento, acusado do crime de furto, e no Conselho de Guerra condenado a quatro meses de prisão, sendo esta sentença reformada pelo Tribunal para impor ao réu a de um ano de prisão com trabalho. Nada mais havendo a tratar-se, o Sr. Conselheiro de Guerra Duque de Caxias, servindo de Presidente, encerrou a Sessão, da qual eu, o Secretário de Guerra José Joaquim Rodrigues Lopes, escrevi e assinei esta ata.

Betancourt {assinatura}

174ª Ata da Reunião para a Sessão do Conselho Supremo Militar e de Justiça, em 15 de novembro de 1871

Aos 15 dias do mês de novembro de mil oitocentos e setenta e um, achando-se presentes os Senhores Conselheiros de Guerra **Betancourt**, **Visconde de Tamandaré**, **De Lamare**, **Barão da Gávea**, **Barão de Angra** e Conselheiro Vogal **Beaurepaire**, bem como os Senhores Desembargadores **Câmara**, **Magalhães Castro** e **Goveia**, foi aberta a Sessão. Lida e aprovada a ata da antecedente, o Secretário de Guerra deu conta de 3 ofícios da Secretaria de Guerra, remetendo para serem julgados definitivamente os processos do Conselho de Guerra a que foram submetidos o capitão honorário José Antonio da Gama, o soldado José

Querino Thomé, e o aprendiz artilheiro Gonçalo José Joaquim dos Santos. Em seguida, o Sr. Desembargador Câmara relatou os seguintes processos: do soldado Adelino José Rodrigues, acusado de 1ª deserção simples e condenado em Conselho de Guerra a dois meses de prisão, o que foi confirmado; do soldado Antonio Lourenço, acusado de 1ª deserção agravada e condenado em Conselho de Guerra a oito meses de prisão, o que foi confirmado; dos réus, 2º cadete José Miguel Picaluga Ramos, e cabo de esquadra José Ferreira da Costa, acusados de briga recíproca e condenados, o 2º cadete no artigo 139, combinado com artigo 145 do Código Criminal, e o cabo de esquadra na 1ª parte do artigo 16 dos de Guerra, sentença esta que foi reformada para condenar-se cada um dos réus a seis meses de prisão, advertindo-se ao Conselho que não podia deixar de designar a pessoa em que os julgou ter incorrido, e nem lançar mão do Código Criminal quando os fatos aos réus atribuídos se acham expressamente incluídos nos Artigos de Guerra; o Sr. Desembargador Câmara votou por maior pena quanto ao cadete; do capitão Francisco José Cardozo Tico, acusado do crime previsto no artigo 28 dos de Guerra, e absolvido em Conselho de Guerra, o que foi confirmado; finalmente, do soldado Francisco Felippe de S. Thiago, acusado de ferimentos, e no Conselho de Guerra também absolvido, o que foi igualmente confirmado. O Sr. Desembargador Magalhães Castro relatou os 4 seguintes: dos soldados Thomaz Lemos de Sampaio, e Luciano José Raymundo, acusados no mesmo processo de 1ª deserção simples e condenados em Conselho de Guerra, o primeiro a seis meses de prisão, e o segundo em dois meses somente. Este Tribunal confirmou a sentença condenatória quanto ao primeiro réu, dando-lhe quatro meses de prisão por se haver apresentado dentro dos 3 meses, e quanto ao segundo, dando-lhe dois meses de prisão, advertindo-se ao Conselho de Guerra que não lhe é lícito julgar sem declarar na sentença condenatória a pena em que entender ter ao réu, ou réus, incorrido; do soldado Francisco Antonio da Silva, acusado de 1ª deserção simples e condenado em Conselho de Guerra a dois meses de prisão, o que foi confirmado; do soldado Manoel Joaquim de Lima, acusado de 1ª deserção simples e condenado em Conselho de Guerra a seis meses de prisão, o que foi confirmado; do soldado Balbino Gomes da Silva, acusado de ferimento e condenado em Conselho de Guerra a carrinho perpétuo; sentença esta que foi reformada para infligir-se ao réu a de seis meses de prisão com trabalho. O Sr. Desembargador Goveia relatou os seguintes: do soldado Paulo Ferreira, acusado de 1ª deserção simples e condenado em Conselho de Guerra a seis meses de prisão, o que foi confirmado; do soldado José Quirino Thomé, acusado de 1ª deserção simples e condenado a dois meses de prisão no Conselho de Guerra, o que foi confirmado; do soldado Gonçallo José Joaquim dos Santos, acusado de 1ª deserção simples e condenado em Conselho de Guerra a seis meses de prisão, o que foi confirmado; do soldado Aparicio de Oliveira Leite, acusado em Conselho de Guerra de 1ª deserção simples, e por ele condenado a dois meses de prisão. O Tribunal reformou esta sentença para condenar o réu a quatro meses de prisão, e a fazer serviço que lhe pertencer, tudo na forma do título 4º, artigo 2º das deserções simples; o Sr. Conselheiro de Guerra Betancourt e Desembargador Goveia assinaram-se vencidos por terem votado como

deserção agravada; finalmente, do soldado Manoel Ferreira da Rocha, acusado do crime de morte e no Conselho de Guerra absolvido. Este Tribunal reformou a sentença absolutória para impor ao réu a pena de dois anos de prisão com trabalho. E nada mais havendo a tratar-se, o Sr. Conselheiro de Guerra Betancourt, servindo de Presidente, encerrou a Sessão, da qual eu, o Conselheiro José Joaquim Rodrigues Lopes, Secretário de Guerra, escrevi e assinei esta ata.

Duque de Caxias {assinatura}

175ª ATA DA REUNIÃO PARA A SESSÃO DO CONSELHO SUPREMO MILITAR E DE JUSTIÇA, EM 18 DE NOVEMBRO DE 1871

Aos 18 dias do mês de novembro de mil oitocentos e setenta e um, achando-se presentes os Senhores Conselheiros de Guerra **Duque de Caxias**, **Visconde de Tamandaré**, **Barão de Itapagipe**, **De Lamare**, **Visconde de Santa Teresa**, **Barão da Gávea**, **Barão de Angra**, Conselheiro Vogal **Beaurepaire** e Desembargador **Goveia**, o Sr. Conselheiro de Guerra Duque de Caxias declarou não poder haver Sessão; e eu, o Secretário de Guerra José Joaquim Rodrigues Lopes, escrevi e assinei a ata.

Duque de Caxias {assinatura}

176ª ATA DA SESSÃO DO CONSELHO SUPREMO MILITAR DE JUSTIÇA, EM 22 DE NOVEMBRO DE 1871

Aos vinte dias do mês de novembro de mil oitocentos e setenta e um, achando-se presentes os Senhores Conselheiros de Guerra **Duque de Caxias**, **Betancourt**, **Visconde de Tamandaré**, **Barão de Itapagipe**, **De Lamare**, **Barão da Gávea**, **Aguiar**, **Barão de Angra** e Conselheiro Vogal **Beaurepaire**, bem como os Senhores Desembargadores **Câmara**, **Magalhães Castro** e **Goveia**, foi aberta a Sessão. Lidas e aprovadas as atas da última Sessão e da reunião de 18 do corrente, quando não pôde haver Sessão, o Secretário de Guerra deu conta de várias portarias da Secretaria de Guerra e da Marinha, remetendo para serem julgados definitivamente os processos de Conselho de Guerra a que responderam: o 2º cadete Luis Soares de Gouveia Horta Bueno e Telesphoro Bezerra de Albuquerque, anspeçada Manoel Martins de Oliveira, e soldados Honorio José Carlos da Silva, João do Espirito Santo, Sebastião da Rocha Maia, Antonio Francisco de Moraes, e tambor João Cardozo dos Santos. Em seguida, o Sr. Desembargador Câmara relatou os processos: do 2º cadete Luis Soares de Goveia Horta Bueno, acusado de embriaguez e desordem e condenado em Conselho de Guerra a seis meses de prisão rigorosa; foi esta sentença reformada para condenar-se o réu a um ano de prisão em uma fortaleza, dando-se-lhe depois baixa do serviço; do soldado Honorio José Carlos da Silva, acusado de 1ª deserção simples e condenado em Conselho de Guerra a seis meses de prisão, o que foi confirmado;

o Sr. Desembargador Magalhães Castro relatou os seguintes: do 2º tenente Sebastião Ferreira Barboza, acusado de insubordinação e condenado em Conselho de Guerra no artigo 206, primeira parte, do Código Criminal, o que foi reformado para dar-se ao réu um ano de prisão rigorosa em uma fortaleza; do anspeçada Manoel Martins de Oliveira, acusado em Conselho de Guerra de embriaguez e ferimento, e aí condenado a carrinho perpétuo, sentença esta que foi reformada para se lhe dar a de dez anos de prisão com trabalho; e do imperial marinheiro João Xavier Macambira, acusado de ferimentos, e no Conselho de Guerra condenado a seis meses de galés, o que foi confirmado. O Sr. Desembargador Goveia relatou os seguintes: do capitão honorário José Antonio da Gama, acusado de ter recebido na Pagadoria das Tropas dinheiro demais, e no Conselho de Guerra absolvido, o que foi confirmado por falta de provas, do soldado Antonio Francisco de Moraes, acusado de 3ª deserção simples e condenado em Conselho de Guerra a seis anos de prisão com trabalho, o que foi confirmado; e ultimamente dos soldados João do Espirito Santo e Sebastião da Rocha Maia e tambor João Cardozo dos Santos, acusados de furto, e no Conselho de Guerra condenados os dois soldados à morte, e o tambor absolvido; sentença esta que foi reformada para considerar-se também incurso no artigo 18 dos de Guerra o tambor João Cardozo dos Santos, e para o condenarem e aos outros corréus à pena de dois anos de prisão com trabalho. Nada mais havendo a tratar-se, o Sr. Conselheiro de Guerra Duque de Caxias, servindo de Presidente, encerrou a Sessão, da qual eu, o Secretário de Guerra José Joaquim Rodrigues Lopes, lavrei e assinei esta ata.

Duque de Caxias {assinatura}

177ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar de Justiça, em 6 de dezembro de 1871

Aos seis dias do mês de dezembro de mil oitocentos e setenta e um, achando-se presentes os Senhores: Conselheiros de Guerra **Duque de Caxias**, **Betancourt**, **Visconde de Tamandaré**, **Barão de Itapagipe**, **De Lamare**, **Visconde de Santa Teresa**, **Barão da Gávea** e **Barão de Laguna e de Angra**, Conselheiro Vogal **Beaurepaire** e Desembargadores **Câmara**, **Magalhães Castro** e **Goveia**, foi aberta a Sessão. Lida e aprovada a ata da antecedente, o Secretário de Guerra deu conta de 8 portarias do Ministério da Guerra, 3 do da Marinha e outras 3 do da Justiça, remetendo todas para serem julgados definitivamente os processos de Conselho de Guerra a que responderam: os soldados José Torquato de Oliveira, Luis Francisco do Espirito Santo, Manoel de Jesus, José Alexandre da Silva, Manoel Francisco Lourenço, João Chrisostomo da Silva, Francisco da Silveira Chagas, Manoel Domingues de Menezes, Miguel Antonio dos Santos, Luis Ferreira da Silva, Francisco de Assis, Gabriel Moreira dos Santos, Ignacio Fernandes dos Anjos, Joaquim José de Santa Anna, Manoel Medina das Neves, Felisardo Pedro de Alcantara, Joaquim Ferreira Segundo, Justino José de Araujo, Thomáz de Aquino Paes Barreto, Antonio Menezes de Amorim, Luciano Bernardo dos Santos, Francisco Lopes dos Reis e João Ferreira, do furriel Custodio Joaquim

da Silva, cabo de esquadra Silvino da Silva, e do tenente Joaquim Alves Feitoza, dos imperiais marinheiros José Luis Quarto, João Pedro, e Manoel Gonçalves Barroso, do coronel, comandante superior de Aquiraz e Cascavel Luis Liberato Ribeiro, capitão do Corpo Policial da Corte Braz Cupertino do Amaral, 2º sargento do mesmo corpo Francisco de Paula Cunha Telles, e soldado também do mesmo corpo José Mendes da Costa, Francisco José Moreira e Manoel Martins Ourique. Em seguida, o Sr. Desembargador Câmara relatou os processos: do soldado Justino José de Araujo, acusado de 2ª deserção agravada e em Conselho de Guerra condenado a quatro anos de prisão com trabalho, sendo esta sentença reformada foi o réu considerado como réu de 2ª deserção simples, impondo-se-lhe a pena correspondente que é a de dois anos de prisão com trabalho, visto não constar do processo ter sido a deserção agravada; do soldado João Ferreira, acusado de 1ª deserção agravada, e no Conselho de Guerra absolvido, foi esta sentença reformada por não constar do processo que tal crime o réu cometesse, visto não ter completado a dita deserção, em cuja hipótese devera o referido Conselho julgar-se incompetente para o julgamento; e manda portanto o Tribunal que, ficando sem efeito aquela sentença, seja o réu punido pela falta cometida na forma da lei pela autoridade competente; do soldado Manoel de Jesus, acusado de furto, e no Conselho de Guerra condenado à morte, sentença esta que foi reformada para dar-se ao réu a de três meses de prisão com trabalho. O Sr. Desembargador Magalhães Castro relatou os seguintes: do 2º sargento Francisco de Paula da Cunha Telles, e soldados José Mendes da Costa, Francisco José Moreira e Manoel Martins Ourique, acusados de desobediência, e no Conselho Criminal absolveu o 2º sargento, e condenou os soldados a seis meses de prisão sendo conservados em prisão solitária por oito dias em cada mês. O Sr. Conselheiro de Guerra Visconde de Tamandaré assinou-se vencido por condenar os réus à maior pena; do soldado Joaquim Ferreira Segundo, acusado de 3ª deserção simples e condenado a seis anos de prisão com trabalho pelo Conselho de Guerra; foi esta sentença reformada para impor-se ao réu a pena de seis meses de prisão, como dispõe o Alvará de 9 de abril de 1805 para as primeiras deserções simples. Os Senhores Conselheiros de Guerra Duque de Caxias e Visconde de Tamandaré assinaram-se vencidos por julgarem que a deserção é quarta e não primeira; do soldado Telesphoro Bezerra de Albuquerque, acusado de desobediência e resistência, e no Conselho de Guerra condenado na 1ª parte do artigo 8º dos de Guerra, sentença que foi reformada para impor-se ao réu a pena de seis meses de prisão em uma fortaleza, dando-se-lhe baixa depois de cumprida a pena, advertindo-se ao Conselho de Guerra que devia determinar a pena a que condenaram o réu; do soldado Miguel Antonio dos Santos, acusado de 1ª deserção agravada, e no Conselho de Guerra condenado a doze meses de prisão, o que foi confirmado; do imperial marinheiro Manoel Gonçalves Barroso, acusado de ferimento e resistência, e no Conselho de Guerra condenado à morte; foi esta sentença reformada para impor-se ao réu a de dez anos de galés. O Sr. Desembargador Goveia relatou os seguintes: do coronel Luis Liberato Ribeiro, acusado em Conselho de Disciplina de desobediência e insubordinação e por ele absolvido; este Tribunal julgou nulo todo o processo por ter feito parte daquele Conselho o tenente-

coronel Antonio Gonçalves da Justa contra o disposto no artigo 112 do Decreto nº 602, de 19 de setembro de 1850, combinado com artigo 3º do Decreto 1.335, de 18 de fevereiro de 1854, visto não constar dos autos que não houvesse coronéis que pudessem julgar o réu; do soldado Felisardo Pedro de Alcantara, acusado de ferimento e condenado em Conselho de Guerra a carrinho perpétuo, sentença esta que foi reformada para se lhe dar a de seis meses de prisão com trabalho; do soldado Thomáz de Aquino Paes Barreto, acusado de 1ª deserção simples e condenado em Conselho de Guerra a dois meses de prisão, o que foi confirmado; do soldado Gabriel Moreira Santos, acusado de insubordinação, e no Conselho de Guerra absolvido, o que foi confirmado; do soldado Antonio Menezes de Amorim, acusado de 1ª deserção agravada e condenado em Conselho de Guerra a doze meses de prisão com trabalho, o que foi confirmado; do soldado Francisco Ferreira de Assis, acusado de 1ª deserção simples e condenado em Conselho de Guerra a seis meses de prisão, o que foi confirmado; do soldado Francisco Lopes dos Reis, acusado de 1ª deserção agravada e condenado em Conselho de Guerra a doze meses de prisão, o que também foi confirmado; do soldado José Alexandre da Silva, acusado de 1ª deserção simples e condenado em Conselho de Guerra a seis meses de prisão, o que ainda foi confirmado; e, finalmente, do soldado Francisco de Oliveira Chagas, acusado de 1ª deserção agravada e condenado em Conselho de Guerra a doze meses de prisão, o que foi confirmado. Sendo já tarde, o Sr. Conselheiro de Guerra Duque de Caxias, servindo de Presidente, encerrou a Sessão, da qual eu, o Secretário de Guerra José Joaquim Rodrigues Lopes, escrevi e assinei esta ata.

Duque de Caxias {assinatura}

178ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar e de Justiça, em 9 de dezembro de 1871

Existiam 15

Entraram 2

Saíram 10 {anotações à margem da folha}

Aos nove dias do mês de dezembro de mil oitocentos e setenta e um, achando-se presentes os Senhores Conselheiros de Guerra **Duque de Caxias**, **Visconde de Tamandaré**, **Barão de Itapagipe**, **De Lamare**, **Aguiar**, **Barão de Angra**, Conselheiro Vogal **Beaurepaire** e Desembargadores **Câmara**, **Magalhães Castro** e **Goveia**, foi aberta a Sessão. Lida e aprovada a ata da antecedente, o Secretário de Guerra deu conta de duas portarias do Ministério da Justiça remetendo para serem julgados em última instância os processos de Conselho Criminal a que responderam os soldados do Corpo Militar de Polícia da Corte José Francisco de Mello e Antonio Francisco Marques. Em seguida, o Sr. Desembargador Câmara relatou o seguinte processo, dos réus capitães Pio Guilherme Corrêa de Mello e Domiciano Luiz dos Santos, e tenente Paulo Luis dos Santos, acusados de vários crimes, condenados pelas leis militares, e no Conselho de Guerra absolvidos: este Tribunal reformou

a sentença absolutória para condenar os 3 réus a seis meses de prisão em uma fortaleza pela maneira irregular, e ilegal com que procederam a respeito dos fatos mencionados. O Sr. Desembargador Magalhães Castro relatou os seguintes: do furriel Custodio Joaquim da Silva, acusado de extraviar alguns objetos da Fazenda Nacional, e absolvido em Conselho de Guerra; foi esta sentença reformada para impor-se ao réu a de um mês de prisão, e indenização, por ter sido negligente no cumprimento de seus deveres; dos soldados Joaquim José de Santa Anna e Manoel Medina das Neves, acusados de 1ª deserção agravada e condenados em Conselho de Guerra o 1º a oito meses de prisão, e o 2º a um ano, o que foi confirmado; do soldado Ignacio Fernando dos Anjos, acusado de 1ª deserção simples e condenado em Conselho de Guerra a seis meses de prisão, o que foi confirmado; do soldado João Chrisostomo da Silva, acusado de 2ª deserção simples e condenado a dois anos de trabalhos públicos pelo Conselho de Guerra, o que foi confirmado; e do soldado Luis Ferreira da Silva, acusado em Conselho de Guerra de 1ª deserção simples, e aí condenado a seis meses de prisão, o que foi confirmado. O Sr. Desembargador Goveia relatou os 4 seguintes processos: dos réus cabo de esquadra Silvino da Silva e soldado Luciano Bernardo dos Santos, acusados de ferimentos recíprocos, e no Conselho de Guerra absolvido o primeiro, e condenado o segundo a um mês de prisão rigorosa; este Tribunal reformou a sentença quanto ao primeiro para condená-lo a três meses de prisão com trabalho, confirmando-a quanto ao segundo; do soldado Manoel Francisco Lourenço, acusado de 1ª deserção simples e condenado em Conselho de Guerra a seis meses de prisão, o que foi confirmado; do soldado José Francisco de Mello, acusado de desobediência e condenado pelo Conselho Criminal a seis meses de prisão, o que foi confirmado; e, finalmente, do soldado Manoel Domingues de Menezes, acusado em Conselho de Guerra de desobediência, e nele condenado na 1ª parte do artigo 1º dos de Guerra, o que foi confirmado, condenando o réu a dois anos de prisão, e advertindo-se ao Conselho por não ter declarado a pena. Sendo já tarde, o Sr. Conselheiro de Guerra Duque de Caxias, servindo de Presidente, encerrou a Sessão, da qual eu, o Secretário de Guerra José Joaquim Rodrigues Lopes, escrevi e assinei esta ata.

Duque de Caxias {assinatura}

179ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar e de Justiça, em 13 de dezembro de 1871

Existiam 7

Entraram 5

Saíram 5 {anotações à margem da folha}

Aos treze dias do mês de dezembro de mil oitocentos e setenta e um, achando-se presentes os Senhores Conselheiros de Guerra **Duque de Caxias**, **Betancourt**, **De Lamare**, **Barões da**

Gávea, **de Laguna** e **de Angra**, Conselheiro Vogal **Beaurepaire** e Desembargadores **Câmara** e **Magalhães Castro**, foi aberta a Sessão. Lida e aprovada a ata da antecedente, o Secretário de Guerra deu conta de um decreto comutando em galés perpétuos a pena de morte que foi imposta ao soldado do 20º Batalhão de Infantaria Manoel Luis, e 3 portarias, 2 do Ministério da Guerra e um do da Marinha, remetendo para serem julgados em última instância os processos de Conselho de Guerra a que responderam o 2º cadete Claudio Barboza de Oliveira, e soldados Manoel Paulino de Souza Goveia, João Paulino de Brito e Lucio Antonio de Faria Roza, e o imperial marinheiro Antonio Francisco do Nascimento. Em seguida, o Sr. Desembargador Câmara relatou os três processos seguintes: do capitão Braz Cupertino do Amaral, acusado de desobediência e de ter recebido dinheiros do Estado para pagar as praças sob seu comando, sem efetuar o pagamento; foi absolvido no Conselho de Guerra, o que foi confirmado; do tenente Joaquim Alves Feitoza, acusado de embriaguez habitual; o Conselho de Guerra julgou-se incompetente para julgá-lo, e o Tribunal fez lançar no processo o seguinte despacho: volte o processo ao Conselho de Guerra para julgar definitivamente o réu, visto ser para isso competente; do soldado José Torquato de Oliveira, acusado de 1ª deserção simples e condenado em Conselho de Guerra a seis meses de prisão, o que foi confirmado; o Sr. Desembargador Magalhães Castro relatou os seguintes: do soldado Antonio Francisco Marques, acusado de 1ª deserção simples e condenado em Conselho de Guerra a dois meses de prisão, o que foi confirmado; e do soldado Lucio Antonio de Faria Roza, acusado de 1ª deserção agravada e condenado em Conselho de Guerra a um ano de prisão, o que foi confirmado. E nada mais podendo tratar-se, o Sr. Conselheiro de Guerra Duque de Caxias, servindo de Presidente, encerrou a Sessão, da qual eu, o Secretário de Guerra José Joaquim Rodrigues Lopes, lavrei e assinei esta ata.

Duque de Caxias {assinatura}

180ª ATA DA SESSÃO DO CONSELHO SUPREMO MILITAR DE JUSTIÇA, EM 16 DE DEZEMBRO DE 1871

Aos dezesseis dias do mês de dezembro de mil oitocentos e setenta e um, achando-se presentes os Senhores Conselheiros de Guerra **Duque de Caxias**, **Betancourt**, **Barão de Itapagipe**, **Barão de Angra** e Desembargadores **Câmara**, **Magalhães Castro** e **Goveia**, foi aberta a Sessão. Lida e aprovada a ata da antecedente, o Secretário de Guerra deu conta de 4 portarias do Ministério de Guerra, enviando para serem julgados em última instância os processos de Conselho de Guerra a que responderam o tenente Pedro Antonio de Miranda, 1º cadete Augusto Castello Branco, e o soldado Rafael Pedro Indio da Silva, José Paulino de Alencar, Jacintho dos Passos Guedes, João Antonio da Silva, Francisco Gomes de Araujo, Malaquias da Silva, Antonio da Costa Roza Medeiros, Domingos Jacintho Roza, José Pedro dos Santos, Domingos Gomes, Antonio Pedro Valladão, João Pedro Camargo, José Francisco

Cabral, Leandro Ribeiro, Juvino Alves Bezerra, José Joaquim da Silva, Manoel Pereira Lima e Juvencio Antonio Joaquim. Em seguida, o Sr. Desembargador Câmara relatou os seguintes processos: do soldado Francisco Gomes de Araujo, acusado de 1ª deserção simples, e no Conselho de Guerra, foi este julgado incompetente para sentenciar o réu por não ter ele completado a deserção, decisão que foi confirmada; do 1º cadete Augusto Castello Branco, acusado de insubordinação e condenado no Conselho de Guerra nas penas dos artigos 1º e 7º do Regulamento de 1763, sentença esta que foi reformada para absolver- se o réu pelo que dos autos consta: o Sr. Desembargador Câmara assinou-se vencido; do soldado Malachias da Silva, acusado de 1ª deserção simples e condenado em Conselho de Guerra a dois meses de prisão, o que foi confirmado; do soldado Manoel Pereira de Lima, acusado de 1ª deserção simples e condenado em Conselho de Guerra a seis meses de prisão, o que foi confirmado; do soldado João Pedro Camargo, acusado de deserção em tempo de guerra, condenado à morte em Conselho de Guerra; este Tribunal reformou a sentença para dar ao réu a de dois anos de prisão com trabalho; do soldado Luis Francisco do Espirito Santo, acusado em Conselho de Guerra de desobediência e condenado a três meses de trabalhos nas fortificações; foi esta sentença reformada para dar-se ao réu a de seis meses em uma fortaleza; do imperial José Luis Quarto, acusado em Conselho de Guerra de ferimento, e aí condenado a um ano de galés, o que foi confirmado; do imperial marinheiro João Pedro, acusado de ferimento e condenado em Conselho de Guerra a sete anos de galés, sentença que foi reformada para se lhe impor a de quatro anos de galés. O Sr. Desembargador Magalhães Castro relatou os seguintes: do 2º cadete Claudio Barboza de Oliveira, acusado de arrombamento e resistência, e no Conselho de Guerra absolvido; este Tribunal proferiu o seguinte despacho: volte o processo ao Conselho de Guerra para proceder na forma da lei, à inquirição de duas ou mais testemunhas, indispensáveis para o julgamento, não bastando as inquiridas no Conselho de Investigação, que não foram reperguntadas e nem podiam ser à vista dos autos; do soldado João Francisco Cabral, acusado de 1ª deserção agravada e condenado em Conselho de Guerra a um ano de prisão, o que foi confirmado; e do soldado José Joaquim da Silva, acusado de 1ª deserção simples, e no Conselho de Guerra acusado de digo condenado a dois meses de prisão, o que foi confirmado. O Sr. Desembargador Goveia relatou os seis seguintes: do imperial marinheiro Antonio Francisco do Nascimento, acusado de homicídio, e no Conselho de Guerra condenado na 2ª parte do artigo 61 dos de Guerra. Este Tribunal confirmando a sentença do mesmo Conselho de Guerra condenou o réu a vinte anos de galés, decretada na maioria das tenções, e advertem ao auditor de guerra que lhe cumpria ter declarado essa pena na sentença; do soldado João Paulino de Brito, acusado de 2ª deserção simples e condenado em Conselho de Guerra a dois anos de prisão com trabalho, o que foi confirmado; do soldado Manoel Paulino de Souza Gouvea, acusado de ferimentos, e no Conselho de Guerra condenado a carrinho perpétuo, o que foi reformado para se lhe impor a sentença de dois anos de prisão; do soldado José Paulino de Alencar, acusado de 1ª deserção simples e condenado em Conselho de Guerra a seis meses

de prisão, o que foi confirmado; do soldado Leandro Ribeiro, acusado de 1ª deserção simples e condenado em Conselho de Guerra a seis meses de prisão, o que foi confirmado; e, finalmente, do soldado Juvencio Antonio Joaquim, acusado de 1ª deserção agravada, e no Conselho de Guerra condenado a um ano de prisão, o que foi confirmado. E nada mais havendo a tratar-se, o Sr. Conselheiro de Guerra Duque de Caxias, servindo de Presidente, encerrou a Sessão, da qual eu, o Secretário de Guerra José Joaquim Rodrigues Lopes, escrevi e assinei esta ata.

Duque de Caxias {assinatura}

1872

1ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar de Justiça, em 3 de fevereiro de 1872

Existiam 5

Entraram 72

Saíram 31 {anotações à margem da folha}

Aos três dias do mês de fevereiro de mil oitocentos e setenta e dois, achando-se presentes os Senhores Conselheiros de Guerra **Duque de Caxias**, **Betancourt**, **Visconde de Tamandaré**, **Barão de Itapagipe**, **De Lamare**, **Barão da Gávea**, **Barão de Laguna** e Conselheiro Vogal **Beaurepaire** e Desembargadores **Câmara**, **Magalhães Castro** e **Goveia**, foi aberta a Sessão. Lida e aprovada a ata da antecedente, o Secretário de Guerra deu conta do seguinte expediente: dois decretos comutando as penas a que foram condenados o cabo de esquadra Silverio Honorato dos Santos e o soldado Custodio João de Azevedo, este de Cavalaria e aquele de Voluntários da Pátria; 12 portarias do Ministério da Guerra remetendo para serem julgados em última instância os processos de Conselho de Guerra a que foram submetidos o tenente-coronel Francisco Antonio de Souza Camisão, o capitão Caetano da Silva Paranhos, e os soldados Amaro de Castro, Gerenaldo Manoel Correa, José Marcelino de Almeida, José Antonio dos Santos, Candido da Roza, João David Cavalcante, Pantaleão Machado de Oliveira, Manoel Joaquim de Santa Anna, Bernardino Rodrigues de Senna, João Fortunato da Silva, José Francisco Marcelino, Miguel dos Anjos, alferes Maximiano de Farias Bangoin, e soldado Victorino Antonio de Farias, cabo de esquadra Silvestre Joaquim da Roza, anspeçada Antonio Gomes da Silva, e os soldados Damião Gonçalves Pacheco, Joaquim Pereira de Moraes, Hygino Pereira dos Santos, Paulo Joaquim de Almeida, Cicilio Francisco Romão, Antonio Irineo da Cruz, José Francisco de Queiroz, Victor Pinto das Neves, Raymundo Rodrigues, Marcelino de Castro, Manoel Gabino, Pedro Lourenço da Silva, Rodrigo Antonio, Francisco de Paula Amorim, Bernardo José de Lima,

major Felisberto Coelho dos Santos, alferes João José Alves, e os soldados Felisberto Antonio Ferreira, José Francisco de Souza, Eugenio Martins de Carvalho, Feliciano José de Moraes, José Felippe Nery de Santiago, Vicente Francisco de Souza, Izidoro Antonio de Oliveira, José Ignacio Pereira, Alexandre José da Silva, 1º sargento João Baptista Silverio, 2º sargento João Chrispiniano da Cunha, e soldados Heitor de Medeiros Maciel, Antonio Feitosa de Mello, e o 2º tenente José Pantaleão Barbalho de Vasconcellos, e os soldados Serafim dos Anjos, João Alves da Silva, Benedicto de Queiroz, Francisco Antonio, Felippe Pereira, Cypriano Bispo dos Santos, cabo de esquadra Deolindo Francisco de Vasconcellos, anspeçada Firmino Antonio de Carvalho e soldados Gregorio Antonio de Oliveira, Antonio Francisco da Silva, José Ancelmo Pereira; 8 portarias do Ministério da Marinha, remetendo para o mesmo fim os processos a que responderam os imperiais marinheiros Leopoldino de Deos Martins, Agostinho Pio, Eustaquio José João, João Martins de Lima, Candido Pereira dos Santos, Izidoro Lucas de Oliveira, soldados do Batalhão Naval Antonio Francisco do Sacramento, Manoel Simão dos Santos e o guardião Manoel Desiderio; e 6 portarias do Ministério da Justiça enviando para o mesmo fim os processos a que responderam os soldados do Corpo Militar de Polícia da Corte Agapito José Martins, Alfredo Paulo dos Reis Alpoim, Deolindo José da Costa, José Joaquim de Oliveira, Pedro Isalelino Nunes Leite, Antonio José Pereira dos Santos e Antonio Augusto da Silva Cunha. Em seguida, o Sr. Desembargador Câmara relatou os seguintes processos: do soldado José Pedro dos Santos, acusado de 1ª deserção simples, e em Conselho de Guerra condenado a seis meses de prisão, o que foi confirmado; do soldado Pantaleão Machado de Oliveira, também condenado a seis meses de prisão em Conselho de Guerra por ter sido acusado de 1ª deserção simples, o que foi confirmado; do soldado Felisardo Antonio Ferreira, acusado do mesmo crime e também condenado em 1ª instância a seis meses de prisão, o que foi confirmado; do soldado Manoel Sabino, acusado também de 1ª deserção simples e condenado em Conselho de Guerra a seis meses de prisão, o que foi confirmado; do soldado Francisco Romão, acusado também de 1ª deserção, e também condenado no Conselho de Guerra a seis meses de prisão, o que foi confirmado; do soldado José Antonio dos Santos, acusado ainda de 1ª deserção, e no Conselho de Guerra condenado a seis meses de prisão, o que foi confirmado; do soldado João Alves da Silva, acusado igualmente de 1ª deserção, e no Conselho de Guerra condenado a seis meses de prisão, o que foi confirmado; do soldado Pedro Lourenço da Silva, acusado de 1ª deserção, e no Conselho de Guerra condenado a seis meses de prisão, o que foi confirmado; e do soldado José Joaquim de Oliveira, acusado de 1ª deserção simples e condenado a seis meses de prisão pelo Conselho de Guerra o que foi confirmado; do soldado Amaro de Castro, acusado de 1ª deserção agravada e condenado no Conselho de Guerra a um ano de prisão, o que foi confirmado; do soldado Antonio Francisco da Silva, acusado também de 1ª deserção agravada e também condenado a um ano de prisão, o que foi confirmado; do soldado José Felippe Nery de Santiago, também acusado de 1ª deserção agravada e condenado em Conselho de Guerra a um ano de prisão, o que foi confirmado;

do soldado Feliciano José de Moraes, acusado de abandono do seu posto, e no Conselho de Guerra a sofrer cinquenta pranchadas e a seis meses de prisão com trabalho nas fortificações. O Conselho Supremo reformou esta sentença para dar-se ao réu a de oito meses de prisão com trabalho; e, finalmente, do soldado Antonio da Costa Roza Medeiros, acusado de embriaguez, e no Conselho de Guerra condenado a seis meses de rigorosa prisão, o que foi confirmado; o Sr. Desembargador Magalhães Castro relatou os seguintes: do soldado Paulo Joaquim de Almeida, acusado de 1ª deserção simples e condenado em Conselho de Guerra a seis meses de prisão, o que foi confirmado; do soldado Victorino Antonio de Farias, acusado de 1ª deserção simples e no Conselho de Guerra condenado a seis meses de prisão, o que foi confirmado; do soldado João Antonio da Silva, acusado de 1ª deserção simples, e no Conselho de Guerra condenado a seis meses de prisão, o que foi confirmado; do soldado Antonio Irineu da Cruz, acusado de 1ª deserção simples.e condenado em Conselho de Guerra a seis meses de prisão, o que foi confirmado; do soldado Jacintho dos Passos Guedes, acusado de 1ª deserção agravada e condenado em Conselho de Guerra a um ano de prisão, sentença que foi reformada para se lhe dar a de seis anos de trabalhos públicos, visto ter cometido terceira deserção e não primeira; do soldado Izidoro Antonio de Oliveira, acusado de resistência e embriaguez e condenado a seis meses de prisão com trabalho pelo Conselho de Guerra, esta sentença foi reformada para dar-se ao réu a de 6 anos de prisão com trabalho; finalmente, do soldado Juvino Alves Bezerra, acusado de abandonar o seu posto, e no Conselho de Guerra condenado a seis meses de prisão, sentença que foi reformada para se lhe impor a de um ano de prisão com trabalho. O Sr. Desembargador Goveia relatou os seguintes: do tenente Pedro Antonio de Miranda, acusado do crime de morte e absolvido no Conselho de Guerra: este Tribunal reformou esta sentença para impor-se ao réu a de seis anos de prisão; do soldado Rafael Pedro Indio da Silva, acusado de ferimento e condenado a seis meses de prisão rigorosa, sentença que foi reformada para se lhe dar a de um ano de prisão com trabalho; do soldado Bernardino Rodrigues Lima, acusado de 1ª deserção simples e condenado em Conselho de Guerra a seis meses de prisão, o que foi confirmado; do soldado Domingos Jacintho Roza, acusado de 1ª deserção simples e condenado em Conselho de Guerra a seis meses de prisão, o que foi confirmado; do soldado Candido da Roza, acusado de 1ª deserção simples e condenado em Conselho de Guerra a seis meses de prisão, sentença esta que foi reformada para se lhe dar a de um ano de prisão; do soldado Eugenio Martins de Carvalho, acusado de 1ª deserção simples e condenado em Conselho de Guerra a seis meses de prisão, o que foi confirmado; do soldado Damião Gonçalves Pacheco, acusado de 1ª deserção simples e condenado em Conselho de Guerra a dois meses de prisão, o que foi confirmado; do soldado Marcelino de Castro, acusado de 1ª deserção simples, e no Conselho de Guerra condenado a seis meses de prisão, o que foi confirmado; do soldado Hygino Pereira dos Santos, acusado de 1ª deserção agravada e condenado em Conselho de Guerra a um ano de prisão, o que foi confirmado; e, finalmente, do soldado José Francisco de Queiróz,

acusado de 1ª deserção agravada, e no Conselho de Guerra condenado a um ano de prisão, o que foi confirmado. E nada mais havendo a tratar-se, o Sr. Conselheiro de Guerra Duque de Caxias, servindo de Presidente, encerrou a Sessão, da qual eu, o Secretário de Guerra José Joaquim Rodrigues Lopes, lavrei e assinei esta ata.

Betancourt {assinatura}

2ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar e de Justiça, em 7 de fevereiro de 1872

Existiam 46

Entraram 25

Saíram 16 {anotações à margem da folha}

Aos sete dias do mês de fevereiro de mil oitocentos e setenta e dois, achando-se presentes os Senhores Conselheiros de Guerra **Betancourt**, **Visconde de Santa Teresa**, Conselheiro Vogal **Beaurepaire** e Desembargadores **Câmara**, **Magalhães Castro** e **Goveia**, foi aberta a Sessão. Lida e aprovada a ata da antecedente o Sr. Secretário de Guerra deu conta do seguinte expediente: 3 portarias do Ministério da Guerra remetendo para serem julgados definitivamente os processos do Conselho de Guerra a que responderam o tenente Joaquim Ascencio da Costa Lanné, alferes Cesar Esequiel de Lima Machado, 2ºs cadetes Aristeo Marques de Carvalho e Innocencio José de Farias, e soldados Francisco Pereira da Silva, Lourenço João da Cruz, João Rodrigues da Cruz digo João Rodrigues da Silva, Manoel José Francisco, João Antonio da Silva, Manoel Antonio da Costa, Antonio Lazaro de Souza, José da Assumpção e Oliveira, José Antonio, José Querino de Almeida, Henrique Frederico de Mesquita, cabo de esquadra Fortunato Dias da Conceição, furriel Ricardo Raymundo de Castro, soldados Lino José de Faria, Antonio Anastacio do Espirito Santo, Severino Antonio de Jesus, Julio Anacleto do Espirito Santo, Antonio Teixeira de Barros, Agostinho Ribeiro de Almeida, e ferrador Joaquim Prudencio. Em seguida, o Sr. Desembargador Câmara relatou os seguintes processos: do soldado Rodrigo Antonio, acusado de 1ª deserção simples e condenado em Conselho de Guerra a seis meses de prisão, o que foi confirmado; do soldado Miguel dos Anjos, acusado de 2ª deserção simples, e no Conselho de Guerra condenado a seis meses de trabalhos públicos, o que foi confirmado; e do imperial marinheiro Candido Pereira dos Santos, acusado de ferimentos e condenado em Conselho de Guerra a 3 anos de galés, o que foi confirmado; o Sr. Desembargador Magalhães Castro relatou os seguintes: do soldado Joaquim Pereira de Moraes, acusado de 2ª deserção agravada e condenado a quatro anos de prisão com trabalho pelo Conselho de Guerra, o que foi confirmado; do soldado José Francisco de Souza Filho, acusado de 4ª deserção simples e condenado em Conselho de Guerra a seis anos de trabalhos públicos, o que foi

confirmado; do soldado José Ignacio Pereira, acusado de 1ª deserção simples e condenado em Conselho de Guerra a seis meses de prisão, o que foi confirmado; do guardião Manoel Desiderio, acusado de 1ª deserção simples, e no Conselho de Guerra a um ano de prisão, o que foi confirmado; do tenente-coronel Francisco Antonio de Souza Camisão, e capitão reformado Caetano da Silva Paranhos, acusados de abuso de autoridade, e no Conselho de Guerra absolvidos; o Tribunal proferiu o seguinte despacho: volte o processo ao Conselho de Guerra, que proferirá a sentença mediante tenções a vista do auto do corpo de delito, que refere-se a fatos que podem importar a acusação em que cabe a pena capital; não terem pago as praças abonados os vencimentos. O Sr. Desembargador Goveia relatou os seguintes: do cabo de esquadra Silvestre Joaquim da Roza, acusado de dar fuga a presos, e absolvido em Conselho de Guerra, o que foi confirmado; do soldado Manoel Simão dos Santos, acusado de 1ª deserção simples, e no Conselho de Guerra condenado a quatro meses de prisão, sentença esta que foi reformada para impor-se ao réu a de dois meses de prisão, na forma do disposto no artigo 3º das deserções simples; do soldado Cypriano Bispo, acusado de 1ª deserção simples e condenado em Conselho de Guerra a seis meses de prisão, o que foi confirmado; do soldado Domingos Gomes, acusado em Conselho de Guerra de ferimento, e nele condenado no artigo 8º dos de Guerra do Regulamento de 1763; este Tribunal confirmando a sentença condenou o réu a dois anos de prisão com trabalho, e adverte ao Conselho que cumpre sempre declarar a pena em que porventura condenar; o Sr. Conselheiro Visconde de Santa Teresa assinou-se vencido por haver confirmado a sentença; do soldado João David Cavalcante, acusado em Conselho de Guerra do crime de ferimento, e aí condenado às penas do artigo 8º do Regulamento de 1763: este Tribunal confirmando a sentença, condena o réu a quatro anos de prisão com trabalho, e adverte ao Conselho que lhe cumpria ter declarado a pena; do soldado Benedicto Queiroz, acusado de 1ª deserção agravada e condenado em Conselho de Guerra a um ano de prisão, sentença esta que foi reformada para condenar-se o réu a seis meses de prisão, na forma do artigo 1º das deserções simples; do anspeçada Firmino Antonio de Carvalho e do soldado Gregorio Antonio de Oliveira, acusados em um só processo de dar fuga a presos e condenados em Conselho de Guerra o anspeçada a ser posto no lugar do preso evadido, e o soldado a ser castigado com cinquenta pancadas de espada de prancha, e a seis meses de trabalho nas fortificações; esta sentença foi reformada para condenar-se o mesmo anspeçada Firmino a um ano de prisão com trabalho; e o soldado Gregorio a seis meses de prisão da mesma espécie; e, finalmente, do soldado Alexandre José da Silva, acusado de ferimento e condenado em Conselho de Guerra a um ano de prisão rigorosa, o que foi confirmado. E nada mais havendo a tratar-se, o Sr. Conselheiro de Guerra Betancourt, servindo de Presidente, encerrou a Sessão, da qual eu, o Secretário de Guerra José Joaquim Rodrigues Lopes, lavrei e assinei esta ata.

Betancourt {assinatura}

3ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar e de Justiça, em 10 de fevereiro de 1872

Existiam 55

Entraram 1

Saíram 4 {anotações à margem da folha}

Aos dez dias do mês de fevereiro de mil oitocentos e setenta e dois, achando-se presentes os Senhores Conselheiros de Guerra **Betancourt**, **Visconde de Tamandaré**, **Barão de Itapagipe**, **De Lamare**, **Visconde de Santa Teresa**, **Barão da Gávea**, **Barão de Laguna**, **Barão de Angra**, Conselheiro Vogal **Beaurepaire** e Desembargadores **Câmara** e **Goveia**, foi aberta a Sessão. Lida e aprovada a ata da antecedente, o Secretário de Guerra deu conta de uma portaria do Ministério da Justiça, enviando para ser julgado definitivamente o processo de Conselho de Guerra a que foi submetido o soldado do Corpo Militar de Polícia da Corte Jacintho Simões da Fonseca. Em seguida, o Sr. Desembargador Goveia relatou os seguintes processos: alferes Maximino de Farias Banguin, acusado de abandono e relaxação da guarda que comandava e condenado em Conselho de Guerra a seis meses de prisão com trabalho, sentença que foi reformada para impor-se ao réu os mesmos seis meses de prisão, mas em uma praça de guerra; do soldado policial Agapito José Martins, acusado de desobediência e condenado em Conselho de Guerra a seis meses de prisão com 8 dias de solitária em cada mês, o que foi confirmado; do soldado Serafim dos Anjos, acusado de 1ª deserção agravada e condenado em Conselho de Guerra a quatro meses de prisão, o que foi confirmado; e, finalmente, do soldado Francisco Antonio, acusado de 3ª deserção simples e condenado a seis anos de prisão, o que foi confirmado. E nada mais havendo a tratar-se, o Senhor Conselheiro de Guerra Betancourt, servindo de Presidente, encerrou a Sessão, da qual eu, o Secretário de Guerra José Joaquim Rodrigues Lopes, escrevi e assinei esta ata.

Betancourt {assinatura}

4ª Ata da Sessão de Conselho Supremo Militar e de Justiça, em 17 de fevereiro de 1872

Existiam 52

Entraram 10

Saíram 8 {anotações à margem da folha}

Aos dezessete dias do mês de fevereiro de mil oitocentos e setenta e dois, achando-se presentes os Senhores Conselheiros de Guerra **Betancourt**, **De Lamare**, **Visconde de Santa Teresa**, **Barão da Gávea**, **Aguiar**, **Barão de Angra** e Desembargadores **Câmara** e **Goveia**, foi aberta a sucessão. Lida e aprovada a ata da antecedente, o Secretário de Guerra deu

conta de 3 portarias do Ministério de Guerra e 7 do da Justiça, e enviando para serem julgados definitivamente os processos a que responderam o ex-2º tenente graduado José Pantaleão Barbalho de Vasconcellos, e os soldados Joaquim Antonio de Oliveira, Ignacio José Pequeno, Mariano Francisco de Souza, José Antonio da Silva, Honorato José Vieira, João Alves Ferreira, Luis José Ludovico, e os soldados policiais João Baptista da Victoria e Ambrosio Luis Pereira. Em seguida, o Sr. Desembargador Câmara relatou os seguintes processos: do soldado Manoel José Francisco, acusado de 1ª deserção agravada e condenado em Conselho de Guerra a um ano de prisão, o que foi confirmado; do soldado Antonio Lasaro de Souza, acusado também de 1ª deserção agravada, e no Conselho de Guerra condenado também a um ano de prisão, o que foi igualmente confirmado; do soldado Joaquim Theodoro de Oliveira, acusado de 1ª deserção simples e condenado em Conselho de Guerra a seis meses de prisão, sentença que foi confirmada; soldado Pedro Antonio dos Santos, acusado de 1ª deserção simples e condenado em Conselho de Guerra a seis meses de prisão, o que também foi confirmado; o Sr. Desembargador Goveia relatou os 4 seguintes processos: do soldado Severino Antonio de Jesus, acusado de 1ª deserção simples e condenado a seis meses de prisão, o que foi confirmado; do soldado Lourenço João da Cruz, acusado de 1ª deserção simples e condenado a seis meses de prisão, o que foi confirmado; do soldado João Antonio da Silva, acusado de 1ª deserção simples e condenado como o antecedente réu a seis meses de prisão, o que foi confirmado; e, finalmente, do soldado Deolindo José da Costa, acusado de desobediência, e o Conselho Criminal o condenou a dois meses de prisão, o que foi confirmado. E nada mais se podendo tratar, o Sr. Conselheiro de Guerra Betancourt, servindo de Presidente, encerrou a Sessão, da qual eu, o Secretário de Guerra José Joaquim Rodrigues Lopes, escrevi e assinei a ata.

Duque de Caxias {assinatura}

5ª Ata da Reunião do dia 21 de fevereiro de 1871, em que não houve Sessão

Existiam 54

Entraram 0

Saíram 0 {anotações à margem da folha}

Aos vinte e um dias do mês de fevereiro de mil oitocentos e setenta e dois, achando-se presentes os Senhores Conselheiros de Guerra **Duque de Caxias**, **Betancourt**, **Barão de Itapagipe**, **De Lamare** e **Barão da Gávea** e Desembargador **Magalhães Castro**, o mesmo Sr. Conselheiro Duque de Caxias declarou não poder haver Sessão, pelo que eu, o Secretário de Guerra José Joaquim Rodrigues Lopes, lavrei e assinei esta ata. Declaro em tempo que não houve Sessão por só ter comparecido um Sr. Desembargador.

Duque de Caxias {assinatura}

6ª ATA DA SESSÃO DO CONSELHO SUPREMO MILITAR E DE JUSTIÇA, DE 24 DE FEVEREIRO DE 1872

Existiam 54

Entraram 16

Saíram 4 {anotações à margem da folha}

Aos vinte e quatro dias do mês de fevereiro de mil oitocentos e setenta e dois, achando-se presentes os Senhores Conselheiros de Guerra **Duque de Caxias**, **Barão de Itapagipe**, **Barão da Gávea** e Desembargadores **Câmara** e **Goveia**, foi aberta a Sessão. Lida e aprovada a ata da antecedente e da reunião de 21 do corrente em que não pôde haver Sessão por só ter comparecido um Sr. Desembargador, o Secretário de Guerra deu conta dos seguintes processos remetidos pela Secretaria de Guerra e da Marinha a fim de serem julgados definitivamente: do cabo de esquadra Florentino Antonio da Assumpção, dos soldados Sabino Nunes, José Ramos, Apolinario Antonio dos Santos, João Ferreira de Magalhães Rhodes, Francisco Antonio da Silva, Camillo José da Costa, Theophilo José dos Santos, Joaquim da Cunha Araujo, Manoel da Rocha Queiroz, Manoel Francisco dos Santos, Antonio Ricardo Dias, e o corneta Manoel Francisco Ribeiro, do capitão-tenente Eduardo Wandenkolk, 1º tenente Manoel Lopes de Santa Roza, e oficial da fazenda Pedro Virginio Orlandiny; do 1º sargento do Batalhão Naval Bernardino Guedes Alcanforado, e soldado naval Fortunato José. Em seguida, o Sr. Desembargador Câmara relatou o seguinte processo: do major Felisberto Coelho dos Santos e tenente honorário João José Alves, acusados de desordem recíproca: o Conselho de Guerra absolveu o primeiro e condenou o segundo em dois meses de prisão em uma fortaleza; este Tribunal reformou a sentença para condenar o major pelo abuso de autoridade que duas vezes cometeu à pena de quatro meses de prisão, e cinco anos de privação de comando, e o tenente honorário a seis meses de prisão, ambos em fortaleza; o Sr. Desembargador Goveia relatou o seguinte: do soldado Antonio Feitoza de Mello, acusado de 1ª deserção agravada e condenado em Conselho de Guerra a doze meses de prisão, o que foi confirmado; do soldado José Quirino de Almeida, acusado de 1ª deserção simples e condenado em Conselho de Guerra a seis meses de prisão, o que também foi confirmado; e dos soldados Francisco de Paula Amorim e Bernardo José de Lima, acusados de haver arrombado o xadrez do quartel, onde se achavam presos, para sentenciar por crime de deserção e de se haver evadido, e condenado no Conselho de Guerra na 1ª parte do artigo 126 do Código Criminal: foi esta sentença reformada para condenar-se os réus a quatro anos de trabalhos públicos, na forma do artigo 1º das segundas deserções simples, combinado com o artigo único das deserções agravadas, visto estar provado que os réus escalaram o xadrez do quartel, que é uma praça fortificada; o Sr. Desembargador Câmara assinou-se vencido na parte em que se consideraram os réus como de segunda deserção agravada. E nada mais havendo a tratar-se, o Sr. Conselheiro

Duque de Caxias, servindo de Presidente, encerrou a Sessão, da qual eu, o Secretário de Guerra José Joaquim Rodrigues Lopes, lavrei e assinei esta ata.

Duque de Caxias {assinatura}

7ª ATA DA SESSÃO DO CONSELHO SUPREMO MILITAR DE JUSTIÇA, EM 28 DE FEVEREIRO DE 1872

Existiam 70

Entraram 10

Saíram 20 {anotações à margem da folha}

Aos vinte e oito dias do mês de fevereiro de mil oitocentos e setenta e dois, achando-se presentes os Senhores Conselheiros de Guerra **Duque de Caxias**, **Betancourt**, **Visconde de Tamandaré**, **Barão de Itapagipe**, **De Lamare**, **Barões da Gávea** e **de Laguna**, Conselheiro Vogal **Beaurepaire** e Desembargadores **Câmara**, **Magalhães Castro** e **Goveia**, foi aberta a Sessão. Lida e aprovada a ata da antecedente, o Secretário de Guerra deu conta do seguinte expediente: 3 portarias do Ministério da Guerra, remetendo para serem julgados definitivamente os processos de Conselho de Guerra a que responderam o cabo de esquadra Grandiozo José Ferreira e o soldado Francisco de Assis, os tambores Gregorio Taumaturgo Nazareno Alves, Zacarias Antonio Pereira, e os soldados Miguel Francisco do Nascimento e Onofre Ribeiro Lima, o alferes Julio Antonio Ferreira e os soldados José Antonio Gomes, Luis Antonio e João Baptista Ramos; 1 do Ministério da Marinha remetendo para o mesmo fim o processo instaurado ao imperial marinheiro Sebastião José de Freitas, e 1 do Ministério da Marinha digo da Justiça enviando para o mesmo fim o processo a que foi submetido o soldado policial José Rodrigues de Lemos. Em seguida, o Sr. Desembargador Câmara relatou os seguintes processos: do imperial marinheiro Joaquim Manoel dos Santos, acusado de ferimentos leves, e no Conselho de Guerra absolvido, o que foi confirmado neste Tribunal; do soldado Felippe Pereira, acusado de ferir o seu camarada, e no Conselho de Guerra absolvido; foi esta sentença reformada para dar-se ao réu a de um ano de prisão com trabalho; do soldado Vicente Francisco de Souza, acusado de ferimento, e absolvido no Conselho de Guerra, sentença que foi reformada para condenar-se o réu a 6 anos de prisão com trabalho; dos réus Pedro Isabelino Nunes Leite e Antonio José Pereira dos Santos, soldados policiais acusados de furto, e no Conselho Criminal condenados, o primeiro a um ano de prisão, e o segundo absolvido, o que foi confirmado; do 2º cadete Innocencio José de Farias, acusado de desobediência, e condenado em Conselho de Guerra a 3 meses de prisão com trabalho, sentença que foi reformada para dar-se ao réu a pena de seis meses de prisão em uma fortaleza; do soldado João Rodrigues da Silva, acusado de ferimento, e no Conselho de Guerra condenado a carrinho perpétuo, sentença que foi reformada para infligir-se ao réu a pena de seis anos de prisão com trabalho; e, finalmente, dos réus 1º sargento João Baptista Silverio e soldado Heitor de Medeiros Maciel, acusados de fuga de

preso, e no Conselho de Guerra absolvido o primeiro e condenado o segundo a ir para o lugar do criminoso evadido, sentença esta que foi reformada para condenar-se o 1º sargento Silveira a um ano de prisão com trabalho; e o segundo, soldado Maciel, a seis meses de prisão, também com trabalho; o Sr. Desembargador Magalhães Castro relatou o seguinte: do soldado Antonio Augusto da Silva Cunha, acusado de 2ª deserção simples; o Conselho Criminal o condenou a servir no Exército por quatro anos e meio, como se recrutado fosse, o que foi confirmado; do soldado Alfredo Paulo dos Reis Alpoim, acusado de 1ª deserção simples, e no Conselho de Guerra condenado a dois meses de prisão, o que foi confirmado; do cabo de esquadra Deolindo Ferreira de Vasconcellos, acusado de desobediência e condenado a seis meses de prisão com trabalho nas fortificações, sentença que foi reformada para se lhe dar a pena de um ano de prisão com trabalho; do 2º tenente José Pantaleão Barbalho de Vasconcellos, acusado de praticar atos imorais, e absolvido no Conselho de Guerra, sentença que foi reformada para se lhe dar um mês de prisão; o Sr. Desembargador Goveia assinou-se vencido; do soldado Manoel Joaquim de Santa Anna, acusado de 1ª deserção simples e condenado em Conselho de Guerra a dois meses de prisão, o que foi confirmado; do soldado José Anselmo Pereira, acusado de 1ª deserção simples e condenado em Conselho de Guerra a seis meses de prisão, o que foi confirmado; e ultimamente dos imperiais marinheiros Eustaquio José João e João Martins de Lima, acusados de ferimentos leves recíprocos, e no Conselho de Guerra condenados ambos a um mês de galés, sentença que foi reformada para dar-se a cada um a de três meses de prisão com trabalho a bordo; do soldado José Francisco Marcelino, acusado de dar com um freio de cavalo em seu camarada, e no Conselho de Guerra condenado a seis meses de prisão rigorosa, sentença que foi reformada para se lhe dar a de dois anos de prisão com trabalho; do 2º cadete Aristheo Marques de Carvalho, acusado de insubordinação e condenado em Conselho de Guerra a ser arcabuzado; este Tribunal reformou a sentença para impor ao réu a de dez anos de prisão com trabalho; do soldado Agostinho Ribeiro de Almeida, acusado em Conselho de Guerra de ferimento, e aí condenado a carrinho perpétuo, sentença que foi reformada para se lhe dar a de um ano de prisão com trabalho; do soldado Joaquim Prudencio, acusado de desobediência e condenado a seis meses de trabalhos nas fortificações pelo Conselho de Guerra, senteça que foi confirmada; do soldado José da Assumpção de Oliveira, acusado de deserção em tempo de guerra e por ele condenado à morte, sentença que foi reformada para se lhe dar a de cinco anos de prisão com trabalho; e enfim do soldado Generaldo Manoel Correa, acusado de insubordinação e condenado em Conselho de Guerra a um ano de prisão com trabalho nas fortificações, o que foi confirmado. E nada mais se podendo tratar, por ser já tarde, o Sr. Conselheiro de Guerra Duque de Caxias, servindo de Presidente, encerrou a Sessão, da qual eu, o Secretário de Guerra José Joaquim Rodrigues Lopes, lavrei e assinei esta ata.

Duque de Caxias {assinatura}

8ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar de Justiça, em 2 de março de 1872

Aos dois dias do mês de março de mil oitocentos e setenta e dois, achando-se presentes os Senhores Conselheiros de Guerra **Duque de Caxias**, **Betancourt**, **Barão de Itapagipe**, **De Lamare**, **Barão da Gávea**, **Aguiar**, Conselheiro Vogal **Beaurepaire** e Desembargadores **Câmara** e **Goveia**, foi aberta a Sessão. Lida e aprovada a ata da antecedente, o Secretário de Guerra declarou não haver expediente algum. Em seguida, o Sr. Desembargador Câmara relatou cinco processos seguintes: do soldado Ambrozio Luis Pereira, acusado de deserção agravada e condenado em Conselho de Guerra a dois meses de prisão, o que foi confirmado; do soldado Virginio Antonio do Nascimento, acusado de deserção agravada e condenado em Conselho de Guerra a um ano de prisão, o que também foi confirmado; do soldado Apolinario Antonio dos Santos, acusado de 1ª deserção agravada, e no Conselho de Guerra condenado a quatro meses de prisão, o que ainda foi confirmado; do soldado José Antonio da Silva, acusado também de 1ª deserção agravada e condenado a um ano de prisão em Conselho de Guerra, o que igualmente foi confirmado; e, finalmente, do soldado Ignacio José Pequeno, acusado de 1ª deserção simples e condenado em Conselho de Guerra a quatro meses de prisão, o que foi confirmado. O Sr. Desembargador Goveia relatou os 7 seguintes processos: do soldado Jacintho Simões da Fonseca, acusado de 1ª deserção simples e condenado em Conselho de Guerra a dois meses de prisão, esta sentença foi reformada para impor-se ao réu a de quatro meses de prisão; do soldado João Baptista da Victoria, acusado de 1ª deserção simples, e em Conselho de Guerra condenado a quatro meses de prisão, sentença que foi reformada para dar-se ao réu a de dois meses somente de prisão; do soldado Antonio Francisco de Arruda; acusado de 1ª deserção simples e condenado em Conselho de Guerra a seis meses de prisão, o que foi confirmado; do soldado Joaquim Antonio de Oliveira, acusado de 1ª deserção simples e condenado em Conselho de Guerra a seis meses de prisão, o que foi confirmado; do soldado João Alves Ferreira, acusado de 1ª deserção simples e condenado em Conselho de Guerra a seis meses de prisão, o que foi confirmado; do soldado Camillo José da Costa, acusado de 1ª deserção agravada e condenado em Conselho de Guerra a um ano de prisão, o que foi confirmado; do soldado Manoel José de Santa Anna, acusado de 1ª deserção simples, o Conselho de Guerra julgou-se incompetente para julgar este réu, visto não ter ele completado esta deserção, e o Tribunal confirmou esta decisão de 1ª instância. E nada mais havendo a tratar-se, o Senhor Conselheiro de Guerra Duque de Caxias, servindo de Presidente, encerrou a Sessão, da qual eu, o Secretário de Guerra José Joaquim Lopes, lavrei e subscrevi esta ata.

Betancourt {assinatura}

9ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar de Justiça, em 6 de março de 1872

Existiam 48

Entraram 3

Saíram 1 {anotações à margem da folha}

Aos seis dias do mês de março de mil oitocentos e setenta e dois, achando-se presentes os Senhores Conselheiros de Guerra **Betancourt**, **Visconde de Tamandaré**, **Barão de Itapagipe**, **Visconde de Santa Teresa**, **Barão de Laguna**, Conselheiro **Beaurepaire** e Desembargadores **Câmara**, **Magalhães Castro** e **Goveia**, foi aberta a Sessão. Lida e aprovada a ata da Sessão antecedente, o Secretário de Guerra deu conta de 3 portarias do Ministério da Guerra, 1, remetendo um exemplar da coleção dos anais do Senado correspondente à Sessão do ano findo, e bem assim um exemplar do tomo 8º dos pareceres da Mesa respectiva; e 2 remetendo para serem julgados definitivamente os processos de Conselho de Guerra a que responderam o major Ernesto Augusto da Cunha Mattos, 2º cadete Claudio Barboza de Oliveira; e bem assim uma portaria do Ministério da Marinha enviando para o mesmo fim o processo a que respondeu o soldado naval Chrispino Antonio. Em seguinda, o Sr. Desembargador Goveia relatou o processo dos réus capitão-tenente Eduardo Wandenkolk, 1º tenente Manoel Lopes Santa Roza e oficial de fazenda Pedro Virginio Orlandim, acusado de faltar no cumprimento de seus deveres, e no Conselho de Guerra absolvidos, o que foi confirmado; os Senhores Visconde de Tamandaré, Barão de Itapagipe e Barão de Laguna assinaram-se vencidos por condenarem o imediato e o escrivão, e o Visconde de Santa Teresa fez o mesmo por julgar haver crime no comandante, que não cumpriu com seu dever quanto à falta de mostras da gente do navio, e o imediato e o escrivão pelas faltas graves dos deveres. E nada mais se podendo tratar, por ser já tarde, o Sr. Conselheiro de Guerra Betancourt encerrou a Sessão, de que eu, o Secretário de Guerra José Rodrigues Lopes, lavrei e assinei esta ata.

Betancourt {assinatura}

9ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar de Justiça, em 9 de março de 1872

Existiam 50

Entrou 1

Saíram 19 {anotações à margem da folha}

Aos nove dias do mês de março de mil oitocentos e setenta e dois, achando-se presentes os Senhores Conselheiros de Guerra **Betancourt**, **Barão de Itapagipe**, **Barão da Gávea**,

Conselheiro Vogal **Beaurepaire** e Desembargadores, foi aberta a Sessão. Lida e aprovada a ata da antecedente, o Secretário de Guerra deu conta de duas portarias; do Ministério da Justiça, 1 remetendo para ser julgado definitivamente o processo do Conselho de Guerra a que respondeu o soldado policial Pedro Segui, e do Ministério da Guerra outra enviando o ofício da Presidência do Ceará em que comunica a captura do condenado Raymundo, escravo que fugiu naquela província quando escoltado pelo soldado Onofre Ribeiro Lima, a fim de ser o mesmo ofício junto ao processo do dito praça pendente deste Tribunal. Em seguida, o Sr. Desembargador Câmara relatou os seguintes processos: do soldado Theophilo José dos Santos, acusado de 1ª deserção simples e condenado em Conselho de Guerra a quatro meses de prisão, o que foi confirmado; dos réus cabo Fortunato Dias da Conceição e soldados Lino José de Farias e Antonio Anastacio do Espirito Santo, acusados de fuga de presos, e no Conselho de Guerra absolvidos, o que foi confirmado; do corneta Manoel Francisco Ribeiro, acusado de 1ª deserção simples e condenado em Conselho de Guerra a seis meses de prisão, o que também foi confirmado; do soldado Manoel da Rocha Queiroz, acusado em Conselho de Guerra de 1ª deserção simples, e aí condenado a seis meses de prisão, o que igualmente foi confirmado; do soldado Miguel Francisco do Nascimento, acusado de 1ª deserção simples, também em Conselho de Guerra condenado a seis meses de prisão, o que foi confirmado; e, finalmente, do tambor Zacarias Antonio Pereira, acusado de 1ª deserção simples, o Conselho de Guerra julgou-se incompetente para sentenciar o réu, visto não ter este completado a deserção, o que foi confirmado; o Sr. Desembargador Magalhães Castro relatou os seguintes: do soldado Antonio Pedro Valladão, acusado de 1ª deserção simples, e no Conselho de Guerra condenado a quatro meses de prisão, o que foi confirmado; do soldado José Marcelino de Almeida, acusado de 1ª deserção agravada e condenado em Conselho de Guerra a quatro meses de prisão, o que foi confirmado; do soldado João Fortunato da Silva, acusado de 1ª deserção simples, e no Conselho de Guerra condenado a seis meses de pnsao, o que foi confirmado; do soldado Marciano Francisco de Souza, acusado de 1ª deserção simples, e no Conselho de Guerra condenado a seis meses de prisão, o que foi confirmado; do soldado Luis José Ludovico, acusado de furto; o Conselho de Guerra não tomou conhecimento deste processo pelo falecimento do réu, e o Conselho Supremo Militar proferiu o seguinte despacho: volte o processo ao Conselho de Guerra para julgar extinta a acusação, à vista da certidão à folha 57; do soldado Joaquim Pedro dos Santos, acusado de 2ª deserção simples e condenado em Conselho de Guerra a dois anos de prisão com trabalho, o que foi confirmado; e ultimamente do grumete Izidoro Lucas de Oliveira, acusado em Conselho de Guerra do crime de morte e condenado nele a 20 anos de galés, o que foi confirmado; o Sr. Desembargador Goveia relatou os seis seguintes processos: do soldado José Baptista Ramos, acusado de 1ª deserção simples, e no Conselho de Guerra condenado a seis meses de prisão, o que foi confirmado; do soldado Antonio Ricardo Dias, acusado de 1ª deserção agravada, e no Conselho de Guerra condenado a seis meses de prisão, o que foi confirmado; do soldado Manoel Francisco dos Santos, acusado de 1ª deserção simples e

condenado em Conselho de Guerra a seis meses de prisão, o que foi confirmado; do soldado José Rodrigues de Lemos, acusado de 1ª deserção simples, e no Conselho de Guerra condenado a dois meses de prisão, sentença que foi reformada para se impor ao réu a de quatro meses de prisão; do tambor Gregorio Taumaturgo Nazareno Alves, acusado de 1ª deserção simples, o Conselho de Guerra julgou-se incompetente para julgar o réu por se ter ele apresentado antes de completar o tempo da deserção, o que foi confirmado; e, finalmente, do soldado Joaquim da Cunha Araujo, acusado de 1ª deserção simples, e no Conselho de Guerra condenado a dois meses de prisão, o que foi confirmado. E nada mais havendo a tratar-se, o Senhor Conselheiro de Guerra Betancourt, servindo de Presidente, encerrou a Sessão, da qual eu, o Secretário de Guerra José Joaquim Rodrigues Lopes, lavrei e assinei a Ata. Declaro em tempo que compareceram todos os três Senhores Desembargadores. *Era est supra*, José Joaquim Rodrigues Lopes, Secretário de Guerra.

Betancourt {assinatura}

10ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar de Justiça, em 16 de março de 1872

Existem 32

Entraram 13

Saíram 13 {anotações à margem da folha}

Aos dezesseis dias no mês de março de mil oitocentos e setenta e dois, achando-se presentes os Senhores Conselheiros de Guerra **Betancourt**, **Barão de Itapagipe**, **De Lamare**, Conselheiro Vogal **Beaurepaire** e Desembargadores **Câmara**, **Magalhães Castro** e **Goveia**, foi aberta a Sessão. Lida e aprovada a ata da antecedente, o Secretário de Guerra deu conta de 6 portarias, sendo 3 da Secretaria da Guerra remetendo para serem julgados definitivamente os processos de Conselho de Guerra a que responderam: o anspeçada Manoel Joaquim de Souza, e os soldados Manoel Joaquim de Souza, José Quirino Ribeiro, Cypriano Gomes de Oliveira, Francisco Pires de Atayde, Francisco José de Oliveira, Ignacio Caetano, Laurentino Marinho Falcão, Luis José do Nascimento, Cosme Muniz Tavares da Independência e Veridiano Manoel dos Passos; 1 do Ministério da Justiça enviando para o mesmo o fim o processo do soldado policial Joaquim Augusto Pinto; e 2 do Ministério da Marinha, mandando para o mesmo fim os processos dos réus 1º tenente da Armada Manoel Lopes de Santa Roza e imperial marinheiro Francisco Pereira de Freitas. Em seguida, o Sr. Desembargador Câmara relatou os seguintes processos: do soldado Francisco Antonio da Silva, acusado de espancamento, e em Conselho de Guerra condenado a um ano de rigorosa prisão, o que foi confirmado; do soldado Pedro Segui, acusado de desobediência e condenado pelo Conselho Criminal em seis meses de prisão, conservando-se na solitária oito dias em cada mês, o que foi confirmado; do soldado Henrique Frederico de Mesquita, acusado do crime de morte, e no Conselho condenado a oito anos de prisão com trabalho,

o que foi confirmado; do cabo Florentino Antonio da Assumpção, acusado de ferimentos, e no Conselho de Guerra condenado no artigo 2º do Código Criminal, no grau mínimo, e multa correspondente à metade do tempo, sentença que foi reformada para infligir-se ao réu incurso no artigo 8º dos de Guerra, e foi por isso condenado a seis meses de prisão com trabalho, advertindo-se ao Conselho que devera em sua sentença declarar a pena, o que não fez. O Sr. Desembargador Magalhães Castro relatou o seguinte: do 2º sargento João Crispiniano da Cunha, acusado em Conselho de Guerra de haver extraviado os vencimentos das praças do destacamento, e no Conselho de Guerra condenado a seis meses de prisão simples e expulsão do serviço, sentença esta que foi reformada para se impor ao réu a de um ano de prisão com trabalho; do soldado do Batalhão Naval Antonio Francisco Sacramento, acusado de deserção em tempo de guerra e condenado em Conselho de Guerra a três anos de galés, sentença que foi reformada para se lhe dar a de um ano de prisão com trabalho; do 2º cadete Claudio Barbosa de Oliveira, acusado de resistência, e no Conselho de Guerra absolvido, o que foi confirmado; dos réus anspeçada Antonio Gomes da Silva, e soldados Victor Pinto das Neves e Raymundo Rodrigues, acusados de fuga de presos, e no Conselho de Guerra condenados a serem postos no lugar da praça evadida; sentença que foi reformada para impor-se a de quatro meses de prisão a cada um dos réus; o Sr. Desembargador Goveia relatou o seguinte: do soldado José Antonio Gomes, acusado do crime de morte, e no Conselho de Guerra condenado a carrinho perpétuo, sentença que foi reformada pela de dez anos de prisão com trabalho; do soldado Paulino de Oliveira Nascimento, acusado do crime de morte, e a ela condenado no Conselho de Guerra, o que foi reformado para dar-se ao réu a pena de vinte anos de prisão com trabalho; do anspeçada Manoel Joaquim de Souza, acusado de ferimento, e no Conselho de Guerra condenado na 1ª parte do artigo 8º dos de Guerra, o Conselho Supremo proferiu a respeito o seguinte despacho: volte ao Conselho de Guerra para mandar que se proceda a exame de sanidade no ofendido, e para fazê-lo juntar a este processo; e do soldado do Batalhão Naval Fortunato José, acusado de insubordinação, e no Conselho de Guerra absolvido; sentença que foi reformada para impor-se ao réu a de um mês de prisão com trabalho. E nada mais se podendo tratar, o Sr. Conselheiro de Guerra Betancourt, servindo de Presidente, encerrou a Sessão, da qual eu, o Secretário de Guerra José Joaquim Rodrigues Lopes, escrevi e assinei esta ata.

Betancourt {assinatura}

11ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar e de Justiça, em 20 de março de 1872

Existiam Entraram

Saíram 7 {anotações à margem da folha}

Aos vinte dias do mês de março de mil oitocentos e setenta e dois, achando-se presentes os Senhores Conselheiros de Guerra **Duque de Caxias**, **Betancourt**, **Visconde de Tamandaré**,

De Lamare, **Barão da Gávea**, **Aguiar**, Conselheiro Vogal **Beaurepaire** e Desembargadores **Magalhães Castro** e **Goveia**, foi aberta a Sessão. Lida e aprovada a ata da antecedente, o Secretário de Guerra deu conta de uma portaria do Ministério da Marinha remetendo para ser julgado definitivamente o processo do Conselho de Guerra a que foi submetido o imperial marinheiro Manoel Ignacio de Santa Anna. Em seguida, o Sr. Desembargador Magalhães Castro relatou os seguintes processos: do soldado Cosme Muniz Tavares da Independência, acusado de 1ª deserção simples e condenado em Conselho de Guerra a seis meses de prisão, o que foi confirmado; do soldado Francisco Pires de Atayde, acusado do mesmo crime e condenado à mesma pena, o que também foi confirmado; do soldado Veridiano Manoel dos Passos, acusado de 1ª deserção agravada e condenado em Conselho de Guerra a um ano de prisão, o que foi igualmente confirmado. O Sr. Desembargador Goveia relatou o seguinte: do soldado Luis José do Nascimento, acusado de 1ª deserção simples e condenado em Conselho de Guerra a seis meses de prisão, o que foi confirmado; do soldado Cypriano Gomes de Oliveira, acusado do mesmo crime, condenado pelo Conselho de Guerra à mesma pena, o que foi igualmente confirmado; do soldado naval Chrispim Antonio, acusado de deserção em tempo de guerra, e no Conselho de Guerra condenado a cinco anos de galés, sentença que foi reformada para impor-se ao réu a de dois anos de galés somente. Finalmente, do soldado Joaquim Augusto Pinto, acusado de 1ª deserção agravada: o Conselho Criminal o condenou em quatro meses de prisão, o que foi confirmado. E nada mais se podendo tratar, o Sr. Conselheiro de Guerra Duque de Caxias, servindo de Presidente, encerrou a Sessão, da qual eu, o Secretário de Guerra José Joaquim Rodrigues Lopes, lavrei e assinei esta ata.

Duque de Caxias {assinatura}

12ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar de Justiça, em 22 de março de 1872

Existiam

Entraram

Saíram 12 {anotações à margem da folha}

Aos vinte e dois dias do mês de março de mil oitocentos e setenta e dois, achando-se presentes os Senhores Conselheiros de Guerra **Duque de Caxias**, **Betancourt**, **Barão de Itapagipe**, **De Lamare**, **Visconde de Santa Teresa**, **Barão da Gávea**, **Barão de Laguna**, **Aguiar** e Conselheiro Vogal **Beaurepaire** e Desembargadores **Câmara**, **Magalhães Castro** e **Goveia**, foi aberta a Sessão. Lida e aprovada a ata da antecedente, o Secretário de Guerra deu conta de 4 portarias remetendo para serem julgados definitivamente os processos do Conselho de Guerra a que responderam os soldados Antonio Apolinario de Oliveira, Manoel de Souza, Joaquim Balduino Alves, Manoel Estevão da Silva, Ignacio Pereira dos

Reis, Manoel Rodrigues de Souza e Antonio Brasiliano Duarte, o imperial marinheiro Aniceto Antonio e o soldado naval José Alexandre do Nascimento. Em seguida, o Sr. Desembargador Câmara relatou os seguintes processos: do sargento Bernardino Guedes Alcanforado, acusado de insubordinação e condenado a um ano de prisão pelo Conselho de Guerra, o que foi confirmado; do 2º tenente de comissão José Pantaleão Barbalho de Vasconcellos, acusado de praticar atos imorais e condenado em Conselho de Guerra a quatro meses de prisão, o que foi reformado para se lhe dar a sentença de um mês de prisão; do soldado Sabino Nunes, acusado de ferimento e resistência, e no Conselho de Guerra condenado à morte: o Conselho Supremo reformou esta sentença para infligir ao réu a de cinco anos de prisão com trabalho; do soldado Manoel Simplicio dos Santos, acusado de tentativa de morte, e no Conselho de Guerra condenado à morte, o que foi reformado para dar-se ao réu a sentença de cinco anos de prisão com trabalho; do alferes Julio Antonio Ferreira, acusado de ferimento, e no Conselho de Guerra condenado a um ano de prisão, sentença que foi reformada para dar-se ao réu a de trinta meses de prisão, e, finalmente, do 1º tenente da Armada Manoel Lopes de Santa Roza, acusado de falsificação nos livros dos quartos e condenado em Conselho de Guerra a ser expulso do serviço, sentença que foi reformada para se lhe dar a de um ano de prisão a bordo de um navio de guerra; o Sr. Conselheiro Barão de Laguna assinou-se vencido e os Senhores Desembargadores votaram por seis meses; o Sr. Desembargador Magalhães Castro relatou os seguintes processos: do major Ernesto Augusto da Cunha Mattos, que requereu justificar-se de haver sido prisioneiro com o seu Batalhão na Guerra do Paraguai; o Conselho de Guerra o absolveu, e o Conselho Supremo Militar, confirmando a sentença do Conselho de Guerra, o absolveram por se ter justificado completamente, não tendo cedido senão na última extremidade, quando foi atacado, e depois de haver-se defendido por todos os modos possíveis; do 2º cadete João Ferreira de Magalhães Rhodes, acusado de desobediência, e no Conselho de Guerra condenado a seis meses de prisão, constando-lhe o tempo em que já esteve preso; sentença esta que foi reformada para se lhe dar a de seis meses de prisão, não se atendendo ao tempo que da mesma tem sofrido; e, finalmente, do imperial marinheiro Agostinho Pio, acusado de insubordinação e condenado em Conselho de Guerra a sete anos de prisão com trabalho, o que foi reformado para se lhe dar a de um ano de prisão com trabalho; o Sr. Desembargador Goveia relatou os seguintes: do imperial marinheiro Sebastião José de Freitas, acusado de tentativa de morte contra seu superior, e no Conselho de Guerra condenado à morte; o que foi reformado para se lhe dar a de dez anos de prisão com trabalho; do soldado Francisco José de Oliveira, acusado de ferimento, e no Conselho de Guerra condenado a um ano de prisão com trabalho; o Conselho Supremo proferiu a respeito o seguinte despacho: volte o processo ao Conselho de Guerra para proferir-se novo julgamento por via de tenções, e mandando-se previamente que se proceda a exame de sanidade no ofendido, a fim de verificar-se a natureza do ferimento; afinal, do grumete Francisco Pereira de Freitas, acusado em Conselho de Guerra de ferimentos: aí foi condenado a oito anos de galés, sentença que foi reformada para se

impor ao réu a de seis anos de prisão com trabalho. E sendo tarde, o Conselheiro Duque de Caxias, servindo de Presidente, encerrou a Sessão, da qual eu, o Secretário de Guerra José Joaquim Rodrigues Lopes, escrevi e assinei a ata.

Duque de Caxias {assinatura}

13ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar de Justiça, em 13 de abril de 1872

Existiam

Entraram

Saíram {anotações à margem da folha}

Aos treze dias do mês de abril de mil oitocentos e setenta e dois, achando-se presentes os Senhores Conselheiros de Guerra **Duque de Caxias**, **Betancourt**, **De Lamare**, **Visconde de Santa Teresa**, **Barões da Gávea** e **de Angra**, Conselheiro Vogal **Beaurepaire** e Desembargadores **Magalhães Castro** e **Goveia**, foi aberta a Sessão. Lida e aprovada a ata da antecedente, o Secretário de Guerra apresentou o seguinte expediente 3 decretos, comutando as penas a que foram condenados os soldados José Nunes da Motta, Manoel Florencio de Souza, Manoel do Sacramento, e o anspeçada reformado Evaristo Alves de Souza digo Evaristo Lucio Alves, 8 portarias do Ministério da Guerra, remetendo para serem julgados em última instância os processos de Conselho de Guerra a que foram submetidos o capitão graduado Joaquim de Cantanhede Pimentel e alferes de comissão Candido Ribeiro de Souza e soldados José Gomes Ribeiro, Joaquim José Ignacio, Antonio Francisco de Oliveira, e alferes Frederico Cardozo da Silva, tambor Antonio Ferreira da Silva e soldados Joaquim Pereira Alves, Manoel José Ricardo, Wenceslao Francisco Ramos, Antonio Julio da Fonseca, Antonio Pereira dos Santos, Francisco de Oliveira, Pedro Augusto Pereira, Manoel Jeronimo da Silva, Dionisio Manoel do Amaral e Manoel Herminio de Souza, cabo de esquadra Martinho da Silva, e os soldados Felix Cardozo da Rocha, Manoel Joaquim de Santa Anna, Antonio José Machado, José Maximiano Bispo, anspeçada Angelo Ferreira de Vasconcellos, soldados Gonçalo Firmino de Araujo e Gonçalo Felix, cabo de esquadra João Pedro de Alcantara, e soldado particular Lourenço Bartolomeo de Oliva, o alferes Manoel Ignacio de Jesus e os soldados Domingos Adeodato Sariano, Francisco José Joaquim de Oliveira, Joaquim Manoel, Manoel Ribeiro dos Santos, Victorino José da Cruz, Germano José de Santa Anna, João Pedro Barboza de Oliveira, Antonio José dos Passos, Delfino Alves Rodrigues, Venancio da Silva, Andre de Souza Negreiros, José Cavalcante Pereira, João Pedro de Alcantara, Joaquim Rodrigues, José dos Santos, Francisco de Salles Lima, Sebastião Soares da Silva, Francisco Pereira de Andrade, Tobias José dos Santos, João Sabino de Lima, Miguel Antonio dos Reis, Theophilo de Carvalho; da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha 2 portarias remetendo para o mesmo fim os processos a que responderam em

Conselho de Guerra o guardião Maximiano de Santa Roza, de Lima, e o imperial marinheiro Antonio Francisco Pereira; e da Secretaria da Justiça 3 remetendo ainda para o mesmo fim os processos de Conselho de Guerra a que foram submetidos os soldados do Corpo Militar de Polícia da Corte Daniel Cordeiro de Santa Anna, Manoel Ferreira de Oliveira, Ricardo Pereira do Amaral, Rozendo José dos Santos e Benedicto de Moura Fé. Em seguida, o Sr. Desembargador Magalhães Castro relatou os seguintes processos: do soldado Manoel Fernandes da Silva, acusado de 1ª deserção simples e condenado a seis meses de prisão, o que foi confirmado; do soldado Francisco Pereira da Silva, acusado também de 1ª deserção simples e condenado a seis meses de prisão, o que foi confirmado; e do soldado Honorato José Vieira, acusado de 1ª deserção agravada e condenado a um ano de prisão, o que foi confirmado. O Sr. Desembargador Goveia relatou o seguinte: do soldado Joaquim Rodrigues José dos Santos, acusado de 1ª deserção simples e condenado a seis meses de prisão, o que foi confirmado; do soldado Venancio da Silva, acusado de 1ª deserção simples e condenado também a seis meses de prisão, o que foi confirmado; e, finalmente, do soldado Antonio Brasiliano Duarte, acusado em Conselho de Guerra de 2ª deserção agravada e nele condenado a quatro anos de prisão, o que foi confirmado. E nada mais se podendo tratar, o Sr. Conselheiro de Guerra Duque de Caxias, servindo de Presidente, encerrou a Sessão, da qual, eu o Secretário de Guerra José Joaquim Rodrigues Lopes, lavrei e a assinei esta ata.

Duque de Caxias {assinatura}

14ª ATA DA SESSÃO DO CONSELHO SUPREMO MILITAR DE JUSTIÇA, EM 17 ABRIL DE 1872

Existiam

Entraram 3

Saíram 19 {anotações à margem da folha}

Aos 17 dias do mês de abril de mil oitocentos e setenta e dois achando-se presentes os Senhores Conselheiros de Guerra **Duque de Caxias**, **Betancourt**, **Visconde de Tamandaré**, **Barão de Itapagipe**, **De Lamare**, **Visconde de Santa Teresa**, **Barão de Angra**, e Conselheiro Vogal **Beaurepaire** e Desembargadores **Câmara**, **Magalhães Castro** e **Goveia**, foi aberta a Sessão. Lida e aprovada a ata da antecedente, o Secretário de Guerra deu conta de duas portarias do Ministério da Guerra enviando para serem julgados definitivamente os processos de Conselho de Guerra a que foram submetidos os soldados Miguel Barboza de Barros, Roberto José Antonio da Silva, João Pedro. Em seguida, o Sr. Desembargador Câmara relatou os seguintes processos: do soldado Laurentino Marinho Falcão, acusado de 1ª deserção simples e condenado em Conselho de Guerra a seis meses de prisão, o que foi

confirmado; do soldado Ignacio Caetano, acusado de 3ª deserção simples e condenado também a seis meses de prisão, digo condenado a seis anos de prisão, o que foi confirmado; do soldado José Querino Ribeiro, acusado do crime de morte e condenado em Conselho de Guerra à prisão perpétua: o Tribunal reformou a sentença para condená-lo à morte, como incurso nos artigos 1º e 8º dos de Guerra; os Senhores Conselheiros Beaurepaire e Desembargador Câmara votaram pela pena de carrinho perpétuo; do soldado Ignacio Pereira dos Reis, acusado de 1ª deserção simples, condenado em seis meses de prisão, o que foi confirmado; do soldado João Pedro de Alcantara, acusado de 1ª deserção simples e condenado também a seis meses de prisão; foi esta sentença reformada para impor-se ao réu a pena de dois meses de prisão, visto constar ter-se apresentado antes dos 3 meses; do soldado Andre de Souza Negreiros, acusado de 2ª deserção simples e condenado em Conselho de Guerra a dois anos de trabalhos públicos, o que foi confirmado; do imperial marinheiro Manoel Ignacio de Santa Anna, acusado de 1ª deserção simples e condenado em Conselho de Guerra a um ano de prisão, o que foi confirmado; e, finalmente, do imperial marinheiro Aniceto Antonio, acusado de 3ª deserção simples, e no Conselho de Guerra condenado a um ano de prisão, o que também foi confirmado. O Senhor Desembargador Magalhães Castro relatou os seguintes: do tenente Joaquim Ascencio da Costa Lanné, acusado de abuso de autoridade, e no Conselho de Guerra condenado a três meses de prisão, o que foi confirmado; do soldado Manoel Joaquim de Souza, acusado de 2ª deserção simples e condenado em Conselho de Guerra a dois anos de trabalhos públicos, o que foi confirmado; do soldado Luis Antonio, acusado de ter abandonado o seu posto, e no Conselho de Guerra condenado a seis meses de prisão, sentença que foi reformada para se impor ao réu a de um ano de prisão; do soldado Antonio Teixeira de Barros, acusado de ferimentos e condenado pelo Conselho de Guerra a nove meses de rigorosa prisão, o que foi reformado para se lhe dar a sentença de um ano de prisão; e, afinal, a do furriel Ricardo Raymundo de Castro, acusado de insubordinação, e em Conselho de Guerra condenado a quatro meses de prisão com trabalho, sendo esta sentença reformada para lhe dar a de seis meses da mesma prisão. Afinal, o Senhor Desembargador Goveia relatou os 6 seguintes: do soldado Germano José de Santa Anna, acusado de fuga de presos e condenado em Conselho de Guerra a dois anos de prisão com trabalho, o que foi confirmado; do soldado Joaquim Balduino Alves, acusado de deserção em tempo de guerra e condenado à morte em primeira instância; o Tribunal reformou esta sentença para impor ao réu a de cinco anos de prisão com trabalho; do soldado Antonio Apolinario de Oliveira, acusado do mesmo crime, e por isso também condenado à morte na 1ª instância. O Tribunal reformou esta sentença para impor igualmente a de cinco anos de prisão com trabalho; do soldado Manoel Estevão da Silva, acusado de embriaguez e insubordinação; foi no Conselho de Guerra condenado à morte, mas o Tribunal reformou a sentença para dar-lhe a de dois anos de prisão com trabalho; dos soldados Pedro Barboza

de Oliveira e Antonio José dos Passos; acusados ambos em um só processo de 1ª deserção agravada e condenado cada um a um ano de prisão com trabalho, sentença que foi confirmada; e, enfim, do cabo de esquadra Delfino Alvares Rodrigues e soldado José Cavalcante Pereira, envolvidos ambos em um só processo por ferimento recíproco, e condenados em Conselho de Guerra, o primeiro réu a dois anos de prisão com trabalho e multa correspondente à metade do tempo; e o segundo réu a seis meses e meio de prisão e multa correspondente à metade do tempo. O Tribunal, reformando esta sentença, deu ao primeiro réu dois anos de prisão com trabalho, e ao segundo, seis meses da mesma prisão. E sendo já tarde, o Sr. Conselheiro Duque de Caxias, servindo de Presidente, encerrou a Sessão, da qual eu, o Secretário de Guerra José Joaquim Rodrigues Lopes, escrevi e assinei esta ata.

Duque de Caxias {assinatura}

15ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar de Justiça, em 24 de abril de 1872

Existiam Entraram

Saíram 15 {anotações à margem da folha}

Aos vinte e quatro dias do mês de abril de mil oitocentos e setenta e dois, achando-se presentes os Senhores Conselheiros de Guerra **Duque de Caxias**, **Betancourt**, **De Lamare**, **Visconde de Santa Teresa**, **Barão de Angra** e Conselheiro Vogal **Beaurepaire** e Desembargadores **Câmara** e **Goveia**, foi aberta a Sessão. Lida e aprovada a ata da antecedente, o Secretário de Guerra deu conta de cinco portarias do Ministério da Guerra, remetendo para serem julgados em superior instância os processos a que responderam o tenente Joaquim Alves Feitoza, 2º cadete Rodrigo Baptista de Alcantara, cabo de esquadra Antonio Proença de Abreo, e os soldados João Izidoro Charão, digo João Izidro Charão, Joaquim de Figueiredo Rodrigues, Christovão Gomes da Silva, Honorato José Victorino, Manoel Victoriano dos Santos, Manoel Barros dos Prazeres, Francisco Theodoro de Jesus, João Francisco da Silva, Gabriel de Oliveira, Antonio da Silva Pereira, João Manoel de Oliveira, Manoel Lourenço Rodrigues, Manoel Joaquim Rodrigues, Belisario de Souza Vieira, Severiano Rodrigues de Lima, Joaquim José de Santa Anna, Francisco Borges da Silva Santos, Olimpio João Vieira da Silva, Quintino Gomes Correa, Manoel Joaquim da Cunha e Pedro Manoel de Souza. Em seguida, o Sr. Desembargador Câmara relatou os seguintes processos: dos soldados Theophilo de Carvalho, Miguel Antonio dos Reis, João Sabino de Lima, Tobias José dos Santos, Francisco Correa de Andrade, acusados em Conselho de Guerra de 1ª deserção agravada e aí condenados, o réu Tobias José dos Santos a quatro meses de prisão e todos os outros a um ano de prisão, o que foi confirmado; dos réus cabo de esquadra Francisco de Salles Lima, e soldado Sebastião Soares da Silva, acusados de fuga de preso e no Conselho de Guerra foram condenados a ficar no lugar do criminoso, e neste

Tribunal foi tal sentença reformada para se dar ao cabo de esquadra seis meses de prisão com trabalho, e ao soldado quatro meses da mesma prisão; do soldado José Alexandre do Nascimento, acusado de 3ª deserção simples e condenado em Conselho de Guerra a seis anos de prisão, o que foi confirmado; do soldado Manoel Rodrigues de Souza, acusado de fuga de preso, e no Conselho de Guerra condenado a ir para o lugar do criminoso, sentença que foi reformada para se lhe impor a de quatro meses de prisão com trabalho; do soldado policial Daniel Cordeiro de Santa Anna, acusado de 1ª deserção agravada e condenado em Conselho de Guerra a quatro meses de prisão, o que foi confirmado; do soldado Manoel Ribeiro dos Santos, acusado de 1ª deserção simples e condenado em Conselho de Guerra a seis meses de prisão, o que foi confirmado; e do soldado José Gomes Ribeiro, acusado de 1ª deserção simples e condenado em Conselho de Guerra a dois meses de prisão, o que foi confirmado; o Sr. Desembargador Goveia relatou os seguintes: do soldado José Joaquim de Oliveira, acusado de 1ª deserção simples e condenado em Conselho de Guerra a dois meses de prisão, o que foi confirmado; do soldado Victorino José da Cruz, acusado de 1ª deserção simples e condenado em Conselho de Guerra a seis meses de prisão, o que foi confirmado; do tambor Antonio Ferreira da Silva, acusado de 1ª deserção simples e condenado a seis meses de prisão em Conselho de Guerra, o que foi confirmado; do soldado Manoel Jeronimo da Silva, acusado de 1ª deserção simples, e no Conselho de Guerra condenado a seis meses de prisão, o que foi confirmado; do soldado Dionisio Manoel do Amaral, acusado em Conselho de Guerra de 1ª deserção simples e condenado pelo mesmo a seis meses de prisão, o que foi confirmado; do soldado Francisco de Oliveira, acusado de 1ª deserção simples, e no Conselho de Guerra condenado a seis meses de prisão, o que foi confirmado; do soldado Pedro Augusto Pereira, acusado de 1ª deserção simples e condenado em Conselho de Guerra a seis meses de prisão, o que foi confirmado; e, finalmente, do soldado Manoel Herminio de Souza, acusado de 1ª deserção agravada e condenado pelo Conselho de Guerra a um ano de prisão, o que foi confirmado; o Senhor Conselheiro Duque de Caxias assinou-se vencido, e o Sr. Conselheiro de Guerra Visconde de Santa Teresa assinou-se vencido por julgar que o réu cometeu o crime de 2ª deserção. E nada mais havendo a tratar-se, o mesmo Senhor Conselheiro de Guerra Duque de Caxias, servindo de Presidente, encerrou a Sessão, da qual eu, o Secretário de Guerra José Joaquim Rodrigues Lopes, lavrei e assinei esta ata.

Duque de Caxias {assinatura}

16ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar de Justiça, em 27 de abril de 1872

Existiam

Entraram

Saíram 15 {anotações à margem da folha}

Aos vinte e sete dias do mês de abril de mil oitocentos e setenta e dois, achando-se presentes os Senhores Conselheiros de Guerra **Duque de Caxias**, **Betancourt**, **Barão da Gávea**, **Aguiar**, **Barão de Angra**, Conselheiro Vogal **Beaurepaire**, Desembargadores **Câmara**, **Magalhães Castro** e **Goveia**, foi aberta a Sessão. Lida e aprovada a ata da antecedente, o Secretário de Guerra deu conta de duas portarias enviando para serem julgados definitivamente os processos a que responderam o soldado policial José Francisco de Nobrega, e o imperial marinheiro Marcelino Rodrigues da Silva. Em seguida, o Desembargador Câmara relatou os seguintes processos: do soldado José Maximiano Bispo, acusado no Conselho de Guerra de 1ª deserção agravada, e aí condenado a um ano de prisão, o que foi confirmado; do soldado Manoel de Souza, acusado de deserção em tempo de guerra, e no Conselho de Guerra condenado à morte; foi esta sentença reformada para se dar ao réu a de cinco anos de prisão com trabalho; do soldado Antonio José Machado, acusado do 2ª deserção simples, e no Conselho de Guerra condenado a dois anos de trabalhos públicos, o que foi confirmado; dos réus soldados Manoel José Ricardo e Wenceslao Francisco Ramos, acusados de briga e ferimentos recíprocos, e no Conselho de Guerra condenados ambos a três meses de rigorosa prisão, o que foi confirmado; o Sr. Desembargador Magalhães Castro relatou o seguinte: do soldado Manoel Antonio da Costa, acusado de 1ª deserção simples e condenado em Conselho de Guerra a seis meses de prisão, o que foi confirmado; do soldado Julio Anacleto do Espirito Santo, acusado de 1ª deserção agravada, e no Conselho de Guerra condenado a quatro meses de prisão, o que foi confirmado; do soldado João Miguel Cellestino, acusado de fuga estando a cumprir sentença, e no Conselho de Guerra foi condenado a dez anos de trabalhos públicos, o que foi confirmado; do soldado José Antonio, acusado de 1ª deserção simples, condenado em Conselho de Guerra a seis meses de prisão, o que foi confirmado; o Sr. Desembargador Goveia relatou os seguintes: do soldado Roberto José Antonio da Silva, acusado de 1ª deserção simples, e no Conselho de Guerra condenado a seis meses de prisão, o que foi confirmado; do soldado Miguel Barboza de Barros, acusado de 1ª deserção simples e condenado em Conselho de Guerra a dois meses de prisão, o que foi confirmado; do soldado policial Benedicto de Moura Fé, acusado de 1ª deserção simples e em Conselho de Guerra condenado a quatro meses de prisão, o que foi confirmado; dos réus, clarim Rozendo José dos Santos e soldados Manoel Ferreira de Oliveira e Ricardo Pereira do Amaral, acusados todos 3 de fuga de presos, e no Conselho de Guerra foram condenados o primeiro, o clarim, a dez anos de prisão com trabalho, e os dois seguintes a um ano de prisão com trabalho cada um: esta sentença foi reformada para absolver-se os três réus, visto não estar provada a sua criminalidade; do alferes Frederico Cardozo da Silva, acusado de deserção, e extravio de dinheiro da Fazenda Pública; foi no Conselho de Guerra condenado a dois anos de prisão, e expulsão do serviço sentença que foi reformada para se lhe impor apenas a expulsão do serviço; do alferes Manoel Ignacio de Jesus, acusado de ficar alcançado com a Caixa do Batalhão, e no Conselho de Guerra absolvido, o que foi

confirmado; e, finalmente, do soldado Felix Cardozo da Rocha, acusado de 1ª deserção simples, e no Conselho de Guerra condenado a seis meses de prisão, o que foi confirmado. Nada mais havendo a tratar-se, o Sr. Conselheiro de Guerra Duque de Caxias, servindo de Presidente, encerrou a Sessão, da qual eu, o Secretário de Guerra José Joaquim Rodrigues Lopes, escrevi e assinei esta ata.

Duque de Caxias {assinatura}

17ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar e de Justiça, em 1º de maio de 1872

Existiam Entraram

Saíram 8 {anotações à margem da folha}

No dia um de maio de mil oitocentos e setenta e dois, achando-se presente os Senhores Conselheiros de Guerra **Duque de Caxias**, **Betancourt**, **Barões da Gávea** e **de Angra** e Desembargadores **Câmara** e **Goveia**, foi aberta a Sessão. Lida e aprovada a ata da antecedente, o Secretário de Guerra deu conta de 3 portarias da Secretaria da Guerra enviando para serem julgados definitivamente os processos de Conselho de Guerra a que foram submetidos os seguintes réus: 2º cadete João Manoel de Mello, e os soldados Felippe Benicio de Lima, Severiano Braga, Joaquim José da Costa, Manoel Cirilo de Souza, Ricardo Mendes, Pedro Maximo dos Santos, Joaquim Victorino e João digo Romão José Luiz, Manoel Alexandre e Carlos Augusto de Paula Rodrigues, Joaquim Alves da Silva, Antonio Joaquim de Souza, Desiderio Alves, Jacintho Francisco do Nascimento, José Joaquim de Santa Anna Lage, Manoel Gomes de Abreo, Alexandre Antonio da Costa, Jacintho Rodrigues da Silva, João Quiterio de Souza, cabo de esquadra José da Costa Gadelha, Braselino Braulio Vieira, e 2º sargento Antonio José da Costa Vallier Junior. Em seguida, o Sr. Desembargador Câmara relatou os seguintes processos: do soldado do Corpo Policial José Francisco de Nobrega, acusado de 2ª deserção agravada e condenado em Conselho Criminal a passar para o Exército como se recruta fosse, o que foi confirmado; do soldado Gabriel de Oliveira, acusado de 1ª deserção agravada e condenado em Conselho de Guerra a doze meses de prisão, o que foi confirmado; do soldado João Pedro, acusado em Conselho de Guerra de 2ª deserção simples, e aí condenado a dois anos de trabalhos públicos, o que foi confirmado; do soldado Romão José Luiz, acusado de 1ª deserção agravada e no Conselho de Guerra condenado a doze meses de prisão, o que foi confirmado. O Sr. Desembargador Goveia relatou o seguinte: do soldado Ricardo Mendes, acusado de 1ª deserção simples e condenado em Conselho de Guerra a seis meses de prisão, o que foi confirmado; do cabo de esquadra João Pedro de Alcantara, acusado de 2ª deserção simples, e no Conselho de Guerra condenado a dois anos de trabalhos públicos, o que foi confirmado; do soldado Gonçalo Francisco de Araujo Costa, acusado de 2ª

deserção simples, e no Conselho de Guerra condenado a dois anos de trabalhos públicos, o que foi confirmado; do guardião Maximiniano de Santa Roza Lima, acusado de cometer atos imorais e deserção e condenado em Conselho de Guerra a servir um ano sem vencimentos em navio de guerra, o que foi confirmado. E nada mais havendo a tratar-se, o Sr. Conselheiro de Guerra Duque de Caxias, servindo de Presidente, encerrou a Sessão, da qual eu, o Secretário de Guerra José Joaquim Rodrigues Lopes, escrevi e assinei esta ata.

Betancourt {assinatura}

18ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar e de Justiça, em 4 de maio de 1872

Existiam

Entraram

Saíram 16 {anotações à margem da folha}

Aos quatro dias do mês de maio de mil oitocentos e setenta e um *[sic],* achando-se presentes os Senhores Conselheiros de Guerra **Betancourt**, **Barão de Itapagipe**, **Barão da Gávea**, **Barão de Angra**, Conselheiro Vogal **Beaurepaire**, Desembargadores **Câmara**, **Magalhães Castro** e **Goveia**, foi aberta a Sessão. Lida e aprovada a ata da antecedente, o Secretário deu conta de dois ofícios digo portarias do Ministério da Guerra enviando para serem definitivamente julgados os processos do Conselho de Guerra a que responderam os seguintes réus: cabo de esquadra Antonio de Paula Pinto, e soldados José Felippe dos Santos, Manoel Coelho de Oliveira, Felix Rodrigues, Antonio Salustiano dos Santos, Romão José dos Santos, Ignacio Rodrigues da Silva, Joaquim Fernandes de Lima, Manoel José dos Anjos, Januario Pereira da Cruz digo Januario Pereira da Silva, Manoel Pereira dos Santos e José Venancio Baptista. Nesta ocasião entrou o Sr. **Visconde de Santa Teresa**. Em seguida, o Sr. Desembargador Câmara relatou os seguintes processos: do anspeçada Angelo Ferreira de Vasconcellos, acusado de ferimento, e no Conselho de Guerra absolvido, o que foi confirmado; do soldado Honorato José Victorino, acusado de deserção em tempo de guerra e condenado à morte em 1ª instância, o que foi reformado para se lhe dar a pena de cinco anos de prisão com trabalho; do soldado Manoel Joaquim de Santa Anna, acusado de resistência, e ferimento, e no Conselho de Guerra condenado nas penas dos artigos 1º, 8º e 12 dos de Guerra, o que foi reformado para se lhe impor a pena de quatro anos de prisão com trabalho; dos cabo de esquadra Martinho da Silva, acusado de ferimento e condenado em Conselho de Guerra a quatro anos de rigorosa prisão, o que foi confirmado; do soldado Manoel Lourenço, acusado de ferimento, e no Conselho de Guerra condenado a seis meses de trabalho nas fortificações, foi esta sentença reformada para impor-se ao réu a de um ano de prisão com trabalho; o Sr. Desembargador Magalhães Castro relatou o seguinte: do soldado Onofre Ribeiro Lima, acusado de fuga de preso e condenado a ser posto no lugar

do evadido, foi esta sentença reformada para se lhe dar a de um ano de prisão com trabalho; do soldado Antonio Julio de Fonseca, acusado em Conselho de Guerra com Antonio Pereira dos Santos, também soldado de crime de 1ª deserção simples, foi condenado cada um deles a seis meses de prisão, o que foi confirmado; dos réus capitão graduado Joaquim de Castanhedo Pimentel, e alferes Candido Ribeiro de Sena, acusado de ferimento mútuo, foram em Conselho de Guerra absolvido o capitão e condenado a nove meses de rigorosa prisão o alferes; esta sentença foi reformada para impor-se ao capitão a pena de um mês de prisão, e ao alferes quatro meses; do soldado Domingos Deodato Sariano, acusado de arrombar o xadrez em que estava preso, e desrespeitado a seu superior: em Conselho de Guerra teve a sentença de quatro meses de prisão, o que foi confirmado; do soldado Joaquim Pereira Alves, acusado em Conselho de Guerra de 2ª deserção simples e condenado a dois anos de trabalhos públicos, o que foi confirmado; do soldado Christovão Gomes da Silva, acusado de 1ª deserção simples, e no Conselho de Guerra condenado a seis meses de prisão, o que foi confirmado; e ultimamente o Sr. Desembargador Goveia relatou os seguintes: do soldado Antonio da Silva Pereira, acusados de 1ª deserção agravada, e em Conselho de Guerra condenado a um ano de prisão, o que foi confirmado; do imperial marinheiro Marcelino Rodrigues da Silva, acusado de ferimento, e no Conselho de Guerra condenado a dois anos de galés, o que foi confirmado; do soldado João Francisco da Silva, acusado de 1ª deserção simples e condenado em Conselho de Guerra a seis meses de prisão, o que foi confirmado; do imperial marinheiro Antonio Francisco Pereira, acusado de ferimentos leves, e no Conselho de Guerra condenado a seis meses de galés, sentença esta que foi reformada para lhe dar a de um ano de prisão com trabalho, e, afinal, do soldado Manoel Victorino dos Santos, acusado de ameaças e resistência, e no Conselho de Guerra condenado a quatro anos de trabalhos nas fortificações, sentença que foi reformada para absolver-se o réu. Declaro, em tempo, que na sentença acima dada ao capitão graduado Pimentel, o Sr. Desembargador Câmara assinou-se vencido. E nada mais havendo a tratar-se, o Sr. Conselheiro de Guerra Betancourt, servindo de Presidente, encerrou a Sessão, da qual eu, o Secretário de Guerra José Joaquim Rodrigues Lopes, escrevi e assinei esta ata.

Betancourt {assinatura}

19ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar e de Justiça, em 8 de maio de 1872

Existiam

Entraram

Saíram 11 {anotações à margem da folha}

Aos oito dias do mês de maio de mil oitocentos e setenta e dois, achando-se presentes os Senhores Conselheiros de Guerra **Betancourt**, **Barão de Itapagipe**, **Barão de Angra**,

Desembargadores **Câmara** e **Magalhães Castro**, foi aberta a Sessão. Lida e aprovada a ata da antecedente, o Secretário de Guerra deu conta de 4 portarias enviando para serem julgados definitivamente os processos de Conselho de Guerra a que responderam: o 1º tenente da Armada Irineo José da Rocha, e grumete Marcelino Telles Guimarães, soldado policial Manoel Antonio Ribeiro, e soldados do Exército Vicente Lopes de Souza, Francisco Pereira de Farias, Nicoláu José Pereira da Silva, Antonio José do Carmo, Manoel Ignacio de Lima, Raimundo Rodrigues Queiroz, Francisco da Silva do Nascimento, Feliciano José Soares da Silva, digo Feliciano José da Silva, digo Feliciano José Soares da Silva, Joaquim Teixeira da Costa, João Antonio Pedro Lima e Pedro Cellestino. Em seguida, o Sr. Desembargador Câmara relatou os seguintes processos: do soldado Antonio Joaquim de Souza, acusado de 1ª deserção agravada, condenado em Conselho de Guerra em um ano de prisão, sentença que foi reformada para condenar o réu a quatro anos de trabalhos públicos, visto constar do processo ser esta 2ª deserção e agravada; do soldado Manoel Gomes de Abreo, acusado de 1ª deserção agravada e condenado em Conselho de Guerra a um ano de prisão, o que foi confirmado; do soldado Felix Rodrigues, acusado de 1ª deserção simples e no Conselho de Guerra condenado a dois meses de prisão, o que foi confirmado; do soldado João Quiterio de Souza, acusado de 1ª deserção simples e condenado em Conselho de Guerra, o que foi confirmado; do imperial marinheiro Marcolino Telles Junior, acusado de 1ª deserção simples e condenado a um ano de prisão, o que foi confirmado; o Sr. Desembargador Magalhães Castro relatou os seguintes: do soldado Joaquim Manoel, acusado de 1ª deserção simples e condenado a seis meses de prisão, o que foi confirmado; do soldado Manoel Alexandre, acusado de 1ª deserção simples e condenado em Conselho de Guerra a seis meses de prisão, o que foi confirmado; do soldado Desiderio Alves, acusado de 1ª deserção agravada, e em Conselho de Guerra condenado a um ano de prisão, o que foi confirmado; do soldado Alexandre Antonio da Costa, acusado de 2ª deserção simples e condenado a dois anos de trabalhos públicos, o que foi confirmado; dos soldados João Manoel de Oliveira, acusado de 1ª deserção simples e condenado a quatro meses de prisão, o que foi confirmado; e, ultimamente, dos soldados Candido José da Silva Santos, Olimpio João Vieira da Silva, Quintino Gomes Correa e Manoel Joaquim da Cunha, acusados em um só processo de fuga de preso e no Conselho de Guerra absolvidos todos menos o Quintino Gomes Correa, que foi condenado a ficar no lugar do evadido: esta sentença foi reformada para condenar-se ao mesmo Quintino e o réu Olimpio João Vieira da Silva a seis meses de prisão com trabalho cada um. Nada mais havendo a tratar-se, o Sr. Conselheiro de Guerra Betancourt, servindo de Presidente, encerrou a Sessão, da qual eu, Secretário de Guerra José Joaquim Rodrigues Lopes, escrevi e assinei esta ata.

Betancourt {assinatura}

20ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar e de Justiça, em 11 de maio de 1872

Existiam 52

Entraram 3

Saíram 14 {anotações à margem da folha}

Aos onze dias do mês de maio de mil oitocentos e setenta e dois, achando-se presentes os Senhores Conselheiros de Guerra **Betancourt**, **Barão de Itapagipe**, **De Lamare**, **Barão da Gávea**, **Barão de Angra**, Conselheiro Vogal **Beaurepaire** e Desembargadores **Câmara**, **Magalhães Castro** e **Goveia**, foi aberta a Sessão. Lida e aprovada a ata da antecedente, o Secretário de Guerra deu conta dos seguintes processos, remetidos para serem julgados definitivamente pelo Ministério da Justiça: dos soldados do Corpo Policial da Corte Guilherme Agostinho Gervasio, Leonardo Manoel de Oliveira e João Baptista da Cruz. Em seguida, o Sr. Desembargador Câmara relatou os seguintes processos: do tenente Joaquim Alves Feitoza, acusado de inveterado crime de embriaguez, tornando inútil para o serviço militar, foi condenado a ser reformado por má conduta habitual, sentença que foi reformada para se lhe dar a de seis meses de prisão, do soldado Antonio Francisco de Oliveira, acusado de ferimento, condenado em Conselho de Guerra a seis meses de rigorosa prisão, sentença que foi reformada para se lhe dar a de um ano de prisão com trabalho, do soldado José Joaquim de Santa Anna Laje, acusado de ferimento, em Conselho de Guerra absolvido, o que foi confirmado; o Sr. Magalhães Castro relatou o seguinte: do 1º tenente Amado Irineo José da Rocha, acusado de desobediência, e falta de respeito ao seu superior, e absolvido no Conselho de Guerra, o que foi confirmado; do soldado Joaquim José Ignacio, acusado de 1ª deserção simples e no Conselho de Guerra condenado a seis meses de prisão, o que foi confirmado; do cabo de esquadra José da Costa Gadelha, acusado de insubordinação, e no Conselho de Guerra condenado a três meses de rigorosa prisão, o que foi confirmado; do soldado Joaquim Pereira da Silva, acusado de 2ª deserção simples e condenado em Conselho de Guerra a dois anos de trabalhos públicos, o que foi confirmado; e do soldado José Venancio Baptista, acusado de ferimento e condenado em Conselho de Guerra a dois meses de rigorosa prisão, o que foi confirmado; o Sr. Desembargador Goveia relatou os 6 seguintes: dos soldados Manoel Joaquim Rodrigues, Belisario de Souza Vieira, Severiano Rodrigues de Lima, Joaquim José de Santa Anna, Francisco Borges da Silva, acusados todos num só processo de 1ª deserção simples; o Conselho de Guerra declinou de sua competência por não terem completado os 8 dias, decisão esta que foi confirmada; do soldado particular Lourenço Bartholomeo Oliva, acusado de 2ª deserção simples e condenado em Conselho de Guerra a dois anos de trabalhos públicos o que foi confirmado; do soldado Carlos Augusto de Paula Rodrigues, acusado de 1ª deserção simples e condenado em Conselho de Guerra a seis meses de prisão, o que foi confirmado; do 2º cadete João Manoel de Mello, acusado de

insubordinação e condenado em Conselho de Guerra a um ano de prisão com trabalho, sentença que foi reformada para se lhe dar a de seis meses de prisão, do cabo de esquadra Braselino Braulio Vieira e soldado Joaquim Victorino, acusados de desordem e condenado em Conselho de Guerra a três meses de rigorosa prisão, o que foi confirmado; do segundo-cadete Antonio José da Costa Valin Junior, acusado de insubordinação e condenado em Conselho de Guerra a um mês de prisão, sentença que foi reformada para se impor ao réu a de seis meses de prisão. E nada mais havendo a tratar-se, o Sr. Conselheiro de Guerra Betancourt, servindo de Presidente, encerrou a Sessão, da qual eu, o Secretário de Guerra Joaquim José Rodrigues Lopes, escrevi e assinei esta ata.

Betancourt {assinatura}

21ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar de Justiça, em 15 de maio de 1872

Aos quinze dias do mês de maio de mil oitocentos e setenta e dois, achando-se presentes os Senhores Conselheiros de Guerra **Betancourt**, **Visconde de Tamandaré**, **Barão de Itapagipe**, **De Lamare**, **Barão da Gávea** e **de Angra** e Desembargadores **Câmara** e **Goveia**, foi aberta a Sessão. Lida e aprovada a ata da antecedente, o Secretário de Guerra deu conta de uma portaria do Ministério da Guerra, remetendo para ser julgado definitivamente o processo de Conselho de Guerra a que respondeu o soldado Pedro José Monteiro. Em seguida, o Senhor Desembargador Câmara relatou os seguintes processos: do soldado Francisco da Silva do Nascimento, acusado de 1ª deserção simples e condenado em Conselho de Guerra a seis meses de prisão, o que foi confirmado; dos réus 2º cadete Rodrigo Baptista de Alencastro, cabo de esquadra Antonio Proença de Abreo, e soldados João Isidro Charão, acusados de crime de fuga de preso em Conselho de Guerra absolvidos os dois primeiros e condenado a um ano de prisão o terceiro João Isidro Charão: esta sentença foi reformada para condenar-se somente a seis meses o referido Charão; o Sr. Conselheiro de Guerra Visconde de Tamandaré, assinou-se vencido por confirmar a sentença dada em Conselho de Guerra; dos réus Manoel Cirilo de Souza e Severiano Braga, acusados em Conselho de Guerra de fuga de presos e condenados ambos a ficar no lugar do evadido; sentença que foi reformada para condenar cada um a três meses de prisão com trabalho; do soldado João Antonio Pedro de Lemos, acusado de 1ª deserção simples, condenado em Conselho de Guerra a seis meses de prisão, o que foi confirmado; do soldado Nicolau João Pereira da Silva, acusado de 1ª deserção simples e no Conselho de Guerra também condenado a seis meses de prisão; este Tribunal julgou nulo o Conselho de Guerra, visto não ter o réu completado a deserção; do soldado policial Leonardo Manoel de Oliveira, acusado de 1ª deserção simples e condenado em Conselho de Guerra a dois meses de prisão, o que foi confirmado; do soldado Feliciano José Soares da Silva, acusado de 1ª deserção agravada, condenado em Conselho de Guerra a oito meses de prisão, o que foi

confirmado. O Senhor Desembargador Goveia relatou os seguintes: o soldado policial Manoel Antonio Ribeiro, acusado de 1ª deserção simples; o Conselho Criminal o condenou a quatro meses de prisão, o que foi confirmado; do cabo de esquadra Antonio de Paula Pinto, e soldados José Felippe dos Santos e Manoel Coelho de Oliveira, acusados todos três de fuga de presos, foram absolvidos no Conselho de Guerra, sentença esta que foi reformada para dar a cada um a sentença de três meses de prisão; dos soldados Romão José dos Santos e Ignacio Rodrigues da Silva, acusados de 1ª deserção simples e condenados em Conselho de Guerra a seis meses de prisão cada um, o que foi confirmado; do soldado Francisco Jacintho do Nascimento, acusado de 1ª deserção simples e no Conselho de Guerra condenado a seis meses de prisão, o que foi confirmado; e o do soldado Jacintho Rodrigues da Silva, acusado de 1ª deserção simples, e no Conselho de Guerra condenado a dois meses de prisão, o que foi confirmado. Nada mais havendo a tratar-se, o Sr. Conselheiro de Guerra Betancourt, servindo de Presidente, encerrou a Sessão, da qual eu, o Secretário de Guerra José Joaquim Rodrigues Lopes, escrevi e assinei esta ata.

Betancourt {assinatura}

22ª Ata do Conselho Supremo Militar e de Justiça, em 18 de maio de 1872

Existiam

Entrou 1

Saíram 4 {anotações à margem da folha}

Aos dezoito dias do mês de mil oitocentos e setenta e dois, achando-se presentes os Senhores: Conselheiros de Guerra **Betancourt**, **De Lamare**, **Visconde de Santa Teresa**, **Barões da Gávea** e **de Angra** e Desembargadores **Câmara** e **Goveia**, foi aberta a Sessão. Lida e aprovada a ata da antecedente, o Secretário de Guerra deu conta de uma portaria do Ministério da Guerra, enviando para ser em julgado definitivamente o processo de Conselho de Guerra a que respondeu o soldado Innocencio José Barros Costa. Em seguida, o Sr. Desembargador Câmara relatou os seguintes processos: digo o Sr. Desembargador Goveia relatou os 4 seguintes processos: do soldado Francisco Pereira de Faria, acusado de 1ª deserção simples e condenado em Conselho de Guerra a seis meses de prisão, o que foi confirmado; do soldado Antonio José do Carmo, acusado também de 1ª deserção simples, condenado igualmente a seis meses de prisão no Conselho de Guerra, o que foi confirmado; do soldado policial Guilherme Agostinho Gervazio, acusado de 1ª deserção agravada e condenado em Conselho Criminal a quatro meses de prisão, o que foi confirmado; e do soldado Raymundo Rodrigues de Queiroz, acusado de 1ª deserção simples, condenado em

Conselho de Guerra em dois meses de prisão, o que foi confirmado. E nada mais se podendo tratar, o Sr. Conselheiro de Guerra Betancourt, servindo de Presidente, encerrou a Sessão, da qual eu, o Secretário de Guerra José Joaquim Rodrigues Lopes, escrevi e assinei esta ata.

Betancourt {assinatura}

23ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar e de Justiça, em 29 de maio de 1872

Existiam

Entraram

Saíram 19 {anotações à margem da folha}

Aos vinte e nove de maio de mil oitocentos e setenta e dois, achando-se presente os Senhores Conselheiros de Guerra **Duque de Caxias**, **Betancourt**, **Barão de Itapagipe**, **De Lamare**, **Barão de Angra** e Desembargadores **Câmara**, **Magalhães Castro** e **Goveia**, foi aberta a Sessão. Lida e aprovada a ata da antecedente, o Secretário de Guerra deu conta do seguinte expediente 5 portarias do Ministério da Guerra enviando para serem julgados definitivamente os processos do Conselho de Guerra a que responderam: o tenente-coronel Francisco Antonio de Souza Camisão, capitão reformado Caetano da Silva Paranhos e o major da Guarda Nacional José de Almeida Santos Velho, soldados José Firmino, Joaquim Gonçalves de Souza, Augusto Amante e João Antonio; o alferes graduado Ramiro José Placido, o ex-cabo de esquadra Miguel Augusto da Silva, o 2º sargento Mariano José Dias, soldado João Soares de Lima, 2º sargento Liberato José Franco, soldado Antonio Francisco das Chagas, Joaquim da Silva Moreira, Alexandre Francisco da Silva, Francisco Pereira Diniz e Thomaz dos Santos, o tenente farmacêutico João José Doria, alferes reformado Pedro Theodoro Pereira de Mello e enfermeiros-mores Licurgo Tito Livio Pinheiro de Lemos e José Lino Gomes por falta de escrituração, soldados José Domingos Pinto Barboza, João da Silva Sampaio, cabo de esquadra Candido José Nogueira, João Baptista de Oliveira, João Francisco Zéco, Candido Ferreira Barboza e João José Agostinho, Wenceslão Felisberto de Souza, Cypriano Liberto da Conceição; 3 do Ministério da Marinha, remetendo para o mesmo fim os processos a que responderam: o soldado naval Quintiliano Pinto, guardião Augusto Ferreira de Andrade, e o imperial marinheiro Manoel, e grumete Cosme Manoel do Nascimento; e, finalmente, um do Ministério da Justiça, enviando para o mesmo fim o processo a que respondeu em Conselho de Guerra o soldado policial, os soldados Manoel Roberto Ribeiro Sepulveda e Alfredo de Paula dos Reis Alpoim. Em seguida, o Sr. Desembargador Câmara relatou os seguintes: do soldado Francisco Pereira Diniz, acusado de 1ª deserção agravada e condenado em Conselho de Guerra a um ano de prisão, o que foi confirmado; dos soldados Joaquim Fernandes de Lima e Manoel José dos Anjos,

acusados de resistência e no Conselho de Guerra absolvidos, o que foi confirmado; do soldado Felippe Benicio de Lima, acusado de 1ª deserção simples e condenado em Conselho de Guerra a seis meses de prisão, o que também foi confirmado; do soldado Pedro Manoel de Souza, acusado de insubordinação e condenado a seis meses de prisão com trabalho nas fortificações pelo Conselho de Guerra, o que foi igualmente confirmado; do soldado Gonçalo Felix, no Conselho de Guerra, acusado de resistência e ferimento, e aí condenado a seis meses de prisão com trabalho; esta sentença foi reformada para dar-se ao réu a de dois anos de prisão com trabalho; do soldado Manoel Pereira dos Santos, acusado de insubordinação e condenado em Conselho de Guerra a seis meses de rigorosa prisão, o que foi confirmado; do cabo de esquadra Pedro José Monteiro, acusado de ferimento e condenado em Conselho de Guerra a um mês de rigorosa prisão, o que foi confirmado; e, finalmente, do soldado Cypriano Liberto da Conceição, acusado de 1ª deserção simples e condenado em Conselho de Guerra a dois meses de prisão, o que foi confirmado; o Sr. Desembargador Magalhães Castro relatou os seguintes: do alferes honorário Cesar Esequiel de Lima Machado, acusado de extravio de objetos da Fazenda, e também de dinheiros do Estado; foi no Conselho de Guerra condenado à expulsão do serviço e a dois anos de rigorosa prisão, o que foi confirmado; do soldado do Corpo Policial da Corte João Baptista da Cruz, acusado de 1ª deserção simples, e no Conselho de Guerra condenado a quatro meses de prisão, o que foi confirmado; do soldado Vicente Lopes de Souza, acusado de 1ª deserção simples e condenado em 1ª instância a dois meses de prisão, o que foi confirmado; do soldado Manoel Ignacio de Lima, acusado de 1ª deserção simples, e no Conselho de Guerra condenado a quatro meses de prisão, o que foi confirmado; e, finalmente, do soldado Manoel Ramos dos Prazeres, acusado de insubordinação e condenado à morte em Conselho de Guerra, sentença que foi reformada para se lhe dar a de carrinho perpétuo; o Sr. Desembargador Goveia relatou os seguintes: do soldado Liberato José Franco, acusado de esbofetear o seu camarada, e no Conselho de Guerra condenado a um mês de rigorosa prisão, o que foi reformado para se lhe dar a de três meses da mesma prisão rigorosa; do soldado Alexandre Francisco da Silva, acusado de 1ª deserção agravada e condenado em Conselho de Guerra a um ano de prisão, o que foi confirmado; do soldado policial Manoel Roberto Ribeiro Sepulveda, acusado de desobediência, e no Conselho Criminal condenado a seis meses de prisão, o que foi confirmado; do soldado Pedro Cellestino, acusado de ferimento e condenado em Conselho de Guerra a um ano de rigorosa prisão, o que foi confirmado; do soldado Antonio Francisco das Chagas, acusado de crime de morte, e no Conselho de Guerra condenado a carrinho perpétuo: sentença que foi reformada para se lhe dar a pena de morte; o Sr. Desembargador Câmara votou pela confirmação da sentença do Conselho de Guerra; e, ultimamente, do imperial marinheiro de nome Manoel, acusado do crime de morte, e no Conselho de Guerra condenado a galés perpétuos, o que foi confirmado. Nada mais

havendo a tratar-se, o Sr. Conselheiro Duque de Caxias, servindo de Presidente, encerrou a Sessão, da qual eu, o Secretário de Guerra José Joaquim Rodrigues Lopes, lavrei e assinei esta ata.

Duque de Caxias {assinatura}

24ª ATA DA SESSÃO DO CONSELHO SUPREMO MILITAR DE JUSTIÇA, EM 1º DE JUNHO DE 1872

Existiam Entraram 12

Saíram 7 {anotações à margem da folha}

No primeiro dia do mês de junho de mil oitocentos e setenta e dois, achando presentes os Senhores: Conselheiros de Guerra **Duque de Caxias**, **Betancourt**, **De Lamare**, **Barão de Angra** e Desembargadores **Câmara** e **Magalhães Castro**, foi aberta a Sessão. Lida e aprovada a ata da antecedente, o Secretário de Guerra deu conta do seguinte expediente: 3 portarias de Ministério da Guerra, remetendo para serem julgados os seguintes processos de Conselho de Guerra a que responderam pelo crime de deserção o músico José Antonio das Chagas, o anspeçada Candido Barboza de Oliveira, e soldados Miguel Ferreira Nobre, João Felisberto de Oliveira, Felix Nunes de São Bernardo, Rogerio José de Santa Anna, Joaquim da Costa Diniz, e por crime de ferimento o soldado Manoel José Pereira, pelo crime de insubordinação o cabo de esquadra Manoel Vicente Ferreira de Almeida, e por deserção os soldados Alexandre José dos Reis, Gonçalo José da Silva, João Ferreira e Joaquim Marques do Carvalho, e por crime de tentativa de morte o soldado José Raymundo da Costa. Em seguida, o Senhor Desembargador Câmara relatou os seguintes processos: do soldado policial Alfredo Paulo dos Reis Alpoim, acusado pelo Conselho de Guerra de recusar-se ao serviço, e aí absolvido, o que foi confirmado; do 2º sargento Mariano José Dias e soldado João Soares de Lima, acusados de fuga de presos, e no Conselho de Guerra absolvido o sargento Dias, e condenado a 3 meses de prisão o soldado; sentença que foi reformada quanto ao soldado, que foi condenado a seis meses de prisão com trabalho, e confirmada quanto ao sargento; do soldado Candido Ferreira Barboza, acusado de 1ª deserção agravada e condenado em Conselho de Guerra a um ano de prisão, sentença que foi reformada para se dar quatro meses de prisão com trabalho visto ter-se apresentado dentro dos três meses; do soldado naval Quintiliano Pinto, acusado de 2ª deserção simples e condenado em Conselho de Guerra a dois anos de trabalhos públicos o que foi confirmado; o Senhor Desembargador Magalhães Castro relatou o seguinte: do soldado Joaquim de Figueiredo Rodrigues, acusado de 1ª deserção agravada, e no Conselho de Guerra condenado a um ano de prisão, sentença que foi reformada para se impor ao réu a pena de 1ª deserção simples, não estando provado que o réu levasse consigo peça alguma de ferramenta; do soldado Francisco Theodoro de Jesus, acusado de 1ª deserção agravada e condenado em Conselho de Guerra um ano de prisão com trabalho, o que foi confirmado;

e, finalmente, do soldado Antonio Salustiano dos Santos, acusado de 1ª deserção agravada e condenado também no Conselho de Guerra a um ano de prisão com trabalho, o que foi confirmado. Nada mais se podendo tratar, o Sr. Conselheiro de Guerra Duque de Caxias, servindo de Presidente, encerrou a Sessão, da qual eu, o Secretário de Guerra José Joaquim Rodrigues Lopes, escrevi e assinei esta ata.

Betancourt {assinatura}

25ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar e de Justiça, em 5 de junho de 1872

Existiam 39

Entrou 1

Saíram 14 {anotações à margem da folha}

Aos cinco dias do mês de junho de mil oitocentos e setenta e dois, achando-se presentes os Senhores Conselheiros de Guerra **Betancourt**, **Visconde de Tamandaré**, **De Lamare**, **Visconde de Santa Teresa**, **Barão de Angra** e Desembargadores **Câmara**, **Magalhães Castro** e **Goveia**, foi aberta a Sessão. Lida e aprovada a ata da antecedente, o Secretário de Guerra deu conta de uma portaria do Ministério da Guerra, remetendo para ser julgado definitivamente o processo de Conselho de Guerra a que respondeu o imperial marinheiro Felippe Santiago dos Santos. Em seguida, o Sr. Desembargador Câmara relatou os seguintes processos: do soldado José Firmino, acusado de deserção em tempo de guerra e condenado à morte em 1ª instância, sentença que foi reformada para infligir-se a de cinco anos de prisão com trabalho; do soldado João Antonio, acusado também de deserção em tempo de guerra, foi igualmente condenado à morte no Conselho de Guerra, sentença que foi reformada para se impor ao réu a de cinco anos de prisão com trabalho; do soldado João Felisberto de Oliveira, acusado de 1ª deserção simples e condenado em Conselho de Guerra a seis meses de prisão, o que foi confirmado; do soldado José Ferreira, acusado de 1ª deserção simples, o Conselho de Guerra julgou-se incompetente por não ter o réu completado 8 dias de ausência, o que foi confirmado; do soldado Joaquim Marques de Carvalho, acusado de 1ª deserção simples, e no Conselho de Guerra condenado a dois meses de prisão, o que foi confirmado. O Secretário de Guerra pediu licença para apresentar uma portaria que com urgência veio do Ministério da Guerra para consultar se à vista do ofício da Presidência do Maranhão os oficiais do Exército em que são nele mencionados devem responder a Conselho de Guerra ou submetidos ao foro comum o fato pelo qual vieram do Maranhão os mesmos oficiais. O Sr. Conselheiro de Guerra Betancourt, servindo de Presidente, designou o Sr. Desembargador Câmara para estudar a matéria do mencionado ofício e trazer com urgência ao Tribunal a sua opinião e a dos outros dois Senhores Desembargadores membros do mesmo Tribunal. Em seguida, o Senhor

Desembargador Magalhães Castro relatou os seguintes processos: do soldado Joaquim Alves da Silva, acusado de 1ª deserção agravada, e no Conselho de Guerra condenado a um ano de prisão, o que foi confirmado; do soldado Joaquim Ferreira da Costa, acusado de 1ª deserção simples e condenado a seis meses de prisão pelo Conselho de Guerra, o que foi confirmado; do grumete Cosme Manoel do Nascimento, acusado de ferimentos graves e no Conselho de Guerra condenado a vinte anos de galés, foi esta sentença reformada para se dar ao réu apenas dez anos de galés; dos réus alferes Ramiro José Placido, e cabo de esquadra Miguel Augusto da Silva, acusados, este pelo crime de embriagar-se estando de patrulha e abandonar seu posto, e aquele por dar ordens arbitrárias a uma força que expediu estando de estado-maior foram; condenados em Conselho de Guerra o alferes a dois meses de prisão, e o cabo a seis meses de rigorosa prisão, sentença esta que foi reformada para dar-se ao primeiro um mês de prisão, e ao segundo os mesmos seis meses de prisão. O Sr. Desembargador Goveia relatou o seguinte: do soldado João Baptista de Oliveira, acusado de 1ª deserção simples e condenado em Conselho de Guerra a seis meses de prisão, o que foi confirmado; do soldado Wencesláu Felisberto de Souza, acusado de 1ª deserção simples e condenado em Conselho de Guerra a seis meses de prisão, o que foi confirmado; do soldado João José Agostinho, acusado de 2ª deserção simples e condenado em Conselho de Guerra a dois anos de trabalhos públicos, o que foi confirmado; do soldado Augusto Amante, acusado de 2ª deserção simples e condenado a dois anos de trabalhos públicos, o que foi confirmado; e, ultimamente, dos soldados José Domingues Pinto Barboza e João da Silva Sampaio, acusados do crime de sedição, e no Conselho de Guerra absolvidos, o que foi confirmado. E nada mais havendo a tratar-se, o Senhor Conselheiro de Guerra Betancourt, servindo de Presidente, encerrou a Sessão, da qual eu, o Secretário de Guerra José Joaquim Rodrigues Lopes, escrevi e assinei esta ata.

Betancourt {assinatura}

26ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar e de Justiça, em 8 de junho de 1872

Existiam 26

Entraram 4

Saíram 2 {anotações à margem da folha}

Aos oito dias do mês de junho de mil oitocentos e setenta e dois, achando-se presentes os Senhores Conselheiros de Guerra **Duque de Caxias**, **Betancourt**, **Barão de Angra** e Desembargadores **Câmara** e **Magalhães Castro**, foi aberta a Sessão. Lida e aprovada a ata da antecedente, o Secretário de Guerra deu conta de duas portarias do Ministério da Guerra, remetendo para serem julgados definitivamente os processos de Conselho de Guerra a que responderam o alferes Antonio Delfino de Sequeira e os soldados Mamede de

Freitas, Manoel Antonio do Nascimento e Manoel Ignacio da Costa. Em seguida, o Sr. Desembargador Câmara apresentou o projeto de consulta sobre ofício da Presidência do Maranhão relativo a conduta dos oficiais e cadetes do Batalhão 5º de Infantaria, mandando a este Tribunal para consultar com a portaria do Ministério de Guerra de 5 deste mês: discutindo este projeto e mandado convenientemente foi aprovada a consulta e neste mesmo dia remetido ao Governo. O Sr. Desembargador Magalhães Castro relatou os seguintes processos: do soldado Joaquim Gonçalves de Souza, acusado de 1ª deserção simples e condenado em Conselho de Guerra a seis meses de prisão, o que foi confirmado; do soldado José Romão, acusado de 1ª deserção agravada, e no Conselho de Guerra condenado a oito meses de prisão, o que foi confirmado. E nada mais podendo tratar-se, o Sr. Conselheiro de Guerra Duque de Caxias encerrou a Sessão, da qual eu, o Secretário de Guerra José Joaquim Rodrigues Lopes, lavrei e assinei esta ata.

Duque de Caxias {assinatura}

27ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar de Justiça, em 19 de junho de 1872

Existiam 28

Entraram 29

Saíram 19 {anotações à margem da folha}

Aos dezenove dias do mês de junho de mil oitocentos e setenta e dois, achando-se presentes os Senhores Conselheiros de Guerra **Duque de Caxias**, **Betancourt**, **De Lamare**, **Barão da Gávea** e **Barão de Angra** e Desembargadores **Câmara**, **Magalhães Castro** e **Goveia**, foi aberta a Sessão. Lida e aprovada a ata da antecedente com a declaração do Sr. Desembargador Câmara de que na consulta sobre os oficiais e cadetes do 5º Batalhão de Infantaria que agrediram uma tipografia no Maranhão não concordara na última parte do parecer por entender serem os fatos de que se trata puramente civis. Em seguida, o Secretário de Guerra deu conta de 16 portarias dos Ministérios da Guerra, da Marinha e da Justiça remetendo para serem julgados definitivamente 29 processos do Conselho de Guerra a que responderam: o anspeçada Manoel Joaquim de Souza e os soldados Faustino João Joaquim Soares, Manoel Machado de Miranda, Antonio Bispo de Lisboa, José Lourenço Maranhão, Luis Ferreira Gomes, Balbino Nery de Santa Anna, Antonio Francisco de Sá Pereira, Carlos Manoel Francisco, Felix Antonio Querino, Candido José Soares, Manoel de Hollanda, Gustavo Vaz de Lima, Antonio Alberto da Costa, e o corneta Joaquim Francisco Croanhá, soldados do Corpo Militar de Polícia da Corte Jorge de Castro Junior, José Antonio Dantas e Augusto Quirino da Silva Torres; soldados do Batalhão Naval Luis Manoel, Felix Luis da Silva, João Joaquim Bernardo, Januario de Souza Dias, e imperiais marinheiros José Venancio da Silva, Candido José Faustino, José Theotonio, Horacio Vieira do Amaral,

Euclides Gomes de Sá, João Primeiro e Justino Antonio dos Santos. Em seguida, o Sr. Desembargador Câmara relatou os seguintes processos: do major da Guarda Nacional José de Almeida Santos Velho, acusado de falta de cumprimento dos seus deveres, e que o Conselho de Guerra não tomou conhecimento por haver falecido o réu; este Tribunal proferiu neste processo o seguinte despacho: volte o processo ao Conselho de Guerra para em vista do ofício e do que constar a respeito da morte do réu julgar extinta a acusação; do imperial marinheiro Felippe Santiago dos Santos, acusado de 1ª deserção simples e condenado em Conselho de Guerra a um ano de prisão, o que foi confirmado; do alferes Antonio Delfino de Sequeira, acusado de espancar um soldado que estava de sentinela, e no Conselho de Guerra condenado à morte, sentença esta que foi reformada para infligir ao réu a de trinta meses de prisão; do soldado José Raymundo da Costa, acusado de tentativa de morte e condenado em Conselho de Guerra a dois meses de rigorosa prisão, o que foi confirmado; e do soldado Rogerio José de Santa Anna, acusado de deserção em tempo de guerra e condenado à morte em primeira instância, sentença esta que foi reformada para dar a de cinco anos de prisão com trabalho; o Sr. Desembargador Magalhães Castro relatou o seguinte: do soldado Thomaz dos Santos, acusado em Conselho de Guerra de 1ª deserção agravada, e aí condenado a um ano de prisão, o que foi confirmado; do soldado Severiano José da Silva, acusado de 1ª deserção agravada e condenado no Conselho Criminal a quatro meses de prisão, o que foi confirmado; do soldado Joaquim José da Costa, acusado de 1ª deserção simples e condenado em Conselho de Guerra a dois meses de prisão, o que foi confirmado; do soldado Pedro Maximo dos Santos, acusado de furto e condenado em Conselho de Guerra a dois meses de prisão, o que foi confirmado; do soldado João Francisco Zéca, acusado de 1ª deserção agravada e condenado em Conselho de Guerra a um ano de prisão, o que foi confirmado; do cabo de esquadra Candido José Nogueira, acusado de insubordinação e no Conselho de Guerra condenado a um ano de rigorosa prisão, o que foi confirmado; do guardião Augusto Ferreira de Andrade, acusado de insubordinação e condenado em 1ª instância a um ano de prisão com trabalho, sentença esta que foi reformada para absolver o réu; o Sr. Desembargador Goveia relatou o seguinte: do soldado Miguel Ferreira Nobre, acusado de deserção em tempo de guerra e condenado à morte em 1ª instância: este Tribunal reformou a sentença para dar ao réu cinco anos de prisão com trabalho; do soldado Manoel Antonio do Nascimento, acusado de 2ª deserção simples e condenado a dois anos de trabalhos públicos em Conselho de Guerra, o que foi confirmado; do soldado Joaquim da Costa Diniz, acusado de 2ª deserção simples e condenado em Conselho de Guerra a um ano de prisão, o que foi confirmado, votando o Senhor Goveia contra por considerar a deserção como primeira em tempo de paz; do soldado Felix Nunes de São Bernardo, acusado em Conselho de Guerra de 1ª deserção simples, e aí condenado a seis meses de prisão, o que foi confirmado; do soldado Alexandre José dos Reis, acusado de 1ª deserção simples e condenado em Conselho de Guerra a quatro meses de prisão, o que foi confirmado; do

soldado Mamede de Freitas, acusado de 1ª deserção agravada, e no Conselho de Guerra condenado a um ano de prisão, o que foi confirmado; e, ultimamente, o do soldado Manoel José Pereira, acusado de ferimento e absolvido em Conselho de Guerra, o que foi confirmado. E nada mais havendo a tratar-se, o Senhor Conselheiro de Guerra Duque de Caxias, servindo de Presidente, encerrou a Sessão, da qual eu, o Secretário de Guerra José Joaquim Rodrigues Lopes, escrevi e assinei esta ata.

Duque de Caxias {assinatura}

28ª ATA DO CONSELHO SUPREMO MILITAR DE JUSTIÇA, EM 22 DE JUNHO DE 1872

Existiam 38

Entraram 5

Saíram 11 {anotações à margem da folha}

Aos vinte e dois dias do mês de junho de mil oitocentos e setenta e dois, achando-se presentes os Senhores Conselheiros de Guerra **Duque de Caxias**, **De Lamare**, **Barão da Gávea**, **Barão de Angra** e Desembargadores **Câmara**, **Magalhães Castro** e **Goveia**, foi aberta a Sessão. Lida e aprovada a ata antecedente, o Secretário de Guerra deu conta de 3 ofícios do Ministério da Guerra remetendo para serem julgados definitivamente os processos de Conselho de Guerra a que foram submetidos o capitão José Borges de Abreo, e os soldados Francisco Benedicto dos Santos, João José Genaro, Angelo Ferreira e Miguel Augusto de Sá, e para consultar o ofício do comandante do 1º Batalhão de Infantaria consultando-se em vista do que dispõe o Aviso do Ministério da Guerra de 11 de dezembro de 1862, dois soldados sentenciados por este Conselho, um Voluntário da Pátria digo do Exército, outro engajado perdem o tempo de serviço anterior à sentença. Em seguida, o Sr. Desembargador Câmara relatou os seguintes processos: do soldado Luis Ferreira Gomes, acusado de 1ª deserção agravada, e no Conselho de Guerra condenado a um ano de prisão, o que foi confirmado; do soldado Januario de Souza Dias, acusado de 1ª deserção simples, e no Conselho de Guerra condenado a seis meses de prisão, o que foi confirmado; do soldado Gustavo Vaz de Lima, acusado de 1ª deserção simples, e em Conselho de Guerra condenado a seis meses de prisão, o que foi confirmado; do soldado Felix Antonio Querino, acusado de 1ª deserção simples, e no Conselho de Guerra condenado a dois meses de prisão, o que foi confirmado; o Sr. Desembargador Magalhães Castro relatou os seguintes: do imperial marinheiro Horacio Vieira do Amaral, acusado em Conselho de Guerra de haver dado um tiro em si para inutilizar-se do serviço, e aí absolvido, o que foi confirmado; do soldado Antonio Alberto da Costa, acusado de 1ª deserção simples, e no Conselho de Guerra absolvido, o que foi confirmado; do soldado

Manoel Ignacio da Costa, acusado em Conselho de Guerra de haver feito que morresse um cavalo do Estado, e absolvido em Conselho de Guerra, o que foi confirmado; o Sr. Desembargador Magalhães Castro relatou os seguintes: do soldado Candido José Soares, acusado de 1ª deserção simples e condenado em Conselho de Guerra a dois meses de prisão simples, o que foi confirmado; do soldado Faustino Joaquim Soares, acusado de ferimento e condenado em Conselho de Guerra a um ano de prisão rigorosa, o que foi confirmado; do soldado policial Jorge de Castro Junior, acusado de 2ª deserção simples, e no Conselho de Guerra condenado a servir na 1ª linha como se recrutado fosse, o que foi confirmado; do anspeçada Manoel Joaquim de Souza, acusado do crime de ferimento, no Conselho de Guerra condenado a três anos de prisão rigorosa, sentença que foi reformada para se lhe dar a de seis meses de prisão com trabalho. E nada mais havendo a tratar-se, o Sr. Conselheiro de Guerra Duque de Caxias, servindo de Presidente, encerrou a Sessão, da qual eu, o Secretário de Guerra José Joaquim Rodrigues Lopes, escrevi e assinei esta ata. Declaro, em tempo, que quando se fala pela 2ª vez no Sr. Desembargador Magalhães Castro deve entender-se o Sr. Desembargador Goveia.

Duque de Caxias {assinatura}

29ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar e de Justiça, em 26 de junho de 1872

Existiam 32

Entraram 22

Saíram 12 {anotações à margem da folha}

Aos vinte e seis dias do mês de junho de mil oitocentos e setenta e dois, achando-se presentes os Senhores Conselheiros de Guerra **Duque de Caxias**, **De Lamare**, **Visconde de Santa Teresa**, **Barão da Gávea**, **Aguiar**, **Barão de Angra** e Desembargadores **Câmara** e **Goveia**, foi aberta a Sessão. Lida e aprovada a ata da antecedente com uma pequena correção no fim dela declarada, o Secretário de Guerra deu conta de dois ofícios do Ministério da Guerra enviando para serem julgados definitivamente 22 processos de Conselho de Guerra a que responderam: o alferes graduado Julio Antonio Ferreira, o cabo de esquadra Manoel Nunes dos Santos, Francisco Manoel das Flores, e soldados Joaquim Raymundo, Mariano Ignacio da Silveira, José Pereira da Silva, José Antonio, José Francisco de Souza, Joaquim Raymundo de Oliveira, Justino Ferreira Lage, José Thomaz de Aquino, Benedicto José, Manoel Teixeira de Andrade, Miguel Gomes da Silva, José de Campos Botelho, Vicente José Monteiro, Manoel Pereira de Abreo, Manoel Martins, José Joaquim de Santa Anna, Raymundo Ferreira de Abreo, Francisco Candido Jarcen, e corneta Francisco Herculano. Em seguida, o Senhor Desembargador Câmara relatou os seguintes processos:

do soldado João José Genáro, acusado de 1ª deserção agravada e no Conselho de Guerra condenado a um ano de prisão, o que foi confirmado; do soldado naval Luis Manoel, acusado de 1ª deserção agravada e condenado em Conselho de Guerra a um ano de prisão, sentença que foi reformada para mandar-se que seja o réu punido condicionalmente de conformidade com o artigo 66 do Decreto de 5 de junho de 1845, que vigorou para as praças do Batalhão Naval quando embarcadas; do imperial marinheiro Justino Antonio dos Santos, acusado de 1ª deserção simples e condenado em Conselho de Guerra a um ano de prisão, o que foi confirmado; do imperial marinheiro Candido José Faustino, acusado de 1ª deserção simples e condenado em Conselho de Guerra a um ano de prisão, o que foi confirmado; do soldado Manoel de Hollanda, acusado de 1ª deserção simples e condenado em Conselho de Guerra a seis meses de prisão, o que foi confirmado; do soldado Antonio Bispo Lisboa, acusado de 1ª deserção simples e condenado em Conselho de Guerra a seis meses de prisão, o que foi confirmado; do soldado Augusto Querino da Silva Torres, acusado de 1ª deserção simples e condenado em Conselho Criminal a dois meses de prisão, o que foi confirmado; do imperial marinheiro Euclides Jaimes de Sá, acusado de 1ª deserção simples, e no Conselho de Guerra condenado a um ano de prisão, sentença que foi confirmada condenando o réu a cinco anos de galés por ser sua deserção em tempo de guerra. O Senhor Desembargador Goveia relatou os seguintes processos: do grumete João Primeiro, acusado de 1ª deserção simples e condenado em Conselho de Guerra a um ano de prisão, o que foi confirmado; do soldado Balbino Nery de Santa Anna, acusado de 1ª deserção simples; o Conselho de Guerra declinou de sua competência para julgá-lo, visto não ter o réu completado o tempo para deserção, o que foi confirmado; do soldado Carlos Manoel Francisco, acusado de 1ª deserção simples, e no Conselho de Guerra condenado a seis meses de prisão, sentença que foi reformada para julgar-se o réu incurso na reincidência de 3ª deserção, e por isso foi condenado em seis anos de prisão com trabalho, e a ser depois excluído do Exército; e do corneta Joaquim Francisco Croanha, acusado em Conselho de Guerra de 2ª deserção simples, e aí condenado a dois anos de trabalhos públicos, o que foi confirmado. E nada mais se podendo tratar, o Sr. Conselheiro de Guerra Duque de Caxias, servindo de Presidente, encerrou a Sessão, da qual eu, o Secretário de Guerra José Joaquim Rodrigues Lopes, escrevi e assinei a esta ata.

Duque de Caxias {assinatura}

30ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar de Justiça, em 3 de julho de 1872

Existiam 42

Entraram 16

Saíram 17 {anotações à margem da folha}

Aos três dias do mês de julho de mil oitocentos e setenta e dois, achando-se presentes os Senhores Conselheiros de Guerra **Duque de Caxias**, **Visconde de Tamandaré**, **De Lamare**, **Barão de Angra**, Conselheiro Vogal **Beaurepaire** e Desembargadores **Câmara**, **Magalhães Castro** e **Goveia**, foi aberta a Sessão. Lida e aprovada a ata da antecedente, o Secretário de Guerra deu conta de 3 avisos do Ministério da Guerra, remetendo para serem julgados definitivamente os processos de Conselho de Guerra a que foram submetidos: os soldados José Evangelista da Silva, Ricardo Lasaro de Sampaio, José Francisco da Silva, Joaquim Antonio do Espirito Santo, João Manoel, José Rodrigues Lima, Joaquim Antonio da Silva, José Crescente dos Martires, Marciano Francisco digo Marciano José Francisco, Manoel Joaquim Francisco, digo Manoel Joaquim de Santa Anna, Antonio Marcelino José Pereira, Joaquim da Silva e Souza, Manoel Agostinho dos Santos, Augusto José dos Reis, Joaquim Pereira da Cruz, Manoel Hegino dos Santos, João Pinto Querino, Canuto Raymundo digo Canuto Romualdo da Cruz, e tambor José Mathias. Em seguida, o Sr. Desembargador Câmara relatou os seguintes processos; depois de ter sido apresentado pelo Senhor Desembargador Goveia o projeto de consulta sobre o ofício do Ministério da Guerra datado de 19 de junho próximo passado, acerca da consulta feita pelo comandante do 1º Batalhão de Infantaria ao ajudante-general, se em vista do que dispõe o Aviso de 11 de dezembro de 1862 dois soldados sentenciados por este Conselho um voluntário do Exército e outro engajado perdem o tempo de serviço anterior à sentença; do soldado Raymundo Ferreira de Azevedo, acusado de deserção em tempo de guerra, condenado à morte na 1ª instância, o Tribunal reformou esta sentença para infligir ao réu a de cinco anos de prisão com trabalho; do soldado Manoel Pereira de Abreo, acusado de 1ª deserção simples, e no Conselho de Guerra condenado a seis meses de prisão, o que foi confirmado; do soldado Vicente José Monteiro, acusado de deserção em tempo de guerra, e na 1ª instância condenado à morte, sentença que foi reformada para dar-se ao réu a de cinco anos de prisão com trabalho; de Miguel Gomes da Silva, acusado de 1ª deserção simples e condenado a seis meses de prisão pelo Conselho de Guerra, o que foi confirmado; do soldado Manoel Teixeira de Andrade, acusado em Conselho de Guerra de deserção em tempo de guerra, e aí condenado à morte, sentença que foi reformada para se lhe impor a de cinco anos de prisão com trabalho; do soldado José Antonio, acusado de 1ª deserção simples, e no Conselho de Guerra condenado a seis meses de prisão, o que foi confirmado; do alferes Pedro Theodoro Pereira de Mello, com o tenente farmacêutico João José Doria, e enfermeiros-mores Licurgo Tito Livio Pinheiro de Lemos e José Lino Gomes, acusados de relaxação, e no Conselho de Guerra absolvidos, o que foi confirmado; o Senhor Desembargador Magalhães Castro relatou os seguintes: do soldado Joaquim da Silva Moreira, acusado de 1ª deserção simples, e no Conselho de Guerra condenado a seis meses de prisão, o que foi confirmado; do músico José Antonio das Chagas, acusado de 1ª deserção simples, e no Conselho de Guerra condenado a dois meses de prisão, o que foi confirmado; do anspeçada Candido Barboza de Oliveira, acusado de 1ª deserção agravada, e no Conselho de Guerra condenado a um

ano de prisão, o que foi confirmado; do imperial marinheiro Leopoldino de Deos Martins, acusado de desobediência, e no Conselho de Guerra absolvido, sentença que foi reformada para se lhe impor a de um ano de prisão com trabalho; os Senhores Magalhães Castro e Goveia assinaram-se vencidos quanto à preliminar proposta para proferir-se nova sentença, não podendo subsistir a anterior às tenções. O Sr. Desembargador Goveia relatou os seguintes: do soldado Manoel Martins, acusado de deserção em tempo de guerra e condenado à morte na 1ª instância, sentença que foi reformada para se lhe dar a de cinco anos de prisão com trabalho; do imperial marinheiro José Theotonio, acusado de furto, e no Conselho de Guerra absolvido, o que foi confirmado; do soldado Felix Luis da Silva, acusado de 1ª deserção agravada, no Conselho de Guerra condenado a um ano de prisão, o que foi confirmado; do soldado policial José Antonio Dantas, acusado de 1ª deserção simples e condenado em Conselho de Guerra a quatro meses de prisão, o que foi confirmado; finalmente, do soldado Francisco Benedicto dos Santos, acusado de 1ª deserção simples e condenado em Conselho de Guerra a seis meses de prisão, o que foi confirmado. Declaro em tempo que o projeto de consulta apresentado pelo Sr. Desembargador Goveia, em que acima se fala, foi aprovado. E nada mais havendo a tratar-se, o Conselheiro de Guerra Duque de Caxias, servindo de Presidente, encerrou a Sessão, da qual eu, o Secretário de Guerra José Joaquim escrevi assinei esta ata.

Duque de Caxias {assinatura}

31ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar e de Justiça, em 6 de julho de 1872

Existiam 41

Entrou 1

Saíram 7 {anotações à margem da folha}

Aos seis dias do mês de julho de mil oitocentos e setenta e dois, achando-se presentes os Senhores Conselheiros de Guerra **Duque de Caxias**, **Betancourt**, **Visconde de Tamandaré**, **Visconde de Santa Teresa**, **Barões da Gávea**, **de Laguna** e **de Angra**, Conselheiro Vogal **Beaurepaire** e Desembargadores **Magalhães Castro** e **Goveia**, foi aberta a Sessão. Lida e aprovada a ata da antecedente, o Secretário de Guerra deu conta de um aviso da Secretaria de Justiça, enviando para ser julgado definitivamente o processo de Conselho de Guerra a que respondeu o cabo de esquadra do Corpo Policial da Corte Antonio da Costa Espirito Santo. Em seguida, assinou-se a consulta sobre os quesitos consultados pelo comandante do 1º Batalhão de Infantaria, que foi aprovada na Sessão antecedente. O Sr. Desembargador Magalhães Castro relatou os seguintes processos: do soldado Gonçalo José da Silva, acusado de 1ª deserção agravada e condenado em Conselho de Guerra a um ano de prisão, o que foi confirmado; do soldado Francisco de Assis Pereira, acusado de 1ª deserção simples e

condenado em Conselho de Guerra a seis meses de prisão, o que foi confirmado; do soldado José Lourenço Maranhão, também acusado em Conselho de Guerra de 1ª deserção simples, e como o antecedente réu condenado no mesmo Conselho a seis meses de prisão, o que foi igualmente confirmado. O Sr. Desembargador Goveia relatou os 4 seguintes processos: do soldado Joaquim Raymundo, acusado de 1ª deserção simples, e no Conselho de Guerra condenado a dois meses de prisão, o que foi confirmado; dos soldados Justino Ferreira Lago, acusado de 1ª deserção simples e condenado em Conselho de Guerra a seis meses de prisão, o que foi confirmado; do soldado Canuto Romualdo da Cruz, acusado de 1ª deserção simples, e no Conselho de Guerra condenado a dois meses de prisão, o que também foi confirmado; e ultimamente do soldado João Manoel, acusado de 1ª deserção simples e condenado em Conselho de Guerra a seis meses de prisão, o que igualmente foi confirmado. E nada mais havendo a tratar-se, o Senhor Conselheiro de Guerra Duque de Caxias, servindo de Presidente, encerrou a Sessão, da qual eu, o Secretário de Guerra José Joaquim Rodrigues Lopes, escrevi e assinei esta ata.

Duque de Caxias {assinatura}

32ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar e de Justiça, em 13 de julho de 1872

Existiam 35

Entraram 26

Saíram 6 {anotações à margem da folha}

Aos treze dias do mês de julho de mil oitocentos e setenta e dois, achando-se presentes os Senhores Conselheiros de Guerra **Duque de Caxias**, **Betancourt**, **De Lamare**, **Barão da Gávea**, **Barão de Angra** e Desembargadores **Magalhães Castro** e **Goveia**, foi aberta a Sessão. Lida e aprovada a ata da antecedente, o Secretário de Guerra deu conta do seguinte expediente 5 avisos do Ministério de Guerra, 2 do da Marinha, e 1 do da Justiça remetendo todos para serem julgados definitivamente os processos de Conselho de Guerra a que responderam: o capitão Daniel Urbano Damasceno Ricardo, soldados Frederico Benedicto, Antonio José do Nascimento, João da Costa Pancha, Francisco Moreira Lessa, cornetas João Moreira Lessa, João José de Santa Anna e João Baptista Chaves, alferes Manoel Gonçalves de Queiroz Albuquerque e os soldados Manoel de Azevedo Leal, Manoel Rufino da Paixão, Manoel Pereira Bastos, João Francisco Bombarda, Theophilo da Silva, Mariano João Gualberto de Souza, Pedro Ferreira de Alcantara, Manoel Francisco dos Santos, Francisco João Passarinho, Antonio Sebastião dos Santos, Feliciano Daniel da Silva, Manoel Francisco de Oliveira, Benedicto Machado, soldados policiais Manoel Antonio dos Santos Feitoza e Antonio Adolpho de Paula Barros, furriel de imperiais marinheiros José Baptista Fernandes e

soldado naval Claudino Barboza. Em seguida, o Senhor Desembargador Magalhães Castro relatou os seguintes processos: do soldado José Joaquim do Santa Anna, acusado de 1ª deserção simples e condenado em Conselho de Guerra a dois meses de prisão, o que foi confirmado; e do soldado Manoel Machado de Miranda, acusado de 2ª deserção simples e condenado em Conselho de Guerra a um ano de prisão, o que também foi confirmado; o Sr. Desembargador Goveia relatou os 4 seguintes: do soldado Joaquim Pereira da Cruz, acusado de 1ª deserção simples e condenado a seis meses de prisão pelo Conselho de Guerra o que foi confirmado; 2º do soldado Joaquim da Silva e Souza, acusado do mesmo crime, e como o antecedente réu condenado a seis meses de prisão pelo Conselho de Guerra, o que também foi confirmado; 3º do soldado José Francisco, ainda acusado do mesmo crime mas absolvido em Conselho de Guerra, o que foi confirmado; digo o que foi reformado por declinarem os Membros do Conselho Supremo da competência, e, finalmente, o 4º do soldado José Narciso digo Narciso Feliciano Bandeira, acusado de 1ª deserção agravada e condenado em Conselho de Guerra a um ano de prisão, o que foi confirmado. E nada mais podendo tratar-se, o Sr. Conselheiro de Guerra Duque de Caxias, servindo de Presidente, encerrou a Sessão, da qual eu, o Secretário de Guerra José Joaquim Rodrigues Lopes, escrevi e assinei esta ata.

Betancourt {assinatura}

33ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar e de Justiça, em 17 de julho de 1872

Existem 55

Entraram 5

Saíram 6 {anotações à margem da folha}

Aos dezessete dias do mês de julho de mil oitocentos e setenta e dois, achando-se presentes os Senhores Conselheiros de Guerra **Betancourt**, **Barão de Itapagipe**, **De Lamare**, **Barão de Angra**, Conselheiro Vogal **Beaurepaire** e Desembargadores **Magalhães Castro** e **Goveia**, foi aberta a Sessão. Lida e aprovada a ata da antecedente, o Secretário de Guerra deu conta de uma única portaria enviando para serem julgados definitivamente os processos de Conselho de Guerra a que responderam os soldados Manoel Pereira de Oliveira, Manoel Joaquim Pereira, Manoel Simão da Silva, Luis Garcia de Vasconcellos e Joaquim José Francisco. Em seguida, o Sr. Desembargador Magalhães Castro relatou os seguintes processos: do soldado Angelo Ferreira, acusado de 1ª deserção agravada e condenado em Conselho de Guerra a um ano de prisão, o que foi confirmado; do soldado Manoel Francisco dos Santos, acusado de 1ª deserção simples e condenado no Conselho de Guerra a seis meses de prisão, o que

foi confirmado; dos soldados Manoel Antonio Feitoza e Antonio Adolpho de Paula Barros, acusados de desobediência e condenado em Conselho Criminal em seis meses de prisão cada um sendo conservados em prisão solitária por oito dias em cada mês, o que foi confirmado. O Sr. Desembargador Goveia relatou os seguintes: do soldado José de Campos Botelho, acusado em Conselho de Guerra de 1ª deserção agravada, e aí condenado a um ano de prisão, o que foi confirmado; do soldado Francisco Candido Jarcen, acusado de 1ª deserção simples e condenado em Conselho de Guerra a seis meses de prisão, o que foi confirmado; e dos soldados José Francisco de Souza e Joaquim Raimundo de Oliveira, acusados de 1ª deserção agravada e condenado cada um a um ano de prisão, o que foi confirmado. E nada mais podendo tratar-se, o Sr. Conselheiro de Guerra Betancourt, servindo de Presidente, encerrou a Sessão, da qual eu, o Secretário de Guerra, José Joaquim Rodrigues Lopes, escrevi e assinei esta ata.

Duque de Caxias {assinatura}

34ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar de Justiça, em 20 de julho de 1872

Existiam 54

Entraram 6

Saíram 5 {anotações à margem da folha}

Aos vinte dias do mês de julho de mil oitocentos e setenta e dois, achando-se presentes os Senhores Conselheiros de Guerra **Duque de Caxias**, **Betancourt**, **Barão da Gávea**, **Barão de Angra**, Conselheiro Vogal **Beaurepaire** e Desembargadores **Magalhães Castro** e **Goveia**, foi aberta a Sessão. Lida e aprovada a ata da antecedente, o Secretário de Guerra deu conta de 3 avisos, sendo 2 do Ministério de Guerra e um do da Justiça, remetendo para serem julgados definitivamente os processos de Conselho de Guerra a que foram submetidos os soldados Gonçalo da Cunha, Bernardo Accacio Garcia de Souza, Antonio José de Souza, João Dias de Oliveira, João Manoel dos Reis, Candido José Dias e Benedicto de Mello, e o soldado policial José Joaquim dos Santos. Em seguida, o Sr. Desembargador Magalhães Castro relatou os seguintes processos: do soldado Francisco João Passarinho, acusado de 1ª deserção simples e condenado em Conselho de Guerra a seis meses de prisão, o que foi confirmado; o Sr. Desembargador Goveia relatou os 4 seguintes: do soldado Pedro Ferreira d'Alcantara, acusado de 1ª deserção agravada e condenado em Conselho de Guerra a um ano de prisão, o que foi confirmado; do soldado Manoel Francisco de Oliveira, acusado de 1ª deserção agravada e condenado em Conselho de Guerra a um ano de prisão, o que foi também confirmado; do soldado Antonio Sebastião

dos Santos, acusado de 1ª deserção agravada, e no Conselho de Guerra condenado a um ano de prisão, o que igualmente foi confirmado; e do soldado Manoel Pereira Bastos, acusado de 1ª deserção simples e condenado a seis meses de prisão, o que foi confirmado. Nada mais se podendo tratar, o Sr. Conselheiro de Guerra Duque de Caxias, servindo de Presidente, encerrou a Sessão, da qual eu, o Secretário de Guerra José Joaquim Rodrigues Lopes, escrevi e assinei esta ata.

Duque de Caxias {assinatura}

35ª ATA DA SESSÃO DO CONSELHO SUPREMO MILITAR DE JUSTIÇA, EM 24 DE JULHO DE 1872

Existiam 55

Entraram 11

Saíram 2 {anotações à margem da folha}

Aos vinte e quatro dias do mês de julho de mil oitocentos e setenta e dois, achando-se presentes dos Senhores Conselheiros de Guerra **Duque de Caxias**, **Betancourt**, **De Lamare**, **Barões da Gávea** e **de Angra**, Conselheiro Vogal **Beaurepaire**, Desembargadores **Magalhães Castro** e **Goveia**, foi aberta a Sessão. Lida e aprovada a ata da antecedente, o Secretário de Guerra deu conta de 5 avisos das Secretarias de Guerra, da de Marinha e da da Justiça, enviando 12 processos de Conselho de Guerra a fim de serem julgados definitivamente, sendo eles dos réus soldados Marcos Francisco Leite, Antonio Francisco da Silva, Luis Savero dos Santos, Victor de Souza do Espirito Santo, Victoriano Ferraz de Lara, Joaquim Cardozo de Oliveira, Manoel Primitivo dos Santos, e corneta José Luis de França, imperial marinheiro Rozendo Francisco Alves, soldados navais Sergio Ferreira e Manoel Jancen, e soldado policial João Xavier de Castro. Em seguida, o Sr. Desembargador Magalhães Castro relatou o processo do soldado João da Costa Pancha, acusado de 1ª deserção simples e condenado em Conselho de Guerra a seis meses de prisão, o que foi confirmado; e o Sr. Desembargador Goveia relatou o do cabo de esquadra Francisco Manoel Flores, acusado em Conselho de Guerra de fuga de presos confiados à sua guarda, e aí absolvido, o que foi confirmado. E nada mais se podendo tratar, o Sr. Conselheiro de Guerra Duque de Caxias, servindo de Presidente, encerrou a Sessão, da qual eu, o Secretário de Guerra, José Joaquim Rodrigues Lopes, escrevi e assinei esta ata.

Duque de Caxias {assinatura}

36ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar e de Justiça, em 31 de julho de 1872

Existem 64

Entram 20

Saíram 22 {anotações à margem da folha}

Aos trinta e um dias do mês de julho de mil oitocentos e setenta e dois, achando-se presentes os Senhores Conselheiros de Guerra **Duque de Caxias**, **Betancourt**, **Barão de Itapagipe**, **De Lamare**, **Visconde de Santa Teresa**, **Barões da Gávea** e **de Angra**, Conselheiro Vogal **Beaurepaire** e Desembargadores **Câmara**, **Magalhães Castro** e **Goveia**, foi aberta a Sessão. Lida e aprovada a ata da antecedente, o Secretário de Guerra deu conta do seguinte expediente avisos dos Ministérios da Guerra, da Marinha e da Justiça, enviando para serem julgados definitivamente os processos de Conselho de Guerra a que responderam: o tenente Francisco da Costa Pinto Bandeira, alferes Clementino Pereira Passos Cavalcante, soldados Raymundo Silveira de Lira, Felippe José dos Santos, João Schering, Vicente Ferreira de São Jeronimo, Andre Avelino dos Santos, Manoel José de Lima, Roberto Galdino de Andrade, Manoel Estanisláu de Santa Anna, José Francisco da Silva, Jeremias Luis da Silva, João Clemente dos Santos, Eufrazio Alves da Costa, Andre Bispo Lima, Antonio Angola Ferro, Luis José Villela Vianna, imperial marinheiro João Apostolo Evangelista, soldados navais Felippe Custodio da Costa, Martiniano Prudente de Souza, Justino da Cunha Barboza, e soldado policial Fernando Miguel de Martins. Em seguida, o Sr. Desembargador Câmara relatou os seguintes processos: do soldado Antonio Marcolino José Pereira, acusado de 1ª deserção simples e condenado em Conselho de Guerra a seis meses de prisão, o que foi confirmado; do soldado Angelo José dos Reis, acusado em Conselho de Guerra de 1ª deserção agravada, e aí condenado a um ano de prisão, o que foi confirmado; do soldado José Thomaz de Aquino, acusado de 1ª deserção simples e condenado em Conselho de Guerra a seis meses de prisão, o que foi confirmado; do corneta Francisco Herculano, acusado de 1ª deserção simples e no Conselho de Guerra condenado a seis meses de prisão, o que foi confirmado; do soldado Antonio José do Nascimento, acusado de 1ª deserção simples e condenado em Conselho de Guerra a seis meses de prisão, o que foi confirmado; do soldado Feliciano Daniel da Silva, acusado de 1ª deserção agravada e condenado em Conselho de Guerra a um ano de prisão, o que foi confirmado; do soldado Benedicto Machado, acusado de 1ª deserção simples e condenado em Conselho de Guerra a seis meses de prisão, o que foi confirmado; do soldado Manoel d'Azevedo Leal, acusado de 1ª deserção simples e condenado em Conselho de Guerra a seis meses de prisão, o que foi confirmado; do soldado Joaquim Antonio da Silva, acusado de 1ª deserção simples e no Conselho de Guerra condenado a seis meses de prisão, o que foi confirmado; do capitão honorário Daniel Urbano Damasceno Rozado, acusado pelo crime de não pagar os vencimentos de uma praça, e no Conselho de Guerra absolvido, sentença esta que foi

reformada para condenar-se o réu a um ano de prisão em uma fortaleza, e a não ser mais empregado em qualquer comando; o Sr. Desembargador Magalhães Castro relatou os seguintes: do soldado Claudino Barboza, acusado de 2ª deserção simples e condenado em Conselho de Guerra a dois anos de trabalhos públicos, o que foi confirmado; do soldado Mariano João Gualberto de Souza, acusado de 1ª deserção simples e condenado em Conselho de Guerra a seis meses de prisão, o que foi confirmado; do soldado Joaquim Antonio do Espirito Santo, acusado de 1ª deserção simples e condenado em Conselho de Guerra a seis meses de prisão, o que foi confirmado; do soldado José Pereira da Silva, acusado de 2ª deserção simples e condenado em Conselho de Guerra a dois anos de trabalhos públicos, o que foi confirmado; do soldado Frederico Benedito, acusado de tentativa de morte, e no Conselho de Guerra condenado a carrinho perpétuo, sentença esta que foi reformada para infligir-se ao réu a de dez anos de prisão com trabalho; do soldado Manoel Rufino da Paixão, acusado de insubordinação, e no Conselho de Guerra condenado a três meses de prisão com trabalho, sentença que foi reformada para se lhe dar a de três meses digo a de seis meses de prisão com trabalho; e, finalmente, do cabo de esquadra Manoel Vicente Ferreira de Almeida, acusado em Conselho de Guerra de desobediência, e aí condenado a três meses de prisão, o que foi confirmado; e o Sr. Desembargador Goveia relatou 5 seguintes: do capitão José Borges de Abreo, acusado em Conselho de Guerra de abuso de autoridade, e aí absolvido, o que foi confirmado; do alferes Manoel Gonçalves de Queiroz Albuquerque, acusado de fazer desordem, e no Conselho de Guerra absolvido o que foi confirmado; do furriel José Baptista Fernandes, acusado do crime de ferimento, e no Conselho de Guerra condenado a um mês de prisão, o que foi confirmado; do soldado José Rodrigues da Silva, acusado de desobediência, e no Conselho de Guerra condenado à morte, sentença que foi reformada para se lhe dar a de um ano de prisão com trabalho; e, finalmente, dos réus cabo de esquadra Francisco Moreira Lessa, e corneta João Moreira Lessa, João José de Santa Anna e João Baptista Xaves, acusados de roubo, e no Conselho de Guerra absolvidos, o que foi confirmado. E nada mais se podendo tratar, por ser já tarde, o Sr. Conselheiro de Guerra Duque de Caxias, servindo de Presidente, encerrou a Sessão, da qual, eu o Secretário de Guerra José Joaquim Rodrigues Lopes, escrevi e assinei esta ata.

Duque de Caxias {assinatura}

37ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar e de Justiça, em 3 de agosto de 1872

Existem 58

Entraram 0

Saíram 9 {anotações à margem da folha}

Aos três do mês de agosto de mil oitocentos e setenta e dois, achando-se presentes os Senhores Conselheiros de Guerra **Duque de Caxias**, **Betancourt**, **De Lamare**, **Barão da Gávea**, Conselheiro Vogal **Beaurepaire** e Desembargadores **Câmara**, **Magalhães Castro** e **Lisboa**, apresentado depois da licença que obteve para tratar de sua saúde, conforme participou no 1º do corrente. Lida e aprovada a ata da antecedente depois de aberta a Sessão, o Secretário de Guerra declarou que não havia expediente algum. Em seguida, o Sr. Desembargador Câmara relatou os seguintes processos: do soldado João Francisco de Oliveira Bombarda, acusado de 2ª deserção simples, e no Conselho de Guerra a dois anos de trabalhos públicos, o que foi confirmado; do soldado Mariano Ignacio da Silveira, acusado do mesmo crime e no Conselho de Guerra condenado nas penas do artigo 1º, título 4º das segundas deserções combinado com artigo único das deserções agravadas, tudo da Ordenança de 9 de abril de 1805, o que foi reformado por considerar-se o réu desertor de 1ª deserção pelo que foi condenado definitivamente a quatro meses de prisão com trabalho na forma do artigo 2º do título 4º das primeiras deserções simples por constar ter-se apresentado depois dos 3 meses; do cabo de esquadra reformado Manoel Nunes dos Santos, acusado de ter faltado ao quartel e ao serviço para que fora nomeado e condenado nas penas do artigo 9º dos de Guerra do Regulamento da Infantaria de 1763, o que foi reformado para infligir-se ao réu a pena de um ano de prisão com trabalho; do soldado Theophilo da Silva, acusado do crime de 1ª deserção agravada, e no Conselho de Guerra condenado como incurso no artigo 1º do título 4º das primeiras deserções simples combinado com o artigo único das deserções agravadas da Ordenança de 9 de abril de 1805, o que foi confirmado; do soldado José Rodrigues de Lima, acusado do crime de 2ª deserção agravada e no Conselho de Guerra condenado como incurso no artigo 1º do título 4º das primeiras deserções simples combinado com artigo único das agravadas; o que foi reformado para ser sentenciado como fica sendo nas penas do artigo 1º do título 4º das segundas deserções simples, combinado com artigo único, visto constar ser esta a 2ª deserção agravada; dos réus Manoel Hygino dos Santos e José Mathias, acusados no Conselho de Guerra de haverem brigado ambos, ferindo o primeiro ao segundo réu, e aí condenado às penas da 2ª parte do artigo 8º dos de Guerra do Regulamento de Infantaria; neste Tribunal foi o réu Manoel Hygino dos Santos absolvido, e o réu João Mathias condenado a quatro meses de prisão com trabalho, e a seis meses de prisão com trabalho o soldado João Pinto Querino que esqueceu mencionar na página retro como réu na briga dos dois. O Sr. Desembargador Magalhães Castro relatou os seguintes do tenente-coronel Francisco Antonio de Souza Camisão e do capitão reformado Caetano da Silva Paranhos, acusados de destruir dinheiros públicos da caixa do conselho econômico do Corpo de Artilharia e Infantaria da Guarda Nacional destacada, e absolvidos em Conselho de Guerra, o que foi confirmado; do soldado Benedicto José acusado de 1ª deserção simples e no Conselho de Guerra condenado a dois meses de prisão e aos mais castigos mencionados

no artigo 3º, título 4º das primeiras deserções simples da Ordenança de 9 de abril de 1805, e, finalmente, do réu José Crescente dos Martires, acusado de 1ª deserção simples, e no Conselho de Guerra condenado a seis meses de prisão, o que foi confirmado. E nada mais se podendo tratar, o Sr. Conselheiro de Guerra Duque de Caxias, servindo de Presidente, encerrou a Sessão, da qual eu, o Secretário de Guerra José Joaquim Rodrigues Lopes, escrevi e assinei esta ata.

Duque de Caxias {assinatura}

38ª ATA DA SESSÃO DO CONSELHO SUPREMO MILITAR DE JUSTIÇA, EM 7 DE AGOSTO DE 1872

Existiam 49

Entraram 12

Saíram 11 {anotações à margem da folha}

Aos sete dias do mês de agosto de mil oitocentos e setenta e dois, estando presentes os Senhores Conselheiros de Guerra **Duque de Caxias**, **Betancourt**, **Visconde de Tamandaré**, **Barão de Itapagipe**, **De Lamare**, **Barões da Gávea** e **de Angra** e Conselheiro Vogal **Beaurepaire**, foi aberta a Sessão sem ler-se e aprovar-se a ata da antecedente, por não se ter podido lançar, o Secretário de Guerra deu conta de 3 avisos, enviando para serem julgados definitivamente os processos do Conselho de Guerra a que responderam: o capitão Honorio Clementino Martins, o alferes Antonio Paulo Correa, e o soldado Francisco Antonio, e também Conrado dos Anjos, e soldado Ignacio Tavares da Rocha, anspeçada Francisco Ferreira Lima, e os soldados Ricardo Gustavo da Motta e Felinto Moreira da Costa. Em seguida, o Senhor Desembargador Câmara relatou os 7 processos seguintes: do soldado Antonio Francisco da Silva, acusado de deserção agravada, e no Conselho de Guerra condenado a dois anos de prisão, o que foi confirmado; do soldado Luis Severo dos Santos, acusado de 1ª deserção simples, e no Conselho de Guerra condenado a seis meses de prisão, o que foi confirmado; do soldado José Luis da França, acusado em Conselho de Guerra de 1ª deserção simples e aí condenado a seis meses de prisão, o que foi confirmado; do soldado Victor de Souza do Espirito Santo, acusado de 1ª deserção agravada, e no Conselho de Guerra a oito meses de prisão, o que foi confirmado; do soldado Manoel Primitivo dos Santos, acusado de 1ª deserção agravada, e no Conselho de Guerra em um ano de prisão, o que foi confirmado; do soldado Joaquim Cardozo de Oliveira, acusado de 1ª deserção, e no Conselho de Guerra condenado a quatro meses de prisão, o que foi confirmado; do soldado Candido João Dias, acusado de 1ª deserção simples e condenado a dois meses de prisão, o que foi confirmado. O Sr. Desembargador Lisboa relatou os seguintes do soldado Joaquim José Francisco, acusado de 1ª deserção simples, o Conselho de Guerra declinou de sua competência para julgar o réu por julgá-lo

compreendido no artigo 1º, título 3º da Ordenança de 9 de abril de 1805, o que foi confirmado; do soldado Manoel Joaquim Pereira, acusado de 1ª deserção simples, e no Conselho de Guerra condenado a seis meses de prisão, o que foi confirmado; do soldado Luis Gomes de Vasconcellos, acusado de 1ª deserção simples, e no Conselho de Guerra condenado a seis meses de prisão, o que foi confirmado; e, finalmente, do soldado Manoel Pereira de Oliveira, acusado de 1ª deserção agravada, e no Conselho de Guerra condenado digo absolvido visto ter-se apresentado antes de completar a deserção, o que foi confirmado. E nada mais podendo tratar-se, o Sr. Conselheiro de Guerra Duque de Caxias, servindo de Presidente, encerrou a Sessão, da qual eu, o Secretário de Guerra José Joaquim Rodrigues Lopes, escrevi e assinei esta ata. Declaro em tempo que os Senhores Desembargadores **Câmara** e **Lisboa** compareceram à Sessão.

Duque de Caxias {assinatura}

39ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar e de Justiça, em 10 de agosto de 1872

Existiam 40

Entraram 0

Saíram 5 {anotações à margem da folha}

Aos dez dias do mês de agosto de mil oitocentos e setenta e dois, achando-se presentes os Senhores Conselheiros de Guerra **Duque de Caxias**, **Betancourt**, **De Lamare**, **Visconde de Santa Teresa**, **Barões da Gávea** e **de Angra**, Conselheiro Vogal **Beaurepaire** e Desembargadores **Câmara** e **Lisboa**, foi aberta a Sessão. Lidas e aprovadas as atas das duas sessões anteriores, o Secretário de Guerra declarou não haver expediente algum. Em seguida, o Sr. Desembargador Câmara relatou os processos: do soldado José Joaquim de Souza, acusado de recusar-se formalmente a entrar no serviço para que foi nomeado, e no Conselho de Guerra condenado a seis meses de prisão, o que foi confirmado; o Sr. Desembargador Lisboa relatou os quatro seguintes: do soldado Gonçalo da Cunha, acusado de 1ª deserção, e no Conselho de Guerra condenado a seis meses de prisão, o que foi confirmado; do soldado Bernardo Acacio Garcia de Souza, acusado de 2ª deserção agravada, e no Conselho de Guerra condenado a 2 anos de prisão, o que foi confirmado; do soldado Manoel Simoes da Silva, acusado de 1ª deserção agravada e condenado em Conselho de Guerra a um ano de prisão, o que foi confirmado; e, finalmente, do soldado Antonio José de Souza, acusado de 1ª deserção simples, e no Conselho de Guerra condenado a seis meses de prisão, o que foi confirmado. E nada mais havendo a tratar-se, o Sr. Conselheiro de Guerra Duque de Caxias, servindo de Presidente, encerrou a Sessão, da qual eu, o Secretário de Guerra José Joaquim Rodrigues Lopes, escrevi e assinei esta ata.

Duque de Caxias {assinatura}

40ª ATA DA DA SESSÃO DO CONSELHO SUPREMO MILITAR DE JUSTIÇA, EM 14 DE AGOSTO DE 1872

Existiam 35

Entraram 20

Saíram 15 {anotações à margem da folha}

Aos catorze dias no mês de agosto de mil oitocentos e setenta e dois achando-se presentes os Conselheiros de Guerra **Duque de Caxias**, **Betancourt**, **Visconde de Tamandaré**, **Barão de Itapagipe**, **De Lamare**, **Aguiar**, **Barão de Angra** e Desembargadores **Câmara** e **Lisboa**, foi aberta a Sessão. Lida e aprovada a ata da antecedente, o Secretário de Guerra deu conta de 5 portarias enviando para serem julgados definitivamente 20 processo dos réus seguintes: 1º sargento Raymundo Toscano de Vasconcellos, anspeçada José Leandro de Souza, e soldados Manoel Antonio de Trindade, Galdino José Monteiro José de Souza e Silva, Veriato Lisboa, José Querino de Santa Anna, Francolino da Costa Pinheiro, Julião Cosme José de Souza, Manoel Francisco da Paixão, Antonio Mathias de Salles, Martiniano Francisco Cabral, Manoel Joaquim de Lima, Francisco José de Oliveira, Manoel Francisco dos Anjos, Candido Ferreira dos Santos, João Francisco da Cruz, Eugenio de Barros, Fabricio de Góes Pacheco, e soldado naval João da Costa Veiga. Em seguida, o Senhor Desembargador Câmara relatou os seguintes processos: do soldado Francisco Miguel Martins, acusado de 1ª deserção agravada, e no Conselho de Guerra a quatro meses de prisão, o que foi confirmado; do soldado naval Martiniano Prudente de Souza, acusado de 1ª deserção agravada, e no Conselho de Guerra condenado no Conselho de Guerra a um ano de prisão do xadrez, fazendo o serviço de que trata o artigo 1º do título 4º das Ordenanças de 9 de abril de 1805; do soldado João Schering, acusado de 1ª deserção simples e condenado em Conselho de Guerra a seis meses de prisão, o que foi confirmado; do soldado Martiniano Francisco Cabral, acusado de 1ª deserção agravada, e no Conselho de Guerra condenado a um ano de prisão, o que foi confirmado; do soldado Julião Cosme José de Souza, acusado em Conselho de Guerra a um ano de prisão, o que foi confirmado; do soldado José Querino de Santa Anna, acusado de 1ª deserção simples, e no Conselho de Guerra condenado a seis meses de prisão; este Tribunal reformou a sentença para dar ao réu a de dois meses de prisão, visto constar dos respectivos assentamentos que o réu se apresentou antes dos 3 meses; do soldado Antonio Angello Ferro, acusado de 1ª deserção simples, e no Conselho de Guerra condenado a dois meses de prisão, o que foi confirmado; do soldado José Francisco da Silva, acusado de 2ª deserção, e no Conselho de Guerra a 2 anos de prisão. Este Tribunal reformou a sentença para dar ao réu o seguinte: reformam a sentença do Conselho de Guerra por julgar ser a deserção pelo réu cometida 1ª e não 2ª, visto não constar do processo que pela 1ª tivesse sido processado, e bem assim para considerarem capturado, e não apresentado, como se vê dos seus assentamentos de praça, e por isso

incurso no art. 1º, título 4º das primeiras deserções simples, da Ordenança de 9 de abril de 1805, combinado com o artigo único das mesmas Ordenanças, por ter ele levado, quando desertou, sabre e baioneta; e, portanto, condenam no duplo das penas mencionadas no sobredito artigo 1º do título 4º das referidas Ordenanças; do soldado José de Souza e Silva, acusado em Conselho de Guerra de 1ª deserção agravada, e aí condenado a quatro meses de prisão, o que foi confirmado; do soldado Veriato Lisboa, acusado de 1ª deserção simples, e no Conselho de Guerra condenado a quatro meses de prisão, o que foi confirmado; do soldado Candido Ferreira dos Santos, condenado a quatro meses de prisão, o que foi confirmado; o Sr. Desembargador Lisboa relatou os quatro seguintes processos: do soldado João Dias de Oliveira, acusado de 1ª deserção simples, e pelo Conselho de Guerra condenado a dois meses de prisão, o que foi confirmado; do réu Manoel Estanislau de Santa Anna, acusado de 5ª deserção, e no Conselho de Guerra condenado como réu de 3ª deserção simples às penas declaradas na Carta Régia de 1807, o que foi confirmado; e, finalmente, do soldado Gus digo Ricardo Gustavo da Motta, acusado em Conselho de Guerra de 1ª deserção agravada, e aí condenado a um ano de prisão, o que foi confirmado. E nada mais se podendo tratar, o Sr. Conselheiro de Guerra Duque de Caxias, servindo de Presidente, encerrou a Sessão, da qual eu, o Secretário de Guerra José Joaquim Rodrigues Lopes, escrevi e assinei esta ata.

Duque de Caxias {assinatura}

41ª ATA DA DO CONSELHO SUPREMO MILITAR DE JUSTIÇA, EM 17 DE AGOSTO DE 1872

Existiam 45 Entraram 0

Saíram 8 {anotações à margem da folha}

Aos dezessete dias do mês de agosto de mil oitocentos e setenta e dois, achando-se presentes os Senhores Conselheiros de Guerra **Duque de Caxias**, **Betancourt**, **De Lamare**, **Barões da Gávea** e **de Angra**, Conselheiro Vogal **Beaurepaire** e Desembargadores **Câmara** e **Lisboa**, foi aberta a Sessão. Lida e aprovada a ata da antecedente, o Secretário de Guerra declarou não haver expediente algum, e em seguida o Sr. Desembargador Câmara relatou os seguintes processos: do soldado naval Sergio Ferreira, acusado de 1ª deserção agravada e condenado em Conselho de Guerra a um ano de prisão, sentença esta que foi reformada para se julgar nulo para mandar-se que seja o réu punido com as penas impostas no artigo 80 dos de Guerra da Armada a que se refere o artigo 66 do Regulamento dos imperiais marinheiros; do soldado também naval Justino da Cunha Barboza, acusado de 1ª deserção agravada como o antecedente réu, e no Conselho de Guerra condenado a um ano de prisão, sobre esta sentença proferiu o Tribunal o seguinte: julgam nulo o Conselho de Guerra que se procedeu contra o réu, e mandam que seja ele punido com as penas impostas no

artigo 80 dos de Guerra da Armada a que se refere o artigo 66 do Regulamento do Corpo de Imperiais Marinheiros; do soldado do Corpo Naval Manoel Jancen, acusado também de 1ª deserção agravada e condenado igualmente a um ano de prisão, o Tribunal julgando nulo o Conselho de Guerra a que se procedeu contra o réu, manda que seja ele punido com as penas impostas no artigo 80 dos de Guerra da Armada a que se refere o artigo 66 do Regulamento de imperiais marinheiros; do imperial marinheiro João Apostolo Evangelista, acusado em Conselho de Guerra de 1ª deserção simples e por ele condenado a um ano de prisão, o que foi confirmado; o Sr. Desembargador Lisboa relatou os seguintes: do soldado João Francisco da Cruz, acusado de 1ª deserção agravada, e no Conselho de Guerra condenado a quatro meses de prisão, o que foi confirmado; do soldado Jeremias Luis da Silva, acusado de 1ª deserção agravada e condenado em Conselho de Guerra a quatro meses de prisão, o que foi confirmado; do soldado André Bispo Lino, acusado de 1ª deserção simples e condenado em Conselho de Guerra a dois meses de prisão, o que foi confirmado; e, finalmente, do soldado Eufrasio Alves da Costa, acusado de 2ª deserção simples e condenado em Conselho de Guerra a dois anos de prisão com trabalho, o que foi confirmado. E nada mais se podendo tratar, o Sr. Conselheiro de Guerra Duque de Caxias, servindo de Presidente, encerrou a Sessão, da qual eu, o Secretário de Guerra José Joaquim Rodrigues Lopes, escrevi e assinei esta ata.

Duque de Caxias {assinatura}

42ª Ata do Conselho Supremo Militar e de Justiça, em 21 de agosto de 1872

Existiam 37

Entraram 3

Saíram 6 {anotações à margem da folha}

Aos vinte e um dias no mês de agosto de mil oitocentos e setenta e dois, achando-se presentes os Conselheiros de Guerra **Duque de Caxias**, **Visconde de Tamandaré**, **Visconde de Santa Teresa**, **Barão de Angra** e Desembargadores **Câmara** e **Lisboa**, foi aberta a Sessão. Lida e aprovada a ata da antecedente, o Secretário de Guerra deu conta de duas portarias, enviando para serem julgados definitivamente os processos de Conselho de Guerra a que responderam: o alferes Joaquim Pereira Gaya Peçanha, o soldado do Exército Estevão Gomes Arthur, e o soldado policial Simplicio Fernandes. Em seguida, o Sr. Desembargador Câmara relatou os seguintes processos: do soldado Manoel Francisco da Paixão, acusado de 1ª deserção agravada, e no Conselho de Guerra condenado a um ano de prisão, o que foi confirmado; o Sr. Desembargador Lisboa relatou os 5 seguintes: do soldado Roberto Galdino de Andrade, acusado de 1ª deserção agravada, e no Conselho de

Guerra condenado a quatro meses de prisão, o que foi confirmado; do soldado Vicente Ferreira de São Jeronimo, acusado de 1ª deserção simples, o Conselho de Guerra julgou-se incompetente para julgar o réu visto não ter completado a deserção, decisão esta que foi confirmada; do soldado José Clemente dos Santos, acusado de 1ª deserção agravada, e no Conselho de Guerra condenado a um ano de prisão, o que foi confirmado; do soldado Francolino da Costa Pinheiro, acusado de 1ª deserção simples e condenado em Conselho de Guerra a quatro meses de prisão, o que foi confirmado; e, finalmente, do soldado Galdino José Monteiro, acusado de 1ª deserção simples, e no Conselho de Guerra condenado a seis meses de prisão, o que foi confirmado. E nada mais se podendo tratar, o Sr. Conselheiro de Guerra Duque de Caxias, servindo de Presidente, encerrou a Sessão, da qual eu, o Secretário de Guerra José Joaquim Rodrigues Lopes, escrevi e assinei esta ata.

Duque de Caxias {assinatura}

43ª Ata do Sessão do Conselho Supremo Militar e de Justiça, em 24 de agosto de 1872

Existiam 34

Entraram 16

Saíram 5 {anotações à margem da folha}

Aos vinte e quatro dias do mês de agosto de mil oitocentos e setenta e dois, achando-se presentes os Senhores Conselheiros de Guerra **Duque de Caxias**, **Betancourt**, **De Lamare**, **Visconde de Santa Teresa**, **Barões da Gávea** e **de Angra**, Conselheiro Vogal **Beaurepaire** e Desembargadores **Câmara** e **Lisboa**, foi aberta a Sessão. Lida e aprovada a ata da antecedente, o Secretário de Guerra deu conta de duas portarias enviando para serem julgados definitivamente os processos a que responderam: o alferes graduado João Miguel Mendes e o corneta João José de Araujo, o clarim Eduardo Antonio Catuny, e os soldados Manoel da Hora, Antonio Ferreira de Oliveira, Anastacio Raymundo Guimarães, Henrique Villela da Costa, Manoel José da Silva, João Joaquim de Santa Anna, José Lourenço, Gregorio Betancourt da Silveira Machado, Manoel Francisco do Espirito Santo, Joaquim José de Santa Anna, Claudino José dos Santos, Lourenço Milhomem, e o imperial marinheiro Bartholomeu Antonio. Em seguida, o Sr. Desembargador Câmara relatou o seguinte processo: do 1º sargento Raymundo Toscano de Vasconcellos, acusado de extravies de objetos da Fazenda Nacional, e no Conselho de Guerra absolvido, o que foi confirmado; o Sr. Desembargador Lisboa relatou os seguintes: do imperial marinheiro Rozendo Francisco Alves, acusado de deserção em tempo de guerra e no Conselho de Guerra condenado a cinco anos de prisão com trabalho, sentença que foi reformada para se lhe dar a de três anos somente; do soldado Antonio Mattos de Salles, acusado de 2ª deserção simples e condenado em

Conselho de Guerra a dois anos de prisão com trabalho, o que foi confirmado; do soldado policial João Xavier de Castro, acusado de 1ª deserção simples, e no Conselho Criminal condenado a dois meses de prisão, o que foi confirmado; do soldado Manoel Joaquim de Lima, acusado de fuga estando a cumprir sentença, e no Conselho de Guerra condenado em mais um ano de prisão a que estava condenado, sentença esta que foi reformada para se lhe dar a de seis anos de prisão com trabalho. E nada mais havendo a tratar-se, o Sr. Conselheiro de Guerra Duque de Caxias encerrou a Sessão, da qual eu, o Secretário de Guerra José Joaquim Rodrigues Lopes, escrevi e assinei esta ata.

Duque de Caxias {assinatura}

44ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar e de Justiça, em 28 de agosto de 1872

Existiam 45 Entraram 0

Saíram 12 {anotações à margem da folha}

Aos vinte e oito dias do mês de agosto de mil oitocentos e setenta e dois, achando-se presentes os Senhores Conselheiros de Guerra **Duque de Caxias**, **Betancourt**, **Barão de Itapagipe**, **De Lamare**, **Barão da Gávea**, **Barão de Laguna**, **Barão de Angra** e Conselheiro Vogal **Beaurepaire** e Desembargadores **Câmara** e **Lisboa**, foi aberta a Sessão. Lida e aprovada a ata da antecedente, o Secretário de Guerra declarou não haver expediente algum. Em seguida, o Sr. Desembargador Câmara relatou os seguintes processos: do soldado Manoel José da Silva, acusado de 1ª deserção simples, a o que o Conselho de Guerra se julgou incompetente para julgar o réu visto não ter completado a deserção, o que foi confirmado pelo Tribunal; do soldado João Joaquim de Santa Anna, acusado de 1ª deserção simples, e no Conselho de Guerra condenado a seis meses de prisão, o quefoi confirmado; do soldado Antonio Ferreira de Oliveira, acusado de 1ª deserção simples, e no Conselho de Guerra condenado a seis meses de prisão, o que foi confirmado; do soldado Manoel da Hora, também acusado de 1ª deserção simples, também condenado em Conselho de Guerra a seis meses de prisão, o que foi igualmente confirmado; do soldado Henrique Villela da Costa, acusado de 1ª deserção simples, também condenado em Conselho de Guerra a seis meses de prisão, e igualmente confirmada esta sentença; do soldado Manoel Francisco do Espirito Santo, acusado de 1ª deserção, também simples e condenado igualmente a dois meses de prisão no Conselho de Guerra, o que foi confirmado; do soldado Ignacio Tavares da Rocha, acusado ainda de 1ª deserção simples, e no Conselho de Guerra condenado a seis meses de prisão, o que foi confirmado; e ultimamente do soldado Eugenio de Barros, acusado de 1ª deserção simples, e no Conselho de Guerra condenado a seis meses de prisão, o que foi confirmado; o Sr. Desembargador Lisboa relatou os 4 seguintes processos: do soldado Manoel Francisco dos Anjos, acusado de 1ª deserção simples, e no

Conselho de Guerra condenado a seis meses de prisão, o que foi confirmado; do soldado Estevão Gomes Arthur, acusado de 1ª deserção simples, e no Conselho de Guerra condenado a seis meses de prisão, o que foi confirmado; do soldado Fabricio de Góes Pacheco, acusado de 3ª deserção simples, e no Conselho de Guerra condenado a seis anos de prisão com trabalho, o que foi confirmado; e, finalmente, do tambor Conrado dos Anjos, acusado de 1ª deserção simples, e no Conselho de Guerra condenado a seis meses de prisão, o que foi confirmado. E nada mais se podendo fazer, o Sr. Conselheiro de Guerra Duque de Caxias, servindo de Presidente, encerrou a Sessão, da qual eu, o Secretário de Guerra José Joaquim Rodrigues Lopes, escrevi e assinei esta ata.

Duque de Caxias {assinatura}

45ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar e de Justiça, em 31 de agosto de 1872

Existiam 33

Entraram 14

Saíram 17 {anotações à margem da folha}

Aos trinta e um de agosto de mil oitocentos e setenta e dois, achando-se presentes os Senhores Conselheiros de Guerra, **Duque de Caxias**, **Betancourt**, **De Lamare**, **Barões da Gávea**, **de Laguna** e **de Angra**, Conselheiro Vogal **Beaurepaire** e Desembargadores **Câmara**, **Magalhães Castro** e **Lisboa**, foi aberta a Sessão. Lida e aprovada a ata da antecedente, o Secretário de Guerra deu conta de dois avisos do Ministério da Guerra, enviando para serem julgados definitivamente os processos do Conselho de Guerra a que responderam: o alferes Antonio de Barros Teixeira, os soldados José Antonio de Souza, Estevão Benicio da Silva, Claudino José Ramos, Manoel Jacintho da Costa, Luis Francisco Jorge, José Gonçalves de Aquino, Cosme Pereira da Silva, José Pereira da Silva Lobo, Manoel Areas da Silva, João Teixeira Pereira, Joaquim Soares de Azevedo, e cabo de esquadra Joaquim Francisco de Souza. Em seguida, o Sr. Desembargador Câmara relatou os seguintes processos: do soldado Benedicto Antonio de Mello, acusado de ferimento e condenado em Conselho de Guerra a três meses de prisão, sentença que foi reformada para dar-se ao réu a de um ano de prisão; do soldado Victoriano Ferraz de Lara, acusado de deserção em tempo de guerra, e no Conselho de Guerra condenado à morte, o que foi reformado para se dar ao réu a de cinco anos de prisão com trabalho; do soldado Cosme Pereira da Silva, acusado de 1ª deserção simples e condenado em Conselho de Guerra a seis meses de prisão, o que foi confirmado; dos soldados José Gonsalves de Aquino, acusado de 2ª deserção simples e condenado em 1ª instância a seis meses de prisão, o que foi confirmado; dos soldados João Teixeira Pereira, acusado de 1ª deserção simples e condenado em Conselho de Guerra a seis meses de prisão, o que foi confirmado; do soldado José Pereira da Silva Lobo, acusado de 1ª

deserção simples e condenado em Conselho de Guerra a seis meses de prisão, o que foi confirmado; do soldado Joaquim Soares de Azevedo, acusado de 1ª deserção simples, o Conselho de Guerra julgou-se incompetente para julgar o réu visto não ter completado a deserção, decisão esta que foi aprovada, manda o Tribunal que se levante ao réu a nota de desertor; do soldado Manoel Areas da Silva, acusado de deserção em tempo de guerra e condenado à morte em Conselho de Guerra; sentença que foi reformada para se lhe dar a pena de cinco anos de prisão com trabalho. O Sr. Desembargador Magalhães Castro relatou os seguintes; do soldado Manoel Joaquim de Santa Anna, acusado de 1ª deserção agravada e condenado em Conselho de Guerra a um ano de prisão, o que foi confirmado; do soldado Manoel Agostinho dos Santos, acusado de 1ª deserção simples e condenado em Conselho de Guerra a seis meses de prisão, o que foi confirmado; do soldado Ricardo Lasaro de Sampaio, acusado em Conselho de Guerra de insubordinação e embriaguez e condenado aí a cinco anos de prisão com trabalho nas fortificações, o que foi confirmado; e do imperial marinheiro José Venancio da Silva, acusado do crime de morte e condenado em Conselho de Guerra a dez anos de galés, o que foi reformado para condenar-se o réu a vinte anos de galés: o Sr. Desembargador Câmara assinou-se vencido por confirmar a sentença do Conselho de Guerra. O Sr. Desembargador Lisboa relatou os seguintes: do soldado Felippe José dos Santos, acusado de ferimentos e condenado a um ano de rigorosa prisão pelo Conselho de Guerra, o Tribunal reformou esta sentença para dar ao réu a de um ano de prisão com trabalho; do soldado Lourenço Milhomem, acusado em Conselho de Guerra de 1ª deserção simples e condenado por ele a seis meses de prisão, o que foi confirmado; do soldado Anastacio Raymundo Guimarães, acusado de 1ª deserção simples e condenado a dois meses de prisão, o que foi confirmado; do soldado Joaquim José de Santa Anna, acusado de 1ª deserção simples e condenado em Conselho de Guerra a seis meses de prisão, o que foi confirmado; e, finalmente, do soldado Gregorio Betancourt da Silveira Machado, acusado de 1ª deserção simples e condenado a seis meses de prisão, o que foi confirmado. E nada mais havendo a tratar-se, o Sr. Conselheiro de Guerra Duque de Caxias, servindo de Presidente, encerrou a Sessão, da qual eu, o Secretário de Guerra José Joaquim Rodrigues Lopes, escrevi e assinei esta ata.

Betancourt {assinatura}

46ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar de Justiça, em 4 de setembro de 1872

Existiam 30

Entraram 1

Saíram 10 {anotações à margem da folha}

Aos quatro dias do mês de setembro de mil oitocentos e setenta e dois, achando-se presentes os Senhores Conselheiros de Guerra **Betancourt**, **Barão de Itapagipe**, **De**

Lamare, **Barões da Gávea** e **de Angra**, Conselheiro Vogal **Beaurepaire** e Desembargadores **Câmara**, **Magalhães Castro** e **Lisboa**, foi aberta a Sessão. Lida e aprovada a ata da antecedente, o Secretário de Guerra deu conta de um aviso da Secretaria da Marinha, enviando para ser julgado definitivamente o processo de Conselho de Guerra a que respondeu o imperial marinheiro Constancio Olimpio. Em seguida, o Senhor Desembargador Câmara relatou os seguintes processos: do imperial marinheiro Bartholomeo Antonio, acusado de 6ª deserção simples e condenado em Conselho de Guerra a um ano de prisão, o que foi confirmado; do corneta João José de Araujo, acusado de embriaguez, e no Conselho de Guerra condenado nas penas do artigo 24 e 12 dos de Guerra, sentença que foi reformada para se lhe dar a de seis meses de prisão com trabalho; do soldado naval João da Costa Veiga, acusado em Conselho de Guerra de 3ª deserção simples, e por ele condenado a seis anos de prisão, sentença que foi reformada para se lhe dar a de um ano de serviço a bordo dos navios de guerra, vencendo somente a ração, e o fato que se costuma dar aos galés para se vestirem, como incurso no artigo 51 dos da Armada; e do soldado Manoel José de Lima, acusado de ferimento e condenado em Conselho de Guerra a um mês de prisão, sentença que foi reformada para se lhe dar a de três meses de prisão com trabalho; o Sr. Desembargador Lisboa assinou-se vencido por votar em pena maior: o Sr. Desembargador Magalhães Castro relatou os seguintes: do imperial marinheiro Constancio Olimpio, acusado de deserção em tempo de guerra e condenado em 1ª instância a cinco de anos de galés, sentença que foi reformada para se lhe dar a de três anos de prisão com trabalho; do soldado José Evangelista da Silva, acusado de 1ª deserção simples e condenado em Conselho de Guerra a dois meses de prisão, o que foi confirmado; do capitão Honorio Clementino Martins, e alferes Antonio Paulo Correa, acusado de prejudiciais à disciplina militar, e no Conselho de Guerra absolvidos, o que foi confirmado; o Sr. Desembargador Lisboa relatou os seguintes: do soldado Claudino José dos Santos, acusado de 1ª deserção simples, e no Conselho de Guerra condenado a seis meses de prisão, o que foi confirmado; do soldado José Lourenço, acusado de 1ª deserção agravada, e no Conselho de Guerra condenado a uma no de prisão, o que foi confirmado; do anspeçada Francisco Ferreira de Lima, acusado de resistência e embriaguez e condenado à morte em Conselho de Guerra, sentença que foi reformada para se lhe dar a de cinco anos de prisão com trabalho. E nada mais se podendo tratar, o Sr. Conselheiro de Guerra Betancourt, servindo de Presidente, encerrou a Sessão, da qual eu, o Secretário de Guerra José Joaquim Rodrigues Lopes, escrevi e assinei esta ata.

Betancourt {assinatura}

47ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar e de Justiça, em 11 de setembro de 1872

Existiam 21

Entraram 27

Saíram 2 {anotações à margem da folha}

Aos onze dias do mês de setembro de mil oitocentos e setenta e dois, achando-se presente os Senhores Conselheiros de Guerra **Duque de Caxias**, **Betancourt**, **Barão da Gávea**, Conselheiro Vogal **Beaurepaire** e Desembargadores **Magalhães Castro** e **Lisboa**, foi aberta a Sessão. Nesta ocasião entrou o Sr. **Barão de Laguna**. O Secretário de Guerra deu conta de 3 avisos do Ministério da Guerra, enviando para serem julgados definitivamente os processos de Conselho de Guerra a que responderam os soldados: Antonio Rodrigues de Souza, José Bello, Antonio Joaquim, Manoel Marques Paulino, Manoel João, Manoel Simão Cambraia, Domingos Innocencio do Nascimento, Francisco Rodrigues da Silva, Francisco Gomes de Magalhães Bastos, José Felippe de Brito, Manoel Alves de Oliveira, Avelino da Silva digo Ambrozio da Silva, Manoel Severino de Oliveira, José Joaquim de Santa Anna, Manoel Francisco de Oliveira, João Antonio da Silva, Francisco Victoriano Marques, Pedro Antonio dos Santos, João Cancio dos Santos, João Vieira, Antonio Joaquim de Santa Anna, José Antonio de Lyra, Amaro Benedicto, Antonio Alves Cabral, Benedicto da Silva Ribeiro, Delfino Gonçalves de Andrade, Pedro da Cadeira de Santa Chrisma, Manoel da Veiga, José Vicente Ferreira, Pedro Paulo da Silva, e 1º sargento Manoel Felippe de Mello. Em seguida, o Sr. Desembargador Magalhães Castro relatou o processo do, digo o Sr. Desembargador Lisboa relatou os dois seguintes processos: do soldado Claudino José Ramos, acusado de 1ª deserção simples e condenado em Conselho de Guerra a seis meses de prisão, o que foi confirmado; e do soldado Luis Francisco Jorge, acusado de 2ª deserção simples e condenado em Conselho de Guerra a dois anos de prisão com trabalho, o que foi igualmente confirmado. E nada mais se podendo tratar, o Sr. Conselheiro de Guerra Duque de Caxias, servindo de Presidente, encerrou a Sessão, da qual eu, o Secretário de Guerra José Joaquim Rodrigues Lopes, escrevi e assinei esta ata.

Duque de Caxias {assinatura}

48ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar e de Justiça, em 14 de setembro de 1872

Existiam 46

Entraram 13

Saíram 3 {anotações à margem da folha}

Aos quatorze dias do mês de setembro de mil oitocentos e setenta e dois, achando-se presentes os Senhores Conselheiros de Guerra **Duque de Caxias**, **Betancourt**, **De Lamare**, **Visconde de Santa Teresa**, **Barão da Gávea**, **Aguiar**, **Barão de Angra** e Conselheiro Vogal **Beaurepaire** e Desembargadores **Câmara** e **Lisboa**, foi aberta a Sessão. Lida e aprovada a ata da antecedente, o Secretário de Guerra deu conta de dois avisos do Ministério de Guerra, enviando para serem julgados definitivamente os processos de Conselho de Guerra a que responderam: o alferes farmacêutico Luis Antonio Murtinho, soldado Gil Paconé de Souza, Francisco José Pereira, Sebastião José Vieira, Joaquim José Barboza, Bernardino Baptista Nogueira, Ezequiel Antonio Baptista, Antonio Gomes do Nascimento, João Rufino do Bonfim, Vergolino Bento d'Annunciação, Eloy Antonio dos Santos, Manoel Joaquim de Moraes e José Honorio de Santa Anna. Em seguida, o Sr. Desembargador Lisboa relatou os 3 processos seguintes: do soldado Benedicto da Silva Ribeiro, acusado de 2ª deserção agravada e condenado em Conselho de Guerra a quatro anos de prisão com trabalho, o que foi confirmado; do soldado Amaro Benedicto, acusado de 1ª deserção agravada e condenado em Conselho de Guerra a um ano de prisão, o que foi confirmado; do soldado Manoel Jacintho da Costa, acusado de 1ª deserção simples e condenado em Conselho de Guerra a seis meses de prisão, o que foi confirmado. E nada mais havendo a tratar, o Sr. Conselheiro de Guerra Duque de Caxias, servindo de Presidente, encerrou a Sessão, da qual eu, o Secretário de Guerra José Joaquim Rodrigues Lopes, escrevi e assinei esta ata.

Betancourt {assinatura}

49ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar e de Justiça, em 18 de setembro de 1872

Existiam 56

Entraram 4

Saíram 4 {anotações à margem da folha}

Aos dezoito dias do mês de setembro de mil oitocentos e setenta e dois, achando-se presentes os Senhores Conselheiros de Guerra **Betancourt**, **De Lamare**, **Barão de Angra**, Conselheiro Vogal **Beaurepaire** e Desembargadores **Magalhães Castro** e **Lisboa**, foi aberta a Sessão. Lida e aprovada a ata da antecedente, o Secretário de Guerra deu conta de 2 avisos remetendo para serem julgados definitivamente os processos do Conselho de Guerra a que responderam o alferes Torquato José Augusto de Souza, e soldados Pedro Casado de Lima e Joaquim Antonio de Aguiar, todos do Corpo Militar de Polícia, e o imperial marinheiro Antonio Garcindo dos Santos. Em seguida, o Sr. Desembargador Magalhães Castro relatou o processo de Conselho de Guerra a que respondeu Miguel Augusto de Sá, soldado do Exército, o qual acusado de 1ª deserção agravada fora condenado em 1ª instância a um ano de prisão, o que foi confirmado. O Sr. Desembargador Lisboa relatou os 3 seguintes processos: do soldado do Corpo Militar de Polícia Simplicio Fernandes, acusado

de desobediência, e no Conselho de Guerra condenado a seis meses de prisão conservando-se na solitária oito dias em cada mês, o que foi confirmado; do soldado Delfino Gonçalves de Andrada, acusado de 1ª deserção simples e condenado em Conselho de Guerra a dois meses de prisão, o que foi confirmado; e do soldado Manoel da Veiga, acusado de 1ª deserção simples e condenado em Conselho de Guerra a seis meses de prisão, o que foi confirmado. E nada mais se podendo tratar, o Sr. Conselheiro de Guerra Betancourt, servindo de Presidente, encerrou a Sessão, da qual eu, o Secretário de Guerra José Joaquim Rodrigues Lopes, escrevi e assinei esta ata.

Barão de Itapagipe {assinatura}

50ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar e de Justiça, em 21 de setembro de 1872

Existiam 56

Entraram 15

Saíram 12 {anotações à margem da folha}

Aos vinte e um dias do mês de setembro de mil oitocentos e setenta e dois, achando-se presentes os Senhores Conselheiros de Guerra **Barão de Itapagipe**, **De Lamare**, **Visconde de Santa Teresa**, **Barões da Gávea** e **de Angra** e Desembargadores **Câmara**, **Magalhães Castro** e **Lisboa**, foi aberta a Sessão. Lida e aprovada a ata da antecedente, o Secretário de Guerra deu conta de 3 avisos remetendo para serem julgados definitivamente os processos de Conselho de Guerra a que responderam: o tenente Chrispim de Mello Castro, José Luis Cabral da Silveira da Cunha Godolphim, 2º sargento Belarmino de Souza Franco, e soldados Vicente Ferreira Marcos, Alfredo de Monte Vieira, José Francisco Romão, Candido Sezefredo, Bernardino Francisco de Souza, Manoel José do Espirito Santo, Manoel dos Santos Pacheco, Manoel Antonio de Albuquerque, Francisco Custodio, João Franceso de Oliveira, digo João Thomaz de Oliveira, Francisco Pereira dos Santos, e o imperial marinheiro Thomaz de Souza Lima; e bem assim um ofício do Senhor Ministro da Guerra participando que, conforme lhe declarou o Sr. Ministro da Justiça, foram designados os Desembargadores Viriato Bandeira Duarte, João José de Andrade Pinto, digo Frederico Augusto Xavier de Brito e João José de Andrade Pinto para substituírem na ordem em que se acham colocados os Senhores Adjuntos do Conselho Supremo Militar e de Justiça quando estes estiverem na Presidência do Tribunal do Júri. Em seguida, o Sr. Desembargador Câmara relatou os seguintes processos: do soldado Luis José Villela Viana, acusado de furto, em Conselho de Guerra condenado a um ano de rigorosa prisão, o que foi confirmado; do soldado Felippe Custodio da Costa, acusado de ferimento, e no Conselho de Guerra condenado a um ano de galés, sentença que foi reformada para dar-se ao réu a de um ano de prisão com trabalho; do soldado policial Antonio da Costa do Espirito Santo, acusado em Conselho de

Guerra de insubordinação e ferimento, e aí condenado à morte, sentença que foi reformada para se infligir ao réu a de quatro anos de prisão com trabalho; do soldado Manoel Antonio da Trindade, acusado de ferimento, e no Conselho de Guerra condenado a um ano de rigorosa prisão, o que foi reformado para se lhe dar a de três anos de prisão com trabalho, e do alferes Joaquim Pereira Gaia Peçanha, acusado de desobediência e abandono de seu posto, e no Conselho de Guerra condenado a sete meses de prisão; este Tribunal reformou a sentença para condenar o réu a vinte e cinco meses de prisão em uma fortaleza; o Sr. Conselheiro De Lamare assinou-se vencido, e o Sr. Desembargador Câmara votou por um ano de prisão. O Sr. Desembargador Magalhães Castro relatou os seguintes: do alferes João Miguel Mendes, acusado de abuso de autoridade, e no Conselho de Guerra absolvido: esta sentença foi reformada para dar-se ao réu a de um ano de prisão; do cabo de esquadra Fra digo Joaquim Francisco de Souza, acusado de embriaguez e agressão e condenado a três meses de rigorosa prisão pelo Conselho de Guerra, o que foi confirmado; e do soldado José Antonio de Souza, acusado de ferimento e condenado em Conselho de Guerra a carrinho perpétuo, sentença esta que foi reformada para se lhe dar a de um ano de prisão com trabalho. O Sr. Desembargador Lisboa relatou os seguintes: do tenente Francisco da Costa Pinto Bandeira, acusado de haver perdido dinheiros que pertenciam aos oficiais do destacamento em que se achava; e no Conselho de Guerra absolvido, o que foi confirmado; do soldado Felinto Moreira da Costa, acusado de ferimento, e no Conselho de Guerra condenado a mês e meio de rigorosa prisão, sentença esta que foi reformada para se lhe dar a de dois anos de prisão com trabalho. Os Senhores Conselheiros de Guerra Barão de Itapagipe, Visconde de Santa Teresa votaram por cinco anos, e os Srs. Barão de Angra assinou-se vencido; do soldado Francisco Gomes de Magalhães Bastos, acusado de 2ª deserção simples e condenado em Conselho de Guerra a dois anos de prisão com trabalho, o que foi confirmado; e, finalmente, do soldado Francisco José de Oliveira, acusado de ferimento, e no Conselho de Guerra condenado a um ano de prisão com trabalho, sentença esta que foi reformada para impor-se ao réu a de seis meses de prisão com trabalho. E nada mais havendo a tratar-se, o Sr. Conselheiro de Guerra Barão de Itapagipe, servindo de Presidente, encerrou a Sessão, da qual eu, o Secretário de Guerra José Joaquim Rodrigues Lopes, escrevi e assinei esta ata.

Barão de Itapagipe {assinatura}

51ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar de Justiça, em 25 de setembro de 1872

Existiam 69

Entraram 14

Saíram 17 {anotações à margem da folha}

Aos vinte e cinco dias do mês de setembro de mil oitocentos e setenta e dois, achando-se presentes os Senhores Conselheiros de Guerra **Duque de Caxias**, **Betancourt**, **Barão de Itapagipe**, **De Lamare**, **Barões de Laguna** e **de Angra**, Conselheiro Vogal **Beaurepaire** e Desembargadores **Câmara**, **Magalhães Castro** e **Lisboa**, foi aberta a Sessão. Lida e aprovada a ata da antecedente, o Secretário de Guerra deu conta de dois avisos do Ministério da Guerra cobrindo os processos de Conselho de Guerra que tem de ser julgados definitivamente, e a que responderam os réus os soldados José Francisco dos Santos, Jeronimo José do Nascimento, Fortunato José Maciel, João José Barboza, José Paulo Bispo, Manoel Thomaz de Souza, José Pedroso, Raymundo Pereira de Macedo, Manoel Feliciano dos Santos, Francisco Salomão de Souza, Ignacio João Dias, Manoel Antonio dos Santos, Avelino José da Silva, José Francisco da Silva, José Thome dos Santos, Thimoteo Pereira de Aguirra, Felippe Custodio Palacencio, Militão de Moraes, Manoel Francisco da Silva. Em seguida, o Senhor Desembargador Câmara relatou os seguintes processos: do soldado Francisco Rodrigues da Silva, acusado de 1ª deserção simples e condenado em Conselho de Guerra a seis meses de prisão, o que foi confirmado; do soldado Manoel Francisco de Oliveira, acusado também de 1ª deserção simples e condenado em Conselho de Guerra a seis meses de prisão, o que foi confirmado; do soldado Manoel Marques Paulino, acusado ainda de 1ª deserção simples, e no Conselho de Guerra condenado a seis meses de prisão, o que foi confirmado; do soldado Manoel Simão Cambraia, acusado do mesmo crime e condenado à mesma pena acima, o que também foi confirmado; e do soldado Estevão Benicio da Silva, acusado de embriaguez e resistência e condenado a seis meses de rigorosa prisão e sentença esta que foi reformada para dar-se ao réu a de seis meses de prisão com trabalho. O Senhor Desembargador Magalhães Castro relatou o seguinte: do alferes farmacêutico Luis Antonio Murtinho, acusado de haver extraviado objetos de enfermaria militar a seu cargo, e no Conselho de Guerra absolvido, o que foi confirmado; do alferes José Luis Cabral da Silveira da Cunha Godolfim, acusado de insubordinação e injúria e condenado em Conselho de Guerra a quatro meses de prisão simples, sentença que foi reformada para dar ao réu a de dois anos e meio de prisão, o Senhor Desembargador Câmara votou por menor pena; do alferes Julio Antonio Ferreira, acusado de insubordinação, e no Conselho de Guerra absolvido, esta sentença foi reformada para dar ao réu a de 3 anos de prisão em uma fortaleza, o Senhor Desembargador Câmara votou por menor pena; do soldado Domingos Innocencio do Nascimento, acusado de 1ª deserção simples e condenado em Conselho de Guerra a seis meses de prisão, o que foi confirmado; do soldado José Antonio de Lyra, acusado de 2ª deserção simples e condenado em Conselho de Guerra a dois anos de prisão com trabalho, o que foi confirmado; do soldado João Antonio da Silva, acusado de ferimentos e condenado em Conselho de Guerra a dois meses de rigorosa prisão, o que foi confirmado; do soldado Sebastião José Vieira,

acusado de 1ª deserção simples e condenado em Conselho de Guerra a seis meses de prisão, o que foi confirmado. O Senhor Desembargador Lisboa relatou os 5 seguintes: do soldado José Felippe de Brito, acusado de 1ª deserção simples e condenado em Conselho de Guerra a seis meses de prisão, o que foi confirmado; do soldado Antonio Joaquim, acusado de 1ª deserção agravada e condenado em Conselho de Guerra a um ano de prisão, o que foi confirmado; do soldado José Joaquim de Santa Anna, acusado é Conselho de Guerra de 1ª deserção simples, e ele condenado a seis meses de prisão, o que foi confirmado; do soldado Antonio Gomes do Nascimento, acusado de 1ª deserção agravada e condenado em Conselho de Guerra a um ano de prisão, o que foi confirmado; e, finalmente, do soldado Raymundo Silveira de Lira, acusado de ferimentos e no Conselho de Guerra condenado à morte, sentença que foi reformada para infligir-se ao réu a de 10 anos de prisão com trabalho; os Senhores Desembargadores Câmara e Lisboa votaram por menor pena. E sendo já tarde, o Senhor Conselheiro de Guerra Duque de Caxias, servindo de Presidente, encerrou a Sessão, da qual eu, o Secretário de Guerra José Joaquim Rodrigues Lopes, escrevi e assinei esta ata.

Duque de Caxias {assinatura}

52ª ATA DA SESSÃO DO CONSELHO SUPREMO MILITAR DE JUSTIÇA, EM 2 DE OUTUBRO DE 1872

Existiam 66

Entraram 8

Saíram 15 {anotações à margem da folha}

Os dois dias do mês de outubro de mil oitocentos e setenta e dois, achando-se presentes os Senhores Conselheiros de Guerra **Duque de Caxias**, **Betancourt**, **Visconde de Tamandaré**, **Barão de Itapagipe**, **Barão da Gávea** Conselheiro Vogal **Beaurepaire** e Desembargadores **Câmara**, **Magalhães Castro** e **Lisboa**, foi aberta a Sessão. Lida e aprovada a ata da antecedente, Senhor de Guerra deu conta do seguinte expediente; cinco avisos do Ministério de Guerra, e dois da Marinha, enviando para ser julgado definitivamente os processos de Conselho de Guerra a que responderam os tenentes João Teixeira de Sampaio, Elydio Fernandes da Silveira, Vicente Ferreira de Lorêna, e soldados Rafael Antonio Muniz, Francisco Martins de Oliveira, Antonio João Francisco, José Maria do Nascimento, José Francisco de Nobrega, Custodio Teixeira Leite, Manoel Joaquim Gomes, Manoel Francisco Lourenço, Quintiliano José Rodrigues, e cabo de esquadra José Carlos de Araujo, e soldados do Batalhão Naval Tiburcio Hygino Pinheiro, Basilio Guilherme Carlos da

Silva. Em seguida, o Senhor Desembargador Câmara relatou os seguintes processos: do alferes Clementino Pereira Passos Cavalcante, acusado de dar uma parte falsa, no Conselho de Guerra absolvido, o que foi confirmado, assinando-se vencido o Senhor Conselheiro de Guerra Duque de Caxias, por julgar falsa a referida parte; do soldado José Honorio de Santa Anna, acusado de primeira deserção simples e condenado em Conselho de Guerra 2 meses de prisão, o que foi confirmado; do soldado Virgulino Bento da Anunciação, acusado de 1ª deserção simples e condenado em Conselho de Guerra a seis meses de prisão, o que foi confirmado; do soldado Manoel Antonio dos Santos, acusado de deserção agravada e condenado e Conselho de Guerra a um ano de prisão, o que foi confirmado; do soldado Ignacio João Dias, acusado de 1ª deserção simples, e Conselho de Guerra condenado a seis meses de prisão, o que foi confirmado; do soldado Manoel Feliciano dos Santos, acusado em Conselho de Guerra de primeira deserção agravada e aí condenado a um ano de prisão, o que foi confirmado; do soldado Raymundo Pereira de Macedo, acusado de primeira deserção simples e condenado em Conselho de Guerra a seis meses de prisão, o que foi confirmado; do soldado José Francisco dos Santos, acusado de fuga de presos, e no Conselho de Guerra condenado a ficar no lugar do evadido, sentença esta que foi reformada para absolver o réu. O Sr. Desembargador Câmara votou por dois meses de prisão. O Senhor Desembargador Magalhães Castro relatou o seguinte: do soldado José Bello, acusado de embriaguez, e ferimento, e no Conselho de Guerra condenado a quatro anos de prisão, o Tribunal proferiu este processo seguinte despacho: volte o processo para o réu julgado mediante tenções, por ser capital o crime imputado; dos soldados Manoel Alves de Oliveira e Ambrosio da Silva, acusados de ferimentos recíprocos, Conselho de Guerra condenado o primeiro réu na quatro anos de prisão com trabalho, e o segundo a um mês de prisão tão somente; sentença essa que foi reformada para condenar-se o 1º a 2 anos de prisão com trabalho, e o segundo a dois meses de prisão com trabalho; do soldado Militão de Moraes, acusado segunda deserção simples, condenado em Conselho de Guerra a dois anos de prisão com trabalho. O Tribunal anulou todo o processo, para ser julgado o réu pela 1ª deserção que já foi qualificada, procedendo-se depois ao julgamento pelo crime de 2ª deserção em que incorreo o réu à vista de sua fé de ofício; e do soldado Manoel José do Espirito Santo, acusado de ferimento no Conselho de Guerra condenado à morte, o que foi confirmado; os Senhores Desembargadores Câmara e Magalhães Castro votaram pela prisão perpétua. O Senhor Desembargador Lisboa relatou os seguintes: do clarim Eduardo Antonio Cantoni, acusado de ferimento, e no Conselho de Guerra condenado a um mês de prisão com trabalho. O Tribunal proferiu o seguinte despacho: anulam a sentença do Conselho de Guerra por enquanto, sendo o artigo em que o réu se acha incurso o 8º dos de Guerra, e não o 201 do Código Criminal, porque a lei militar a esse respeito não é omissa, devia o julgamento proceder tenções, volte, portanto, processo para providência e sua formalidade; do soldado Manoel João, acusado de 1ª deserção simples e condenado em Conselho de Guerra a seis meses de prisão, o que foi confirmado; e, finalmente, do soldado

José Francisco Romão, acusado de 2ª deserção agravada e condenado em Conselho de Guerra a quatro anos de prisão com trabalho, o que foi confirmado. E nada mais havendo a tratar, o Senhor Conselheiro de Guerra Duque de Caxias, servindo de Presidente, encerrou a Sessão, da qual eu, o Secretário de Guerra José Joaquim Rodrigues Lopes, escrevi e assinei esta ata.

Duque de Caxias {assinatura}

53ª ATA DA SESSÃO DO CONSELHO SUPREMO MILITAR DE JUSTIÇA, EM 5 DE OUTUBRO DE 1872

Existiam 59

Entraram 2

Saíram 14 {anotações à margem da folha}

Aos cinco dias do mês de outubro de mil oitocentos e setenta e dois, achando-se presentes os Senhores Conselheiros de Guerra **Duque de Caxias**, **Betancourt**, **Visconde de Santa Teresa**, **Barão da Gávea** e **de Angra**, Conselheiro Vogal **Beaurepaire** e Desembargadores **Câmara**, **Magalhães Castro** e **Lisboa**, foi aberta a Sessão. Lida e aprovada a ata da antecedente, o Secretário de Guerra deu conta de dois avisos, um do Ministério da Guerra e outro da Justiça, enviando para serem julgados definitivamente os processos de Conselho de Guerra a que responderam o soldado do Exército Joaquim José Gonçalves, o policial Bernardo Franco Malveira. Em seguida, o Senhor Desembargador Câmara relatou o seguinte processo: do soldado Pedro da Cadeira de Santa Chrisma, acusado de 1ª deserção simples e condenado em Conselho de Guerra a dois meses de prisão, o que foi confirmado; dos soldados José Vicente Ferreira e Pedro Paulo da Silva, acusados de 1ª deserção agravada, e no Conselho de Guerra condenado cada um a um ano de prisão, sentença que foi reformada; quanto ao 1º réu para o condenarem a oito meses de prisão, visto ter- se apresentado depois de 3 meses, e confirmado quanto ao 2º réu; do soldado Joaquim José Baracho, acusado de ferimentos, e no Conselho de Guerra condenado nas penas dos artigos 10 e 24 dos de Guerra do Regulamento de 1763; esta sentença foi reformada para se dar ao réu a de dois anos de prisão com trabalho; 2º do sargento Belarmino de Souza Franco, acusado de ferimento, e no Conselho de Guerra condenado a um mês e meio de prisão, sentença que foi reformada para dar ao réu a de 15 dias de prisão; do soldado Francisco Salomão de Souza, acusado de 1ª deserção agravada E condenado em Conselho de Guerra a um ano de prisão, o que foi formado para condenar o réu, como réu de 1ª deserção simples, visto não constar do processo que tivesse dado na deserção alguma das circunstâncias que agravassem; do soldado Gil Parconio de Souza, acusado de insubordinação, e no Conselho de Guerra condenado a seis meses de trabalho nas fortificações, o que foi reformado para se lhe dar a de 2 anos de prisão com trabalho. O

Senhor Desembargador Magalhães Castro relatou o seguinte: do soldado João Thomaz de Oliveira, acusado de desobediência, e no Conselho de Guerra condenado a 1 ano de rigorosa prisão, o que foi confirmado; do soldado Candido Sezefredo, acusado de 1ª deserção simples e condenado em Conselho de Guerra a seis meses de prisão, o que foi confirmado; dos soldados João Vieira, acusado de embriaguez e desobediência e no Conselho de Guerra condenado no artigo primeiro do Regulamento de 1763, sentença que foi reformada para dar ao réu a de 2 anos de prisão com trabalho. O Senhor Desembargador Lisboa relatou o seguinte: do soldado Felippe Custodio Palacencio, acusado de 1ª deserção simples e no Conselho de Guerra condenado a seis meses de prisão, o que foi confirmado; do soldado Bernardino Francisco de Souza, acusado de terceira deserção agravada, e no Conselho de Guerra condenado a 12 anos de prisão com trabalho, o que foi confirmado; do soldado Manoel Joaquim de Moraes, acusado de 1ª deserção simples e condenado em Conselho de Guerra a dois meses de prisão, o que foi confirmado; do soldado Timotheo Pereira de Aquino, acusado de 1ª deserção simples e condenado em Conselho de Guerra a seis meses de prisão, o que foi confirmado, votando o Senhor Desembargador Lisboa pela nulidade do interrogatório por se não ter dado curador ao réu, sendo ele menor; finalmente, do soldado Ezequiel Antonio Baptista, acusado de 1ª deserção agravada e condenado a um ano de prisão em Conselho de Guerra o que foi confirmado. E nada mais se podendo tratar, o Senhor Conselheiro de Guerra Duque de Caxias, servindo de Presidente, encerrou a Sessão, da qual eu, Secretário de Guerra José Joaquim Rodrigues Lopes, escrevi e assinei esta ata.

Betancourt {assinatura}

54ª ATA DA SESSÃO DO CONSELHO SUPREMO MILITAR DE JUSTIÇA, EM 12 DE OUTUBRO DE 1872

Existiam 47

Entraram 5

Saíram 8 {anotações à margem da folha}

Aos 12 dias do mês de outubro de 1872 achando-se presentes os Senhores Conselheiros de Guerra **Betancourt**, **Visconde de Santa Teresa**, **Barões da Gávea** e **de Laguna**, Desembargadores **Câmara**, **Magalhães Castro** e **Lisboa**, foi aberta a Sessão. Lida e aprovada a ata da antecedente o Senhor Secretário de Guerra deu conta de 3 avisos, e 1 da Secretaria de Guerra, 1 Marinha e 1 do da Justiça, remetendo para serem julgados definitivamente os processos a que responderam os soldados do Exército João Raymundo, Antonio Araujo dos Santos, Marcelino de Souza Costa, imperial marinheiro Manoel Severiano da Rocha, e soldado policial Antonio José da Silva. Em seguida, o Sr. Desembargador Magalhães Castro relatou os seguintes processos: do soldado naval João

Joaquim Bernardo, acusado 2ª deserção agravada e condenado em Conselho de Guerra a quatro anos de prisão com trabalho, sentença esta que foi reformada para dar ao réu castigo com as penas do artigo 80 dos de Guerra da Armada, mandando qualificar pelo Decreto nº 1.067 A, de 24 de novembro de 1852, artigo 27 em referência ao artigo 66 do Regulamento do Corpo de Imperiais Marinheiros; e do grumete Antonio Garcia dos Santos, acusado de 1ª deserção simples e condenado em Conselho de Guerra a um ano de prisão, sentença esta que foi reformada para impor-se ao réu as penas do artigo 8º da Armada, a que se refere o artigo 66 do Decreto nº 411 A do Regulamento de 5 junho de 1845. O Senhor Desembargador Lisboa relatou os 6 seguintes: do soldado Manoel Francisco da Silva, acusado de 1ª deserção simples e condenado em Conselho de Guerra a seis meses de prisão, o que foi confirmado; do soldado José Thome dos Santos, acusado de 1ª deserção simples e condenado a seis meses de prisão pelo Conselho de Guerra, o que foi confirmado; do soldado José Francisco da Silva, acusado de 1ª deserção simples, o Conselho de Guerra julgou incompetente por não ter o réu completado a deserção, decisão esta que foi confirmada; do soldado Francisco Custodio, acusado de 1ª deserção simples e condenado em Conselho de Guerra a dois meses de prisão, o que foi confirmado; do soldado Eloy Antonio dos Santos, acusado de 1ª deserção simples e condenado em Conselho de Guerra a dois meses de prisão, o que foi confirmado; do soldado Francisco José Pereira, acusado de 1ª deserção agravada e condenado em Conselho de Guerra em um ano de prisão com trabalho, o que foi confirmado. Sendo já tarde e nada mais havendo a tratar-se, o Senhor Conselheiro de Guerra Betancourt, servindo de Presidente, encerrou a Sessão, da qual eu, o Secretário de Guerra José Joaquim Rodrigues Lopes, lavrei e assinei esta ata.

Betancourt {assinatura}

55ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar de Justiça, em 16 de outubro de 1872

Existem 44

Entraram 11

Saíram 13 {anotações à margem da folha} Existem 42 Entraram

Saíram {anotações à margem da folha}

Aos dezesseis dias do mês de outubro de mil oitocentos e setenta e dois, achando-se presentes Senhores Conselheiros de Guerra **Duque de Caxias**, **Betancourt**, **Barão de Itapagipe**, **De Lamare**, **Visconde de Santa Teresa**, **Barão da Gávea** e **de Angra**, Conselheiro Vogal **Beaurepaire** e Desembargadores **Câmara**, **Magalhães Castro** e **Lisboa**, foi aberta a Sessão. Lida e aprovada a ata da antecedente, o Secretário de Guerra deu conta do seguinte expediente: dois avisos do Ministério da Guerra e enviando aos Conselhos de

Guerra a que responderão o 1º sargento João Tiburcio Ribeiro, cabo de esquadra Adolpho Fernandes Monteiro, anspeçada Victalino de Andrade Neves, e soldados Francisco Peres de Athayde, Gregorio do Espirito Santo, Antonio José da Silva, Martiniano Papa, Jacintho Pereira da Cunha, Antonio do Valle Ribeiro, Anastacio José de Oliveira e Antonio Ribeiro da Silva. Em seguida, o Senhor Desembargador Câmara relatou seguintes processos: do anspeçada José Leandro de Souza, acusado de ferimento e morte, e no Conselho de Guerra condenado a galés perpétuos, o que foi confirmado; do soldado Antonio Joaquim de Santa Anna, acusado de desordem e resistência, condenado em Conselho de Guerra a um ano de rigorosa prisão, o que foi confirmado; o Senhor Desembargador Magalhães Castro relatou os seguintes: do soldado Alfredo de Monte Vieira, acusado de ferimento, e no Conselho de Guerra condenado a um mês de prisão, sentença que foi reformada para infligir-se ao réu a pena de cinco anos de prisão com trabalho; do soldado Francisco Martins de Oliveira, acusado de 1ª deserção agravada e no Conselho de Guerra condenado a um ano de prisão, o que foi confirmado; do imperial marinheiro Thomaz de Souza Lima, acusado de deserção em tempo de guerra e condenado em 1ª instância a cinco anos de galés, sentença esta que foi reformada para impor ao réu a pena de um ano de prisão fazendo serviço a bordo, e vencendo unicamente a ração e fato que se costuma dar aos galés; do soldado Manoel Francisco Lourenço, acusado de segunda deserção simples, e no Conselho de Guerra condenado a seis meses de trabalhos públicos, o que foi confirmado. O Senhor Desembargador Lisboa relatou o seguinte: do soldado Quintiliano José Rodrigues, acusado de 1ª deserção agravada e condenado em Conselho de Guerra a um ano de prisão, o que foi confirmado; do soldado policial Bernardo Franco Malveiro, acusado de 1ª deserção simples e condenado em Conselho de Guerra a quatro meses de prisão, o que foi confirmado; do soldado Manoel dos Santos Pacheco, acusado de 1ª deserção simples e condenado em Conselho de Guerra a dois meses de prisão foi confirmado; do soldado Rafael Antonio Muniz, acusado de 1ª deserção simples, e no Conselho de Guerra condenado a dois meses de prisão, o que foi confirmado; do soldado Antonio João Francisco, acusado de 1ª deserção simples e condenado em Conselho de Guerra a seis meses de prisão, o que foi confirmado; do soldado Antonio José da Silva, acusado de primeira deserção simples e no Conselho de Guerra julgado incurso no artigo 1º do título 3º da Ordenança de 9 de abril de 1805, o que foi confirmado; do soldado Manoel Joaquim Gomes, acusado em Conselho de Guerra de 1ª deserção simples, e por ele condenado a seis meses de prisão, o que foi confirmado. E nada mais havendo a tratar-se, o Senhor Conselheiro de Guerra Duque de Caxias, servindo de Presidente, encerrou a Sessão, da qual eu, o Secretário de Guerra José Joaquim Rodrigues Lopes, escrevi e assinei esta ata.

Duque de Caxias {assinatura}

56ª ATA DA SESSÃO DO CONSELHO SUPREMO MILITAR DE JUSTIÇA, EM 19 DE OUTUBRO DE 1872

Existiam 42

Entraram 13

Saíram 15 {anotações à margem da folha}

Aos dezenove dias do mês de outubro de mil oitocentos e setenta e dois, achando-se presentes os Senhores Conselheiros de Guerrar, **Duque de Caxias**, **Betancourt**, **De Lamare**, **Visconde de Santa Teresa**, **Barões da Gávea** e **de Angra**, Conselheiro Vogal **Beaurepaire** e Desembargadores **Câmara**, **Magalhães Castro** e **Lisboa**, foi aberta a Sessão. Lida e aprovado antecedente o Secretário de Guerra deu conta de 3 avisos, 2 da Secretaria de Guerra, e um do da Justiça remetendo para serem julgados definitivamente os processos do Conselho de Guerra a que responderam o capitão José Manoel Teixeira Rios, 2º cadete Candido Antonio Dias, soldados Arcenio das Mercêz Rodrigues, Amancio José Castro, Geraldo Antonio Bentes, Domingos Alves Ribeiro, Manoel Joaquim dos Santos, Ambrosio Luis Pereira, João Francisco Pinto, Vicente Fernandes do Nascimento, Florentino Antonio Pereira, e o policial Pedro Seguy. Em seguida, o Senhor Desembargador Câmara relatou os seguintes processos: do soldado naval Bazilio Guilherme Carlos da Silva, acusado de 1ª deserção simples, e no Conselho de Guerra condenado a seis meses de prisão, o que foi confirmado; do alferes Antonio de Barros Teixeira, acusado de extravio de objetos da Fazenda Nacional, condenado em Conselho de Guerra a um mês de prisão, o que foi confirmado; do soldado Joaquim José Gonçalves, acusado de 1ª deserção simples, e no Conselho de Guerra foi este julgado incompetente visto não ter o réu completado a deserção, despacho que foi confirmado pelo Tribunal; do soldado José Maria do Nascimento, acusado de 1ª deserção simples, condenado a seis meses de prisão pelo Conselho de Guerra, o que foi confirmado; do soldado Custodio Teixeira Leite, acusado em Conselho de Guerra de 1ª deserção agravada, e aí condenado a quatro meses de prisão, sentença que foi reformada para condenar o réu a um ano de prisão com trabalho na conformidade do artigo 3º das deserções simples, combinado com artigo único das deserções agravadas; do tenente Chrispim de Mello e Castro, acusado em Conselho de Guerra que ter negado a quantia que havia recebido de praças de sua companhia, Conselho de Guerra absolvido, o que foi confirmado. O Senhor Desembargador Magalhães Castro relatou o seguintes: do soldado João Rufino do Bonfim, acusado de 1ª deserção agravada e condenado em Conselho de Guerra a um ano de prisão, o que foi confirmado; do cabo de esquadra José Carlos de Araujo, acusado em Conselho de Guerra de irregularidade de conduta, e aí condenado a oito meses de rigorosa prisão sentença que foi reformada para se dar ao réu 8 meses de rigorosa prisão, com trabalho; do soldado José Francisco de Nobrega,

acusado em Conselho de Guerra do crime de ferimento, e por ele condenado a 1 ano de rigorosa prisão, sentença esta que foi reformada para se lhe impor a de 2 anos de prisão com trabalho; do soldado Manoel Antonio de Albuquerque, acusado de 1ª deserção agravada e condenado em Conselho de Guerra a quatro meses de prisão, o que foi confirmado; e, finalmente, do soldado Bernardino Baptista Nogueira, acusado de 1ª deserção simples em Conselho de Guerra; este julgou-se incompetente para tratar de semelhante processo visto não ter o réu completado a deserção, decisão que foi confirmada. O Sr. Desembargador Lisboa afinal relatou os seguintes: de Marcelino Souza Costa, soldado do 1º Batalhão de Infantaria, acusado de 1ª deserção agravada, e no Conselho de Guerra condenado a 8 meses de prisão, o que foi confirmado; do soldado Amancio José de Oliveira, acusado em Conselho de Guerra de 2ª deserção simples e condenado em Conselho de Guerra a dois anos de trabalhos públicos, o que foi confirmado. E nada mais havendo a tratar-se, o Senhor Conselheiro de Guerra Duque de Caxias, servindo de Presidente, encerrou a Sessão, da qual eu, o Senhor Secretário de Guerra José Joaquim Rodrigues Lopes, escrevi e assinei esta ata.

Duque de Caxias {assinatura}

57ª ATA DA SESSÃO DO CONSELHO SUPREMO MILITAR DE JUSTIÇA, EM 23 DE OUTUBRO DE 1872

Existem 40

Entraram 3

Saíram 4 {anotações à margem da folha}

Aos vinte e três dias do mês de outubro de mil oitocentos e setenta e dois, achando-se presentes os Senhores Conselheiros de Guerra **Duque de Caxias**, **Betancourt**, **Barão de Itapagipe**, **Barões da Gávea** e **de Angra** e Desembargadores **Magalhães Castro** e **Lisboa**, foi aberta a Sessão. Lida e aprovada a ata da antecedente, o Secretário de Guerra deu conta de um aviso do Ministério da Guerra enviando para serem julgados os processos do Conselho de Guerra a que responderam o cabo de esquadra João Alves de Souza, e os soldados Jorge Catharina dos Santos e Manoel José Damasio. Em seguida, o Senhor Desembargador Magalhães Castro relatou os seguinte processo: do soldado Antonio do Valle Ribeiro, acusado de 1ª deserção simples e condenado em Conselho de Guerra a seis meses de prisão, o que foi confirmado. O Senhor Desembargador Lisboa relatou os três seguintes: do soldado Amancio José de Castro, acusado de 2ª deserção simples e condenado em Conselho de Guerra a dois anos de prisão com trabalho; sentença que foi reformada para dar ao réu a pena imposta pelo artigo 1º, título 4º das 1ªs deserções simples, da Ordenança de 9 de abril de 1805, visto que dos assentamentos só consta a 1ª deserção

e não a 2ª; do soldado Florentino Antonio Pereira, acusado de 1ª deserção simples e condenado em Conselho de Guerra a dois meses de prisão simples, sentença que foi reformada por julgarem o réu incurso no artigo 1º, título 4º das primeiras deserções simples da Ordenança de 9 de abril de 1805 porque de seus assentamentos não consta que se apresentasse voluntariamente; e sim que fora capturado nos Olhos d'Água, distrito de Bagé, e advertem ao Conselho que preste mais atenção no julgamento para transcrever tal qual a lei manda, e não em parte, e, finalmente, do soldado Domingos Alves Ribeiro, acusado de 1ª deserção simples e condenado em Conselho de Guerra a quatro meses de prisão simples, o que foi confirmado. E nada mais havendo a tratar-se, o Sr. Conselheiro de Guerra Duque de Caxias, servindo de Presidente, encerrou a Sessão, da qual eu, o Secretário de Guerra José Joaquim Rodrigues Lopes, escrevi e assinei a Ata.

Duque de Caxias {assinatura}

58ª ATA DA SESSÃO DO CONSELHO SUPREMO MILITAR DE JUSTIÇA, EM 26 DE OUTUBRO DE 1872

Existiam 39

Entraram 17

Saíram 3 {anotações à margem da folha}

Aos vinte e seis dias do mês de outubro de mil oitocentos e setenta e dois, achando-se presentes os Senhores Conselheiros de Guerra **Duque de Caxias**, **Visconde de Tamandaré**, **Barão de Itapagipe**, **De Lamare**, **Visconde de Santa Teresa**, **Barões da Gávea** e **de Angra**, Desembargadores **Câmara**, **Lisboa**, foi aberta a Sessão. Lida e aprovada a ata da antecedente, o secretario de guerra deu conta de dois avisos do Ministério da Guerra, remetendo para serem julgados definitivamente os processos de Conselho de Guerra a que responderam: os soldados Martinho Ferreira de Matos, Antonio Saquarema de Souza, Pedro Antonio, Antonio Lemos, Olympio Perequito de Souza Rodrigues, Mamede Barboza, Francisco Ferreira de Lima, Estevão Rodrigues do Nascimento, Paulino Bispo de S. Victor, José Fidelis Pinto da Fonseca, Manoel Joaquim de Vasconcellos, Manoel Ignacio Rodrigues Pereira, Manoel Francisco Monteiro, Lino dos Santos do Nascimento, João Jota Alves da Silva, Manoel Justiniano da Cruz, Manoel Francisco Coelho, Bernardino Rodrigues de Senna, Francisco Saraiva da Silva, Gil Antonio Ferreira. Em seguida, o Senhor Desembargador Câmara relatou os seguintes processos: do soldado Antonio Ribeiro da Silva, acusados 1ª deserção agravada, e no Conselho de Guerra condenado a quatro meses de prisão, o que foi confirmado; do soldado Antonio Alves Cabral, acusado de 1ª deserção simples e condenado em Conselho de Guerra a seis meses de prisão, o que foi confirmado; do soldado naval Tiburcio Egino Pinheiro, deserção agravada, no Conselho de Guerra condenado a 8 meses de prisão; o Tribunal anulou esta sentença a fim de mandar que seja o

réu punido com as penas impostas no artigo 80 dos de Guerra da Armada, a que se refere o artigo 66 do Regulamento do Corpo de Imperiais Marinheiros, mandando qualificar pelo artigo 27 do Decreto nº 1.067 A, de 24 de novembro de 1852, visto ter ele desertado a bordo de um navio de guerra e ser sua deserção a primeira. E nada mais se podendo tratar, o Sr. Conselheiro de Guerra Duque de Caxias, servindo de Presidente, encerrou a Sessão, da qual eu, o Secretário de Guerra José Joaquim Rodrigues Lopes, escrevi e assinei a ata.

Duque de Caxias {assinatura}

59ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar de Justiça, em 30 de outubro de 1872

Existiam 43

Entraram 4

Saíram 4 {anotações à margem da folha}

Aos trinta dias do mês de outubro de mil oitocentos e setenta e dois, achando-se presentes os Senhores Conselheiros de Guerra **Duque de Caxias**, **Betancourt**, **Barão de Itapagipe**, **De Lamare**, **Visconde de Santa Teresa**, **Barões da Gávea** e **de Angra**, Conselheiro Vogal **Beaurepaire** e Desembargadores **Câmara**, **Magalhães Castro** e **Lisboa**, foi aberta a Sessão. Lida e aprovada a ata da antecedente, o Secretário de Guerra deu conta do seguinte expediente: 2 avisos: do Ministério da Guerra um e outro da Marinha, remetendo para serem julgados definitivamente os processos do Conselho de Guerra a que responderam os soldados Antonio José Monteiro, Manoel Luis dos Santos, Antonio de Jesus Pereira, imperial marinheiro José Gomes de Oliveira. Em seguida, o Senhor Desembargador Câmara relatou o seguinte processo: do alferes Torquato José Augusto de Souza, e dos soldados Joaquim Antonio de Aguiar, Pedro Casado de Lima, todos do Corpo Policial da Corte, acusados o 1º de haver praticado atos contrários à lei no desempenho de uma diligência de que foi encarregado, e os outros por terem disparado as armas contra um preto o que era escravo e de nome Ignacio; os quais foram absolvidos em Conselho de Guerra o que foi confirmado, assinando-se vencido o Senhor Desembargador Câmara por entender que o Conselho de Guerra devia ser organizado com auditor letrado, a menos que este não estivesse impedido, e também quanto ao julgamento, por entender que a sentença deve ser reformada: também assinaram-se vencidos quanto aos soldados, os Senhores Desembargadores Magalhães Castro e Lisboa, e Conselheiro de Guerra Barão de Angra; o Senhor Desembargador Magalhães Castro relatou os 3 seguintes: dos soldados Francisco Victoriano Marques, acusados de se embriagarem e ferirem-se reciprocamente, e no Conselho de Guerra condenados a três meses de rigorosa prisão, sentença que foi reformada para ser cada um dos réus condenados a um ano de prisão com trabalho; do soldado Martiniano Papa,

acusado de haver desrespeitado seus superiores, e no Conselho de Guerra absolvido, o que foi confirmado; e do tenente graduado João Teixeira de Sampaio, acusado de vários crimes contrários à lei e à moralidade pública: o Conselho de Guerra entendeu que o réu se achava suficientemente punido com a repressão severa que lhe dera o general comandante da divisão no Paraguai onde está servindo, mas este Tribunal reformou semelhante sentença para condenar o réu a seis meses de prisão em fortaleza. Retiraram-se da Sessão por incomodados, antes de se assinar as sentenças, neste dia proferidas os Senhores Conselheiros de Guerra Betancourt, Conselheiro Vogal Beaurepaire. Nada mais havendo a tratar-se, o Senhor Conselheiro de Guerra Duque de Caxias, servindo de Presidente, encerrou a Sessão, da qual eu, o Secretário de Guerra, José Joaquim Rodrigues Lopes, escrevi e assinei esta ata. Declaro, em tempo, que no 1º dos 3 últimos processos falta o nome do réu Pedro Antonio dos Santos.

Duque de Caxias {assinatura}

60ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar de Justiça, em 6 de novembro de 1872

Existiam 43

Entraram 5

Saíram 10 {anotações à margem da folha}

Aos seis dias do mês de novembro de mil oitocentos e setenta e dois, achando-se presentes os Senhores Conselheiros de Guerra **Duque de Caxias**, **Betancourt**, **De Lamare**, **Visconde de Santa Teresa**, **Barões da Gávea** e **de Angra** e Desembargadores **Câmara**, **Magalhães Castro** e **Lisboa**, foi aberta a Sessão. Lida e aprovada a ata da antecedente, o Secretário de Guerra deu conta do seguinte expediente: 2 avisos do Ministério da Guerra, e 1 da Marinha, enviando para ser julgado definitivamente os processos do Conselho de Guerra a que responderam os soldados Joaquim Barboza da Silva, Manoel Coelho de Oliveira, Manoel Victoriano dos Santos, Francisco Joaquim Tavares, e o oficial de fazenda da 2ª classe Joaquim José Alves de Mattos. Em seguida, o Sr. Desembargador Câmara relatou os seguintes processos: do cadete Candido Antonio Dias, acusado de desobediência e furto, e no Conselho de Guerra absolvido quanto ao crime de furto e condenado a um ano de prisão quanto à desobediência, sentença que foi reformada para condenar a 10 meses de prisão em uma fortaleza quanto à desobediência, e confirmada ao crime de furto pela qual o réu foi acusado por não se achar ele provado; do soldado Manoel Joaquim dos Santos, acusado de tentativa de morte e condenado no Conselho de Guerra na 1ª parte do artigo 8º do Regulamento de 1763, sobre este processo proferiu o Tribunal o despacho: volte o processo ao Conselho de Guerra para nele proferir-se nova sentença na qual se deverá

especificar a pena que não foi declarada na sentença; do soldado Antonio de Araujo Santos, acusado de ferimentos no Conselho de Guerra condenado em 1 ano e 9 meses de prisão, sobre este processo proferiu Tribunal o seguinte despacho: não se tendo procedido no Conselho de Guerra a votação por tenções, como se cumpria que se fizesse, volte processo ao mesmo Conselho de Guerra para que votando-se por tenções se profira em conformidade delas a respectiva sentença, e do soldado João Cancio dos Santos, acusado de insubordinação e ameaças, no Conselho de Guerra condenado à morte, sentença que foi reformada para infligir ao réu de prisão perpétua com trabalho. O Sr. Desembargador Magalhães Castro relatou o seguinte: do segundo-sargento Manoel Felippe de Mello, acusado de tentativa de morte e no Conselho de Guerra condenado a 3 meses de rigorosa prisão; o Tribunal proferiu sobre este processo o seguinte despacho: julgam nulo o processo, visto como não sendo militar o crime de que foi o réu acusado, não podia ele ser julgado no foro militar; do soldado Francisco Pereira dos Santos, acusado em Conselho de Guerra de furto, e nele condenado a um mês de prisão, o que foi confirmado; do soldado Vicente Ferreira Marcos, acusado de resistência, e no Conselho de Guerra condenado à morte, sentença que foi reformada para dar-se ao réu a de dez anos de prisão com trabalho; e do soldado Jacintho Pereira da Cunha, acusado em Conselho de Guerra de 1ª deserção simples, e nele absolvido, o Tribunal reformou esta sentença para julgar o réu compreendido no indulto de 2 de abril de 1870, devendo-se levantar ao réu a nota de desertor. Finalmente, o Sr. Desembargador Lisboa relatou os dois últimos seguintes processos: do imperial marinheiro Manoel Severino da Rocha, acusado de ferimento e condenado no Conselho de Guerra a cinco anos de galés, o que foi confirmado; e do soldado policial Pedro Segui, acusado de desobediência, e no Conselho de Guerra condenado a seis meses de prisão, o que foi confirmado. E nada mais havendo a tratar-se, o Senhor Conselheiro de Guerra Duque de Caxias, servindo de Presidente, encerrou Sessão, da qual eu, o Secretário de Guerra José Joaquim Rodrigues Lopes, lavrei e assinei esta ata.

Duque de Caxias {assinatura}

61ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar de Justiça, em 9 de novembro de 1872

Existiam 38

Entraram 4

Saíram 17 {anotações à margem da folha}

Aos nove dias do mês de novembro de mil oitocentos e setenta e dois, achando-se presentes os Senhores Conselheiros de Guerra **Duque de Caxias**, **Betancourt**, **De Lamare** e **Barões da Gávea** e **de Angra**, Conselheiro Vogal **Beaurepaire** e Desembargadores **Câmara**,

Magalhães Castro e **Lisboa**, foi aberta a Sessão. Lida e aprovada a ata da antecedente, o Secretário de Guerra deu conta dos seguintes expedientes: 4 avisos, sendo um do Ministério da Guerra, 2 do da Marinha, e 1 do da Justiça, remetendo todos os processos do Conselho de Guerra a que responderam, o soldado Francisco Antonio de Paula, os imperiais marinheiros Manoel do Rosario e José Theotonio, e o soldado policial Eduardo Jorge Marius. Em seguida, o Senhor Desembargador Câmara relatou os seguintes processos: do soldado Paulino Bispo de S. Victor, acusado de 1ª deserção agravada, e no Conselho de Guerra absolvido, o que foi confirmado; do soldado Lino dos Santos do Nascimento, acusado de 1ª deserção simples, e no Conselho de Guerra condenado a quatro meses de prisão, o que foi confirmado; soldado Antonio de Jesus Pereira, acusado de 1ª deserção simples, e no Conselho de Guerra condenado a dois meses de prisão, o que foi confirmado; do soldado Francisco Saraiva da Silva, acusado de segunda deserção simples, e no Conselho de Guerra condenado a 3 meses de prisão, o que foi confirmado; do soldado Manoel Ignacio Rodrigues Pereira, acusado de 1ª deserção simples e no Conselho de Guerra condenado a dois meses de prisão, o que foi confirmado; do anspeçada Vitaliano de Andrade Veras, e soldado Francisco Pires de Atayde, acusados do crime de morte, e no Conselho de Guerra absolvidos por falta de provas, o que foi confirmado; do soldado Joaquim Barboza da Silva, acusado de ter saído do seu posto sem licença, e alterar com seu comandante e lançá-lo do cavalo abaixo, e no Conselho de Guerra condenado a 2 anos de rigorosa prisão, o que foi confirmado; Arcenio das Mercez Rodrigues, acusado de roubo de objetos da Fazenda Pública, e no Conselho de Guerra condenado a um ano de prisão rigorosa, o que foi confirmado. O Senhor Desembargador Magalhães Castro relatou os seguintes, além dos dois últimos: do soldado Geraldo Antonio Bentes, acusado de 1ª deserção simples, e no Conselho de Guerra condenado a seis meses de prisão, o que foi confirmado; soldados Antonio Luis Pereira, Vicente Fernandes do Nascimento, João Francisco Pinto, acusados de se embriagarem com os presos que estavam sob sua guarda, e no Conselho de Guerra condenados o último a nove meses de prisão, e os outros a seis, o que foi confirmado; e, finalmente, dos soldados Gregorio do Espirito Santo e cabo de esquadra Adolpho Fernandes Monteiro e 1º sargento João Tiburcio Ribeiro, acusados de desobediência às ordens superiores, e no Conselho de Guerra absolvidos, o que foi confirmado; o Senhor Desembargador Lisboa relatou o seguinte: do soldado Francisco Joaquim Tavares, acusado de 1ª deserção agravada, e no Conselho de Guerra declinou de sua competência para julgar o réu, visto não ter completado a deserção, o que foi confirmado; do soldado Manoel Francisco Monteiro, acusado de 1ª deserção simples, e no Conselho de Guerra condenado a seis meses de prisão, o que foi confirmado; do soldado Manoel Luis dos Santos, acusado de 1ª deserção simples, e no Conselho de Guerra absolvido por não ter completado a deserção, o que foi confirmado; do soldado Bernardino Rodrigues de Senna, acusado de 3ª deserção agravada, e no Conselho de Guerra condenado às penas do artigo 3º do título 4º das 2ªs deserções simples, combinado com a 1ª e 5ª hipóteses do

artigo único das deserções agravadas por circunstâncias da Ordenança de 4 de abril de 1805, o que foi confirmado; do soldado Manoel Joaquim de Vasconcellos, acusado de 1ª deserção simples e no Conselho de Guerra condenado a seis meses de prisão, o que foi confirmado; e, finalmente, no soldado Gil Antonio Ferreira, acusado do crime de 1ª deserção e no Conselho de Guerra condenado às penas do artigo 3º do título 4º das 1ªs deserções, combinado com o parágrafo 5º do artigo único das deserções agravadas por circunstâncias, tudo da Ordenança de 9 de abril de 1805, o que também foi confirmado. E sendo já tarde, o Senhor Conselheiro de Guerra Duque de Caxias, servindo de Presidente, encerrou a Sessão, da qual eu, o Secretário de Guerra José Joaquim Rodrigues Lopes, escrevi e assinei esta ata.

Duque de Caxias {assinatura}

62ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar de Justiça, em 13 de novembro de 1872

Existiam 25

Entraram 8

Saíram 10 {anotações à margem da folha}

Aos treze dias do mês de novembro de mil oitocentos e setenta e dois, achando-se presentes os Conselheiros de Guerra **Duque de Caxias**, **Barão de Itapagipe**, **Barão da Gávea**, **Barão de Angra**, Desembargadores **Câmara**, **Magalhães Castro** e **Lisboa**, foi aberta a Sessão. O Secretário de Guerra deu conta dos seguintes expedientes 3 avisos do Ministério de Guerra enviando para serem julgados definitivamente os processos do Conselho de Guerra a que responderam o 1º sargento Leobino Aristides da Costa, e os soldados Raymundo Pereira da Silva, Balbino Lourenço Pereira, Antonio Irineo da Cruz, João José dos Santos, Victorino José da Cruz, José Pedro Baptista e Francisco Manoel Joaquim. Em seguida, o Senhor Desembargador Câmara relatou os seguintes processos: do anspeçada Andre Avelino dos Santos, acusado de deixar evadir-se 2 presos estando ele de sentinela, e no Conselho de Guerra absolvido por falta de provas, o que foi confirmado; do soldado Manoel Severino de Oliveira, acusado de desobediência, e no Conselho de Guerra absolvido por carência de provas, o Conselho Supremo lançou sobre o processo o seguinte despacho: julgam nula a sentença do Conselho de Guerra por não ser precedida detenções, como cumpria, visto ser o crime de que foi o réu acusado daqueles para os quais exige a lei a votação por tenções, e assim julgando, mandam que volte o processo ao Conselho de Guerra para se proceder na forma indicada; do soldado Marcos Francisco Leite, acusado de ferimento, e no Conselho de Guerra absolvido; o que foi confirmado; o Senhor Desembargador Magalhães Castro relatou os seguintes: do soldado Manoel José Damasio, acusados 1ª deserção simples, e no Conselho de Guerra condenado a seis meses de prisão,

o que foi confirmado; do soldado Francisco Ferreira Lima, acusado de embriaguez e de haver resistido à prisão, e no Conselho de Guerra condenado a seis meses de trabalho nas fortificações o que foi confirmado; do soldado Manoel Francisco Coelho, acusado de deserção, e no Conselho de Guerra condenado a seis meses de prisão, o que foi confirmado; do soldado José Catharina dos Santos, acusado de ferimento e no Conselho de Guerra condenado à pena de morte. O Tribunal reformou esta sentença para impor ao réu a pena de prisão perpétua com trabalho, o Senhor Conselheiro Duque de Caxias assinou-se vencido por votar por pena maior, e o Senhor Desembargador Câmara votou por 20 anos de prisão com trabalho. O Sr. Desembargador Lisboa relatou os seguintes: do soldado José Fidelis Pinto da Fonseca, acusado de 1ª deserção simples, e no Conselho de Guerra condenado a seis meses de prisão, o que confirmado; do soldado João Jota Alves da Silva, acusado de 3ª deserção simples, e no Conselho de Guerra condenado às penas impostas na Carta Régia de 19 de fevereiro de 1807 e no Decreto de 13 de outubro de 1827, o que foi confirmado; e, finalmente, do soldado Eduardo José Marines, acusado de 1ª deserção simples e condenado no Conselho de Guerra a quatro meses de prisão, o que foi confirmado. E sendo já tarde, o Senhor Conselheiro de Guerra Duque de Caxias, servindo de Presidente, encerrou a Sessão, da qual eu, o Secretário de Guerra José Joaquim Rodrigues Lopes, escrevi e assinei esta ata.

Duque de Caxias {assinatura}

63ª ATA DA SESSÃO DO CONSELHO SUPREMO MILITAR DE JUSTIÇA, EM 16 DE NOVEMBRO DE 1872

Existiam 23

Entraram 5

Saíram 13 {anotações à margem da folha}

Aos dezesseis dias do mês de novembro de mil oitocentos e setenta e dois, achando-se presentes os Senhores Conselheiros de Guerra **Duque de Caxias**, **Barão de Itapagipe**, **De Lamare**, **Visconde de Santa Teresa**, **Barão da Gávea** e **de Angra**, Conselheiro Vogal **Beaurepaire** e Desembargadores **Câmara**, **Magalhães Castro** e **Lisboa**, foi aberta a Sessão. O Secretário de Guerra deu conta de 4 avisos da Secretaria de Guerra da Marinha e da Justiça remetendo para serem julgados definitivamente os cinco processos seguintes: do imperial marinheiro Estacio Pereira da Silva, soldado policial Braulio Antonio dos Santos, cabo de esquadra Antonio José Virginio, e dos soldados Leoncio Amancio de Moraes, Antonio Baptista Leal. Em seguida, o Senhor Desembargador Câmara relatou os seguintes processos: do imperial marinheiro Manoel do Rozario, acusado de 1ª deserção simples e condenado em Conselho de Guerra a um ano de prisão, o que foi confirmado; dos

soldados Jeronimo José do Nascimento, Fortunato José Maciel, João José Barboza, José Paulo Bispo, José Pedrozo e Manoel Thomaz de Souza, acusados todos de desobediência, em um só processo, e no Conselho de Guerra condenado cada um deles a seis meses de prisão com trabalho nas fortificações, sentença esta que foi reformada para dar a cada um dos referidos réus, condenados a um ano de prisão com trabalhos; do soldado João Raymundo, acusado em Conselho de Guerra de crime de morte, e por ele condenado à morte, sentença que foi confirmada, os Senhores Beaurepaire e Câmara assinaram-se vencidos por votarem na pena de galés perpétuas; do cabo de esquadra João Alves de Souza, acusado de ferimento e condenado em Conselho de Guerra a nove meses de rigorosa prisão, sentença que foi reformada para ser o réu condenado a dezeoito 18 meses de prisão com trabalho; do soldado Francisco Manoel Joaquim, acusado de 1ª deserção simples, o Conselho de Guerra julgou-se incompetente para julgar o réu por não ter completado a deserção, o que foi confirmado; o Senhor Desembargador Magalhães Castro relatou os seguintes: do soldado Manoel Justiniano da Cruz, acusado de negligência, e no Conselho de Guerra absolvido, o que foi confirmado; do soldado Manoel Coelho de Oliveira, acusado de 1ª deserção simples, e no Conselho de Guerra condenado a dois meses de prisão, o que foi confirmado; do soldado Antonio José Monteiro, acusado de ferimento, e no Conselho de Guerra condenado a um ano de prisão com trabalho nas fortificações, sentença que foi reformada para dar ao réu a de três meses de prisão com trabalho; do soldado Balbino Lourenço Pereira, acusado de 1ª deserção agravada, e no Conselho de Guerra condenado a um ano de prisão, o que foi confirmado; e, finalmente, do soldado João José dos Santos, acusado de 1ª deserção simples, e no Conselho de Guerra condenado a seis meses de prisão, o que foi confirmado. O Senhor Desembargador Lisboa relatou ultimamente os 3 seguintes processos: do soldado Manoel Victorino dos Santos, acusado de desobediência, e no Conselho de Guerra, condenado a um ano de prisão com trabalho nas fortificações, o que foi confirmado; do imperial marinheiro José Gomes de Oliveira, acusado de 1ª deserção simples e no Conselho de Guerra condenado a um ano de prisão, o que foi confirmado; do soldado Raymundo Pereira da Silva, acusado de 1ª deserção simples, o Conselho de Guerra julgou-se incompetente por não ter o réu completado a deserção. O Tribunal proferiu a respeito o seguinte: confirmam a sentença do Conselho de Guerra pela incompetência do julgamento, pois que conhecendo-se do processo ser simplesmente uma ausência, deve o réu ser julgado na forma do artigo 2º, título 3º da Ordenança de 9 de abril de 1805. Nada mais se podendo tratar, o Senhor Conselheiro de Guerra Duque de Caxias, servindo de Presidente, encerrou a Sessão, da qual eu, o Secretário de Guerra José Joaquim Rodrigues Lopes, escrevi esta ata.

Duque de Caxias {assinatura}

64ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar de Justiça, em 20 de novembro de 1872

Existiam 15

Entraram 2

Saíram 7 {anotações à margem da folha}

Aos vinte dias do mês de novembro de mil oitocentos e setenta e dois, achando-se presentes os Conselheiros de Guerra **Duque de Caxias**, **Betancourt**, **Barão de Itapagipe**, **Barões da Gávea** e **de Angra**, Desembargadores **Câmara**, **Magalhães Castro** e **Lisboa**, foi aberta a Sessão. Lida e aprovada a ata da antecedente o Senhor Secretário de Guerra deu conta de um aviso o Secretário de Guerra enviando para ser julgado definitivamente processo do Conselho de Guerra a que foi submetido o soldado Manoel Clemente Bezerra e o corneta Domingos Henrique. Em seguida, o Sr. Desembargador Câmara relatou os seguintes processos: do capitão José Manoel Teixeira Rios, acusado de extravio de objetos da Fazenda Nacional e condenado em Conselho de Guerra a quatro anos de prisão com trabalho, sentença que foi reformada para se lhe dar a de dezoito meses numa fortaleza; o Senhor Duque de Caxias e o Senhor Barão de Angra assinaram-se vencidos por votarem por pena maior, o Senhor Desembargador Câmara confirmaram a sentença; do imperial marinheiro José Theotonio, acusado de furto, e no Conselho de Guerra absolvido, o que foi confirmado; o Senhor Desembargador Magalhães Castro relatou o seguinte: do soldado Antonio Irineo da Cruz, acusado de 2ª deserção simples e condenado em Conselho de Guerra a dois anos de prisão com trabalho, o que foi confirmado; do soldado Francisco Antonio de Paula, acusado em Conselho de Guerra de insubordinação e tentativa de ferimento e por ele condenado à morte, sentença que foi reformada para dar-se ao réu a de dois anos de prisão com trabalho. O Sr. Desembargador Lisboa relatou os seguintes: do soldado José Pedro Baptista, acusados de 1ª deserção simples e condenado em Conselho de Guerra a dois meses de prisão, o que foi confirmado; do soldado policial Bazilio Antonio dos Santos, acusado de 1ª deserção simples e condenado em Conselho de Guerra a quatro meses de prisão, o que foi confirmado; e do soldado Victorino José da Cruz, acusado de 2ª deserção simples, e no Conselho de Guerra condenado a 2 anos de prisão com trabalho, o que foi confirmado. E nada mais havendo a tratar, o Senhor Conselheiro de Guerra Duque de Caxias, servindo de Presidente, encerrou a Sessão, da qual eu, o Secretário de Guerra José Joaquim Rodrigues Lopes, escrevi e assinei esta ata.

Duque de Caxias {assinatura}

65ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar de Justiça, em 23 de novembro de 1872

Aos vinte e três dias do mês de novembro de mil oitocentos e setenta e dois, achando-se presentes os Senhores Conselheiros de Guerra **Duque de Caxias**, **Betancourt**, **Barão de Itapagipe**, **De Lamare**, **Barões da Gávea** e **de Angra** e Desembargadores **Magalhães Castro** e **Lisboa**, foi aberta a Sessão. Lida e aprovada a ata da antecedente, o Secretário declarou não haver expediente algum. Em seguida, o Senhor Desembargador Magalhães Castro relatou os processos: do soldado Manoel Clemente Bezerra, acusado de 1ª deserção simples e condenado em Conselho de Guerra a seis meses de prisão, o que foi confirmado; e do imperial marinheiro José Pires Titara, acusado de 3ª deserção simples e condenado em Conselho de Guerra a um ano de prisão, o que foi confirmado. O Senhor Desembargador Lisboa relatou os dois seguintes: do soldado Antonio Baptista Leal, acusado de 1ª deserção simples e condenado em Conselho de Guerra a dois meses de prisão, o que foi confirmado; do imperial marinheiro Estacio Pereira da Silva, acusado de 1ª deserção simples e condenado em Conselho de Guerra a um ano de prisão, o que foi confirmado; e nada mais havendo a tratar-se, o Senhor Conselheiro de Guerra Duque de Caxias, servindo de Presidente, encerrou a Sessão, da qual eu, o Secretário de Guerra José Joaquim Rodrigues Lopes, escrevi e assinei a esta ata.

Betancourt {assinatura}

66ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar de Justiça, em 27 de novembro de 1872

Existiam 6

Entraram 7

Saíram 1 {anotações à margem da folha}

Aos vinte e sete dias do mês de novembro de mil oitocentos e setenta e dois, achando-se presentes os Senhores Conselheiros de Guerra **Betancourt**, **Barão de Itapagipe**, **De Lamare**, **Barão da Gávea** e **de Angra** e Desembargadores **Câmara**, **Magalhães Castro** e **Lisboa**, foi aberta a Sessão. Lida e aprovada a ata da antecedente, o Secretário de Guerra deu conta de 3 avisos remetendo para a Secretaria de Guerra os processos do Conselho de Guerra a que responderam os alferes quartel-mestre Fausto Monteiro de Oliveira Lima e Joaquim Pereira Gaia Peçanha, e soldado Manoel Rozendo, Caciano José Ciriaco, Emydio José Mamede, Luis Francisco da Roza, Felippe Antonio Cardozo, Lucio Luteriano, João Gomes Cabral, Juvencio Moreira da Silva, Joaquim Nicoláu Lopes, e, pelo Ministério da Justiça, do soldado policial Manoel Antonio Ribeiro. Em seguida, o Senhor Desembargador Câmara relatou o seguinte processo: do oficial de fazenda de 2ª classe da Armada Joaquim José

Alves de Mattos, acusado de peculato por alcances nas suas contas, como comissário da Corveta Niterói e geral da Esquadra; foi no Conselho de Guerra absolvido, este Tribunal proferiu o seguinte despacho: anulam todo o processo por não se achar devidamente liquidado o alcance do réu para a base do mesmo processo. O Sr. Conselheiro de Guerra Betancourt assinou-se vencido por ter confirmado a sentença do Conselho de Guerra, o Senhor Desembargador Câmara assinou-se vencido, sem declarar a causa. Sendo já tarde, o Senhor Conselheiro de Guerra Betancourt, servindo de Presidente, encerrou a Sessão, da qual eu, o Secretário de Guerra José Joaquim Rodrigues Lopes, escrevi e assinei esta ata.

Betancourt {assinatura}

67ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar de Justiça, em 30 de novembro de 1872

Existiam 12

Entraram 30

Saíram 14 {anotações à margem da folha}

Aos trinta dias do mês de novembro de mil oitocentos e setenta e dois, achando-se presentes os Senhores Conselheiros de Guerra **Duque de Caxias**, **Betancourt**, **Barões de Itapagipe**, **da Gávea** e **de Angra** e Desembargadores **Câmara**, **Magalhães Castro** e **Lisboa**, foi aberta a Sessão. Lida e aprovada a ata da antecedente, o Secretário de Guerra deu conta de 3 avisos do Ministério da Guerra, remetendo para serem julgados definitivamente os processos do Conselho de Guerra a que responderam: o capitão reformado José Joaquim de Alencastro, cabo de esquadra Leocadio José Pereira, soldados Benigno da Piedade, Antonio Firmiano, Pedro Antunes Rodrigues, Sebastião Ferreira Airoza, Vicente Xavier, Francisco José Rebello, Antonio José dos Santos, Ludgero Joaquim José, Francisco José dos Santos, digo Francisco José de Oliveira, Joaquim José dos Santos, digo Manoel José dos Santos, Leonardo Antonio de Carvalho, Fausto de Castro, João José Baptista, Manoel Bizerra de Santa Anna, e o tambor Victor José Prudencio, soldados Francisco José de Barros, Manoel Virginio dos Santos, Francisco Gonçalves Portacio, José Zacharias de Almeida, Francisco Pereira Guimarães, Gabriel Manoel da Paixão e Joaquim José de Freitas. Em seguida, o Senhor Desembargador Câmara relatou os seguintes processos: do soldado Pedro Antonio Rodrigues, acusado de 3ª deserção simples, condenado em Conselho de Guerra a 6 anos de prisão com trabalho, o que foi confirmado; do soldado Ludgero Joaquim José, acusado de 1ª deserção simples, e no Conselho de Guerra condenado a seis meses de prisão, o que foi confirmado; dos soldados Joaquim Nicoláu Lopes, acusado de 1ª deserção simples e condenado em Conselho de Guerra a seis meses de prisão, o que foi confirmado; do soldado Vicente Xavier, acusado de 1ª deserção simples e condenado em Conselho de Guerra a seis meses de prisão, o que foi confirmado; soldado Estevão Rodrigues do

Nascimento, acusado de relaxação e condenado em Conselho de Guerra a seis anos de prisão, com trabalho nas fortificações, sentença esta que foi reformada para se lhe dar um ano de prisão com trabalho; dos soldados Antonio Saquarema de Souza, Martinho Ferreira de Mattos, Pedro Antonio e Antonio Lemos, acusados de furto de objetos da Fazenda Nacional e no Conselho de Guerra condenados, Martinho Ferreira Mattos e Antonio Lemos a quatro anos de prisão com trabalho, Pedro Antonio também em quatro anos de prisão com trabalho, como principal mentor do furto, estando de guarda quando o cometeu, e o soldado Saquarema de Souza em três anos de prisão com trabalho, o que foi confirmado. O Senhor Desembargador Magalhães Castro relatou o seguinte: do soldado Francisco Gonçalves Portacio, acusado de ferimento, e no Conselho de Guerra condenado a um mês de prisão, sentença que foi reformada para dar ao réu três meses de prisão com trabalho; do soldado Sebastião Ferreira Airoza, acusado de 1ª deserção agravada e condenado em Conselho de Guerra a um ano de prisão com trabalho, o que foi confirmado; do corneta Domingos Henriques, acusado do crime de morte e condenado em Conselho de Guerra a galés perpétuos, o que foi confirmado, o Senhor Desembargador Magalhães Castro assinou-se vencido quanto à competência do Tribunal, o soldado Mamede Barboza, acusado de extravio de objetos da Fazenda Nacional e condenado em Conselho de Guerra a um ano de rigorosa prisão, o que foi confirmado; o Senhor Lisboa relatou, finalmente, os quatro processos seguintes: do soldado Lucio Luterianno, acusado de 1ª deserção agravada e condenado em Conselho de Guerra a um ano de prisão, o que foi confirmado; do cabo de esquadra Antonio José Virginio, acusado de haver dado uma bofetada no 2º cadete Rozendo Pereira de Oliveira Junior, condenado em Conselho de Guerra a três meses de rigorosa prisão, o que foi confirmado; do soldado Joaquim José de Freitas, acusado de 1ª deserção simples, e no Conselho de Guerra condenado a seis meses de prisão, o que foi confirmado; do soldado policial Manoel Antonio Ribeiro, acusado de 2ª deserção simples e condenado a servir na primeira linha, como se recrutado fosse, pelo Conselho Criminal, o que foi confirmado. E nada mais havendo a tratar-se, o Senhor Conselheiro de Guerra Duque de Caxias, servindo de Presidente, encerrou a Sessão, da qual eu, o Secretário de Guerra José Joaquim Rodrigues Lopes, escrevi e assinei a esta ata.

Duque de Caxias {assinatura}

68ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar de Justiça, em 4 de dezembro de 1872

Existiam 28

Entraram 1

Saíram 4 {anotações à margem da folha}

Aos quatro dias do mês de dezembro de mil oitocentos e setenta e dois, achando-se presentes os Senhores Conselheiros de Guerra **Duque de Caxias**, **Betancourt**, **Barão de**

Itapagipe, **da Gávea** e **de Angra** e Desembargadores **Magalhães Castro** e **Lisboa**, foi aberta a Sessão. Lida aprovada a ata da antecedente, Secretário de Guerra deu conta de um aviso da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha enviando para serem julgados definitivamente os processos do Conselho de Guerra a que responderam: o soldado naval Raymundo Nonato da Silva; em seguida, o Senhor Desembargador Magalhães Castro relatou o seguinte processo, digo o Senhor Desembargador Lisboa relatou os 4 seguintes processos: do 1º soldado Antonio José dos Santos, acusado de 1ª deserção agravada e condenado em Conselho de Guerra a um ano de prisão, que foi confirmado; do soldado Antonio Firmiano, acusado de 1ª deserção simples, e no Conselho de Guerra condenado a dois meses de prisão, o que foi confirmado; do soldado Francisco José de Oliveira, acusado de 1ª deserção simples, e no Conselho de Guerra condenado a quatro meses de prisão, o que foi confirmado; e, finalmente, do soldado Gabriel Manoel da Paixão, acusado de 2ª deserção agravada, e no Conselho de Guerra condenado a quatro anos de prisão com trabalho, sentença que foi reformada porque dos assentamentos do réu consta ser esta a 1ª qualificada, e com processo, e assim julga o Conselho Supremo o réu incurso no artigo 1º, título 4º das 1ªs deserções simples, combinado com artigo das decisões agravadas da Ordenança de 9 de abril de 1805, e o condena a um ano de prisão, e nas mais penas mencionadas no artigo 1º. E nada mais se podendo tratar, o Senhor Conselheiro de Guerra Duque de Caxias, servindo de Presidente, encerrou a Sessão, da qual eu, o Secretário de Guerra José Joaquim Rodrigues Lopes, escrevi e assinei esta ata.

Duque de Caxias {assinatura}

69ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar de Justiça, em 7 de dezembro de 1872

Existiam 25

Entraram 0

Saíram 10 {anotações à margem da folha}

Aos sete dias do mês de dezembro de mil oitocentos e setenta e dois, achando-se presentes os Senhores Conselheiros de Guerra **Duque de Caxias**, **Betancourt**, **Barões da Gávea** e **de Angra**, Conselheiro Vogal **Beaurepaire** e Desembargadores **Câmara**, **Magalhães Castro** e **Lisboa**, foi aberta a Sessão. Lida e aprovada a ata da antecedente, o Secretário de Guerra declarou não haver expediente algum. Em seguida, o Senhor Desembargador Câmara relatou os seguintes processos: do 1º sargento Leobino Aristides da Costa, acusado em Conselho de Guerra de relaxação no serviço, e aí absolvido, o que foi confirmado; do alferes Joaquim Pereira Gaia Peçanha, acusado de fuga de preso, e absolvido no Conselho de Guerra o que foi confirmado; do soldado Francisco José Rebello, acusado de deserção em

tempo de guerra e condenado à morte na primeira instância: o Tribunal reformou a sentença para dar ao réu a de cinco anos de prisão com trabalho; do soldado Leoncio Amancio de Moraes, acusado de insubordinação e condenado em Conselho de Guerra a um ano de rigorosa prisão, o que foi confirmado. O Sr. Desembargador Magalhães Castro relatou a de Felippe Antonio Cardozo, soldado de Artilharia, acusado de embriaguez, premeditação de incendiar um paiol de pólvora, e no Conselho de Guerra absolvido; o Tribunal reformou esta sentença para dar ao réu a de um ano de prisão com trabalho; do soldado Manoel José da Silva, acusado em Conselho de Guerra de ferimento e nele condenado a carrinho perpétuo, sentença que foi reformada para dar um ano de prisão com trabalho; e dos soldados Emidio José Mamede e Luis Francisco da Roza, acusado de fuga de preso confiado à sua guarda, e no Conselho de Guerra absolvido o 1º réu, e o 2º condenado a 3 meses de prisão; o Tribunal proferiu no processo o seguinte despacho: volte ao Conselho de Guerra para proceder ao julgamento mediante tenções, porque trata-se nestes autos de crime de resistência com armas, tendo sido o processo instaurado para o julgamento de crime capital; e outro fim de haverem os réus deixado fugir o preso de justiça José Francisco dos Santos, não podendo o Conselho de Guerra ter arbitrado pena alguma, do soldado João Gomes Cabral, acusado de crime de morte, e no Conselho de Guerra condenado à morte, sentença que foi reformada para dar ao réu a pena de 20 anos de prisão com trabalho. Ultimamente, o Senhor Desembargador Lisboa relatou os dois seguintes: dos réus Francisco José de Barros e Manoel Virginio dos Santos, acusados de fuga de presos, e no Conselho de Guerra foram condenados a ficarem no lugar do evadido: esta sentença foi reformada para dar a cada um dos réus a pena de três meses de prisão; e do soldado José Zacharias de Almeida, acusado do crime de ferimento e condenado pelo Conselho de Guerra à pena de prisão que tem sofrido a contar de março de 1868 até a presente data, sentença que foi reformada para impor-se ao réu a pena de três meses de prisão; e advertem o Conselho que lhe não é lícito aplicar penas a seu arbítrio, e somente aquelas que são estabelecidas pelas leis militares. Sendo tarde, Senhor Conselheiro Duque de Caxias, encerrou a Sessão como o Presidente e eu, o Secretário de Guerra José Joaquim Rodrigues Lopes, lavrei a presente ata que assinei.

Duque de Caxias {assinatura}.

70ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar de Justiça, em 14 de dezembro de 1872

Existiam 19

Entraram 22

Saíram 14 {anotações à margem da folha}

Aos quatorze dias do mês de dezembro de mil oitocentos e setenta e dois, achando-se presentes Senhores Conselheiros de Guerra **Duque de Caxias**, **Betancourt**, **De Lamare**, **Barões da Gávea** e **de Angra**, Conselheiro Vogal **Beaurepaire**, Desembargadores **Câmara Magalhães Castro** e **Lisboa**, foi aberta a Sessão. Lida e aprovada a ata da antecedente, o Secretário de Guerra e deu conta dos seguintes expedientes: 1 aviso do Ministério da Justiça enviando para os fins convenientes o processo do Conselho Criminal a que foi submetido o soldado policial Jacintho Simão da Fonseca, e 4 do Ministério de Guerra enviando para o mesmo fim o processo de Conselho de Guerra a que responderam do 1º cadete Domingos Caldas de Saboia Filho, o 2º cadete Claudio Barboza de Oliveira, e o soldado Lazaro Monge Gomes de Araujo, Joaquim Pereira da Cruz, João Joaquim de Albuquerque, Joaquim Ferreira Segundo, Maximiano José dos Santos, Candido Alves Conrado, João Rodrigues dos Santos, Honorato Dias da Luz, Leocadio Gonçalves Pereira, Angelo do Amaral Freitas, Manoel Joaquim de Santa Anna, Manoel Paulo Machado, Euzebio Rodrigues da Silva, José Pereira Maciel, José Rodrigues de Santa Anna, João Nunes Victoria, Manoel Joaquim Theodoro, cabo de esquadra Francisco de Paula Liz Filho; 2º cadete Bernardino Alves de Castro Roza, ex-soldado sentenciado à pena de morte Quirino Lopes Rodrigues. Em seguida, o Sr. Desembargador Câmara relatou os seguintes processos: do soldado João Nunes Victoria, acusado de primeira deserção simples, e no Conselho de Guerra condenado a dois meses de prisão, o que foi confirmado; do soldado Manoel Paulo Machado, acusado de 1ª deserção simples, e no Conselho de Guerra condenado a dois meses de prisão, o que foi confirmado; do soldado João Rodrigues dos Santos, acusado de 1ª deserção agravada, e no Conselho de Guerra condenado a um ano de prisão, o que foi confirmado; do soldado Juvencio Moreira da Silva, acusado de ferimento na pessoa do seu superior e condenado à morte pelo Conselho de Guerra: essa sentença foi reformada para dar-se ao réu a de vinte anos de prisão com trabalho. O Senhor Desembargador Câmara votou por doze anos, os Senhores Magalhães Castro e Lisboa por dez anos; do soldado Francisco Pereira Guimarães, acusado de insubordinação, e do Conselho de Guerra condenado a dezoito meses de trabalho nas fortificações, esta sentença foi reformada para dar-se ao réu a de dois anos de prisão com trabalho; e, finalmente, dos réus tenentes Elidio Fernandes da Silveira e Vicente Ferreira de Lorêna, acusado o 1º por ter deixado de pagar os praças de sua companhia, e o 2º por fazer descontos no pagamento dos praças que lhe eram subordinados; o Conselho de Guerra os absolveu, este Tribunal reformou a sentença para condenar a cada um dos réus com um mês de prisão, e dois anos de prisão de comando de companhia. O Senhor Desembargador Câmara assinou-se vencido por ter confirmado a sentença. O Senhor Desembargador Magalhães Castro relatou os seguintes: do soldado Leocadio Gonçalves Pereira, acusado de insubordinação e condenado pelo Conselho de Guerra a seis meses de rigorosa prisão, o que foi confirmado; do soldado João Joaquim de Albuquerque, acusado de ferimento, e no Conselho de Guerra absolvido; esta sentença foi reformada para dar- se ao réu a de seis meses de prisão com trabalho; do

soldado Joaquim Ferreira Segundo, acusado de 3ª deserção simples e condenado em Conselho de Guerra a seis anos de prisão com trabalho, o que foi confirmado; do 2º cadete Claudio Barboza de Oliveira, acusado de relaxação e furto, e no Conselho de Guerra absolvido, sentença que foi reformada para dar ao réu a de seis meses de prisão, devendo ser excluído do serviço militar depois de findar os ditos seis meses de prisão; o Senhor Câmara e Magalhães Castro assinaram-se vencidos quanto à exclusão do serviço. O Senhor Desembargador Lisboa relatou os 4 seguintes: do soldado Leonardo Antonio de Carvalho, acusado de 1ª deserção simples e condenado e Conselho de Guerra a seis meses de prisão, o que foi confirmado; do soldado Fausto de Castro, acusado de 1ª deserção simples, e no Conselho de Guerra condenado a seis meses de prisão, o que foi confirmado; do soldado Manoel Bezerra de Santa Anna, acusado de 1ª deserção agravada, e no Conselho de Guerra condenado a um ano de prisão, o que foi confirmado; do soldado policial Jacintho Simão da Fonseca, acusado de 2ª deserção simples, e no Conselho de Guerra absolvido, o que foi confirmado. O Senhor Conselheiro Duque de Caxias retirou-se por incomodado no meio da Sessão e por isso só se acha assinado nos dois primeiros julgamentos. E por ser já tarde, o Senhor Conselheiro de Guerra Betancourt encerrou a Sessão, da qual eu, o Secretário de Guerra José Joaquim Rodrigues Lopes, escrevi e assinei esta ata.

Duque de Caxias {assinatura}.

71ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar de Justiça, em 18 de dezembro de 1872

Existiam 27

Entraram 16

Saíram 22 {anotações à margem da folha}

Aos dezoito dias do mês de dezembro de mil oitocentos e setenta e dois, achando-se presentes os Senhores Conselheiros de Guerra **Betancourt**, **Barão de Itapagipe**, **De Lamare**, **Barão da Gávea** e **de Angra**, Conselheiro Vogal **Beaurepaire** e Desembargadores **Câmara**, **Magalhães Castro** e **Lisboa**, foi aberta a Sessão. Lida e aprovada a ata da antecedente, o Secretário de Guerra deu conta dos seguintes processos: 3 avisos do Ministério da Guerra, 2 da Justiça e 1 da Marinha, enviando todos para os fins convenientes os processos de Conselho de Guerra a que responderam: o 1º cadete Pedro Themoteo da Silva Brandão, cabo de esquadra Raymundo Irineo da Costa, soldado Francisco Honorato dos Santos, Pedro Serafim de Carvalho, Victor Antonio Alvarenga, Valerio Jacintho Jorge Rufino Gomes, Paulo Ferreira, Gregorio Lourenço de Freitas, José Silvestre Fernandes, Manoel Thomaz d'Aguiar, Joaquim Isidoro da Costa, Felix de Jesus Maria e José da Costa Moraes, soldados policiais Constantino Augusto Teixeira e Dalvino José dos Santos, do

imperial marinheiro José Pereira da Rocha. Em seguida, o Senhor Desembargador Câmara relatou os seguintes processos: do soldado Manoel Joaquim Theodoro, acusado de 1ª deserção simples e condenado em Conselho de Guerra a seis meses de prisão, o que foi confirmado; do soldado policial Constancio Augusto Teixeira, acusado do mesmo crime e condenado em Conselho de Guerra a quatro meses de prisão, o que também foi confirmado; do soldado Joaquim Pereira da Cruz, acusado de ferimento, e no Conselho de Guerra condenado à prisão perpétua, sentença que foi reformada para impor ao réu a de um ano de prisão com trabalho; do soldado Honorato Dias da Luz, acusado de insubordinação e no Conselho de Guerra condenado a 6 anos de prisão com trabalho, sentença que foi reformada para dar-se a mesma prisão por quatro anos somente; do tambor Victor José Prudente, acusado de ferimento, e no Conselho de Guerra condenado a seis meses e meio de prisão, e multa correspondente à metade do tempo, sentença que foi reformada por julgarem o réu compreendido tão somente no artigo 8º dos de Guerra, e por isso condenado a seis meses de prisão com trabalho; do soldado Olimpio Periquito de Souza Rodrigues, acusado de furto, e no Conselho de Guerra condenado a 2 anos de prisão com trabalho, o que foi confirmado; do capitão José Joaquim de Alencastro, acusado de extravio de objetos da Fazenda Nacional e no Conselho de Guerra absolvido, sentença que foi reformada para condenar o réu a seis meses de prisão em uma fortaleza; o Senhor Desembargador Câmara assinou-se vencido por votar em pena maior. E do 1º cadete Domingos Carlos de Saboia Filho, acusado de deixar de pagar o fardamento a diversas praças da companhia e condenado pelo Conselho de Guerra a seis meses de rigorosa prisão, o que foi confirmado; e, finalmente, do soldado Raymundo Nonato da Silva, acusado de 1ª deserção agravada e condenado em Conselho de Guerra a um ano de prisão, o que foi confirmado. O Senhor Desembargador Magalhães Castro relatou os seguintes: do grumete José Pereira da Rocha, acusado de 3ª deserção simples e condenado em Conselho de Guerra a um ano de prisão, o que foi confirmado; do soldado Lazaro Monge Gomes de Araujo, acusado de espancamento, e no Conselho de Guerra condenado a seis meses de prisão, o que foi reformado para dar-se ao réu um ano de prisão com trabalho; do soldado Manoel José dos Santos, acusado de 1ª deserção agravada e condenado em Conselho de Guerra a um ano de prisão, o que foi confirmado; do soldado João José Baptista, acusado de 1ª deserção simples, e no Conselho de Guerra condenado a seis meses de prisão, o que foi confirmado; do alferes Fausto Monteiro de Oliveira Lima, e soldados Manoel Rozendo dos Santos, Cassiano José Ciriaco, estes dois últimos réus acusados de roubo, e o 1º de negligência; no Conselho de Guerra foram absolvidos todos, mas esta sentença foi reformada quanto à absolvição dos alferes, a quem condenou o Tribunal a seis meses de prisão. O Senhor Desembargador Lisboa, finalmente, relatou os 8 seguintes: do soldado José Pereira Maciel, acusado de 1ª deserção simples e condenado no Conselho de Guerra a seis meses de prisão, o que foi confirmado; Manoel Joaquim de Santa Anna, acusado do mesmo crime, condenado à mesma pena, o que foi confirmado; Maximiano José dos Santos,

acusado de igual crime e condenado à igual pena, o que foi confirmado; Candido Alves Conrado, acusado ainda do mesmo crime, condenado à mesma o que foi confirmado; Angelo Amaral de Freitas, acusado de 1ª deserção agravada condenado em Conselho de Guerra a um ano de prisão, o que foi confirmado; Eusebio Rodrigues da Silva, acusado do mesmo crime, condenado em Conselho de Guerra a quatro meses de prisão, o que foi confirmado; Quirino Lopes Rodrigues, acusado de ferimento, e no Conselho de Guerra absolvido o que foi confirmado; e, ultimamente, do soldado policial Dalvino José dos Santos, acusado de 1ª deserção simples e condenado em Conselho de Guerra a quatro meses de prisão, o que também foi confirmado. E nada mais havendo a tratar, o Senhor Conselheiro de Guerra Betancourt, servindo de Presidente, encerrou a Sessão, da qual eu, o Secretário de Guerra José Joaquim Rodrigues Lopes, escrevi e assinei esta ata.

Betancourt {assinatura}

1873

1ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar de Justiça, de 1º de fevereiro de 1873

Existiam 21

Entraram 68

Saíram 12 {anotações à margem da folha}

No dia 1º de fevereiro de mil oitocentos e setenta e três, achando-se presentes os Senhores Conselheiros de Guerra **Betancourt**, **Visconde de Tamandaré**, Barão **de Itapagipe**, **Barão de Angra**, Conselheiro Vogal **Beaurepaire** e Desembargadores **Câmara** e **Lisboa**, foi aberta a Sessão; lida e aprovada a ata da antecedente, o Secretário de Guerra deu conta de um decreto perdoando a pena de seis meses de prisão que foi imposta por sentença de 14 de dezembro do ano próximo passado ao 2º cadete Claudio Barbosa de Oliveira; e 13 avisos dos três Ministérios da Guerra, da Marinha e da Justiça, remetendo para serem julgados definitivamente o alferes Profirio Francisco Roza, e soldados Pedro João Simões, Antonio Francisco de Souza, José Antonio de Miranda, Manoel Gonçalves da Costa, Raymundo Fragozo da Silva, Tertuliano Alves de Souza, Sebastião Honorio da Rocha, João Salustiano do Carmo, Manoel Joaquim dos Santos, João Baptista da Costa, Pedro José de Santa Anna, João Francisco de Oliveira, Liberato de Almeida Queiroz, João Manoel Ferreira dos Santos, Domingos Francisco Negreiros, Augusto José da Silva, José Felix dos Santos, José Soares da Silva, José Nunes, Antonio Manoel do Nascimento, Manoel Lavino do Nascimento, Joaquim José da Silva, Antonio José Francisco, Aureliano Barreto, Laurentino Rodrigues, Francisco Alves da Silva, Luis Francisco de Souza, Herculano do Rego Farias, Geraldo Mendes Rodrigues,

José Francisco de Souza Segundo, José Martins de Oliveira, Lucio Antonio de Faria Roza, Vicente Ferreira do Nascimento, Alexandre Francisco de Paula, 2º sargento José Ferreira dos Santos, primeiro-cadete José da Silva Marques, e soldados José Dias Maciel, Torquato Francisco da Cruz, alferes Zozimo Edeltrudes Jayme da Silva, cabo de esquadra Pedro de Souza, soldado José Bello, Antonio Izidoro da Silva, Domingos José da Silva, Thomaz Henrique dos Santos e Antonio Pinto de Souza, e os cornetas Joaquim Manso Bispo, Esperidião Antonio da Silva, soldados Bibiano José Baptista, Silvestre Soares da Silva, furriel Delfim Soares Pereira, Joaquim Barboza Martins, Maximiano da Silva Mota, Manoel Ramos Rodrigues, José Cardoso Ferreira de Souza, Antonio Dias da Silva, Francisco das Chagas Santos, Antonio José Varella, João Nepomuceno Bastos, José Felippe Ayres de Menezes, Jeronimo Guedes Ferreira Chaves, José Pereira de Barros, Antonio Raymundo de Barros, Herminio José Correa, José Antonio Flores, José Antonio de Maria, Manoel Vicente da Silva, clarim Eduardo Antonio Catuny, major Wencesláu José de Oliveira, soldados Ricardo Francisco do Nascimento, Ludgero Castro de Oliveira, João Evangelista, Elias José de Santa Anna, José Antonio, Venancio Joaquim Cardozo, João Alexandre Bandeira, anspeçada João Anastacio Cardozo, soldados Manoel Barbosa de Oliveira, Luis Pinto Monteiro, Felix de Jesus Maria, cabo de esquadra Luis Francisco Jorge, soldado José Lopes Fernandes, Cosme Muniz Tavares da Independência, João Francisco e Frederico da Silva Monteiro. Em seguida, o Senhor Desembargador Câmara relatou os seguintes processos: do alferes Zozimo Edeltrudes Jayme de Souza, acusado de falsidade, e no Conselho de Guerra condenado a 1 ano e seis meses de rigorosa prisão levando-se em conta o tempo que tem estado preso; o Tribunal proferiu o seguinte despacho: julgam nulo todo processo por ser o crime de que é acusado o réu civil e não militar, e incompetente, portanto o foro militar para processar e julgar; do soldado Paulo Ferreira, acusado de 2ª deserção agravada e condenado em Conselho de Guerra a 4 anos de prisão com trabalho, o que foi confirmado; do soldado policial Manoel José D'Assumpção, acusado de 1ª deserção simples e condenado em Conselho Criminal a 4 meses de prisão, o que foi confirmado; do soldado Pedro Serafim de Carvalho, acusado do mesmo crime e condenado à igual pena o que foi confirmado; do soldado Antonio Lazaro de Souza, acusado de 3ª deserção agravada, e no Conselho de Guerra condenado a doze anos de trabalhos públicos, o que foi confirmado; e ultimamente o do soldado Rozendo Gregorio de Freitas, acusado de 1ª deserção agravada, e no Conselho de Guerra condenado a doze meses de prisão, o que foi confirmado. O Senhor Desembargador Lisboa relatou os 6 seguintes: do imperial marinheiro João Joaquim da Silva, acusado de 3ª deserção simples e condenado em Conselho de Guerra a um ano de prisão, o que foi confirmado; do soldado Thomaz Henrique dos Santos, acusado de 1ª deserção simples e condenado em Conselho de Guerra a seis meses de prisão, o que foi confirmado; do soldado Victor Antonio da Alvarenga, acusado de 1ª deserção simples e condenado em Conselho de Guerra a seis meses de prisão, o que foi confirmado; do soldado Joaquim Izidoro da Costa, acusado de 1ª deserção simples e condenado em Conselho de [Guerra] à mesma pena, o que foi confirmado; do soldado Valerio Jacintho Jorge, acusado em

Conselho de Guerra do mesmo crime, e como relata excedente condenado à mesma pena o que também foi confirmado; e, finalmente, do soldado Antonio Pinto de Souza, acusado de 1ª deserção agravada e condenado em Conselho de Guerra a um ano de prisão, o que foi confirmado. E nada mais havendo a tratar-se, o Senhor Conselheiro de Guerra Betancourt, servindo de Presidente, encerrou a Sessão, da qual eu, o Secretário de Guerra José Joaquim Rodrigues Lopes, escrevi e assinei esta ata.

Betancourt {assinatura}

2ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar de Justiça, de 5 de fevereiro de 1873

Existiam 77 Entraram 0

Saíram 7 {anotações à margem da folha}

Aos cinco dias do mês de fevereiro de mil oitocentos e setenta e três, achando-se presentes os Senhores Conselheiros de Guerra **Betancourt**, **Barão de Itapagipe**, **De Lamare**, **Barão da Gávea** e **de Angra**, Conselheiro **Beaurepaire** e Desembargadores **Câmara** e **Lisboa**, foi aberta a Sessão. Lida e aprovada a ata da antecedente, o Secretário de Guerra deu conta de um aviso da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha, e enviando para consultar a consulta do Conselho Naval sobre a inteligência que deve dar-se à provisão de 22 de outubro de 1850, que dispõe sobre o modo de verificar as deserções dos praças de pret. Em seguida, o Senhor Desembargador Câmara relatou os 2 seguintes processos: do soldado João Manoel Ferreira dos Santos, acusado de 1ª deserção agravada, e no Conselho de Guerra absolvido: esta sentença foi reformada para impor-se ao réu a pena de dois meses de prisão fazendo o serviço que lhe pertencia, como incurso no título 4º do artigo 3º das deserções simples, visto estar provado ter cometido o crime de 1ª deserção simples, apresentando-se antes dos 3 meses; e do soldado Januario Antonio Fernandes, acusado em Conselho de Guerra do crime de injúria, e aí absolvido, sentença esta que foi reformada para condenar-se o réu a seis meses de prisão com trabalho pela falta de respeito com que se portou com 1º sargento de sua companhia, o Sr. Desembargador Lisboa relatou os 5 seguintes: do soldado policial Daniel Gonçalves Domingos Andriel, acusado do crime de ameaça e condenado em Conselho Criminal a dezoito meses de prisão, o que foi confirmado; do grumete Henrique Rodrigues Fagundes, acusado de 4ª deserção simples e condenado em Conselho de Guerra a um ano de prisão, o que foi confirmado; do soldado Emilio José Dias, acusado de 2ª deserção simples e condenado em Conselho de Guerra a dois anos de trabalhos públicos, o que foi confirmado; do soldado Rufino Brasilino Gomes, acusado de 1ª deserção simples e no Conselho de Guerra condenado a dois meses de prisão, o que foi confirmado; e do soldado Liberato de Almeida Queiroz, acusado de 1ª

deserção simples e condenado em Conselho de Guerra a seis meses de prisão, o que foi confirmado. E não tendo mais nada a tratar-se, o Senhor Conselheiro de Guerra Betancourt, servindo de Presidente, encerrou a Sessão, da qual eu escrevi e assinei esta ata como Secretário de Guerra José Joaquim Rodrigues Lopes.

Betancourt {assinatura}

3ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar de Justiça, de 8 de fevereiro de 1873

Existiam 84

Entraram 1

Saíram 13 {anotações à margem da folha}

Aos oito dias do mês de fevereiro de mil oitocentos e setenta e três, achando-se presentes os Senhores Conselheiros de Guerra **Betancourt**, **De Lamare**, **Barões da Gávea** e **de Angra**, Conselheiro Vogal **Beaurepaire** e Desembargadores **Câmara**, **Magalhães Castro** e **Lisboa**, foi aberta a Sessão. Lida e aprovada a ata da antecedente, o Secretário de Guerra deu conta de um aviso da Secretaria do Estado dos Negócios da Justiça, enviando para ser julgado definitivamente o processo do Conselho de Guerra a que foi submetido o soldado policial Joaquim de Oliveira Sampaio. Em seguida, o Sr. Desembargador Câmara relatou o seguinte processo; entrando depois do julgamento do 1º o Sr. **Visconde de Santa Teresa**; 1º do cabo de esquadra Raymundo Irineo da Costa, acusado de desobediência, e de cabeça de sedição, e no Conselho de Guerra condenado à morte, esta sentença foi reformada para impor-se ao réu a pena de seis meses de prisão com trabalho; 2º do soldado Domingos José da Silva, acusado de insubordinação e condenado em Conselho de Guerra a oito anos de trabalho nas fortificações, esta sentença foi reformada para dar-se ao réu a de galés perpétuos; 3º do imperial marinheiro José Bento, acusado de 1ª deserção simples e condenado em Conselho de Guerra a um ano de prisão, o que foi confirmado; 4º do soldado José Pereira de Barros, acusado em Conselho de Guerra de 1ª deserção simples, e por este condenado a seis meses de prisão, sentença que foi reformada para infligir-se ao réu a pena de seis de prisão com trabalho, como réu de quarta deserção, visto como consta de seus assentamentos de praça ter anteriormente desertado três vezes em tempo de guerra; 5º do soldado José Felippe Ayres de Menezes, acusado de 1ª deserção simples e condenado em Conselho de Guerra a seis meses de prisão, o que foi confirmado; e 6º do soldado Antonio Raymundo de Barros, acusado de 1ª deserção simples e condenado em Conselho de Guerra a seis meses de prisão, o que foi confirmado. O Sr. Desembargador Magalhães Castro relatou o seguinte: do soldado Antonio Rodrigues de Souza, acusado em Conselho de Guerra de crime de morte, e a ela por ele condenado, sentença que foi

reformada para se lhe dar a de vinte anos de prisão com trabalho; do 1º cadete Pedro Themoteo da Silva Brandão, acusado do crime de roubo; o Conselho de Guerra não tomou conhecimento do processo por ter o réu falecido, o que foi confirmado por este Tribunal; do soldado José Rodrigues de Santa Anna, acusado de 1ª deserção simples e no Conselho de Guerra julgou-se incompetente por não ter o réu completado a deserção, decisão esta, que foi confirmada; o Sr. Desembargador Lisboa relatou os 4 seguintes: do soldado João Nepomuceno Bastos, acusado de 1ª deserção simples e condenado em Conselho de Guerra a dois meses de prisão, o que foi confirmado; do soldado Francisco das Chagas Santos, acusado de 1ª deserção simples e condenado em Conselho de Guerra a seis meses de prisão, o que foi confirmado; do soldado Antonio José Varela, acusado do mesmo crime, e como réu antecedente condenado à mesma pena de seis meses de prisão, o que foi confirmado; e, finalmente, do imperial marinheiro Plinio Alves do Lago, acusado de ferimentos e no Conselho de Guerra condenado a seis anos de galés; o Tribunal proferiu neste processo o seguinte despacho: mandam que volte o processo ao Conselho de Guerra para juntar o exame de sanidade, e caso este não se tenha feito, mandar proceder a ele. Nada mais havendo a tratar-se, o Senhor Conselheiro de Guerra Betancourt, servindo de Presidente, encerrou a Sessão, da qual eu, o Secretário de Guerra José Joaquim Rodrigues Lopes, lavrei e assinei esta ata.

Betancourt {assinatura}

4ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar de Justiça, de 12 de fevereiro de 1873

Existiam 72

Entraram 7

Saíram 13 {anotações à margem da folha}

Aos doze dias do mês de fevereiro de mil oitocentos e setenta e três, achando-se presentes os Senhores Conselheiros de Guerra **Betancourt**, **De Lamare**, **Barões da Gávea** e **de Angra**, Conselheiro Vogal **Beaurepaire** e Desembargadores **Câmara**, **Magalhães Castro** e **Lisboa**, foi aberta a Sessão. Lida e aprovada a ata da antecedente, o Secretário de Guerra deu conta de 2 avisos, sendo um da Secretaria da Guerra e outro da Marinha, enviando para serem definitivamente julgados os processos de Conselho de Guerra a que foram submetidos os soldados Antonio Araujo dos Santos, Alexandre Pinto de Souza, João Miguel Arcanjo, Manoel Severino de Oliveira, Chrispim de Souza Cardozo, e o imperial marinheiro Hermenegildo Ribeiro das Neves. Em seguida, o Senhor Desembargador Câmara relatou os seguintes processos: do soldado José Antonio Flores, acusado de 1ª deserção agravada e condenado em Conselho de Guerra a um ano de prisão, o que foi confirmado; do soldado

José Antonio de Maria, acusado de igual crime condenado em Conselho de Guerra à mesma pena, que também foi confirmada; do corneta Speridião Antonio da Silva, acusado do crime de morte, e absolvido em Conselho de Guerra, o que foi confirmado; o Senhor Desembargador Magalhães Castro relatou os 4 seguintes: do soldado Joaquim Raymundo de Bandeira, acusado de 1ª deserção agravada e condenado em Conselho de Guerra a um ano de prisão, o que foi confirmado; do soldado Francisco Honorato dos Santos, acusado em Conselho de Guerra de 1ª deserção simples, o Conselho julgou-se incompetente para julgar o réu, e este Tribunal reformou esta decisão para condenar o réu como incurso no artigo 1º, título 4º das 1ªs deserções simples; do alferes Francisco Duarte Viana, acusado de abandono de posto e condenado em Conselho de Guerra a três meses de prisão, o Tribunal reformou esta sentença por ser correcional a falta cometida pelo réu; e do cabo de esquadra Leocadio José Pereira e soldado Benigno da Piedade, acusados de fuga de preso e condenados ambos a serem postos no lugar do evadido, o Tribunal, porém, reformou esta sentença para impor ao cabo de esquadra a pena de um ano de prisão, e a de seis meses ao soldado; o Senhor Desembargador Lisboa relatou, finalmente, os 4 seguintes processos: do soldado José Ferreira Cardozo, acusado de 1ª deserção simples e condenado em Conselho de Guerra a seis meses de prisão, o que foi confirmado; do soldado Antonio Dias da Silva, acusado do mesmo crime, e igualmente condenado em Conselho de Guerra à mesma pena, o que também foi confirmado; do soldado José Antonio de Miranda, acusado de 2ª deserção simples, condenado em Conselho de Guerra a dois anos de trabalhos públicos, o que foi confirmado; e do clarim Eduardo Antonio Catony, acusado de ferimento, e no Conselho de Guerra condenado a um mês de prisão, sentença esta que foi confirmada. E nada mais se podendo tratar, o Senhor Conselheiro de Guerra Betancourt, servindo de Presidente, encerrou a Sessão, da qual eu, o Secretário de Guerra José Joaquim Rodrigues Lopes, lavrei e assinei esta ata.

Betancourt {assinatura}

5ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar de Justiça de 19 de fevereiro de 1873

Existiam 66 Entraram

Saíram 11 {anotações à margem da folha}

Aos dezenove dias do mês de fevereiro de mil oitocentos e setenta e três, achando-se presentes os Senhores Conselheiros de Guerra **Betancourt**, **Barão de Itapagipe**, **De Lamare**, **Visconde de Santa Teresa**, **Barões da Gávea** e **de Angra** e Conselheiro Vogal **Beaurepaire** e Desembargadores **Câmara** e **Lisboa**, foi aberta a Sessão. Lida e aprovada a ata da antecedente o Senhor Conselheiro de Guerra Betancourt, servindo de Presidente, declarou que se acha na sala imediata o Senhor Desembargador Viriato Bandeira Duarte

que, segundo lhe participou o presidente da Relação da Corte, tem de substituir o Senhor Desembargador Magalhães Castro, chamado a presidir o Tribunal do Júri; nomeado o Senhor Desembargador Câmara para acompanhar o referido Senhor Desembargador Viriato a prestar o juramento do cótilo, este o prestou perante o Tribunal e tomou a frente. O Secretário de Guerra deu conta de 2 avisos do Ministério da Guerra enviando para serem julgados definitivamente os processos de Conselho de Guerra a que responderam os soldados Pompeo Mariano Rodrigues Botão, Francelino Severo da Anunciação, Antonio Rodrigues do Nascimento, Ponciano José Ignacio da Silva, Manoel Vicente Coelho, Manoel Delfino do Nascimento e corneta João Cigano de Araujo, o alferes Joaquim Pereira Gaia Peçanha, os soldados Vitorino José Rodrigues, Manoel Areias da Silva, tambor Miguel José do Espirito Santo, Augusto Jacintho da Silva Almeida, José Machado, Justiniano Gomes de Oliveira, João Lictor, Manoel Luis Campello, Pamphito José Ferraz, Benedicto Francisco do Nascimento, Aleixo Alves dos Santos, Paulo Vaz de Carvalho, José Victor e João Ferreira Lima. Assinou-se a representação dirigida ao Governo para a substituição do Senhor Desembargador Lisboa, que se averbou de suspeito para o julgamento do 2º cadete Bernardino Alves de Castro Roza, e em seguida o Senhor Desembargador Câmara relatou os seguintes processos: do soldado Antonio Izidoro da Silva, acusado do crime de morte, e no Conselho de Guerra a ela condenado, sentença esta que foi reformada para impor-se ao réu a de doze anos de prisão com trabalho, os Senhores Conselheiros de Guerra Betancourt e Barão de Itapagipe assinaram-se vencidos por haverem votado por menor pena, e o Senhor Conselheiro de Guerra De Lamare assinou-se vencido sem declaração; do soldado Silvestre Soares da Silva, acusado de 1ª deserção simples e condenado em Conselho de Guerra a dois meses de prisão, o que foi confirmado; do furriel Delfino Soares Pereira, acusado do crime de morte, e no Conselho de Guerra condenado a quatro anos de prisão com trabalho, sentença que foi reformada para infligir-se ao réu a de vinte anos de prisão com trabalho; do soldado José Baptista da Costa, acusado de 1ª deserção simples, e no Conselho de Guerra condenado a seis meses de prisão, o que foi confirmado; do soldado João Francisco de Oliveira, acusado de 1ª deserção simples, e no Conselho de Guerra condenado a seis meses de prisão, o que foi confirmado. O Senhor Desembargador Lisboa relatou os seguintes: do soldado Raymundo Fragozo da Silva, acusado de 1ª deserção simples, e no Conselho de Guerra condenado a dois meses de prisão, sentença que foi reformada para impor-se ao réu o duplo da pena do artigo 3º, título 4º das primeiras deserções simples, da Ordenança de 9 de abril de 1805, combinado com o § 3º do artigo único da citada Ordenança, visto estar provado que desertou estando o Corpo em marcha; do soldado Antonio Francisco de Souza, acusado de 2ª deserção simples e condenado a dois anos de trabalhos públicos, o que foi confirmado; do soldado Tertuliano Alves de Souza, acusado de 1ª deserção simples, e no Conselho de Guerra condenado a seis meses de prisão. O Tribunal proferiu a respeito o seguinte despacho: mandam que se junte o assentamento de praça do réu, ou coisa equivalente; e, finalmente, do soldado Jeronimo Guedes Ferreira Chaves, acusado de deserção em tempo de guerra, e no Conselho de Guerra condenado à morte, sentença esta

que foi reformada para impor-se ao réu a de cinco anos de prisão com trabalho; o Senhor Desembargador Viriato relatou os seguintes: do soldado Felix de Jesus Maria, acusado de 1ª deserção simples, e no Conselho de Guerra condenado a seis meses de prisão, o que foi confirmado; e do soldado Manoel Thomaz de Aquino, acusado também de 1ª deserção simples, e no Conselho de Guerra condenado a seis meses de prisão, o que foi confirmado. E nada mais havendo a tratar-se, o Senhor Conselheiro de Guerra Betancourt, servindo de Presidente, encerrou a Sessão, da qual eu, o Secretário de Guerra, José Joaquim Rodrigues Lopes, escrevi e assinei esta ata.

Betancourt {assinatura}

6ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar de Justiça, em 5 de março de 1873

Existiam 40

Entraram 18

Saíram 8 {anotações à margem da folha}

Aos cinco dias do mês de março de mil oitocentos e setenta e três, achando-se presentes os Senhores Conselheiros de Guerra **Betancourt**, **De Lamare**, **Barão de Angra** e Conselheiro **Beaurepaire** e Desembargadores **Câmara**, **Lisboa** e **Viriato**, foi aberta a Sessão. Lida e aprovada a ata da antecedente, o Secretário de Guerra interino apresentou o seguinte expediente: 3 portarias do Ministério da Guerra enviando para serem julgados os processos dos soldados Manoel José de Freitas, Valentim Baptista Sobral, Francisco dos Santos Bezerra, Manoel Ferreira do Nascimento, Manoel Joaquim dos Santos, Evaristo José do Patrocinio, José Francisco Martins, Eduardo dos Santos Castro, Portacio Gonçalves de Aguiar, Serafim Soares dos Santos, Miguel Augusto da Silva, Luiz José do Nascimento, e 2ºs cadetes Luiz Soares de Gouvea Horta Bueno, Antonio da Silva Pedreira e José Penna Rangel; e mais 3 portarias do Ministério da Marinha, para o mesmo fim, do piloto Felippe Antonio Pereira e imperiais marinheiros Feliciano da Costa Lima, Luis Antonio de Souza e Antonio Mauricio dos Santos. O Senhor Desembargador Lisboa apresentou a consulta sobre deserções das praças da Armada, resolvendo o Tribunal que a mesma consulta fosse vista pelos outros Senhores Desembargadores e depois pelos Senhores Conselheiros de Guerra. O Senhor Desembargador Câmara relatou os seguintes processos: do guardião da Armada Carlos Soares, acusado do crime de ferimentos e condenado em Conselho de Guerra a pena de galés perpétuos; foi esta sentença confirmada como incurso, porém, no artigo 61 dos de Guerra da Armada e não no artigo 193 do Código Criminal; do soldado Herminio José Corrêa, acusado do crime de fuga estando a cumprir sentença, e sendo condenado pelo Conselho de Guerra a dez anos de trabalhos públicos, foi reformada a sentença para impor-se ao réu a pena de um ano de prisão com trabalho; do oficial de Fazenda da Armada

Joaquim José Alves de Mattos, acusado de peculato, sendo absolvido em Conselho de Guerra, o Conselho Supremo deu o seguinte despacho: julgado nulo como foi este processo por não se achar devidamente liquidado o alcance do réu, que ao mesmo processo devia servir de base, não se pode nele prosseguir. O Senhor Desembargador Lisboa relatou os seguintes processos: do soldado Augusto José da Silva, acusado do crime de 1ª deserção simples e condenado pelo Conselho de Guerra a dois meses de prisão; foi anulado o interrogatório por não ter dado curador ao réu; do soldado Pedro José de Sant'Anna, acusado do crime de 1ª deserção simples e condenado pelo Conselho a seis meses de prisão, foi esta sentença confirmada; e do soldado João Salustiano do Carmo, acusado do crime de 1ª deserção simples e condenado pelo Conselho de Guerra a seis meses de prisão simples, foi confirmada esta sentença; o Senhor Desembargador Viriato relatou os seguintes processos: do soldado José Bello, acusado do crime de embriaguez e ferimentos, sendo condenado pelo Conselho de Guerra a quatro anos de prisão, o Conselho Supremo mandou de novo voltar o processo ao Conselho de Guerra para completar o que lhe foi ordenado pela decisão deste Tribunal e lançar a sentença que deve seguir as tenções; do 2º sargento José Ferreira dos Santos, acusado do crime de insubordinação e ferimentos, sendo condenado pelo Conselho de Guerra ao carrinho perpétuo, foi esta sentença confirmada. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Conselheiro de Guerra Betancourt encerrou a Sessão, na qual eu, oficial-maior graduado servindo de Secretário de Guerra, João Alves Xavier de Mello, lavrei e assinei esta ata.

Betancourt {assinatura}

7ª ATA DA SESSÃO DO CONSELHO SUPREMO MILITAR DE JUSTIÇA, EM 12 DE MARÇO DE 1873

Existiam 50

Entraram 3

Saíram 9 {anotações à margem da folha}

Aos doze dias do mês de março de mil oitocentos e setenta e três, achando-se presentes os Senhores Conselheiros de Guerra **Betancourt**, **Barão de Itapagipe**, **De Lamare**, **Visconde de Santa Teresa**, **Barões da Gávea** e **de Angra** e Desembargadores **Câmara**, **Magalhães Castro** e **Lisboa**, foi aberta a Sessão. Lida e aprovada a ata da antecedente, o Secretário de Guerra interino apresentou a portaria do Ministério da Guerra de oito do corrente, remetendo para definitivo julgamento os processos dos soldados Antonio Luis de Souza, Pedro Alves Feitoza e o corneta João Cigano de Araujo. Em seguida, o Senhor Desembargador Câmara relatou os seguintes processos: do soldado do Corpo Policial José Rufino da Cunha, acusado de crime de 1ª deserção simples e condenado pelo Conselho

Criminal a dois meses de prisão, foi confirmada essa sentença; dos soldados Manoel Ramos Rodrigues e Maximiano da Silva Motta, acusados do crime de furto, sendo condenados pelo Conselho de Guerra a três anos de prisão com trabalho a cada um, foi esta sentença confirmada; do soldado Manoel Vicente da Silva, acusado do crime de insubordinação e condenado à morte pelo Conselho de Guerra; foi esta sentença reformada para impor-se ao réu a pena de seis anos de prisão com trabalho; do soldado João Evangelista, acusado do crime de 1ª deserção agravada; o Conselho julgou-se incompetente por não ter o réu completado a deserção, foi essa decisão confirmada. O Senhor Desembargador Lisboa relatou os seguintes processos: do soldado José Nunes, acusado do crime de 1ª deserção simples e condenado pelo Conselho de Guerra a quatro meses de prisão, foi esta sentença confirmada; do soldado João Simão, acusado do crime de 1ª deserção simples e condenado pelo Conselho de Guerra a dois meses de prisão; foi esta sentença reformada para se impor ao réu as penas do artigo 2º, título 4º das primeiras deserções simples; do soldado Manoel Gonçalves da Costa, acusado do crime de 1ª deserção simples e condenado pelo Conselho de Guerra a seis meses de prisão, foi confirmada esta sentença; do soldado do Corpo Policial da Corte João Bernardo de Oliveira, acusado do crime de desobediência e condenado pelo Criminal a três meses de prisão, foi esta sentença confirmada; e, finalmente, do soldado do mesmo corpo Desiderio José da Costa, acusado do crime de injúria e condenado pelo Conselho Criminal a quatro meses de prisão, foi confirmada esta sentença. O Senhor Desembargador Magalhães Castro não relatou processos. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Conselheiro de Guerra Betancourt, servindo de Presidente, encerrou a Sessão, da qual eu, João Alves Xavier de Mello, oficial-maior graduado, servindo de Secretário de Guerra, escrevi e assinei esta ata.

Betancourt {assinatura}

8ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar de Justiça, de 15 de março de 1873

Existiam 44

Entraram 7

Saíram 0 {anotações à margem da folha}

Aos quinze dias do mês de março de mil oitocentos e setenta e três, achando-se presentes os Senhores Conselheiros de Guerra **Betancourt**, **De Lamare**, **Barões da Gávea** e **de Angra**, Conselheiro Vogal **Beaurepaire** e os Desembargadores **Câmara**, **Magalhães Castro** e **Lisboa**, foi aberta a Sessão. Lida e aprovada a ata da antecedente, o Secretário de Guerra interino apresentou o seguinte expediente: 1 decreto de 1º de março, comutando em carrinho perpétuo a pena de morte que foi imposta ao soldado do 10º Batalhão de Infantaria Isidoro Vieira de Oliveira; 4 portarias, sendo 2 do Ministério da Guerra remetendo

para serem julgados os processos do 1º tenente graduado Manoel Virigio de Souza e Costa, cabo de esquadra Raymundo Mathias da Cruz, e dos soldados João de Souza Moreira, Adão Baptista da Silva, Joaquim de Paula Teixeira, José Guerreiro de Almeida, Damião Vieira da Silva e José Portela dos Santos; outra comunicando ter sido designado pelo Presidente do Tribunal da Relação o Desembargador João José de Andrade Pinto para servir no impedimento do Ministro Adjunto do mesmo Conselho José Baptista Lisboa, no julgamento definitivo do processo de Conselho de Guerra contra o 2º cadete Bernardino Alves de Castro Rosa; e 2 do Ministério da Justiça, enviando para serem julgados os processos dos soldados do Corpo Militar de Polícia Joaquim Pessoa dos Santos Sabino e Ignacio Nogueira dos Santos. Entrou o Senhor Conselheiro de Guerra **Visconde de Santa Teresa**. O Senhor Desembargador Câmara relatou os processos seguintes: do grumete João Xavier Macambira, acusado do crime de ferimentos e condenado pelo Conselho de Guerra a galés perpétuos, foi esta sentença reformada para se impor ao réu a pena de quatro anos de prisão com trabalho; do soldado Bibiano José Baptista, acusado do mesmo crime e condenado pelo Conselho de Guerra a seis meses e meio de prisão simples, foi julgada nula a sentença por não ter precedido tenções; do soldado Manoel Joaquim dos Santos, acusado de tentativa de morte e condenado pelo Conselho de Guerra ao carrinho perpétuo; foi reformada a sentença para se impor ao réu a pena de dez anos de prisão com trabalho. O Senhor Desembargador Magalhães Castro relatou os seguintes: do soldado Ricardo Francisco do Nascimento, acusado de 1ª deserção simples e condenado em Conselho de Guerra a seis meses de prisão simples, foi esta sentença confirmada; do soldado João Alexandre Bandeira, acusado de 1ª deserção agravada e condenado em Conselho de Guerra a um ano de prisão; foi esta sentença confirmada; do soldado José Félix dos Santos, acusado de 1ª deserção simples e condenado em Conselho de Guerra a dois meses de prisão, foi confirmada esta sentença; e do soldado José Silvestre Fernandes, acusado de 1ª deserção simples e condenado em Conselho de Guerra a seis meses de prisão, foi confirmada a sentença. O Senhor Desembargador Lisboa relatou os seguintes: do soldado Elias José de Sant'Anna, acusado de 1ª deserção agravada e condenado em Conselho de Guerra a um ano de prisão, foi confirmada a sentença; e, finalmente, dos soldados José Antonio e Venancio Joaquim Cardozo, acusados de 1ª deserção agravada e condenados em Conselho de Guerra a um ano de prisão com trabalho a cada um; foi este processo anulado para proceder-se a novo separadamente contra cada um dos réus. O Senhor Conselheiro de Guerra De Lamare assinou-se vencido por confirmar a sentença do Conselho de Guerra, e os Senhores Desembargadores Câmara e Magalhães Castro assinaram-se vencidos. E nada mais havendo a tratar, o Senhor Conselheiro de Guerra Betancourt, servindo de Presidente, encerrou a Sessão, da qual eu João Alves Xavier de Mello, oficial-maior graduado, servindo de Secretário de Guerra, fiz e assinei esta ata.

De Lamare {assinatura}

9ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar de Justiça, de 19 de março de 1873

Existiam 44

Entraram 33

Saíram 6 {anotações à margem da folha}

Aos dezenove dias do mês de março de mil oitocentos e setenta e três, achando-se presentes os Senhores Conselheiros de Guerra **De Lamare**, **Barões da Gávea** e **de Angra**, Conselheiro Vogal **Beaurepaire** e Desembargadores **Magalhães Castro** e **Lisboa**, foi aberta a Sessão. Lida e aprovada a ata da antecedente, o Secretário de Guerra interino apresentou o despacho o seguinte expediente: decreto da guerra perdoando o 2º cadete Jeronimo Elysio dos Reis a pena em que incorreu pelo crime de 1ª deserção simples; e 1 portaria do Ministério da Marinha remetendo para ser definitivamente julgado o processo do imperial marinheiro Jacob Ferreira Campos. O Senhor Desembargador Magalhães Castro relatou o seguinte processo: do soldado Manoel Joaquim dos Santos, acusado de 1ª deserção simples e condenado em Conselho de Guerra a seis meses de prisão; foi confirmada a sentença. O Senhor Desembargador Lisboa relatou os seguintes: do soldado Domingos Francisco Nogueira, acusado de 1ª deserção simples e condenado em Conselho de Guerra a seis meses de prisão; foi confirmada a esta sentença; do soldado José Martins de Oliveira, acusado de 1ª deserção simples e condenado em Conselho de Guerra a seis meses de prisão; foi esta sentença confirmada; do soldado Herculano do Rego Faria, acusado de 1ª deserção simples e condenado em Conselho de Guerra a seis meses de prisão, foi confirmada esta sentença; do soldado Luis Francisco de Souza, acusado de 1ª deserção agravada e condenado em Conselho de Guerra a um ano de prisão, foi esta sentença confirmada; e, finalmente, do soldado Ludgero de Castro Oliveira, acusado do mesmo crime acima e condenado a um ano de prisão; foi reformada a sentença, por não ter aplicação a lei que se cita e sim o artigo 1º, título 4º, 1ª deserção simples, combinado com § 5º do artigo único das deserções agravadas, e condenam o réu no duplo da pena imposta pelo citado artigo 1º. E nada mais havendo a tratar, o Senhor Conselheiro de Guerra De Lamare, servindo de Presidente, encerrou a Sessão, da qual eu, João Alves Xavier de Mello, oficial-maior graduado, servindo de Secretário de Guerra, fiz e assinei esta ata.

Visconde de Tamandaré {assinatura}

10ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar de Justiça, em 26 de março de 1873

Existiam 71

Entraram 51

Saíram 11 {anotações à margem da folha}

Aos vinte e seis do mês de março de mil oitocentos e setenta e três, achando-se presentes os Senhores Conselheiros de Guerra **Visconde de Tamandaré** e **de Santa Teresa**, **Barão de Angra**, Conselheiro Vogal **Beaurepaire** e Desembargadores **Câmara**, **Magalhães Castro** e **Lisboa**, foi aberta a Sessão. Lida e aprovada a ata da antecedente com a emenda de que o oficial-maior graduado que a redigiu deveria e deve para o futuro não chamar-se Secretário de Guerra interino, e sim oficial-maior graduado, servindo de Secretário de Guerra em seu impedimento, foram apresentados a despacho um aviso do Ministério da Marinha, outro do Ministério da Justiça e 7 do da Guerra, enviando todos 9 para serem julgados definitivamente os processos do Conselho de Guerra a que responderam: os soldados navais Gregorio Marques de Mello e Amaro José de Souza, soldado policial Francisco José Mariano, os alferes Nicoláu Diamico, ex-alferes Joaquim Pereira Gaia Peçanha, soldados Luis José dos Santos, Sancho de Araujo, Dorotheo Rozas Limeira, Eduardo Pedro Pinheiro, Antonio Francisco José dos Santos, Firmiano Cardozo, Diogo José de Oliveira, Antonio Pereira do Nascimento, José Gomes da Silva, Herculano Francisco Xavier de Santa Anna, Venceslao Jesuino Leandro, Florencio Luis Pereira, Pedro José de Almeida, Raymundo José Pereira, Manoel José do Nascimento, José Lopes dos Santos, Ciciliano Gonçalves Gamboa, Mariano Amador, Vicente Ferreira de Paula, Marcolino Dias de Mello, Manoel José de Castro, Manoel Joaquim de Lima, Mathias João de Lima, Veriato José de Souza, Francisco Fortunato Rabello, Domingos Borges dos Santos, Manoel Antonio dos Santos, Theodoro do Nascimento Migueis, Roberto de Moraes, Francisco Nunes, Manoel de Jesus, Manoel José Teixeira, José Francisco, Joaquim Theodoro de Oliveira, Militão Moraes, Barnabe de Souza, Graciano de Abreo Leiria, José Antonio de Souza, Epifaneo Velasques, João Telles de Menezes, José Honorato, Domingues da Silva Santos, Manoel das Virgens, Romualdo Pereira Gomes, Antonio Gomes dos Santos e João Alves de Azevedo Garcia, o músico Miguel José de Lemos, e o cabo de esquadra Pedro Fogaça da Silva. Em seguida, o Senhor Desembargador Câmara relatou os seguintes processos: do soldado Antonio de Araujo dos Santos, acusado de ferimentos, e no Conselho de Guerra condenado em um ano e nove meses de prisão, sentença que foi reformada para impor-se ao réu a de dois anos de prisão com trabalho, advertindo ao Conselho de Guerra em não lhe ser lícito recorrer ao Código Criminal quando os crimes de que foi o réu acusado se acham compreendidos nos Artigos de Guerra 1º e 8º; do soldado José Francisco de Souza Segundo, acusado de 1ª deserção agravada e condenado em Conselho de Guerra em um ano de prisão, o que foi confirmado; do soldado Geraldo Mendes Rodrigues, acusado também de 1ª deserção agravada, e como réu antecedente condenado a um ano de prisão, o que foi confirmado; do soldado Frederico da Silva Monteiro, acusado de 1ª deserção simples, e no Conselho de Guerra condenado a dois meses de prisão, o que foi confirmado; e dos réus, cabo Luis Francisco Jorge e soldado Manoel Barboza de Oliveira, acusados de ferimentos recíprocos; no Conselho de Guerra foi o primeiro réu condenado a um mês de prisão, e o segundo a seis meses; esta sentença foi reformada para dar-se a cada um seis meses de prisão. O Senhor

Desembargador Magalhães Castro relatou os seguintes: do soldado José da Costa Moraes, acusado de arrombamento das portas da cadeia, e no Conselho de Guerra absolvido, o que foi confirmado; do cabo de esquadra Pedro de Souza, acusado de ferimento, e no Conselho de Guerra condenado à morte, sentença esta que foi reformada para se lhe dar a de vinte anos de prisão com trabalho; do cabo de esquadra João Dias de Oliveira, acusado de ferimentos, e no Conselho de Guerra condenado a um mês de prisão simples, sentença que foi reformada para se lhe dar a de três meses de prisão; o Senhor Desembargador Lisboa relatou, finalmente, os 3 seguintes: do soldado Cosme Muniz Tavares da Independencia, acusado de 2ª deserção simples e condenado a dois anos de prisão com trabalho; o que foi confirmado; do soldado João Francisco, acusado de 1ª deserção agravada, e no Conselho de Guerra condenado a um ano de prisão, o que foi confirmado; e do soldado Felix de Jesus Maria, acusado do crime de morte, e pelo Conselho de Guerra condenado a carrinho perpétuo. O Tribunal reformou esta sentença para dar ao réu a de prisão com trabalho perpetuamente. O Senhor Desembargador Câmara assinou-se vencido por condenar o réu em vinte anos somente de prisão com trabalho. E nada mais havendo a tratar-se, o Senhor Visconde de Tamandaré, servindo de Presidente, encerrou a Sessão, da qual eu José Joaquim Rodrigues Lopes, Secretário de Guerra lavrei e assinei esta ata.

Betancourt {assinatura}

11ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar de Justiça, em 2 de abril de 1873

Existiam 111

Entraram 15

Saíram 6 {anotações à margem da folha}

Aos dois dias do mês de abril de mil oitocentos e setenta e três, achando-se presentes os Senhores Conselheiros de Guerra **Betancourt**, **De Lamare**, **Barão da Gávea**, **Aguiar**, **Barão de Angra**, Conselheiro Vogal **Beaurepaire** e Desembargadores **Magalhães Castro** e **Lisboa**, foi aberta a Sessão. Lida e aprovada a ata da antecedente com a declaração de que as palavras relativas ao oficial-maior graduado que se acham na mesma ata não implicam repreensão, o Secretário de Guerra apresentou a despacho 3 avisos do Ministério da Guerra, enviando para serem julgados definitivamente os processos de Conselho de Guerra a que responderam os soldados Albino Pereira da Silva, Augusto Lopes Ferreira, Profirio Luis de Gouveia, Antonio Carlos Vieira, Joaquim Rodrigues, Benedito Gomes da Costa, José Firmino Rodrigues, Matheos Manoel Vicente do Sacramento, Pedro Ferreira da Silva, João Baptista Ramos, Messias Pereira do Nascimento, Raymundo Antonio da Silva, Manoel Mathias da Silva e cabos de esquadra Felippe Nery de Santiago e João de Deos Lima. Em seguida, o

Senhor Desembargador Lisboa relatou os 6 seguintes processos: do soldado Laurentino Rodrigues, acusado de 1ª deserção simples e condenado em Conselho de Guerra a seis meses de prisão, o que foi confirmado; do soldado Francisco da Silva, acusado também de 1ª deserção simples e condenado em Conselho a seis meses de prisão, o que foi confirmado; do soldado José Machado, igualmente acusado em Conselho de Guerra de 1ª deserção simples, e igualmente condenado a seis meses de prisão, o que foi confirmado; do soldado Torquato Francisco da Cruz, acusado de 1ª deserção simples e condenado em Conselho de Guerra a dois meses de prisão, o que foi confirmado; do soldado João Miguel Arcanjo dos Anjos, acusado de 1ª deserção agravada, o Conselho de Guerra julgou-se incompetente para julgar o réu, visto não ter ele completado a deserção, decisão esta que foi confirmada, e do soldado Justiniano Gomes de Oliveira, acusado em Conselho de Guerra de 1ª deserção simples, e nele condenado a seis meses de prisão, o que foi confirmado; advertindo-se, porém, ao Conselho, que é preciso prestar mais atenção na citação dos artigos das leis militares, para não se transcrever diversa e truncadamente os mesmos artigos e a íntegra das ditas leis. E nada mais havendo a tratar, o Senhor Conselheiro de Guerra Betancourt, servindo de Presidente, encerrou a Sessão, da qual eu, Secretário de Guerra José Joaquim Rodrigues Lopes, lavrei e assinei esta ata.

Betancourt {assinatura}

12ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar de Justiça, em 5 de abril de 1873

Existiam 126

Entraram 14

Saíram 6 {anotações à margem da folha}

Aos cinco dias do mês de abril de mil oitocentos e setenta e três, achando-se presentes os Senhores Conselheiros de Guerra **Betancourt**, **Barão de Itapagipe**, **Barão de Angra** e Conselheiro Vogal **Beaurepaire** e Desembargadores **Magalhães Castro** e **Lisboa**, foi aberta a Sessão. Lida e aprovada a ata da antecedente, o Secretário de Guerra deu conta do seguinte expediente:1 aviso do Ministério da Marinha e 2 do da Guerra, enviando todos 2 para serem julgados definitivamente os processos do Conselho de Guerra a que responderam o grumete Pedro da Silva, e os soldados José Bento dos Santos, Vicente Ferreira Moreno, Martinho José de Matos, Manoel Francisco do Nascimento, Jesuino Alves Beserra, Antonio Custodio Xavier, Claudino Teixeira do Nascimento, Manoel Luis da Silva, Luis Antonio Monteiro, Antonio José dos Santos, Joaquim Gomes de Barros, João Pereira Guimarães, Andre Bispo Lins e Jacintho das Neves. Em seguida, o Senhor Desembargador Magalhães Castro relatou os seguintes processos: do soldado policial Joaquim de Oliveira

Sampaio, acusado de 2ª deserção simples e condenado em Conselho Criminal a servir no Exército como se recrutado fosse, o que foi confirmado. Nesta ocasião, entrou Senhor **Visconde de Santa Teresa**; do soldado naval Mathias dos Santos, acusado de 1ª deserção agravada e condenado em Conselho de Guerra a um ano de prisão, o que foi confirmado. O Senhor Desembargador Lisboa relatou os seguintes: do soldado Chrispim de Souza Cardozo, acusado de desobediência e condenado em 1ª instância a seis meses de prisão rigorosa, sentença esta que foi reformada para dar-se ao réu a de seis meses de prisão com trabalho; do soldado Paulo Vaz de Carvalho, acusado em Conselho de Guerra de 2ª deserção simples, e aí condenado a dois anos de prisão com trabalho, o que foi confirmado; do soldado João Littor, acusado de 1ª deserção agravada e condenado em Conselho de Guerra a um ano de prisão com trabalho, o que foi confirmado; e, finalmente, do soldado Alexandre Francisco de Paula, acusado de 1ª deserção simples, e no Conselho de Guerra condenado a dois meses de prisão, o que foi confirmado. E nada mais havendo a tratar-se, o Senhor Conselheiro de Guerra Betancourt, encerrou a Sessão, da qual eu, o Secretário de Guerra José Joaquim Rodrigues Lopes, escrevi e assinei esta ata.

Betancourt {assinatura}

13ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar de Justiça, em 26 de abril de 1873

Existiam 140

Entraram 42

Saíram 8 {anotações à margem da folha}

Aos vinte e seis dias do mês de abril de mil oitocentos e setenta e três, achando-se presentes os Senhores Conselheiros de Guerra **Betancourt**, **De Lamare**, **Barões da Gávea** e **de Angra**, Conselheiro Vogal **Beaurepaire** e Desembargadores **Magalhães Castro** e **Lisboa**, foi aberta a Sessão. Lida e aprovada a ata da antecedente, o Secretário de Guerra deu conta do seguinte expediente: 3 decretos perdoando o crime de deserção cometido por cinco soldados, e o visto da pena que foi infligida a outro, cujos nomes vêm mencionados nos mesmos decretos; 16 avisos dos Ministérios da Guerra, da Marinha e da Justiça, enviando para serem julgados definitivamente os processos de Conselho de Guerra a que responderam os imperiais marinheiros Plinio Alves do Lago, Felismino José da Silva, Antonio de Santa Clara, grumete João Antonio de Oliveira, soldado naval Pedro Lopes de Carvalho, paisanos José Maria Gonçalves, Castor Gomes Saturnino de Jesus Silva, este brasileiro e aqueles paraguaios, e imperiais marinheiros Fausto Bibiano das Dores e Antonio Marcelino da Silva Correa; soldados policiais Lourenço José Rufino Cidreira, Desiderio José da Costa, Manoel Nunes Gonçalves, Alfredo Augusto de Almeida e Manoel Francisco dos Santos, capitão reformado Luciano José da Roza, tenente Valentim José Barboza, soldados Antonio

dos Santos, Manoel Theodoro Camillo do Valle, Cosme José Rufino, e o corneta Justino José Antonio da Silva, soldado Manoel Rufino da Paixão, Pedro Ferreira da Silva, Eugenio dos Santos Ayres, Martiniano Proceno Sydnoyd, Antonio Cassemiro Candido, Manoel Lopes Caldas, João Ribeiro de Almeida, Virginio Marciano Diniz, Tertuliano Alves de Souza, Norberto Pereira Brandão, José Pereira Brandão, Joaquim Aprigio de Araujo, Claudio José Francisco, Antonio Martins Pereira da Silva, Manoel Correa de Mello e anspeçada Joaquim Rodrigues da Silva, soldados Antonio José do Nascimento, Athanazio Cardozo de Araujo, Luis Antonio de Carvalho Leitão, Vicente Ferreira de Paula, Emygdio José Mamede, Luis Francisco da Roza, anspeçada Manoel Antonio de Jesus, e soldados Caetano José Antonio, Manoel Mendes da Trindade, Antonio Felismino Pereira e Ciciliano Lopes Ribeiro, e ultimamente um aviso do Ministério da Guerra comunicando para os fins convenientes que o Dr. Antonio Carneiro de Campos passou ao Dr. Manoel de Araujo da Cunha, na qualidade de Juiz de Direito, 1º substituto, a jurisdição de Auditor de Guerra da Corte ter de assumir o exercício da 2ª Vara Comercial para a qual foi nomeado; 1 ofício do Desembargador João José de Andrade Pinto, devolvendo o processo do 2º cadete Bernardino Alves de Castro Roza para cujo julgamento tinha sido designado, visto exercer o lugar de Procurador da Coroa e, afinal, outro de Joaquim Mattozo Duque Estrada da Câmara ao Senhor Presidente do Tribunal comunicando que seu pai Ministro Adjunto o Desembargador José Mattoso de Andrade Câmara por doente não pode comparecer às sessões deste Tribunal, ao qual envia os processos que lhe tinham sido distribuídos. Deliberou-se que fossem requisitados dois Desembargadores para suprirem os dois impedidos pela forma acima declarada. Discutiu-se e aprovou-se a consulta que versa sobre a consulta do Conselho Naval concernente à inteligência, que deve dar-se à Provisão de 22 de outubro de 1850, que dispõe sobremodo verificar as deserções das praças de pret. Em seguida, o Senhor Desembargador Magalhães Castro relatou os seguintes processos: do soldado Alexandre Pinto de Souza, acusado de 1ª deserção agravada e condenado no Conselho de Guerra a um ano de prisão, o que foi confirmado; do soldado José Soares da Silva, acusado de 1ª deserção simples e condenado a seis meses de prisão, o que foi confirmado; do soldado policial Ignacio de Souza, acusado de 1ª deserção simples e condenado em Conselho de Guerra a quatro meses de prisão, o que foi confirmado. O Senhor Desembargador Lisboa relatou os seguintes: do soldado Francelino Severo da Annunciação, acusado de 1ª deserção simples e condenado pelo Conselho de Guerra a seis meses de prisão, o que foi confirmado; do soldado Antonio Rodrigues do Nascimento, acusado de 1ª deserção simples e condenado em Conselho de Guerra a seis meses de prisão, o que foi confirmado; do soldado Ponciano José Ignacio da Silva, acusado de 2ª deserção simples e condenado pelo Conselho de Guerra a dois anos de prisão com trabalho o que foi confirmado; do corneta João Cigano de Araujo, acusado de 1ª deserção simples e condenado em Conselho de Guerra a seis meses de prisão, o que foi confirmado; do soldado José Ferreira Lima, acusado de 1ª deserção agravada e condenado em Conselho de Guerra a oito meses de prisão, o que foi confirmado. E nada mais se podendo tratar, o

Senhor Conselheiro de Guerra Betancourt, servindo de Presidente, encerrou a Sessão, da qual eu, o Secretário de Guerra José Joaquim Rodrigues Lopes, lavrei esta ata.

Betancourt {assinatura}

14ª ATA DA SESSÃO DO CONSELHO SUPREMO MILITAR DE JUSTIÇA, EM 30 DE ABRIL DE 1873

Existiam 174

Entraram 9

Saíram 5 {anotações à margem da folha}

Aos trinta dias do mês de abril de mil oitocentos e setenta e três, achando-se presentes os Senhores Conselheiros de Guerra **Betancourt**, **Barão de Itapagipe**, **De Lamare**, **Barão da Gávea** e **de Angra**, Conselheiro Vogal **Beaurepaire** e Desembargadores **Magalhães Castro** e **Lisboa**, foi aberta a Sessão. Lida e aprovada a ata da antecedente, o Secretário de Guerra deu conta de dois avisos do Ministério da Guerra, enviando para serem julgados definitivamente os processos de Conselho de Guerra a que responderam: o alferes Manoel Avelino da Silva, os soldados João Izidoro de Santa Isabel, Francisco Furtado Barboza, Paulo Pinto de Santa Anna, Pedro Ignacio Teixeira, Manoel Francisco Pereira, Manoel Felix Ferreira dos Santos, Feliciano José Soares da Silva, e o tambor Nicacio Pereira Cardozo. Assinaram-se 2 representações pedindo a nomeação de um juiz togado para substituir o membro adjunto deste Tribunal que se acha doente, o Desembargador José Mattozo de Andrade Câmara, e de outro que se substitua o Adjunto José Baptista Lisboa, visto achar-se impedido o Desembargador, que fora para esse fim nomeado João José de Andrade Pinto, no julgamento do processo do 2º cadete Roza em que se averbou de suspeito o mesmo Adjunto Desembargador Lisboa. Em seguida, o Senhor Desembargador Magalhães Castro relatou os seguintes processos: do major Wencesláu José Oliveira, acusado de relaxação, e absolvido no Conselho de Guerra, o que foi confirmado; do soldado Benedicto Francisco do Nascimento, acusado de 3ª deserção simples e condenado em Conselho de Guerra a seis anos de prisão com trabalho, o que foi confirmado. O Senhor Desembargador Lisboa relatou os seguintes: do soldado Manoel Vicente Coelho, acusado de 1ª deserção agravada, e no Conselho de Guerra condenado a quatro meses de prisão, o que foi confirmado; do soldado Pompêo Mariano Rodrigues Botão, acusado de 1ª deserção simples e condenado a quatro meses de prisão no Conselho de Guerra, o que foi confirmado; e do soldado José Vitor, acusado de 2ª deserção simples e no Conselho de Guerra condenado a dois anos de prisão com trabalho, o que foi confirmado. E nada mais se podendo tratar, o Senhor Conselheiro de Guerra Betancourt, servindo de Presidente, encerrou a Sessão, da qual eu, o Secretário de Guerra José Joaquim Rodrigues Lopes, escrevi e assinei esta ata.

Betancourt {assinatura}

15ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar e de Justiça, em 3 de maio de 1873

Aos três dias do mês de maio de mil oitocentos e setenta e três, achando-se presentes os Senhores Conselheiros **Betancourt**, **De Lamare**, **Barões da Gávea** e **de Angra**, Conselheiro Vogal **Beaurepaire** e Desembargador **Lisboa**; o Senhor Conselheiro de Guerra Betancourt declarou não poder haver Sessão pela falta de número legal. E eu, José Joaquim Rodrigues Lopes, Secretário de Guerra, lavrei e assinei esta ata.

Betancourt {assinatura}

16ª Ata do Conselho Supremo Militar de Justiça, em 7 de maio de 1873

Aos sete dias do mês de maio de mil oitocentos e setenta e três, achando-se presentes os Senhores Conselheiros de Guerra **Betancourt**, **Barão de Itapagipe**, **De Lamare**, **Visconde de Santa Teresa**, **Barão da Gávea**, **Barão de Angra**, Conselheiro Vogal **Beaurepaire** e Desembargador **Lisboa**; o Senhor Conselheiro de Guerra Betancourt declarou não poder haver Sessão por falta de número legal de membros do Tribunal. E eu, o Secretário de Guerra José Joaquim Rodrigues Lopes, lavrei e assinei esta ata.

Betancourt {assinatura}

17ª Ata do Conselho Supremo Militar de Justiça, em 10 de maio de 1873

Aos dez dias do mês de maio de mil oitocentos e setenta e três, achando-se presentes os Senhores Conselheiros de Guerra **Betancourt**, **Barão da Gávea**, Conselheiro Vogal **Beaurepaire** e Desembargadores **Magalhães Castro** e **Lisboa**; o Senhor Conselheiro de Guerra Betancourt declarou não poder haver Sessão por falta de número legal de membros do Tribunal. E eu, o Secretário de Guerra José Joaquim Rodrigues Lopes, lavrei e assinei esta ata.

Betancourt {assinatura}

18ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar de Justiça, em 14 de maio de 1873

Existiam 176

Entraram 36

Saíram 5 {anotações à margem da folha}

Aos quatorze dias do mês de maio de mil oitocentos e setenta e três, achando-se presentes os Senhores Conselheiros de Guerra **Betancourt**, **Barão de Itapagipe**, **Barão da Gávea**, Conselheiro Vogal **Beaurepaire** e Desembargadores **Magalhães Castro** e **Lisboa**, foi aberta a Sessão. Lida e aprovada a ata da antecedente, o Secretário de Guerra deu conta do seguinte expediente: 8 avisos, sendo 5 da Secretaria da Guerra, 2 do da Marinha e 1 do da Justiça enviando todos para serem julgados definitivamente os processos dos Conselhos de Guerra a que responderam o alferes João Augusto dos Santos Vital, 2º cadete Pedro da Costa Monteiro, Claudemiro Pereira de Queiroz, 1º dito Manoel Joaquim de Souza, 2º dito Zeferino Xavier de Moraes e José Antonio Rita, particular Virgilio Nolasco Rodrigues, 2º sargento Sergio Serafim de Castro, Clemente Alves Vieira da Cruz, José Felix da Hora, Joaquim Barboza dos Santos, Antonio Luis Varejão, Manoel Botelho Barboza, João Pereira da Silva, músico Raymundo Joaquim dos Santos, soldados Manoel Balbino, Rafael Francisco dos Santos, Jacintho Francisco de Oliveira, Antonio José Benedicto, Manoel de Sampaio, Antonio Joaquim Ferreira, José Francisco Gabriel, Raymundo Luis da Silva, José Pedro Celestino, Canuto José da Fonseca, Manoel João do Nascimento, José Patricio Marques da Silva, Belisario de Souza Vieira, Joaquim José da Silva, Manoel Moreira, Joaquim Bernardes de Jesus, Anastácio Antonio Francisco Ramos, furriel José Joaquim Caxias, imperiais marinheiros José Adriano do Nascimento e Manoel Francisco da Paz, soldado policial Pedro Pereira da Costa. O Senhor Conselheiro de Guerra Barão de Itapagipe propôs e o Tribunal deliberou que se tornasse a requisitar um juiz togado para substituir o Sr. Desembargador Adjunto Câmara. Em seguida, o Sr. Desembargador Lisboa relatou os 5 seguintes processos: do soldado policial Joaquim Pedro dos Santos Sabino, acusado de 1ª deserção simples, condenado em Conselho de Guerra a quatro meses de prisão, o que foi confirmado; do soldado José Quirino de Almeida, acusado de 2ª deserção simples, condenado no Conselho de Guerra a dois anos de prisão com trabalho, o que foi confirmado; soldado Portacio Gonçalves de Aguiar, acusado de 1ª deserção simples e condenado em Conselho de Guerra a seis meses de prisão, o que foi confirmado; soldado Manoel Luis Campello, acusado em Conselho de Guerra de 1ª deserção simples, e nele julgado não desertor, pelo que declinou o mesmo Conselho de sua competência para condená-lo, o que foi confirmado; do soldado Miguel Augusto da Silva, acusado de 1ª deserção simples, e no Conselho de Guerra condenado a dois meses de prisão, o que foi confirmado. E nada mais se podendo tratar, o Sr. Conselheiro de Guerra Betancourt, servindo de Presidente, encerrou a Sessão, da qual eu, o Secretário de Guerra José Joaquim Rodrigues Lopes, lavrei e assinei esta ata.

Betancourt {assinatura}

19ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar e de Justiça, em 17 de maio de 1873

Existiam 205

Entraram 22

Saíram 5 {anotações à margem da folha}

Aos dezessete dias do mês de maio de mil oitocentos e setenta e três, achando-se presentes os Senhores: Conselheiros de Guerra **Visconde de Santa Teresa**, **Barão da Gávea**, Conselheiro Vogal **Beaurepaire** e Desembargadores **Magalhães Castro** e **Lisboa**, foi aberta a Sessão. Lida e aprovada a ata da antecedente, o Secretário de Guerra deu conta de 4 avisos, três da Secretaria da Guerra, e 1 da da Marinha, enviando todos para serem julgados definitivamente os processos de Conselho de Guerra a que responderam: o 1º cadete João Eraldo Lopes de Oliveira, os cabos de esquadra João Francisco Gomes, Feliciano José do Nascimento, e os soldados Feliciano José do Nascimento, José Benedicto da Silva, José Barbosa Jorge, Manoel Pereira dos Santos, Antonio Ricardo dos Santos, Theophilo Antonio da Silva, Geraldo Antonio Moreira, Manoel Ignacio de Lima, Antonio Coelho da Silva, José Justiniano de Souza, João Antonio do Nascimento, Joaquim Martins dos Santos, Americo Marques de Cerqueira, João de Deos Dias, Antonio Pereira de Aragão, Pedro Francisco Vidal, Manoel Moreira dos Santos, Manoel de Hollanda Campos, e recruta Francisco Manoel Vieira da Silva, e o imperial marinheiro José Machado. Em seguida, o Sr. Desembargador Lisboa relatou os 5 seguintes processos: dos soldados Firmino Cardozo, acusado de 1ª deserção agravada, condenado pelo Conselho de Guerra a um ano de prisão, o que foi confirmado; Manoel Antonio dos Santos, acusado de 2ª deserção agravada e condenado a quatro anos de prisão com trabalho pelo Conselho de Guerra, o que foi confirmado; José Portella dos Santos, acusado em Conselho de Guerra de 1ª deserção simples e condenado por ele a seis meses de prisão, o que foi confirmado; Roberto de Moraes, acusado de igual crime, condenado em Conselho de Guerra à mesma pena, o que foi também confirmado; e, finalmente, Francisco Nunes, ainda condenado à mesma pena por ter sido acusado de igual crime o que foi igualmente confirmado. E nada mais se podendo tratar, o Sr. Conselheiro de Guerra Betancourt, servindo de Presidente, encerrou a Sessão, da qual eu, o Secretário de Guerra José Joaquim Rodrigues Lopes, escrevi esta ata.

Betancourt {assinatura}

20ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar de Justiça, em 21 de maio de 1873

Existiam 222

Entraram 5

Saíram 3 {anotações à margem da folha}

Aos vinte e um dias do mês de maio de mil oitocentos e setenta, e três, achando-se presentes os Senhores Conselheiros de Guerra **Betancourt**, **Barão de Itapagipe**, **De Lamare**, **Barões da Gávea** e **de Angra**, o Conselheiro Vogal **Beaurepaire** e Desembargadores **Magalhães Castro** e **Lisboa**, foi aberta a Sessão. Lida e aprovada a ata da antecedente, o Secretário de Guerra deu conta do seguinte expediente: 2 avisos da Secretaria da Guerra e 2 do da Justiça, enviando todos processos de Conselho de Guerra a que responderam os soldados Henrique Busmester, Frederico Klamer, Victolino Reza do Amaral, e soldados policiais Ventura Antonio do Monte e Manoel Ferreira de Oliveira; e outro comunicando que foram solicitadas do Ministério da Justiça as ordens convenientes a fim de que sejam substituídos os 2 juízes togados, que foram requisitados por ofício de 14 do corrente. Em seguida relatou o Sr. Desembargador Magalhães Castro o processo do soldado Manoel Delfino do Nascimento, acusado de 1ª deserção simples e condenado em Conselho de Guerra a seis meses de prisão, o que foi confirmado; e o Sr. Desembargador Lisboa relatou os seguintes: do soldado Damião Vieira da Silva, acusado de 1ª deserção simples, condenado em Conselho de Guerra a seis meses de prisão, o que foi confirmado; e do soldado José Francisco, acusado de 2ª deserção simples, condenado em Conselho de Guerra a dois anos de trabalhos públicos, sentença esta que foi reformada para infligir-se ao réu às penas declaradas no artigo 1º, título 4º das primeiras deserções simples da Ordenança de 9 de abril de 1805, por considerarem como 1ª deserção, visto que a que se julgou como primeira não foi processada conforme a lei. E nada mais se podendo tratar, o Sr. Conselheiro de Guerra Betancourt, servindo de Presidente, encerrou a Sessão, da qual eu, o Secretário de Guerra José Joaquim Rodrigues Lopes, escrevi e assinei esta ata.

Betancourt {assinatura}

21ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar de Justiça, em 24 de maio de 1873

Existiam 224

Entraram 5

Saíram 3 {anotações à margem da folha}

Aos vinte e quatro dias do mês de maio de mil oitocentos e setenta e três, achando-se presentes os Senhores: Conselheiros de Guerra **Betancourt**, **De Lamare**, **Barões da Gávea** e **de Angra**, Conselheiro Vogal **Beaurepaire** e Desembargadores **Magalhães Castro** e **Lisboa**, foi aberta a Sessão. Lida e aprovada a ata da antecedente, o Secretário de Guerra deu conta de um aviso do Ministério da Guerra, enviando para serem julgados definitivamente os processos de Conselho de Guerra a que responderam os alferes José Joaquim Alves Bezerra, Júlio César dos Reis Falcão, e os soldados: João Ferreira Prestes, Theodoro João dos Santos; e Narcizo Marques dos Santos. Em seguida, o Sr. Desembargador Lisboa relatou os

seguintes processos: do soldado Joaquim Teodoro de Oliveira, acusado de 1ª deserção simples e condenado em Conselho de Guerra a seis meses de prisão, o que foi confirmado; do soldado José Lopes dos Santos, acusado do mesmo crime e condenado à mesma pena, o que também foi confirmado; e do soldado Domingos da Silva Santos, acusado também do mesmo crime, como os antecedentes réus condenados pelo Conselho de Guerra a seis meses de prisão, o que igualmente foi confirmado. E nada mais se podendo tratar, o Sr. Conselheiro de Guerra Betancourt, servindo de Presidente, encerrou a Sessão, da qual eu, o Secretário de Guerra José Joaquim Rodrigues Lopes, lavrei e assinei esta ata.

Betancourt {assinatura}

22ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar e de Justiça, em 28 de maio de 1873

Existiam 226

Entraram 15

Saíram 7 {anotações à margem da folha}

Aos vinte e oito dias do mês de maio de mil oitocentos e setenta e três, achando-se presentes os Senhores Conselheiros de Guerra **Betancourt**, **De Lamare**, **Barões da Gávea** e **de Angra**, Conselheiro Vogal **Beaurepaire**, Desembargadores **Magalhães Castro** e **Lisboa**, foi aberta a Sessão. Lida e aprovada a ata da antecedente, o Secretário de Guerra deu conta de 3 avisos do Ministério da Guerra, no 1° dando parte de que tinham sido designados para substituir os dois juízes togados, que por este Tribunal se declararam impedidos os Desembargadores Dr. Luis de Assis Mascarenhas e Olegario Herculano de Aquino e Castro, e no 2º e no 3º enviando para serem julgados definitivamente os processos de Conselho de Guerra a que responderam: o 1º sargento Salustiano Martins de Souza, furriel Ricardo Raymundo de Castro, e soldados José de Moura, Luis Manoel Gonzaga, Severiano Francisco de Azevedo; Marciano Francisco de Souza, José Antonio dos Santos, Luis Alfredo de Oliveira Campos, José Henraques da Cunha, Cesario Gomes da Silva, Deonisio José do Espirito Santo, Severino do Rozario e Silva, João Francisco do Nascimento, Athanazio José de Freitas e Manoel José Caneio. Em seguida Sr. Desembargador Magalhães Castro relatou o seguinte processo: do soldado Antonio Gomes dos Santos, acusado de 1ª deserção e condenado em Conselho de Guerra a seis meses de prisão, o que foi confirmado; do soldado Romualdo Pereira Gomes, acusado do mesmo crime, condenado em Conselho de Guerra a quatro meses de prisão, o que foi também confirmado; do soldado Manoel das Virgens, acusado de igual crime, condenado em Conselho de Guerra a dois meses de prisão, o que foi confirmado; do soldado João Alves de Azevedo Goveia, acusado do mesmo crime, condenado também a dois meses de prisão no Conselho de Guerra, o que foi confirmado. O Sr. Desembargador Lisboa relatou os 3 seguintes: do soldado Manoel de

Jesus, acusado em Conselho de Guerra de 1ª deserção simples, e no dito Conselho absolvido, o que foi confirmado; do soldado Diogo José de Oliveira, acusado também de 1ª deserção simples e condenado em Conselho de Guerra a seis meses de prisão, o que foi confirmado; e, finalmente, do soldado policial Francisco José de Marins, acusado no Conselho Criminal de 1ª deserção simples, e por ele condenado a dois meses de prisão, o que foi confirmado. E nada mais se podendo tratar, o Sr. Conselheiro de Guerra Betancourt, servindo de Presidente, encerrou a Sessão, da qual eu, o Secretário de Guerra José Joaquim Rodrigues Lopes, lavrei e assinei esta ata.

Betancourt {assinatura}

23ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar e de Justiça, em 31 de maio de 1873

Existiam 241

Entraram 26

Saíram 10 {anotações à margem da folha}

Aos trinta e um dias do mês de maio de mil oitocentos e setenta e três, achando-se presentes os Senhores Conselheiros de Guerra **Betancourt**, **De Lamare**, **Barões da Gávea** e **de Angra**, Conselheiro Vogal **Beaurepaire** e Desembargadores **Magalhães Castro** e **Lisboa**, foi aberta a Sessão. Lida e aprovada a ata da antecedente o Sr. Conselheiro de Guerra Presidente declarou que se achavam na sala imediata os Senhores Desembargadores D. Luis de Assis Mascarenhas e Olegario Herculano de Aquino e Castro, que na forma do aviso lido na ata antecedente vêm substituir os Senhores Desembargadores Câmara, que se acha doente e Lisboa que se averbou de suspeito no processo de Conselho de Guerra que tem de julgar-se definitivamente, relativo ao cadete Rozo. Introduzidos na sala os mesmos Senhores Desembargadores, e tendo prestado o juramento ambos, retirou-se o Sr. Desembargador Lisboa, e o Secretário de Guerra deu conta de 5 avisos dos Ministérios da Guerra, da Marinha e da Justiça enviando para serem julgados definitivamente os processos de Conselho de Guerra a que foram submetidos: o 2º cadete João Manoel de Mello, Patricio José dos Santos, soldados, como o antecedente, Euzebio Pereira Barboza, Custodio Rodrigues Duarte, José Vicente Rodrigues, João Antonio Ribeiro, Eleuterio Rodrigues da Fonseca, Miguel Ignacio de Faria e Fausto Coelho da Silva, Benedicto José dos Anjos, José Luis da Silva, Pedro Gomes Duarte, clarim Guilhermino Soares de Oliveira, soldados Jacob de Mattos Santiago, Manoel Severino Pedreira, digo Manoel Severiano Pedreira, Gabriel Antonio Ribeiro, Chrispim Pereira de Souza, João Francisco Mendes, José Manoel da Cruz, Agostinho Bispo Confessor, Daniel Antonio Alves, Eloy da Cruz, imperial marinheiro Manoel João de Souza, soldados navais Felismino Luiz da Silva e Rufino Gomes da Silva, e soldado policial Joaquim de Oliveira Lopes. O Sr. Desembargador Magalhães Castro relatou

o processo acima referido do 2º cadete Bernardino Alves de Castro Rozo, e outro, e depois de convenientemente julgado retirou-se o Sr. Desembargador D. Luis de Assis Mascarenhas que substituiu neste processo o Sr. Desembargador Lisboa, o qual em consequência tomou assento. Em seguida, o Sr. Desembargador Magalhães Castro relatou os seguintes: do soldado policial da Corte Ignacio Nogueira dos Santos, acusado de 1ª deserção simples e condenado em Conselho de Guerra a dois meses de prisão, o que foi confirmado; do soldado do Exército Theodoro do Nascimento Meiguino, acusado de 1ª deserção simples e condenado em Conselho de Guerra a dois meses de prisão, o que foi confirmado; e do soldado Mariano Amador, acusado de 1ª deserção simples, condenado a seis meses de prisão na 1ª instância, o que foi confirmado. O Sr. Desembargador Lisboa relatou os 6 seguintes: do imperial marinheiro Plínio Alves do Lago, acusado de ferimento e condenado em Conselho de Guerra a seis anos de galés, sentença esta que foi reformada para condenar-se o réu a quatro anos de prisão com trabalho; do soldado Eduardo dos Santos Coelho, acusado de deserção em tempo de guerra e condenado à morte na 1ª instância, sentença que foi reformada para dar-se ao réu a de cinco anos de prisão com trabalho; do soldado Augusto Lopes Ferreira, acusado de 1ª deserção simples, condenado em Conselho de Guerra a seis meses de prisão, o que foi reformado; do soldado Antonio Felismino Pereira, acusado de 1ª deserção simples, o Conselho de Guerra julgou-se incompetente para julgar o réu, visto não ter este completado a deserção, decisão esta que foi confirmada; do soldado Francisco Fortunato Rebello, acusado de 1ª deserção simples e condenado em Conselho de Guerra a dois meses de prisão, sentença esta que foi reformada por julgar-se a deserção agravada, visto estar provado que levou o sabre e baioneta, e por isso foi condenado a quatro meses de prisão; e, finalmente, do corneta João Cigano de Araujo, acusado de ferimento grave, condenado em Conselho de Guerra a carrinho perpétuo, sentença esta que foi reformada para dar-se ao réu um ano de prisão com trabalho. Declaro, em tempo, que no processo acima julgado do 2º cadete Bernardino de Castro Rozo e Francisco de Paula Lins Filho, foi este condenado a seis meses de rigorosa prisão, e aquele a um ano também de rigorosa prisão. E nada mais se podendo tratar, o Sr. Conselheiro de Guerra Betancourt, servindo de Presidente, encerrou a Sessão, da qual eu, o Secretário de Guerra José Joaquim Rodrigues Lopes, lavrei e subscrevi esta ata.

Betancourt {assinatura}

24ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar de Justiça, em 11 de junho de 1873

Existiam 257

Entraram 26

Saíram 5 {anotações à margem da folha}

Aos onze dias do mês de junho de mil oitocentos e setenta e três, achando-se presentes os Senhores Conselheiros de Guerra **Betancourt**, **Barão de Itapagipe**, **Visconde de Santa Teresa**, **Barão da Gávea** e **Barão de Angra**, Conselheiro Vogal **Beaurepaire** e Desembargadores **Magalhães Castro** e **Olegario**, foi aberta a Sessão. Lida e aprovada a ata da antecedente, o Secretário de Guerra deu conta de 7 avisos da Secretaria da Guerra, e 2 do da Justiça, remetendo todos para serem julgados definitivamente os processos de Conselho de Guerra a que responderam: os soldados José Francisco da Silva, José Correa de Amorim, Jorge Francisco da Costa, João Francisco dos Santos, Bibiano José Baptista, Gustavo Ferreira de Castro, João Francisco de Oliveira, e o corneteiro Joaquim José de Santa Anna, soldado Hygino José Francisco, Joaquim Thomaz Calheiros, Antonio José de Souza, Braz Manoel do Nascimento, Manoel Pereira de Araujo, Manoel Themoteo de Souza, Benedicto Ferreira da Silva, José Justino Ventura, José Maria d'Arayca, Manoel José Leite, Francisco José de Santa Anna, José Francisco Correia, Affonso Reichert da Rocha, Manoel Gomes da Silva, Rufino Francisco da Rocha e Manoel Alfredo da Trindade, ferrador do Corpo de Polícia da Corte Hilario Martins da Costa, e soldado do mesmo corpo João Bernardo de Oliveira. Em seguida, o Sr. Desembargador Magalhães Castro relatou os seguintes processos: do soldado Militão de Moraes, acusado de 2ª deserção simples e condenado em Conselho de Guerra a dois anos de prisão com trabalho, o que foi confirmado; do soldado Adão Baptista da Silva, acusado de 2ª deserção agravada e condenado em Conselho de Guerra a quatro anos de prisão com trabalho, sentença esta que foi reformada para dar-se ao réu a de um ano de prisão como réu de 1ª deserção agravada, na forma da Ordenança de 9 de abril de 1805; o Sr. Desembargador Olegario relatou os 3 seguintes: do imperial marinheiro Hermenegildo Ribeiro das Neves, acusado de 1ª deserção simples e condenado em Conselho de Guerra a um ano de prisão, o que foi confirmado; do soldado Manoel Fernandes da Silva, acusado de 2ª deserção simples e condenado em 1ª instância a dois anos de prisão com trabalho, o que foi confirmado; e do soldado José Dias Maciel, acusado de 1ª deserção simples e condenado em Conselho de Guerra a seis meses de prisão. Sobre este processo proferiu o Tribunal o seguinte despacho: volte o processo ao Conselho de Guerra para proceder na forma da lei, visto tratar-se de deserção em tempo de guerra, caso em que deverá ter servido de auditor um juiz letrado e serem observadas as demais formalidades legais. E nada mais se podendo tratar, o Sr. Conselheiro de Guerra Betancourt, servindo de Presidente, encerrou a Sessão, da qual eu, o Secretário de Guerra José Joaquim Rodrigues Lopes, escrevi e assinei esta ata.

Betancourt {assinatura}

25ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar e de Justiça, em 14 de junho de 1873

Existiam 278

Entrou 1

Saíram 5 {anotações à margem da folha}

Aos quatorze dias do mês de junho de mil oitocentos e setenta e três, achando-se presentes os Senhores Conselheiros de Guerra **Betancourt**, **Visconde de Santa Teresa**, **Barão da Gávea** e **de Angra** e Desembargadores **Lisboa** e **Olegario**, foi aberta a Sessão. Lida e aprovada a ata da antecedente, o Secretário de Guerra deu conta de um aviso da Guerra enviando para ser julgado definitivamente o processo de Conselho de Guerra a que respondeu o 2º cadete Pedro Affonso de Abreu. Em seguida, o Sr. Desembargador Lisboa relatou os seguintes processos: do soldado Caetano José Antonio, acusado de 1ª deserção agravada, e no Conselho de Guerra condenado a um ano de prisão, sobre este processo, proferiu o Tribunal o seguinte despacho: volte o processo ao Conselho de Guerra para copiar na sentença o artigo em que o réu está incurso, como determina o § 6º do Alvará de 4 de setembro de 1765; do soldado Pedro Ferreira da Silva, acusado de 1ª deserção simples e condenado em Conselho de Guerra a seis meses de prisão, o que foi confirmado; do soldado Missias do Nascimento, acusado de 1ª deserção agravada e condenado a um ano de prisão em 1ª instância, o que foi confirmado; do soldado Raymundo Antonio da Silva, acusado de 1ª deserção agravada, e no Conselho de Guerra condenado a um ano de prisão, o que foi confirmado; e do soldado Manoel Mendes da Trindade, acusado de 1ª deserção simples, o Conselho de Guerra declinou de sua competência para julgar o réu, visto não ter ele completado a deserção. Foi esta decisão confirmada. E nada mais se podendo tratar, o Sr. Conselheiro de Guerra Betancourt, servindo de Presidente, encerrou a Sessão, da qual eu, o Secretário de Guerra José Joaquim Rodrigues Lopes, escrevi e assinei esta ata.

Betancourt {assinatura}

26ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar de Justiça, em 18 de junho de 1873

Existiam 274

Entraram 0

Saíram 14 {anotações à margem da folha}

Aos dezoito dias do mês de junho de mil oitocentos e setenta e três, achando-se presentes os Senhores Conselheiros de Guerra **Betancourt**, **Barão de Itapagipe**, **De Lamare**, **Visconde**

de Santa Teresa, **Barão da Gávea**, **Barão de Angra**, Conselheiro Vogal **Beaurepaire** e Desembargadores **Magalhães Castro**, **Lisboa** e **Olegario**, foi aberta a Sessão. Lida e aprovada a ata da antecedente, o Secretário de Guerra deu conta de um decreto comutando na pena de carrinho perpétuo a pena de morte a que foi condenado o soldado Quirino Lopes Rodrigues. Em seguida, o Sr. Desembargador Magalhães Castro relatou os seguintes 3 processos: do alferes Profirio Francisco Roza, acusado em Conselho de Guerra de proferir palavras injuriosas contra o seu comandante, e ali absolvido, sentença que foi reformada para condenar-se o réu a 3 meses de prisão; do soldado Augusto Jacintho da Silva e Almeida, acusado de espancamento em seu comando e condenado em Conselho de Guerra a dois meses de prisão, sentença que foi reformada para infligir-se ao réu a de um ano de prisão com trabalho compatível com a sua idade; e do piloto Felippe Antonio Pereira, acusado de insubordinação e condenado em Conselho de Guerra a três meses de prisão, o que foi confirmado. O Sr. Desembargador Lisboa relatou os seguintes: do soldado Ciciliano Lopes Ribeiro, acusado de 1ª deserção simples e condenado em 1ª instância a dois meses de prisão, o que foi confirmado; do soldado Atanasio Cardozo de Araujo, acusado de 1ª deserção agravada, e no Conselho de Guerra condenado a um ano de prisão, o que foi confirmado; do soldado Claudio José Francisco, acusado de 1ª deserção simples; e condenado pelo Conselho de Guerra a seis meses de prisão, sobre este processo proferiu o Conselho o seguinte despacho: anulam o interrogatório do réu, porque, declarando ele ter 20 anos, e por consequência menor, não se lhe nomeou curador, como determina a Ordenação, Livro 3º, título 41, § 8º, volte portanto o processo para se cumprir essa formalidade da lei; do soldado Antonio Martins Pereira da Silva, acusado de 1ª deserção simples, condenado em Conselho de Guerra a seis meses de prisão, o que foi confirmado; e, finalmente, o do soldado Antonio José do Nascimento, acusado em Conselho de Guerra de 1ª deserção simples, condenado por este a seis meses de prisão, o que foi confirmado. O Sr. Desembargador Olegario relatou os seis seguintes: do alferes Joaquim Pereira Gaia Peçanha, acusado de injúria contra seu camarada alferes como ele; e no Conselho de Guerra condenado a quatro meses de prisão, sentença que foi reformada para se lhe dar a de seis meses de prisão; do 1º cadete José da Silva Marques, acusado em Conselho de Guerra de insubordinação, embriaguez e vida irregular, e aí condenado a três meses de prisão e a expulsão do serviço, esta sentença foi reformada para se lhe dar a de dois anos de prisão em uma fortaleza, findo os quais será expulso do serviço do Exército; do soldado Aleixo Alves dos Santos, acusado de 1ª deserção agravada e condenado em Conselho de Guerra a um ano de prisão, o que foi confirmado; do soldado Luis Pinto Monteiro, acusado em Conselho de Guerra de ferimento, e aí condenado a seis meses de prisão; sobre este processo proferiu o Tribunal o seguinte despacho: volte o processo ao Conselho de Guerra para regularizar-se, na forma da lei, atenta a natureza do crime, devia ser a sentença proferida por tenções; do soldado Antonio José Francisco, acusado de ferimento, e no Conselho de Guerra absolvido, sentença essa que foi reformada para dar-se ao réu o de um

ano de prisão com trabalho adequado à sua idade, e ultimamente do soldado José Lopes Fernandes, acusado de resistência e condenado em Conselho de Guerra a dois meses de prisão, sentença que foi reformada para se lhe dar três meses da mesma prisão. Declaro que, quando se tinham já julgado os dois primeiros processos, entrou o Sr. Conselheiro de Guerra **Visconde de Tamandaré**. Nada mais se podendo tratar, o Sr. Conselheiro de Guerra Betancourt, servindo de Presidente, encerrou a Sessão, da qual eu, o Secretário de Guerra José Joaquim Rodrigues Lopes, escrevi e assinei esta ata.

Betancourt {assinatura}

26ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar e de Justiça, em 21 de junho de 1873

Existiam 260

Entraram 18

Saíram 13 {anotações à margem da folha}

Aos vinte e um dias do mês de junho de mil oitocentos setenta e três, achando-se presentes os Senhores Conselheiros de Guerra **Betancourt**, **De Lamare**, **Barão da Gávea**, Conselheiro Vogal **Beaurepaire** e Desembargadores **Magalhães Castro**, **Lisboa** e **Olegario**, foi aberta a Sessão. Lida e aprovada a ata da antecedente, o Secretário de Guerra deu conta dos seguintes processos de Conselho de Guerra a que foram submetidos os seguintes réus: alferes Henrique Afonso de Araujo Macedo e Americo de Albuquerque Pantalaneiro, anspeçada Mariano José Francisco, e soldados Manoel Ignacio, Joaquim Pedro Alves Cabral, Manoel Coelho da Silva, Joaquim Antonio de Souza, Joaquim José de Santa Anna, anspeçada José Joaquim do Nascimento, soldado Joaquim José da Silva, Gervasio Antonio da Silva, José Fabricianno Mendes, Amancio Alves de Carvalho, João Pereira de Andrade, Manoel Bispo do Nascimento, e o tenente do Corpo Policial Manoel Carneiro da Silva, soldado Ambrosio José da Costa e o ferrador Joaquim Prudencio. Em seguida, o Sr. Desembargador Magalhães Castro relatou os seguintes processos: do soldado Manoel José Teixeira, acusado de 2ª deserção simples e condenado em Conselho de Guerra a dois anos de prisão com trabalho, o que foi confirmado; do soldado Vicente Ferreira do Nascimento, acusado de resistência, e no Conselho de Guerra absolvido, sentença esta que foi reformada para condenar-se o réu a um ano de prisão com trabalho; do alferes João Augusto dos Santos Vital, acusado de furto e condenado em Conselho de Guerra a dois anos e oito meses de prisão com trabalho e a pagar a multa de treze e um terço por cento do valor dos revólveres furtados, sentença esta que foi reformada para absolver o réu. O Sr. Desembargador Lisboa relatou os seguintes: dos soldados Joaquim de Paula Teixeira, acusado de 1ª deserção simples e condenado em Conselho de Guerra a seis meses de

prisão, o que foi confirmado; Ceciliano Gonçalves Gamboa, acusado do mesmo crime, e no Conselho de Guerra condenado à mesma pena, o que foi confirmado; Sancho de Araujo, acusado do mesmo crime, e também condenado em Conselho de Guerra a igual pena, o que foi confirmado; Antonio Louiz de Souza, acusado do mesmo crime, também condenado em Conselho de Guerra à mesma pena, o que igualmente foi confirmado; João de Souza Moreira, ainda acusado de 1ª deserção simples, e no Conselho de Guerra condenado à mesma pena, o que igualmente foi confirmado, e, finalmente, Antonio Francisco José dos Santos, acusado em Conselho de Guerra de 1ª deserção agravada, e por ele condenado em doze meses de prisão, o que também foi confirmado. Ultimamente, o Sr. Desembargador Olegario relatou os seguintes: do anspeçada João Antonio Cardozo, acusado de ferimentos e condenado à morte em Conselho de Guerra, sentença esta que foi reformada para infligir-se ao réu a pena de quatro anos de prisão com trabalho; do soldado Aureliano Barreto, acusado de homicídio e condenado também à morte em Conselho de Guerra; esta sentença foi igualmente reformada para condenar-se o réu em prisão perpétua com trabalho; do soldado Luiz Antonio de Faria Reza, também acusado de homicídio, e em Conselho de Guerra condenado a carrinho perpétuo, por ele, o que foi confirmado; finalmente, do soldado Manoel Severino de Oliveira, acusado de desobediência, e em Conselho de Guerra absolvido, o que foi confirmado. O Sr. Conselheiro de Guerra **Barão de Angra** entrou depois de julgados os 2 primeiros processos. E nada mais havendo a tratar-se, o Sr. Conselheiro de Guerra Betancourt, servindo de Presidente, encerrou a Sessão, da qual eu, o Secretário de Guerra José Joaquim Rodrigues Lopes, lavrei e assinei esta ata.

Betancourt {assinatura}

27ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar e de Justiça, em 25 de junho de 1873

Existiam 265

Entraram 18

Saíram 5 {anotações à margem da folha}

Aos vinte e cinco dias do mês de junho de mil oitocentos setenta e três, achando-se presentes os Senhores: Conselheiros de Guerra **Betancourt**, **De Lamare**, **Barão de Angra** e Desembargadores **Magalhães Castro** e **Lisboa**, foi aberta a Sessão. Lida e aprovada a ata da antecedente, o Secretário de Guerra deu conta de 2 avisos do Ministério da Guerra, enviando para serem julgados definitivamente os processos de Conselho de Guerra a que responderam os soldados Francisco Antonio dos Santos, Antonio Francisco Machado, José Ferreira da Silva, Theothonio Manoel de Carvalho, Felix Antonio Querino, Manoel Francisco Ramos, José Alves da Cruz, João Ricardo Damasceno, Henrique Wassen, Guilherme

Wassen, José Antonio Americo Constancio Machado, Manoel Correa da Rocha, Manoel de Souza Homem, Frambetino João Antonio, e condutores Miguel de Souza e José Manoel do Nascimento, do soldado policial Luis Gonçalves Correa, enviado pelo aviso do Ministério da Justiça. Em seguida, o Sr. Desembargador Magalhães Castro relatou os seguintes processos: do alferes Profirio Porto, acusado de deixar fugir dois presos confiados a sua guarda, e no Conselho de Guerra condenado a ficar no lugar dos evadidos, sentença que foi reformada para infligir-se ao réu a pena de dois anos de prisão. O Sr. Desembargador Lisboa relatou os seguintes: do soldado José Francisco Martins, acusado de 1ª deserção simples, o Conselho de Guerra declinou de sua competência para julgar o réu, visto não ter ele completado a deserção, e o Tribunal confirmou esta decisão; do soldado Luis José do Nascimento, acusado de 2ª deserção agravada e condenado em Conselho de Guerra a um ano de prisão com trabalho, o que foi confirmado; do soldado Serafim Soares dos Santos, acusado de 1ª deserção simples, e no Conselho de Guerra condenado a seis meses de prisão, o que foi confirmado; e do grumete Luis Antonio de Souza, acusado de 3ª deserção simples, no Conselho de Guerra condenado a um ano de prisão, o que foi confirmado. E nada mais havendo a tratar-se, o Sr. Conselheiro de Guerra Betancourt, servindo de Presidente, encerrou a Sessão, da qual eu, o Secretário de Guerra José Joaquim Rodrigues Lopes, lavrei e assinei esta ata.

Betancourt {assinatura}

28ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar de Justiça, em 28 de junho de 1873

Existiam 278

Entraram 2

Saíram 16 {anotações à margem da folha}

Aos vinte e oito dias do mês de junho de mil oitocentos setenta e três, achando-se presentes os Senhores Conselheiros de Guerra **Betancourt**, **De Lamare**, **Barão da Gávea**, Conselheiro Vogal **Beaurepaire** e Desembargadores **Magalhães Castro**, **Lisboa** e **Olegario**, foi aberta a Sessão. Lida e aprovada a ata da antecedente, o Secretário de Guerra deu conta de dois avisos do Ministério da Marinha outro do da Justiça, ambos remetendo para serem julgados definitivamente os processos de Conselho de Guerra a que foram submetidos: o imperial marinheiro Domingos da Silva Rodrigues, e soldado policial José Gaspar Pinheiro Vellozo Junior. Em seguida, o Sr. Desembargador Magalhães Castro relatou os seguintes processos: do soldado Pamphilo José Ferráz, acusado de 1ª deserção simples e condenado em Conselho de Guerra a dois meses de prisão, o que foi confirmado; do soldado Antonio José dos Santos, acusado de insubordinação, e no Conselho de Guerra absolvido, esta sentença foi reformada para dar-se ao réu a de um mês de prisão; do soldado Manoel Ferreira do Nascimento, acusado de 1ª deserção simples, e no Conselho de Guerra condenado a dois

meses de prisão, o que foi confirmado; do soldado Evaristo José do Patrocinio, acusado de insubordinação, e no Conselho de Guerra absolvido, o que foi confirmado; e do 2º cadete Luis Soares de Goveia Horta Bueno, acusado de insubordinação e condenado em Conselho de Guerra a seis meses de rigorosa prisão, sentença que foi reformada para se dar ao réu os mesmos seis meses de prisão em uma fortaleza. O Sr. Desembargador Lisboa relatou os seguintes: do soldado João Pereira Guimarães, acusado de 1ª deserção simples e condenado em Conselho de Guerra a quatro meses de prisão, o que foi confirmado; do soldado Luis Antonio Monteiro, acusado de 1ª deserção simples e condenado em Conselho de Guerra a dois meses de prisão, o que foi confirmado; do soldado Francisco Antonio Bezerra, acusado de insubordinação, e no Conselho de Guerra condenado a oito meses de prisão, o que foi confirmado; do soldado Albino Pereira da Silva, acusado de 1ª deserção agravada, condenado pelo Conselho de Guerra a um ano de prisão, o que foi confirmado; do soldado Manoel Luis da Silva, acusado de 1ª deserção agravada, e no Conselho de Guerra condenado a um ano de prisão, o que foi confirmado; do soldado Herculano Francisco Xavier de Santa Anna, acusado de 1ª deserção simples e condenado em Conselho de Guerra a seis meses de prisão, o que foi confirmado; e do soldado Wencesláu Jesuino Leandro, acusado de 1ª deserção simples e condenado pelo Conselho de Guerra a seis meses de prisão, o que foi confirmado. O Sr. Desembargador Olegario relatou os seguintes: do soldado Manoel José de Freitas, acusado de haver abandonado a sentinela e condenado em Conselho de Guerra a seis meses de prisão com trabalho nas fortificações; do soldado João Telles de Menezes, acusado de ferimento, e no Conselho de Guerra condenado a três anos de rigorosa prisão, o que foi confirmado; do soldado Victorino José Rodrigues, acusado de falsificação, e no Conselho de Guerra absolvido; esta sentença foi reformada para infligir-se ao réu a de quatro anos de prisão com trabalho; e, finalmente, do imperial marinheiro Feliciano da Costa Lima, acusado de homicídio, e no Conselho de Guerra absolvido; esta sentença foi reformada para infligir-se ao réu a de vinte anos de prisão com trabalho. E nada mais havendo a tratar-se, o Sr. Conselheiro de Guerra Betancourt, servindo de Presidente, encerrou a Sessão, da qual eu, o Secretário de Guerra José Joaquim Rodrigues Lopes, escrevi e assinei esta ata.

Betancourt {assinatura}

29ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar de Justiça, em 2 de junho de 1873

Existiam 264

Entraram 11

Saíram 12 {anotações à margem da folha}

Aos dois dias do mês de julho de mil oitocentos setenta e três, achando-se presentes os Senhores: Conselheiros de Guerra **Betancourt**, **Barão de Itapagipe**, **Visconde de Santa Teresa**, **Barão de Angra**, Conselheiro Vogal **Beaurepaire** e Desembargadores **Magalhães Castro**, **Lisboa** e **Olegario**, foi aberta a Sessão. Lida e aprovada a ata da antecedente com a emenda de que a sentença infligida pelo Conselho de Guerra ao réu de que se trata na ata antecedente, soldado Manoel José de Freitas, foi confirmada por este Tribunal; o Secretário de Guerra deu conta de dois avisos do Ministério da Guerra, enviando para serem julgados definitivamente, os Conselhos de Guerra a que foram submetidos: os soldados Pedro Cellestino de Senna, Venancio José Cardozo, Augusto José da Silva, Antonio José da Silva, Antonio Alves, Aniceto José de Oliveira, Francisco Ignacio de Sampaio, Joaquim Baptista de Moraes, Cassimiro Joaquim, e condutores Antonio Rodrigues Barros e Manoel Garcia de Araujo. Em seguida, o Sr. Desembargador Magalhães Castro relatou os seguintes processos: do marinheiro Jacob Ferreira Campos, acusado de 1ª deserção simples e condenado em Conselho de Guerra a um ano de prisão, o que foi confirmado; do soldado Dorotheo Roza Limeira, acusado de insubordinação e condenado a três meses de prisão simples, o que foi confirmado; do soldado Militão de Moraes, acusado de 1ª deserção simples e condenado em Conselho de Guerra a seis meses de prisão, o que foi confirmado; e do soldado Domingos Borges dos Santos, acusado em Conselho de Guerra de igual crime e aí condenado à igual pena, o que também foi confirmado. O Sr. Desembargador Lisboa também relatou 4 processos: do soldado Eduardo Pedro Pereira, acusado de 1ª deserção simples e condenado a dois meses de prisão, o que foi confirmado; do soldado Vicente Ferreira de Paula, acusado de 1ª deserção agravada e condenado em Conselho de Guerra a um ano de prisão, o que foi confirmado; soldado Jacintho das Neves, acusado de 1ª deserção simples e condenado em Conselho de Guerra a seis meses de prisão, o que também foi confirmado; e, ultimamente, do soldado Luis Antonio de Carvalho Leitão, acusado de igual crime, e no Conselho de Guerra absolvido, sentença que foi reformada para condenar-se o réu a seis meses de prisão, como incurso no artigo 1º, título 4º da Ordenação de 9 de abril de 1805, visto não serem procedentes os atestados. O Sr. Desembargador Olegario relatou os seguintes: do soldado Antonio José dos Santos, acusado em Conselho de Guerra de 1ª deserção agravada, este julgou-se incompetente para condenar o réu, visto não ter ele completado a deserção, o que foi confirmado; do marinheiro Antonio Mauricio dos Santos, acusado de deserção em tempo de guerra e condenado em 1ª instância a cinco anos de galés, o que foi confirmado; dos soldados Antonio Manoel do Nascimento, Manoel Gavino do Nascimento, Joaquim José da Silva, acusados de resistência, e no Conselho de Guerra absolvido o 3º, Silva, e condenado o 1º, Nascimento, a dois anos de prisão, e a seis meses de prisão o 2º, Gavino; este processo teve do Tribunal o seguinte despacho: voltem os autos ao Conselho de Guerra para serem julgados os réus mediante tenções, porque trata-se de resistência, crime que pode ser

punido com pena de morte; e, finalmente, dos 2ºs cadetes Antonio da Silva Pedreira e José Penna Rangel, acusados de insubordinação, e pelo Conselho de Guerra absolvidos. O Tribunal reformou esta sentença, para condenar cada um dos réus a um ano de prisão em uma fortaleza, e, cumprida a pena, serão excluídos do Exército, como indignos de a ele pertencerem pela irregularidade de sua conduta. O Sr. Conselheiro de Guerra **Barão da Gávea** entrou depois de julgados os primeiros processos. E nada mais se podendo tratar Sr. Conselheiro de Guerra Betancourt, servindo de Presidente, encerrou a Sessão, da qual eu, o Secretário de Guerra José Joaquim Rodrigues Lopes, escrevi e assinei esta ata.

Betancourt {assinatura}

30ª ATA DA SESSÃO DO CONSELHO SUPREMO MILITAR DE JUSTIÇA, EM 5 DE JULHO DE 1873

Existiam 263

Entraram 5

Saíram 8 {anotações à margem da folha}

Aos cinco dias do mês de julho de mil oitocentos setenta e três, achando-se presentes os Senhores Conselheiros de Guerra, **Betancourt**, **De Lamare**, **Barões da Gávea** e **de Angra**, Conselheiro Vogal **Beaurepaire** e Desembargadores **Lisboa** e **Olegario**, foi aberta a Sessão. Lida e aprovada a ata da antecedente, o Secretário de Guerra deu conta de um aviso da Repartição da Guerra, enviando para serem julgados definitivamente os processos de Conselho de Guerra a que foram submetidos os soldados Manoel Julião Nobre, Virissimo José Joaquim de Santa Anna, Francisco José de Maria, Caetano Pereira da Silva e Sergio José Ferreira. Entrou o Sr. Conselheiro **Visconde de Santa Teresa**, entrou depois de julgados os 3 primeiros processos dos que se seguem. O Sr. Desembargador Lisboa relatou os seguintes: do soldado José Honorato, acusado do crime de 1ª deserção simples, e no Conselho de Guerra condenado a dois meses de prisão, o que foi confirmado; do soldado Manoel João do Nascimento, acusado de 2ª deserção agravada, e no Conselho de Guerra condenado como incurso no artigo 1º do título 4º das segundas deserções simples, combinado com o artigo único das deserções agravadas da Ordenança de 9 de abril de 1805, o que foi confirmado; do soldado João Baptista Ramos, acusado de 2ª deserção simples, e no Conselho de Guerra condenado a dois anos de trabalhos públicos, o que foi confirmado; do soldado Canuto José da Fonseca, acusado de 1ª deserção simples e condenado em Conselho de Guerra a seis meses de prisão, o que foi confirmado; do soldado Florencio Luis Pereira, acusado de 1ª deserção simples e condenado em Conselho de Guerra a seis meses de prisão, o que foi confirmado; do cabo de esquadra Matheus

Manoel Vicente do Sacramento, acusado de 1ª deserção simples, e no Conselho de Guerra absolvido, por não estar provada a deserção, e sim excesso de licença, o que foi confirmado; do soldado João Ribeiro de Almeida, acusado de 1ª deserção simples, e no Conselho de Guerra condenado a seis meses de prisão, o que foi confirmado; o Sr. Desembargador Olegario relatou o seguinte: do soldado Joaquim Aprigio de Araujo, acusado de 1ª deserção simples, e no Conselho de Guerra condenado a seis meses de prisão, o que foi confirmado. E nada mais se podendo tratar, o Sr. Conselheiro de Guerra Betancourt, servindo de Presidente, encerrou a Sessão, da qual eu, o Secretário de Guerra José Joaquim Rodrigues Lopes, escrevi e assinei esta ata.

Barão de Itapagipe {assinatura}

31ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar e de Justiça, em 9 de julho de 1873

Existiam 260

Entraram 8

Saíram 13 {anotações à margem da folha}

Aos nove dias do mês de julho de mil oitocentos setenta e três, achando-se presentes os Senhores: Conselheiros de Guerra **Barão de Itapagipe**, **De Lamare**, **Barões da Gávea** e **de Angra** e Desembargadores **Magalhães Castro**, **Lisboa** e **Olegario**, foi aberta a Sessão. Lida e aprovada a ata da antecedente, o Secretário de Guerra deu conta de 2 avisos da Secretaria da Guerra enviando para serem julgados em superior instância os processos de Conselho de Guerra a que foram submetidos os soldados Candido Joaquim Argolo, Manoel Bernardo de Santa Anna, Manoel Antonio Francisco, João Serafim dos Santos, Manoel Antonio do Nascimento, José Lourenço Maranhão, Tertuliano Alves de Souza, João Rodrigues Seara. Em seguida, o Sr. Desembargador Magalhães Castro relatou os seguintes processos: do soldados Joaquim Barboza Martins, acusado dos crimes de desordem e resistência, e no Conselho de Guerra absolvido, este Tribunal reformou a sentença para impor-se ao réu a pena de dois anos de prisão com trabalho, não podendo proceder o fundamento da absolvição do réu por ser inaplicável ao caso de que se trata, ou sobre o que versa este processo de resistência; do soldado Sebastião Honorio da Rocha, acusado de espancamento, e resistência, e no Conselho de Guerra condenado pelo crime de resistência a quatro anos de prisão com trabalho, pelo de ofensas físicas a um ano de prisão simples e multa correspondente à metade do tempo, pelo de injúrias a quatro meses de prisão simples e multa correspondente à metade do tempo; esta sentença foi reformada para impor-se ao réu a pena de um ano de prisão com trabalho; do soldado José Bello, pelo crime de

resistência, e no Conselho de Guerra condenado a quatro anos de prisão, levando-se-lhe em conta o tempo que tem estado preso; e o Tribunal reformou esta sentença para impor ao réu a pena de dois anos de prisão com trabalho; e dos soldados Emigdio José Mamede e Luis Francisco da Roza, acusado de haver deixado fugir um preso confiado a sua guarda; e no Conselho de Guerra absolvido o 1º e condenado a ficar no lugar do evadido, o 2º Rosa; sentença que foi reformada para impor-se ao 1º, Mamede, a pena de prisão com trabalho por um ano; e ao 2º, dois anos da mesma prisão. O Sr. Desembargador Lisboa relatou os seguintes: do soldado Manoel Pereira da Silva, acusado de 1ª deserção agravada e no Conselho de Guerra condenado a um ano de prisão, e mais penas do artigo 1º do título 4º das primeiras deserções simples, combinado com artigo único das deserções agravadas da Ordenança de 9 de abril de 1805, o que foi confirmado; do soldado Eugenio dos Santos Ayres, acusado de deserção, e no Conselho de Guerra condenado a dois anos de trabalhos públicos, o que foi confirmado; do soldado Martiniano Processo Sidney, acusado em Conselho de Guerra de 1ª deserção, e por ele condenado a seis meses de prisão, o que foi confirmado; e do anspeçada Manoel Antonio de Jesus, acusado de 2ª deserção simples, e no Conselho de Guerra a dois anos de trabalhos públicos, o que foi confirmado. O Sr. Desembargador Olegario relatou os seguintes: do soldado Viriato José de Souza, acusado de insubordinação, e no Conselho de Guerra condenado a um ano de prisão com trabalho nas fortificações, sentença esta que foi reformada para condenar o réu a dois anos de prisão com trabalho nas fortificações, do ex-alferes Joaquim Pereira Gaia Peçanha, acusado de haver insultado com palavras ofensivas ao capitão superior do dia, e no Conselho de Guerra condenado a quatro meses e meio de prisão, o Tribunal reformou esta sentença para condenar o réu a um ano de prisão em uma fortaleza; do soldado Antonio Pereira do Nascimento, acusado de roubo, e no Conselho de Guerra condenado a dois meses de prisão, levando-se em conta a prisão preventiva, o Tribunal lançou no processo o seguinte despacho: volte o processo ao Conselho de Guerra para ser ordenado com a regularidade devida. O réu Antonio Pereira do Nascimento, por ser menor de 21 anos, deve ser assistido de um curador que o defenda. O crime por ser classificado no artigo 18 dos de Guerra, deve ser julgado por tenções; do soldado Luis José dos Santos, acusado de haver ferido com traição ao seu camarada, e no Conselho de Guerra condenado a carrinho perpétuo. O Tribunal reformando esta sentença inflige ao réu a de dez anos de prisão com trabalho; e, finalmente, do tenente Manoel Carrera da Silva, acusado de haver mal administrado os dinheiros do Estado, e no Conselho de Guerra absolvido, sentença esta que foi confirmada. E nada mais se podendo tratar, o Sr. Conselheiro de Guerra Betancourt, servindo de Presidente, encerrou a Sessão, da qual eu, o Secretário de Guerra José Joaquim Rodrigues Lopes, escrevi e assinei a esta ata.

Betancourt {assinatura}

32ª Ata do dia 12 de julho de 1873 do Conselho Supremo Militar e de Justiça

Existiam 255

Entraram 7

Saíram 12 {anotações à margem da folha}

Aos 12 dias do mês de julho de 1873, achando-se presentes os Senhores: Conselheiros de Guerra **Barão de Itapagipe** e **Barão de Angra** e Desembargadores **Magalhães Castro**, **Lisboa** e **Olegario**, o mesmo Sr. Conselheiro de Guerra Barão de Itapagipe, servindo de Presidente, declarou não poder haver Sessão. Pelo que eu, o Secretário de Guerra José Joaquim Rodrigues Lopes, lavrei e assinei esta ata.

Betancourt {assinatura}

33ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar de Justiça, em 16 de julho de 1873

Existiam 252

Entraram 12

Saíram 18 {anotações à margem da folha}

Aos dezesseis dias do mês de julho de mil oitocentos setenta e três, achando-se presentes os Senhores Conselheiros de Guerra **Betancourt**, **Barão de Itapagipe**, **Barão da Gávea**, **Barão de Angra**, Conselheiro Vogal **Beaurepaire** e Desembargadores **Magalhães Castro**, **Lisboa** e **Olegario**, foi aberta a Sessão. Lida e aprovada a ata da antecedente, o Secretário de Guerra deu conta de 3 avisos um do Ministério da Marinha, e dois do da Guerra, enviando para serem julgados definitivamente os processos a que foram submetidos: o grumete Joaquim José Antonio, soldados João Carlos Martins Maia e Deonisio Jacob Werber, Manoel Felix, Francisco da Silveira Chagas, Antonio Honorio Soares, Antonio Peres de Souza. Em seguida, o Sr. Desembargador Olegario Alves de Castro relatou os seguintes processos: do soldado Valentim Baptista Sobral, acusado de embriaguez, faltando ao respeito ao seu superior, e no Conselho de Guerra condenado a trabalhos nas fortificações durante um ano. O Tribunal proferiu a respeito o seguinte despacho: volte o processo ao Conselho de Guerra para ser ordenado com a devida regularidade. Desde que se trata pelas peças fundamentais do processo, de crimes a que pode ser imposta a pena capital, deve ser a sentença proferida sobre tenções; dos alferes Nicolau Diamico, cabo de esquadra Pedro Fogaça da Silva, soldados Barnabé de Souza, José Antonio de Souza, Graciano de Abreo Liria, Epifanio Velasquez, acusados o alferes porque achando-se de dia a praça não cumpriu seus deveres rondando à noite as diferentes guardas, e o cabo e soldados por haverem abandonado o posto, sendo roubada a casa em que funcionava a Mesa de Vendas Gerais. O Conselho de

Guerra absolveu a todos. O Tribunal proferiu a respeito a seguinte sentença: confirmam a sentença do Conselho de Guerra em relação aos réus presentes, ficando reservada a ação da Justiça Militar em relação aos réus ausentes para quando se efetue o seu comparecimento, ou prisão; do soldado Manoel Joaquim de Lima, acusado de se haver evadido do Hospital da Santa Casa da Misericórdia, onde se achava em tratamento, cumprindo sentença, o Conselho de Guerra o condenou a ser degredado para os Estados da Índia por seis anos, e o Tribunal reformou esta sentença para condenar o réu à pena de três anos de prisão com trabalho. O Sr. Desembargador Magalhães Castro relatou os seguintes: do soldado Joaquim Gomes de Barros, acusado de 1ª deserção simples, e no Conselho de Guerra condenado a seis meses de prisão, o que foi confirmado; do tambor Miguel José do Espirito Santo, acusado de haver desobedecido, agredido e ferido o cabo de esquadra José Ferreira da Silva, e no Conselho de Guerra condenado a ser arcabuzado, o Tribunal reformou esta sentença para impor ao réu a pena de prisão com trabalho por dois anos; do soldado Manoel Areas da Silva, acusado de haver ferido o seu camarada, e no Conselho de Guerra condenado a carrinho perpétuo, o Tribunal reformou esta sentença para impor ao réu a de dois anos de prisão com trabalho. O Sr. Desembargador Lisboa relatou os seguintes: dos soldados Norberto Pereira Brandão e José Pereira Brandão, acusados de 1ª deserção simples e condenado no Conselho de Guerra a seis meses de prisão, o Tribunal lançou neste processo o seguinte despacho: não tomam conhecimento do crime de que são acusados os réus, porquanto, ausentando-se eles em 12 de dezembro de 1872, e sendo capturados, o 1º, em 14, e o 2º, em 12 do referido mês e ano, como consta do ofício a folha 26 do chefe de polícia, é evidente ser uma simples ausência, porque não completaram os 8 dias, pelo que torna-se este Tribunal incompetente para julgá-los, do soldado Andre Bispo Lino, acusado de 2ª deserção simples e condenado no Conselho de Guerra nas penas do artigo 1º das 2ªs deserções simples do título 4º da Ordenança de 9 de abril de 1805, o que foi confirmado; do soldado Manoel Francisco Pereira, acusado de 2ª deserção agravada e condenado pelo Conselho de Guerra nas penas do artigo 1º do título 4º das 2ªs deserções simples, combinado com a hipótese 5º do artigo único das deserções agravadas por circunstâncias, tudo da Ordenança de 9 de abril de 1805, o que foi confirmado; do soldado Antonio Casemiro Candido, acusado de 1ª deserção simples e condenado em Conselho de Guerra a seis meses de prisão, o que foi confirmado; do soldado Manoel Francisco dos Santos, acusado do mesmo crime e condenado a quatro meses de prisão, o que foi confirmado; do imperial marinheiro (grumete) acusado de 3ª deserção em tempo de paz, e no Conselho de Guerra condenado às penas da 2ª parte do artigo 51 dos de Guerra da Armada, o que foi confirmado. E nada mais havendo a tratar-se, o Sr. Conselheiro de Guerra Betancourt, servindo de Presidente, encerrou a Sessão, da qual eu, o Secretário de Guerra José Joaquim Rodrigues Lopes, escrevi e assinei esta ata.

Betancourt {assinatura}

34ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar, e de Justiça em 19 de julho de 1873

Aos dezenove dias do mês de julho de mil oitocentos setenta e três, achando-se presentes os Senhores: Conselheiros de Guerra **Betancourt**, **Visconde de Santa Teresa**, **Barões da Gávea** e **de Angra**, Conselheiro Vogal **Beaurepaire** e Desembargadores **Magalhães Castro**, **Lisboa** e **Olegario**, foi aberta a Sessão. Lida e aprovada a ata da antecedente, o Secretário de Guerra deu conta de um ofício do Ministério da Justiça e 3 do da Guerra, enviando todos os processos de Conselho de Guerra a que foram submetidos: do soldado policial Ventura Antonio do Monte, soldados Raymundo Alexandre Ribeiro, Mariano Raymundo de Araujo Travassos, Antonio Raymundo de Vasconcellos, Henrique Belarmino Rego, Victorino Rodrigues Monteiro, Lourenço Ferreira Gomes, Henrique Pedro Oliveira, Ceciliano Gonçalves Gamboa, Manoel Rodrigues dos Santos, José Anacleto de Souza e Antonio Francisco dos Santos. Em seguida, o Sr. Desembargador Magalhães Castro relatou os seguintes processos: do soldado Manoel José de Castro, acusado de insubordinação, e no Conselho condenado à morte, sentença esta que foi reformada para condenar-se o réu Manoel José de Castro a cinco anos de prisão com trabalho, e confirmam-a quanto à absolvição pelo fato ou crime em relação ao tenente João José Alves; do soldado Antonio Custodio Xavier, acusado de 1ª deserção simples e condenado em Conselho de Guerra a seis meses de prisão, o que foi confirmado; dos réus José Gomes da Silva e Antonio José da Silva, ambos soldados, acusados de roubo, e no Conselho de Guerra condenados a quatro meses de prisão com trabalho e multa de 20% do valor furtado; sobre este processo, proferiu o Tribunal o seguinte despacho: volte o processo ao Conselho de Guerra para ser a sentença lavrada mediante tenções, na forma da lei, porquanto se trata de furto de coisas pertencentes ao Estado, que pode ser punido com a pena de morte, conforme as circunstâncias; do soldado Pedro José de Almeida, acusado de 1ª deserção simples, e no Conselho de Guerra condenado a dois meses de prisão, o que foi confirmado. O Sr. Desembargador Lisboa relatou os seguintes: do soldado Martinho José de Matos, acusado de 1ª deserção simples, e no Conselho de Guerra condenado a seis meses de prisão, o que foi confirmado; do soldado Pedro Ferreira da Silva, acusado de 1ª deserção simples e condenado a seis meses de prisão, o que foi confirmado; do soldado Manoel Mathias de Souza, também acusado de 1ª deserção simples, igualmente condenado à mesma pena, o que foi confirmado; e do soldado Antonio dos Santos, ainda condenado ao mesmo crime, e no Conselho de Guerra condenado à igual pena; sobre este processo preferiu o Tribunal o seguinte despacho: não tomam conhecimento do crime de que é acusado o réu Antonio dos Santos, soldado de Artilharia a Cavalo, porque, se ausentando ele em 9 de novembro de 1872, e sendo capturado em 15 do mesmo mês e ano, não chegou a completar oito dias de espera e, por consequência, comete uma simples ausência que deve ser punida

conforme artigo 1º, título 2º da Ordenança de 9 de abril de 1805. O Sr. Desembargador Olegario relatou os seguintes: do soldado José Pedro Celestino, acusado de 1ª deserção simples e condenado no Conselho de Guerra seis meses de prisão, o que foi confirmado; do soldado Manoel de Sampaio, acusado do mesmo crime, e no Conselho de Guerra condenado à mesma pena que foi igualmente confirmada, do soldado Joaquim Bernardes de Jesus, acusado também de 1ª deserção simples e condenado em 1ª instância a seis meses de prisão, o que foi confirmado; do soldado Manoel Moreira, acusado de 2ª deserção simples, e no Conselho de Guerra, condenado a dois meses de prisão com trabalho; o Tribunal reformou esta sentença para julgar o réu incurso no artigo 1º do título 4º das Ordenanças de 9 de abril de 1805 pelo crime de 1ª deserção simples, e o condena ao perdimento de todo o serviço prestado, seis meses de prisão no calabouço com obrigação do serviço de instrução e limpeza dos quartéis, na forma do citado artigo; do soldado José Francisco Gabriel, acusado de 1ª deserção simples, e no Conselho de Guerra condenado a dois meses de prisão, o que foi confirmado; do músico Raymundo Joaquim dos Santos, acusado de 1ª deserção simples e condenado a seis meses de prisão, o que foi confirmado; do soldado Manoel Botelho Barbosa, acusado de 1ª deserção simples e condenado também pelo Conselho de Guerra a seis meses de prisão; o Tribunal reformou esta sentença para absolver o réu por falta de prova, e esclarecimento sobre a data da deserção; do soldado Antonio José Benedicto, acusado do mesmo crime, e no Conselho de Guerra condenado a seis meses de prisão, o que foi confirmado; do soldado Antonio Joaquim Ferreira, acusado do mesmo crime, e no Conselho de Guerra, condenado à mesma pena, que também foi confirmada, e, finalmente, do soldado Joaquim José da Silva, acusado ainda do mesmo crime, e no Conselho de Guerra também condenado a seis meses de prisão, o que também foi confirmado. E nada mais havendo a tratar-se, o Sr. Conselheiro de Guerra Betancourt, servindo de Presidente, encerrou a Sessão, da qual eu, o Secretário de Guerra José Joaquim Rodrigues Lopes, escrevi e assinei esta ata.

Betancourt {assinatura}

35ª Ata da Reunião dos Membros do Conselho Supremo Militar e de Justiça, em 23 de julho de 1873

Aos vinte e três dias do mês de julho de mil oitocentos setenta e três, achando-se presentes os Senhores: Conselheiros de Guerra **Betancourt**, **De Lamare**, **Barão da Gávea**, **Barão de Angra**, Conselheiro Vogal **Beaurepaire** e Desembargador **Lisboa**, o Sr. Conselheiro de Guerra Betancourt declarou não poder haver Sessão por falta de um membro togado do Tribunal; do que eu, o Secretário de Guerra José Joaquim Rodrigues Lopes, lavrei e assinei esta ata.

Betancourt {assinatura}

36ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar e de Justiça, em 26 de julho de 1873

Existiam 246

Entraram 16

Saíram 8 {anotações à margem da folha}

Aos vinte e seis dias de julho de mil oitocentos setenta e três, achando-se presentes os Senhores Conselheiros de Guerra **Betancourt**, **De Lamare**, **Visconde de Santa Teresa**, **Barão de Angra**, Conselheiro Vogal **Beaurepaire** e Desembargadores **Magalhães Castro**, **Lisboa** e **Olegario**, foi aberta a Sessão. Lida e aprovada a ata da antecedente, e bem assim a do dia 23 deste mês em que não houve Sessão, o Secretário de Guerra deu conta de 6 avisos, sendo 2 da Secretaria do Estado dos Negócios da Marinha e 4 dos da Guerra, remetendo para serem julgados definitivamente os processos de Conselho de Guerra a que foram submetidos o imperial marinheiro João dos Santos, e os soldados navais Domingos Mamede, Leolindo da Rocha, e Camillo de Mello, e os soldados do Exército Domingos Pires, Manoel Rezende do Sacramento, João Francisco José de Carino, Henrique da Roza Franco, Manoel Coelho da Silva, Antonio Francisco Salles, José Desiderio, Antonio Lázaro de Jesus, João Luis Baptista, Francisco Ferreira de Assis, Manoel João da Roza, Benedicto de Queiroz, e o corneta Antonio José Ramos. Em seguida, o Sr. Desembargador Magalhães Castro relatou os seguintes processos: do músico Miguel José de Lemos, acusado de desobediência e no Conselho de Guerra condenado a um mês de rigorosa prisão, o que foi confirmado; do soldado Manoel Lopes Caldas, acusado de 2ª deserção simples, e no Conselho de Guerra condenado a 2 anos de prisão, o que foi confirmado; do soldado Pedro Alves Feitoza, acusado de ferimento, e absolvido no Conselho de Guerra; o Tribunal reformou esta sentença para infligir ao réu a pena de três meses de prisão com trabalho, e do soldado José Firmino Rodrigues, acusado de insubordinação, e no Conselho de Guerra condenado à morte, sentença esta que foi reformada para dar-se ao réu a pena de cinco anos de prisão com trabalho. O Sr. Desembargador Lisboa relatou os seguintes: do soldado Clemente Alves Vieira da Cruz, acusado de 1ª deserção agravada e condenado a um ano de prisão pelo Conselho de Guerra, o que foi confirmado; assinando-se vencidos os Senhores Beaurepaire, Desembargadores Lisboa e Olegario por se não ter dado ao réu um curador sendo ele menor; do soldado José Felix da Hora, acusado de 1ª deserção agravada e condenado a um ano de prisão pelo Conselho de Guerra, o que foi confirmado; e do soldado Joaquim Barboza dos Santos, acusado de 1ª deserção agravada e condenado em Conselho de Guerra a um ano de prisão, o que foi confirmado. O Sr. Desembargador Olegario relatou os 2 seguintes: dos réus 1º tenente graduado Manoel Aprigio de Souza Costa, e cabo de esquadra Raymundo Mathias da Costa, iniciados em crime de roubo, e no Conselho de Guerra absolvidos; sobre este processo lançou o Tribunal o seguinte despacho: julgam nulo o processo de Conselho de Guerra por ser incompetente o foro militar para

conhecer do crime de furto de que se trata, a qual atenta as circunstâncias com que foi cometido é da alçada da Justiça Civil; e do soldado Marcolino Dias de Mello, acusado de insubordinação, o Conselho o condenou a carrinho perpétuo, sentença que foi reformada para infligir-se ao réu a pena de 3 anos de prisão com trabalho. E nada mais havendo a tratar-se, o Sr. Conselheiro de Guerra Betancourt, servindo de Presidente, encerrou a Sessão, da qual eu, o Secretário de Guerra José Joaquim Rodrigues Lopes, escrevi e assinei esta ata.

Betancourt {assinatura}

37ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar e de Justiça, em 30 de julho de 1873

Existiam 254

Entraram 9

Saíram 7 {anotações à margem da folha}

Aos trinta dias do mês de julho de mil oitocentos setenta e três, achando-se presentes os Senhores: Conselheiros de Guerra **Betancourt**, **Barão de Itapagipe**, **Barões da Gávea** e **de Angra**, Conselheiro Vogal **Beaurepaire**, Desembargadores **Lisboa** e **Olegario**, foi aberta a Sessão. Lida e aprovada a ata da antecedente, o Secretário de Guerra deu conta do seguinte expediente: 1 aviso do Ministério da Justiça e 2 do da Guerra remetendo todos para serem julgados em superior instância os processos de Conselho de Guerra a que foram submetidos o soldado do Corpo Policial da Corte Leonardo Manoel de Oliveira, e os soldados do Exército João Marcos dos Santos, Jacintho Verneck de Carvalho, Francisco Barreto da Silva, João Antonio Rodrigues de Amorim, José Joaquim de Santa Anna, João Baptista dos Santos, João José de Souza, e o soldado particular Innocencio Benedicto Ferraz de Oliveira. O Sr. Conselheiro de Guerra Betancourt, como Presidente, declarou que o Sr. Desembargador Câmara se apresenta da licença em que estava. Em seguida, o Sr. Desembargador Lisboa relatou os seguintes processos: do soldado Belisario de Souza Vieira, acusado de 1ª deserção agravada, e no Conselho de Guerra condenado a um ano de prisão, o que foi confirmado; do soldado Jacintho Francisco de Oliveira, acusado do mesmo crime em Conselho de Guerra condenado à mesma pena, que também foi confirmada, do soldado Antonio Luis Varejão, acusado de igual crime e no Conselho de Guerra condenado à igual pena, que foi igualmente confirmada, do soldado João Pereira da Silva, acusado de 1ª deserção simples, no Conselho de Guerra condenado a seis meses de prisão, e que foi confirmado; ultimamente, do soldado Pedro Ignacio Ferreira, acusado de 3ª deserção, no Conselho de Guerra condenado a seis anos de prisão com trabalho; esta sentença foi reformada para se lhe dar a pena de dois anos de prisão com trabalho. O Sr. Desembargador Olegario relatou os seguintes processos: do soldado Raymundo José

Pereira, acusado de ferimento, e no Conselho de Guerra condenado a seis meses e meio de prisão, esta sentença foi reformada para impor-se ao réu a de seis meses de prisão com trabalho por ser julgado incurso na 1ª parte do artigo 8º dos de Guerra, e do soldado Manoel José do Nascimento, acusado de deixar fugir preso confiado a sua guarda, e no Conselho de Guerra absolvido, o que foi confirmado. E nada mais se podendo tratar, o Sr. Conselheiro de Guerra Betancourt, servindo de Presidente, encerrou a Sessão, da qual eu, o Secretário de Guerra José Joaquim Rodrigues Lopes, escrevi e assinei esta ata.

Betancourt {assinatura}

38ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar e de Justiça, em 2 de agosto de 1873

Existiam 256

Entraram 16

Saíram 15 {anotações à margem da folha}

Aos dois dias do mês de agosto de mil oitocentos setenta e três, achando-se presentes os Senhores: Conselheiros de Guerra **Betancourt**, **De Lamare**, **Visconde de Santa Teresa**, **Barões da Gávea** e **de Angra**, Conselheiro Vogal **Beaurepaire** e Desembargadores **Câmara**, **Magalhães Castro** e **Lisboa**, foi aberta a Sessão. Lida e aprovada a ata da antecedente, o Secretário de Guerra deu conta de 4 avisos, 2 da Secretaria da Guerra, 1 do da Marinha, e 1 do da Justiça, enviando todos os processos de Conselho de Guerra a que responderam o alferes de comissão João Coelho Souza Filho, e os soldados Francisco Melchiades dos Santos, Domingos José da França, Antonio Soares de Mello, José Henrique, Cassiano Tavares da Silva, Manoel Pereira Manteiga, Antonio Lemos da Silva, Vencesláo Gonçalves dos Santos, Nasario Martins, Francisco Lourenço de Santa Anna, Manoel de Santa Anna Oliveira, Francisco João dos Santos, soldado policial Antonio Manoel Sabino, e o soldado naval Rufino Antonio. Em seguida, o Senhor Desembargador Câmara relatou os seguintes processos: do soldado policial Pedro Pereira da Costa, acusado de desobediência, e no Conselho Criminal na pena da prisão já sofrida, o Tribunal reformou esta sentença para dar ao réu a de três meses de prisão, do soldado Manoel Luis Gonzaga, acusado de 1ª deserção simples, e no Conselho de Guerra condenado a seis meses de prisão, sentença que foi reformada para dar-se ao réu de quatro meses de prisão, por se ter apresentado voluntariamente 3 meses depois da deserção; do soldado Feliciano José Soares da Silva, acusado de evasão estando a cumprir sentença e condenado em Conselho de Guerra a mais um ano de prisão que estava sofrendo, o que foi confirmado; e do soldado particular Ignocencio Benedicto Ferraz de Oliveira, acusado de 1ª deserção simples, e no Conselho de Guerra absolvido, o que foi confirmado. O Sr. Desembargador Magalhães Castro relatou os seguintes: dos soldados navais Gregorio Mello e Amaro José de Souza, acusados de

deixarem fugir um sentenciado cometido a sua guarda; e no Conselho de Guerra condenado: o 1º Gregorio Mello a oito meses de prisão com trabalho, e o 2º Amaro José de Souza absolvido, sentença esta que foi reformada para dar-se ao 1º réu a pena de seis meses de prisão com trabalho; do soldado Juvino Alves Bezerra, acusado de ferimento, e no Conselho de Guerra condenado às penas do artigo 201 do Código Criminal, no grau máximo, sentença que foi reformada para dar-se ao réu a de um ano de prisão com trabalho, como incurso no art. 8º dos de Guerra; do soldado Claudino Teixeira do Nascimento, acusado de 1ª deserção agravada, e no Conselho de Guerra condenado a quatro meses de prisão, o que foi confirmado; do corneta Joaquim Manso Bispo, acusado de homicídio, e no Conselho de Guerra condenado a treze anos de prisão com trabalho, o que foi reformado para dar-se ao réu a pena de vinte anos de prisão com trabalho, e do soldado Mathias João de Lima, acusado de ter desrespeitado a seu superior, e no Conselho de Guerra absolvido; neste processo proferiu o Tribunal o seguinte despacho: volte o processo ao Conselho de Guerra para ser proferida a sentença mediante tenções, na forma da Lei. O Sr. Desembargador Lisboa relatou os seguintes: do soldado José Patricio Marques da Silva, acusado de 2ª deserção agravada, e no Conselho de Guerra condenado a quatro anos de prisão com trabalho, o que foi confirmado; do soldado Manoel Felix Ferreira dos Santos, acusado de 2ª deserção simples, e no Conselho de Guerra condenado a dois anos de prisão com trabalho, o que foi confirmado; do soldado Paulo Pinto de Santa Anna, acusado de deserção em tempo de guerra, e no Conselho de Guerra condenado à morte; sentença que foi reformada para dar-se ao réu a de cinco anos de prisão com trabalho; do soldado Antonio Pereira de Aragão, acusado de 1ª deserção simples, e no Conselho de Guerra condenado a quatro meses de prisão, o que foi confirmado; do soldado João Ferreira Prestes, acusado de 1ª deserção simples e condenado em Conselho de Guerra a seis meses de prisão, o que foi confirmado; do soldado Manoel Moreira dos Santos, acusado de 1ª deserção simples e condenado no Conselho de Guerra a seis meses de prisão, o que foi confirmado; e do soldado João Pereira Guimarães, acusado também de 1ª deserção simples e condenado a dois meses de prisão, o que foi confirmado. E nada mais se podendo tratar, o Sr. Conselheiro de Guerra Betancourt, servindo de Presidente, encerrou a Sessão, da qual eu, o Secretário de Guerra José Joaquim Lopes, escrevi e assinei esta ata.

Betancourt {assinatura}

39ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar e de Justiça, em 6 de agosto de 1873

Existiam 257

Entraram 0

Saíram 24 {anotações à margem da folha}

Aos seis dias do mês de agosto de mil oitocentos setenta e três, achando-se presentes os Senhores Conselheiros **Betancourt**, **Barão de Itapagipe**, **De Lamare**, **Barão de Angra**, Conselheiro Vogal **Beaurepaire** e Desembargadores **Câmara**, **Magalhães Castro** e **Lisboa**, foi aberta a Sessão. Lida e aprovada a ata da antecedente, o Secretário de Guerra declarou não haver expediente algum. Em seguida, o Sr. Desembargador Câmara relatou os seguintes processos: dos soldados Cesario Gomes da Silva, acusado de 2ª deserção agravada, e no Conselho de Guerra condenado a quatro anos de prisão com trabalho, o que foi confirmado; do soldado Deonisio José do Espirito Santo, acusado de 1ª deserção agravada, e no Conselho de Guerra condenado a um ano de prisão, o que foi confirmado; do soldado João Francisco do Nascimento, acusado de 1ª deserção agravada e condenado em Conselho de Guerra a um ano de prisão, o que foi confirmado; do soldado Bibiano José Baptista, acusado de ferimento, e no Conselho de Guerra condenado a seis meses de prisão simples, sentença que foi reformada para dar-se ao réu a de seis meses de prisão com trabalho, como incurso no artigo 8º dos de Guerra; do soldado Anastacio Antonio Francisco Ramos, acusado de 1ª deserção simples e condenado em Conselho de Guerra a seis meses de prisão, o que foi confirmado; do soldado Geraldo Antonio Moreira, acusado de 2ª deserção agravada e condenado em Conselho de Guerra a quatro anos de prisão, o que foi confirmado; do soldado Manoel de Holanda Campos, acusado de 1ª deserção agravada, e em Conselho de Guerra condenado a um ano de prisão, sentença que foi reformada para se lhe dar a de quatro meses de prisão na conformidade do artigo 3º do título 4º das primeiras deserções simples, visto ter-se apresentado antes dos 3 meses; do soldado José Barbosa Jorge, acusado de 1ª deserção simples e condenado a seis meses de prisão; sobre esse processo proferiu o Tribunal o seguinte despacho: não tendo o réu completado a deserção por ter sido preso antes dos 8 dias, julgam nula a sentença do Conselho de Guerra e mandam que se proceda a respeito, na forma da lei; do soldado Severiano Francisco de Azevedo, acusado de 1ª deserção agravada e condenado em Conselho de Guerra a quatro meses de prisão, o que foi confirmado; do soldado Marciano Francisco de Souza, acusado de 3ª deserção agravada, e no Conselho de Guerra condenado a doze anos de prisão com trabalho, o que foi confirmado; do imperial marinheiro José Machado, acusado de deserção em tempo de guerra, e no Conselho de Guerra condenado a cinco anos de galés, sentença que foi reformada para dar-se ao réu a de dois anos de prisão com trabalho; os Senhores De Lamare, Barão de Angra assinaram-se vencidos; e do imperial marinheiro Felismino José da Silva, acusado de 1ª deserção simples e condenado a um ano de prisão pelo Conselho de Guerra; sobre este processo o Tribunal proferiu o seguinte despacho: julgam nula a sentença do Conselho de Guerra para mandarem que seja punido o réu com as penas impostas pelo artigo 8º dos de Guerra, de conformidade com o artigo 266 do Decreto de 5 de junho de 1845. O Sr. Desembargador Magalhães Castro relatou os 5 seguintes: do soldado José Vicente Rodrigues, acusado de 1ª deserção agravada, e no Conselho de Guerra condenado a um ano de prisão, o que foi confirmado; do soldado João

Antonio do Nascimento, acusado de 1ª deserção agravada, e no Conselho de Guerra condenado a um ano de prisão, o que foi confirmado; do soldado Pedro Francisco Vidal, acusado de 1ª deserção agravada e no Conselho de Guerra condenado a um ano de prisão, o que foi confirmado; do soldado Narciso Marques dos Santos, acusado de 2ª deserção simples, e no Conselho de Guerra condenado a dois anos de prisão com trabalho, o que foi confirmado; e do soldado Luis Alfredo de Oliveira Campos, acusado de 1ª deserção simples, e no Conselho de Guerra condenado a seis meses de prisão, o que foi confirmado; o Sr. Desembargador Lisboa relatou os seguintes: do soldado Augusto José da Silva, acusado de 1ª deserção simples, e no Conselho de Guerra condenado a dois meses de prisão, o que foi confirmado; do soldado Tertuliano Alves de Souza, acusado de 1ª deserção simples, e no Conselho de Guerra condenado a seis meses de prisão, o que foi confirmado; do soldado Theodoro João dos Santos, acusado de 1ª deserção simples e condenado no Conselho de Guerra a seis meses de prisão, o que foi confirmado; do soldado José Justiniano de Souza, acusado de 1ª deserção simples, e no Conselho de Guerra condenado a seis meses de prisão, o que foi confirmado; do soldado Antonio Coelho da Silva, acusado de 1ª deserção simples e condenado pelo Conselho de Guerra a seis meses de prisão, o que foi confirmado; do soldado José de Moura, acusado de 1ª deserção simples e condenado no Conselho de Guerra a seis meses de prisão, o que foi confirmado; e do soldado policial Manoel Ferreira de Oliveira, acusado de 1ª deserção simples, e no Conselho Criminal condenado a três meses de prisão, o que foi confirmado. E nada mais se podendo tratar, o Sr. Conselheiro de Guerra Betancourt, servindo de Presidente, encerrou a Sessão, da qual eu, o Secretário de Guerra José Joaquim Rodrigues Lopes, escrevi e assinei esta ata.

Betancourt {assinatura}

40ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar de Justiça, em 9 de agosto de 1873

Existiam 233

Entraram 8

Saíram 17 {anotações à margem da folha}

Aos nove dias do mês de agosto de mil oitocentos setenta e três, achando-se presentes os Senhores: Conselheiros de Guerra **Betancourt**, **Barão de Itapagipe**, **De Lamare**, **Barão da Gávea**, **Barão de Angra** e Desembargadores **Câmara**, **Magalhães Castro** e **Lisboa**, foi aberta a Sessão. Lida e aprovada a ata da antecedente, o Secretário de Guerra deu conta de 4 avisos das Secretarias da Guerra, da Marinha e da Justiça enviando para serem julgados definitivamente os processos de Conselho de Guerra a que foram submetidos o alferes Francisco Marques de Oliveira Brito, soldados Ildebrando Cardozo Lusano, Antonio

Francisco Lins Wanderley, Lauriano de Souza Barboza, Francisco Ferreira Borges, Lino Pinto de Sequeira, imperial marinheiro José Gomes de Oliveira, soldado naval Antonio Francisco do Sacramento, e soldado policial Belarmino José da Silva. Em seguida, o Sr. Desembargador Câmara relatou seguintes processos: dos soldados Antonio Carlos Vieira, acusado de ferimento e condenado em Conselho de Guerra a doze anos de prisão, sentença que foi reformada para impor-se ao réu a de quatro anos de prisão com trabalho, Manoel Theodoro Camillo do Valle e Cosme José Rufino, acusados de fuga de preso, e no Conselho de Guerra condenados a serem postos no lugar do criminoso, sentença esta que foi reformada para dar-se a de quatro meses de prisão com trabalho a cada um; Virginio Marciano Diniz, acusado de 1ª deserção simples e condenado em Conselho de Guerra a seis meses de prisão, o que foi confirmado; Raymundo Luis da Silva, acusado de ferimento, e no Conselho de Guerra condenado a um ano de rigorosa prisão, o que foi reformado para dar-se ao réu a pena de dois anos de prisão com trabalho, e do tambor Nicacio Pereira Cardozo, acusado de deserção em tempo de guerra, e no Conselho de Guerra condenado à morte; sentença que foi reformada para dar-se ao réu a de cinco anos de prisão com trabalho. O Sr. Desembargador Magalhães Castro relatou os seguintes: dos soldados Manoel Severiano Pedreira, acusado de deserção em tempo de guerra, e na 1ª instância condenado à morte. O Tribunal reformou esta sentença para infligir ao réu a pena de cinco anos de prisão com trabalho; Francisco José de Santa Anna, acusado de 2ª deserção simples, e no Conselho de Guerra condenado a dois anos de prisão com trabalho, o que foi confirmado; Antonio José de Souza, acusado de fuga estando cumprindo sentença, condenado em Conselho de Guerra a mais um ano da mesma prisão, o que foi confirmado; José Correa de Amorim, acusado de 1ª deserção simples, e no Conselho de Guerra condenado a seis meses de prisão, o que foi confirmado; e Agostinho Bispo Confessor, acusado de 1ª deserção simples, o Conselho de Guerra julgou-se incompetente para condenar o réu visto não ter completado a deserção, o que foi confirmado. O Sr. Desembargador Lisboa relatou os 7 seguintes dos soldados: Theophilo Antonio da Silva, acusado de 2ª deserção simples, e no Conselho de Guerra condenado a dois anos de prisão com trabalho, o que foi confirmado; Antonio Ricardo dos Santos, acusado de 1ª deserção simples, e no Conselho de Guerra condenado a seis meses de prisão, o que foi confirmado; Manoel Ignacio de Lima, acusado de 2ª deserção simples, e no Conselho de Guerra condenado a um ano de prisão com trabalho, o que foi confirmado; João de Deos Dias, acusado de 1ª deserção simples, e no Conselho de Guerra condenado a seis meses de prisão, o que foi confirmado; Joaquim Martins dos Santos, acusado de 1ª deserção simples, e no Conselho de Guerra condenado a seis meses de prisão, o que foi confirmado; Manoel Pereira dos Santos, acusado de 1ª deserção simples e condenado em Conselho de Guerra a seis meses de prisão, o que foi confirmado; e, finalmente, o de Americo Marques de Serqueira, acusado de 1ª deserção simples e condenado em Conselho de Guerra a seis meses de prisão, o que foi confirmado. E nada mais havendo a tratar-se, o Sr. Conselheiro de Guerra Betancourt, servindo de Presidente,

encerrou a Sessão, da qual eu, o Secretário de Guerra José Joaquim Rodrigues Lopes, escrevi e assinei esta.

Betancourt {assinatura}

41ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar e de Justiça, em 13 de agosto de 1873

Existiam 224

Entraram 14

Saíram 18 {anotações à margem da folha}

Aos treze dias do mês de agosto de mil oitocentos setenta e três, achando-se presentes os Senhores: Conselheiros de Guerra **Betancourt**, **Barão de Itapagipe**, **De Lamare**, **Barão de Angra**, Conselheiro Vogal **Beaurepaire** e Desembargadores **Câmara** e **Lisboa**, foi aberta a Sessão. Lida e aprovada a ata da antecedente, o Secretário de Guerra deu conta de 3 avisos da Secretaria da Guerra enviando para serem julgados definitivamente os processos de Conselho de Guerra a que responderam os soldados Lucio Ferreira dos Anjos, Adriano Pereira Lopes, Manoel João de Araujo, Miguel Ferreira Betancourt, Eugenio Martins Carvalho, Benedicto Bandeira, Gregorio Antonio dos Santos, João José da Silva, Caetano José Antonio, Pedro Antonio Francisco, Felippe de Carvalho Nery, Joaquim Francisco da Cunha, Antonio Francisco de Souza e José Ignacio Pereira. Em seguida, o Sr. Desembargador Câmara relatou os seguintes processos: dos soldados Jorge Francisco da Costa, acusado de 1ª deserção simples e condenado em Conselho de Guerra a dois meses de prisão, o que foi confirmado; Manoel Thimoteo de Souza, acusado de 1ª deserção agravada e condenado em Conselho de Guerra a um ano de prisão, o que foi confirmado; Manoel Pereira de Araujo, acusado de 1ª deserção simples, e no Conselho de Guerra condenado a dois meses de prisão, o que foi confirmado; Ventura José Maria Arayca, acusado de 1ª deserção simples, e no Conselho de Guerra julgou-se o mesmo Conselho incompetente para julgar o réu visto não ter ele completado a deserção, o que foi confirmado; José Francisco Correa, acusado de 1ª deserção agravada, o Conselho de Guerra o condenou a quatro meses de prisão e o Tribunal confirmou esta sentença; José Francisco da Silva, acusado de 1ª deserção simples, o Conselho de Guerra o condenou a seis meses de prisão, o que foi confirmado; Gabriel Antonio Ribeiro, acusado de 1ª deserção agravada, e no Conselho de Guerra condenado a 8 meses de prisão, o que foi confirmado; Eloy da Cruz, acusado de 1ª deserção simples em Conselho de Guerra condenado a seis meses de prisão, o que foi confirmado; Benedicto Ferreira da Silva, acusado de 1ª deserção simples, em Conselho de Guerra condenado a seis meses de prisão, o que foi confirmado; Miguel Ignacio de Faria, acusado em Conselho de Guerra de 1ª deserção simples, e aí condenado a seis meses de prisão, o que foi confirmado; 2º cadete Pedro

Afonso de Alves, acusado de 1ª deserção simples e absolvido no Conselho de Guerra, o que foi confirmado; do corneteiro Joaquim José de Santa Anna, acusado de 1ª deserção simples, e no Conselho de Guerra condenado a seis meses de prisão, o que foi confirmado. O Sr. Desembargador Lisboa relatou os 6 seguintes; dos soldados Atanasio José de Freitas, acusado de 1ª deserção agravada, e no Conselho de Guerra condenado a um ano de prisão, o que foi confirmado; Afonso Reichert, acusado de 1ª deserção simples, e no Conselho de Guerra condenado a seis meses de prisão, o que foi confirmado; João Bernardo de Oliveira, acusado de 1ª deserção simples e condenado em 1ª instância a quatro meses de prisão, o que foi confirmado; Manoel José Leite, acusado de 1ª deserção agravada e condenado pelo Conselho de Guerra a um ano de prisão. O Tribunal proferiu sobre este processo o seguinte despacho: anulam o interrogatório do réu por isso que não se lhe deu um curador, como determina a Ordenação, Livro 3º, título 41, parágrafo 8º, volte portanto o processo para sanar-se essa falta; João Antonio Ribeiro, acusado de 2ª deserção agravada, e no Conselho de Guerra condenado a dois anos de trabalhos públicos, o que foi confirmado; e José Antonio dos Santos, acusado de 1ª deserção simples, e no Conselho de Guerra condenado a seis meses de prisão, o que foi confirmado. E nada mais podendo tratar-se, o Sr. Conselheiro de Guerra Betancourt, servindo de Presidente, encerrou a Sessão, da qual eu, o Secretário de Guerra José Joaquim Rodrigues Lopes, escrevi esta.

Visconde de Tamandaré {assinatura}

42ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar e de Justiça, em 16 de agosto de 1873

Existiam 220

Entraram 0

Saíram 16 {anotações à margem da folha}

Aos dezesseis dias do mês de agosto de mil oitocentos setenta e três, achando-se presentes os Senhores: Conselheiros de Guerra **Visconde de Tamandaré**, **Visconde de Santa Teresa**, **Barão da Gávea** e **de Angra** e Desembargadores **Câmara**, **Magalhães Castro** e **Lisboa**, foi aberta a Sessão. Lida e aprovada a ata da antecedente, o Secretário de Guerra declarou não haver expediente. Em seguida, o Sr. Desembargador Câmara relatou os seguintes processos: do soldado Pedro Lopes de Carvalho, acusado de 1ª deserção simples e condenado em Conselho de Guerra a seis meses de prisão, o que foi confirmado; dos soldados do Exército, Chrispim Pereira de Souza, acusado de 2ª deserção simples e condenado pelo Conselho de Guerra a dois anos de prisão com trabalho, o que foi confirmado; Manoel Rufino da Paixão, acusado de insubordinação e condenado em Conselho de Guerra a seis meses de rigorosa prisão, esta sentença foi reformada para condenar-se o réu a um ano de prisão com trabalho, Joaquim Rodrigues, acusado em

Conselho de Guerra de ferimento, e aí condenado a galés perpétuos, sendo esta sentença reformada para impor-se ao réu a de prisão perpétua com trabalho, por achar-se incurso no artigo 8º dos de Guerra, e de cabo João de Deos Lima e soldado Benedicto Gomes da Costa, acusados de ferir este aquele estando ambos em luta, o Conselho de Guerra condenou o cabo de esquadra a quatro meses de prisão rigorosa, e ao soldado no duplo dessa pena, o que foi confirmado quanto ao cabo de esquadra, e reformada a respeito do soldado, a quem foi dada a pena de prisão por um ano, sendo a prisão de ambos em uma fortaleza, fazendo eles o serviço que lhes competia. O Sr. Desembargador Magalhães Castro relatou o do corneta Justino José Antonio da Silva, acusado de insubordinação, e absolvido no Conselho de Guerra; o Tribunal proferiu a respeito o seguinte despacho: anulam todo o processo, porque tratando-se de crime capital deve ser o Conselho de Guerra composto na forma da lei de oficial superior presidente, e auditor de guerra bacharel formado; e precedida de tenções a sentença, como não se fez; e dos soldados José Antonio, acusado de 1ª deserção simples e condenado em Conselho de Guerra a seis meses de prisão, o que foi reformado para dar-se ao réu a sentença de um ano de prisão como incurso no crime de 1ª deserção agravada, Henrique Huacon e Guilherme Huacon, acusados de 1ª deserção simples e condenados em Conselho de Guerra a seis meses de prisão, o que foi confirmado; Jacob de Mattos Santiago, acusado de 1ª deserção simples e condenado em Conselho de Guerra a seis meses de prisão, o que foi confirmado; Vicente Ferreira Moreno, acusado de desobediência e no Conselho de Guerra condenado em quatro meses de prisão, o que foi reformado para dar ao réu a pena de seis anos de prisão. O Sr. Desembargador Lisboa relatou os seguintes: dos soldados Gustavo Ferreira de Castro, acusado de 1ª deserção agravada, e no Conselho de Guerra condenado a um ano de prisão, o que foi confirmado; Daniel Antonio Alves, acusado de 1ª deserção em tempo de guerra, e no Conselho de Guerra condenado à morte, o Tribunal reformou esta sentença para dar-se ao réu a pena de cinco anos de prisão com trabalho; Eleutorio Rodrigues da Fonseca, acusado de 1ª deserção simples, e no Conselho de Guerra condenado a seis meses de prisão, o que foi confirmado; José Manoel da Cruz, acusado de 1ª deserção simples, e também condenado a seis meses de prisão, o que foi confirmado; Joaquim Pedro Alves Cabral, acusado igualmente de 1ª deserção simples, e também condenado a seis meses de prisão, o que também foi confirmado; e ultimamente Theotonio Manoel de Carvalho, acusado de 1ª deserção agravada, condenado em Conselho de Guerra a quatro meses de prisão, sobre este processo proferiu o Tribunal o despacho seguinte: anulam o interrogatório do réu por não se lhe ter dado um curador, na forma da Ordenação, Livro 3º, título 41 e § 8º. Desça, portanto, o processo para se suprir na solenidade recomendada pela citada lei. E nada mais tendo a tratar-se, o Sr. Conselheiro de Guerra Visconde de Tamandaré, servindo de Presidente, encerrou a Sessão, da qual eu, o Secretário de Guerra José Joaquim Rodrigues Lopes, escrevi e assinei esta ata.

Betancourt {assinatura}

43ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar e de Justiça, em 20 de agosto de 1873

Existiam 204

Entraram 2

Saíram 12 {anotações à margem da folha}

Aos vinte dias do mês de agosto de mil oitocentos setenta e três, achando-se presentes os Senhores: Conselheiros de Guerra **Betancourt**, **Visconde de Tamandaré**, **Barão de Angra** e Desembargadores Câmara e Lisboa, foi aberta a Sessão. Lida e aprovada a ata da Sessão antecedente, o Secretário de Guerra deu conta de 2 avisos, um da Secretaria da Guerra, outro da de Justiça, enviando para serem julgados definitivamente os processos de Conselho de Guerra a que foram submetidos: o soldado do Exército João Francisco, e o do Corpo Policial Antonio José de Moura. Em seguida, o Sr. Desembargador Câmara relatou os seguintes processos: dos soldados João Ricardo Damasceno, acusado de 1ª deserção simples, o Conselho de Guerra declinou de sua competência para julgar o réu por não ter completado os 8 dias de espera para classificar-se deserção, e esta decisão foi confirmada; Amancio Olavo de Carvalho, acusado de 1ª deserção simples e no Conselho de Guerra condenado a seis meses de prisão, o que foi confirmado; Manoel Correa da Rocha, acusado de 1ª deserção agravada, condenado em Conselho de Guerra a um ano de prisão, o que foi confirmado; Manoel Coelho da Silva, acusado de 1ª deserção simples, e no Conselho de Guerra condenado a seis meses de prisão, o que foi confirmado; Benedicto José dos Anjos, acusado do mesmo crime, condenado em 1ª instância à mesma pena o que também foi confirmado; João Francisco Mendes, acusado ainda do mesmo crime, condenado em Conselho de Guerra quatro meses de prisão, o que foi confirmado; e Joaquim José da Silva, acusado igualmente de 1ª deserção simples e no Conselho de Guerra condenado a seis meses de prisão, o que foi confirmado. O Sr. Desembargador Lisboa relatou os cinco seguintes dos soldados: Americo Constancio Machado, acusado de 1ª deserção agravada, condenado no Conselho de Guerra a um ano de prisão, o que foi confirmado; Caetano José Antonio, acusado do mesmo crime, também condenado em Conselho de Guerra a um ano de prisão, o que foi igualmente confirmado; Manoel João Cancio, acusado de 1ª deserção simples, condenado em 1ª instância a dois meses de prisão, o que foi confirmado; José Alves da Cruz, acusado de 1ª deserção simples, condenado em Conselho de Guerra a seis meses de prisão, o que foi confirmado; e, finalmente, Fausto Coelho da Silva, acusado de 1ª deserção simples, e no Conselho de Guerra condenado a seis meses de prisão, sentença esta que foi reformada para impor-se ao réu as penas de 1ª deserção agravada por estar provado que ele levou a baioneta, e assim o condenam a um ano de prisão, limpeza e ensino. E nada mais se podendo tratar, o Sr. Conselheiro de Guerra Betancourt, servindo de Presidente, encerrou a Sessão, da qual eu, o Secretário de Guerra José Joaquim Rodrigues Lopes, escrevi e assinei esta ata.

Betancourt {assinatura}

44ª Ata da Reunião do dia 23 de agosto de 1873 em que não houve Sessão

Aos vinte e três dias do mês de agosto de mil oitocentos setenta e três, achando-se presentes os Senhores: Conselheiros de Guerra **Betancourt**, **Barão de Angra** e Desembargadores **Câmara** e **Lisboa**, o 1º destes Senhores declarou não poder haver Sessão por falta de número legal. E eu, o Secretário de Guerra José Joaquim Rodrigues Lopes, lavrei e assinei esta ata.

Betancourt {assinatura}

45ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar e de Justiça, em 27 de agosto de 1873

Existiam 194

Entraram 50

Saíram 19 {anotações à margem da folha}

Aos vinte e sete dias do mês de agosto de mil oitocentos setenta e três, achando-se presentes os Senhores Conselheiros de Guerra **Betancourt**, **Barão de Itapagipe**, **De Lamare**, **Barões da Gávea** e **de Angra**, Conselheiro Vogal **Beaurepaire** e Desembargadores **Câmara**, **Magalhães Castro** e **Lisboa**, foi aberta a Sessão. Lida e aprovada a da Sessão antecedente, e a da reunião do dia 23 em que não pôde haver Sessão, o Secretário de Guerra deu conta de 8 avisos dos Ministérios da Guerra, da Marinha e da Justiça, enviando processos de Conselho de Guerra a que responderam os réus abaixo mencionados, e o Decreto de 13 deste mês comutando na pena de carrinho perpétuo a de morte a que fora condenado o soldado do 52º Corpo de Voluntários da Pátria Ricardo Cardozo da Silva. Os réus de que tratam os 8 avisos acima mencionados são: o major graduado Bento Luis da Gama, tenente João Braz da Silva Junior, 1º sargento Francisco José da Silva, 1º cadete Antonio Ignacio da Silva, e os soldados José Theobaldo de Lima, José Luis Ramos, Manoel Antonio de Oliveira, José Vieira dos Santos, Manoel da Paixão, Antonio Felix de Souza Soares, João José dos Santos, Justino José de Oliveira, Alberto José de Oliveira, Manoel Prudencio, Anacleto Camilo da Silva, José Francisco de Barros, Americo José da Silva, Ignacio José da Silva, José Lourenço da Gama, Lino dos Santos Nascimento, Antonio Pereira de Santa Anna, Luis José de Oliveira, Joaquim Leandro, Francisco Antonio de Castro, José Ferreira da Silva, Reginaldo José dos Reis, Luis Eulalio da Silva Ramos, José Januario Correa, Manoel Antonio Soares, Jacintho Manoel Francisco, Wencesláu Vieira de Almeida, José Alexandre Ferreira da Silva, Manoel Reis da Paixão, Chrispim Duarte da Costa, Manoel Antonio de Albuquerque,

Manoel Severino de Araujo, Emiliano Ferreira de Lima, Joaquim Victorino, Joaquim dos Anjos, Antonio Pinto da Conceição, Eugenio Francisco Leite, Epiphanio Emanuel Stumpher, Elisiano Simplício da Silva, o corneta Francisco Fernandes de Jesus, o tenente João Braz da Silva Junior, o 1º sargento Francisco José Rodrigues, o cabo de esquadra Manoel Vicente Ferreira de Almeida, o 2º cadete Francisco José Velho, o tambor José Antonio Bahia. Nesta ocasião, entrou o Sr. Conselheiro de Guerra **Visconde de Tamandaré**. Em seguida, o Sr. Desembargador Câmara relatou os seguintes processos: (Declaro em tempo que os réus da Marinha e da Justiça são imperial marinheiro José Gomes de Oliveira e o soldado policial Joaquim Monteiro dos Santos) dos soldados Francisco Furtado Barbosa, acusado do crime de morte, e a ela condenado em Conselho de Guerra. Sendo esta sentença reformada para condenar-se o réu à de galés perpétuos; Joaquim Antonio de Souza, acusado de 1ª deserção em tempo de guerra, e no Conselho de 1ª instância condenado à morte, sentença que foi reformada para impor-se ao réu a de cinco anos de prisão com trabalho; Manoel Balbino, Rafael Francisco dos Santos, acusados de incorrigibilidade e de outros crimes, e no Conselho de Guerra condenado o 1º a um ano e meio de prisão com trabalho nas fortificações, e o 2º a um ano de prisão com trabalho, o que foi confirmado; policial Antonio do Monte, acusado de ameaça e injúria a seu superior, e no Conselho Criminal condenado a dois meses de prisão, o que foi reformada para se lhe impor a sentença de seis meses de prisão; furriel Ricardo Raymundo de Castro, acusado de evadir-se do xadrez da enfermaria militar onde estava em tratamento, e no Conselho de Guerra condenado às penas do artigo 8º dos de Guerra. O Tribunal reformou esta sentença para dar ao réu a de cinco anos de prisão com trabalho, advertindo-se ao Conselho que devia na sentença que proferiu designar a pena, visto impor o Artigo de Guerra a de morte, ou carrinho perpétuo, conforme as circunstâncias; soldado Felix Antonio Querino, acusado de 1ª deserção simples, condenado em Conselho de Guerra a seis meses de prisão, o que foi confirmado; e do cabo de esquadra Felippe Nery de Santiago, acusado de homicídio e no Conselho de Guerra condenado à morte, sentença que foi reformada para impor-se ao réu a de galés perpétuos. O Sr. Desembargador Magalhães Castro relatou os seguintes: dos soldados José Benedicto da Silva, acusado de ferimento, e no Conselho de Guerra condenado a seis meses de rigorosa prisão, o que foi confirmado; Manoel Alfredo da Trindade, acusado de 1ª deserção simples, e no Conselho de Guerra condenado a seis meses de prisão, o que foi confirmado; José Justino, também acusado de 1ª deserção simples, o Conselho de Guerra declinou de sua competência para julgar o réu visto não ter ele completado os 8 dias de ausência para classificar-se a deserção, decisão esta que foi confirmada, Higino José Francisco, acusado de 1ª deserção simples, e no Conselho de Guerra condenado a seis meses de prisão, o que foi confirmado; cabo de esquadra Feliciano José do Nascimento, acusado de homicídio, e no Conselho de Guerra condenado a galés perpétuos, o que foi confirmado; e dos réus, anspeçada Joaquim Rodrigues da Silva e soldado Manoel Correa de Mello, acusados de embriaguez estando de guarda e de ferimento recíproco, e no Conselho

de Guerra condenados ambos a carrinho perpétuo, sentença esta que foi reformada para dar-se a cada um dos réus um ano de prisão com trabalho. O Sr. Desembargador Lisboa relatou os seis seguintes: dos soldados João Pereira de Andrade, acusado de deserção em tempo de guerra, e no Conselho de 1ª instância condenado à morte, sentença esta que foi reformada para dar-se ao réu a de cinco anos de prisão com trabalho, Caetano Pereira da Silva, acusado de 1ª deserção simples, e no Conselho de Guerra condenado a seis meses de prisão, o que foi confirmado; Joaquim José de Santa Anna, acusado de deserção em tempo de guerra, e no Conselho de 1ª instância condenado à morte, o que foi reformado para dar-se ao réu a pena de cinco anos de prisão com trabalho; Antonio Honório Soares, acusado de 1ª deserção simples, e no Conselho de Guerra condenado a seis meses de prisão, o que foi confirmado; Antonio Raymundo de Vasconcellos, acusado de 1ª deserção simples e condenado em Conselho de Guerra a seis meses de prisão, sentença esta que foi reformada para impor-se ao réu as penas do artigo 2º, título 4º das primeiras deserções simples da Ordenança de 9 de abril de 1805 visto ter-se apresentado voluntariamente passados os 3 meses; e de José Pereira da Silva, acusado de deserção em tempo de guerra e condenado à morte em 1ª instância, sentença esta que foi reformada para dar-se ao réu a de cinco anos de prisão com trabalho. E nada mais se podendo tratar, o Sr. Conselheiro de Guerra Betancourt, servindo de Presidente, encerrou a Sessão, da qual eu, o Secretário de Guerra José Joaquim Rodrigues Lopes, escrevi e assinei esta ata.

Betancourt {assinatura}

46ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar de Justiça, em 30 de agosto de 1873

Existiam 225

Entraram 19

Saíram 29 {anotações à margem da folha}

Aos trinta dias do mês de agosto de mil oitocentos e setenta e três, achando-se presentes os Senhores: Conselheiros de Guerra **Betancourt**, **Barão de Itapagipe**, **De Lamare** e **Visconde de Santa Teresa**, **Barões da Gávea** e **de Angra**, Conselheiro Vogal **Beaurepaire** e Desembargadores **Câmara**, **Magalhães Castro** e **Lisboa**, foi aberta a Sessão. Lida e aprovada a ata da antecedente, o Secretário de Guerra deu conta dos processos, que vieram para serem julgados definitivamente, em que são réus: soldado naval João Francisco Mendes, soldado do Exército João Francisco de Maria e Antonio José dos Santos, Joaquim José Ignacio, José Severiano Lopes digo José Severino Lopes, Bernardino José Moreira, Carlos Frederico de Campos, José Eusebio da Silva, Aniceto Gomes de Oliveira, Candido Camilo dos Passos, Estevão Rodrigo da Costa Lyra, Juvencio Biserra do Nascimento, Manoel

Bernardo do Nascimento, Joaquim José Gonçalves, Antonio Joaquim dos Santos Junior, João Quiterio de Souza, Felix Alves de Oliveira, Joaquim Bezerra do Prado, Porfirio Nery dos Santos, Lourenço Pereira do Nascimento, Ignacio João Dias. Em seguida, o Sr. Desembargador Câmara relatou os seguintes processos: dos soldados Candido Joaquim d'Argolo, acusado de 1ª deserção simples, condenado em Conselho de Guerra a seis meses de prisão, o que foi confirmado; João Carlos Martins Maia, acusado do mesmo crime em Conselho de Guerra, e aí condenado a dois meses de prisão, o que foi confirmado; Cassemiro Joaquim, acusado do mesmo crime e no Conselho de Guerra condenado a seis meses de prisão, o que foi confirmado; Aniceto José de Oliveira, acusado de 1ª deserção simples, e no Conselho de Guerra condenado a seis meses de prisão, o que foi confirmado; Joaquim Baptista de Moraes, acusado de 1ª deserção simples, condenado a seis meses de prisão, o que foi confirmado; Francisco Ignacio de Sampaio, acusado de 1ª deserção simples condenado à igual pena, que também foi confirmada, Henrique Gusmeter e Frederico Klainer, acusados de incorrigibilidade, e de outros vícios e condenados a um mês de prisão cada um, sentença que foi reformada para dar-se a cada um deles a de três meses de prisão, Gervasio Antonio da Silva, acusado de 1ª deserção agravada, e no Conselho de Guerra condenado a um ano de prisão, o que foi confirmado; Manoel Francisco do Nascimento, acusado de insubordinação, e no Conselho de Guerra absolvido, sentença que foi reformada para se lhe dar a de um ano de prisão com trabalho, como incurso nos artigos 9º e 12 dos de Guerra, e do imperial marinheiro Manoel Francisco da Paz, acusado de homicídio, e no Conselho de Guerra condenado a galés perpétuos o que foi confirmado. O Sr. Desembargador Magalhães Castro relatou os 5 seguintes: dos soldados João Francisco de Oliveira, acusado de 1ª deserção agravada e no Conselho de Guerra condenado a um ano de prisão, o que foi confirmado; Vitalino Roza do Amaral, acusado de ameaça, e no Conselho de Guerra condenado na 1ª parte do artigo 8º dos de Guerra sentença que foi reformada para se lhe dar a de seis meses de prisão com trabalho; do 2º sargento Sergio Serafim de Castro, acusado de insubordinação, e no Conselho de Guerra absolvido, sentença que foi reformada para se lhe dar a de quinze dias de prisão, do alferes Americo d'Albuquerque Porto Carreiro, acusado de ferimento, e no Conselho de Guerra absolvido; sobre este processo proferiu o Tribunal o seguinte despacho: volte o processo ao Conselho de Guerra para ser o réu julgado mediante tenções, atenta à natureza do crime, que pode ser punido conforme as circunstâncias com a pena capital; e do soldado policial Joaquim d'Oliveira Lopes, acusado de 1ª deserção simples e condenado em Conselho de Guerra a quatro meses de prisão, o que foi confirmado; e, finalmente, o Sr. Desembargador Lisboa relatou os seguintes dos soldados Manoel Garcia de Araujo, acusado de 1ª deserção agravada e condenado em Conselho de Guerra a um ano de prisão, o que foi confirmado; Sergio José Ferreira, acusado de 2ª deserção agravada, e no Conselho de Guerra condenado a quatro anos de prisão, o que foi confirmado; Manoel Rozendo do Sacramento, acusado de 1ª deserção agravada e condenado em Conselho de Guerra a um ano de prisão, o que

foi confirmado; José Manoel do Nascimento, acusado de 1ª deserção agravada, condenado em Conselho de Guerra a um ano de prisão, o que foi confirmado; Manoel Francisco Ramos, acusado de 1ª deserção simples, e no Conselho de Guerra condenado a seis meses de prisão, o que foi confirmado; e do soldado policial Luis Gonçalves Correa, acusado de 1ª deserção simples, e no Conselho Criminal, condenado a três meses de prisão, o que foi confirmado. E nada mais se podendo tratar, o Sr. Conselheiro de Guerra Betancourt, servindo de Presidente, encerrou a Sessão, da qual eu, o Secretário de Guerra José Joaquim Rodrigues Lopes, escrevi e assinei esta ata.

Betancourt {assinatura}

47ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar e de Justiça, em 3 de setembro de 1873

Existiam 213

Entraram 14

Saíram 9 {anotações à margem da folha}

Aos três dias do mês de setembro de mil oitocentos setenta e três, achando-se presentes os Senhores Conselheiros de Guerra **Betancourt**, **Visconde de Tamandaré**, **Barão de Itapagipe**, **De Lamare**, **Visconde de Santa Teresa**, **Barões da Gávea** e **de Angra**, Conselheiro Vogal **Beaurepaire** e Desembargadores **Magalhães Castro** e **Lisboa**, foi aberta a Sessão. Lida e aprovada a ata da antecedente, menos na parte que diz respeito ao soldado Theotonio Manoel de Carvalho, cujo processo de Conselho de Guerra ficou para decidir-se na próxima Sessão, o Secretário de Guerra deu conta de 4 avisos acompanhando para serem julgados definitivamente os processos de Conselho de Guerra a que responderam: os soldados Benedicto Pereira, Manoel Domingos Simões da Cunha, João da Serra, Manoel de Jesus, Antonio Thomaz dos Santos, Custodio Francisco Nunes, Joaquim Antonio da Silva, Manoel Agostinho da Silva, José Correa da Costa, Antonio José de Carvalho, Delfino José de Souza, Tito Joaquim da Silva, soldados policiais Pedro Segui e Carlos José da Costa. Em seguida, o Sr. Desembargador Magalhães Castro relatou os seguintes processos: dos soldados Custodio Rodrigues Duarte, acusado de 1ª deserção simples e condenado em Conselho de Guerra a seis meses de prisão, o que foi confirmado; Eusebio Pereira Barboza, acusado do mesmo crime, condenado à mesma pena que também foi confirmado; e do alferes José Joaquim Alves Barrozo, acusado de haver saído sem licença do hospital onde estava doente, e no Conselho de Guerra absolvido; o Tribunal lavrou o seguinte despacho: não tomam conhecimento deste processo por versar sobre falta convencional. O Sr. Desembargador Lisboa relatou os seguintes: dos soldados Theotonio Manoel de Carvalho, acusado de 1ª deserção simples e condenado no Conselho de Guerra a dois meses de

prisão, o que foi confirmado; Dionisio Jacob Weber, acusado de 1ª deserção simples e condenado em Conselho de Guerra a dois meses de prisão, o que foi confirmado; Manoel Ignacio, acusado de 3ª deserção simples, condenado em Conselho de Guerra a seis anos de prisão com trabalho, o que foi confirmado; João Francisco José do Carmo, acusado de 1ª deserção simples e condenado em 1ª instância a seis meses de prisão, o que foi confirmado; Manoel Rodrigues dos Santos, acusado de 2ª deserção agravada, condenado a quatro anos de prisão com trabalho, o que foi confirmado; Antonio Peres de Souza, acusado de 1ª deserção simples, condenado em Conselho de Guerra a seis meses de prisão; sobre esse processo proferiu o Tribunal o seguinte despacho: não tomam conhecimento do crime de deserção porque na sua ausência não se completaram os 8 dias, porque ausentando-se em 27 de janeiro do corrente ano, apresentou-se voluntariamente a 2 de fevereiro, como consta de seus assentamentos, tendo apenas seis dias de ausência, portanto, volte o processo para cumprir a disposição dos artigos 2º e 3º do título 8º da Ordenança de 9 de abril de 1805; e do major Bento Luis da Gama, acusado de falta de cumprimento de deveres, absolvido no Conselho de Guerra, o que foi confirmado. E nada mais se podendo tratar, o Sr. Conselheiro de Guerra Betancourt, servindo de Presidente, encerrou a Sessão, da qual eu, o Secretário de Guerra José Joaquim Rodrigues Lopes, lavrei e assinei esta ata.

Barão da Gávea {assinatura}

{As folhas 151 (verso) e 152 (frente) não foram preenchidas, constando as seguintes declarações:}

{Fl. 151 - verso:}

Declaro inutilizada esta lauda por não ter ela escrito por engano a continuação da ata antecedente.

Rio de janeiro 4 de setembro de 1873.

José Joaquim Rodrigues Lopes

Secretário de Guerra

{Fl. 152 - frente:}

Declaro inutilizada esta lauda pela razão expendida na antecedente.

Rio de janeiro 4 de setembro de 1873.

José Joaquim Rodrigues Lopes

Secretário de Guerra

48ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar e de Justiça, em 6 de setembro de 1873

Existiam 218

Entraram 9

Saíram 15 {anotações à margem da folha}

Aos seis dias do mês de setembro de mil oitocentos setenta e três, achando-se presentes os Senhores Conselheiros de Guerra **Barão da Gávea**, **Barão de Angra** e Conselheiro Vogal **Beaurepaire** e Desembargadores **Câmara** e **Lisboa**, foi aberta a Sessão. Lida e aprovada a ata da antecedente, entrou o Sr. Conselheiro de Guerra Visconde de Santa Teresa. O Secretário de Guerra deu conta de dois avisos do Ministério da Guerra enviando para serem julgados definitivamente os processos de Conselho de Guerra a que foram submetidos os 2ºs cadetes Carlos Pinto de Castro e Antonio Maria da Costa Valladares, 2º sargento Alberto Frederico da Silveira, furriel Julio Procopio Pereira Nunes, e os soldados João Vieira da Silva, Jacintho Pereira Pinto, Candido Ferreira Barbosa, Manoel Victorino dos Santos e Florencio Alves Pereira. Em seguida, o Sr. Desembargador Câmara relatou os seguintes processos: dos soldados Pedro Cellestino de Senna, Antonio Rodrigues Barros, acusados de 1ª deserção agravada e condenados em Conselho de Guerra a quatro meses de prisão, o que foi confirmado; e dos soldados seguintes: José Anacleto de Souza, acusado de 1ª deserção simples e condenado a seis meses de prisão, o que foi confirmado; Domingos Pires, acusado de 1ª deserção simples, e no Conselho de Guerra condenado a seis meses de prisão, o que foi confirmado; Antonio Alves, acusado em Conselho de Guerra de 1ª deserção simples e por ele condenado a seis meses de prisão, o que foi confirmado; Raymundo Alexandre Ribeiro, acusado de 1ª deserção simples, e no Conselho de Guerra condenado a dois meses de prisão, o que foi confirmado; Venancio Joaquim Cardozo, acusado de 1ª deserção simples e condenado em Conselho de Guerra a seis meses de prisão, o que foi confirmado; Manoel de Souza Homem e o trombeta Antonio, acusados ambos a um só processo de 2ª a deserção agravada e no Conselho de Guerra condenado a quatro anos de prisão, o que foi confirmado; José Lourenço Maranhão, acusado de 2ª deserção simples, e no Conselho de Guerra condenado a dois anos de prisão com trabalho o que foi confirmado; Siciliano Gonçalves Gamboa, acusado em Conselho de Guerra de 2ª deserção simples, e por ele e condenado a dois anos de prisão com trabalho. O Tribunal proferiu sobre este processo o seguinte despacho: volte ao Conselho de Guerra para subir novamente quando foi o réu julgado pela 1ª deserção, pela qual não consta ter ainda respondido. O Sr. Desembargador Lisboa relatou os seguintes dos soldados: Verissimo José Joaquim de Santa Anna, acusado de 1ª deserção simples e condenado a seis meses de prisão, o que foi confirmado; Victorino Rodrigues Monteiro, acusado de 1ª deserção simples, e no Conselho de Guerra condenado a seis meses de prisão, o que foi confirmado; Lourenço Ferreira Gomes, acusado de 1ª deserção simples e condenado a seis meses de prisão, o que foi confirmado; Francisco José

de Maria, também acusado da 1ª deserção simples, também condenado a seis meses de prisão, o que foi igualmente confirmado; Ambrozio José da Costa, acusado de 1ª deserção simples, condenado a seis meses de prisão, o que foi confirmado; e Manoel Bernardo de Santa Anna, acusado de 1ª deserção agravada e condenado em Conselho de Guerra a um ano de prisão, o que foi confirmado. E nada mais havendo a tratar-se, o Sr. Conselheiro de Guerra Visconde de Santa Teresa, servindo de Presidente, encerrou a Sessão, da qual eu, o Secretário de Guerra José Joaquim Rodrigues Lopes, lavrei e assinei esta ata.

Betancourt {assinatura}

49ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar e de Justiça, em 10 de setembro de 1873

Existiam 212

Entraram 3

Saíram 20 {anotações à margem da folha}

Aos dez dias do mês de setembro de mil oitocentos setenta e três, achando-se presente os Senhores: Conselheiros de Guerra **Betancourt**, **De Lamare**, **Barões da Gávea** e **de Angra**, Conselheiro Vogal **Beaurepaire** e Desembargadores **Câmara**, **Magalhães Castro** e **Lisboa**, foi aberta a Sessão. Lida e aprovada a ata da antecedente, o Secretário de Guerra deu conta de dois avisos do Ministério da Guerra, enviando para serem julgados definitivamente os processos de Conselho de Guerra a que responderam os soldados João Francisco Pereira, João Nunes Victoria e Antonio Braz de Araujo. Em seguida, o Sr. Desembargador Câmara relatou os seguintes processos: dos soldados José Bento dos Santos, acusado de homicídio e condenado em Conselho de Guerra à prisão perpétua, o que foi confirmado; Jacintho Werneck de Carvalho, acusado de 1ª deserção agravada e condenado a um ano de prisão, o que foi confirmado; Wencesláu Gonçalves dos Santos, acusado de 2ª deserção simples e condenado e Conselho de Guerra a seis meses de prisão, o que foi confirmado; Manoel Pereira Manteiga, acusado de 1ª deserção agravada e condenado a um ano de prisão, o que foi confirmado; Antonio Francisco de Souza, acusado em Conselho de Guerra a quatro meses de prisão, o que foi confirmado; Gregorio Antonio dos Santos, acusado de 1ª deserção simples e condenado a seis meses de prisão, o que foi confirmado; e do imperial marinheiro Domingos da Silva Rodrigues, acusado de deserção em tempo de guerra e condenado a cinco anos de galés, sobre este processo proferiu o Tribunal o seguinte despacho: julgam nulo o Conselho de Guerra, para mandarem que seja o réu punido com as penas do artigo 8º dos de Guerra da Armada, de conformidade com o artigo 66 do Decreto nº 411 e Regulamento de 5 de junho de 1845, visto que a deserção foi cometida em tempo de paz. O Sr. Magalhães Castro relatou os seguintes: dos soldados Marianno Raymundo de Araujo Travasses, acusado de 1ª deserção simples, e no Conselho de Guerra condenado a seis meses de prisão, o que foi confirmado; Severino do Rozario Silva, acusado

de 2ª deserção simples, e no Conselho de Guerra condenado a dois anos de prisão com trabalho, o que foi confirmado; Braz Manoel do Nascimento, acusado também de 2ª deserção simples e condenado igualmente a dois anos de prisão com trabalho, o que foi confirmado; Miguel de Souza, acusado de 1ª deserção agravada e condenado a um ano de prisão, o que foi confirmado; Francisco Manoel Vieira da Silva, acusado de se haver impossibilitado para o serviço, e absolvido no Conselho de Guerra, o que foi confirmado; e dos alferes José Joaquim Alves Bezerra e Julio Cezar dos Reis Falcão, acusados ambos de embriaguez e ferimentos, o 1º foi no Conselho de Guerra absolvido, e o 2º condenado a seis meses de prisão, esta sentença foi reformada para confirmar-se a sentença que teve o alferes Falcão, e condenar-se a dois meses de prisão o alferes Bezerra. O Sr. Desembargador Lisboa relatou os seguintes: do imperial marinheiro Joaquim José Antonio, acusado de 1ª deserção simples e condenado a um ano de prisão, o que foi confirmado; e dos soldados Manoel Felix, acusado de 2ª deserção simples e condenado a um ano de prisão com trabalho, o que foi confirmado; Antonio Francisco dos Santos, acusado de 1ª deserção simples, condenado em Conselho de Guerra a seis meses de prisão, o que foi confirmado; José Joaquim de Santa Anna, acusado de 1ª deserção simples e condenado a quatro meses de prisão, o que foi confirmado; Joaquim Francisco da Cunha, acusado de 1ª deserção agravada, e no Conselho de Guerra condenado a um ano de prisão, o que foi confirmado; Francisco da Silveira Chagas, acusado em Conselho de Guerra de 3ª deserção e condenado nas penas da 2ª deserção em 2 anos de prisão com trabalho; sobre este processo proferiu o Tribunal o seguinte despacho: julgam nulo o presente processo instaurado pela 3ª deserção, devendo portanto proceder-se primeiramente a Conselho por 2ª deserção para depois ter seguimento a de 3ª, e do 2º cadete Antonio Maria da Costa Valladares, acusado de 1ª deserção simples e condenado em Conselho de Guerra a dois meses de prisão, o que foi confirmado. E nada mais se podendo tratar, Sr. Conselheiro de Guerra Betancourt, servindo de Presidente, encerrou a Sessão, da qual eu, o Secretário de Guerra José Joaquim Rodrigues Lopes, escrevi e assinei esta ata.

Betancourt {assinatura}

50ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar e de Justiça, em 13 de setembro de 1873

{Existiam 186 - Entraram 2 - Saíram 0} Existiam 186

Entraram 2 {anotações à margem da folha}

Aos treze dias do mês de setembro de mil oitocentos setenta e três, achando-se presente os Senhores: Conselheiros de Guerra **Betancourt**, **Barão de Angra**, Conselheiro Vogal **Beaurepaire** e Desembargadores **Câmara** e **Lisboa**, foi aberta a Sessão. Lida e aprovada a ata da antecedente com a declaração a margem, o Secretário de Guerra deu conta de 2 avisos, remetendo para serem julgados em última instância os processos a que responderam

os réus: tambor do Batalhão Naval João Rodrigues da Cunha, grumete Pedro Manoel de Lima, soldados do Exército José Luis da Silva, Silvestre Teixeira Pinto, Francisco Pereira, Felix José de Souza, Antonio Mathias, Manoel Ernesto Ferreira, Dorotheo José Leitão, Felippe de Santiago do Nascimento, Francisco Antonio de Freitas, Manoel Alves Pereira, Nicolau João Pereira da Silva, Raymundo Gualberto dos Santos, João de Souza Oliveira e Francisco Pereira dos Santos. Em seguida, o Sr. Desembargador Câmara relatou os 2 processos do soldado Miguel Ferreira Betancourt, acusado de 1ª deserção simples, e no Conselho de Guerra condenado a seis meses de prisão, o que foi confirmado; e do imperial marinheiro João dos Santos, acusado de 1ª deserção simples, e no Conselho de Guerra condenado a um ano de prisão, o que foi confirmado. O Sr. Desembargador Lisboa relatou os 6 seguintes: dos soldados João Marcos dos Santos, acusado de 1ª deserção simples, e no Conselho de Guerra condenado a quatro meses de prisão, o que foi confirmado; Cassiano Tavares da Silva, acusado de 1ª deserção agravada e condenado em Conselho de Guerra a um ano de prisão, o que foi confirmado; Lauriano de Souza Barbosa, acusado de 1ª deserção simples, e no Conselho de Guerra condenado a seis meses de prisão, o que foi confirmado; Benedicto Bandeira, acusado de 1ª deserção agravada e condenado em Conselho de Guerra a um ano de prisão, o que foi confirmado; e dos soldados policiais Antonio Miguel Sabino, acusado de 1ª deserção simples, condenado em Conselho Criminal a dois meses de prisão, o que foi confirmado; e, finalmente, Belmiro José da Silva, acusado também de 1ª deserção simples e condenado pelo Conselho Criminal a quatro meses de prisão, o que foi igualmente confirmado. E nada mais se podendo tratar, o Sr. Conselheiro de Guerra Betancourt, servindo de Presidente, encerrou a Sessão, da qual eu, o Secretário de Guerra José Joaquim Rodrigues Lopes, escrevi e assinei esta ata.

Betancourt {assinatura}

51ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar de Justiça, em 17 de setembro de 1873

Existiam 186

Entraram 2

Saíram 18 {anotações à margem da folha}

Aos dezessete dias do mês de setembro de mil oitocentos setenta e três, achando-se presentes: os Senhores Conselheiros de Guerra **Duque de Caxias**, **Betancourt**, **Barão de Itapagipe**, **Visconde de Santa Teresa**, **Barões da Gávea** e **de Laguna** e Conselheiro Vogal **Beaurepaire** e Desembargadores **Câmara**, **Magalhães Castro** e **Lisboa**, foi aberta a Sessão. Lida e aprovada a ata da antecedente, o Secretário de Guerra deu conta de 2 avisos; 1 do Ministério da Guerra e outro do da Marinha, enviando para serem julgados

definitivamente os processos de Conselho de Guerra a que responderam o soldado do Exército Alexandre José da Silva e o soldado policial Francisco José Machado. Em seguida, o Sr. Desembargador Câmara relatou os seguintes processos: dos soldados: João Francisco dos Santos, acusado de embriaguez, estando de guarda e de injúria, e ferir a seu camarada, e no Conselho de Guerra condenado a carrinho perpétuo, sentença que foi reformada para condenar-se o réu a dez anos de prisão com trabalhos; Manoel João Roza, acusado de 1ª deserção em tempo de guerra, e na 1ª instância condenado à morte, esta sentença porém foi reformada para condenar-se o réu a cinco anos de prisão com trabalho; soldado naval Rufino Antonio, acusado do crime de deserção e condenado em Conselho de Guerra a cinco anos de galés, o que foi confirmado; imperial marinheiro José Adriano do Nascimento, acusado de agressão contra o seu superior estando destacado, e no Conselho de Guerra condenado a seis meses de prisão; o Tribunal lançou nos autos o seguinte despacho: julgando nula a sentença do Conselho de Guerra por não ser precedida de tenções, sendo o crime capital, mandam que volte o processo ao mesmo Conselho, para que sendo os votos proferidos por tenções, se lavre em conformidade delas a sentença; do furriel José Joaquim Caxias, acusado de usurpar objetos da Fazenda Nacional e condenado em Conselho de Guerra a dois anos de rigorosa prisão, o que foi confirmado; e dos réus paisanos José Maria Gonçalves, vulgarmente conhecido por Mariano, Bastos Gomes e Saturnino de Jesus Silva, acusados, o 1º do crime de morte, e os dois últimos de conivência com o assassino, e no Conselho de Guerra condenados, o 1º à prisão perpétua com trabalho, e os dois cúmplices a um ano, quatro meses e vinte dias de prisão com trabalho cada um. O Sr. Desembargador Magalhães Castro relatou os seguintes: dos soldados João Francisco de Maria, acusado de 1ª deserção simples, e no Conselho de Guerra condenado a quatro meses de prisão, o que foi confirmado; Joaquim Thomaz Calheiros, acusado de homicídio e condenado à morte em Conselho de Guerra, o que foi confirmado; assinando-se vencidos os Senhores Beaurepaire e Câmara por condenarem o réu a galés perpétuos, do cabo de esquadra Manoel Vicente de Almeida, acusado de 1ª deserção simples, e no Conselho de Guerra condenado a seis meses de prisão, o que foi confirmado; e do ferrador Hilario Martins da Costa, acusado de desobediência, e no Conselho de Guerra condenado a dois meses de prisão, o que foi confirmado. O Sr. Desembargador Lisboa relatou os 8 seguintes processos: dos soldados Antonio Francisco de Salles, acusado de 1ª deserção simples e condenado em Conselho de Guerra a dois meses de prisão, o que foi confirmado; Antonio Lemos da Silva, acusado também de 1ª deserção simples e condenado em Conselho de Guerra a seis meses de prisão, sentença que foi reformada para imporem-se ao réu as penas determinadas no artigo 3º, título 4º das 1ªs deserções simples da Ordenança de 9 de abril de 1805, por isso que se apresentou voluntariamente. Domingos José da França, acusado de 1ª deserção simples, condenado em Conselho de Guerra a seis meses de prisão, o que foi confirmado; José Severino Lopes, acusado de 1ª deserção simples e condenado a seis meses de prisão, em Conselho de Guerra o que foi confirmado; Antonio Pedro Francisco,

acusado ainda de 1ª deserção simples, o Conselho de Guerra declinou de sua competência para julgar o réu visto não ter ele completado a deserção, despacho este que foi confirmado; Lino dos Santos Nascimento, acusado de 1ª deserção simples e condenado em Conselho de Guerra a dois meses de prisão, o que foi confirmado; Luis Eulalio da Silva Ramos, acusado ainda de 1ª deserção simples e condenado em 1ª instância a seis meses de prisão, o que foi confirmado; e, finalmente, de Antonio Joaquim dos Santos Junior, acusado do mesmo crime, condenado à mesma pena que foi igualmente confirmada. E nada mais se podendo tratar, o Sr. Conselheiro de Guerra Duque de Caxias, servindo de Presidente, encerrou a Sessão, da qual eu, o Secretário de Guerra José Joaquim Rodrigues Lopes, escrevi e assinei esta ata.

Duque de Caxias {assinatura}

52ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar e de Justiça, em 20 de setembro de 1873

Existiam 170

Entraram 2

Saíram 22 {anotações à margem da folha}

Aos vinte dias do mês de setembro de mil oitocentos setenta e três, achando-se presente os Senhores Conselheiros de Guerra **Duque de Caxias**, **Betancourt**, **De Lamare**, **Visconde de Santa Teresa**, **Barão da Gávea** e Desembargadores **Câmara**, **Magalhães Castro** e **Lisboa**, foi aberta a Sessão. Lida e aprovada a ata da antecedente com a declaração de que foi confirmada a sentença que no Conselho de Guerra tiveram os réus José Maria Gonçalves, vulgarmente conhecido por Mariano, Bastos Gomes e Saturnino de Jesus Silva. O Secretário de Guerra deu conta de dois avisos, 1 da Secretaria da Guerra, e outro do da Justiça, enviando para serem julgados definitivamente os processos de Conselho de Guerra a que responderam o soldado do Exército Manoel Antonio Daniel Cardozo, e o soldado policial Manoel José da Assumpção. Em seguida, o Sr. Desembargador Câmara relatou os seguintes dos soldados: José Januario Correa, acusado de 1ª deserção simples, e o Conselho de Guerra declinou de sua competência para julgar o réu visto não ter completado a deserção, e esta decisão foi confirmada, Wenceslau Vieira de Almeida, acusado de 1ª deserção simples e condenado em Conselho de Guerra a quatro meses de prisão, o que foi confirmado; João Quitenoo de Souza, acusado de 2ª deserção simples, e no Conselho de Guerra condenado a um ano de prisão com trabalho, o que foi confirmado; José Ignacio Pereira, acusado de 2ª deserção simples, condenado em Conselho de Guerra a dois anos de prisão com trabalho, o que foi confirmado; Antonio Francisco Luis Wanderley, acusado de 1ª deserção simples e condenado a dois meses de prisão em Conselho de Guerra, o que foi confirmado; e de

Aniceto Gomes de Oliveira, acusado de 1ª deserção simples, e no Conselho de Guerra condenado a seis meses de prisão, o que foi confirmado. O Sr. Desembargador Magalhães Castro relatou os 11 seguintes dos soldados: Francisco Melchiades dos Santos, acusado de 1ª deserção simples, e no Conselho de Guerra condenado a seis meses de prisão, o que foi confirmado; João Francisco, acusado de 1ª deserção simples, e no Conselho de Guerra condenado a dois meses de prisão, o que foi confirmado; Luis José de Oliveira, acusado de 1ª deserção simples, em Conselho de Guerra condenado a dois meses de prisão, o que foi confirmado; Manoel Severino de Araujo, acusado de 1ª deserção agravada, e no Conselho de Guerra condenado a um ano de prisão, o que foi confirmado; Joaquim José Gonçalves, acusado de 1ª deserção simples e condenado a quatro meses de prisão, o que foi confirmado; Joaquim José Ignacio, acusado de 2ª deserção simples e condenado a dois anos de prisão com trabalho, o que foi confirmado; Manoel Antonio, acusado de 1ª deserção simples e condenado em 1ª instância a seis meses de prisão, o que foi confirmado; Epifanio Manoel Stremfor, acusado de 2ª deserção simples, condenado a dois anos de prisão com trabalho, o que foi confirmado; Estevão Rodrigues da Costa Lira, acusado de 1ª deserção agravada e condenado em Conselho de Guerra um ano de prisão, o que foi confirmado; Lino Pinto de Siqueira, acusado de 1ª deserção simples e condenado em 1ª instância a dois meses de prisão, o que foi confirmado; e João José da Silva, acusado de 1ª deserção simples, e no Conselho de Guerra condenado a dois meses de prisão, o que foi confirmado. O Sr. Desembargador Lisboa relatou os 6 seguintes dos soldados: Francisco Ferreira Borges, acusado de 1ª deserção agravada e condenado em Conselho de Guerra a um ano de prisão, o que foi confirmado; Joaquim Leandro, acusado de 1ª deserção simples, condenado em Conselho de Guerra seis meses de prisão, o que foi confirmado; Joaquim Antonio Soares, acusado de 1ª deserção simples, o Conselho de Guerra declinou de sua competência para julgar o réu visto não ter completado a deserção, e esta decisão foi confirmada, Antonio Lazaro de Jesus, acusado em Conselho de Guerra de 1ª deserção simples e por ele condenado a seis meses de prisão, esta sentença foi reformada para impor-se ao réu as penas decretadas no artigo 18, título 4º das segundas deserções simples da Ordenança de 9 de abril de 1805, por isso que as deserções são contadas pelo seu número, e não conforme as épocas de paz ou de guerra, José Desiderio, acusado em Conselho de Guerra de 3ª deserção agravada e condenado na 5ª parte do artigo único, do título 4º da Ordenança de 9 de abril de 1805, das deserções agravadas por circunstâncias, esta sentença foi reformada para impor-se ao réu a pena decretada no artigo único das terceiras deserções do título 4º da Ordenança de 9 de abril de 1805, combinado com artigo único, § 5º, das deserções agravadas, e de conformidade com a Carta Régia de 19 de fevereiro de 1807, e condenam o réu no duplo da pena; e advertem o Conselho por não ter citado estas disposições e ter transcrito segundo o Alvará de 4 de setembro de 1765; e, finalmente, do cabo de esquadra Carlos José da Costa, acusado de furto, o Conselho Criminal condenou o réu a três meses de prisão, e esta sentença foi reformada para

absolver-se o réu. E nada mais se podendo tratar, o Sr. Conselheiro de Guerra Duque de Caxias, servindo de Presidente, encerrou a Sessão, da qual eu, o Secretário de Guerra José Joaquim Rodrigues Lopes, escrevi e assinei esta ata.

Duque de Caxias {assinatura}

53ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar e de Justiça, em 27 de setembro de 1873

Existiam 150

Entraram 26

Saíram 28 {anotações à margem da folha}

Aos vinte e sete dias do mês de setembro de mil oitocentos setenta e três, achando-se presente os Senhores Conselheiros de Guerra **Duque de Caxias**, **Betancourt**, **Barão de Itapagipe**, **Visconde de Santa Teresa**, **Barões da Gávea** e **de Angra**, Conselheiro Vogal **Beaurepaire** e Desembargadores **Câmara**, **Magalhães Castro** e **Lisboa**, foi aberta a Sessão. Lida e aprovada a ata da antecedente, o Secretário de Guerra deu conta dos seguintes processos de Conselho de Guerra a fim de serem julgados definitivamente dos réus: tenente-coronel Gabriel Alves Fernandes, tenente Felismino Cunha do Nascimento, e o soldado Francisco Alves de Lima, Pantaleão Machado de Oliveira, João Pedro Chaves, Joaquim Luis Pereira, Marcelino José Dias, e cabo de esquadra Francisco Antonio de Castilho, soldados Lourenço Mariano Gomes da Silva, José Estevão Correa, José Felix Alves, Manoel Pereira Bruno, Manoel Alexandre Gomes, Benedicto Antonio Ramos, José Vicente Ferreira de Almeida, João Savedra, Benedicto de Magalhães, Lourenço Bezerra da Gama, João Antonio Felicio, Marcos Augusto Alves de Medeiros, Manoel José Henrique, Antonio Ricardo Dias, José Apolinario Ribeiro, Benedicto José dos Santos, soldados policiais José Martins dos Santos e João Gonzaga da Silva. Em seguida, o Sr. Desembargador Câmara relatou os seguintes processos: do alferes João Coelho de Souza Filho, acusado de insubordinação, embriaguez, resistência e outros crimes, e no Conselho de Guerra absolvido. O Tribunal reformou esta sentença para condenar o réu a seis meses de prisão em uma fortaleza, findos os quais será privado da comissão e despedido do serviço do Exército por sua conduta habitual, dos soldados Pedro Gomes Duarte e José Luis da Silva, acusados de ferimento recíproco; o Conselho de Guerra condenou Duarte a seis meses de prisão rigorosa, e José Luis da Silva a dois anos da mesma prisão rigorosa, o que foi confirmado; a dos soldados: Custodio Francisco Nunes, acusado de insubordinação, condenado em Conselho de Guerra a seis meses de rigorosa prisão, o que foi confirmado; Delfino José de Souza, acusado de 1ª deserção simples, condenado em Conselho de Guerra a seis meses de prisão, o que foi confirmado; João da Serva, acusado de 1ª deserção simples

e condenado a seis meses de prisão, o que foi confirmado; Manoel Ernesto Ferreira, acusado de 1ª deserção simples, condenado em 1ª instância a seis meses de prisão, o que foi confirmado; Manoel Victorino dos Santos, acusado de 1ª deserção simples, condenado em Conselho de Guerra a seis meses de prisão, o que foi confirmado; José Francisco de Barros, acusado de 2ª deserção simples, condenado a dois anos de prisão com trabalho, o que foi confirmado; Francisco Antonio de Castro, acusado de 1ª deserção simples, condenado a seis meses de prisão, o que foi confirmado; João José de Souza, acusado de 1ª deserção simples, condenado em 1ª instância a quatro meses de prisão, o que foi confirmado; Antonio Pereira de Santa Anna, acusado de 2ª deserção agravada e condenado a quatro anos de prisão com trabalho; o que foi confirmado; Bernardino José Moreira, acusado de 1ª deserção simples, condenado em Conselho de Guerra a seis meses de prisão, o que foi confirmado; João Luis Baptista, acusado de 1ª deserção simples, e no Conselho de Guerra condenado a seis meses de prisão, o que foi confirmado; José Fabriciano Mendes, acusado de 1ª deserção simples, o Conselho julgou-se incompetente para julgar o réu por entender que ele já fora julgado embora não estivesse a sentença assinada pelos vogais do Conselho que o sentenciou; e o Tribunal proferiu a respeito o seguinte despacho: volte o processo ao Conselho de Guerra ultimamente nomeado para, em vista das provas existentes, julgar novamente o réu, visto não se poder considerar válida a sentença que foi proferida por não estar assinada pelos vogais, que constituíram, ou fizeram parte do Conselho de Guerra então nomeado; Joaquim Antonio da Silva, acusado de 1ª deserção simples, no Conselho de Guerra condenado a seis meses de prisão, o que foi confirmado; e do tambor José Antonio Bahia, acusado de 1ª deserção simples, o Conselho declinou de sua competência para julgar o réu visto não ter ele completado a deserção; decisão esta que foi confirmada. O Sr. Desembargador Magalhães Castro relatou os seguintes: dos réus 1º cadete João Evaldo Lopes de Oliveira e cabo de esquadra João Francisco Gomes, acusados de fuga de presos, foram condenados a ficar no lugar do evadido, e esta sentença foi reformada para dar-se a de seis meses de prisão a cada um dos réus; dos réus 2ºs cadetes Pedro da Costa Monteiro e Claudino Pereira de Queiroz, acusados de insubordinação e no Conselho de Guerra condenou o 1º réu a seis meses de prisão rigorosa, e o 2º à morte. O Tribunal confirmou esta sentença quanto ao 1º réu Monteiro, e reformou-a quanto ao 2º réu Queiroz para dar-lhe dois anos de prisão com trabalho; dos soldados Manoel Gomes da Silva e Rufino Francisco da Rocha, acusados de fuga de presos, e no Conselho de Guerra absolvidos. O Tribunal reformou esta sentença para dar a cada um dos réus seis meses de prisão, e, finalmente, do clarim Guilhermino Soares de Oliveira, acusado de homicídio, e no Conselho de Guerra condenado a doze anos de prisão com trabalho, o que foi confirmado. O Sr. Desembargador Lisboa relatou os seguintes: dos soldados Benedicto de Queiroz, acusado de 2ª deserção simples, condenado em Conselho de Guerra a dois anos de prisão com trabalho, o que foi confirmado; Antonio

José dos Santos, acusado de 1ª deserção agravada e condenado a um ano de prisão, o que foi confirmado; Chrispim Duarte da Costa, acusado de 1ª deserção agravada, condenado a quatro meses de prisão no Conselho de Guerra, o que foi confirmado; Eugenio Francisco Leite, acusado de deserção em tempo de guerra e condenado à morte na 1ª instância, sentença que foi reformada para se lhe dar a de cinco anos de prisão com trabalho; Adriano Pereira Lopes, acusado de 3ª deserção simples, e no Conselho de Guerra condenado a seis anos de prisão com trabalho, o que foi confirmado; Carlos Frederico de Campos, acusado de 1ª deserção simples e condenado em 1ª instância a seis meses de prisão, o que foi confirmado; e do soldado policial Joaquim Monteiro dos Santos, acusado de 2ª deserção simples e condenado a servir na 1ª linha como se recrutado fosse, o que foi confirmado; e Ventura Antonio do Monte, acusado em Conselho Criminal de desobediência, e absolvido no Conselho Criminal, o que foi confirmado. E nada mais havendo a tratar, o Sr. Conselheiro de Guerra Duque de Caxias, servindo de Presidente, encerrou a Sessão, da qual eu, o Secretário de Guerra José Joaquim Rodrigues Lopes, escrevi e assinei esta ata.

Duque de Caxias {assinatura}

54ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar de Justiça, em 1º de outubro de 1873

Existiam 148

Entraram 23

Saíram 28 {anotações à margem da folha}

No dia 1º de outubro de mil oitocentos setenta e três, achando-se presente os Senhores Conselheiros de Guerra **Duque de Caxias**, **Betancourt**, **Barão de Itapagipe**, **Visconde de Santa Teresa**, **Barão da Gávea**, Conselheiro Vogal **Beaurepaire** e Desembargadores **Câmara**, **Magalhães Castro** e **Lisboa**, foi aberta a Sessão. Lida e aprovada a ata da antecedente, o Secretário de Guerra deu conta de 3 avisos do Ministério da Guerra, enviando para serem julgados definitivamente os processos de Conselho de Guerra a que responderam os seguintes réus soldados: Joaquim Vieira Bernardo, Manoel José Damasio, Manoel Bitú Chaves, José Evangelista da Silveira, Bernardo Amancio Monteiro, Francisco Joaquim dos Santos, Gil Francisco de Souza, Luis Augusto Jardim, João Antonio da Silva e Souza, Manoel Silvestre Garcez, Jacintho Wernek de Carvalho, Manoel Ignacio da Silva, Benedicto da Silva, Manoel José de Lima, Florentino Gomes do Nascimento, Joaquim Christino da Silva, Manoel Marcelino da Cruz, João Candido Pereira da Silva, Francisco Pereira do Nascimento, Antonio João de Miranda, Manoel José da Silva, Justino Antonio Barboza, Marcelino Dias Carneiro, Joaquim Antonio, Salvador Manoel dos Prazeres, e o corneta Angelo Pereira da Silva. Em seguida, o Sr. Desembargador Câmara relatou os

seguintes processos: do 2º cadete João Manoel de Mello, acusado de insubordinação, e no Conselho de Guerra condenado a um ano de prisão simples, sentença que foi reformada para infligir-se ao réu a de dois anos de prisão em fortaleza, sendo depois excluído do Exército por incorrigível; do soldado policial Leonardo Manoel de Oliveira, acusado de 2ª deserção simples, e no Conselho Criminal condenado a ter praça na 1ª linha, como se recrutado fosse o que foi confirmado; do soldado naval Rufino Gomes da Silva, acusado de resistência e ferimento e condenado a dois anos de galés, o que foi reformado para se lhe darem os mesmos dois anos de prisão com trabalho, e dos 9 soldados do Exército seguintes: Lourenço Pereira do Nascimento, acusado de 1ª deserção e condenado a seis meses de prisão, o que foi confirmado; João Vieira da Silva, acusado de 1ª deserção simples, condenado aos mesmos seis meses de prisão, o que foi confirmado; Benedicto Pereira, acusado do mesmo crime e condenado à mesma pena, o que foi confirmado; Nicolau João Pereira da Silva, acusado do mesmo crime e condenado à mesma pena, o que foi confirmado; João de Souza e Oliveira, acusado do mesmo crime e condenado à igual pena, o que foi confirmado; João de Araujo, acusado de igual crime e condenado à mesma pena, o que foi confirmado; Silvestre Teixeira Pinto, acusado de 1ª deserção agravada, condenado a um ano de prisão, o que foi confirmado; Jeronimo Bezerra do Nascimento, também acusado de 1ª deserção agravada, também condenado a um ano de prisão, o que foi confirmado; e, finalmente, Antonio Mathias, acusado de 1ª deserção simples, o Conselho de Guerra julgou-se incompetente para julgar o réu, visto não ter ele completado a deserção, e esta decisão confirmada pelo Tribunal. O Sr. Desembargador Magalhães Castro relatou os processos dos 8 soldados do Exército seguintes: Americo José da Silva, acusado de 1ª deserção simples e no Conselho de Guerra condenado a seis meses de prisão, o que foi confirmado; José Eusebio da Silva, acusado do mesmo crime e condenado à mesma pena, o que foi confirmado; Jacintho Manoel Francisco, acusado do mesmo crime e condenado à igual pena, o que foi confirmado; Manoel de Jesus, acusado do mesmo crime, condenado à igual pena o que foi confirmado; João Antonio da Silva, acusado do mesmo crime e condenado a 2 anos de prisão, o que foi confirmado; Francisco Fernandes de Jesus, acusado ainda do mesmo crime e condenado a 4 meses de prisão, o que foi confirmado; Raymundo Gualberto, condenado a dois meses de prisão, por ter sido acusado de 1ª deserção simples, o que foi confirmado; e, finalmente, José Nunes Victoria, acusado de 2ª deserção e condenado a um ano de prisão com trabalho, o que foi confirmado. Ultimamente, o Sr. Desembargador Lisboa relatou os seguintes 8 processos: dos soldados policiais Antonio José de Moura, acusado de desobediência e condenado a seis meses de prisão, o que foi confirmado e Manoel José da Assumpção, acusado de 2ª deserção simples condenado a passar para a 1ª linha como se recrutado fosse, o que também foi confirmado; e os 6 processos 6 soldados do Exército seguintes: Alexandre José da Silva, acusado de 1ª deserção, condenado a seis meses de prisão, o que foi confirmado; Ignacio José da Silva, acusado de 1ª deserção agravada e condenado a um ano de prisão, o que foi confirmado; Emiliano

Ferreira Lima, acusado de igual crime e condenado à mesma pena que também foi confirmado; Tito Joaquim da Silva, acusado de 1ª deserção simples e condenado a quatro meses de prisão, o que foi confirmado; Candido Camillo dos Passos, acusado também de 1ª deserção simples e condenado a dois meses de prisão, o que foi confirmado; e Joaquim da Silva Souza, acusado de 2ª deserção simples, condenado a dois anos de trabalhos públicos, o que foi confirmado. E nada mais havendo a tratar-se, o Sr. Conselheiro de Guerra Duque de Caxias, servindo de Presidente, encerrou a Sessão, da qual eu, o Secretário de Guerra José Joaquim Rodrigues Lopes, escrevi e assinei esta ata.

Duque de Caxias {assinatura}

55ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar e de Justiça, em 4 de outubro de 1873

Existiam 143

Entraram 17

Saíram 8 {anotações à margem da folha}

Aos quatro dias do mês de outubro de mil oitocentos setenta e três, achando-se presentes os Senhores Conselheiros de Guerra **Duque de Caxias**, **Betancourt**, **Barão de Itapagipe**, **De Lamare**, **Barões da Gávea** e **de Angra**, Conselheiro Vogal **Beaurepaire** e Desembargadores **Câmara** e **Lisboa**, foi aberta a Sessão. Lida e aprovada a ata da antecedente, o Secretário de Guerra deu conta dos seguintes processos que vieram com avisos do Ministério da Guerra para serem julgados definitivamente: dos réus soldados Manoel José Joaquim de Santa Anna, Claudio José Francisco, Jacintho das Neves, Pedro José da Silva Primeiro, Antonio Martins do Espirito Santo, Rosino da Silva Polycarpo, Luis Pinto Monteiro, Manoel Ignacio Rodrigues Pereira, Laurentino José Barcelos, Herculano da Costa Araujo, Joaquim Ignacio de Azevedo, Antonio Mariano dos Santos, Salvador José dos Santos, Antonio José da Silva, 2º cadete Fabio Maximo da Cunha, soldados Antonio da Costa Pereira e Manuel Francisco de Bezerra. Em seguida, o Sr. Desembargador Câmara relatou os dois processos seguintes, dos soldados Manoel Antonio de Oliveira, acusado de 1ª deserção simples, condenado em Conselho de Guerra a seis meses de prisão, o que foi confirmado; Manoel Antonio de Albuquerque, acusado de 2ª agravada e condenado em Conselho de Guerra a quatro anos de prisão com trabalho, o que foi igualmente confirmado. O Sr. Desembargador Lisboa relatou os 6 seguintes: do corneta Antonio Thomaz dos Santos, acusado de 1ª deserção simples, condenado a seis meses de prisão, o que foi confirmado; e dos 5 soldados seguintes: Joaquim Victorino, acusado de 1ª deserção simples, condenado em Conselho de Guerra a seis meses de prisão, o que foi confirmado; Dorotheo José Lisboa, acusado do mesmo crime, condenado em Conselho de Guerra à mesma pena o que

também foi confirmado; Antonio Braz de Araujo, acusado de 1ª deserção agravada, condenado a um ano de prisão, o que foi confirmado; Felix José de Souza, acusado de 1ª deserção simples, o Conselho de Guerra julgou-se incompetente para sentenciar o réu por não ter completado os 8 dias de espera, despacho este que foi confirmado; Pedro Segui, acusado de insubordinação e no Conselho de Guerra condenado a 18 meses de prisão, o que foi confirmado. E nada mais se podendo tratar, o Sr. Conselheiro de Guerra Duque de Caxias, servindo de Presidente, encerrou a Sessão, da qual eu, o Secretário de Guerra José Joaquim Rodrigues Lopes, escrevi e assinei esta ata.

Duque de Caxias {assinatura}

56ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar de Justiça, em 8 de outubro de 1873

Existiam 152

Entraram 7

Saíram 16 {anotações à margem da folha}

Aos oito dias do mês de outubro de mil oitocentos setenta e três, achando-se presente os Senhores: Conselheiros de Guerra **Duque de Caxias**, **Betancourt**, **Barão de Itapagipe**, **De Lamare**, Conselheiro Vogal **Beaurepaire** e Desembargadores **Câmara** e **Lisboa**, foi aberta a Sessão. Lida e aprovada a ata da antecedente, o Secretário de Guerra deu conta dos seguintes processos, que foram enviados pelas Secretarias da Guerra e da Marinha a fim de serem definitivamente julgados, do soldado do Exército José Gomes da Silva, Quintiliano José Rodrigues, Francisco Ferreira Lopes, Joaquim Pereira Santos, e do imperial marinheiro José Ferreira de Souza. Em seguida, o Sr. Desembargador Câmara relatou os seguintes processos: dos soldados João Pedro Chaves, acusado de 1ª deserção agravada e condenado em Conselho de Guerra a um ano de prisão, o que foi confirmado; Manoel Francisco Bezerra, acusado de 1ª deserção simples, condenado em Conselho de Guerra a quatro meses de prisão, o que foi confirmado; João Savedra, acusado de 1ª deserção agravada, condenado a um ano de prisão, o que foi confirmado; Florentino Gomes do Nascimento, acusado de 1ª deserção simples, condenado a seis meses de prisão, o que foi confirmado; Benedicto Antonio Ramos, acusado de 1ª deserção agravada e condenado a um ano de prisão, o que foi confirmado; Manoel Pereira Bruno, acusado de 1ª deserção simples e condenado a seis meses de prisão, o que foi confirmado; Benedicto da Silva, acusado de 2ª deserção simples e condenado a dois anos de prisão com trabalho, o que foi confirmado; Antonio Francisco do Sacramento, acusado de 2ª deserção simples e condenado em Conselho de Guerra a dois anos de prisão com trabalho, o que foi confirmado; e dos soldados policiais em um só processo Lourenço José Rufino Cidreira, Desiderio José da

Costa, Manoel Nunes Gonçalves e Alfredo Augusto de Almeida, acusados de desobediência e injúria ao seu superior, e no Conselho Criminal o 1º (Lourenço) a um ano de prisão, e os outros nas penas no artigo 16 do Regulamento de 16 de janeiro de 1858. O Tribunal confirmou a sentença quanto ao primeiro réu, e os outros condenou a dois meses de prisão a cada um. O Sr. Desembargador Lisboa relatou os seguintes processos: dos soldados Florencio Alves Pereira, acusado de 1ª deserção agravada, condenado a um ano de prisão, o que foi confirmado; José Luis da Silva, acusado de 1ª deserção simples, condenado em Conselho de Guerra a seis meses de prisão, o que foi confirmado; Felix Alves de Oliveira, Joaquim Bezerra do Prado, Porfirio Nery dos Santos, todos 3 em um só processo; acusados de 1ª deserção simples, o Conselho de Guerra julgou-se incompetente para sentenciá-los visto não terem completado a deserção, e esta decisão foi confirmada; dos réus Manoel Agostinho da Silva e José Carraça da Costa, acusados em um só processo de 1ª deserção simples. O Conselho de Guerra igualmente se julgou incompetente para sentenciar estes réus por não terem completado a deserção, e esta decisão foi igualmente confirmada; Francisco Pereira dos Santos, acusado de 2ª deserção simples e condenado em 1ª instância a dois anos de trabalhos públicos, o que foi confirmado; Manoel Bernardo do Nascimento, acusado de 1ª deserção simples, condenado em Conselho de Guerra a seis meses de prisão, o que foi confirmado; e do soldado policial Francisco José Machado, acusado de ameaça ao seu superior e condenado em Conselho Criminal, a um ano de prisão, o que foi confirmado. E nada mais se podendo tratar, o Sr. Conselheiro de Guerra Duque de Caxias, servindo de Presidente, encerrou a Sessão, da qual eu, o Secretário de Guerra José Joaquim Rodrigues Lopes, escrevi e assinei esta ata.

Duque de Caxias {assinatura}

57ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar e de Justiça, em 11 de outubro de 1873

Existiam 14

Entraram 5

Saíram 10 {anotações à margem da folha}

Aos onze dias do mês de outubro de mil oitocentos setenta e três, achando-se presentes os Senhores Conselheiros de Guerra **Duque de Caxias**, **Betancourt**, **Barões da Gávea** e **de Angra**, Conselheiro Vogal **Beaurepaire** e Desembargadores **Câmara** e **Lisboa**, foi aberta a Sessão. Lida e aprovada a ata da antecedente, o Secretário de Guerra deu conta de 2 avisos um da Repartição da Guerra, e outro do da Justiça enviando processos de Conselho de Guerra para serem julgados definitivamente sobre os réus soldados do Exército Francisco Alexandre Atalaia, José Manoel de Oliveira, Francisco Rodrigues Correa e Antonio Joaquim,

e o soldado policial José Joaquim Leitão. Em seguida, o Sr. Desembargador Câmara relatou os seguintes processos: dos soldados Antonio José de Miranda, acusado de 1ª deserção simples e condenado em Conselho de Guerra a quatro meses de prisão, o que foi confirmado; e Lourenço Bezerra da Gama, acusado de 2ª deserção simples e condenado a 2 anos de prisão com trabalho, o que também foi confirmado. O Sr. Desembargador Lisboa relatou os 8 seguintes: dos soldados Joaquim Antonio, acusado de 1ª deserção simples e condenado em Conselho de Guerra a seis meses de prisão, o que foi confirmado; Manoel José Henriques, acusado do mesmo crime, condenado à mesma pena, que também foi confirmada; Marcelino José Dias, acusado do mesmo crime, condenado à igual pena, o que foi igualmente confirmado; Marcelino Dias Carneiro, acusado do mesmo crime, condenado à mesma pena, o que foi confirmado; José Apolinario Ribeiro, acusado do mesmo crime, condenado à mesma pena, o que foi confirmado; João Antonio Filicio, acusado do mesmo crime, condenado a dois meses de prisão, o que ainda foi confirmado; Salvador Manoel dos Prazeres, acusado de 1ª deserção agravada, condenado a um ano de prisão, o que foi igualmente confirmado; e, finalmente, Joaquim Luis Pereira, acusado de 2ª deserção simples e condenado a dois anos de trabalhos, o que foi da mesma forma confirmado. E nada mais se podendo tratar, o Sr. Conselheiro de Guerra Duque de Caxias, servindo de Presidente, encerrou a Sessão, da qual eu, o Secretário de Guerra José Joaquim Rodrigues Lopes, escrevi e assinei esta ata.

Duque de Caxias {assinatura}

58ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar e de Justiça, em 15 de outubro de 1873

Existiam 138

Entraram 15

Saíram 13 {anotações à margem da folha}

Aos quinze dias do mês de outubro de mil oitocentos setenta e três, achando-se presentes os Senhores Conselheiros de Guerra **Duque de Caxias**, **Betancourt**, **De Lamare**, **Barão da Gávea**, Conselheiro Vogal **Beaurepaire** e Desembargadores **Câmara** e **Lisboa**, foi aberta a Sessão. O Secretário de Guerra leu a ata da Sessão antecedente que foi aprovada, deu conta de 2 avisos, um do Ministério da Guerra e outro da Marinha, enviando para serem definitivamente julgados os processos de Conselho de Guerra a que responderam: o 2º cadete 1º sargento Felippe José de Serqueira, e soldados Pedro Celestino, João Rodrigues dos Santos, Manoel Alexandre, Joaquim Antonio da Silva, Antonio Joaquim Bastos, Antonio Felismino Pereira, Manoel Pereira da Silva, Manoel Vicente da Silva, André José dos Santos, José Joaquim da Silva, Pedro Feliciano Leite da Costa, Manoel Claudino, Francisco Leite da Silva, e imperial marinheiro Agostinho Pio. Em seguida, o Sr. Desembargador Câmara

relatou os seguintes processos de Conselho de Guerra dos soldados do Exército: Manoel José Joaquim de Santa Anna, acusado de 1ª deserção simples, condenado a seis meses de prisão, o que foi confirmado; Antonio Martins do Espirito Santo, acusado do mesmo crime, condenado à igual pena, o que foi confirmado; José Estevão Correa, acusado do mesmo crime, condenado à igual pena, o que foi confirmado; Antonio José da Silva, acusado do mesmo crime, condenado à mesma pena, o que foi confirmado; Francisco Rodrigues Correa, acusado do mesmo crime, condenado a três meses de prisão, o que foi confirmado; Pedro José da Silva, acusado do mesmo crime, condenado a quatro meses de prisão, o que foi confirmado; e, finalmente, Joaquim Ignacio de Azevedo, acusado de 1ª deserção agravada, condenado a um ano de prisão, o que foi confirmado. O Sr. Desembargador Lisboa relatou o seguinte: do tenente Felismino Cunhado Nascimento, acusado de espancar dois soldados e condenado em Conselho de Guerra a um mês de prisão, o que foi confirmado; e dos soldados: João Candido Pereira da Silva, acusado de 1ª deserção simples e condenado a seis meses de prisão, o que foi confirmado; Jacintho das Neves, acusado do mesmo crime, condenado à mesma pena, o que foi confirmado; Claudio José Francisco, acusado do mesmo crime, condenado à mesma pena, o que foi confirmado; Joaquim Christino da Silva, acusado do mesmo crime, condenado à igual pena, o que foi confirmado; e ultimamente do soldado policial José Martins dos Santos, acusado de 1ª deserção simples, condenado pelo Conselho Criminal a quatro meses de prisão, o que foi confirmado. E nada mais se podendo tratar, o Sr. Conselheiro de Guerra Duque de Caxias, servindo de Presidente, encerrou a Sessão, da qual eu, o Secretário de Guerra José Joaquim Rodrigues Lopes, escrevi e assinei esta ata.

Duque de Caxias {assinatura}

59ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar e de Justiça, em 18 de outubro de 1873

Existiam 140

Entraram 15

Saíram 8 {anotações à margem da folha}

Aos dezoito dias do mês de outubro de mil oitocentos setenta e três, achando-se presente os Senhores: Conselheiros de Guerra **Duque de Caxias**, **Barão da Gávea**, **Barão de Laguna**, **Barão de Angra**, Conselheiro Vogal **Beaurepaire** e Desembargadores **Câmara** e **Lisboa**, foi aberta a Sessão. Lida e aprovada a ata da antecedente, o Secretário de Guerra deu conta de 3 avisos das Repartições da Guerra e da Justiça, enviando para serem julgados em última instância os processos de Conselho de Guerra a que responderam: o alferes Basilio Valor, e o cabo de esquadra Ouvidio Marchal Daville, os cabos de esquadra Antonio José do Nascimento, Thome Ribeiro e Antonio Manoel do Nascimento, Manoel Gavino do

Nascimento, Joaquim José da Silva, Belarmino de Souza, Manoel José Leite, José Alfredo de Almeida, Manoel Luis Meirelles, Pedro Alves de Alcantara, Francisco Pereira da Silva, 1º cadete Joaquim Quirino Villarino, furriel Francisco de Paula Cerqueira, cabo de esquadra Francisco Ribeiro da Costa, e soldados Tertuliano da França, Joaquim José Barboza, Salvador Molina, João Antonio da Silva, e o soldado policial Eduardo José Mariano. Em seguida, o Sr. Desembargador Câmara relatou os seguintes processos: do alferes Henrique Affonso de Araujo Macedo, acusado de ameaça e injúria contra o Ministro plenipotenciário do Brasil na República do Paraguai [ilegível] ora estava, e no Conselho de Guerra absolvido, o que foi confirmado; do soldado João Baptista dos Santos, acusado de 1ª deserção simples e condenado a seis meses de prisão, o que foi confirmado; do grumete José Ferreira de Souza, acusado de 3ª deserção simples e condenado a um ano de prisão, o que foi confirmado; o Sr. Desembargador Lisboa relatou os seguintes: dos soldados Francisco Pereira do Nascimento, acusado de 1ª deserção simples e condenado a seis meses de prisão, o que foi confirmado; Benedicto José dos Santos, também acusado de 1ª deserção simples e condenado à igual pena, o que foi confirmado; Justiniano Antonio Barbosa, acusado de 2ª deserção simples e condenado a um ano de prisão com trabalho, o que foi confirmado; corneta Angelo Pereira da Silva, acusado de 1ª deserção agravada, condenado a um ano de prisão; o que foi confirmado; e do soldado policial João Gonzaga da Silva Costa, acusado de 1ª deserção simples, condenado a quatro meses de prisão, o que foi confirmado. E nada mais se podendo tratar, o Sr. Conselheiro de Guerra Duque de Caxias, servindo de Presidente, encerrou a Sessão, da qual eu, o Secretário de Guerra José Joaquim Rodrigues Lopes, escrevi e assinei esta ata.

Duque de Caxias {assinatura}

60ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar de Justiça, em 22 de outubro de 1873

Existiam 157

Entraram 8

Saíram 7 {anotações à margem da folha}

Aos 22 dias do mês de outubro de mil oitocentos setenta e três, achando-se presente os Senhores Conselheiros de Guerra **Duque de Caxias**, **Betancourt**, **Barão de Itapagipe**, **De Lamare**, **Barão da Gávea** e Desembargadores **Lisboa** e **Viriato Bandeira Duarte**, nomeado para substituir o Sr. Desembargador Magalhães Castro, foi aberta a Sessão. Lida e aprovada a ata da antecedente, o Secretário de Guerra deu conta dos seguintes processos enviados pela Secretaria da Guerra para serem julgados definitivamente: soldados Antonio Alves da Costa, Francisco da Silveira Chagas, Julio Anacleto do Espirito Santo, Pedro Paulo de Oliveira Pantoja, Manoel Martins do Bonfim, João Custodio de Lima, Theodoro José

Rodrigues e Francisco Apolinario Janella. Em seguida, o Sr. Desembargador Lisboa relatou os seguintes dos soldados: Laurentino José Barcelos, acusado de 1ª deserção simples condenado em Conselho de Guerra a seis meses de prisão, o que foi confirmado; Herculano da Costa Araujo, acusado do mesmo crime, condenado à mesma pena, o que também foi confirmado; Francisco Ferreira Lopes, acusado do mesmo crime, condenado à mesma pena, também confirmada; Antonio Mariano dos Santos, acusado do mesmo crime, condenado à mesma pena, o que foi confirmado; Manoel José Leite, acusado de 1ª deserção agravada, condenado a um ano de prisão, o que foi confirmado; e dos soldados policiais José Joaquim Leitão, acusado de 1ª deserção simples, condenado em Conselho Criminal a um mês de prisão, o que foi confirmado; e João Baptista da Cruz, acusado de 2ª deserção simples, condenado a ter praça na 1ª linha, onde servirá como se recrutado fosse, o que foi confirmado. E nada mais se podendo tratar, o Sr. Conselheiro de Guerra Duque de Caxias, servindo de Presidente, encerrou a Sessão, da qual eu, o Secretário de Guerra José Joaquim Rodrigues Lopes, escrevi e assinei esta ata.

Duque de Caxias {assinatura}

61ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar de Justiça, em 25 de outubro de 1873

Existiam 158

Entraram 17

Saíram 15 {anotações à margem da folha}

Aos vinte e cinco dias do mês de outubro de mil oitocentos setenta e três, achando-se presente os Senhores: Conselheiros de Guerra **Duque de Caxias**, **Betancourt**, **Barão de Itapagipe**, **Barão da Gávea**, **Barão de Laguna**, **Barão de Angra** e Desembargadores **Câmara**, **Lisboa** e **Bandeira Duarte**, foi aberta a Sessão. Lida e aprovada a ata da antecedente, o Secretário de Guerra deu conta do seguinte expediente, 3 avisos do Ministério da Guerra enviando para serem julgados definitivamente os processos de Conselho de Guerra a que foram submetidos, o alferes Ernesto Bagolocimo de Souza Monteiro, e os soldados Eugenio Antonio da Silva, João Manoel de Souza, Athanasio Mafalda, João Amancio, Mariano Francisco do Nascimento, Bernardo da Conceição, Lauriano José de Souza, Maximiano José dos Santos, José Bento Soares, João Dias de Oliveira, José Antonio da Silva, Antonio Francisco Monteiro, Athanasio Moreira da Silva, Antonio de Souza, e cornetas Antonio da Costa Soares, e Torquato Bispo dos Santos. Em seguida, o Sr. Desembargador Câmara relatou os seguintes processos: dos réus tenente João Braz da Silva, e 1° sargento Francisco José Rodrigues, acusados de disputa e ferimentos recíprocos, e no Conselho de Guerra absolvido o tenente e condenado o sargento a quatro meses de rigorosa prisão. O Tribunal proferiu a respeito o seguinte

despacho: julgam nula a sentença do Conselho de Guerra por não ter sido precedida de tenções, e mandam que volte o processo ao mesmo Conselho para que procedendo-se a votação por meio de tenções, se profira a sentença na forma da lei. O Sr. Câmara assinou-se vencido, e o Sr. Bandeira Duarte assinou-se vencido por julgar leve os ferimentos e desnecessárias as tenções; dos réus 2º cadete Francisco José Velho, e os soldados João José dos Santos e Justino José de Oliveira, acusados de fuga de presos, e no Conselho de Guerra absolvido o cadete Velho e condenados os dois soldados a ficarem no lugar dos evadidos. O Tribunal confirmou a sentença na parte, que absolveu o 1º réu, e reformou-a quanto aos outros para condená-los a dois meses de prisão com trabalho a cada um deles, do coronheiro Reginaldo José dos Reis, acusado de ferimento, e no Conselho de Guerra absolvido; o Tribunal proferiu o seguinte despacho: julgam nula a sentença do Conselho de Guerra por não ter sido precedida de tenções, e mandam, que volte o processo ao mesmo Conselho para que, procedendo-se a votação por tenções, proferiu a sentença de conformidade com elas; dos soldado Gil Francisco de Souza, acusado de deserção em tempo de guerra, absolvido no Conselho de 1ª instância, o que foi confirmado; e João Rodrigues Seára, acusado de insubordinação e condenado a seis meses de prisão rigorosa; sobre este processo proferiu o Tribunal o seguinte despacho: julgam nula a sentença do Conselho de Guerra, por não ter sido precedida de tenções, e mandam, portanto, que volte o processo ao Conselho de Guerra para proceder-se a votação por tenções, proferindo-se a sentença de conformidade com elas. Os Senhores Desembargadores Câmara e Bandeira Duarte assinaram-se vencidos. O mesmo Sr. Bandeira Duarte relatou os seguintes 4 processos dos soldados Eugenio Martins, acusado de 2ª deserção simples, condenado em 2 anos de prisão com trabalho, o que foi confirmado; José Ferreira da Silva, acusado de 1ª deserção simples, e no Conselho de Guerra condenado a seis meses de prisão, o que foi confirmado; Lucio Ferreira dos Anjos, acusado do mesmo crime, condenado à mesma pena, que também foi confirmada, e Manoel Antonio Daniel Cardozo, condenado à mesma pena por ter sido acusado de igual crime, o que foi confirmado. O Sr. Desembargador Lisboa relatou os seguintes: do imperial marinheiro Agostinho Pio, acusado de insubordinação, e absolvido no Conselho de Guerra, o que foi confirmado; e dos soldados do Exército: Francisco Ferreira da Silva, acusado de 1ª deserção agravada, condenado a um ano de prisão, o que foi confirmado; Salvador José dos Santos, acusado de 1ª deserção simples, e no Conselho de Guerra julgou-se incompetente para julgar o réu visto ter ele a ausência de menos de 8 dias; o que foi confirmado; Pedro Alves de Alcantara, acusado de 1ª deserção simples, condenado em Conselho de Guerra a seis meses de prisão, o que foi confirmado; Rocino da Silva Policarpo, acusado de 2ª deserção simples, e no Conselho de Guerra condenado a um ano de prisão com trabalho, o que foi confirmado; e de João Francisco Pereira, acusado de ferimento, e no Conselho de Guerra condenado a quatro anos de prisão simples; o Tribunal proferiu a respeito o seguinte despacho: julgam nulo processo, porque, 1º não foi organizado com auditor letrado; 2º não foi julgado por tenções na conformidade

da lei; e 3º porque o réu foi condenado em pena que não está determinada pelo artigo 8º dos de Guerra, faltando além disso o exame de sanidade sobre o ferimento do pescoço, que podia ter acidentes posteriormente. O Sr. Desembargador Câmara assinou-se vencido, o Sr. Desembargador Bandeira Duarte votou pela confirmação da sentença. E nada mais se podendo tratar, o Sr. Conselheiro de Guerra Duque de Caxias, servindo de Presidente, encerrou a Sessão, da qual eu, o Secretário de Guerra José Joaquim Rodrigues Lopes, escrevi e assinei esta ata.

Duque de Caxias {assinatura}

62ª ATA DA SESSÃO DO CONSELHO SUPREMO MILITAR DE JUSTIÇA, EM 29 DE OUTUBRO DE 1873

Existiam 160

Entraram 18

Saíram 18 {anotações à margem da folha}

Aos vinte e nove dias do mês de outubro de mil oitocentos setenta e três, achando-se presentes os Senhores Conselheiros de Guerra **Duque de Caxias**, **Betancourt**, **Barão de Itapagipe**, **Visconde de Santa Teresa** e Desembargadores **Câmara**, **Lisboa** e **Bandeira Duarte**, foi aberta a Sessão. Lida e aprovada a ata da antecedente, o Secretário de Guerra deu conta dos seguintes processos que vieram para serem julgados definitivamente, remetidos pelas Secretarias de Estado dos Negócios da Guerra, da Marinha e da Justiça: dos soldados Manoel Francisco da Silva, Honorio Bibiano, Manoel Francisco de Moraes, Manoel Francisco de Araujo, Antonio Fernandes Vellozo, Vicente José de Souza Brasil, Mathias João de Lima, Francisco Joaquim dos Santos, Francisco Fernandes dos Reis, Antonio Alves Vianna, Manoel Antonio, Victorino Cellestino de Castro, Lucas Evangelista de Souza, João Lourenço Correia de Macedo e Ludgero Theodoro de Oliveira, imperial marinheiro Marcelino Telles Guimarães, e soldado naval Bernardino da Silva, e soldado policial José Maria da Silva Peixoto. Em seguida, o Sr. Desembargador Câmara relatou os seguintes processos: dos soldados Francisco Antonio de Freitas e Manoel Alves Romeiro; acusados de espancar a um corneta, foram no Conselho de Guerra o 1º réu Freitas condenado a seis meses de rigorosa prisão, e o 2º absolvido, o que foi confirmado; Salvador Molina, acusado de 1ª deserção simples, condenado a dois meses de prisão, o que foi confirmado; Manoel Ponciano da Silva, acusado de 1ª deserção agravada e condenado a um ano de prisão, o que foi confirmado; José Alfredo de Almeida, acusado de 1ª deserção simples, condenado a seis meses de prisão, o que foi confirmado; Antonio Felismino Pereira, acusado de 1ª deserção agravada e condenado a um ano de prisão, o que foi confirmado; Antonio Joaquim Bastos, acusado do mesmo crime, condenado à mesma pena, que foi igualmente confirmada; Manoel Luis Meirelles, acusado de 1ª deserção simples, condenado a dois

meses de prisão, o que foi confirmado; Antonio Pinto da Conceição, acusado de deserção em tempo de guerra, condenado à morte, o Tribunal reformou esta sentença para condenar o réu a cinco anos de prisão com trabalho; Elisiario Simplicio da Silva, acusado do mesmo crime, condenado à mesma pena, o Tribunal também reformou esta sentença para dar ao réu a mesma pena de cinco anos de prisão com trabalho; André José dos Santos, acusado de 1ª deserção simples, condenado a seis meses de prisão, o que foi confirmado; e do imperial marinheiro José Gomes de Oliveira, acusado de ferimento, condenado em Conselho de Guerra a seis meses de galés, o Tribunal reformou esta sentença para dar ao réu a de um ano de prisão com trabalho. O Sr. Desembargador Lisboa relatou os seguintes: dos soldados Manoel Alexandre, acusado de fuga estando a cumprir sentença e condenado em mais um ano da prisão em que estava, o que foi confirmado; José Joaquim da Silva, acusado de 1ª deserção agravada e condenado a um ano de prisão, o que foi confirmado; Joaquim Antonio da Silva, acusado de 1ª deserção simples, condenado a seis meses de prisão, o que foi confirmado; Antonio Manoel Joaquim, acusado de 3ª deserção simples, condenado a seis anos de trabalhos públicos, o que foi confirmado; e do anspeçada Mariano José Francisco, acusado de desobediência e condenado em dois meses de prisão simples, o Tribunal reformou esta sentença para dar ao réu a de dois anos de prisão com trabalho. Os Senhores Duque de Caxias e Bandeira Duarte assinaram-se vencidos, e Sr. Lisboa votou pela nulidade da sentença por falta de tenções. O Sr. Desembargador Bandeira Duarte relatou os dois seguintes: do soldado Henrique Pedro Allessem, acusado de 1ª deserção simples, e no Conselho de Guerra condenado a dois meses de prisão, o que foi confirmado; e do soldado Manoel Antonio do Nascimento, acusado de 1ª deserção simples, condenado a seis meses de prisão, o que foi confirmado. E nada mais se podendo tratar, o Sr. Conselheiro de Guerra Duque de Caxias, servindo de Presidente, encerrou a Sessão, da qual eu, o Secretário de Guerra José Joaquim Rodrigues Lopes, escrevi e assinei a esta ata.

Duque de Caxias {assinatura}

63ª Ata da Conselho Supremo Militar e de Justiça, em 5 de novembro de 1873

Existiam 160

Entraram 6

Saíram 11 {anotações à margem da folha}

Aos cinco dias do mês de novembro de mil oitocentos setenta e três, achando-se presente os Senhores Conselheiros de Guerra **Duque de Caxias**, **Betancourt**, **Barão de Itapagipe**, **Barão da Gávea**, **Barão de Angra** e Desembargadores **Câmara** e **Lisboa**, foi aberta a Sessão. Lida e aprovada a da antecedente, o Secretário de Guerra deu conta do seguinte expediente

3 avisos da Secretaria da Guerra, 1 do da Justiça remetendo para serem julgados definitivamente os processos de Conselho de Guerra a que responderam: os soldados do Exército Alexandre José da Silva, Egino Pereira dos Santos, José da Costa Gadelha, João Ferreira do Nascimento e Antonio Felix da Silva, soldado policial Manoel Vicente de Araujo. Em seguida, o Sr. Desembargador Câmara relatou os seguintes processos: dos soldados Joaquim José Barboza, acusado de 2ª deserção agravada, condenado em Conselho de Guerra a quatro anos de prisão com trabalho, o que foi confirmado; Jacintho Vernek de Carvalho, acusado de fuga de preso e condenado a ficar no lugar do evadido; o Tribunal reformou esta sentença para dar ao réu quatro anos de prisão com trabalho, Francisco João dos Santos, acusado de 1ª deserção simples e condenado digo o Conselho de Guerra julgou-se incompetente para proferir sentença por não ter o réu completado a deserção, e este despacho foi confirmado; Joaquim dos Anjos, acusado de 1ª deserção simples, e no Conselho de Guerra condenado a seis meses de prisão, o que foi confirmado; Quintiliano José Rodrigues, acusado de fuga estando a cumprir sentença, condenado a seis anos de prisão com trabalho, o que foi confirmado, e Pedro Feliciano Pinto da Costa, acusado de 1ª deserção simples e condenado a seis meses de prisão, o que foi confirmado. O Sr. Desembargador Lisboa relatou os seguintes: dos soldados Francisco Leite da Silva, acusado de 1ª deserção simples e condenado a dois meses de prisao, o que foi confirmado; Manoel Claudino, acusado de 1ª deserção simples e condenado a seis meses de prisão, o que foi confirmado; Belarmino de Souza, acusado do mesmo crime e condenado à mesma pena, que igualmente foi confirmado, Francisco da Silveira Chagas, acusado de 2ª deserção simples, condenado a dois anos de prisão com trabalho, o que foi confirmado; e, finalmente, do soldado policial Eduardo José de Marins, acusado de 2ª deserção agravada e condenado a servir na 1ª linha, como se recrutado fosse, o que foi confirmado. E nada mais se podendo tratar, o Sr. Conselheiro de Guerra Duque de Caxias, servindo de Presidente, encerrou a Sessão, da qual eu, o Secretário de Guerra José Joaquim Rodrigues Lopes, escrevi e assinei esta ata.

Visconde de Santa Teresa {assinatura}

64ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar e de Justiça, em 8 de novembro de 1873

Existiam 155

Entraram 3

Saíram 6 {anotações à margem da folha}

Aos oito dias do mês de novembro de mil oitocentos setenta e três, achando-se presente os Senhores: Conselheiros de Guerra **Visconde de Santa Teresa**, **Barões da Gávea**, **de Laguna**

e **de Angra** e Desembargadores **Magalhães Castro** e **Lisboa**, foi aberta a Sessão. Lida e aprovada a ata da antecedente, o Secretário de Guerra deu conta de um aviso do Ministério da Guerra, enviando para definitivo julgamento os processos de Conselho de Guerra a que responderam os soldados Francisco de Paula, Gregorio Thaumaturgo Nazareno Alves e José Dias Maciel. Em seguida, o Sr. Desembargador Lisboa relatou os seguintes processos: dos soldados Manoel José da Silva, acusado de 1ª deserção, condenado em Conselho de Guerra a seis meses de prisão, o que foi confirmado; Antonio Alves da Costa, acusado do mesmo crime, condenado à mesma pena, que também foi confirmada, Manoel Alexandre Gomes, acusado de 1ª deserção agravada, condenado a doze meses de prisão, o que foi confirmado; Pantaleão Machado de Oliveira, acusado de 2ª deserção simples e condenado a dois anos de prisão com trabalho, o que foi confirmado; Antonio Ricardo Dias, acusado de 2ª deserção agravada, condenado a quatro anos de prisão com trabalho, o que também foi confirmado; e, finalmente, José Felix Alves, acusado de 3ª deserção simples, condenado a seis anos de prisão com trabalho, o que foi igualmente confirmado. E nada mais havendo a tratar-se, o Sr. Conselheiro de Guerra Visconde de Santa Teresa, servindo de Presidente, encerrou a Sessão, da qual eu, o Secretário de Guerra José Joaquim Rodrigues Lopes, escrevi e assinei esta ata.

Visconde de Santa Teresa {assinatura}

65ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar e de Justiça, em 12 de novembro de 1873

Existiam 152

Entraram 9

Saíram 12 {anotações à margem da folha}

Aos doze dias do mês de novembro de mil oitocentos setenta e três, achando-se presente os Senhores Conselheiros de Guerra **Duque de Caxias**, **Betancourt**, **De Lamare**, **Barões da Gávea** e **de Laguna**, Conselheiro Vogal **Beaurepaire** e Desembargadores **Câmara** e **Lisboa**, foi aberta a Sessão. Lida a ata da antecedente, o Secretário de Guerra deu conta de 3 avisos, 2 da Guerra e um da Justiça, enviando para serem julgados definitivamente os processos de Conselho de Guerra a que foram submetidos os soldados Boaventura Pereira, Bertolino de Senna Lima, Antonio Fernandes de Lima, Raimundo Severo do Nascimento, Cipriano Pimenta, Joaquim Maria de Almeida, José Martins de Andrade, e o corneta Francisco Pereira de Souza, e o soldado policial João Baptista de Oliveira. Em seguida, o Sr. Desembargador Câmara relatou os seguintes processos: dos soldados Manoel Domingos Simão da Cunha, acusado de 1ª deserção simples, condenado em Conselho de Guerra a seis meses de prisão, o que foi confirmado; Francisco Ferreira de Assis, acusado de 2ª

deserção agravada, condenado a quatro anos de prisão com trabalho, o que foi confirmado; Antonio Soares de Mello, acusado de 2ª deserção simples e condenado a dois anos de prisão com trabalho, o que foi confirmado; José Henrique, acusado de 1ª deserção simples, condenado a quatro meses de prisão, o que foi confirmado; Manoel Ignacio da Silva, acusado de 1ª deserção simples, condenado a seis meses de prisão, o que foi confirmado; Benedicto de Magalhães, acusado de 1ª deserção simples, condenado a dois meses de prisão, o que foi confirmado; e de Manoel José de Lima, acusado de 1ª deserção agravada, condenado a um ano de prisão, o que foi confirmado. O Sr. Desembargador Lisboa relatou as seguintes: Henrique da Reza Franco, acusado de 1ª deserção simples, condenado a seis meses de prisão, o que foi confirmado; Felippe de Carvalho Nery, acusado de 1ª deserção simples condenado a seis meses de prisão, o que foi confirmado; Felippe Santiago do Nascimento, acusado de 1ª deserção simples, condenado a seis meses de prisão, o que foi confirmado; Manoel Marcelino da Cruz, acusado de 2ª deserção agravada, condenado a quatro anos de prisão com trabalho; sobre este processo proferiu o Tribunal o seguinte despacho: deve primeiramente proceder-se a Conselho de Guerra pela 1ª deserção, visto não haver processo para esta, como consta do assentamento do réu; e assim não pode ter por enquanto o julgamento, e andamento da 2ª deserção sem proceder-se ao processo daquela, e, finalmente, do réu Manoel Vicente da Silva, acusado de 1ª deserção simples, condenado a seis meses de prisão, o que foi confirmado. E nada mais se podendo tratar, o Senhor Conselheiro Duque de Caxias, servindo de Presidente, encerrou a Sessão, da qual eu, o Secretário de Guerra José Joaquim Rodrigues Lopes, lavrei e assinei esta ata.

Duque de Caxias {assinatura}

66ª Ata do Conselho Supremo Militar e de Justiça, em 15 de novembro de 1873

Existiam 159

Entraram 3

Saíram 12 {anotações à margem da folha}

Aos quinze dias do mês de novembro de mil oitocentos setenta e três, achando-se presente os Senhores: Conselheiros de Guerra **Visconde de Santa Teresa**, Barões **de Laguna** e **de Angra**, Conselheiro Vogal **Beaurepaire** e Desembargadores **Câmara** e **Lisboa**, foi aberta a Sessão. Lida e aprovada a ata da antecedente, o Secretário de Guerra deu conta de 2 avisos, um da Secretaria da Guerra, outro do da Marinha enviando para serem julgados definitivamente os processos de Conselho de Guerra a que foram submetidos os réus soldados João Gualberto de Souza e Francisco Gonçalves Portacio, e o imperial marinheiro João Pereira de Miranda. Em seguida, o Sr. DesembargadorCâmara relatou os seguintes

processos: dos soldados Antonio Fernandes de Lima, acusado de 1ª deserção simples, condenado em Conselho de Guerra a seis meses de prisão, o que foi confirmado; Gregorio Taumaturgo Nazareno Alves, acusado de 1ª deserção simples, condenado a dois meses de prisão, o que foi confirmado; Manoel Antonio, acusado de 1ª deserção agravada, condenado a quatro meses de prisão, o que foi confirmado; Manoel Francisco de Moraes, acusado de 1ª deserção, o Conselho de Guerra declinou de sua competência para julgar o réu por não ter completado a deserção, e esta decisão foi confirmada; Vicente José de Souza Brasil, acusado de 1ª deserção agravada, condenado a um ano de prisão, o que foi confirmado; Pedro Paulo de Oliveira Pantoja, acusado de 1ª deserção simples e condenado a seis meses de prisão, o que foi confirmado; e de José Antonio da Silva, acusado de 2ª deserção agravada, condenado a quatro anos de prisão com trabalho o que foi confirmado; o Sr. Desembargador Lisboa relatou os seguintes: dos soldados Boaventura Pereira, acusado de 1ª deserção simples, condenado a seis meses de prisão, o que foi confirmado; Antonio Fernandes Velloso, acusado de 1ª deserção agravada, condenado a um ano de prisão, o que foi confirmado; Antonio José de Carvalho, acusado de 1ª deserção simples, condenado a seis meses de prisão, o que foi confirmado; Francisco Pereira, acusado de 1ª deserção agravada, condenado a um ano de prisão, o que foi confirmado; e de soldado policial João Baptista de Oliveira, acusado de desobediência e condenado a três meses de prisão, o que foi confirmado. E nada mais se podendo tratar, o Sr. Conselheiro de Guerra Visconde de Santa Teresa, servindo de Presidente, encerrou a Sessão, da qual eu, o Secretário de Guerra José Joaquim Rodrigues Lopes, escrevi e assinei esta ata.

Visconde de Santa Teresa {assinatura}

67ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar e de Justiça, em 19 de novembro de 1873

Existiam 150

Entraram 9

Saíram 18 {anotações à margem da folha}

Aos dezenove dias do mês de novembro de mil oitocentos setenta e três, achando-se presente os Senhores Conselheiros de Guerra **Duque de Caxias**, **Barão de Itapagipe**, **De Lamare**, **Barão da Gávea** e Desembargadores **Câmara**, **Magalhães Castro** e **Lisboa**, foi aberta a Sessão. Lida e aprovada a ata da antecedente, o Secretário de Guerra deu conta de 3 avisos acompanhando para serem julgados definitivamente os processos de Conselho de Guerra que foram instaurados contra os soldados Antonio José Monteiro, Antonio José Correia, José Valerio Victoria, Tito Alves Pereira, Manoel Francisco dos Anjos, Francisco José Joaquim de Oliveira, Cassemiro Carneiro, e o clarim Pedro Antonio do Nascimento. Em seguida, o Sr. Desembargador Câmara relatou os seguintes processos: dos soldados

Antonio Francisco Monteiro, acusado de 1ª deserção agravada, condenado em Conselho de Guerra a quatro meses de prisão, o que foi confirmado; Atanasio Moreira da Silva, acusado de 1ª deserção simples, condenado em Conselho de Guerra a dois meses de prisão, o que foi confirmado; José Vicente Ferreira de Almeida, acusado de 2ª deserção simples, condenado a dois anos de prisão com trabalho, o que foi confirmado; o Sr. Conselheiro de Guerra Duque de Caxias assinou-se vencido por entender que o crime do réu é 3ª deserção; José Lourenço da Gama, acusado de espancamento; condenado a três meses de rigorosa prisão; sentença esta que foi reformada para condenar-se o réu a quatro meses de prisão com trabalho; João Antonio Rodrigues, acusado de insubordinação, condenado a um ano de rigorosa prisão, o que foi reformado para dar-se ao réu a pena de dois anos de prisão com trabalho; e do 2º cadete Carlos Pinto de Castro, acusado de ferimento; em Conselho de Guerra absolvido; o Tribunal proferiu a respeito o seguinte despacho: volte o processo ao Conselho de Guerra para proferir-se a sentença mediante tenções, na forma da Lei, porque trata-se de crime militar a que pode caber a pena capital. O Sr. Desembargador Magalhães Castro relatou os seis seguintes dos soldados Antonio Manoel do Nascimento, Manoel Gavino do Nascimento e Joaquim José da Silva, acusados em um só processo de insubordinação e condenados os dois primeiros réus como incursos no artigo 1° dos de Guerra, e absolvido o terceiro, esta sentença foi reformada, para condenar-se o primeiro réu a quatro anos de prisão com trabalho; o segundo a dois anos de prisão também com trabalho, e o terceiro a um ano somente da mesma prisão com trabalho; Luis Pinto Monteiro, acusado de ferimento, e no Conselho de Guerra condenado na 1ª parte do artigo 1º dos de Guerra, sentença que foi reformada para condenar-se o réu a quatro anos de prisão com trabalho, e advertem ao Conselho que devia na sentença que proferiu designar a pena em que condenava o réu; Alexandre José da Silva, acusado de 1ª deserção simples, o Conselho declinou de sua competência para condenar o réu visto não ter ele completado a deserção; Maximiano José dos Santos, acusado de 2ª deserção simples e condenado a dois anos de trabalho, o que foi confirmado; Patricio José dos Santos, acusado de fuga de presos e condenado a ficar no lugar do fugitivo, sentença esta que foi reformada para impor-se ao réu a de seis meses de prisão com trabalho, e dos réus alferes Basilio Valor, e cabo de esquadra Marchal Dorvill, acusados de furto, e condenas digo e absolvidos no Conselho de Guerra; esta sentença foi reformada para condenarem o alferes a dois meses de prisão, sendo confirmada quanto ao cabo de esquadra. O Sr. Desembargador Lisboa relatou os 7 seguintes processos: dos soldados Lauriano José de Souza, acusado de 1ª deserção simples, condenado a seis meses de prisão, o que foi confirmado; Mariano Francisco do Nascimento, acusado de 1ª deserção simples. O Conselho de Guerra declinou de sua competência para julgar o réu visto não ter ele completado a deserção, despacho este que foi confirmado; João Amancio, acusado também de 1ª deserção simples, condenado a seis meses de prisão, o que foi confirmado; José da Costa Gadelha, acusado de 1ª deserção agravada, e no Conselho de Guerra condenado a um ano de prisão, o que foi confirmado;

Raimundo Severo do Nascimento; acusado de 1ª deserção simples, condenado a dois meses de prisão, o que foi confirmado; do soldado policial José Maria da Silva Peixoto, acusado de insubordinação, e no Conselho Criminal absolvido, o que foi confirmado; e ultimamente do imperial marinheiro José Gomes de Oliveira, acusado de resistência e insubordinação e condenado a um ano de prisão, o que foi confirmado. E nada mais se podendo tratar, o Sr. Conselheiro de Guerra Duque de Caxias, servindo de Presidente, encerrou a Sessão, da qual eu, o Secretário de Guerra José Joaquim Rodrigues Lopes, escrevi e assinei esta ata.

Duque de Caxias {assinatura}

{Não constam as atas de números 68 e 69}

70ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar e de Justiça, em 22 de novembro de 1873

Existiam 140

Entraram 6

Saíram 21 {anotações à margem da folha}

Aos vinte e dois dias do mês de novembro de mil oitocentos setenta e três, achando-se presente os Senhores: Conselheiros de Guerra **Duque de Caxias**, **Betancourt**, **Visconde de Tamandaré**, **Barão de Itapagipe**, **Visconde de Santa Teresa**, **Barões da Gávea**, **de Laguna** e **de Angra**, Conselheiro Vogal **Beaurepaire** e Desembargadores **Câmara**, **Magalhães Castro** e **Lisboa**, foi aberta a Sessão. Lida e aprovada a ata da antecedente, o Secretário de Guerra deu conta de 3 avisos acompanhando, a fim de serem julgados definitivamente os processos de Conselho de Guerra a que foram submetidos: o tenente Antonio José Pereira Junior e o alferes Guilherme da Silva Paranhos, bem como os soldados Felippe José dos Santos, Martiniano José dos Santos, João Diniz e José dos Reis, e o grumete João Thomaz de Aquino. Em seguida, o Sr. Desembargador Câmara relatou os seguintes: dos soldados José Dias Maciel, acusado de deserção em tempo de guerra, condenado à morte em 1ª instância, sentença esta que foi reformada para dar-se ao réu a de cinco anos de prisão com trabalho; Antonio José Ramos, acusado de ferimento, condenado a oito anos de rigorosa prisão, o que foi reformada para se lhe dar a de quatro anos de prisão com trabalho; Manoel Julião Nobre, acusado de ferimento, condenado a oito meses de rigorosa prisão, o que foi reformado para se lhe dar a pena de um ano de prisão com trabalho; João Custodio de Lima, acusado de 1ª deserção simples, condenado a dois meses de prisão, o que foi confirmado; José Bento Soares, acusado do mesmo crime, condenado a quatro meses de prisão, o que foi confirmado; Antonio de Souza, acusado de 1ª deserção agravada, condenado a um ano de prisão, o que foi confirmado; João Manoel de Souza, acusado de 3ª deserção simples, condenado a seis anos de prisão com trabalho, o que foi confirmado; Lucas Evangelista de Souza, acusado de 1ª deserção simples, o Conselho de Guerra declinou

de sua competência para julgar o réu por não haver completado a deserção, e esta decisão foi confirmada; do anspeçada José Joaquim do Nascimento, acusado de ferimento, condenado a um ano de prisão com trabalho, o que foi confirmado; e do imperial marinheiro Marcolino Telles Guimarães, acusado de 4ª deserção simples, condenado a um ano de prisão, o que foi confirmado. O Sr. Desembargador Magalhães Castro relatou os seguintes dos soldados: Nazario Martins, acusado de deserção em tempo de guerra, condenado à morte, sentença esta que foi reformada para se lhe dar a de cinco anos de prisão com trabalho; Bernardo da Conceição, acusado de 1ª deserção agravada, condenado a um ano de prisão, o que foi confirmado; Antonio da Costa Soares, acusado de 1ª deserção simples, condenado a quatro meses de prisão, o que foi confirmado; Atananzio Mafaldo, acusado de 1ª deserção simples, condenado a quatro meses de prisão, o que foi confirmado; Honorio Bibiano, acusado de 1ª deserção simples e no Conselho de Guerra absolvido, o que foi confirmado; e do soldado naval Bernardino da Silva, acusado de 1ª deserção agravada e condenado a um ano de prisão, o que foi confirmado. O Sr. Desembargador Lisboa relatou os seguintes: Manoel Vicente de Araujo, acusado de 2ª deserção simples e condenado a dois anos de prisão com trabalho, o que foi confirmado; João Lourenço Correa, acusado de 1ª deserção simples e condenado a seis meses de prisão, sentença esta que foi reformada para julgar-se nulo o interrogatório do réu porque, sendo ele menor, não se lhe deu curador na forma da lei; Ludgero Theodoro de Oliveira, acusado de 2ª deserção agravada, condenado a quatro anos de prisão com trabalho, o que foi confirmado; Francisco Joaquim dos Santos, acusado de 1ª deserção simples e condenado a dois meses de prisão, o que foi confirmado; e do corneta Torquato Bispo dos Santos, acusado igualmente de 1ª deserção simples, condenado a seis meses de prisão, o que foi confirmado. E nada mais se podendo tratar, o Sr. Conselheiro de Guerra Duque de Caxias, servindo de Presidente, encerrou a Sessão, da qual eu, o Secretário de Guerra José Joaquim Rodrigues Lopes, escrevi e assinei esta ata.

Duque de Caxias {assinatura}

71ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar de Justiça, em 26 de novembro de 1873

Existiam 125

Entraram 2

Saíram 10 {anotações à margem da folha}

Aos vinte e seis dias do mês de novembro de mil oitocentos setenta e três, achando-se presente os Senhores: Conselheiros de Guerra **Duque de Caxias**, **Visconde de Tamandaré**, **Barão de Itapagipe**, **De Lamare**, **Visconde de Santa Teresa**, **Barões da Gávea** e **de Laguna**, Conselheiro Vogal **Beaurepaire** e Desembargadores **Magalhães Castro** e **Lisboa**, foi aberta a Sessão. Lida e aprovada a ata da antecedente, o Secretário de Guerra deu conta

de um aviso do Ministério da Guerra enviando para serem julgados definitivamente os processos de Conselho de Guerra a que responderam os soldados Feliciano Alves da Fonseca e Antonio José de Oliveira. Em seguida, o Sr. Desembargador Magalhães Castro relatou os seguintes processos: dos soldados Manoel Martins do Bonfim, acusado de 1ª deserção simples, condenado em Conselho de Guerra a quatro meses de prisão, o que foi confirmado; Francisco Apolinario Janella, acusado de 1ª deserção simples, condenado a vinte e um meses de prisão, o que foi confirmado; e Manoel Francisco da Silva, acusado também de 1ª deserção simples e condenado a seis meses de prisão, o que foi confirmado. O Sr. Desembargador Lisboa relatou os seguintes: dos soldados João Dias de Oliveira, acusado de 2ª deserção simples, condenado a dois anos de prisão com trabalho, o que foi confirmado; Francisco Fernandes dos Reis, acusado de igual crime, condenado à mesma pena que também foi confirmada; Casemiro Carneiro, acusado de mesmo crime e condenado à mesma pena que foi igualmente confirmada; Manoel Francisco dos Anjos, acusado de 2ª deserção agravada, condenado a quatro anos de prisão com trabalho, o que foi confirmado; Antonio José Correia, acusado de 2ª deserção simples, condenado a seis meses de prisão, o que foi confirmado; José Valerio Victorio, acusado de 1ª deserção agravada, condenado a quatro meses de prisão, o que foi confirmado; e de José dos Reis, acusado de 1ª deserção agravada, condenado a quatro meses de prisão, o que foi confirmado. E nada mais se podendo tratar, o Sr. Conselheiro de Guerra Duque de Caxias, servindo de Presidente, encerrou a Sessão, da qual eu, o Secretário de Guerra José Joaquim Rodrigues Lopes, escrevi e assinei esta ata.

Duque de Caxias {assinatura}

72ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar de Justiça, em 29 de novembro de 1873

Existiam 117

Entraram 16

Saíram 17 {anotações à margem da folha}

Aos vinte e nove dias do mês de novembro de mil oitocentos setenta e três, achando-se presente os Senhores: Conselheiros de Guerra **Duque de Caxias**, **Betancourt**, **Barão de Itapagipe**, **Visconde de Santa Teresa**, **Barão de Angra**, Conselheiro Vogal **Beaurepaire** e Desembargadores **Câmara**, **Magalhães Castro** e **Lisboa**, foi aberta a Sessão. Lida e aprovada a ata da antecedente, o Secretário de Guerra deu conta de 2 avisos do Ministério da Guerra, enviando para serem julgados definitivamente, os processos de Conselho de Guerra a que foram submetidos o alferes Agêo Avelino da Costa Paiva, cabo de esquadra Ermelindo Ermenegildo de Simas, e os soldados Cosme José de Andrade, Antonio Francisco Rodrigues, José Benedicto Florippe, José Antonio dos Santos, João da Cruz Lima, Antonio

Pereira da Silva, Angelo Pires de Almeida, Antonio José de Oliveira, Pedro Alexandrino dos Santos, Leonardo Alexandrino, 1º cadete Americo Alfredo de Souza Goveia, e os corneteiros Antonio Pedro da Silva, Manoel José Joaquim. Em seguida, o Sr. Desembargador Câmara relatou os seguintes processos: dos soldados Pedro Antonio do Nascimento, acusado de 1ª deserção simples, condenado em Conselho de Guerra a seis meses de prisão, o que foi confirmado; Tito Alves Pereira, acusado do mesmo crime e condenado a dois meses de prisão, o que foi confirmado; Feliciano Alves da Fonseca, acusado do mesmo crime, condenado a quatro meses de prisão, o que foi confirmado; Antonio José de Oliveira, acusado do mesmo crime, condenado a seis meses de prisão, o que foi confirmado; e do grumete João Pereira de Miranda, acusado de deserção em tempo de guerra, condenado a 5 anos de prisão com trabalho, o que foi confirmado. O Sr. Desembargador Magalhães Castro relatou os seguintes: dos soldados Manoel Bispo do Nascimento, acusado de insubordinação, no Conselho de Guerra condenado na 1ª parte do artigo 18 dos de Guerra, o Tribunal proferiu a respeito o despacho: volte o processo ao Conselho de Guerra para ser proferida a sentença, mediante tenções, porque consta do auto de corpo de delito que o crime pode ser punido com a pena de morte; José Rodrigues, acusado de deserção em tempo de guerra, condenado à morte, sentença que foi reformada para se lhe dar a de cinco anos de prisão com trabalho; Antonio Felix da Silva, de deserção simples, condenado a dois anos de prisão com trabalho, o que foi confirmado; Victoriano Celestino de Castro, acusado de 1ª deserção agravada, condenado a um ano de prisão, o que foi confirmado, e Antonio Alves Viana, acusado do mesmo crime, condenado a um ano de prisão com trabalho, o que foi confirmado; e de Porfirio Luis de Goveia, acusado de homicídio, condenado a um ano de prisão, sentença que foi reformada para se lhe dar a de 2 anos de prisão com trabalho. O Desembargador Lisboa relatou a final os 6 seguintes processos dos soldados: Francisco José Joaquim de Oliveira, acusado de 2ª deserção simples, condenado a seis meses de prisão, o que foi confirmado; Joaquim Maria de Almeida, acusado de 1ª deserção simples, condenado a quatro meses de prisão, o que foi confirmado; Mariano João Gualberto de Souza, acusado de 2ª deserção simples, condenado a um ano de prisão, o que foi confirmado; Fabiano Ignacio Pedro de Alcantara, acusado de 1ª deserção simples, condenado a dois meses de prisão, o que foi confirmado; João Diniz, acusado de 1ª deserção simples, condenado a seis meses de prisão, o que foi confirmado; e do alferes Ernesto Bagdosimo de Souza Monteiro, acusado de abuso de autoridade e condenado em dois meses de prisão, o que foi confirmado. E nada mais havendo a tratar-se, o Sr. Conselheiro de Guerra Duque de Caxias, servindo de Presidente, encerrou a Sessão, da qual eu, o Secretário de Guerra José Joaquim Rodrigues Lopes, lavrei e assinei esta ata.

Duque de Caxias {assinatura}

73ª ATA DA SESSÃO DO CONSELHO SUPREMO MILITAR DE JUSTIÇA, EM 3 DE DEZEMBRO DE 1873

Existiam 116

Entraram 1

Saíram 13 {anotações à margem da folha}

Aos três dias do mês de dezembro de mil oitocentos setenta e três, achando-se presente os Senhores Conselheiros de Guerra **Duque de Caxias**, **Betancourt**, **Barão de Itapagipe**, **De Lamare**, **Barão da Gávea**, Conselheiro Vogal **Beaurepaire** e Desembargadores **Câmara**, **Magalhães Castro** e **Lisboa**,foi aberta a Sessão. Lida e aprovada a ata da antecedente, o Secretário de Guerra deu conta de 1 aviso do Ministério da Marinha enviando para ser julgado definitivamente o processo de Conselho de Guerra a que respondeu o capitão-tenente José Candido Guillobel. Em seguida, o Sr. Desembargador Câmara relatou os seguintes processos: 1º do capitão-tenente Guillobel acima referido, em Conselho de Guerra, acusado de abuso de autoridade, e aí absolvido; o Tribunal reformou esta sentença para declarar que mal procedeu o réu mandando fazer o castigo por cujo motivo o adverte, esperando que será isto bastante para que semelhantes fatos se não repitam; os Senhores Conselheiros de Guerra Betancourt e Barão da Gávea assinaram-se vencidos, o Sr. Conselheiro Vogal Beaurepaire assinou-se vencido por confirmar a sentença do Conselho de Guerra, e o Sr. Desembargador Câmara votou por três dias de prisão; 2º do soldado Lourenço Mariano Gomes da Silva, acusado de ferimento e condenado a seis meses de rigorosa prisão, o que foi confirmado; 3º do cadete 2º sargento Felippe José de Cerqueira, acusado de desobediência e condenado a dois meses de prisão, o que foi confirmado; 4º do sargento Salustiano Martins de Souza, acusado de insubordinação e condenado a 3 meses de prisão, o que foi confirmado; e 5º do imperial marinheiro Manoel João de Souza, acusado de homicídio, e no Conselho de Guerra condenado a galés perpétuos, sentença esta que foi reformada para dar-se ao réu a de 6 anos de prisão com trabalho. O Sr. Desembargador Magalhães Castro relatou os seguintes dos soldados Ignacio João Dias, acusado em Conselho de Guerra de homicídio, ali condenado à morte, sentença que foi reformada para condenar-se o réu a galés perpétuos; Francisco Barreto da Silva, acusado de ferimento e condenado a seis meses de rigorosa prisão, sentença que foi reformada para se lhe dar a de seis meses de prisão com trabalho, e do soldado naval Felismino Luis da Silva, acusado de deserção em tempo de guerra, condenado a cinco anos de prisão com trabalho, o que foi confirmado. O Sr. Desembargador Lisboa relatou as seguintes dos soldados José Martins de Andrade, acusado de 1ª deserção simples, condenado a seis meses de prisão, o que foi confirmado; Francisco Pereira de Souza, acusado de 1ª deserção simples, também condenado a seis meses de prisão, o que foi igualmente confirmado;

Martiniano José dos Santos, acusado de 1ª deserção simples, condenado a quatro meses de prisão, o que foi confirmado; Antonio Pereira da Silva, acusado de 1ª deserção agravada, condenado a um ano de prisão, o que foi confirmado; e de Antonio José de Oliveira, acusado de 1ª deserção simples, condenado a dois meses de prisão, o que foi confirmado. E nada mais se podendo tratar, o Sr. Conselheiro de Guerra Duque de Caxias, servindo de Presidente, levantou a Sessão, da qual eu, o Secretário de Guerra José Joaquim Rodrigues Lopes, escrevi e assinei esta ata.

Duque de Caxias {assinatura}

74ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar de Justiça, em 6 de dezembro de 1873

Existiam 104

Entraram 0

Saíram 7 {anotações à margem da folha}

Aos seis dias do mês de dezembro de mil oitocentos setenta e três, achando-se presentes os Senhores Conselheiros de Guerra **Duque de Caxias**, **Betancourt**, **Barões da Gávea** e **de Angra**, Conselheiro Vogal **Beaurepaire** e Desembargadores **Câmara** e **Lisboa**, foi aberta a Sessão. Lida e aprovada a ata da antecedente entrou o Sr. Conselheiro de Guerra **Visconde de Santa Teresa**, e, em seguida, o Sr. **Visconde de Tamandaré**. O Secretário de Guerra declarou não haver expediente algum. O Sr. Desembargador Câmara relatou os seguintes processos de Conselho de Guerra: do cadete Joaquim Querino Villarim, acusado de fuga de presos, no Conselho de Guerra absolvido, o que foi confirmado; do tambor Marcos Augusto Alves Medeiros, acusado de ferimento, condenado a seis meses de prisão rigorosa o que foi confirmado. O Sr. Desembargador Lisboa relatou os seguintes: dos soldados José Antonio dos Santos, acusado de 2ª deserção simples, condenado a dois anos de prisão, o que foi confirmado; Angelo Pires de Almeida, acusado de 1ª deserção simples, condenado a seis meses de prisão, o que foi confirmado. Antonio Pedro da Silva, acusado de 1ª deserção simples, condenado a dois meses de prisão, o que foi confirmado; e dos réus cabo de esquadra Ermelino Hermenegildo de Lima, e soldado Antonio Francisco Rodrigues, acusados de fuga de presos, e no Conselho de Guerra absolvidos, o que foi confirmado; e, finalmente, do corneta Manoel José Joaquim, acusado de 1ª deserção simples e condenado a seis meses de prisão, o que foi confirmado. E nada mais podendo tratar-se, o Sr. Conselheiro de Guerra Duque de Caxias, servindo de Presidente, encerrou a Sessão, da qual eu, o Secretário de Guerra José Joaquim Rodrigues Lopes, lavrei e assinei esta ata.

Duque de Caxias {assinatura}

75ª ATA DA SESSÃO DO CONSELHO SUPREMO MILITAR DE JUSTIÇA, EM 10 DE DEZEMBRO DE 1873

Existiam 17

Entraram 3

Saíram 15 {anotações à margem da folha}

Aos dez dias do mês de dezembro de mil oitocentos setenta e três, achando-se presente os Senhores Conselheiros de Guerra **Duque de Caxias**, **Betancourt**, **De Lamare**, **Visconde Santa Teresa**, **Barões da Gávea** e **de Laguna**, Conselheiro Vogal **Beaurepaire** e Desembargadores **Câmara**, **Magalhães Castro** e **Lisboa**, foi aberta a Sessão. Lida e aprovada a ata da antecedente, O Secretário de Guerra deu conta de 1 aviso da Secretaria da Guerra acompanhando para serem julgados definitivamente os processos de Conselho de Guerra a que foram submetidos o 1º cadete Manoel Augusto Pereira de Carvalho, e os soldados Romão Baptista do Nascimento e José Fructuoso de Góes. Nesta ocasião entrou o Sr. Conselheiro de Guerra **Visconde de Tamandaré**. Em seguida, o Sr. Desembargador Câmara relatou os seguintes processos dos soldados Luis Augusto Jardim, acusado de homicídio, e no Conselho de Guerra condenado a carrinho perpétuo; sentença que foi reformada para infligir-se ao réu a de 12 anos de prisão com trabalho; José Henrique da Cunha, acusado de embriaguez, e no Conselho de Guerra a seis meses de trabalho nas fortificações, o que foi reformado para dar-se ao réu a pena de um ano de prisão com trabalho; Joaquim Vieira Bernardo, acusado de ferimento e condenado a 3 meses de rigorosa prisão, sentença que foi reformada para dar-se ao réu a de seis meses de prisão com trabalho; Francisco Alves de Lima, acusado de ferimento, condenado a seis meses de rigorosa prisão, o que foi confirmado; a do cabo de esquadra Francisco Antonio de Castilho, acusado de homicídio e condenado a carrinho perpétuo, sentença que foi reformada para impor-se ao réu a de dez anos de prisão com trabalho; o Sr. Desembargador Magalhães Castro relatou os seguintes dos soldados: Manoel Antonio Francisco e João Serafim dos Santos ambos em um só processo, acusados de fuga de preso; o Conselho de Guerra julgou-se incompetente para sentenciar os réus, e o Tribunal proferiu a respeito o seguinte despacho: volte o processo ao Conselho de Guerra para proferir a sentença absolvendo ou condenando, porque o crime de fuga de preso é da competência dos Conselhos de Guerra, e por isso não podem declinar do julgamento; Cipriano Pimenta, acusado de 1ª deserção simples e condenado a seis meses de prisão, o que foi confirmado; Bertolino de Souza Lima, acusado de 1ª deserção simples, condenado à mesma pena, que também foi confirmado; e do tenente-coronel Gabriel Alves Fernandes, acusado de responsabilidade dos crimes do quartel-mestre do Corpo que comandava, no Conselho de Guerra absolvido, sentença que foi reformada para dar-se ao réu a de seis meses de prisão, ficando privado de todo e qualquer Comando Militar pela negligência com que se houve causando o prejuízo da Fazenda Nacional, assinaram-se vencidos os Srs. De Lamare, também por condenar o réu à

prisão simplesmente, o Sr. Visconde de Santa Teresa e Barão de Laguna quanto ao tempo de prisão, o Sr. Beaurepaire por confirmar a sentença de absolvição. O Sr. Desembargador Lisboa relatou os seguintes: dos soldados Amancio Caetano do Nascimento, acusado de 1ª deserção simples, condenado a seis meses de prisão, o que foi confirmado; Francisco Gonçalves Portácio, acusado de 1ª deserção simples, condenado em Conselho de Guerra a seis meses de prisão, o que foi confirmado; Joaquim Pereira dos Santos, acusado de insubordinação e condenado a um ano de rigorosa prisão, sentença que foi reformada para dar-se ao réu a de dois anos de prisão com trabalho; Leonardo Alexandrino, acusado de 1ª deserção simples e condenado a seis meses de prisão, o que foi confirmado; Pedro Alexandrino dos Santos, acusado de 1ª deserção simples e condenado a seis meses de prisão, o que foi confirmado; e João da Cruz Lima, acusado também de 1ª deserção simples, condenado igualmente a seis meses de prisão, que também foi confirmado. E nada mais havendo a tratar-se, o Sr. Conselheiro de Guerra Duque de Caxias, servindo de Presidente, e encerrou a Sessão, da qual eu, o Secretário de Guerra José Joaquim Rodrigues Lopes, escrevi e assinei esta ata.

Duque de Caxias {assinatura}

76ª Ata da Reunião de 13 de dezembro de 1873 dos Membros do Conselho Supremo Militar e de Justiça

Existiam 61

Entraram 19

Saíram {anotações à margem da folha}

Aos treze dias do mês de dezembro de mil oitocentos e setenta e três, achando-se presentes os Senhores Conselheiros de Guerra **Duque de Caxias**, **Betancourt**, **Visconde de Santa Teresa**, **Barões da Gávea e de Angra** e Desembargador **Câmara**, o mesmo Sr. Conselheiro de Guerra Duque de Caxias declarava que não podia haver Sessão; e eu, Senhor Secretário de Guerra José Joaquim Rodrigues Lopes, lavrei desta reunião a presente ata.

Duque de Caxias {assinatura}

77ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar de Justiça, em 17 de dezembro de 1873

Aos dezessete dias do mês de dezembro de mil oitocentos setenta e três, achando-se presente os Senhores Conselheiros de Guerra **Duque de Caxias**, **Betancourt**, **Visconde de Tamandaré**, **Barão de Itapagipe**, **Visconde Santa Teresa**, **Barões da Gávea** e **de Laguna**, Conselheiro Vogal **Beaurepaire** e Desembargadores **Câmara** e **Lisboa**, foi aberta a Sessão. Lidas as atas da Sessão antecedente e da reunião de 13 do corrente, em que não houve

Sessão por falta de número legal, o Secretário de Guerra deu conta de 9 avisos, 7 da Secretaria da Guerra e 2 do da Marinha, enviando todos para serem julgados definitivamente, os processos de Conselho de Guerra a que responderam: os soldados, Antonio Fernandes de Lima, Luis Ferreira Chagas, Manoel Alves Barboza, Manoel Bernardo Salustiano de Oliveira, Joaquim Antonio de Souza, João da Cruz e Antonio Pinto da Conceição em um só processo, Andre dos Santos Pereira, Felix de Menezes Coutinho, Eufrasio Lopes de Carvalho, Francisco Soares de Oliveira, João Antonio Fernandes dos Santos, Amancio Caetano do Nascimento, Antonio Pereira do Nascimento, Antonio José Varela, José Raymundo da Silva, Siciliano Gonçalves Gamboa, Severino José da Luz, Vicente da Motta, Victor José de Souza, Fernando José de Freitas, Higino Francisco de Medeiros, José Lopes Quintino, Ignacio Pereira Pinto, Joaquim Antonio de Jesus, Manoel Luis Gonçalves, Theodoro Joaquim da Reza, Antonio Ferreira da Silva, Francelino Mendes Machado, José da Hora do Espirito Santo, Joaquim Pereira, Manoel Venancio, o capitão honorário Antonio César Tupinambá, anspeçada Francisco Luis Fernandes, soldado naval João Mendes de Sá, e o foguista da Armada Francisco de Paula Cisne Lima. Em seguida, o Sr. Desembargador Câmara relatou os seguintes processos do soldado Manoel Ignacio Rodrigues Pereira, acusado de furto, e no Conselho de Guerra condenado da primeira parte do artigo 8º dos de Guerra: esta sentença foi reformada para (declarando o réu como incurso no artigo 18, primeira parte, dos de Guerra e não no 8º como por engano se declarou na sentença a folha) o condenarem à pena de dois meses de prisão com trabalho, e advertem o Conselho de Guerra por não ter na sobredita sentença designado o tempo das penas visto não estar designado no artigo em que o mesmo réu incorreu. O Sr. Desembargador Lisboa relatou os dois seguintes: 1º dos soldados José Viana dos Santos e Manoel da Paixão, acusados em um só processo de 2ª deserção simples o réu Vieira, e de 1ª deserção também simples o 2º réu Paixão; o 1º foi condenado a dois anos de prisão com trabalho, e o 2º em seis meses de prisão, o que foi a respeito de ambos confirmado; 2º dois réus Francisco Alexandre de Atalaia e José Manoel de Oliveira, acusados ambos de ferimento recíproco e condenado cada um em um mês de prisão, sentença esta que foi reformada para dar-se aos réus seis meses de prisão a cada um. E nada mais se podendo tratar, o Sr. Conselheiro de Guerra Duque de Caxias, servindo de Presidente, encerrou a Sessão, da qual eu, o Secretário de Guerra José Joaquim Rodrigues Lopes, escrevi e assinei esta ata.

Duque de Caxias {assinatura}

78ª Ata da Sessão do Conselho Supremo Militar de Justiça, em 20 de dezembro de 1873

Aos vinte dias do mês de dezembro de mil oitocentos setenta e três, achando-se presente os Senhores Conselheiros de Guerra **Duque de Caxias**, **Betancourt**, **Barão de Itapagipe**, **Barões da Gávea** e **de Angra**, Conselheiros vogal **Beaurepaire** e Desembargadores **Câmara**,

Magalhães Castro, **Lisboa**, foi aberta a Sessão. Lida e aprovada a ata da antecedente, o Secretário de Guerra deu conta de 1 aviso do Ministério da Guerra enviando para serem julgados definitivamente os processos de Conselho de Guerra a que responderam os soldados Miguel Augusto da Silva e Antonio Francisco de Souza, Matheus Pereira da Silva, Lourenço Veloso da Cruz, e o corneta Manoel Ferreira dos Santos. Em seguida, o Sr. Desembargador Câmara relatou os seguintes processos: dos soldados Manoel Silvestre Garcez, acusado de ferimento, e no Conselho de Guerra absolvido; o Tribunal proferiu sobre este processo o seguinte despacho: volte o processo ao Conselho de Guerra para proceder ser a votação por tenções, sendo a sentença proferida em conformidade delas, Francisco Antonio dos Santos, acusado de homicídio, e no Conselho de Guerra condenado à morte, sentença que foi reformada para dar-se ao réu a de 12 anos de prisão com trabalho, o Sr. Desembargador Lisboa assinou-se vencido ao votar em pena maior, Pedro Celestino, acusado de ferimento condenado no artigo 8º dos de Guerra, sentença que foi reformada para impor-se ao réu a de seis meses de prisão com trabalho, e advertem ao Conselho de Guerra por não ter designado a pena com lhe cumpria; cabo de esquadra Antonio José do Nascimento, acusado de ferimento e condenado no artigo 8º dos de Guerra, sentença que foi reformada para dar-se ao réu a de seis meses de prisão com trabalho advertindo ao Conselho, que devia na sua sentença designar a pena o que não fez; do grumete Pedro Manoel de Lima, acusado de insubordinação e condenado a um ano de prisão com trabalho; sobre este processo proferiu o Tribunal o seguinte despacho: volte o processo ao Conselho de Guerra para que procedendo-se a votação por tenções, se profira a sentença de conformidade com elas, e o tambor do Batalhão Naval João Rodrigues da Cunha, acusado de homicídio, e no Conselho de Guerra absolvido, o que foi confirmado. Sr. Desembargador Magalhães Castro relatou o seguinte: do alferes Francisco Marques de Oliveira Brito, acusado de abandonar a guarda quem comandava e condenado a um ano de prisão simples, o que foi confirmado; do 2º sargento Frederico Alberto da Silveira, acusado de fuga de preso confiado à sua guarda, o Conselho de Guerra o condenou a 10 meses, e 13 dias de prisão, sentença que foi reformada para se lhe dar somente a de quatro meses de prisão, e do soldado policial José Gaspar Pinheiro Velozo, acusado de desobediência e condenado a seis meses de prisão com oito dias de prisão solitária em cada mês, o que foi confirmado. O Sr. Desembargador Lisboa relatou, finalmente, os seguintes dos soldados José Luis Ramos, acusado de tentativa de morte, e no Conselho de Guerra condenado a dois anos de prisão com trabalho, sentença que foi reformada para se lhe dar a de 20 anos de prisão com trabalho, Antonio José Monteiro, acusado de ferimento no Conselho de Guerra condenado a carrinho perpétuo; sobre este processo proferiu o Conselho de Guerra o seguinte despacho: mandam que desça o processo ao Conselho de Guerra para juntar não só a parte acusatória, como fazer proceder o exame de sanidade no ofendido, ou fazer juntar ao processo o que por ventura já se tenha efetuado; Antonio Francisco Machado, acusado de resistência e ferimento e condenado a seis meses de prisão rigorosa com trabalho nas fortificações, o que foi confirmado; João Antonio da Silva, acusado de

ferimento e condenado a carrinho perpétuo, sobre este processo proferiu o Tribunal o seguinte despacho: mandam que desça ou processual Conselho de Guerra para fazer proceder o exame de sanidade no ofendido, ou fazer juntar o que porventura se tenha feito; e do grumete João Thomaz de Aquino, acusado de ferimento e condenado a um ano de galés, sentença que foi reformada para se lhe dar a de seis meses em prisão com trabalho. E nada mais se podendo tratar, o Sr. Conselheiro de Guerra Duque de Caxias, servindo de Presidente, encerrou a Sessão, da qual eu, o Secretário de Guerra José Joaquim Rodrigues Lopes, escrevi e assinei esta ata.

Duque de Caxias {assinatura}

Passarão a outro Livro as atas do Conselho Supremo Militar e de Justiça correspondentes ao corrente ano, visto que nas folhas que existiam em branco neste Livro não podiam caber as atas do mesmo corrente ano.

Rio de Janeiro, 3 de fevereiro de 1874.

José Joaquim Rodrigues Lopes {assinatura}

Índice Onomástico

A

Adão Baptista da Silva, 307, 322
Adão de Pontes Camara, 43, 46, 78
Adão Liberto, 192
Adão Pontes Câmara, 78
Adelino Fernandes de Souza, 196
Adelino José Rodrigues, 198, 200
Adolpho Fernandes Monteiro, 277, 284
Adolpho Fraga, 48, 49
Adriano Joaquim da Silva, 45
Adriano Pereira Lopes, 344, 363
Affonso Augusto Rodrigues de Vasconcellos, 98
Affonso Reichert da Rocha, 322
Affonso Rodrigues de Vasconcellos, 101
Afonso Reichert, 345
Agapito José Martins, 209, 213
Agostinho Bispo Confessor, 105, 112, 320, 343
Agostinho da Cunha, 147, 171
Agostinho de Souza Paulino, 50, 53
Agostinho Ferreira Lima, 89
Agostinho José de Lima, 136, 156
Agostinho José dos Santos, 120, 122
Agostinho José Soares, 162, 180
Agostinho Pio, 183, 192, 209, 224, 368, 372
Agostinho Ribeiro de Almeida, 211, 217
Aguiar, 27, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 40, 41, 42, 43, 45, 48, 51, 52, 61, 66, 67, 68, 69, 73, 76, 79, 81, 84, 85, 87, 88, 90, 91, 99, 100, 101, 106, 110, 116, 117, 119, 121, 127, 131, 134, 148, 149, 153, 163, 170, 178, 184, 198, 201, 204, 213, 218, 223, 230, 246, 259, 268, 310
Alberto Frederico da Silveira, 354
Alberto José de Oliveira, 348
Albino Pereira da Silva, 310, 328
Aleixo Alves dos Santos, 303, 324
Alexandre Antonio da Costa, 231, 234
Alexandre Francisco da Silva, 238, 239
Alexandre Francisco de Paula, 298, 312
Alexandre José Cardozo, 196, 199
Alexandre José da Silva, 209, 212, 358, 364, 375, 379
Alexandre José dos Reis, 240, 244
Alexandre Pinto de Souza, 301, 313
Alexandrino José dos Santos, 158, 177

Alfredo Abreo e Meira, 58
Alfredo Alves Meira, 64
Alfredo Augusto de Almeida, 312, 367
Alfredo de Monte Vieira, 269, 277
Alfredo de Paula dos Reis Alpoim, 238
Alfredo Ferreira, 58
Alfredo Muniz, 60
Alfredo Paulo dos Reis Alpoim, 209, 217, 240
Alfredo Ramos Chaves, 96, 101
Alfredo Vieira da Costa, 123, 128
Alipio Autran da Matta e Albuquerque, 119, 130, 141, 154
Amado Irineo José da Rocha, 235
Amancio Alves de Carvalho, 325
Amancio Caetano do Nascimento, 387, 388
Amancio da Rocha, 41
Amancio José Castro, 278
Amancio José de Castro, 279
Amancio José de Oliveira, 279
Amancio Olavo de Carvalho, 347
Amaro Benedicto, 267, 268
Amaro de Castro, 120, 121, 208, 209
Amaro José de Souza, 309, 339, 340
Ambrosio Barbalho de Mello, 158, 179
Ambrosio da Silva, 273
Ambrosio José da Costa, 325
Ambrosio Luis Pereira, 214, 278
Ambrozio da Silva, 267
Ambrozio José da Costa, 355
Ambrozio Luis Pereira, 218
Americo Alfredo de Souza Goveia, 383
Americo Colombiano Marques, 77, 78, 79
Americo Constancio Machado, 347
Americo d'Albuquerque Porto Carreiro, 351
Americo de Albuquerque Pantalaneiro, 325
Americo José da Silva, 348, 364
Americo Marques de Cerqueira, 317
Americo Marques de Serqueira, 343
Anacleto Camilo da Silva, 348
Anacleto José da Luz, 136, 151
Anastacio Antonio Francisco Ramos, 341
Anastácio Antonio Francisco Ramos, 316
Anastacio José de Oliveira, 277
Anastacio Raymundo Guimarães, 262, 265

Andre Avelino de Araujo, 91, 92, 93
Andre Avelino dos Santos, 254, 285
Andre Barboza de Souza, 145, 164
Andre Bispo Lima, 254
Andre Bispo Lino, 334
André Bispo Lino, 261
Andre Bispo Lins, 311
Andre de Souza Negreiros, 225, 227
Andre dos Santos Pereira, 388
André dos Santos Pereira, 50, 54
Andre José Avelino, 120, 122
André José dos Santos, 368, 374
Angelo Amaral de Freitas, 297
Angelo do Amaral Freitas, 294
Angelo Ferreira, 245, 251
Angelo Ferreira de Vasconcellos, 225, 232
Angelo José da Costa, 86, 88
Angelo José dos Reis, 254
Angelo Pereira da Silva, 363, 370
Angelo Pires de Almeida, 383, 385
Aniceto Antonio, 224, 227
Aniceto Gomes de Oliveira, 350, 360
Aniceto José de Oliveira, 329, 351
Anselmo José Pereira da Silva, 151, 172
Antão Liberto, 185
Antonio 3º, 43
Antonio Adolpho de Paula Barros, 250, 252
Antonio Alberto da Costa, 243, 245
Antonio Alves, 329, 354
Antonio Alves Cabral, 267, 280
Antonio Alves da Costa, 370, 376
Antonio Alves do Rego, 159
Antonio Alves Ferreira, 173, 184
Antonio Alves Moreno, 136, 152
Antonio Alves Viana, 383
Antonio Alves Vianna, 373
Antonio Amaro, 39
Antonio Anastacio do Espirito Santo, 211, 220
Antonio Angello Ferro, 259
Antonio Angelo de Faria, 121, 138, 140, 157
Antonio Angola Ferro, 254
Antonio Apolinario de Oliveira, 223, 227
Antonio Araujo dos Santos, 275, 301

Antonio Augusto da Silva Cunha, 113, 115, 209, 217
Antonio Baptista Leal, 286, 289
Antonio Barboza de Paula, 141
Antonio Bibiano de Paula, 48, 50, 161
Antonio Bispo de Lisboa, 243
Antonio Bispo Lisboa, 247
Antonio Botelho, 51, 54
Antonio Brasiliano Duarte, 120, 124, 224, 226
Antonio Braz de Araujo, 355, 366
Antonio Caetano dos Santos, 135, 149
Antonio Caetano Ferreira, 140, 156
Antonio Candido Gomes, 92, 96, 123, 142
Antonio Carlos Teixeira, 91, 92, 120, 121
Antonio Carlos Vieira, 310, 343
Antonio Casemiro Candido, 334
Antonio Cassemiro Candido, 313
Antonio Cesar Martins, 129, 133
Antonio César Tupinambá, 388
Antonio Coelho da Silva, 317, 342
Antonio Correa Cavalcante Bispo, 172, 183
Antonio Custodio Xavier, 311, 335
Antonio da Costa do Espirito Santo, 269
Antonio da Costa Espirito Santo, 249
Antonio da Costa Pereira, 365
Antonio da Costa Roza Medeiros, 206, 210
Antonio da Costa Soares, 371, 381
Antonio da Cruz Pereira, 120, 125, 184, 187
Antonio da Gama e Mello, 58, 63
Antonio da Roza Dutra, 142, 161
Antonio da Silva, 43
Antonio da Silva Pedreira, 304, 330
Antonio da Silva Pereira, 228, 233
Antonio de Araujo dos Santos, 309
Antonio de Barros Teixeira, 264, 278
Antonio de Jesus Pereira, 281, 284
Antonio de Paula Pinto, 232, 237
Antonio de Santa Clara, 62, 68, 312
Antonio de Souza, 371, 380
Antonio de Souza Martines, 92
Antonio de Souza Martins, 95
Antonio Delfino de Sequeira, 242, 244
Antonio Dias da Silva, 298, 302
Antonio Dias dos Santos, 137, 158

Antonio do Monte, 349
Antonio do Valle Ribeiro, 277, 279
Antonio dos Santos, 157, 174, 313, 335
Antonio dos Santos Primeiro, 111, 114
Antonio dos Santos Ramos, 111, 115
Antonio Eustaquio de Oliveira, 70, 74
Antonio Feitosa de Mello, 209
Antonio Feitoza de Mello, 215
Antonio Felismino Pereira, 313, 321, 368, 373
Antonio Felix Bispo, 100, 107
Antonio Felix da Silva, 162, 179, 375, 383
Antonio Felix de Souza Soares, 348
Antonio Fernandes da Silva, 194
Antonio Fernandes de Lima, 376, 378, 388
Antonio Fernandes de Luna, 97
Antonio Fernandes de Souza, 141, 157
Antonio Fernandes Luna, 99
Antonio Fernandes Velloso, 378
Antonio Fernandes Vellozo, 373
Antonio Ferreira da Silva, 225, 229, 388
Antonio Ferreira da Silva Santarem, 50, 53
Antonio Ferreira de Oliveira, 262, 263
Antonio Ferreira Lima, 88
Antonio Firmiano, 290, 292
Antonio Francisco Corrêa, 42, 45
Antonio Francisco da Silva, 35, 189, 209, 253, 257
Antonio Francisco das Chagas, 238, 239
Antonio Francisco de Arruda, 218
Antonio Francisco de Moraes, 49, 201, 202
Antonio Francisco de Oliveira, 197, 225, 235
Antonio Francisco de Sá Pereira, 243
Antonio Francisco de Salles, 171, 358
Antonio Francisco de Souza, 147, 169, 297, 303, 344, 355, 389
Antonio Francisco do Espirito Santo, 145, 160
Antonio Francisco do Nascimento, 206, 207
Antonio Francisco do Sacramento, 209, 343, 366
Antonio Francisco dos Santos, 98, 99, 335, 356
Antonio Francisco José dos Santos, 309, 326
Antonio Francisco Lins Vasconcellos, 196
Antonio Francisco Lins Wanderley, 198, 343
Antonio Francisco Luis Wanderley, 359
Antonio Francisco Machado, 326, 389
Antonio Francisco Marques, 204, 206

Antonio Francisco Monteiro, 371, 379
Antonio Francisco Oliveira, 184
Antonio Francisco Pereira, 226, 233
Antonio Francisco Ribeiro, 120
Antonio Francisco Rodrigues, 382, 385
Antonio Francisco Sacramento, 222
Antonio Francisco Salles, 151, 337
Antonio Fructuoso, 146
Antonio Fructuozo, 130, 180, 191
Antonio Galdino da Silveira Cardozo, 120, 132, 136, 139
Antonio Garcia dos Santos, 276
Antonio Garcindo dos Santos, 268
Antonio Geraldo do Nascimento, 145, 160
Antonio Gomes, 88
Antonio Gomes da Costa, 89
Antonio Gomes da Silva, 51, 55, 135, 138, 185, 195, 208, 222
Antonio Gomes do Nascimento, 268, 272
Antonio Gomes dos Santos, 309, 319
Antonio Gonçalves da Justa, 204
Antonio Guedes Beserra, 120
Antonio Guedes Bezerra, 134
Antonio Herculano de Araujo, 62, 70
Antonio Honorio Soares, 333
Antonio Honório Soares, 350
Antonio João de Miranda, 363
Antonio João Francisco, 272, 277
Antonio Joaquim, 267, 272, 367
Antonio Joaquim Bastos, 368, 373
Antonio Joaquim de Moraes, 180, 191
Antonio Joaquim de Santa Anna, 267, 277
Antonio Joaquim de Sousa, 163
Antonio Joaquim de Souza, 137, 145, 155, 231, 234
Antonio Joaquim dos Santos, 141, 157
Antonio Joaquim dos Santos Junior, 351, 359
Antonio Joaquim Ferreira, 316, 336
Antonio Joaquim Gomes, 145, 165
Antonio Joaquim Guedes de Miranda, 93, 96
Antonio Jorge Moreira, 119, 124, 150, 194
Antonio José Bacuráo, 141, 156
Antonio José Benedicto, 316, 336
Antonio José Correa, 130, 145
Antonio José Correia, 378, 382
Antonio José da Costa Valin Junior, 236

Antonio José da Costa Vallier Junior, 231
Antonio José da Silva, 141, 157, 275, 277, 329, 335, 365, 369
Antonio José da Silva Lobato, 107
Antonio José da Silva Pereira, 143
Antonio José d'Avila, 46, 49
Antonio José de Araujo, 161, 179
Antonio José de Carvalho, 58, 63, 352, 378
Antonio José de Lima, 57, 191, 194
Antonio José de Mello, 42
Antonio José de Miranda, 368
Antonio José de Moura, 347, 364
Antonio José de Oliveira, 32, 382, 383, 385
Antonio José de Souza, 56, 252, 258, 322, 343
Antonio José de Souza Lobato, 113
Antonio José do Carmo, 234, 237
Antonio José do Nascimento, 250, 254, 313, 324, 369, 389
Antonio José dos Passos, 225, 228
Antonio José dos Santos, 120, 135, 290, 292, 311, 327, 329, 350, 363
Antonio José Francisco, 297, 324
Antonio José Gomes, 145, 163
Antonio José Lopes, 58, 64, 188, 191
Antonio José Machado, 136, 152, 225, 230
Antonio José Monteiro, 281, 287, 378, 389
Antonio José Pereira, 53, 60, 79, 84
Antonio José Pereira dos Santos, 209, 216
Antonio José Pereira Junior, 380
Antonio José Ramos, 78, 79, 337, 380
Antonio José Varela, 301, 388
Antonio José Varella, 298
Antonio José Vellozo, 142
Antonio José Veloso, 125
Antonio José Virginio, 286, 291
Antonio Julio da Fonseca, 225
Antonio Julio de Fonseca, 233
Antonio Lasaro de Souza, 214
Antonio Lauriano da Silva, 183, 191
Antonio Lazaro de Jesus, 360
Antonio Lázaro de Jesus, 337
Antonio Lazaro de Souza, 211, 298
Antonio Leite da Rocha, 194
Antonio Lemos, 280, 291
Antonio Lemos da Silva, 339, 358
Antonio Ignacio da Silva, 348

Antonio Louiz de Souza, 326
Antonio Lourenço, 198, 200
Antonio Irineo da Cruz, 208, 285, 288
Antonio Irineu da Cruz, 210
Antonio Luis de Souza, 305
Antonio Luis Fagundes, 178, 190
Antonio Luis Francisco da Silva, 120, 133
Antonio Luis Pereira, 284
Antonio Luis Teixeira, 120, 127, 133
Antonio Luis Telles de Macedo, 96, 112
Antonio Luis Varejão, 316, 338
Antonio Luiz Teixeira, 151
Antonio Izidoro da Silva, 298, 303
Antonio Manoel, 44
Antonio Manoel de Saldanha, 111
Antonio Manoel de Souza, 70
Antonio Manoel do Nascimento, 73, 79, 80, 297, 329, 369, 379
Antonio Manoel Jacintho, 141
Antonio Manoel Joaquim, 129, 147, 374
Antonio Manoel Sabino, 339
Antonio Manoel Saldanha, 108
Antonio Manoel Vieira, 120, 124
Antonio Marcelino da Silva Correa, 312
Antonio Marcelino José Pereira, 248
Antonio Marcolino José Pereira, 254
Antonio Maria da Costa Valladares, 354, 356
Antonio Mariano dos Santos, 365, 371
Antonio Martins 2º, 45
Antonio Martins do Espirito Santo, 365, 369
Antonio Martins Monteiro, 53
Antonio Martins Pereira da Silva, 313, 324
Antonio Matheos Monteiro, 60
Antonio Mathias, 357, 364
Antonio Mathias de Salles, 259
Antonio Mathias Monteiro, 79, 84
Antonio Mattos de Salles, 262
Antonio Mauricio dos Santos, 304, 329
Antonio Menezes de Amorim, 202, 204
Antonio Mercado, 58, 65
Antonio Miguel Sabino, 357
Antonio Moreira dos Santos, 120, 123
Antonio Nunes da Encarnação, 143, 162
Antonio Paulo Correa, 257, 266

Antonio Pedro da Silva, 383, 385
Antonio Pedro dos Santos, 91, 92, 93
Antonio Pedro Francisco, 358
Antonio Pedro Valladão, 206, 220
Antonio Pereira Custodio, 108, 114, 127, 146
Antonio Pereira da Cruz, 37
Antonio Pereira da Silva, 383, 385
Antonio Pereira de Aragão, 317, 340
Antonio Pereira de Santa Anna, 348, 362
Antonio Pereira do Nascimento, 309, 332, 388
Antonio Pereira dos Santos, 173, 188, 225, 233
Antonio Peres de Souza, 333, 353
Antonio Pinto da Conceição, 349, 374
Antonio Pinto de Souza, 298, 299
Antonio Pinto Rodrigues, 73, 76, 77
Antonio Pires Duarte, 140, 156
Antonio Pompeo Albuquerque Cavalcante, 158
Antonio Pompeo de Albuquerque Cavalcanti, 160
Antonio Proença de Abreo, 228, 236
Antonio Rafael Floquet, 62, 67, 70, 71
Antonio Raimundo, 127
Antonio Raymundo, 148
Antonio Raymundo de Barros, 298, 300
Antonio Raymundo de Vasconcellos, 335, 350
Antonio Raymundo Miranda de Carvalho, 126, 129
Antonio Ribeiro da Silva, 277, 280
Antonio Ricardo Bispo, 162, 186
Antonio Ricardo Dias, 215, 220, 361, 376
Antonio Ricardo dos Santos, 317, 343
Antonio Roberto da Maia, 54, 57
Antonio Rodrigues Barros, 329, 354
Antonio Rodrigues Chaves, 59, 65, 73, 75
Antonio Rodrigues da Silva, 36
Antonio Rodrigues de Souza, 136, 154, 267, 300
Antonio Rodrigues do Nascimento, 303, 313
Antonio Sabino Dantas, 96, 98
Antonio Salustiano dos Santos, 232, 241
Antonio Salvador da Cunha, 120, 134
Antonio Saquarema de Souza, 280, 291
Antonio Sebastião dos Santos, 250, 253
Antonio Soares de Mello, 339, 377
Antonio Teixeira, 127
Antonio Teixeira de Andrade, 158, 180

Antonio Teixeira de Barros, 183, 211, 227
Antonio Teixeira dos Santos, 84
Antonio Teixeira Leite, 166
Antonio Thomaz dos Santos, 352, 365
Antonio Tiburcio da Rocha, 122, 140
Antonio Valentim, 43, 46
Antonio Vicente Pereira, 136, 156
Antonio Vieira dos Santos, 103, 104
Antonio Vieira Ramos, 135, 151
Aparicio de Oliveira Leite, 200
Aparicio de Oliveira Leites, 198
Apolinario Antonio dos Santos, 215, 218
Apolinario de Sá Miranda, 123, 142
Apolinario Jacintho Ribeiro, 108, 110
Arcelino Alves da Conceição, 83
Arcenio das Mercez Rodrigues, 284
Arcenio das Mercêz Rodrigues, 278
Aristeo Marques de Carvalho, 211
Aristheo Marques de Carvalho, 217
Arselino Alves da Conceição, 77
Ascendino Francisco dos Santos, 141, 160
Assis Mascarenhas, 27, 47, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 319, 320, 321
Atananzio Mafaldo, 381
Atanasio Cardozo de Araujo, 324
Atanasio José de Freitas, 345
Atanasio Lopes de Oliveira, 148
Atanasio Moreira da Silva, 379
Athanasio Lopes de Oliveira, 127
Athanasio Mafalda, 371
Athanasio Moreira da Silva, 371
Athanazio Cardozo de Araujo, 313
Athanazio José de Freitas, 319
Augusto Amante, 238, 242
Augusto Amarante, 140
Augusto Castello Branco, 206, 207
Augusto Cesar Cavalcanti de Albuquerque, 39, 40
Augusto da Cunha Galvão, 126, 129
Augusto Ferreira de Andrade, 238, 244
Augusto Jacintho da Silva Almeida, 303
Augusto Jacintho da Silva e Almeida, 324
Augusto José da Silva, 297, 305, 329, 342
Augusto José dos Reis, 248
Augusto Lopes Ferreira, 310, 321

Augusto Lopes Portella, 105, 108
Augusto Querino da Silva Torres, 247
Augusto Quirino da Silva Torres, 243
Augusto Soares d'Oliveira, 39
Aureliano Barreto, 297, 326
Aurelio Bueno da Costa, 165, 182
Avelino José da Silva, 271
Avelino Mathias de Salles, 196, 198
Avelino Rodrigues da Cruz, 183
Avelino Rodrigues da Silva, 192
Ayres Antonio Ferreira Lima, 108, 109

B

Balbino Gomes da Silva, 198, 200
Balbino Lourenço Pereira, 285, 287
Balbino Nery de Santa Anna, 243, 247
Bandeira Duarte, 27, 269, 302, 370, 371, 372, 373, 374
Barão da Gávea, 27, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 160, 161, 162, 163, 164, 166, 168, 169, 170, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 181, 182, 184, 185, 187, 188, 189, 191, 193, 195, 196, 198, 199, 201, 202, 206, 208, 213, 214, 215, 216, 218, 219, 223, 225, 230, 231, 232, 235, 236, 237, 243, 245, 246, 249, 250, 252, 253, 254, 256, 257, 258, 260, 262, 263, 264, 266, 267, 268, 269, 272, 274, 275, 276, 278, 279, 280, 281, 282, 283, 285, 286, 288, 289, 290, 292, 294, 295, 299, 300, 301, 302, 305, 306, 308, 310, 312, 314, 315, 316, 317, 318, 319, 320, 322, 323, 324, 325, 327, 330, 331, 333, 335, 336, 338, 339, 342, 345, 348, 350, 352, 353, 354, 355, 357, 359, 361, 363, 365, 367, 368, 369, 370, 371, 374, 375, 376, 378, 380, 381, 384, 385, 386, 387, 388
Barão de Angra, 27, 145, 147, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 160, 161, 162, 163, 182, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 193, 195, 196, 198, 199, 201, 202, 204, 206, 213, 225, 226, 228, 230, 231, 232, 233, 235, 236, 237, 238, 240, 241, 242, 243, 245, 246, 248, 249, 250, 251, 252, 253, 254, 257, 258, 259, 260, 261, 262, 263, 264, 266, 268, 269, 270, 271, 274, 276, 278, 279, 280, 281, 282, 283, 285, 286, 288, 289, 290, 292, 294, 295, 297, 299, 300, 301, 302, 304, 305, 306, 308, 309, 310, 311, 312, 314, 315, 318, 319, 320, 322, 323, 324, 326, 329, 330, 331, 333, 335, 336, 337, 338, 339, 341, 342, 344, 345, 347, 348, 350, 352, 354, 355, 356, 361, 365, 367, 369, 371, 374, 376, 377, 380, 382, 385, 387, 388
Barão de Itapagipe, 27, 31, 33, 34, 36, 42, 52, 53, 58, 59, 61, 65, 66, 67, 68, 73, 76, 77, 80, 82, 83, 86, 87, 88, 89, 92, 93, 95, 96, 101, 102, 103, 104, 106, 110, 111, 112, 116, 118, 123, 129, 131, 132, 149, 150, 152, 153, 154, 157, 158, 160, 162, 163, 164, 165, 166, 168, 169, 170, 173, 175, 176, 177, 179, 181, 182, 184, 185, 187, 188, 189, 190, 193, 195, 198, 201, 202, 204, 206, 208, 213, 214, 215, 216, 218, 219, 221, 223, 226, 232, 233, 235, 236, 238, 251, 254, 257, 259, 263, 265, 269, 270, 271, 272, 276, 279, 280, 281, 285, 286, 288, 289, 292, 295, 297, 299, 302, 303, 305, 311, 314, 315, 316, 318, 322, 323, 329, 331, 333, 338, 341, 342, 344, 348, 350, 352, 357, 361, 363, 365, 366, 370, 371, 373, 374, 378, 380, 381, 382, 384, 387, 388
Barão de Laguna, 27, 184, 185, 187, 189, 193, 194, 202, 206, 208, 213, 216, 219, 223, 224, 249, 263, 264, 267, 271, 275, 357, 369, 371, 375, 376, 377, 380, 381, 386, 387

Barão de **Itapagipe**, 290
Barnabe de Souza, 309
Barnabé de Souza, 333
Bartholomeo Antonio, 266
Bartholomeu Antonio, 262
Basilio Guilherme Carlos da Silva, 273
Basilio Valor, 369, 379
Bastos Gomes, 358, 359
Bazilio Antonio dos Santos, 288
Bazilio Guilherme Carlos da Silva, 278
Beaurepaire, 27, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 102, 103, 104, 105, 109, 110, 111,112, 114, 115, 116, 118, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 136, 137, 143, 144, 145, 147, 149, 151, 152, 153, 155, 157, 160, 161, 168, 169, 170, 172, 175, 176, 177, 178, 182, 185, 186, 187, 188, 191, 193, 196, 198, 199, 201, 202, 204, 206, 208, 211, 213, 216, 218, 219, 220, 221, 223, 225, 226, 227, 228, 230, 232, 235, 248, 249, 251, 252, 253, 254, 256, 257, 258, 260, 262, 263, 264, 266, 267, 268, 271, 272, 274, 276, 278, 281, 282, 283, 286, 287, 292, 294, 295, 297, 299, 300, 301, 302, 304, 306, 308, 309, 310, 311, 312, 314, 315, 316, 317, 318, 319, 320, 322, 324, 325, 327, 329, 330, 333, 335, 336, 337, 338, 339, 341, 344, 348, 350, 352, 354, 355, 356, 357, 358, 361, 363, 365, 366, 367, 368, 369, 376, 377, 380, 381, 382, 384, 385, 386, 387, 388
Belarmino Artigas, 137
Belarmino de Souza, 370, 375
Belarmino de Souza Franco, 269, 274
Belarmino José da Silva, 191, 194, 343
Belarmino Pereira de Mendonça, 172, 184
Belisario da Silva Rodrigues, 50, 53
Belisario de Souza Vieira, 228, 235, 316, 338
Belmiro de Souza, 191, 198
Belmiro José da Silva, 357
Benedicto Antonio de Mello, 264
Benedicto Antonio Leite da Rocha, 189
Benedicto Antonio Leonel, 150, 172
Benedicto Antonio Ramos, 361, 366
Benedicto Bandeira, 344, 357
Benedicto Correa da Silva, 136
Benedicto Corrêa da Silva, 152
Benedicto da Silva, 145, 163, 363, 366
Benedicto da Silva Ribeiro, 150, 170, 267, 268
Benedicto de Magalhães, 361, 377
Benedicto de Mello, 252
Benedicto de Moura Fé, 171, 184, 226, 230
Benedicto de Queiroz, 209, 337, 362

Benedicto Ferreira da Silva, 322, 344
Benedicto Florencio Bispo, 73, 75
Benedicto Francisco do Nascimento, 303, 314
Benedicto Gomes da Costa, 346
Benedicto José, 246
Benedicto José dos Anjos, 320, 347
Benedicto José dos Santos, 32, 361, 370
Benedicto Machado, 250, 254
Benedicto Pereira, 352, 364
Benedicto Pereira da Rocha, 44
Benedicto Queiroz, 212
Benedicto Soares de Oliveira, 121, 139
Benedito Gomes da Costa, 310
Benicio Acacio Garcia de Souza, 140
Benigno da Piedade, 290, 302
Bento Angelo, 41
Bento José Lourenço, 184, 194
Bento Luis da Gama, 348, 353
Bento Manoel da Costa, 178, 190
Bento Thomaz Gonçalves, 99
Bernabé de Souza, 157
Bernabe do Valle Moraes, 196
Bernardino Alves de Castro Rosa, 307
Bernardino Alves de Castro Roza, 294, 303, 313
Bernardino Alves de Castro Rozo, 321
Bernardino Baptista Nogueira, 268, 279
Bernardino da Silva, 373, 381
Bernardino de Castro Rozo, 321
Bernardino de Oliveira Neves, 40
Bernardino de Souza Sena, 158
Bernardino de Souza Senna, 141
Bernardino Francisco de Souza, 269, 275
Bernardino Francisco do Carmo, 111, 114
Bernardino Guedes Alcanforado, 132, 153, 215, 224
Bernardino José Moreira, 161, 178, 350, 362
Bernardino Ireno de Sena, 48
Bernardino Irineo de Sena, 46
Bernardino Rodrigues de Senna, 208, 280, 284
Bernardino Rodrigues Lima, 210
Bernardo Acacio Garcia de Souza, 122, 258
Bernardo Accacio Garcia de Souza, 252
Bernardo Amancio Monteiro, 363
Bernardo Casemiro Barbosa, 50

Bernardo Casemiro Barboza, 51
Bernardo da Conceição, 150, 170, 371, 381
Bernardo Franco Malveira, 274
Bernardo Franco Malveiro, 277
Bernardo Joaquim Teixeira Guimarães, 38
Bernardo José de Lima, 171, 184, 208, 215
Bernardo Pereira, 120, 125, 184, 187
Bertolino de Senna Lima, 376
Bertolino de Souza Lima, 386
Betancourt, 27, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 109, 110, 118, 119, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 136, 137, 138, 139, 141, 142, 143, 144, 145, 147, 148, 149, 150, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 195, 196, 199, 200, 201, 202, 205, 206, 208, 211, 212, 213, 214, 216, 218, 219, 221, 222, 223, 225, 226, 228, 230, 231, 232, 233, 234, 235, 236, 237, 238, 240, 241, 242, 243, 249, 250, 251, 252, 253, 254, 256, 257, 258, 259, 260, 262, 263, 264, 265, 266, 267, 268, 269, 271, 272, 274, 275, 276, 278, 279, 281, 282, 283, 288, 289, 290, 291, 292, 294, 295, 297, 299, 300, 301, 302, 304, 305, 306, 307, 310, 311, 312, 314, 315, 316, 317, 318, 319, 320, 321, 322, 323, 325, 326, 327, 328, 329, 330, 331, 332, 333, 334, 335, 336, 337, 338, 339, 340, 341, 342, 343, 344, 345, 346, 347, 348, 350, 352, 353, 355, 356, 357, 359, 361, 363, 365, 366, 367, 368, 370, 371, 373, 374, 376, 380, 382, 384, 385, 386, 387, 388
Bibiano José Baptista, 298, 307, 322, 341
Bibiano José Teixeira Ruas, 126, 129
Boaventura da Luz Rodrigues Cidreira, 51, 54
Boaventura Pereira, 376, 378
Bonifacio José Claudio, 143, 161
Braselino Braulio Vieira, 231
Braulino Landim de Siqueira, 58, 61
Braulio Antonio dos Santos, 286
Braz Baselino Cuyabano, 31
Braz Brasileiro Cuiabano, 141, 159
Braz Castrioto da Fonseca, 109
Bráz Castrioto da Fonseca, 108
Braz Cupertino do Amaral, 203, 206
Braz Manoel do Nascimento, 173, 188, 322, 356
Bruno Paulo Soares da Fonseca, 127, 143

C

Caciano José Ciriaco, 289
Caetano da Silva Paranhos, 212, 238, 256
Caetano do Rezaria Maciel, 98

Caetano do Rozario Maciel, 101
Caetano José Antonio, 313, 323, 344, 347
Caetano Pereira da Silva, 330, 350
Caldwell, 27, 148, 149, 150, 153, 154, 155, 158, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 168, 169, 172, 173
Câmara, 27, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 121, 122, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 160, 162, 163, 164, 165, 166, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 176, 177, 178, 179, 180, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 191, 192, 193, 194, 196, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 206, 207, 208, 209, 211, 213, 214, 215, 216, 218, 219, 220, 221, 223, 224, 226, 227, 228, 230, 231, 232, 233, 234, 235, 236, 237, 238, 239, 240, 241, 242, 243, 244, 245, 246, 248, 254, 256, 257, 258, 259, 260, 261, 262, 263, 264, 265, 266, 268, 269, 270, 271, 272, 273, 274, 275, 276, 277, 278, 280, 281, 282, 283, 284, 285, 286, 287, 288, 289, 290, 292, 294, 295, 296, 297, 298, 299, 300, 301, 302, 303, 304, 305, 306, 307, 309, 310, 313, 314, 316, 320, 338, 339, 341, 342, 343, 344, 345, 347, 348, 349, 350, 351, 354, 355, 356, 357, 358, 359, 361, 363, 365, 366, 367, 368, 369, 370, 371, 372, 373, 374, 375, 376, 377, 378, 380, 382, 383, 384, 385, 386, 387, 388, 389
Camillo de Mello, 337
Camillo dos Santos, 193, 197
Camillo Gonçalves de Oliveira e Mello, 97
Camillo José da Costa, 215, 218
Camillo Xavier de Souza, 106
Camilo Alves Moreira, 38
Camilo Gonçalves de Oliveira e Mello, 102
Camilo Xavier de Souza, 105
Candido Alves Conrado, 294, 297
Candido Antonio Dias, 278, 282
Candido Barboza de Oliveira, 240, 248
Candido Camillo dos Passos, 365
Candido Camilo dos Passos, 350
Candido Carlos de Araujo, 171
Candido da Roza, 208, 210
Candido de Souza Rodrigues, 140, 180, 187
Candido Ferreira Barbosa, 354
Candido Ferreira Barboza, 238, 240
Candido Ferreira dos Santos, 259, 260
Candido Francisco, 150, 162
Candido Francisco Antonio dos Santos, 145
Candido Francisco Rodrigues, 172
Candido João Dias, 257
Candido Joaquim Argolo, 331
Candido Joaquim d'Argolo, 351

Candido José da Silva Santos, 234
Candido José Dias, 252
Candido José dos Passos, 151, 171
Candido José Faustino, 243, 247
Candido José Lourenço, 120, 123
Candido José Nogueira, 238, 244
Candido José Soares, 243, 246
Candido Pereira dos Santos, 209, 211
Candido Ramos de Mello, 42
Candido Ribeiro de Sena, 233
Candido Ribeiro de Souza, 225
Candido Sezefredo, 269, 275
Candido Zacarias, 58, 63
Canuto Alves Moreira, 79, 83
Canuto José da Fonseca, 316, 330
Canuto Romualdo da Cruz, 248, 250
Carlos Antonio Serafim de Deos, 37, 93, 99, 108, 117
Carlos Augusto de Paula Rodrigues, 231, 235
Carlos Deneke, 136
Carlos Frederico de Campos, 350, 363
Carlos José da Costa, 352, 360
Carlos José de Lima, 135
Carlos Luis Mendes, 73, 75
Carlos Manoel Francisco, 243, 247
Carlos Pedro Tappe, 66, 72
Carlos Pinto de Castro, 354, 379
Carlos Serafim de Deos, 40
Carlos Soares, 304
Casemiro Carneiro, 382
Casemiro de Mello Costa, 120, 135, 138
Cassemiro Carneiro, 378
Cassemiro Joaquim, 351
Cassiano José Ciriaco, 296
Cassiano Tavares da Silva, 339, 357
Cassimiro Joaquim, 329
Castor Gomes Saturnino de Jesus Silva, 312
Catharino José, 168, 182
Ceciliano Gonçalves Gamboa, 326, 335
Ceciliano Lopes Ribeiro, 131
Cecilio Antonio da Silva, 126, 145, 146, 147, 167
Cesar Esequiel de Lima Machado, 211, 239
Cesario da Cruz Soares, 171, 186
Cesario Gomes da Silva, 319, 341

Ch

Chrispim Antonio, 223
Chrispim de Mello Castro, 269
Chrispim de Mello e Castro, 278
Chrispim de Souza Cardozo, 301, 312
Chrispim Duarte da Costa, 348, 363
Chrispim Pereira de Souza, 183, 191, 320, 345
Chrispiniano José dos Reis, 127, 148
Chrispino Antonio, 219
Christino de Miranda Ramalho, 158, 174
Christovão Gomes da Silva, 228, 233

C

Cicero Cardozo de Carvalho Carioca, 141, 158
Ciciliano Gonçalves Gamboa, 309
Ciciliano Lopes Ribeiro, 120, 313, 324
Cicilio Francisco Romão, 208
Cipriano Francisco Martins dos Santos, 108
Cipriano Pimenta, 376, 386
Ciriaco Alonso, 82
Ciriaco Antonio Benedicto, 192
Ciriaco Bispo dos Santos, 145
Claudemiro Pereira de Queiroz, 316
Claudiano da Rocha, 50
Claudino Barboza, 251, 255
Claudino da Rocha, 46, 54
Claudino José dos Santos, 262, 266
Claudino José Ramos, 264, 267
Claudino Pereira de Queiroz, 362
Claudino Rodrigues do Nascimento, 90
Claudino Teixeira do Nascimento, 311, 340
Claudio Ayala, 48, 49
Claudio Barbosa de Oliveira, 222, 297
Claudio Barboza de Oliveira, 206, 207, 219, 294, 295
Claudio José Francisco, 313, 324, 365, 369
Claudio Rodrigues do Nascimento, 94
Claudio Taguada, 45, 48
Clemente Alves Vieira da Cruz, 316, 337
Clemente José Mariano, 120, 125, 184, 187
Clementino Antonio Delgado, 32
Clementino Pereira Passos Cavalcante, 254, 273
Conrado dos Anjos, 257, 264

Constancio Augusto Teixeira, 296
Constancio Olimpio, 266
Constantino Augusto Teixeira, 295
Constantino José Ferreira, 168
Constantino José Ferreira Gustavo Deniz, 145
Constantino Moreira da Silva, 188, 194
Cornelio José da Rosa, 156
Cornelio José de Rosa, 147
Cosme Benicio, 140
Cosme Bury dos Santos, 123
Cosme Ferreira da Silva, 191
Cosme Gularte, 82, 83
Cosme José de Andrade, 382
Cosme José Rufino, 313, 343
Cosme Manoel do Nascimento, 104, 110, 238, 242
Cosme Muniz Tavares da Independencia, 310
Cosme Muniz Tavares da Independência, 221, 223, 298
Cosme Pereira da Silva, 264
Cosme Teixeira da Silva, 182
Crescenceo Luiz Pereira Madruga, 44
Custodio Francisco Nunes, 352, 361
Custodio Joaquim da Silva, 203, 205
Custodio José Rafael, 125, 143
Custodio Rodrigues Duarte, 320, 352
Custodio Teixeira Leite, 147, 272, 278
Cypriano Bispo, 212
Cypriano Bispo dos Santos, 209
Cypriano Francisco Martins dos Santos, 112
Cypriano Gomes de Oliveira, 221, 223
Cypriano Liberto da Conceição, 238, 239
Cyriaco Alonso, 83
Cyriaco Antonio Benedicto, 182
Cyriaco Bispo dos Santos, 126
Cyrio Bueno da Silva, 45

D

Dalvino José dos Santos, 295, 297
Damasio Teixeira, 58, 60
Damião Gonçalves Pacheco, 120, 134, 208, 210
Damião José Soares, 173, 177
Damião Vieira da Silva, 307, 318
Daniel Antonio Alves, 320, 346
Daniel Cordeiro de Santa Anna, 226, 229

Daniel Gonçalves Domingos Andriel, 299
Daniel Urbano Damasceno Ricardo, 250
Daniel Urbano Damasceno Rozado, 254
David da Silva Canavarro, 91
De Lamare, 27, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 89, 91, 92, 93, 94, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 106, 107, 108, 110, 112, 114, 116, 118, 119, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 128, 129, 130, 132, 138, 139, 141, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 160, 162, 163, 164, 165, 166, 168, 171, 173, 175, 176, 177, 178, 179, 181, 182, 184, 185, 187, 188, 189, 191, 193, 195, 196, 198, 199, 201, 202, 204, 205, 208, 213, 214, 216, 218, 221, 223, 225, 226, 228, 235, 236, 237, 238, 240, 241, 243, 245, 246, 248, 250, 251, 253, 254, 256, 257, 258, 259, 260, 262, 263, 264, 266, 268, 269, 270, 271, 276, 278, 280, 281, 282, 283, 286, 289, 294, 295, 299, 300, 301, 302, 303, 304, 305, 306, 307, 308, 310, 312, 314, 315, 318, 319, 320, 323, 325, 326, 327, 330, 331, 336, 337, 339, 341, 342, 344, 348, 350, 352, 355, 359, 365, 366, 368, 370, 376, 378, 381, 384, 386
Delfim José Lopes, 58, 111
Delfim Soares Pereira, 298
Delfino Alvares Rodrigues, 228
Delfino Alves Rodrigues, 225
Delfino Gonçalves de Andrada, 269
Delfino Gonçalves de Andrade, 267
Delfino José de Souza, 352, 361
Delfino José Lopes, 62, 114
Delfino Soares Pereira, 303
Deolindo Ferreira de Vasconcellos, 217
Deolindo Francisco de Vasconcellos, 209
Deolindo José da Costa, 157, 175, 209, 214
Deonisio Jacob Werber, 333
Deonisio José do Espirito Santo, 319, 341
Desiderio Alves, 231, 234
Desiderio Alves dos Santos, 129, 143
Desiderio José da Costa, 306, 312, 367
Desiderio Pereira de Mattos, 87
Diogo Alvarenga, 82, 86
Diogo José de Oliveira, 309, 320
Dionisio Bernardo, 103, 105
Dionisio Jacob Weber, 353
Dionisio José Barboza, 155, 173
Dionisio Manoel do Amaral, 225, 229
Dolores Sanabria, 97, 103
Domiciano Candido da Purificação, 132, 149
Domiciano Luiz dos Santos, 50, 55, 59, 70, 78, 81, 189, 204
Domingos Adeodato Sariano, 225

Domingos Alves Ribeiro, 278, 280
Domingos Antonio de Souza, 193, 196
Domingos Antonio dos Santos, 145, 166
Domingos Borges dos Santos, 309, 329
Domingos Caldas de Saboia Filho, 294
Domingos Carlos de Saboia Filho, 296
Domingos da Silva Rodrigues, 38, 327, 355
Domingos da Silva Santos, 319
Domingos Deodato Sariano, 233
Domingos Francisco Negreiros, 297
Domingos Francisco Nogueira, 308
Domingos Garcia, 73
Domingos Gomes, 206, 212
Domingos Henrique, 288
Domingos Henriques, 291
Domingos Innocencio do Nascimento, 271
Domingos Jacintho Roza, 206, 210
Domingos José da França, 339, 358
Domingos José da Silva, 298, 300
Domingos Innocencio do Nascimento, 267
Domingos Mamede, 337
Domingos Moreira Barrozo, 31
Domingos Pires, 126, 142, 337, 354
Domingos Vianna, 70, 74
Domingues da Silva Santos, 309
Dorotheo José Leitão, 357
Dorotheo José Lisboa, 365
Dorotheo Roza Limeira, 329
Dorotheo Rozas Limeira, 309
Duque de Caxias, 27, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 118, 119, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 188, 189, 190, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 208, 211, 214, 215, 216, 217, 218, 222, 223, 225, 226, 228, 229, 230, 231, 232, 238, 240, 241, 242, 243, 245, 246, 247, 248, 249, 250, 251, 252, 253, 254, 255, 256, 257, 258, 259, 260, 261, 262, 263, 264, 265, 267, 268, 271, 272, 273, 274, 275, 276, 277, 278, 279, 280, 281, 282, 283, 285, 286, 287, 288, 289, 290, 291, 292, 293, 294, 295, 357, 359, 361, 363, 365, 366, 367, 368, 369, 370, 371, 373, 374, 375, 376, 377, 378, 379, 380, 381, 382, 383, 384, 385, 386, 387, 388, 390

E

Eduardo Antonio Cantoni, 273
Eduardo Antonio Catony, 302
Eduardo Antonio Catuny, 262, 298
Eduardo de Barros Gonda, 120, 122

Eduardo dos Santos Castro, 304
Eduardo dos Santos Coelho, 321
Eduardo Jorge Marius, 284
Eduardo José de Mariano, 145
Eduardo José de Marins, 167, 375
Eduardo José Francisco, 88, 90, 150, 176
Eduardo José Mariano, 370
Eduardo José Marines, 286
Eduardo Pedro Pereira, 329
Eduardo Pedro Pinheiro, 309
Eduardo Wandenkolk, 215, 219
Egino Pereira dos Santos, 375
Elesbão de Moraes, 136, 149
Elesbão Rodrigues de Mello, 162, 183
Eleuterio Rodrigues da Fonseca, 320
Eleutorio Rodrigues da Fonseca, 346
Elias José de Sant'Anna, 307
Elias José de Santa Anna, 298
Elidio Fernandes da Silveira, 294
Elisiano Simplício da Silva, 349
Elisiário, 27, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 114, 115, 116, 118, 119, 121, 122,123, 124, 125, 126, 127, 128, 130, 131, 132, 133, 134, 136, 137, 138, 139, 141, 143, 144
Elisiario Adriano Flores, 108, 109
Elisiario Simplicio da Silva, 374
Eloy Antonio dos Santos, 268, 276
Eloy da Cruz, 320, 344
Elydio Fernandes da Silveira, 272
Emidio José de Oliveira, 169
Emidio José Mamede, 293
Emigdio de Souza Teixeira, 31
Emigdio José de Oliveira, 147
Emigdio José Mamede, 332
Emiliano Ferreira de Lima, 349
Emiliano Ferreira Lima, 365
Emiliano José Muniz de Oliveira, 97, 99
Emiliano Manoel, 40
Emiliano Marçal, 37
Emiliano Paulo de Souza, 46, 126, 143
Emilio de Souza Teixeira, 70
Emilio José Dias, 120, 133, 299
Emydio de Sousa Teixeira, 62

Emydio José Mamede, 289
Emygdio José Mamede, 313
Epifaneo Velasques, 309
Epifanio Francisco de Abreo, 88, 89
Epifanio Manoel Stremfor, 360
Epifanio Manoel Strompher, 150
Epifanio Velasquez, 157, 333
Epifano Manoel Strumpher, 168
Epiphanio Emanuel Stumpher, 349
Ermelindo Ermenegildo de Simas, 382
Ermelino Hermenegildo de Lima, 385
Ernesto Augusto da Cunha Mattos, 219, 224
Ernesto Bagdosimo de Souza Monteiro, 383
Ernesto Bagolocimo de Souza Monteiro, 371
Ernesto Frederico Gomes de Barros, 100, 104
Ernesto José Antonio, 51, 55, 67, 71, 120, 123
Esperidião Antonio da Silva, 298
Estacio Pereira da Silva, 58, 63, 286, 289
Estevão Alves, 48, 50, 115, 119
Estevão Antonio dos Santos, 111, 114
Estevão Benicio da Silva, 264, 271
Estevão Ferreira de Souza, 92, 95
Estevão Gomes Arthur, 261, 264
Estevão Rodrigo da Costa Lyra, 350
Estevão Rodrigues da Costa Lira, 360
Estevão Rodrigues do Nascimento, 280, 291
Etelvino Americo Fernandes, 169, 185
Euclides Gomes de Sá, 244
Euclides Jaimes de Sá, 247
Eufrasio Alves da Costa, 145, 164, 261
Eufrasio Lopes de Carvalho, 388
Eufrazio Alves da Costa, 254
Eugenio Antonio da Silva, 371
Eugenio Caballero, 100, 112
Eugenio de Barros, 259, 263
Eugenio do Nascimento, 120, 126, 136, 142
Eugenio dos Santos Ayres, 145, 165, 313, 332
Eugenio Francisco Leite, 349, 363
Eugenio Gonçalves, 74
Eugenio Gonsalves, 70
Eugenio Martins, 372
Eugenio Martins Carvalho, 344
Eugenio Martins de Carvalho, 209, 210

Eugenio Raymundo de Lacerda, 46, 50, 54
Eusebio José dos Santos, 143, 159
Eusebio Pereira Barboza, 352
Eusebio Rodrigues da Silva, 297
Eustachio José João, 118, 136
Eustaquio José João, 130, 138, 209, 217
Euzebio Pereira Barboza, 320
Euzebio Rodrigues da Silva, 294
Evaristo da Silva Maciel, 129
Evaristo da Silveira Maciel, 149
Evaristo José do Patrocinio, 304, 328
Evaristo Leopoldino de Andrade e Costa, 126
Evaristo Lucio Alves, 225
Evergisto Leopoldino de Andrade Costa, 129
Ezequiel Antonio Baptista, 268, 275
Ezequiel Profeta de Senna, 58, 63

F

Fabiano Ignacio Pedro de Alcantara, 383
Fabio Maximo da Cunha, 365
Fabricio de Góes Pacheco, 108, 112, 259, 264
Faustino dos Anjos, 181, 191
Faustino João Joaquim Soares, 243
Faustino Joaquim Soares, 170, 246
Fausto Bibiano das Dores, 312
Fausto Coelho da Silva, 320, 347
Fausto de Castro, 290, 295
Fausto Monteiro de Oliveira Lima, 289, 296
Feleciano Gomes Ferreira, 114
Feliciano Alves da Fonseca, 382, 383
Feliciano da Costa Lima, 304, 328
Feliciano Daniel da Silva, 250, 254
Feliciano Dias de Campos, 78, 83
Feliciano Gomes Ferreira, 111
Feliciano José de Moraes, 209, 210
Feliciano José do Nascimento, 317, 349
Feliciano José Soares da Silva, 234, 236, 314, 339
Felicio Benicio das Neves, 48
Felicio Tavares de Mello, 120, 134
Felinto Moreira da Costa, 137, 257, 270
Felippe Antonio Cardozo, 289, 293
Felippe Antonio Pereira, 304, 324
Felippe Barbosa, 79

Felippe Barboza, 38, 83
Felippe Benicio das Neves, 45, 58, 65
Felippe Benicio de Lima, 231, 239
Felippe Custodio da Costa, 254, 269
Felippe Custodio Palacencio, 271, 275
Felippe de Carvalho Nery, 344, 377
Felippe de Mattos Coelho, 44
Felippe de Santiago do Nascimento, 357
Felippe José da Silva, 98, 101
Felippe José de Cerqueira, 384
Felippe José de Serqueira, 368
Felippe José dos Santos, 178, 188, 254, 265, 380
Felippe Manoel, 199
Felippe Moreira da Costa, 155
Felippe Nardis de Araujo, 44
Felippe Nery da Silva, 132, 148
Felippe Nery de Santiago, 310, 349
Felippe Pereira, 209, 216
Felippe Santiago do Nascimento, 377
Felippe Santiago dos Santos, 241, 244
Felisardo Antonio Ferreira, 209
Felisardo Celestino Cardia, 114
Felisardo Cellestino Cardia, 117
Felisardo Pedro d'Alcantara, 141, 161
Felisardo Pedro de Alcantara, 202, 204
Felisberto Antonio Ferreira, 209
Felisberto Coelho dos Santos, 209, 215
Felisberto Lourenço Vidal, 136, 155
Felisberto Teixeira Gulart, 196
Felisberto Teixeira Gularte, 193
Felismino Cunha do Nascimento, 361
Felismino Cunhado Nascimento, 369
Felismino de Barros, 136, 153
Felismino José da Silva, 312, 341
Felismino Luis da Silva, 384
Felismino Luiz da Silva, 320
Felix Alves de Oliveira, 351, 367
Felix Antonio Querino, 243, 245, 326, 349
Felix Argollo, 126, 144
Felix Barreto Muniz Telles, 162, 182
Felix Cardozo da Rocha, 225, 231
Felix de Jesus Maria, 295, 298, 304, 310
Felix de Menezes Coutinho, 388

Felix Domingos do Sacramento, 137, 159
Felix Francisco, 120, 121
Felix José da Trindade, 58, 63
Felix José de Souza, 357, 366
Felix Luis da Silva, 243, 249
Felix Nunes de São Bernardo, 240, 244
Felix Pereira da Silva, 158, 176
Felix Rodrigues, 232, 234
Fernando José de Freitas, 388
Fernando Miguel de Martins, 254
Filomeno José de Macedo, 129
Firmiano Cardozo, 309
Firmiano Teixeira, 193
Firmino Antonio de Carvalho, 209, 212
Firmino Bispo do Nascimento, 175, 189
Firmino Cardozo, 317
Firmino José da Costa, 88, 89
Firmino José dos Santos, 136, 157
Firmino José Gonçalves, 176, 189
Firmino José Pereira, 183, 191
Firmino Nemesio da Rocha, 153, 174
Firmino Teixeira, 189
Florencio Alves Pereira, 354, 367
Florencio Antonio de Jesus, 150, 172
Florencio Justiniano Mendes, 57
Florencio Luis Pereira, 309, 330
Florencio Manoel, 37, 129, 138
Florentino Antonio da Assumpção, 215, 222
Florentino Antonio Pereira, 278, 280
Florentino Freitas, 97, 101
Florentino Gomes do Nascimento, 363, 366
Fonseca, 27, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 53, 55, 58, 59, 61, 62, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 86, 87, 88, 89, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 99, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 114, 115, 116, 118, 119, 121, 122, 124, 125, 127, 128, 129, 130, 132, 133, 134, 137, 138, 139, 141
Fortunato Dias da Conceição, 211, 220
Fortunato José, 215, 222
Fortunato José Candido, 96, 106
Fortunato José Maciel, 271, 287
Frambetino João Antonio, 327
Francelino Candido Barboza, 137, 155
Francelino Honorio da Silva, 50, 56, 78, 82
Francelino José Henrique de Asevedo, 58, 61, 70

Francelino José Henriques de Asevedo, 67
Francelino Mendes Machado, 388
Francelino Severo da Annunciação, 313
Francelino Severo da Anunciação, 303
Francisco Alexandre Atalaia, 367
Francisco Alexandre de Atalaia, 388
Francisco Alves da Silva, 297
Francisco Alves de Lima, 361, 386
Francisco Alves dos Santos, 75, 78
Francisco Antonio, 108, 111, 176, 209, 213, 257
Francisco Antonio 3º, 46
Francisco Antonio Bezerra, 328
Francisco Antonio Correa, 165, 182
Francisco Antonio da Rocha Thury, 141
Francisco Antonio da Rocha Tury, 160
Francisco Antonio da Silva, 173, 198, 200, 215, 221
Francisco Antonio de Andrade Lima, 111, 113
Francisco Antonio de Castilho, 361, 386
Francisco Antonio de Castro, 348, 362
Francisco Antonio de Freitas, 357, 373
Francisco Antonio de Moraes, 51
Francisco Antonio de Paula, 284, 288
Francisco Antonio de Souza Camisão, 212, 238, 256
Francisco Antonio do Santos, 163
Francisco Antonio dos Santos, 326, 389
Francisco Antonio Monteiro, 90, 91
Francisco Antonio Moreira, 184, 191
Francisco Antonio Ribeiro, 123
Francisco Apolinario Janella, 371, 382
Francisco Baptista dos Santos, 73, 76
Francisco Barboza, 34, 181, 194
Francisco Barreto da Silva, 119, 138, 338, 384
Francisco Benedicto dos Santos, 245, 249
Francisco Bogado, 100, 106
Francisco Borges da Silva, 235
Francisco Borges da Silva Santos, 228
Francisco Candido Jarcen, 246, 252
Francisco Cesario de Oliveira, 47, 49, 120, 137
Francisco Cirilo Mendes, 179
Francisco Coelho, 86, 87
Francisco Correa de Andrade, 228
Francisco Custodio, 269, 276
Francisco Cyrillo Mendes, 162

Francisco da Costa Pinto Bandeira, 254, 270
Francisco da Silva, 311
Francisco da Silva do Nascimento, 234, 236
Francisco da Silveira Chagas, 202, 333, 356, 370, 375
Francisco das Chagas do Nascimento, 141, 157
Francisco das Chagas Santos, 298, 301
Francisco de Andrade, 89
Francisco de Assis, 202, 216
Francisco de Assis Pereira, 249
Francisco de Miranda, 199
Francisco de O'Cavalcante, 71
Francisco de Oliveira, 225, 229
Francisco de Oliveira Chagas, 204
Francisco de Paula, 376
Francisco de Paula Amorim, 150, 171, 208, 215
Francisco de Paula Argollo, 119, 121
Francisco de Paula Cerqueira, 370
Francisco de Paula Cisne Lima, 388
Francisco de Paula Cunha Telles, 203
Francisco de Paula da Cunha Telles, 203
Francisco de Paula Lins Filho, 321
Francisco de Paula Liz Filho, 294
Francisco de Sá, 67, 72
Francisco de Salles Lima, 225, 228
Francisco de Souza Leite, 162, 180
Francisco de Souza Santiago, 163, 181
Francisco do Ó Cavalcante, 65, 72
Francisco dos Santos, 148
Francisco dos Santos Alves, 40
Francisco dos Santos Bezerra, 304
Francisco Duarte Viana, 302
Francisco Espindola, 39
Francisco Felippe de S. Thiago, 200
Francisco Felippe de Santiago, 198
Francisco Fernandes de Jesus, 163, 178, 349, 364
Francisco Fernandes dos Reis, 143, 160, 373, 382
Francisco Fernandes Leitão, 163, 178
Francisco Ferreira Borges, 343, 360
Francisco Ferreira da Silva, 372
Francisco Ferreira de Assis, 204, 337, 376
Francisco Ferreira de Lima, 266, 280
Francisco Ferreira Fraga, 43
Francisco Ferreira Lima, 257, 286

Francisco Ferreira Lopes, 366, 371
Francisco Fortunato Rabello, 309
Francisco Fortunato Rebello, 321
Francisco Furtado Barbosa, 349
Francisco Furtado Barboza, 314
Francisco Gomes, 136, 156
Francisco Gomes da Rocha, 57, 60
Francisco Gomes da Silveira, 151, 171
Francisco Gomes de Araujo, 206, 207
Francisco Gomes de Magalhães Bastos, 267, 270
Francisco Gomes do Nascimento, 120, 133
Francisco Gonçalves Portacio, 290, 291, 377
Francisco Gonçalves Portácio, 387
Francisco Herculano, 246, 254
Francisco Honorato dos Santos, 295, 302
Francisco Ignacio da Silva, 78, 79
Francisco Ignacio de Sampaio, 329
Francisco Jacintho do Nascimento, 237
Francisco João dos Santos, 339, 375
Francisco João Passarinho, 250, 252
Francisco Joaquim dos Santos, 120, 127, 128, 363, 373, 381
Francisco Joaquim Soares, 148
Francisco Joaquim Tavares, 282, 284
Francisco José Cardozo Fico, 184
Francisco José Cardozo Tico, 200
Francisco José da Silva, 120, 135, 348
Francisco José das Chagas, 115, 119
Francisco José de Barros, 290, 293
Francisco José de Maria, 330, 355
Francisco José de Marins, 320
Francisco José de Oliveira, 221, 224, 259, 270, 290, 292
Francisco José de Paula, 120, 124
Francisco José de Santa Anna, 151, 173, 322, 343
Francisco José Felippe, 43, 49, 180, 190
Francisco José Joaquim de Oliveira, 225, 378, 383
Francisco José Machado, 358, 367
Francisco José Mariano, 309
Francisco José Maxwell, 89, 98, 100
Francisco José Moreira, 203
Francisco José Pereira, 268, 276
Francisco José Rebello, 290, 292
Francisco José Rodrigues, 349, 371
Francisco José Vasconcellos, 88

Francisco José Velho, 349, 372
Francisco Julio de Menezes, 65, 71, 72
Francisco Leite da Silva, 368, 375
Francisco Lemos da Silva, 113, 119
Francisco Ignacio de Sampaio, 351
Francisco Lopes da Silva, 87
Francisco Lopes dos Reis, 202, 204
Francisco Lourenço da Cruz, 143, 163
Francisco Lourenço de Santa Anna, 339
Francisco Luis Fernandes, 388
Francisco Manoel das Flores, 246
Francisco Manoel Flores, 253
Francisco Manoel Joaquim, 285, 287
Francisco Manoel Vieira da Silva, 317, 356
Francisco Marques de Oliveira Brito, 342, 389
Francisco Martines, 50, 52
Francisco Martins de Oliveira, 272, 277
Francisco Melchiades dos Santos, 339, 360
Francisco Mendes Guerreiro, 105, 113
Francisco Miguel Martins, 259
Francisco Monteiro dos Santos, 33, 35, 36
Francisco Moreira Lessa, 250, 255
Francisco Nunes, 309, 317
Francisco Pereira, 86, 357, 378
Francisco Pereira da Cunha Bastos, 40
Francisco Pereira da Silva, 211, 226, 370
Francisco Pereira d'Andrade, 86
Francisco Pereira de Andrade, 225
Francisco Pereira de Faria, 237
Francisco Pereira de Farias, 234
Francisco Pereira de Freitas, 150, 171, 221, 224
Francisco Pereira de Souza, 376, 384
Francisco Pereira Diniz, 238
Francisco Pereira do Nascimento, 363, 370
Francisco Pereira dos Santos, 120, 133, 269, 283, 357, 367
Francisco Pereira Guimarães, 290, 294
Francisco Pereira Pires, 88
Francisco Pereira Ramos, 34
Francisco Pereira Serriço, 72
Francisco Pereira Sorriço, 75
Francisco Peres de Athayde, 277
Francisco Pires de Atayde, 221, 223, 284
Francisco Propicio dos Santos, 132, 147, 166, 183

Francisco Ribeiro da Costa, 370
Francisco Rodrigues Correa, 367, 369
Francisco Rodrigues da Silva, 267, 271
Francisco Romão, 209
Francisco Salomão de Souza, 271, 274
Francisco Saraiva da Silva, 178, 189, 280, 284
Francisco Silvestre da Costa, 120
Francisco Silvestre da Costa Souto, 128
Francisco Soares de Oliveira, 388
Francisco Soares Pereira, 189, 194
Francisco Theodoro da Silva, 36, 59, 68
Francisco Theodoro de Jesus, 228, 240
Francisco Theodoro do Nascimento, 59, 65
Francisco Victoriano Marques, 267, 281
Francisco Xavier, 184, 196
Francisco Xavier da Silva, 183, 192
Francisco Xavier de Miranda, 193
Francisco Xavier dos Santos, 35
Francolino da Costa Pinheiro, 259, 262
Franklim José Rodrigues, 150
Franklin Antonio de Abreo, 37
Franklin Benjamim Fernandes de Moraes, 160
Franklin Benjamin Fernandes de Moraes, 137
Franklin José Rodrigues, 172
Frederico Alberto da Silveira, 389
Frederico Augusto Xavier de Brito, 269
Frederico Benedicto, 250
Frederico Benedito, 255
Frederico Cardozo da Silva, 225
Frederico da Silva Monteiro, 298, 309
Frederico Klainer, 351
Frederico Klamer, 318
Frederico Paterson, 136
Frederico Pettesson, 151

G

Gabino Escobar, 88, 90, 123, 139
Gabriel Alves Fernandes, 105, 118, 361, 386
Gabriel Antonio Ribeiro, 320, 344
Gabriel de Andrade Passos, 39, 45
Gabriel de Oliveira, 228, 231
Gabriel José dos Santos, 100, 109, 150, 170
Gabriel Manoel da Paixão, 290, 292

Gabriel Matheos Evangelista, 42
Gabriel Moreira dos Santos, 202
Gabriel Moreira Santos, 204
Galdino José Antunes, 58, 63
Galdino José da Rocha, 130, 145
Galdino José Monteiro, 262
Galdino José Monteiro José de Souza e Silva, 259
Galdino Juventino Alves, 134
Galdino Juventino Alves de Carvalho, 120
Galdino Zeferino Dias, 145, 164
Gausino de Aquino Rosa, 63
Generaldo Manoel Correa, 180, 217
Geraldo Antonio Bentes, 278
Geraldo Antonio Moreira, 145, 164, 317, 341
Geraldo da Conceição, 109, 113
Geraldo Ernesto Ribas, 37, 41
Geraldo José Maria Ribeiro, 92
Geraldo Mendes Rodrigues, 297, 309
Geremias da Silva, 148
Gerenaldo Manoel Correa, 162, 208
Germano Alves Souto, 50, 54
Germano José de Santa Anna, 225, 227
Germano Theodolino dos Santos, 82
Germano Theolino dos Santos, 58, 63
Gervasio Antonio da Silva, 325, 351
Gil Antonio Ferreira, 280, 285
Gil Francisco de Souza, 363, 372
Gil Paconé de Souza, 268
Gil Parconio de Souza, 274
Gonçallo José Joaquim dos Santos, 200
Gonçalo Alves Pereira, 57, 62, 70
Gonçalo da Cunha, 252, 258
Gonçalo Felix, 225, 239
Gonçalo Firmino de Araujo, 225
Gonçalo Francisco, 126, 142, 191, 199
Gonçalo Francisco de Araujo Costa, 231
Gonçalo José da Silva, 240, 249
Gonçalo José Joaquim dos Santos, 200
Gonçalo Rodrigues da Silva, 88, 92
Goveia, 27, 113, 164, 166, 168, 169, 170, 172, 173, 175, 176, 178, 179, 181, 182, 183, 186, 187, 188, 189, 191, 193, 196, 198, 199, 200, 201, 202, 204, 206, 208, 211, 213, 215, 216, 218, 219, 220, 221, 222, 223, 224, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 232, 233, 235, 236, 237, 238, 239, 241, 242, 243, 244, 245, 246, 247, 248, 249, 250, 251, 252, 253, 254, 255

Graciano de Abreo Leiria, 157, 309
Graciano de Abreo Liria, 333
Grandiozo José Ferreira, 216
Gratulino Vieira de Andrade, 185, 191
Gregorio Antonio, 150, 172
Gregorio Antonio de Oliveira, 209, 212
Gregorio Antonio dos Santos, 344, 355
Gregorio Betancourt da Silveira Machado, 262, 265
Gregorio de Campos, 59, 66
Gregorio do Espirito Santo, 277, 284
Gregorio Fernandes, 121, 139
Gregorio Lourenço de Freitas, 114, 116, 150, 169, 295
Gregorio Marques de Mello, 309
Gregorio Martines, 47, 49, 52, 54, 58, 67
Gregorio Mello, 339, 340
Gregorio Taumaturgo Nazareno Alves, 216, 221, 378
Gregorio Thaumaturgo Nazareno Alves, 376
Guarino de Aquino Roza, 58
Guedes de Miranda, 97
Guilherme Agostinho Gervasio, 235
Guilherme Agostinho Gervazio, 237
Guilherme da Silva Paranhos, 380
Guilherme Huacon, 346
Guilherme Lopes de Souza, 120, 135
Guilherme Wassen, 327
Guilhermino Ferreira Pessoa de Asevedo, 131
Guilhermino Ferreira Pessoa de Azevedo, 120
Guilhermino Soares de Oliveira, 320, 362
Gustavo Diniz, 168
Gustavo Ferreira de Castro, 322, 346
Gustavo Vaz de Lima, 243, 245

H

Heitor de Medeiros Maciel, 209, 216
Heleodoro Avelino de Souza Monteiro, 171
Henrique Affonso de Araujo Macedo, 370
Henrique Afonso de Araujo Macedo, 325
Henrique Belarmino Rego, 335
Henrique Busmester, 318
Henrique Candido da Costa, 185, 190
Henrique da Reza Franco, 377
Henrique da Roza Franco, 337
Henrique Frederico de Mesquita, 211, 221

Henrique Gaspar, 155, 174
Henrique Gusmeter, 351
Henrique Huacon, 346
Henrique José de Carvalho, 43
Henrique José de Oliveira, 141, 159
Henrique José Porfirio, 58, 63, 103, 110
Henrique Pedro Allessem, 374
Henrique Pedro Oliveira, 335
Henrique Pereira Gomes, 65, 72, 147, 171
Henrique Rodrigues Fagundes, 117, 119, 299
Henrique Villela da Costa, 262, 263
Henrique Wassen, 326
Herculano da Costa Araujo, 365, 371
Herculano do Rego Faria, 308
Herculano do Rego Farias, 297
Herculano Francisco Xavier de Santa Anna, 309, 328
Hermelindo de Souza Gomes, 43
Hermenegildo Duarte Monteiro, 64, 70
Hermenegildo Ribeiro das Neves, 301, 322
Herminio José Bezerra, 51
Herminio José Correa, 165, 181, 298
Herminio José Corrêa, 304
Herminio José Ferrão, 44
Hermogenes Francisco dos Santos, 147, 167
Higino Francisco de Medeiros, 388
Higino José Francisco, 349
Hilario Augusto Cesar de Oliveira, 147, 172
Hilario Machado de Oliveira, 91, 92, 93
Hilario Martins da Costa, 322, 358
Hipolito da Silva, 45
Hirminio José Pereira, 48
Honorario Heleodoro Avelino de Souza Monteiro, 150
Honorato Cacianno Bispo, 134
Honorato Caciano Bispo, 120, 183, 194
Honorato Dias da Luz, 123, 140, 294, 296
Honorato Ignacio de Senna, 111, 116
Honorato José Pereira, 120, 123
Honorato José Victorino, 228, 232
Honorato José Vieira, 214, 226
Honorato Pereira da Silva, 45, 48
Honorio Bibiano, 373, 381
Honorio Clementino Martins, 257, 266
Honorio José Carlos da Silva, 201

Honorio José de Souza, 175, 190
Horacio Vieira do Amaral, 243, 245
Hortencio Pires de Santa Anna, 120
Hortencio Pires Santa Anna, 135
Hygino José Francisco, 322
Hygino Pereira dos Santos, 208, 210
Hygino Valiente, 45

I

Idelfonso Francisco das Neves, 92
Ignacio Caetano, 221, 227
Ignacio de Souza, 313
Ignacio Feliciano da Silva, 37, 120, 132
Ignacio Fernandes dos Anjos, 202
Ignacio Fernando dos Anjos, 205
Ignacio Francisco Barboza, 82, 85
Ignacio Francisco da Silva, 127, 146
Ignacio Gomes, 32
Ignacio Gomes Coutinho, 150, 168
Ignacio João Dias, 271, 273, 351, 384
Ignacio José da Silva, 348, 364
Ignacio José de Souza, 173, 187
Ignacio José Francisco, 104, 106
Ignacio José Pequeno, 214, 218
Ignacio Luis dos Santos, 120, 121
Ignacio Mariano da Silva Bueno, 48, 50
Ignacio Neves de Araujo, 150, 170
Ignacio Nogueira dos Santos, 307, 321
Ignacio Pereira dos Reis, 224, 227
Ignacio Pereira Pinto, 388
Ignacio Rodrigues da Silva, 232, 237
Ignacio Tavares da Rocha, 257, 263
Ignacio Xavier Pereira, 51, 53
Ignocencio Benedicto Ferraz de Oliveira, 339
Ildebrando Cardozo Lusano, 342
Ildefonso Francisco das Neves, 58, 64, 95
Innocencio Benedicto Ferraz de Oliveira, 338
Innocencio José Barros Costa, 237
Innocencio José de Farias, 211, 216
Innocencio Martins de Macedo, 123, 143
Irineo José da Rocha, 234
Isidoro Antonio do Nascimento, 155
Isidoro Vieira de Oliveira, 105, 306

Ivo Antonio da Trindade Palma, 42
Izidoro Antonio de Oliveira, 209, 210
Izidoro Antonio do Nascimento, 173, 193, 199
Izidoro Lucas de Oliveira, 209, 220
Izidoro Vieira de Oliveira, 97

J

Jacintho das Neves, 311, 329, 365, 369
Jacintho dos Passos Guedes, 206, 210
Jacintho Fagundes da Silva Lima, 107, 117, 143, 156
Jacintho Fernandes de Oliveira, 132, 149
Jacintho Francisco de Oliveira, 316, 338
Jacintho Francisco do Nascimento, 231
Jacintho Manoel Francisco, 348, 364
Jacintho Pereira da Cunha, 277, 283
Jacintho Pereira Pinto, 354
Jacintho Rodrigues da Silva, 231, 237
Jacintho Roque, 162, 180
Jacintho Simão da Fonseca, 294, 295
Jacintho Simões da Fonseca, 213, 218
Jacintho Verneck de Carvalho, 338
Jacintho Vernek de Carvalho, 375
Jacintho Werneck de Carvalho, 355
Jacintho Wernek de Carvalho, 363
Jacob de Mattos Santiago, 320, 346
Jacob Ferreira Campos, 120, 128, 308, 329
Januario Antonio Fernandes, 299
Januario da Cruz, 143, 165
Januario de Souza Dias, 243, 245
Januario Pereira da Silva, 91, 130, 141, 232
Jenuino Alves Nogueira, 136
Jeremias da Silva, 127
Jeremias Luis da Silva, 254, 261
Jeronimo Bezerra do Nascimento, 364
Jeronimo Caetano da Igreja, 122, 142
Jeronimo Elysio dos Reis, 308
Jeronimo Guedes Ferreira Chaves, 298, 303
Jeronimo José do Nascimento, 175, 190, 271, 287
Jeronimo Leandro de Oliveira, 120, 128
Jeronimo Muniz, 120, 125
Jeronimo Pereira da Silva, 90
Jesuino Alves Beserra, 311
Joan Martins, 73

João Agapito Pinto, 189
João Alexandre Alves, 120, 135
João Alexandre Bandeira, 298, 307
João Alves da Silva, 209
João Alves de Azevedo Garcia, 309
João Alves de Azevedo Goveia, 319
João Alves de Souza, 279, 287
João Alves dos Santos, 120, 131
João Alves Ferreira, 214
João Amancio, 371, 379
João Anastacio Cardozo, 298
João Angelo da Costa, 57
João Anselmo da Cruz, 41
João Ansoategue, 82, 86
João Antonio, 53, 62, 136, 152, 184, 192, 238, 241
João Antonio 1º, 57
João Antonio Cardozo, 326
João Antonio da Silva, 46, 87, 165, 181, 184, 192, 206, 210, 211, 214, 267, 364, 370, 389
João Antonio da Silva e Souza, 363
João Antonio de Oliveira, 312
João Antonio do Nascimento, 317, 342
João Antonio dos Santos, 120, 126
João Antonio Felicio, 361
João Antonio Fernandes dos Santos, 163, 178, 388
João Antonio Filicio, 368
João Antonio Martines, 137
João Antonio Martins, 156
João Antonio Mendes, 53, 58
João Antonio Pedro de Lemos, 236
João Antonio Pedro Lima, 234
João Antonio Ribeiro, 120, 132, 320, 345
João Antonio Rodrigues, 379
João Antonio Rodrigues de Amorim, 338
João Antonio Soares, 158, 177
João Apostolo Evangelista, 254, 261
João Augusto de Moraes, 196, 197
João Augusto dos Santos Vital, 316, 325
João Augusto Pinto, 197
João Baptista Candia, 56, 57
João Baptista Cardozo, 141, 159
João Baptista Chaves, 250
João Baptista da Costa, 297
João Baptista da Cruz, 100, 108, 120, 136, 235, 239, 371

João Baptista da Cunha Pancada, 199
João Baptista da Victoria, 214, 218
João Baptista de Jesus, 136, 151
João Baptista de Lima, 145, 168
João Baptista de Miranda, 49, 51
João Baptista de Oliveira, 238, 242, 376, 378
João Baptista de Paula, 58, 59
João Baptista dos Santos, 338, 370
João Baptista Pancada, 193
João Baptista Ramos, 216, 310, 330
João Baptista Silverio, 209, 216
João Baptista Soares, 58, 63
João Baptista Xaves, 255
João Bernardo de Oliveira, 306, 322, 345
João Braz da Silva, 371
João Braz da Silva Junior, 348, 349
João Cancio dos Santos, 267, 283
João Candido Pereira da Silva, 363, 369
João Cardozo dos Santos, 201, 202
João Carlos da Silva, 140, 156
João Carlos dos Reis, 53, 60, 79, 84
João Carlos Martins Maia, 333, 351
João Chrisostomo da Silva, 96, 202, 205
João Chrispiniano da Cunha, 145, 180, 209
João Cigano de Araujo, 303, 305, 313, 321
João Clemente dos Santos, 254
João Coelho de Miranda, 141
João Coelho de Souza Filho, 361
João Coelho Souza Filho, 339
João Costodio Lordelo, 94
João Crispiniano da Cunha, 222
João Custodio de Lima, 370, 380
João Custodio Lordello, 91
João da Annunciação, 88, 90
João da Costa Pancha, 250, 253
João da Costa Veiga, 259, 266
João da Cruz, 91, 94, 388
João da Cruz e Antonio Pinto da Conceição, 388
João da Cruz Lima, 382, 387
João da Cunha, 47
João da Rocha, 46, 54
João da Rocha Machado, 74
João da Serra, 352

João da Serva, 361
João da Silva Nazareth, 115
João da Silva Sampaio, 238, 242
João da Silva Torres, 88, 90
João Damasceno Bispo, 154
João Damasceno Coutinho, 81, 84
João David Cavalcante, 208, 212
João de Araujo, 364
João de Deos da Costa, 191, 197
João de Deos Dias, 317, 343
João de Deos Lima, 67, 74, 310, 346
João de Moura Viegas, 136
João de Oliveira Lemos, 120
João de Souza, 176, 189
João de Souza e Oliveira, 364
João de Souza Moreira, 307, 326
João de Souza Oliveira, 357
João Dias de Oliveira, 252, 260, 310, 371, 382
João Dias de Souza, 162, 180
João Diniz, 380, 383
João do Espirito Santo, 201, 202
João Domingues de Carvalho, 38
João dos Santos, 337, 357
João Eraldo Lopes de Oliveira, 317
João Evaldo Lopes de Oliveira, 362
João Evangelista, 298, 306
João Feliciano Ferreira, 38
João Felisberto de Oliveira, 240, 241
João Ferreira, 202, 203, 240
João Ferreira da Silva, 50, 53
João Ferreira Damaceno, 196
João Ferreira Damasceno, 199
João Ferreira de Magalhães Rhodes, 215, 224
João Ferreira de Mello, 96, 99
João Ferreira do Nascimento, 375
João Ferreira Lima, 303
João Ferreira Prestes, 318, 340
João Flauzino do Patrocinio, 130
João Fortunato da Silva, 208, 220
João Francisco, 298, 310, 347, 360
João Francisco Bombarda, 250
João Francisco Cabral, 207
João Francisco da Cruz, 259, 261

João Francisco da Silva, 228, 233
João Francisco da Silva Segundo, 183, 191
João Francisco de Maria, 350, 358
João Francisco de Oliveira, 77, 83, 297, 303, 322, 351
João Francisco de Oliveira Bombarda, 124, 140, 256
João Francisco de Sá, 145, 166
João Francisco do Nascimento, 319, 341
João Francisco dos Santos, 34, 322, 358
João Francisco Gomes, 317, 362
João Francisco José de Carino, 337
João Francisco José do Carmo, 353
João Francisco Mendes, 320, 347, 350
João Francisco Pereira, 355, 372
João Francisco Pinto, 278, 284
João Francisco Zéca, 244
João Francisco Zéco, 238
João Fructuoso Ferreira, 103, 108
João Gomes Cabral, 289, 293
João Gomes de Faria, 98
João Gomes de Faria Junior, 101
João Gomes Francisco, 198
João Gonçalves da Silva, 150, 169
João Gonçalves de Araujo, 182
João Gonzaga da Silva, 361
João Gonzaga da Silva Costa, 370
João Gualberto de Mattos, 105, 121
João Gualberto de Souza, 377
João Henrique de Oliveira, 121, 141
João Isidro Charão, 236
João Joaquim Bernardo, 243, 276
João Joaquim da Silva, 298
João Joaquim da Silva Lobo, 111, 185, 197
João Joaquim de Albuquerque, 294
João Joaquim de Santa Anna, 262, 263
João José Agostinho, 137, 155, 238, 242
João José Alves, 209, 215, 335
João José Baptista, 290, 296
João José Barboza, 271, 287
João José Basilio Pirrho, 164, 173, 177
João José Basilio Pyrrho, 162
João José da França, 45
João José da Rocha Pitta, 39
João José da Silva, 344, 360

João José de Andrade Pinto, 269
João José de Araujo, 262, 266
João José de Santa Anna, 250, 255
João José de Souza, 338, 362
João José do Espirito Santo, 120, 129
João José Doria, 238, 248
João José dos Santos, 285, 287, 348, 372
João José Genaro, 245
João José Genáro, 247
João José Martins, 166, 182
João José Thomás, 143
João José Thomaz, 165
João Jota Alves da Silva, 280, 286
João Leite Ribeiro de Salles, 32
João Lictor, 303
João Lino Ferreira de Araujo, 141
João Littor, 312
João Lourenço Correa, 381
João Lourenço Correia de Macedo, 373
João Lucio Ferreira dos Santos, 146
João Luis Baptista, 337, 362
João Luiz da Cunha, 50, 53
João Izidoro de Santa Isabel, 314
João Izidro Charão, 228
João Madrasth Felippe, 58
João Madrasto Felippe, 66
João Manoel, 248, 250
João Manoel de Mello, 231, 235, 320, 364
João Manoel de Oliveira, 120, 123, 228, 234
João Manoel de Souza, 371, 380
João Manoel dos Reis, 252
João Manoel Ferreira dos Santos, 297, 299
João Marcos dos Santos, 338, 357
João Martines, 92
João Martines Soares, 92
João Martinez, 77, 95
João Martins de Lima, 118, 130, 136, 138, 209, 217
João Martins Soares, 40, 95
João Mathias, 256
João Mendes de Sá, 388
João Mendonça de Marinho, 45, 48
João Mendonça Maria, 151, 174
João Miguel Arcanjo, 301

João Miguel Arcanjo dos Anjos, 311
João Miguel Cellestino, 230
João Miguel Mendes, 262, 270
João Monteiro de Souza Machado, 47, 50
João Moreira de Souza, 54, 56
João Moreira Lessa, 250, 255
João Nepomoceno, 174
João Nepomoceno Baptista Pinheiro, 155
João Nepomoceno Vallim, 83
João Nepomuceno Bastos, 298, 301
João Nepomuceno Valim, 85
João Nunes Victoria, 294, 355
João Oliveira do Espirito Santo, 34
João Pancracio da Cruz, 132
João Pancracio Luciano da Cruz, 120
João Paulino de Brito, 120, 122, 206, 207
João Paulista, 191, 197
João Paulo, 162, 181
João Paulo Barata, 82, 85
João Paulo Cabeça, 33
João Paulo de Sant'Anna, 31
João Paulo dos Santos, 140, 180, 189
João Pedro, 145, 163, 203, 207, 226, 231
João Pedro Barboza de Oliveira, 225
João Pedro Camargo, 206, 207
João Pedro Chaves, 361, 366
João Pedro de Alcantara, 119, 128, 225, 227, 231
João Pedro de Oliveira, 116, 117
João Pereira Cordolino, 136, 156
João Pereira da Silva, 59, 65, 316, 338
João Pereira de Andrade, 325, 350
João Pereira de Miranda, 377, 383
João Pereira Guimarães, 311, 328, 340
João Pinto Pereira, 168
João Pinto Querino, 248, 256
João Primeiro, 244, 247
João Quintino de Souza, 58
João Quiterio de Sousa, 63
João Quiterio de Souza, 231, 234, 351
João Raymundo, 275, 287
João Regis Cardozo, 70, 74
João Ribeiro de Almeida, 313, 331
João Ricardo Damasceno, 162, 180, 326, 347

João Rodrigues da Cunha, 357, 389
João Rodrigues da Silva, 122, 142, 211, 216
João Rodrigues de Lima Vasconcellos, 90, 91
João Rodrigues dos Santos, 294, 368
João Rodrigues Seara, 331
João Rodrigues Seára, 372
João Rufino do Bonfim, 268, 278
João Sabino de Lima, 225, 228
João Sabino Leão, 120, 121
João Salustiano do Carmo, 297, 305
João Savedra, 361, 366
João Schering, 254, 259
João Serafim dos Santos, 331, 386
João Serapião, 178, 190
João Severiano de Souza, 153, 173
João Simão, 306
João Simões do Espirito Santo, 155, 174
João Soares de Lima, 238, 240
João Teixeira de Sampaio, 272, 282
João Teixeira Pereira, 264
João Telles de Menezes, 127, 148, 309, 328
João Thomaz de Aquino, 380, 390
João Thomaz de Oliveira, 269, 275
João Tiburcio Ribeiro, 277, 284
João Valerio de Lima, 192
João Venancio Ferreira da Silva, 56
João Vicente Ferreira da Silva, 145, 167
João Victor de Barros, 145, 164
João Vieira, 267, 275
João Vieira da Silva, 354, 364
João Virissimo Julião, 44
João Xavier de Castro, 253, 263
João Xavier Macambira, 202, 307
Joaquim Affonso Torres, 120, 135
Joaquim Alves da Silva, 88, 92, 137, 156, 231, 242
Joaquim Alves Feitoza, 203, 206, 228, 235
Joaquim Alves Nogueira, 120
Joaquim Antonio, 363, 368
Joaquim Antonio da Silva, 248, 254, 352, 362, 368, 374
Joaquim Antonio de Aguiar, 268, 281
Joaquim Antonio de Jesus, 388
Joaquim Antonio de Oliveira, 214, 218
Joaquim Antonio de Souza, 325, 349, 388

Joaquim Antonio do Espirito Santo, 248, 255
Joaquim Antonio Maia, 141, 160
Joaquim Antonio Soares, 360
Joaquim Aprigio de Araujo, 313, 331
Joaquim Ascencio da Costa Lanné, 211, 227
Joaquim Augusto Pinto, 221, 223
Joaquim Auto dos Guimarães, 58
Joaquim Auto Guimarães, 68
Joaquim Balduino Alves, 223, 227
Joaquim Baptista de Moraes, 329, 351
Joaquim Barboza da Silva, 282, 284
Joaquim Barboza dos Santos, 316, 337
Joaquim Barboza Martins, 298, 331
Joaquim Belmiro de Souza, 85
Joaquim Bernardes de Jesus, 316, 336
Joaquim Bezerra do Prado, 351, 367
Joaquim Calixto da Fonseca, 86, 88
Joaquim Cardozo de Oliveira, 253, 257
Joaquim Christino da Silva, 363, 369
Joaquim da Costa Diniz, 50, 54, 240, 244
Joaquim da Cunha Araujo, 215, 221
Joaquim da Rocha Medrado, 70
Joaquim da Silva Bultrago, 147, 167
Joaquim da Silva e Souza, 248, 251
Joaquim da Silva Moreira, 238, 248
Joaquim da Silva Souza, 365
Joaquim de Andrada Vieira, 149
Joaquim de Andrade Vieira, 135
Joaquim de Brito Feitosa, 91, 94
Joaquim de Cantanhede Pimentel, 225
Joaquim de Castanhedo Pimentel, 233
Joaquim de Figueiredo Rodrigues, 228, 240
Joaquim de Mello Cunha, 51
Joaquim de Mello e Cunha, 54
Joaquim de Oliveira Lopes, 320
Joaquim de Oliveira Sampaio, 106, 109, 300, 312
Joaquim de Paula Teixeira, 307, 325
Joaquim de Sant'Anna da Silva, 35
Joaquim d'Oliveira Lopes, 351
Joaquim dos Anjos, 349, 375
Joaquim dos Passos, 50, 52, 85, 122, 142
Joaquim Duarte do Nascimento, 50, 53
Joaquim Fernandes da Fonseca, 48, 50

Joaquim Fernandes de Andrade, 92, 102
Joaquim Fernandes de Lima, 232, 238
Joaquim Ferreira da Costa, 242
Joaquim Ferreira Segundo, 202, 203, 294, 295
Joaquim Francisco Coroanha, 136
Joaquim Francisco Coronha, 153
Joaquim Francisco Croanha, 247
Joaquim Francisco Croanhá, 243
Joaquim Francisco da Cunha, 344, 356
Joaquim Francisco de Moraes, 97, 101, 103, 112
Joaquim Francisco de Souza, 264, 270
Joaquim Francisco do Espirito Santo, 120
Joaquim Francisco dos Santos, 43, 46, 58, 64, 136
Joaquim Francisco Gadelha, 31
Joaquim Gomes de Barros, 311, 334
Joaquim Gonçalves de Mattos, 90, 93, 114, 117
Joaquim Gonçalves de Souza, 238, 243
Joaquim Isidoro da Costa, 295
Joaquim João Antonio de Oliveira, 120, 131
Joaquim José, 59, 67
Joaquim José Alves de Mattos, 282, 290, 305
Joaquim José Antonio, 147, 176, 333, 356
Joaquim José Baracho, 274
Joaquim José Barboza, 173, 187, 268, 370, 375
Joaquim José da Costa, 231, 244
Joaquim José da Silva, 297, 316, 325, 329, 336, 347, 370, 379
Joaquim José da Silva Neto, 178
Joaquim José da Silva Netto, 154
Joaquim José de Brito, 181, 192
Joaquim José de Freitas, 290, 291
Joaquim José de Santa Anna, 73, 75, 202, 205, 228, 235, 262, 265, 322, 325, 345, 350
Joaquim José de Sant'Anna, 58, 60
Joaquim José Francisco, 251, 257
Joaquim José Gonçalves, 274, 278, 351, 360
Joaquim José Ignacio, 225, 235
Joaquim José Ignacio, 350, 360
Joaquim José Muniz, 129, 148
Joaquim Leandro, 348
Joaquim Ignacio de Azevedo, 365, 369
Joaquim Lopes da Costa, 120, 133
Joaquim Lopes de Araujo, 96, 108
Joaquim Lucas Borges de Aguiar, 43
Joaquim Luis Pereira, 147, 167, 361, 368

Joaquim Izidoro da Costa, 298
Joaquim Manoel, 225, 234
Joaquim Manoel Carlos, 136, 151, 188, 192
Joaquim Manoel de Santa Anna, 162, 179
Joaquim Manoel dos Santos, 216
Joaquim Manso Bispo, 298, 340
Joaquim Maria, 44
Joaquim Maria de Almeida, 376, 383
Joaquim Marianno de Oliveira, 89
Joaquim Mariano da Conceição, 120, 134, 171, 177
Joaquim Mariano de Oliveira, 88
Joaquim Marques de Carvalho, 241
Joaquim Marques de Santa Anna, 150, 170
Joaquim Marques do Carvalho, 240
Joaquim Martins de Moura, 37, 40
Joaquim Martins dos Santos, 317, 343
Joaquim Miguel de Oliveira, 105, 110
Joaquim Monteiro dos Santos, 96, 98, 349, 363
Joaquim Nicoláu Lopes, 289, 290
Joaquim Nunes Vianna, 33
Joaquim Pedro Alves Cabral, 325, 346
Joaquim Pedro da Silva, 47, 97, 103
Joaquim Pedro de Andrade, 123, 143
Joaquim Pedro dos Santos, 80, 83, 220
Joaquim Pedro dos Santos Sabino, 316
Joaquim Pereira, 388
Joaquim Pereira Alves, 56, 59, 71, 225, 233
Joaquim Pereira da Cruz, 248, 251, 294, 296
Joaquim Pereira da Silva, 235
Joaquim Pereira de Moraes, 208, 211
Joaquim Pereira dos Santos, 387
Joaquim Pereira Gaia Peçanha, 146, 270, 289, 292, 303, 309, 324, 332
Joaquim Pereira Gaya Peçanha, 126, 261
Joaquim Pereira Santos, 366
Joaquim Pessoa dos Santos Sabino, 307
Joaquim Pinto de Atayde, 114
Joaquim Procopio de S. Anna, 39
Joaquim Prudencio, 211, 217, 325
Joaquim Querino Villarim, 385
Joaquim Quirino Villarino, 370
Joaquim Raimundo de Oliveira, 252
Joaquim Raymundo, 246, 250
Joaquim Raymundo de Bandeira, 302

Joaquim Raymundo de Oliveira, 246
Joaquim Rodrigues, 225, 310, 345
Joaquim Rodrigues da Silva, 313, 349
Joaquim Rodrigues José dos Santos, 226
Joaquim Soares, 50, 53
Joaquim Soares Dantas, 50
Joaquim Soares de Azevedo, 264, 265
Joaquim Teixeira da Costa, 234
Joaquim Teodoro de Oliveira, 319
Joaquim Theodoro da Silva Freire, 58, 60
Joaquim Theodoro de Oliveira, 309
Joaquim Thomaz Calheiros, 322, 358
Joaquim Verissimo, 86, 87, 108, 118
Joaquim Victorino, 231, 236, 349, 365
Joaquim Vieira Bernardo, 363, 386
Joaquim Vieira da Silva, 108, 116, 141, 158, 182, 196
Jorge Catharina dos Santos, 279
Jorge da Costa Oliveira Bueno, 141, 159
Jorge de Castro Junior, 184, 193, 243, 246
Jorge Francisco da Costa, 322, 344
José Adriano do Nascimento, 316, 358
José Albano, 42
José Albino Gomes, 135
José Albino Ramos, 149
José Alexandre da Silva, 202, 204
José Alexandre do Nascimento, 43, 46, 224, 229
José Alexandre Ferreira da Silva, 348
José Alfredo de Almeida, 370, 373
José Alves Carneiro Junior, 58, 61
José Alves da Cruz, 326, 347
José Alves da Silva, 96, 99
José Alves do Nascimento, 42
José Anacleto de Souza, 335, 354
José Ancelmo Pereira, 209
José Anselmo Pereira, 217
José Antonio, 185, 196, 211, 230, 246, 248, 298, 307, 346
José Antonio Americo Constancio Machado, 327
José Antonio Bahia, 349, 362
José Antonio Braçal, 120, 133
José Antonio Cavalleiro, 39
José Antonio Colonia, 141, 146
José Antonio da Gama, 199, 202
José Antonio da Silva, 36, 39, 50, 54, 120, 137, 214, 218, 371, 378

José Antonio Dantas, 243, 249
José Antonio das Chagas, 240, 248
José Antonio de Almeida, 50, 51
José Antonio de Lima, 97, 105, 129, 140
José Antonio de Lira, 145, 164
José Antonio de Lyra, 267, 271
José Antonio de Maria, 298, 302
José Antonio de Miranda, 155, 173, 297, 302
José Antonio de Oliveira, 191, 194
José Antonio de Santa Anna, 105, 108
José Antonio de Sant'Anna, 50, 53, 66
José Antonio de Souza, 157, 264, 270, 309, 333
José Antonio dos Santos, 59, 208, 209, 319, 345, 382, 385
José Antonio Eufrasio, 186
José Antonio Eufrazio, 172
José Antonio Flores, 184, 191, 298, 301
José Antonio Gomes, 216, 222
José Antonio Rita, 316
José Antonio Victorino dos Santos, 187, 196
José Apolinario Ribeiro, 361, 368
José Apostolo Floriano, 43, 46, 49, 53
José Baptista da Costa, 303
José Baptista Fernandes, 250, 255
José Baptista Ramos, 220
José Barbalho Bezerra Junior, 191, 197
José Barbosa de Lira, 114, 115
José Barbosa Jorge, 317, 341
José Bello, 267, 273, 298, 305, 331
José Benedicto da Silva, 317, 349
José Benedicto Florippe, 382
José Bento, 300
José Bento da Silva, 51, 55, 65
José Bento dos Santos, 311, 355
José Bento Soares, 371, 380
José Bernardino de Souza, 120
José Bispo, 62, 69
José Borges de Abreo, 245, 255
José Caetano da Conceição, 120, 125
José Candido dos Santos, 162, 178
José Candido Guillobel, 384
José Cardoso Ferreira de Souza, 298
José Cardozo de Oliveira, 120, 137
José Carlos de Araujo, 272, 278

José Carneiro de Nascimento, 33
José Carraça da Costa, 367
José Catharina dos Santos, 286
José Cavalcante Pereira, 225, 228
José Cesar de Mello Sampaio, 58, 60, 62
José Chrisostomo da Silva, 93
José Clemente dos Santos, 262
José Coelho de Carvalho Dias, 58, 61
José Coelho de Miranda, 108, 110, 120
José Correa da Costa, 352
José Correa de Amorim, 322, 343
José Crescente dos Martires, 248
José da Assumpção de Oliveira, 217
José da Assumpção e Oliveira, 211
José da Costa Gadelha, 231, 235, 375, 379
José da Costa Moraes, 295, 310
José da Costa Vieira, 58, 64
José da Cunha, 44
José da Hora do Espirito Santo, 388
José da Silva, 120
José da Silva Marques, 298, 324
José da Silva Moreira, 43, 46
José da Silva Oliveira, 124
José da Silveira, 132
José Damasceno Bispo, 137
José de Almeida Santos Velho, 136, 165, 238, 244
José de Campos Botelho, 246, 252
José de Freitas Cunha, 141, 159
José de Lima Medeiros, 119
José de Moura, 319, 342
José de Oliveira, 184, 194
José de Oliveira Lemos, 132
José de Paula Maranduba dos Santos, 91, 94
José de Sousa Salles, 120
José de Souza e Silva, 260
José de Souza Salles, 122
José Desiderio, 337, 360
José Dias Maciel, 298, 322, 376, 380
José Domingos de Souza, 40
José Domingos Pinto Barboza, 238
José Domingues de Souza, 74, 75
José Domingues Pinto Barboza, 242
José dos Reis, 380, 382

José dos Santos, 225
José Duarte Junior, 173, 186
José Dutra, 120, 134
José Elias, 173, 186
José Estevão Correa, 361, 369
José Esteves de Lima, 147, 167
José Eusebio da Silva, 350, 364
José Evangelista da Silva, 248, 266
José Evangelista da Silveira, 363
José Fabricianno Mendes, 325
José Fabriciano Mendes, 362
José Feliciano, 73, 76, 182, 192
José Felippe Ayres de Menezes, 298, 300
José Felippe de Brito, 267, 272
José Felippe dos Santos, 147, 167, 232, 237
José Felippe Nery de Santiago, 209
José Felix Alves, 361, 376
José Felix da Hora, 316, 337
José Felix de Andrade, 88, 89, 114, 122
José Felix dos Santos, 297
José Félix dos Santos, 307
José Ferreira, 241
José Ferreira Cardozo, 302
José Ferreira da Costa, 183, 200
José Ferreira da Silva, 326, 334, 348, 372
José Ferreira de Souza, 366, 370
José Ferreira dos Santos, 298, 305
José Ferreira Lima, 313
José Fidelis Pinto da Fonseca, 280, 286
José Firmino, 238, 241
José Firmino Rodrigues, 337
José Flausino do Patrocinio, 144
José Francisco, 251, 309, 318
José Francisco Antonio das Chagas, 150, 168
José Francisco Antunes de Oliveira, 72, 75
José Francisco Barboza, 120, 125
José Francisco Barros, 192
José Francisco Cabral, 207
José Francisco Cardozo, 122, 140
José Francisco Correa, 344
José Francisco Correia, 322
José Francisco Curinga, 193
José Francisco da Silva, 173, 188, 248, 254, 259, 271, 276, 322, 344

José Francisco d'Avila Junior, 120, 131
José Francisco de Abreo, 169, 184
José Francisco de Barros, 185, 348, 362
José Francisco de Freitas, 191, 194
José Francisco de Mello, 205
José Francisco de Nobrega, 230, 231, 272, 278
José Francisco de Queiroz, 208
José Francisco de Queiróz, 210
José Francisco de Souza, 209, 246, 252
José Francisco de Souza Filho, 211
José Francisco de Souza Segundo, 298, 309
José Francisco dos Santos, 271, 273
José Francisco Gabriel, 316, 336
José Francisco Marcelino, 208, 217
José Francisco Martins, 304, 327
José Francisco Negreiro, 159
José Francisco Negreiros, 141
José Francisco Nobrega, 122, 142
José Francisco Romão, 269, 274
José Franciso Curinga, 196
José Frederico Pereira da Cunha, 36
José Fructuoso de Góes, 386
José Gaspar Pinheiro Vellozo Junior, 327
José Gaspar Pinheiro Velozo, 389
José Gomes da Costa Telheiro, 141, 157
José Gomes da Silva, 309, 335, 366
José Gomes de Oliveira, 281, 287, 343, 349, 374, 380
José Gomes Ribeiro, 225, 229
José Gonçalves de Aquino, 264
José Gonçalves de Araujo, 169
José Gonsalves de Aquino, 264
José Gregorio da Silva, 173, 190
José Guerreiro de Almeida, 307
José Henraques da Cunha, 319
José Henrique, 339, 377
José Henrique da Cunha, 386
José Honorato, 309, 330
José Honorio de Santa Anna, 268, 273
José Ignacio da Conceição, 151
José Ignacio da Conceição e Souza, 191
José Ignacio da Conceição Souza, 129, 194
José Ignacio Pereira, 209, 212, 344
José Ignacio Pires Fortuna, 107, 109

José Ignacio Teixeira, 94, 96
José Januario Correa, 348, 359
José Joaquim Alves Barrozo, 352
José Joaquim Alves Bezerra, 318, 356
José Joaquim Caxias, 33, 316, 358
José Joaquim da Costa, 103, 106
José Joaquim da Silva, 44, 153, 175, 207, 368, 374
José Joaquim de Alencastro, 290, 296
José Joaquim de Campos, 150, 169
José Joaquim de Oliveira, 209, 229
José Joaquim de Santa Anna, 246, 267, 272, 338, 356
José Joaquim de Santa Anna Lage, 231
José Joaquim de Santa Anna Laje, 235
José Joaquim de Souza, 258
José Joaquim do Nascimento, 325, 381
José Joaquim do Santa Anna, 251
José Joaquim dos Santos, 252
José Joaquim Leitão, 368, 371
José Joaquim Moreira, 141, 159
José Joaquim Rodrigues Lopes, 79
José Joaquim Soares do Carmo, 111
José Justiniano de Souza, 317, 342
José Justino, 349
José Justino de Santa Anna, 120, 124
José Justino Ventura, 322
José Lauriano de Campos Leite, 120, 136
José Leandro de Souza, 259, 277
José Leite Bernardino de Souza, 124
José Ignacio Pereira, 359
José Lino Gomes, 238, 248
José Lopes dos Santos, 309, 319
José Lopes Fernandes, 298, 325
José Lopes Quintino, 388
José Lourenço, 33, 262, 266
José Lourenço da Gama, 348, 379
José Lourenço Maranhão, 243, 250, 331, 354
José Luis Cabral da Silveira da Cunha Godolfim, 271
José Luis Cabral da Silveira da Cunha Godolphim, 269
José Luis da França, 257
José Luis da Silva, 320, 357, 361, 367
José Luis de França, 253
José Luis de Santa Anna, 182
José Luis dos Santos, 183, 196

José Luis Pereira dos Santos, 51, 53, 105, 108, 145, 151
José Luis Quarto, 203, 207
José Luis Ramos, 348, 389
José Machado, 303, 311, 317, 341
José Maciel de Araujo Rego, 186
José Maciel de Araujo Rijo, 162
José Manoel da Cruz, 320, 346
José Manoel de Oliveira, 367, 388
José Manoel do Nascimento, 157, 176, 327, 352
José Manoel Feliciano, 188, 195
José Manoel Teixeira Rios, 278, 288
José Marcelino de Almeida, 208, 220
José Maria, 72, 75
José Maria d'Arayca, 322
José Maria da Silva Peixoto, 373, 380
José Maria de Souza, 44
José Maria do Nascimento, 137, 148, 272, 278
José Maria Ferreira, 155, 174
José Maria Gonçalves, 312, 358, 359
José Maria Rebello, 98
José Martiniano de Oliveira, 126, 142, 191, 199
José Martins de Andrade, 376, 384
José Martins de Oliveira, 298, 308
José Martins dos Santos, 361, 369
José Martins Falcato, 50, 52
José Mathias, 248, 256
José Mathias de Araujo, 58, 63, 73, 78
José Maximiano Bispo, 225, 230
José Melchiades de Vasconcellos, 79, 82
José Mendes da Costa, 203
José Mendonça da Terra Avila, 98, 101
José Mendonça de Marinho, 38
José Miguel de Lima, 184, 192
José Miguel Picaluga Ramos, 183, 200
José Monteiro de Lima, 192
José Monteiro Lima, 188
José Nicoláo Pimenta de Araujo Vargas Coutinho, 58, 60
José Nogueira Semeão, 111
José Nogueira Simas, 117
José Nunes, 297, 306
José Nunes da Motta, 225
José Nunes Victoria, 364
José Pantaleão Barbalho de Vasconcellos, 131, 152, 184, 194, 209, 214, 217, 224

José Patricio Marques da Silva, 120, 131, 196, 198, 316, 340
José Paulino de Alencar, 206, 207
José Paulino de Castro Lima, 120
José Paulo Alves, 183, 191
José Paulo Bispo, 271, 287
José Pedro Baptista, 285, 288
José Pedro Celestino, 316, 336
José Pedro dos Santos, 136, 156, 206, 209
José Pedroso, 271
José Pedrozo, 287
José Penna Rangel, 304, 330
José Pereira Brandão, 313, 334
José Pereira da Costa, 150, 169
José Pereira da Rocha, 296
José Pereira da Silva, 113, 115, 246, 255, 350
José Pereira da Silva Lobo, 264
José Pereira de Barros, 298, 300
José Pereira Maciel, 294, 296
José Pereira Mascarenhas, 183, 191
José Pinheiro de Castro Lima, 121
José Pinto Monteiro Junior, 196, 198
José Pires Titara, 289
José Portela dos Santos, 307
José Portella dos Santos, 317
José Primo Fernandes, 96, 98
José Procopio da Silva, 73, 76, 183, 191
José Querino da Silva, 88, 89
José Querino de Almeida, 211
José Querino de Santa Anna, 259
José Querino Ribeiro, 227
José Querino Thomé, 200
José Quirino de Almeida, 215, 316
José Quirino Ribeiro, 221
José Quirino Thomé, 200
José Raimundo da Costa, 117
José Raimundo da Costa Valerio, 147
José Raimundo de Sousa, 91
José Ramos, 215
José Raymundo, 185, 192
José Raymundo Cutrim, 50, 53
José Raymundo da Costa, 111, 240, 244
José Raymundo da Costa Valerio, 129
José Raymundo da Silva, 388

José Raymundo de Souza, 93
José Ricardo da Silva, 97, 102, 171, 183
José Roberto de Souza, 46, 49
José Rodrigues, 383
José Rodrigues da Silva, 255
José Rodrigues de Lemos, 216, 221
José Rodrigues de Lima, 38, 136, 153, 256
José Rodrigues de Santa Anna, 294, 301
José Rodrigues do Nascimento, 111, 113
José Rodrigues Lima, 248
José Romão, 243
José Rufino da Cunha, 305
José Rufo dos Anjos, 97, 100
José Sabino da Silva, 58, 64
José Satiro de Moraes, 126, 143
José Severino Lopes, 350, 358
José Silvestre Fernandes, 295, 307
José Soares da Silva, 297, 313
José Theobaldo de Lima, 91, 92, 348
José Theodoro da Silva, 46, 48, 73, 77, 120, 132
José Theotonio, 243, 249, 284, 288
José Thomaz de Aquino, 246, 254
José Thome dos Santos, 271, 276
José Torquato de Oliveira, 202, 206
José Valerio de Lima, 184
José Valerio Victoria, 378
José Valerio Victorio, 382
José Venancio Baptista, 141, 165, 232, 235
José Venancio da Silva, 243, 265
José Venancio de Sant'Anna, 65, 71
José Venancio de Santarem, 58
José Venancio Ferreira da Silva, 55
José Viana dos Santos, 388
José Vicente Ferreira, 267, 274
José Vicente Ferreira de Almeida, 155, 174, 361, 379
José Vicente Maria, 50, 54
José Vicente Rodrigues, 320, 341
José Vicente Umbelino, 180, 191
José Victor, 146, 303
José Victor Virgilino Cantina, 123
José Victorino Ferreira, 76
José Victorino Teixeira, 73
José Vieira dos Santos, 100, 108, 348

José Vieira Salgado, 50, 54
José Vitor, 314
José Zacarias de Almeida, 56
José Zacharias de Almeida, 58, 290, 293
Jovino Alves Bezerra, 120
Julião Cosme José de Souza, 259
Julio Anacleto do Espirito Santo, 211, 230, 370
Julio Antonio Ferreira, 216, 224, 246, 271
Julio Antonio Pereira, 31
Julio Cesar dos Reis Falcão, 165, 183, 188, 192
Júlio César dos Reis Falcão, 318
Julio Cezar dos Reis Falcão, 356
Julio Procopio Pereira Nunes, 354
Julio Ribeiro, 141, 159
Julis Von der hey nes, 60
Justiniano Antonio Barbosa, 370
Justiniano Antonio Barboza, 129, 144
Justiniano Gomes de Oliveira, 303, 311
Justino Antonio Barboza, 363
Justino Antonio dos Santos, 244, 247
Justino da Cunha Barboza, 254, 260
Justino Ferreira Lage, 246
Justino Ferreira Lago, 250
Justino José Antonio da Silva, 313, 346
Justino José de Araujo, 202, 203
Justino José de Oliveira, 348, 372
Justino Ribeiro da Silva, 120, 127
Juvencio Antonio Joaquim, 207, 208
Juvencio Biserra do Nascimento, 350
Juvencio Moreira da Silva, 289, 294
Juvencio Pereira Gomes, 180, 194
Juvino Alves Bezerra, 134, 207, 210, 340

L

Ladisláu José de Souza, 141, 157
Lamego, 27, 31, 52, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 62, 65, 67, 70, 100, 101, 103, 104, 105, 106, 107, 110, 112, 114, 116, 118, 119, 121, 122, 125, 131, 133
Laurentino José Barcelos, 365, 371
Laurentino José dos Santos, 173, 186
Laurentino Lopes de Oliveira, 145, 166
Laurentino Marinho Falcão, 221, 226
Laurentino Rodrigues, 297, 311
Lauriano Antonio Bernardo, 161, 177

Lauriano de Souza Barbosa, 357
Lauriano de Souza Barboza, 343
Lauriano José de Souza, 371, 379
Laurindo Marçal do Prado, 155, 174
Laurindo Teixeira Lima, 90
Laurino Pereira Lima, 91
Lazaro Monge Gomes de Araujo, 294, 296
Leandro Ribeiro, 207, 208
Leobino Aristides da Costa, 285, 292
Leocadio Gonçalves Pereira, 294
Leocadio José Pereira, 290, 302
Leocadio José Rodrigues, 46
Leolindo da Rocha, 337
Leonardo Alexandrino, 383, 387
Leonardo Antonio de Carvalho, 290, 295
Leonardo Manoel de Oliveira, 235, 236, 338, 364
Leoncio Amancio de Moraes, 286, 293
Leonel Antonio Ferreira, 150, 154
Leopoldino de Deos Martins, 125, 146, 209, 249
Leopoldino José da Cruz, 38
Liberato Antonio da Silva, 92, 99, 130, 139
Liberato de Almeida Queiroz, 297, 299
Liberato José Franco, 238, 239
Licurgo Tito Livio Pinheiro de Lemos, 238, 248
Lino dos Santos do Nascimento, 280, 284
Lino dos Santos Nascimento, 348, 359
Lino Joaquim Feliciano Coelho, 155, 174
Lino José Alves do Valle, 145, 166
Lino José de Faria, 211
Lino José de Farias, 220
Lino Pereira da Cunha, 44
Lino Pinto de Sequeira, 343
Lino Pinto de Siqueira, 360
Lisboa, 27, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 166, 256, 257, 258, 259, 260, 261, 262, 263, 264, 265, 266, 267, 268, 269, 270, 271, 272, 273, 274, 275, 276, 277, 278, 279, 280, 281, 282, 283, 284, 285, 286, 287, 288, 289, 290, 291, 292, 293, 294, 295, 296, 297, 298, 299, 300, 301, 302, 303, 304, 305, 306, 308, 309, 310, 311, 312, 313, 314, 315, 316, 317, 318, 319, 320, 321, 323, 324, 325, 326, 327, 328, 329, 330, 331, 332, 333, 334, 335, 336, 337, 338,

339, 340, 341, 342, 343, 344, 345, 346, 347, 348, 350, 351, 352, 354, 355, 356, 357, 358, 359, 360, 361, 362, 363, 364, 365, 366, 367, 368, 369, 370, 371, 372, 373, 374, 375, 376, 377, 378, 379, 380, 381, 382, 383, 384, 385, 386, 387, 388, 389
Livio Augusto do Nascimento, 42
Lourenço Bartholomeo Oliva, 235
Lourenço Bartolomeo de Oliva, 225
Lourenço Beserra da Gama, 120
Lourenço Bezerra da Gama, 361, 368
Lourenço Biserra do Gama, 128
Lourenço da Costa Ferreira, 86, 88
Lourenço Ferreira Gomes, 335, 354
Lourenço João da Cruz, 211, 214
Lourenço José Rufino Cidreira, 312, 366
Lourenço Justiniano Mendes, 56, 100, 107
Lourenço Mariano Gomes da Silva, 361, 384
Lourenço Milhomem, 262, 265
Lourenço Paes de Mendonça, 73, 74
Lourenço Pereira do Nascimento, 351, 364
Lourenço Veloso da Cruz, 389
Lucas Evangelista de Souza, 373, 380
Luciano Bernardo dos Santos, 202, 205
Luciano de Souza Teixeira, 71, 75
Luciano dos Santos, 130, 146, 183, 187
Luciano José Carvalho, 133
Luciano José da Roza, 312
Luciano José de Carvalho, 38, 148
Luciano José Raymundo, 184
Lucindo Estulano da Silva, 92, 95
Lucindo Luis Alves, 120, 131, 182, 187
Lucio Alves, 88, 90, 91, 92, 93
Lucio Antonio de Faria Roza, 206, 298
Lucio da França Vieira, 186
Lucio Dario da Silva, 34
Lucio Ferreira dos Anjos, 344, 372
Lucio Luterianno, 291
Lucio Luteriano, 289
Ludgero Castro de Oliveira, 298
Ludgero de Castro Oliveira, 308
Ludgero Joaquim José, 290
Ludgero Theodoro de Oliveira, 373, 381
Luis Alfredo de Oliveira Campos, 319, 342
Luis Alves de Azevedo, 117
Luis Alves de Vasconcellos, 67, 72, 118

Luis Antonio, 216, 227
Luis Antonio Barboza, 115, 122
Luis Antonio da Silva, 120, 126, 150, 171
Luis Antonio de Carvalho Leitão, 313, 329
Luis Antonio de Lima, 126
Luis Antonio de Souza, 70, 74, 304, 327
Luis Antonio Monteiro, 311, 328
Luis Antonio Murtinho, 268, 271
Luis Augusto Jardim, 363, 386
Luis Balbino Cordeiro, 145
Luis da França Barros, 141, 159
Luis de França Vieira, 162
Luis Dupont, 106
Luis Eulalio da Silva Ramos, 348, 359
Luis Ferreira Chagas, 388
Luis Ferreira da França, 100
Luis Ferreira da Silva, 202, 205
Luis Ferreira Gomes, 243, 245
Luis Francisco da Roza, 289, 293, 313, 332
Luis Francisco de Souza, 297, 308
Luis Francisco do Espirito Santo, 202, 207
Luis Francisco Jorge, 97, 104, 264, 267, 298, 309
Luis Garcia de Vasconcellos, 251
Luis Gomes de Vasconcellos, 258
Luis Gonçalves Correa, 327, 352
Luis José de Oliveira, 348, 360
Luis José de Santa Anna, 153, 174, 198
Luis José do Nascimento, 221, 223, 327
Luis José dos Santos, 309, 332
Luis José Ludovico, 214, 220
Luis José Villela Viana, 269
Luis José Villela Vianna, 74, 254
Luis Liberato Ribeiro, 203
Luis Innocencio de Brito, 120, 135
Luis Manoel, 243, 247
Luis Manoel de Oliveira, 53
Luis Manoel Gonzaga, 319
Luis Manoel Mathias, 97, 106
Luis Manoel Pereira, 105
Luis Maranhão dos Santos, 183, 192
Luis Pereira da Silva, 62
Luis Pinto Monteiro, 298, 324, 365, 379
Luis Savero dos Santos, 253

Luis Severo dos Santos, 257
Luis Soares de Gouveia Horta Bueno, 201
Luis Soares de Goveia Horta Bueno, 73, 77, 201, 328
Luis Soares Goveia Horta Bueno, 113, 117
Luiz Antonio Barboza, 123
Luiz Antonio da Silva, 44
Luiz Antonio de Faria Reza, 326
Luiz Antonio de Lima, 143
Luiz Balbino Cordeiro, 168
Luiz Dupont, 115
Luiz Ferreira de França, 107
Luiz José Carolino, 38
Luiz José do Nascimento, 304
Luiz José Vilella Vianna, 70
Luiz Soares de Gouvea Horta Bueno, 304

M

Macario Felippe das Chagas, 53, 60, 79, 84
Magalhães Castro, 27, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102,103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 121, 122, 123, 124, 125, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 210, 211, 214, 216, 217, 219, 220, 221, 222, 223, 224, 225, 226, 227, 230, 232, 234, 235, 238, 239, 240, 241, 242, 243, 244, 245, 246, 248, 249, 250, 251, 252, 253, 254, 255, 256, 264, 265, 266, 267, 268, 269, 270, 271, 272, 273, 274, 275, 276, 277, 278, 279, 281, 282, 283, 284, 285, 286, 287, 288, 289, 290, 291, 292, 293, 294, 295, 300, 301, 302, 303, 305, 306, 307, 308, 309, 310, 311, 312, 313, 314, 315, 316, 317, 318, 319, 320, 321, 322, 324, 325, 326, 327, 329, 331, 333, 334, 335, 337, 339, 341, 342, 343, 345, 346, 348, 349, 350, 351, 352, 355, 357, 358, 359, 360, 361, 362, 363, 364, 370, 376, 378, 379, 380, 381, 382, 383, 384, 386, 389
Malachias da Silva, 207
Malachias José de Araujo, 183
Malaquias da Silva, 206
Malaquias José de Araujo, 165
Malaquias Vieira da Cunha, 73
Malaquias Viena da Cunha, 76
Mamede Barboza, 280, 291
Mamede de Freitas, 243, 245
Manoel Acacio, 84
Manoel Accacio, 82
Manoel Agostinho da Silva, 111, 113, 352, 367

Manoel Agostinho dos Santos, 248, 265
Manoel Alexandre, 231, 234, 368, 374
Manoel Alexandre Ferreira, 153, 174
Manoel Alexandre Gomes, 361, 376
Manoel Alexandrino de Jesus, 90, 91
Manoel Alfredo da Trindade, 322, 349
Manoel Alves Barboza, 388
Manoel Alves de Castro, 120, 135
Manoel Alves de Oliveira, 267, 273
Manoel Alves Pereira, 357
Manoel Alves Romeiro, 373
Manoel Antão, 177
Manoel Antonio, 39, 58, 59, 158, 360, 373, 378
Manoel Antonio Berdil, 52, 54
Manoel Antonio Besdil, 71
Manoel Antonio da Costa, 211, 230
Manoel Antonio da Silva, 105, 113, 120, 131
Manoel Antonio da Trindade, 270
Manoel Antonio Daniel Cardozo, 359, 372
Manoel Antonio de Albuquerque, 269, 279, 348, 365
Manoel Antonio de Jesus, 313, 332
Manoel Antonio de Oliveira, 348, 365
Manoel Antonio de Santa Cruz, 136, 155
Manoel Antonio de Souza, 74
Manoel Antonio de Souza Chaves, 155, 174
Manoel Antonio de Trindade, 259
Manoel Antonio do Nascimento, 77, 132, 146, 243, 244, 331, 374
Manoel Antonio dos Passos, 53, 79, 84
Manoel Antonio dos Santos, 162, 178, 271, 273, 317
Manoel Antonio dos Santos Feitoza, 250
Manoel Antonio Feitoza, 252
Manoel Antonio Francisco, 331, 386
Manoel Antonio Ribeiro, 183, 195, 234, 237, 289, 291
Manoel Antonio Rodrigues, 59, 64, 70, 73
Manoel Antonio Soares, 43, 47, 348
Manoel Antonio Vargas, 52, 55
Manoel Antonio Vieira, 56, 57
Manoel Antonio Xavier, 105, 110
Manoel Aprigio de Souza Costa, 337
Manoel Areas da Silva, 264, 265, 334
Manoel Areias da Silva, 303
Manoel Augusto, 73, 78
Manoel Augusto Pereira de Carvalho, 386

Manoel Avelino da Silva, 314
Manoel Balbino, 316, 349
Manoel Balbino da Silva, 127, 149
Manoel Baptista Lemes, 31
Manoel Barbosa, 73, 74
Manoel Barbosa de Oliveira, 298
Manoel Barboza de Oliveira, 309
Manoel Barros dos Prazeres, 228
Manoel Bernardo da Silva, 44, 49
Manoel Bernardo de Santa Anna, 331, 355
Manoel Bernardo do Nascimento, 115, 119, 351, 367
Manoel Bernardo Salustiano de Oliveira, 388
Manoel Bezerra de Santa Anna, 295
Manoel Bispo do Nascimento, 325, 383
Manoel Bitú Chaves, 363
Manoel Bizerra de Santa Anna, 290
Manoel Borges do Nascimento, 105, 110, 178, 190
Manoel Botelho Barbosa, 336
Manoel Botelho Barboza, 316
Manoel Bueno Feio, 50, 53
Manoel Cardoso, 96
Manoel Cardozo, 110, 150, 168
Manoel Cardozo Malaquias, 120, 130
Manoel Carneiro da Silva, 325
Manoel Carrera da Silva, 332
Manoel Chaves, 42
Manoel Cilio, 43
Manoel Cirilo de Souza, 231, 236
Manoel Claudino, 368, 375
Manoel Clemente Bezerra, 288, 289
Manoel Clementino Segundo, 123, 144
Manoel Coelho da Silva, 325, 337, 347
Manoel Coelho de Oliveira, 232, 237, 282, 287
Manoel Correa da Roch, 347
Manoel Correa da Rocha, 327
Manoel Correa de Mello, 313, 349
Manoel Correa do Nascimento, 96
Manoel Corrêa do Nascimento, 105
Manoel Custodio da Silva, 56, 59
Manoel Cypriano, 43
Manoel Cyrio Ramos, 45
Manoel da Conceição Balieira, 113
Manoel da Conceição Balieiro, 111

Manoel da Costa Monteiro, 97, 102
Manoel da Cruz de Oliveira, 148
Manoel da Cruz e Oliveira, 130
Manoel da Cunha Amorim, 39
Manoel da Hora, 262, 263
Manoel da Paixão, 34, 348, 388
Manoel da Paixão da Purificação, 121, 138
Manoel da Rocha Camargo, 58, 64
Manoel da Rocha Queiroz, 215, 220
Manoel da Silva Maia, 48, 49
Manoel da Veiga, 267, 269
Manoel das Neves Randolpho, 196, 199
Manoel das Virgens, 309, 319
Manoel de Azevedo Leal, 250, 254
Manoel de Holanda Campos, 341
Manoel de Hollanda, 243, 247
Manoel de Hollanda Campos, 317
Manoel de Jesus, 202, 203, 309, 320, 352, 364
Manoel de Paula Peixoto, 98, 103
Manoel de Sampaio, 316, 336
Manoel de Santa Anna Oliveira, 339
Manoel de Sousa Homem, 162
Manoel de Souza, 223, 230
Manoel de Souza Homem, 180, 327, 354
Manoel de Souza Lima, 136, 154
Manoel de Vargas Correa, 180, 190
Manoel Delfino do Nascimento, 303, 318
Manoel Demetrio da Silva, 51, 55
Manoel Desiderio, 209, 212
Manoel do Rosario, 284
Manoel do Rozario, 286
Manoel do Sacramento, 98, 100, 225
Manoel Domingos Ferreira de Oliveira, 175
Manoel Domingos Simão da Cunha, 376
Manoel Domingos Simões da Cunha, 352
Manoel Domingues de Menezes, 172, 186, 202, 205
Manoel Domingues Ferreira de Oliveira, 108, 190
Manoel dos Santos Pacheco, 269, 277
Manoel Dutra dos Santos, 97, 100
Manoel Epiphanio dos Santos, 42
Manoel Ernesto Ferreira, 357, 362
Manoel Espinula, 88, 90
Manoel Estanislau de Santa Anna, 260

Manoel Estanisláu de Santa Anna, 254
Manoel Estevão da Silva, 223, 227
Manoel Faustino de Moraes, 82, 84
Manoel Faustino Dias dos Santos, 147, 169
Manoel Feliciano, 113, 115, 163, 183
Manoel Feliciano dos Santos, 271, 273
Manoel Felippe de Mello, 267, 283
Manoel Felippe de Santiago, 150
Manoel Felippe de São Thiago, 184
Manoel Felippe Santiago, 172, 192
Manoel Felix, 333, 356
Manoel Felix Ferreira dos Santos, 141, 158, 314, 340
Manoel Fernandes da Silva, 226, 322
Manoel Ferreira da Rocha, 198, 201
Manoel Ferreira das Neves, 86
Manoel Ferreira de Andrade, 126, 130
Manoel Ferreira de Lima, 111, 115
Manoel Ferreira de Oliveira, 226, 230, 318, 342
Manoel Ferreira do Couto, 146
Manoel Ferreira do Nascimento, 304, 327
Manoel Ferreira dos Santos, 389
Manoel Ferreira Evangelista, 43
Manoel Florencio de Souza, 225
Manoel Florentino dos Santos, 150, 170
Manoel Francelino de Almeida Passos, 74, 126, 129
Manoel Francisco Bezerra, 366
Manoel Francisco Cavalcante, 183, 191
Manoel Francisco Coelho, 280, 286
Manoel Francisco da Paixão, 259, 261
Manoel Francisco da Paz, 316, 351
Manoel Francisco da Silva, 96, 107, 271, 276, 373, 382
Manoel Francisco da Trindade, 129, 145
Manoel Francisco de Araujo, 373
Manoel Francisco de Lima, 176
Manoel Francisco de Moraes, 373, 378
Manoel Francisco de Oliveira, 136, 154, 250, 252, 267, 271
Manoel Francisco do Espirito Santo, 262, 263
Manoel Francisco do Nascimento, 311, 351
Manoel Francisco dos Anjos, 259, 263, 378, 382
Manoel Francisco dos Santos, 120, 124, 127, 148, 181, 215, 220, 250, 251, 312, 334
Manoel Francisco dos Santos Segundo, 165
Manoel Francisco Lima, 161
Manoel Francisco Lourenço, 202, 205, 272, 277

Manoel Francisco Monteiro, 280, 284
Manoel Francisco Nunes da Costa, 111, 114
Manoel Francisco Paulino, 42, 97, 103
Manoel Francisco Pereira, 87, 145, 164, 314, 334
Manoel Francisco Povoas, 42
Manoel Francisco Ramos, 326, 352
Manoel Francisco Ribeiro, 215, 220
Manoel Francisco Valerio, 32
Manoel Francolino de Almeida Passos, 70
Manoel Fructuozo, 50, 53
Manoel Gabino, 208
Manoel Garcia de Araujo, 329, 351
Manoel Gavino do Nascimento, 329, 370, 379
Manoel Germano, 145, 166
Manoel Gomes da Silva, 322, 362
Manoel Gomes de Abreo, 231, 234
Manoel Gomes de Faria, 141
Manoel Gomes de Farias, 165
Manoel Gomes Rodrigues, 73, 77, 88, 91
Manoel Gonçalves Barroso, 203
Manoel Gonçalves da Costa, 297, 306
Manoel Gonçalves de Queiroz Albuquerque, 250, 255
Manoel Gregorio Gomes, 129, 146
Manoel Hegino dos Santos, 248
Manoel Herminio de Souza, 225, 229
Manoel Hygino dos Santos, 256
Manoel Ignacio, 59, 325
Manoel Ignacio Barboza, 141, 159
Manoel Ignacio da Costa, 243, 246
Manoel Ignacio da Silva, 58, 377
Manoel Ignacio de Jesus, 225, 230
Manoel Ignacio de Lima, 234, 239, 317, 343
Manoel Ignacio de Santa Anna, 223, 227
Manoel Ignacio Rodrigues Pereira, 280, 284, 388
Manoel Jacintho, 52
Manoel Jacintho da Costa, 50, 173, 189, 264, 268
Manoel Jacintho Machado, 118, 141, 158
Manoel Jacintho Nery, 56, 59
Manoel Jancen, 253, 261
Manoel Jeronimo da Silva, 225, 229
Manoel João, 267, 273
Manoel João Cancio, 347
Manoel João da Cruz, 50, 53

Manoel João da Cruz Amorim, 182, 195
Manoel João da Rocha, 50
Manoel João da Roza, 337
Manoel João de Araujo, 344
Manoel João de Souza, 320, 384
Manoel João do Nascimento, 105, 109, 316, 330
Manoel João Fernandes, 61, 66
Manoel João Maciel, 143, 160
Manoel João Roza, 358
Manoel Joaquim Ayres do Nascimento, 193, 199
Manoel Joaquim Carneiro, 149
Manoel Joaquim da Cunha, 228, 234
Manoel Joaquim de Lima, 198, 200, 259, 263, 309, 334
Manoel Joaquim de Moraes, 268, 275
Manoel Joaquim de Santa Anna, 73, 78, 141, 159, 208, 217, 225, 232, 248, 265, 294, 296
Manoel Joaquim de Souza, 45, 221, 222, 227, 243, 246, 316
Manoel Joaquim de Vasconcellos, 280, 285
Manoel Joaquim do Monte, 122, 139
Manoel Joaquim dos Anjos, 42
Manoel Joaquim dos Santos, 278, 282, 297, 304, 307, 308
Manoel Joaquim Felix, 120, 138, 180, 186
Manoel Joaquim Ferreira de Oliveira, 117
Manoel Joaquim Gomes, 272, 277
Manoel Joaquim Pereira, 251, 258
Manoel Joaquim Petisca do Nascimento, 90, 93, 132, 147
Manoel Joaquim Rodrigues, 228, 235
Manoel Joaquim Theodoro, 294, 296
Manoel Jorge Ferreira, 58, 64
Manoel José Balduino, 52, 59
Manoel José Caneio, 319
Manoel José da Assumpção, 359, 364
Manoel José da Costa, 49, 51
Manoel José da Silva, 262, 263, 293, 363, 376
Manoel José Damasio, 279, 285, 363
Manoel José D'Assumpção, 298
Manoel José de Carvalho, 126, 143
Manoel José de Castro, 309, 335
Manoel José de Freitas, 304, 328, 329
Manoel José de Lima, 166, 254, 266, 363, 377
Manoel José de Mello, 53, 59
Manoel José de Oliveira, 91, 94, 112, 118
Manoel José de Santa Anna, 218
Manoel José do Espirito Santo, 269, 273

Manoel José do Nascimento, 117, 191, 194, 309, 339
Manoel José do Nascimento Segundo, 115
Manoel José dos Anjos, 113, 116, 232, 238
Manoel José dos Santos, 132, 290, 296
Manoel José Ferreira, 50, 54
Manoel José Francisco, 211, 214
Manoel José Henrique, 361
Manoel José Henriques, 368
Manoel José Joaquim, 383, 385
Manoel José Joaquim de Santa Anna, 365, 369
Manoel José Leite, 322, 345, 370, 371
Manoel José Pereira, 44, 240, 245
Manoel José Ricardo, 225, 230
Manoel José Teixeira, 309, 325
Manoel Julião Nobre, 330, 380
Manoel Justiniano da Cruz, 280, 287
Manoel Justino dos Santos, 136, 151
Manoel Juveniano Leite, 120, 124
Manoel Lavino do Nascimento, 120, 134, 297
Manoel Leocadio Nery, 129, 144
Manoel Ignacio, 353
Manoel Ignacio da Silva, 363
Manoel Ignacio Rodrigues Pereira, 365
Manoel Lopes Caldas, 313, 337
Manoel Lopes da Silva, 86, 88, 111, 117
Manoel Lopes de Santa Roza, 215, 221, 224
Manoel Lopes Santa Roza, 219
Manoel Lourenço, 232
Manoel Lourenço da Silva, 141, 161
Manoel Lourenço de Almeida, 136, 153
Manoel Lourenço Rodrigues, 228
Manoel Luis, 122, 139, 206
Manoel Luis Campello, 303, 316
Manoel Luis da França, 82, 83
Manoel Luis da Silva, 311, 328
Manoel Luis de Oliveira, 50
Manoel Luis dos Reis, 191, 197
Manoel Luis dos Santos, 281, 284
Manoel Luis Gonçalves, 388
Manoel Luis Gonzaga, 339
Manoel Luis Meirelles, 370, 373
Manoel Luis Nicoláo, 119
Manoel Luis Pereira, 97

Manoel Luiz Nicoláu, 112
Manoel Luiz Pereira da Silva, 67
Manoel Izidro da Silva, 162, 180
Manoel Machado de Miranda, 37, 243, 251
Manoel Marcelino da Cruz, 363, 377
Manoel Maria de Carvalho, 98, 101
Manoel Marques Paulino, 267, 271
Manoel Martins, 246, 249
Manoel Martins de Oliveira, 201, 202
Manoel Martins do Bonfim, 370, 382
Manoel Martins Ourique, 203
Manoel Mathias da Silva, 194, 310
Manoel Mathias de Souza, 191, 335
Manoel Medina das Neves, 202, 205
Manoel Mendes da Trindade, 313, 323
Manoel Moreira, 316
Manoel Moreira dos Santos, 317, 340
Manoel Nicoláo de Souza, 67
Manoel Nicoláu de Souza, 73
Manoel Nunes da Cunha, 36, 50, 62
Manoel Nunes dos Santos, 246, 256
Manoel Nunes Gonçalves, 135, 151, 312, 367
Manoel Nunes Vieira, 145, 164
Manoel Paulino de Souza Gouvea, 207
Manoel Paulino de Souza Goveia, 157, 175, 206
Manoel Paulo Machado, 294
Manoel Pedro Martins, 153
Manoel Pedro Martins de Campos, 180, 192
Manoel Pedro Menezes Campos, 136
Manoel Pedro Pascoal, 193, 198
Manoel Pereira Bastos, 250, 253
Manoel Pereira Bruno, 361, 366
Manoel Pereira da Silva, 62, 69, 332, 368
Manoel Pereira de Abreo, 246, 248
Manoel Pereira de Araujo, 322, 344
Manoel Pereira de Jesus Dias, 136, 154
Manoel Pereira de Lima, 207
Manoel Pereira de Oliveira, 251, 258
Manoel Pereira do Carmo, 43
Manoel Pereira dos Santos, 232, 239, 317, 343
Manoel Pereira Guedes, 103, 111
Manoel Pereira Lima, 207
Manoel Pereira Manteiga, 339, 355

Manoel Piranha, 92, 95
Manoel Ponciano da Silva, 373
Manoel Primitivo dos Santos, 253, 257
Manoel Prudencio, 348
Manoel Ramos dos Prazeres, 239
Manoel Ramos Rodrigues, 298, 306
Manoel Rangel de Mendonça, 46, 48
Manoel Raymundo Brandão, 150, 171
Manoel Raymundo dos Anjos, 145, 166
Manoel Reis da Paixão, 348
Manoel Rezende do Sacramento, 337
Manoel Ribeiro dos Santos, 225, 229
Manoel Roberto Ribeiro Sepulveda, 238, 239
Manoel Rodopiano Barboza, 91, 93
Manoel Rodrigues Antunes, 37, 59, 68
Manoel Rodrigues da Silva, 52, 55
Manoel Rodrigues de Souza, 224, 229
Manoel Rodrigues dos Santos, 161, 178, 335, 353
Manoel Rodrigues Pimenta, 140
Manoel Romão de Menezes, 155, 173
Manoel Rozendo, 289
Manoel Rozendo do Sacramento, 351
Manoel Rozendo dos Santos, 296
Manoel Rufino da Paixão, 250, 255, 313, 345
Manoel Sabino, 209
Manoel Sebastião, 105, 114, 142
Manoel Sebastião Silvestre Clemente, 120
Manoel Severiano da Rocha, 275
Manoel Severiano Pedreira, 320, 343
Manoel Severino da Rocha, 283
Manoel Severino de Araujo, 349, 360
Manoel Severino de Oliveira, 267, 285, 301, 326
Manoel Silvestre Garcez, 363, 389
Manoel Simão Cambraia, 267, 271
Manoel Simão da Silva, 251
Manoel Simão dos Santos, 209, 212
Manoel Simoes da Silva, 258
Manoel Simplicio de Macedo Leite, 126, 142, 153, 178
Manoel Simplicio dos Santos, 224
Manoel Soares, 126, 146
Manoel Sucupira de Carvalho, 46, 50, 54
Manoel Teixeira de Andrade, 246, 248
Manoel Themoteo de Souza, 322

Manoel Theodoro Camillo do Valle, 313, 343
Manoel Theodoro do Espirito Santo, 185, 191
Manoel Thimoteo de Souza, 344
Manoel Thomaz d'Aguiar, 295
Manoel Thomaz de Aquino, 304
Manoel Thomaz de Souza, 271, 287
Manoel Thomaz Firmino, 184, 197
Manoel Venancio, 388
Manoel Vicente, 188, 195
Manoel Vicente Coelho, 303, 314
Manoel Vicente da Silva, 298, 306, 368, 377
Manoel Vicente de Almeida, 358
Manoel Vicente de Araujo, 163, 178, 375, 381
Manoel Vicente do Nascimento, 147
Manoel Vicente Ferreira de Almeida, 240, 255, 349
Manoel Vicente Ferreira do Nascimento, 168
Manoel Vicente Macahé, 88, 92
Manoel Victoriano dos Santos, 126, 228, 282
Manoel Victorino dos Santos, 233, 287, 354, 362
Manoel Villar, 33, 34
Manoel Virginio dos Santos, 290, 293
Manoel Zacharias de Oliveira, 132, 148
Manuel Francisco de Bezerra, 365
Marcelino Agostinho, 136, 155
Marcelino Antonio Damasceno, 143, 165
Marcelino de Castro, 208, 210
Marcelino de Souza Costa, 275
Marcelino Desiderio Bispo, 34
Marcelino Dias Carneiro, 363, 368
Marcelino dos Anjos Muniz, 85
Marcelino Ferreira Lima, 58, 63
Marcelino Gomes de Andrade, 38
Marcelino José, 155, 174
Marcelino José Antonio Nunes, 188
Marcelino José da Silva, 86
Marcelino José Dias, 361, 368
Marcelino José Teixeira, 136, 151
Marcelino José Valentim, 143, 161
Marcelino Luis da França Borges, 144
Marcelino Luis da França Borja, 126
Marcelino Rodrigues da Silva, 230, 233
Marcelino Souza Costa, 279
Marcelino Telles Guimarães, 234, 373

Marcellino José Antonio Nunes, 173
Marchal Dorvill, 379
Marciano Ferreira do Nascimento, 96
Marciano Francisco de Souza, 220, 319, 341
Marciano José Francisco, 248
Marcolino Dias de Mello, 309, 338
Marcolino dos Anjos Muniz, 85
Marcolino José da Silva, 88
Marcolino Telles Guimarães, 381
Marcolino Telles Junior, 234
Marcos Augusto Alves de Medeiros, 361
Marcos Augusto Alves Medeiros, 385
Marcos Francisco Leite, 253, 285
Marcos Manoel Pereira, 120, 123
Marianno Raymundo de Araujo Travasses, 355
Mariano Amador, 309, 321
Mariano da Costa Pessôa, 56
Mariano de Castro Pessoa, 56
Mariano Ferreira do Nascimento, 99
Mariano Francisco de Souza, 214
Mariano Francisco do Nascimento, 371, 379
Mariano Ignacio da Silveira, 246, 256
Mariano João Gualberto de Souza, 250, 255, 383
Mariano José Dias, 238, 240
Mariano José Francisco, 325, 374
Mariano Raymundo de Araujo Travassos, 335
Mariano Remigio de Mello, 143, 162
Martinho da Silva, 225, 232
Martinho Ferreira de Matos, 280
Martinho Ferreira de Mattos, 291
Martinho Ferreira Mattos, 291
Martinho Francisco dos Santos, 120, 124
Martinho José de Matos, 311, 335
Martinho José dos Santos, 31
Martiniano Francisco Cabral, 259
Martiniano José dos Santos, 380, 385
Martiniano Papa, 277, 281
Martiniano Proceno Sydnoyd, 313
Martiniano Processo Sidney, 332
Martiniano Prudente de Souza, 254, 259
Matheos Manoel Vicente do Sacramento, 310
Matheus Manoel Vicente do Sacramento, 331
Matheus Pereira da Silva, 389

Mathias dos Santos, 312
Mathias João de Lima, 309, 340, 373
Mauricio Ferreira dos Santos, 136, 154
Maximiano da Silva, 139
Maximiano da Silva Mota, 298
Maximiano da Silva Motta, 147, 168, 306
Maximiano de Farias Bangoin, 208
Maximiano de Santa Roza, 226
Maximiano José dos Santos, 294, 296, 371, 379
Maximiano José Ribeiro, 68
Maximiliano da Silva, 159
Maximiniano de Santa Roza Lima, 232
Maximino de Farias Banguin, 213
Maximo lfrain, 47, 49, 52, 54, 58, 67
Melelão Rodrigues, 96
Messias Pereira do Nascimento, 310
Michael Giacomo, 120, 130
Miguel Antonio dos Reis, 225, 228
Miguel Antonio dos Santos, 202, 203
Miguel Arcanjo da Silva, 120, 138
Miguel Augusto da Silva, 238, 242, 304, 316, 389
Miguel Augusto de Sá, 245, 268
Miguel Barboza de Barros, 226, 230
Miguel de Souza, 147, 327, 356
Miguel dos Anjos, 100, 103, 208, 211
Miguel dos Santos, 167
Miguel Ferreira Betancourt, 344, 357
Miguel Ferreira do Couto, 105, 114, 127
Miguel Ferreira Nobre, 240, 244
Miguel Francisco do Nascimento, 216, 220
Miguel Gomes, 52
Miguel Gomes da Silva, 50, 85, 246, 248
Miguel Ignacio de Faria, 320, 344
Miguel Joaquim da Silva, 188, 195
Miguel José de Lemos, 309, 337
Miguel José do Espirito Santo, 303, 334
Miguel Luis de Moura, 105
Miguel Ramos do Nascimento, 50, 54
Militão Alves da Silva, 162, 186
Militão de Moraes, 271, 273, 322, 329
Militão Moraes, 309
Militão Rodrigues, 99
Missias do Nascimento, 323

Modesto Fernandes, 97, 106

N

Napoleão Clementino de Oliveira, 197
Napoleão Clementino de Oliveira Borges, 191
Napoleão da Costa Rosa, 50, 52, 91
Napoleão da Silva Roza, 92
Narciso Feliciano Bandeira, 251
Narciso Marques dos Santos, 342
Narcizo Marques dos Santos, 318
Nasario Martins, 339
Nazario Martins, 381
Neima Pompilio de Azambuja Cidade, 119
Nicacio Pereira Cardozo, 314, 343
Nicoláo José dos Passos Rosa, 156
Nicolao Lesn, 61
Nicoláo Tollentino, 41
Nicolás Leon, 58
Nicolau Diamico, 333
Nicoláu Diamico, 131, 157, 309
Nicolau João Pereira da Silva, 236, 357, 364
Nicoláu José dos Passos Rosa, 137
Nicoláu José Pereira da Silva, 234
Norberto Pereira Brandão, 313, 334
Nuno Pompilio de Azambuja Cidade, 137

O

Olegario, 27, 319, 320, 322, 323, 324, 325, 326, 327, 328, 329, 330, 331, 332, 333, 335, 337, 338
Olegario Joaquim Maranhense, 189, 193
Olimpio João Vieira da Silva, 228, 234
Olimpio Periquito de Souza Rodrigues, 296
Oliverio Hermano Cardozo, 165
Olivio Hermano Cardozo, 183
Olympio Perequito de Souza Rodrigues, 280
Onofre Ribeiro Lima, 216, 220, 232
Ouvidio Marchal Daville, 369

P

Pamphilo José Ferráz, 327
Pamphito José Ferraz, 303
Pantaleão Machado de Oliveira, 208, 209, 361, 376
Pascoal José da Silva, 108, 111

Patricio da Silva, 120, 127
Patricio José dos Santos, 320, 379
Paulino Bispo de S. Victor, 280, 284
Paulino de Oliveira Nascimento, 222
Paulino Ferreira de Brito, 42
Paulino José da Cruz, 143, 163
Paulino José dos Santos, 175, 188
Paulino Rodrigues da Silva, 34
Paulo Acosta, 47, 49, 52, 54, 58, 67
Paulo Ferreira, 198, 200, 295, 298
Paulo Gomes de Azevedo, 168
Paulo Joaquim de Almeida, 208, 210
Paulo Luis dos Santos, 59, 70, 189, 204
Paulo Peireira da Silva, 152
Paulo Pereira da Silva, 136
Paulo Pinto de Santa Anna, 314, 340
Paulo Vaz de Carvalho, 181, 303, 312
Paulo Váz de Carvalho, 165
Pedro Affonso de Abreu, 323
Pedro Afonso de Alves, 345
Pedro Alexandrino do Amaral, 83, 85
Pedro Alexandrino dos Santos, 117, 118, 383, 387
Pedro Alves Cabral, 91, 94
Pedro Alves de Alcantara, 370, 372
Pedro Alves Feitoza, 305, 337
Pedro Alves Ferreira, 109
Pedro Alves Teixeira, 96
Pedro Antonio, 280, 291
Pedro Antonio de Barros, 145, 165
Pedro Antonio de Miranda, 206, 210
Pedro Antonio do Nascimento, 378, 383
Pedro Antonio dos Santos, 91, 93, 120, 122, 196, 198, 214, 267, 282
Pedro Antonio Francisco, 344
Pedro Antonio Mineiro, 182, 192
Pedro Antonio Rodrigues, 290
Pedro Antunes Rodrigues, 290
Pedro Augusto Pereira, 225, 229
Pedro Barboza de Oliveira, 228
Pedro Casado de Lima, 268, 281
Pedro Celestino, 368, 389
Pedro Celestino dos Santos, 136, 152
Pedro Cellestino, 234, 239
Pedro Cellestino de Senna, 329, 354

Pedro da Cadeira de Santa Chrisma, 267, 274
Pedro da Costa Monteiro, 316, 362
Pedro da Fraga, 145, 167
Pedro da Silva, 182, 192, 311
Pedro de Oliveira, 109, 115
Pedro de Senna Sarges, 100, 108
Pedro de Souza, 298, 310
Pedro Feliciano Leite da Costa, 368
Pedro Feliciano Pinto da Costa, 375
Pedro Ferreira da Silva, 310, 313, 323, 335
Pedro Ferreira d'Alcantara, 252
Pedro Ferreira de Alcantara, 250
Pedro Ferreira dos Santos, 58, 63
Pedro Fogaça da Silva, 157, 309, 333
Pedro Francisco, 100, 109, 120, 133
Pedro Francisco da Silva, 193, 197
Pedro Francisco Vidal, 317, 342
Pedro Gomes da Silva, 161, 179, 184, 193
Pedro Gomes dos Santos, 120, 123, 175, 189
Pedro Gomes Duarte, 320, 361
Pedro Ignacio Ferreira, 145, 165, 338
Pedro Ignacio Teixeira, 314
Pedro João Simões, 297
Pedro Joaquim Rodrigues, 33
Pedro José da Costa, 188, 192
Pedro José da Rocha, 126, 144
Pedro José da Silva, 369
Pedro José da Silva Primeiro, 365
Pedro José de Alcantara, 77, 83
Pedro José de Almeida, 309, 335
Pedro José de Santa Anna, 297
Pedro José de Sant'Anna, 305
Pedro José de Vasconcellos, 141
Pedro José dos Santos, 145, 161
Pedro José Monteiro, 147, 170, 236, 239
Pedro José Rodrigues, 173, 184
Pedro José Vasconcellos, 159
Pedro Lopes de Carvalho, 312, 345
Pedro Lourenço da Silva, 208, 209
Pedro Isabelino Nunes Leite, 216
Pedro Isalelino Nunes Leite, 209
Pedro Manoel Alexandrino, 90, 94
Pedro Manoel de Lima, 357, 389

Pedro Manoel de Souza, 161, 177, 228, 239
Pedro Marcelino dos Santos, 79, 120, 130
Pedro Marcolino dos Santos, 82
Pedro Maximo dos Santos, 231, 244
Pedro Paulo da Silva, 267, 274
Pedro Paulo de Oliveira Pantoja, 370, 378
Pedro Pereira da Costa, 316, 339
Pedro Roque, 182, 192
Pedro Segui, 220, 221, 283, 352, 366
Pedro Seguy, 278
Pedro Serafim de Carvalho, 295, 298
Pedro Soleira, 105
Pedro Solino, 112, 120, 128
Pedro Themoteo da Silva Brandão, 295, 301
Pedro Theodoro Pereira de Mello, 238, 248
Pedro Virginio Orlandim, 219
Pedro Virginio Orlandiny, 215
Petronilho de Carvalho Rangel, 119, 122
Philomeno José de Macedo, 146
Pio Guilherme Correa de Mello, 189
Pio Guilherme Corrêa de Mello, 59, 70, 204
Placido Gomes de Azevedo, 145
Plinio Alves do Lago, 40, 301, 312
Plínio Alves do Lago, 321
Pompeo Mariano Rodrigues Botão, 303
Pompêo Mariano Rodrigues Botão, 314
Ponciano Ferreira de Souza, 93, 96, 165, 183, 188, 192
Ponciano José Ignacio da Silva, 303, 313
Porfirio José de Sampaio, 65, 71, 72
Porfirio Luis de Goveia, 182, 383
Porfirio Nery dos Santos, 351, 367
Porfiro José de Souza, 136
Portacio Gonçalves de Aguiar, 304, 316
Procopio Fernandes Pereira, 50, 53
Profirio Francisco Roza, 297, 324
Profirio José de Souza, 152
Profirio Luis de Gouveia, 196, 310
Profirio Porto, 327

Q

Quintiliano José Rodrigues, 272, 277, 366, 375
Quintiliano Pinto, 49, 51, 238, 240
Quintino Gomes Correa, 228, 234

Quirino Lopes Rodrigues, 294, 297, 324

R

Rafael Antonio Muniz, 272, 277
Rafael de Magalhães, 162, 178
Rafael Francisco dos Santos, 155, 172, 316, 349
Rafael Pedro Indio da Silva, 206, 210
Raimundo Augusto Pires de Figueiredo, 125
Raimundo da Silva Alvarenga, 73
Raimundo dos Santos, 147
Raimundo Nonato Brasilino, 121
Raimundo Pereira de Carvalho, 92
Raimundo Rodrigues de Araujo, 146, 168
Raimundo Rodrigues Queiroz, 234
Raimundo Severo do Nascimento, 376, 380
Ramiro José Placido, 238, 242
Ramon Palheco, 66, 73, 76
Raymundo, 220
Raymundo Alexandre Ribeiro, 335, 354
Raymundo Antonio da Silva, 310, 323
Raymundo Antonio Leite, 43, 47
Raymundo Augusto de Figueiredo, 120
Raymundo Augusto Pires de Figueiredo, 53, 56
Raymundo da Silva Alvarenga, 45, 47, 75
Raymundo da Silveira de Lyra, 145
Raymundo dos Santos, 166
Raymundo Ferreira de Abreo, 246
Raymundo Ferreira de Azevedo, 248
Raymundo Fragozo da Silva, 297, 303
Raymundo Francisco dos Anjos, 122, 140
Raymundo Gualberto, 364
Raymundo Gualberto dos Santos, 357
Raymundo João da Costa Lima, 44
Raymundo Joaquim dos Santos, 316, 336
Raymundo José do Espirito Santo, 92, 95
Raymundo José Pereira, 309, 339
Raymundo Irineo da Costa, 295, 300
Raymundo Luis da Silva, 316, 343
Raymundo Manoel da Silva, 65, 70
Raymundo Mathias, 191, 197
Raymundo Mathias da Costa, 337
Raymundo Mathias da Cruz, 307
Raymundo Nonato Brasileiro, 137

Raymundo Nonato da Silva, 292, 296
Raymundo Nonato dos Santos, 183
Raymundo Nonnato dos Santos, 192
Raymundo Odorico Dorsolino, 58, 66
Raymundo Pereira da Silva, 285, 287
Raymundo Pereira de Carvalho, 100
Raymundo Pereira de Macedo, 271, 273
Raymundo Rodrigues, 208, 222
Raymundo Rodrigues de Araujo, 127, 145
Raymundo Rodrigues de Queiroz, 237
Raymundo Rodrigues Martins, 158, 180
Raymundo Silveira de Lira, 167, 254, 272
Raymundo Toscano de Vasconcellos, 259, 262
Reginaldo José dos Reis, 348, 372
Ricardo Cardozo da Silva, 348
Ricardo da Costa, 59, 65
Ricardo Francisco do Nascimento, 298, 307
Ricardo Gustavo da Motta, 257, 260
Ricardo Lasaro de Sampaio, 152, 175, 248, 265
Ricardo Mendes, 231
Ricardo Pereira do Amaral, 226, 230
Ricardo Raymundo de Castro, 211, 227, 319, 349
Roberto Caetano de Freitas, 162, 179
Roberto de Moraes, 309, 317
Roberto Galdino de Andrade, 254, 261
Roberto José Antonio da Silva, 226, 230
Rocino da Silva Policarpo, 127, 372
Rocino da Silva Polycarpo, 120
Rodolpho Pereira da Silva, 77, 79
Rodrigo Antonio, 208, 211
Rodrigo Baptista de Alcantara, 228
Rodrigo Baptista de Alencastro, 236
Rogerio José de Santa Anna, 240, 244
Romão Baptista do Nascimento, 386
Romão Felismino Augusto, 145, 168
Romão José dos Santos, 232, 237
Romão José Luiz, 231
Romão Pacheco, 59
Romualdo José Soares, 133, 151
Romualdo Pereira Gomes, 309, 319
Roque Antonio de Villas Boas, 120, 126, 136, 142
Rosino da Silva Polycarpo, 365
Rozendo Francisco Alves, 253, 262

Rozendo Gregorio de Freitas, 298
Rozendo José dos Santos, 226, 230
Rozendo Pereira de Oliveira Junior, 291
Rufino Antonio, 339, 358
Rufino Brasilino Gomes, 299
Rufino Ferreira Lima, 120, 133, 162, 186
Rufino Francisco da Rocha, 322, 362
Rufino Gomes da Silva, 320, 364
Rufino Gomes do Nascimento, 77, 78
Rufino Soares da Silva Rocha, 189, 197

S

Sabino José de Souza, 145, 166, 188, 196
Sabino Manoel Balbino, 175, 190
Sabino Nunes, 215
Salustianno Augusto de Vasconcellos, 138
Salustiano Augusto de Vasconcellos, 120
Salustiano Francisco de Souza, 103, 113
Salustiano Martins de Souza, 319, 384
Salvador de Barros, 53
Salvador José de Barros, 37, 39, 59
Salvador José dos Santos, 365, 372
Salvador Manoel dos Prazeres, 363, 368
Salvador Molina, 370, 373
Salvador Terencio, 191, 193
Sancho de Araujo, 309, 326
Santiago Ayala, 47, 49, 52, 54, 58, 67
Santiago Bosque, 43
Saquarema de Souza, 291
Saturnino Coronel, 82, 83
Saturnino de Jesus Silva, 358, 359
Saturnino Gonçalves Pereira, 103, 106
Saturnino José da Costa, 169, 184
Sebastião Caetano, 80, 86
Sebastião da Rocha Maia, 201, 202
Sebastião Ferreira Airoza, 290, 291
Sebastião Ferreira Barboza, 196, 202
Sebastião Guimenes, 62, 69
Sebastião Honorio da Rocha, 297, 331
Sebastião Ignacio Nobre, 150, 169
Sebastião José de Freitas, 216, 224
Sebastião José Fernandes, 42
Sebastião José Vieira, 268, 271

Sebastião Lopes da Silva, 173, 184
Sebastião Pinto Delgado, 44, 48
Sebastião Roza, 73, 77
Sebastião Soares da Silva, 225, 228
Senon Torres, 47, 54
Serafim dos Anjos, 141, 159, 209, 213
Serafim José do Nascimento, 158, 176
Serafim Soares dos Santos, 304, 327
Sergio Ferreira, 253, 260
Sergio José Ferreira, 196, 198, 330, 351
Sergio Serafim de Castro, 316, 351
Severiano Braga, 231, 236
Severiano Francisco de Azevedo, 319, 341
Severiano José Corrêa de Lima, 31
Severiano José da Silva, 244
Severiano Rodrigues de Lima, 228, 235
Severino Antonio de Jesus, 211, 214
Severino do Rozario e Silva, 319
Severino do Rozario Silva, 355
Severino Francisco da Cruz, 113, 117, 145, 149
Severino José Correa, 76
Severino José Correa de Lima, 73
Severino José da Luz, 388
Siciliano Gonçalves Gamboa, 354, 388
Silvano de Sá Earp, 111, 115
Silvano Pereira da Silva, 31, 57
Silverio Honorato dos Santos, 208
Silvestre Clemente, 125, 184, 187
Silvestre Joaquim da Roza, 208, 212
Silvestre José de Souza Barboza, 150, 169
Silvestre Soares da Silva, 298, 303
Silvestre Teixeira Pinto, 357, 364
Silvino Antonio da Silva, 191, 196
Silvino da Silva, 203, 205
Simon Torres, 49, 52, 58, 67
Simplicio Antonio da Roza, 191, 193
Simplicio Cardozo Varjão, 182, 191
Simplicio Fernandes, 261, 268
Simplicio José da Fonseca, 183, 194
Soares Dantas, 52
Speridião Antonio da Silva, 302

T

Telesphoro Bezerra de Albuquerque, 201, 203
Tertuliano Alves de Souza, 297, 303, 313, 331, 342
Tertuliano da França, 370
Tertuliano Gomes da Silva, 68, 72
Themoteo Antonio Fialho, 42
Theodoro de Oliveira, 214
Theodoro do Nascimento Meiguino, 321
Theodoro do Nascimento Migueis, 309
Theodoro João dos Santos, 318, 342
Theodoro Joaquim da Reza, 388
Theodoro José Rodrigues, 371
Theophilo Antonio da Silva, 163, 181, 317, 343
Theophilo da Silva, 250, 256
Theophilo de Carvalho, 225, 228
Theophilo José dos Santos, 215, 220
Theothonio Manoel de Carvalho, 326
Theotonio Cardozo dos Santos, 172, 183
Theotonio Manoel de Carvalho, 346, 352
Thiago Antonio Pires, 63, 69
Thimoteo Pereira de Aguirra, 271
Thomaz Alves de Magalhães, 180, 192
Thomáz de Aquino Paes Barreto, 202, 204
Thomaz de Souza Lima, 269, 277
Thomaz dos Santos, 238, 244
Thomaz Henrique dos Santos, 298
Thomaz Lemos de Sampaio, 200
Thomáz Pedro de Betancourt Cutrim, 150
Thome Ribeiro, 369
Tiburcio Egino Pinheiro, 280
Tiburcio Hygino Pinheiro, 272
Tiburcio Romão, 141, 159
Timotheo Pereira de Aquino, 275
Tito Alves Pereira, 378, 383
Tito Joaquim da Silva, 352, 365
Tobias José dos Santos, 225, 228
Tomáz Lemos de Sampaio, 184
Torquato Alves de Moura, 80
Torquato Bispo dos Santos, 371, 381
Torquato Francisco da Cruz, 298, 311
Torquato José Augusto de Souza, 268, 281
Torquato Manoel Soares, 185, 197
Torquato Pinto dos Santos, 50, 51

Trajano Francisco Bernardes, 59, 64
Trajano Francisco Bernardo, 107
Trajano José dos Santos, 92, 95

U

Umbelino Correa dos Santos, 180

V

Valentim Baptista Sobral, 304, 333
Valentim Delgado, 150, 172
Valentim José Barboza, 312
Valentim José da Santa Anna, 115
Valentim José de Santa Anna, 118
Valentim Stoldt, 98
Valentim Stoll, 103
Valentino Lopes, 82, 84
Valeriano do Espirito Santo, 58, 62
Valerio Jacintho Jorge, 298
Valerio Jacintho Jorge Rufino Gomes, 295
Valerio José de Carvalho, 60, 66
Varand José Maria Felix, 31, 172, 183
Venancio Cuevas, 32
Venancio da Silva, 225, 226
Venancio Joaquim Cardozo, 298, 307, 354
Venancio José Cardozo, 329
Vencesláo Gonçalves dos Santos, 339
Venceslao Jesuino Leandro, 309
Venito Aconito, 58, 66
Ventura Antonio do Monte, 318, 335, 363
Ventura José Maria Arayca, 344
Vergolino Bento d'Annunciação, 268
Veriato José de Souza, 153, 309
Veriato Lisboa, 259, 260
Veridiano de Campos Braga, 100, 108, 119, 130
Veridiano Manoel dos Passos, 221, 223
Verissimo José Joaquim de Santa Anna, 354
Vicente Almiron, 82, 83
Vicente Carlotino da Gama, 141, 159
Vicente da Motta, 388
Vicente de Paula Pereira dos Santos, 129
Vicente de Paula Pereira Santos, 146
Vicente Fernandes do Nascimento, 278, 284
Vicente Ferreira Braz, 127, 149

Vicente Ferreira da Silva, 78, 83
Vicente Ferreira de Lorêna, 272, 294
Vicente Ferreira de Paula, 309, 313, 329
Vicente Ferreira de São Jeronimo, 254, 262
Vicente Ferreira do Nascimento, 298, 325
Vicente Ferreira França, 120, 137
Vicente Ferreira Hegino, 130
Vicente Ferreira Marcos, 136, 154, 269, 283
Vicente Ferreira Moreno, 311, 346
Vicente Francisco de Souza, 209, 216
Vicente Francisco Higino, 120
Vicente José de Souza Brasil, 373, 378
Vicente José Monteiro, 246, 248
Vicente Lopes de Souza, 234, 239
Vicente Moreira da Costa, 141, 158
Vicente Ramon, 141
Vicente Romano, 159
Vicente Xavier, 36, 59, 70, 290
Victalino de Andrade Neves, 277
Victalino de Sá Carvalho, 90
Victolino Reza do Amaral, 318
Victor Antonio Alvarenga, 295
Victor Antonio da Alvarenga, 298
Victor de Souza do Espirito Santo, 253, 257
Victor José de Souza, 388
Victor José Prudencio, 290
Victor José Prudente, 296
Victor Pinto das Neves, 208, 222
Victoriano Celestino de Castro, 383
Victoriano Ferraz de Lara, 253, 264
Victorino Antonio de Farias, 208, 210
Victorino Cellestino de Castro, 373
Victorino Ferreira da Conceição, 86
Victorino José da Cruz, 225, 229, 285, 288
Victorino José Rodrigues, 328
Victorino Rodrigues Monteiro, 335, 354
Victorio Fonseca da Conceição, 82
Virgelino Centena, 140
Virginio Antonio do Nascimento, 218
Virginio Marciano Diniz, 313, 343
Virginio Marques da Cruz, 172, 186
Virgolino José da Trindade, 150, 171
Virgulino Bento da Anunciação, 273

Viriato José de Souza, 136, 332
Virigio de Souza e Costa, 307
Virissimo José Joaquim de Santa Anna, 330
Visconde de Santa Teresa, 27, 76, 77, 79, 80, 81, 86, 87, 89, 92, 93, 94, 95, 98, 99, 100, 101, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 115, 121, 123, 125, 126, 129, 130, 131, 136, 139, 143, 144, 147, 150, 153, 154, 160, 164, 166, 177, 179, 187, 188, 189, 191, 195, 201, 202, 211, 212, 213,219, 223, 225, 226, 228, 232, 237, 241, 246, 249, 254, 258, 261, 262, 268, 269, 270, 274, 275, 276, 278, 280, 281, 282, 286, 300, 302, 305, 307, 312, 315, 317, 322, 323, 324, 329, 330, 335, 337, 339, 345, 350, 352, 354, 355, 357, 359, 361, 363, 373, 375, 376, 377, 378, 380, 381, 382, 385, 386, 387
Visconde de Tamandaré, 27, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 38, 43, 44, 45, 47, 48, 49, 51, 52, 53, 56, 57, 71, 72, 75, 78, 80, 81, 82, 83, 85, 87, 88, 92, 94, 98, 100, 101, 102, 103, 104, 106, 107, 109, 110, 114, 115, 124, 125, 126, 127, 133, 148, 153, 154, 157, 161, 163, 166, 167, 168, 169, 173, 175, 176, 177, 179, 180, 184, 187, 188, 191, 195, 196, 198, 199, 201, 202, 203, 204, 208, 213, 216, 219, 222, 226, 236, 241, 248, 249, 257, 259, 261, 272, 280, 297, 308, 309, 325, 345, 346, 347, 349, 352, 380, 381, 385, 386, 387
Vitaliano de Andrade Veras, 284
Vitalino de Sá Carvalho, 88
Vitalino Roza do Amaral, 351
Vitorino José Rodrigues, 303

W

Wencesláo Antonio de Jesus, 50, 53
Wencesláo Felisberto de Souza, 238
Wenceslao Francisco Ramos, 225, 230
Wencesláu Felisberto de Souza, 242
Wencesláu Gonçalves dos Santos, 355
Wencesláu Jesuino Leandro, 328
Wencesláu José de Oliveira, 298
Wencesláu José Oliveira, 314
Wenceslau Vieira de Almeida, 359
Wencesláu Vieira de Almeida, 348

Z

Zacarias Antonio Pereira, 216, 220
Zacharias da Costa, 92, 98
Zacharias Rodrigues Nepomoceno, 105, 110
Zeferino Manoel, 50, 52
Zeferino Xavier de Moraes, 316
Zozimo Edeltrudes Jayme da Silva, 298
Zozimo Edeltrudes Jayme de Souza, 298

Impressão e acabamento:
Seção de Editoração e Revisão do Superior Tribunal Militar

Formato: 21cm x 29,7cm
Papel do miolo: Couchê, 70g
Papel da capa: Supremo 250g
Fonte: ZapfHumnst BT, 11
Número de páginas: 475
Acabamento: Lombada